

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Wagner Barge Belmonte

A construção da relação “Brasil - Estados Unidos” na revista *Veja*

Doutorado em Comunicação e Semiótica

São Paulo
2016

Wagner Barge Belmonte

A construção da relação “Brasil - Estados Unidos” na revista *Veja*

Doutorado em Comunicação e Semiótica

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção do
título de Doutor em Comunicação e Semiótica
sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Aidar
Prado

São Paulo
2016

Banca Examinadora

Dedicatória

Para minha filha, Luíza, minha mãe, Cida, e minha esposa, Carol.

Agradeço à CAPES, que concedeu a bolsa de pesquisa sem a qual não seria possível a elaboração desta tese.

Agradecimentos

Ao meu orientador José Luiz Aidar Prado, pelo suporte contínuo.

Aos professores Laurindo Leal Lalo Filho e José Salvador Faro, pela mudança de rota na banca de qualificação.

Ao pessoal da secretaria acadêmica.

Ao meu amigo de todas as horas Urânio Paes.

Ao meu ex-chefe no *Estadão* e grande amigo, João Luiz Guimarães, que sentiu na pele o efeito da convivência com censores.

Às amigas Dayana Bonetto e Marcella Cristina Gozzo.

O ruim no Brasil e efetivo fator do atraso é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus...O que houve e há é uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente.

Darcy Ribeiro

Resumo

Esta pesquisa investiga como o enunciador *Veja* cobre a relação política, econômica e de relações externas Brasil - Estados Unidos. O título da Editora Abril apresenta com frequência a sociedade norte-americana como modelo a ser seguido. O contrato de comunicação, baseado no negócio e nos objetivos de mercado da família Civita, associa o capitalismo à ideia de prosperidade e liberdade nos pontos nodais de seu discurso. Mesmo na cobertura de conflitos e guerras, os Estados Unidos surgem como poderosos detentores de tecnologia de ponta diante de adversários que não têm arsenal para enfrentá-los, mas representam risco ao Ocidente. O corpus é composto por capas e reportagens, cujos temas são a relação bilateral enunciada por *Veja* desde seu primeiro ano, 1968. O objetivo da pesquisa é compreender como a revista constrói, através dos pontos nodais, a ideia de que os Estados Unidos são um referencial para inspirar o Brasil como nação, seja do ponto de vista político e econômico, seja na relação do cidadão com o Estado e com os poderes políticos constituídos. Apresentam-se os valores incorporados na cobertura. Nossa tese é a de que, além de sugerir um modelo neocolonial para o Brasil, focado nos valores políticos e econômicos da sociedade norte-americana, o enunciador se apoia no espectro ideológico do liberalismo econômico para adotar posições conservadoras e tradicionais, sobretudo politicamente. Quanto à metodologia de pesquisa, ela se baseia na análise de discurso proposta por Laclau, Mouffe, Prado, Charaudeau e Žižek. Para uma reflexão sobre a imprensa em geral, baseamo-nos em Fausto, Sousa Santos, Chomsky e Arbex Jr. A expectativa é que este trabalho contribua para aprofundar o debate sobre a forma como a relação Brasil-Estados Unidos é apresentada historicamente, às vésperas do título completar 50 anos.

Palavras-chave: *Veja*, relação Brasil-Estados Unidos, discurso, contrato de comunicação, ponto nodal.

Abstract

This research investigates how *Veja's* enunciator covers the political and economic relations between Brazil and the United States, as well as their foreign relations. Editora Abril's magazine frequently presents the American society as a role model. Within its discourse's nodal points, the communication contract, based on the Civita family's business and market goals, associates Capitalism to the idea of prosperity and freedom. Even when covering conflicts and wars, the United States appear before their enemies as a powerful holder of cutting edge technologies – while those enemies have no arsenal to fight back, but still represent a threat to the West. The corpus is made of magazine covers and articles that have the bilateral relation enunciated by *Veja* since its first year (1968) as their subject. The research's goal is to understand how the magazine builds, through its nodal points, the idea that the United States are a role model to inspire Brazil as a nation, be it from the political and economic point of view, or for the relationship their citizens have with the State and the established political powers. The values incorporated in the coverage are presented. Our thesis is that, besides suggesting a neocolonial model for Brazil, focused on the American society's political and economic values, the enunciator relies on the economic liberalism's ideological spectrum to adopt conservative and traditional positions, especially with political matters. As for the research methodology, it is based on the discourse analysis proposed by Laclau, Mouffe, Prado, Charaudeau and Žižek. For a reflection on the press as a whole, we based our studies on Fausto, Sousa Santos, Chomsky and Arbex Jr. We expect this work to contribute to and deepen the debate about how the relations between Brazil and the United States are presented, historically speaking, on the verge of the magazine's 50th year anniversary.

Key words: *Veja*, Brazil-United States relations, discourse, communication contract, nodal point.

Sumário

| | |
|---|------------|
| Introdução..... | 16 |
| 1. Os valores-mesmos de <i>Veja</i>..... | 25 |
| 1.1. A fuga dos judeus e a criação da Editora Abril..... | 32 |
| 1.2. Breve contexto histórico e político – instabilidade e o Golpe de 64..... | 34 |
| 1.3. O início de <i>Veja</i> | 40 |
| 1.4. Os valores-mesmos de <i>Veja</i> | 46 |
| 2. Alteridade..... | 73 |
| 2.1. A alteridade da construção dos “inimigos”..... | 77 |
| 2.2. Outros de <i>Veja</i> no Brasil..... | 88 |
| 2.2.1. Os “sem-lei”..... | 97 |
| 2.2.2. A cristalização do social..... | 101 |
| 2.3. O Outro assimilado e reduzido ao Mesmo..... | 106 |
| 3. Conflitos Internacionais..... | 121 |
| 3.1. <i>Veja</i> na cobertura da Guerra do Vietnã..... | 124 |
| 3.1.2. Vietnã do Norte, o inimigo comunista..... | 129 |
| 3.1.3. À luz de Hollywood..... | 143 |
| 3.2. Guerra do Golfo: invasão do Kuwait..... | 149 |
| 3.2.1. A “primeira” Guerra do Golfo por <i>Veja</i> | 151 |
| 3.3. O pretexto das armas de destruição em massa – uma nova invasão..... | 172 |
| 3.3.1. A “segunda” Guerra do Golfo nas páginas de <i>Veja</i> | 175 |
| 4. As relações econômicas e políticas entre Brasil - Estados Unidos..... | 191 |
| 4.1. <i>Veja</i> nos governos militares..... | 206 |
| 5. A relação Brasil - Estados Unidos nos governos Sarney, Collor e Itamar..... | 243 |
| 6. A relação Brasil - Estados Unidos governo FHC..... | 269 |
| 7. A relação Brasil-EUA nos governos Lula e Dilma..... | 304 |
| 8. A crise de 2008 com Bush e o governo Barack Obama..... | 355 |
| Considerações finais..... | 378 |
| Referências..... | 392 |

Lista de figuras

| | |
|--|-----|
| Figura 1. Capa O Pato Donald, nº1, 1950..... | 33 |
| Figura 2. Capa O grande duelo no mundo comunista, nº 1, 1968..... | 41 |
| Figura 3. Capa Roberto Civita, nº2324, 2013..... | 43 |
| Figura 4. Capa O teste das greves, nº870, 1985..... | 49 |
| Figura 5. Capa FHC peita a CUT, nº1394, 1995..... | 51 |
| Figura 6. Capa 7 Razões para votar NÃO, nº1925, 2005..... | 56 |
| Figura 7. Capa O Brasileiro se arma, nº822, 1984..... | 58 |
| Figura 8. Capa Armas – ter ou não ter?, nº1603,1999..... | 58 |
| Figura 9. Capa 7 soluções contra o crime, nº1928, 2005..... | 59 |
| Figura 10. Capa Coragem ou estupidez?, nº1824, 2003..... | 61 |
| Figura 11. A imagem impressiona, nº2250, 2012..... | 62 |
| Figura 12. Entrevista Noam Chomsky, nº357, 1975..... | 64 |
| Figura 13. O caçador de Marajás nº1020, 1988..... | 66 |
| Figura 14. Capa Presidente Collor ou Presidente Lula, nº1106, 1989..... | 68 |
| Figura 15. Capa Collor, nº1108, 1989..... | 70 |
| Figura 16. Capa A batalha final para mudar o Brasil, nº1109, 1989..... | 71 |
| Figura 17. Capa O império vulnerável, nº1718, 2001..... | 77 |
| Figura 18. Capa Já vai tarde, nº2049, 2008..... | 79 |
| Figura 19. Foto Davi e Golias, nº2049, 2008..... | 80 |
| Figura 20. Capa Fidel, nº462, 1977..... | 81 |
| Figura 21. Seriado Chaves: ironia com a legitimidade do comandante, nº 1921, 2005..... | 83 |
| Figura 22. Capa Quem precisa de um novo Fidel, nº1903, 2005..... | 84 |
| Figura 23. Fidel Castro e Hugo Chávez, nº 1903, 2005..... | 85 |
| Figura 24. Capa O PT deixou o Brasil mais burro? 2006, nº1889, 2005..... | 89 |
| Figura 25. Capa O bando dos 40, nº1952, 2006..... | 89 |
| Figura 26. Capa Lula, o governo e a greve, nº 605, 1980..... | 90 |
| Figura 27. Capa O candidato operário, nº1095, 1989..... | 90 |
| Figura 28. Capa Lula e o capitalismo, nº1107, 1989..... | 90 |
| Figura 29. Capa O que querem os radicais do PT, nº1774, 2002..... | 96 |
| Figura 30. Vai ser preciso segurar, nº1774, de 2002..... | 96 |
| Figura 31. Cérbero era o cão com três cabeças..... | 96 |
| Figura 32. Capa A esquerda com raiva, nº1549, 1998..... | 98 |
| Figura 33. Capa A tática da bandeira, nº1648, 2000..... | 100 |
| Figura 34. Capa Isto é um assalto, nº33, 1969..... | 101 |
| Figura 35. Capa O cerco da periferia, nº1684, 2001..... | 103 |
| Figura 36. Box O contraste – Centro e Periferia, nº1684, 2001..... | 104 |
| Figura 37. Capa O Brasil veste a roupa de líder, nº1665, 2000..... | 107 |
| Figura 38. Capa Massacre nos céus, nº783, 1983..... | 110 |
| Figura 39. Capa A morte de Andropov, nº806, 1984..... | 112 |
| Figura 40. Gorbachev, nº898, 1985..... | 118 |
| Figura 41. Capa Revolução da URSS, nº986, 1987..... | 119 |
| Figura 42. Texto sobre o efeito da guerra na campanha eleitoral, nº2, 1968..... | 126 |

| | |
|--|-----|
| Figura 43. Reportagem sobre os EUA, na edição nº2, 1968..... | 128 |
| Figura 44. Capa A Guerra Acabou, nº230, 1973..... | 136 |
| Figura 45. Henry Kissinger rindo, nº230, 1973..... | 137 |
| Figura 46. Box Coletânea de citações sobre os EUA na Guerra do Vietnã, nº230, 1973..... | 138 |
| Figura 47. Capa Indochina – fim de uma era, nº348, 1975..... | 140 |
| Figura 48. Soldados vietnamitas em frente ao Palácio da Independência, nº348, 1975..... | 141 |
| Figura 49. Capa sobre “Platoon”, nº969, 1987..... | 144 |
| Figura 50. Personagens do filme “Platoon”, nº969, 1987..... | 147 |
| Figura 51. Capa O tirano de Bagdá desafia o mundo, nº1142, 1990..... | 153 |
| Figura 52. A ficha do ditador, nº1142, 1990..... | 157 |
| Figura 53. Capa Iraque – Guerra por um fio, nº1165, 1991..... | 159 |
| Figura 54. Foto do presidente Bush aguardando o início da Guerra do Golfo, nº1165, 1991..... | 160 |
| Figura 55. Box Pela paz – Pela guerra, nº1165, 1991..... | 162 |
| Figura 56. Capa A Guerra sangrenta de Saddam, nº1167, 1991..... | 163 |
| Figura 57. Box A contabilidade da guerra, nº1167, 1991..... | 164 |
| Figura 58. Pilotos capturados por Saddam em gravação para TV, nº1167, 1991..... | 165 |
| Figura 59. Capa Guerra do Golfo – O Fim, nº1167, 1991..... | 166 |
| Figura 60. Soldados iraquianos capturados, nº1171, 1991..... | 168 |
| Figura 61. Capa Como Saddam foi moído, nº1172, 1991..... | 169 |
| Figura 62. George Bush e Ronald Reagan, nº1172, 1991..... | 171 |
| Figura 63. Capa Saddam está no alvo, nº1788, 2003..... | 175 |
| Figura 64. Bush já está em guerra, nº1788, 2003..... | 176 |
| Figura 65. Capa Apocalipse ao vivo, nº1795, 2003..... | 178 |
| Figura 66. A Guerra ao alcance de todos, nº1795, 2003..... | 179 |
| Figura 67. Chuva de bombas, nº1795, 2003..... | 181 |
| Figura 68. Choque e temor, nº1795, 2003..... | 181 |
| Figura 69. Capa Não é um Vietnã, mas é Guerra, nº1795, 2003..... | 182 |
| Figura 70. A face da derrota, nº1797, 2003..... | 184 |
| Figura 71. Guerreiros de capacete furado, nº1797, 2003..... | 185 |
| Figura 72. O que vem agora?, nº1798, 2003..... | 187 |
| Figura 73. O Regime decapitado, nº1798, 2003..... | 187 |
| Figura 74. Beijos e Bombas, nº1798, 2003..... | 189 |
| Figura 75. Capa Brasil X EUA – Novos tempos?, nº61, 1969..... | 207 |
| Figura 76. Capa A jogada está feita. E agora?, nº155, 1971..... | 213 |
| Figura 77. Charge – Nixon em Nova York: a defesa da sua nova política, nº155, 1971..... | 214 |
| Figura 78. Box O Brasil exporta <i>know-how</i> , nº155, 1971..... | 220 |
| Figura 79. Capa Alguém ainda quer dólares?, nº233, 1973..... | 221 |
| Figura 80. Capa Kissinger e o Brasil, nº 389, 1976..... | 224 |
| Figura 81. Capa Brasil-EUA – Parceiros mais próximos, nº390, 1976..... | 226 |
| Figura 82. Capa o confronto Brasil-EUA, nº445, 1977..... | 229 |
| Figura 83. Uma diplomacia de golpes e contragolpes, nº445, 1977..... | 229 |
| Figura 84. Capa O Brasil que Carter vai encontrar, nº499, 1978..... | 232 |
| Figura 85. Capa Reagan vem ao Brasil – O Brasil vai ao FMI, nº743, 1982..... | 235 |
| Figura 86. Capa A visita de Reagan – A festa e a conta , nº744, 1982..... | 239 |
| Figura 87. Capa Sarney e Reagan – As duras conversas de Washington, nº941, 1986..... | 244 |

| | |
|--|-----|
| Figura 88. Capa A dívida externa já era, nº1071, 1989..... | 251 |
| Figura 89. Capa O estilo Collor, nº1115, 1990..... | 255 |
| Figura 90. Collor com George Bush, nº1115, 1990..... | 256 |
| Figura 91. Capa Privatização – Estréia com cuspidas e pontapés, nº1202, 1991..... | 258 |
| Figura 92. Capa Os anos Itamar, nº1366, 1994..... | 264 |
| Figura 93. Capa FHC arregaça as mangas, nº1374, 1995..... | 270 |
| Figura 94. Capa A arrogância do Império, nº1517, 1997..... | 274 |
| Figura 95. FHC e Clinton, nº1517, 1997..... | 275 |
| Figura 96. Barreiras americanas aos produtos do Brasil, nº 1517, 1997..... | 279 |
| Figura 97. Capa O susto Brasil, nº1520, 1997..... | 280 |
| Figura 98. Capa Até onde vai o pânico, nº1583, 1999..... | 286 |
| Figura 99. Capa Sob as asas do império, nº1646, 2000..... | 291 |
| Figura 100. Foto de 12 presidentes da América do Sul, nº1665, 2000..... | 299 |
| Figura 101. Tudo desigual – Indicadores de riqueza média, nº1665, 2000..... | 303 |
| Figura 102. Capa Lula vai a César, nº1781, 2002..... | 305 |
| Figura 103. Foto de Bush e Lula, nº1781, 2002..... | 306 |
| Figura 104. Box O que querem os EUA – “O quer o Brasil, nº1781, 2002..... | 310 |
| Figura 105. Foto 1960 – O PIB dos EUA era 6,7 vezes maior que o do Brasil, nº1781, 2002..... | 311 |
| Figura 106. Foto 1978 – O PIB dos EUA era 8,2 maior que o brasileiro, nº1781, 2002..... | 312 |
| Figura 107. Foto 1986 – Ronald Reagan x José Sarney, nº1781, 2002..... | 313 |
| Figura 108. Foto 1991 – George Bush x Fernando Collor, nº1781, 2002..... | 314 |
| Figura 109. Foto 1995 – Fernando Henrique Cardoso x Bill Clinton, nº1781, 2002..... | 315 |
| Figura 110. Por que Bush enfurece o mundo, nº1791, 2003..... | 316 |
| Figura 111. Bush e Saddam Hussein, nº1791, 2003..... | 321 |
| Figura 112. Por que O Brasil não é 1º mundo, nº1838, 2004..... | 324 |
| Figura 113. Os obstáculos ao crescimento, nº1838, 2004..... | 330 |
| Figura 114. Capa Bush está nu, nº1982, 2006..... | 331 |
| Figura 115. Bush após a entrevista coletiva, nº1982, 2006..... | 332 |
| Figura 116. Brasil – 1º/3º mundo, nº2062, 2008..... | 337 |
| Figura 117. Com que asas o País vai voar, nº2062, 2008..... | 338 |
| Figura 118. Encruzilhada, nº2062, 2008..... | 341 |
| Figura 119. Capa Pânico nas bolsas, nº2229, 2011..... | 342 |
| Figura 120. Capa Vacilou, nº2338, 2013..... | 347 |
| Figura 121. A águia e suas contradições, nº2338, 2013..... | 348 |
| Figura 122. Capa Eu salvei você!, nº2079, 2008..... | 356 |
| Figura 123. Montagem de Bush e Paulson a cavalo, nº2079, 2008..... | 357 |
| Figura 124. O planeta finanças, nº2079, 2008..... | 360 |
| Figura 125. A mão visível do capitalismo, nº2079, 2008..... | 364 |
| Figura 126. Capa Camarada Obama, nº2104, 2009..... | 364 |
| Figura 127. Capa Exclusivo – Barack Obama fala a <i>Veja</i> , nº2209, 2011..... | 370 |
| Figura 128. Comparação entre o PIB americano ao brasileiro de 1960 a 2007, nº2209, 2011..... | 372 |
| Figura 129. Capa O amigo americano, nº2405, 2014..... | 373 |

Lista de tabelas

| | |
|---|-----|
| Tabela 1. Os valores-mesmos e os pontos nodais de <i>Veja</i> | 55 |
| Tabela 2. Os valores-outros e os pontos nodais de <i>Veja</i> | 88 |
| Tabela 3. Edições de 1968, 1969, 1971, 1973, 1975 e 1987..... | 122 |
| Tabela 4. Edições de 1990 e 1991..... | 151 |
| Tabela 5. Edições de 2003, 2008, 2009 e 2011..... | 174 |
| Tabela 6. Edições de 1969, 1971, 1973, 1976, 1977, 1978 e 1982..... | 206 |
| Tabela 7. Edições de 1986, 1989, 1990, 1991 e 1994..... | 243 |
| Tabela 8. Edições analisadas nos anos de 1995, 1997, 1999 e 2000..... | 269 |
| Tabela 9. Edições de 2002, 2003, 2004, 2006, 2008, 2011 e 2013..... | 304 |
| Tabela 10. Edições de 2008, 2009, 2011 e 2014..... | 355 |

Lista de quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1. O discurso em Ernesto Laclau..... | 53 |
| Quadro 2. Candidatos e Oposições de <i>Veja</i> | 69 |

Introdução

O que motivou a escolha de *Veja* como objeto de estudo, bem como o interesse pela relação Brasil-Estados Unidos nas páginas do título? Comecei a ler *Veja* ainda na adolescência, na época em que o Brasil vivia o clamor das “Diretas Já”. Com 15 anos, em 1984, estudava no Colégio Santo Agostinho e tinha aula de história com o professor José Salvador Faro. Na disciplina dele, organizamos – eu era presidente do Centro Cívico – uma peça de teatro sobre questões políticas que o Brasil vivia. As músicas “Coração de Estudante”, de Milton Nascimento, e “Vai Passar”, de Chico Buarque, tinham importância para quem vivia aquele momento histórico. De modo geral, eu e meus colegas queríamos entender melhor o que era o fim do regime militar, o que era o fim daquela classificação que a censura colocava antes de cada programa de TV, o que significava a tal “abertura”.

Ao acompanhar o movimento das “Diretas Já”, interessei-me por *Veja* e pelo extinto *Jornal da Tarde*. A revista não era a voz corrente da elite e da classe média paulistana – por mais que estes fossem os seus públicos-alvo. Duas capas sobre o que acontecia chamavam minha atenção. A primeira, do dia 1º de fevereiro, que expôs a manifestação de 25 de janeiro, aquela que o *Jornal Nacional transformou* num VT do aniversário da cidade de São Paulo (430 anos). O enunciador trouxe o seguinte destaque: “Eu quero votar pra presidente – São Paulo, 25 de janeiro de 1984” (VEJA, nº804, 1984, p. 1). A imagem escolhida foi a de manifestantes em frente à Igreja da Candelária, no Rio, já que as “Diretas Já” provocaram grande mobilização nacional.

A segunda foi a de 18 de abril. *Veja* trouxe “Diretas – um brado retumbante” (VEJA, nº 815, 1984, p. 1). A foto do deputado Ulysses Guimarães, que liderou a campanha pelas Diretas, ocupou o centro da capa. Ao fundo, milhares de manifestantes. As revistas *Época* e *Carta Capital* não existiam e *Veja* brigava primordialmente com a *IstoÉ* – que circulava havia apenas oito anos. Foi criada por Domingo Alzugaray (fundador, editor e diretor responsável da Editora Três), com os irmãos Luís Carta,

jornalista e editor já falecido (1936-1994), e Mino Carta (atualmente, editor da Carta Capital). Inicialmente, *IstoÉ* era uma publicação mensal¹.

Foi a partir dessas publicações de *Veja* e principalmente daquele momento histórico que comecei a prestar mais atenção na revista, tornando-me assinante desde então e constatando uma guinada conservadora na sua forma de cobrir o país e de se relacionar politicamente com o público. Dois anos depois, antes mesmo de entrar na faculdade, eu começaria no jornalismo na Rádio *Jovem Pan* de São Paulo, como radio-escuta. Em 1989, ainda na *Jovem Pan*, meu interesse por *Veja* cresceu bastante com a promoção dada a Fernando Collor e com a repulsa enunciada pela revista por Luís Inácio Lula da Silva — promoção declarada pelo próprio empresário Roberto Civita 18 anos depois. No dia 26 de dezembro de 2007, o canal “*veja.com*”, no *YouTube*, publicou o vídeo “Roberto Civita X Collor de Mello”. Nele, Civita (2007a) conta que conheceu Collor ainda como governador de Alagoas e admite que o ajudou a decolar na campanha de 1989.

A gente nunca tinha visto o Collor. Eu juntei o diretor da revista, dois editores da política; éramos meia dúzia para receber o Collor, para falar e ouvi-lo. E ele foi brilhante. Foi genial. Foi maravilhoso. A gente ficou absolutamente, como se fôssemos meninas de 18 anos, embaçados com esse cara (YOUTUBE, 2007a).

Civita (2007a) explicou também que a decisão de trazer Collor na capa surgiu após o encontro. “Resolvemos dar uma capa com ele, com o título ‘O Caçador de Marajás’, porque ele nos contou que *tava* acabando com os marajás da política em Alagoas” (YOUTUBE, 2007a). Civita (2007) reconhece não ter verificado todas as informações dadas por Collor, mas que publicou o que, no seu entendimento, parecia certo. Após a vitória de Collor, o pacote anti-inflacionário e o confisco de ativos nas cadernetas de poupança, o presidente da Editora Abril diz ter percebido a corrupção no governo. Segundo ele, foram meses de capas semanais sobre “o esquema PC Farias e a roubalheira do governo federal” (YOUTUBE, 2007a). Ainda em 2007, o mesmo canal “*veja.com*”, no *YouTube*, trouxe outro vídeo intitulado “Primeira capa de VEJA”. Nele,

¹ Segundo o site da *IstoÉ*, em 1979, animados com os resultados da revista *IstoÉ*, Mino e Alzugaray lançaram o *Jornal da República*, tribuna de textos e fotos. Porém, foi um fracasso comercial. O efeito negativo levou a Editora Três a perder a marca *IstoÉ*. A revista foi comprada por Mino, que a vendeu para o empresário Fernando Moreira Salles. Mino dirigiu a redação até 1981. Três anos depois, Moreira Salles vendeu *IstoÉ* para Luís Fernando Levy, do jornal *Gazeta Mercantil*. Em 1988, durante uma conversa com Levy, Alzugaray comprou a *IstoÉ* de volta. A negociação fez com que a revista chegasse ao mercado com outro nome. *IstoÉ* funde-se com *SENHOR* e a redação da nova revista é entregue a Mino Carta. Surge a *IstoÉ SENHOR*, que segue até 1992, quando voltou novamente a se chamar *IstoÉ*. Mino dirigiu a revista até agosto de 1993.

Civita (2007b) fala abertamente sobre o apoio. “As capas de *Veja* definem *Veja*. O tom, o enfoque, a chamada e o jeito de fazer, (elas) definem o que os editores pensam, como veem o país e o que é importante para eles” (YOUTUBE, 2007b).

Aquela eleição, a primeira desde o golpe de 1964, foi marcada por um papel muito polêmico de grandes órgãos de imprensa, sobretudo da *Rede Globo* (a “edição” do debate entre Collor e Lula feita por Alberico de Souza Cruz), *Veja*, *Estadão*, *Folha*, o *Globo* e *Zero Hora*, entre outros.

O título da Editora Abril deu total suporte para que Collor fosse visto como herói, e sua postura editorial suscitou debates sobre o papel da imprensa, imparcialidade e linha editorial voltada à cobertura de um pleito. No estudo sobre as construções da imagem do presidente Lula, nas reportagens de capa de *Veja* durante aquela campanha presidencial de 1989, por exemplo, Dalva Ramaldes e Aidar Prado (2008) identificaram que Collor de Melo foi construído pelo enunciador não como candidato que se opõe a Lula, mas como “candidato do não”. De acordo com Ramaldes e Prado (2008), a estratégia discursiva da revista foi a de “diluir a oposição” (RAMALDES; PRADO, 2008, p. 168). Para isso, colocou-se Collor no pódio da política conservadora das elites. Foi o que ocorreu nas legendas das fotos da reportagem de 22 de novembro de 1989, “A briga pela faixa” (VEJA, nº 1106, 1989, p. 48). Ramaldes e Prado (2008) identificaram que Collor foi mencionado como o candidato com formação acadêmica e com carreira política. Já Lula, como retirante nordestino sem diploma.

Essas abordagens ajudam a perceber o percurso de *Veja* à direita. Postura que seguiu forte nas eleições subsequentes à de 1989. Em 22 de março de 2006, por exemplo, ano em que Lula derrotou o candidato do PSDB Geraldo Alckmin, no segundo turno, e alçou direto a um segundo mandato, a revista trouxe como manchete de capa: “Exclusivo: FHC explica FHC e o Brasil” (VEJA, nº11, 2006, p. 1). Logo na “Carta ao Leitor” dessa esdrúxula edição, publicada à página 9, começa a pregação ideológica:

Os dois candidatos com chance de vencer neste ano, Lula e Alckmin, diferenciam-se apenas ligeiramente no compromisso com os padrões civilizados da prática política e na adesão à linguagem universal da democracia sustentada pela economia de mercado. Idealmente, o que o eleitor julgará neles durante a campanha não é a coragem de usar o vale-tudo para afundar o oponente em denúncias, mas as demonstrações claras de eficiência como gestor da máquina pública. Os brasileiros, em outubro, não serão tentados a sucumbir a promessas salvacionistas ou às ideologias lisérgicas do passado (VEJA, nº11, 2006, p. 9).

Aquilo que não é valor editorial da revista é “ideologia lisérgica (alucinógena) do passado”. A proposta de pauta, que rendeu a panfletária manchete, era apresentar “trechos inéditos” do livro em que o ex-presidente FHC revela os bastidores dos oito anos em que esteve à frente da nação. Já a figura de Lula, de acordo com Ramaldes e Prado (2008), ao longo dos anos, assumiu variantes nos enunciados do título da Editora Abril. Eles observaram que o candidato do PT era mencionado como “perigoso, incapaz de governar e aliado a radicais” (RAMALDES; PRADO, 2008, p. 170-171).

Na cobertura de eleições ou do período pré-eleitoral, a revista *Veja*, sobretudo depois de 1989, apresentou-se quase sempre como uma publicação fortemente alinhada a valores que identificam, em candidaturas de esquerda ou de centro-esquerda, riscos institucionais ao país. Em nome do conservadorismo de parte da classe média para a qual ela fala, *Veja* lança a esquerda no limbo do populismo-sectário que contraria a lógica do mercado e anda na contramão da História. O discurso para isso se ancora, entre outros fatores, em coberturas sobre o peso do Estado brasileiro, no contribuinte sufocado por uma montanha de impostos sem que receba a contrapartida com serviços públicos dignos (que o aproximem daquilo que ele encontra no primeiro mundo próspero e livre), na má qualidade da educação e da saúde e até na necessidade da segurança privada. A construção da esquerda neste sentido envolve a lógica do medo, de ameaça ao mercado, de rompimento com organismos de crédito internacional como o FMI e o Banco Mundial. O capitalismo e a economia de mercado são sinônimos de liberdade nas páginas de *Veja*.

Em 2008, iniciei o mestrado em Comunicação na Fundação Cásper Líbero, orientado pelo Prof. Dr. Laurindo Lalo Leal Filho. Percebi que havia espaço para uma abordagem acadêmica sobre o discurso de *Veja* em eleições e, com suporte do Prof. Lalo, investigamos a forma pela qual a revista cobriu o pleito de 2010, quando Dilma Rousseff foi eleita. Meu trabalho foi apresentado à banca em março de 2011.

Os eleitores viram-se diante de nove postulantes à sucessão do presidente Lula. Apenas três, porém, foram apontados como “candidatos principais”: Dilma Rousseff (PT), José Serra (PSDB) e Marina Silva (PV). Essa seleção que criou um pelotão de elite, aliás, não foi um comportamento de um ou outro veículo de comunicação, mas da imprensa como um todo. Aos candidatos com chances reais de ganhar a eleição e protagonizar a cena política, tratamento de “time grande”. Aos chamados nanicos, um tratamento ora jocoso, ora com menor espaço para o debate, para a apresentação de propostas, como uma equipe que participa de um campeonato como coadjuvante, sem

chance de brigar “pelo título”. As maiores redes de televisão abriram espaço para entrevistas nas bancadas de seus principais telejornais. Dilma, Serra e Marina tiveram um tempo bem maior do que os demais.

Em *Veja*, sempre que possível era preciso conectar Dilma ao PT, o partido do “mensalão”, dos “mensaleiros”, dos “aloprados” e, claro, dos “radicais”. Acima de tudo, o PT era também o partido do atraso, segundo a cobertura. *Veja* ainda insistiu em qualificar negativamente alguém que não tinha sequer experiência como síndica e disputaria a presidência, “criada” ou “inventada” por Lula.

Nesse período de mais de 30 anos como leitor de *Veja*, foi possível observar que a revista guarda alguns credos em seus valores editoriais. Um dos mais claros nas coberturas políticas é o de defender o enxugamento da presença do Estado, bandeira clássica do liberalismo. Para isso, *Veja* toma como parâmetro os Estados Unidos, apontados sempre como modelo para o Brasil, seja na cobertura política, seja na cobertura econômica.

Em 2012, no programa de doutorado, com escopo teórico mais aprofundado, decidi que este seria o tema de minha pesquisa: a construção da relação “Brasil-Estados Unidos” na revista *Veja*. Em conversa com o Prof. Dr José Luiz Aidar Prado, foi-me indicada uma base teórica à qual eu viria a me filiar: o poder do enunciador é o de ser quem relata o mundo a partir de sua autoconstrução enunciativa. Com isso, ele se firma e afirma como “todo-sabedor que esclarece o leitor o novo mapa do mundo” (PRADO, 2013a, p. 30). Em 1986, por exemplo, Brasil e Estados Unidos enfrentavam uma crise diplomática e comercial por causa da regulamentação da Lei de Informática. Ao cobrir o assunto, *Veja* indicou que seguir os passos dos norte-americanos, mais do que se modernizar, era romper com a vanguarda do atraso.

A escolha de *Veja* no *corpus* deu-se também pela circulação, quase 60% maior do que a soma de suas três concorrentes, segundo último levantamento da Aner (Associação Nacional dos Editores de Revistas). De janeiro a setembro de 2014, *Veja* teve circulação média de “1.167.928 exemplares, contra 390.709 de *Época*, da Editora Globo, 322.518 da *IstoÉ* e 29.513 da *Carta Capital*” (ANER, 2014).

O interesse acadêmico pelo *corpus* está relacionado ao estudo da postura do enunciador nos momentos políticos, às vésperas de completar 50 anos. A pesquisa percorre o arquivo da publicação para mostrar como *Veja* rotula os EUA como modelo de nação. O estudo busca responder de que forma a revista constrói, principalmente no âmbito político, econômico e de política externa, a ideia de que os Estados Unidos são

um referencial para inspirar o Brasil como nação. Quais os valores incorporados nas coberturas com essa peculiaridade?

De acordo com Patrick Charaudeau (2009), para a construção do interesse social que o jornalismo pressupõe, todo discurso depende das condições específicas da situação de troca. “A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico” (CHARAUDEAU, 2009, p. 67). Segundo ele, o reconhecimento das condições de realização de troca linguageira resulta em um “contrato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2009, p. 68). Na construção de contratos comunicacionais com os leitores, o enunciador assume posições discursivas apresentadas de modo positivado ou, como define Prado (2013a), se põe como sabedor.

Para Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), o discurso é também uma tentativa de dominar o campo da discursividade e deter o fluxo das diferenças, construindo um centro. Para isso, como explica Prado (2013a), o discurso amplia as cadeias significantes que buscam fixar os sentidos. De acordo com Prado (2013a), os pontos nodais fixam os sentidos ao criar a identidade de um discurso pela construção de um nó. Na concepção de Laclau e Mouffe (2015), pontos nodais são “os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178). É por este motivo que, como afirma Prado (2013a), a sociedade nunca conseguirá ser igual a si mesma, “pois a articulação constrói pontos nodais que fixam apenas parcialmente o sentido” (PRADO, 2013a, p. 99).

Estudar essa problemática levou à divisão da tese em oito capítulos.

No primeiro deles, apresentamos, por sugestão e pedido do Prof. Dr. José Salvador Faro na banca de qualificação, um breve contexto sócio-político sobre o surgimento e os valores-mesmos de *Veja*, frequentemente representados, ouvidos, citados e defendidos pela publicação. De acordo com Prado (2006b), os Mesmos são figuras enunciadas que reúnem as séries de paisagens socioculturais e políticas construídas pela mídia e homólogas à valorização média de seus públicos. São afastadas do espaço dos valores-mesmos de *Veja*, por exemplo, as figuras do criminoso, sem-terra, árabe, do excluído e do miserável. Nos valores-mesmos estão também as principais marcas e diretrizes do pensamento liberal norte-americano: capitalismo, liberalismo econômico e os pontos nodais liberdade e prosperidade.

Os valores-mesmos de *Veja* acompanham a publicação e estão alinhados aos valores da Editora Abril e à visão de negócio e de mercado da família Civita, com ênfase para a associação do capitalismo à ideia de prosperidade e liberdade.

O segundo capítulo foi dedicado a compreender como o enunciador constrói seus valores-outros (ou valores-de-alteridade) e as estratégias discursivas usadas. Segundo Prado (2008c), o Outro refere-se às figuras do imaginário que pertençam a um grupo social menos confiável ou mais perigoso para o enunciador. É o que Sousa Santos (2010) chama de linha abissal. Uma espécie de fronteira que separa os lados – mesmidade (valores-mesmos) e alteridade (valores-outros). “O pensamento abissal separa o mundo em dois lados: o de cá e o de lá da linha abissal, constituindo um sistema de distinções visíveis e invisíveis de tal forma que as invisíveis se tornam fundamentos das visíveis” (SANTOS, 2010, p. 33).

Essa fronteira é observada também na construção narrativa. Prado (2014d) explica que a alteridade é construída a partir de nosso contato com a cultura do Outro. Nesse momento, são produzidas representações que ora nos aproximam, ora nos afastam dele. A mídia desempenha papel fundamental nesse processo. A construção simbólica do Outro, por exemplo, pode apresentar o Outro como maléfico, como alguém a se observar com reservas e distâncias. Foi o que ocorreu com a generalização do radicalismo árabe em 2001, após uma série de ataques aos Estados Unidos, que resultaram em 2.977 mortos – como veremos brevemente nesta pesquisa.

Examinamos, assim, quais são as figuras do Outro e quais os contrapontos existentes que tornam ainda mais clara a divisão entre mesmidade e alteridade em *Veja*. Vimos ainda as normas que asseguram a reprodução de determinados discursos e como, a partir delas, o enunciador assume estratégias para estabelecer quem é o valor-outro.

Do terceiro capítulo em diante, estudamos a forma pela qual o enunciador apresenta a relação Brasil-Estados Unidos. Para tanto, organizamos a estrutura em grupos temáticos por meio dos quais selecionamos conjuntos de reportagens sobre um mesmo tema, a partir de uma cronologia histórica sugerida pelo Prof. Dr. José Luis Aidar Prado: Conflitos Internacionais; A relação Brasil-EUA até o fim do regime militar; A relação Brasil-EUA nos governos Sarney, Collor e Itamar; A relação Brasil-EUA no governo FHC; A relação Brasil-EUA nos governos Lula e Dilma; A crise de 2008 com Bush e o Governo Barack Obama.

Começamos pela forma pela qual *Veja* cobriu o principal conflito no período em que ela surge: a Guerra do Vietnã. Depois, estudamos a Guerra do Golfo, já no início

dos anos 90, a segunda intervenção no Iraque depois dos ataques de 2001 – sob o pretexto de localizar armas de destruição em massa que ameaçavam o Ocidente. Descrevemos também a política externa brasileira nestes períodos e a relação bilateral, inclusive do ponto de vista diplomático, quando os Estados Unidos estão envolvidos em um conflito.

Em seguida, no quarto capítulo, analisamos como *Veja* cobriu as relações econômicas e políticas entre Brasil e os Estados Unidos nos governos militares – até o fim do regime. Foram investigados períodos históricos, relações comerciais, visitas diplomáticas e sanções.

Adiante, no capítulo cinco, estudamos reportagens que percorreram um período histórico importante, interna e externamente. Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney herda a presidência, promove uma Constituinte e leva o Brasil à primeira eleição direta desde o golpe militar. No campo econômico, a inflação nos governos Sarney e Collor punia mais os pobres do que os ricos – isso inibiu a atração de investimentos e minou a competitividade brasileira no exterior. No cenário internacional, os apelos para que se reduzisse o peso do Estado sobre a economia, com argumentos clássicos do liberalismo e impulso às privatizações, cresceram, impulsionados pela queda do Muro de Berlim, que marca o fim da Guerra Fria. A Glasnost e a Perestroika sinalizam um processo, segundo *Veja*, de irreversível abertura do regime da União Soviética e o termo globalização ganhava projeção.

O sexto capítulo analisou reportagens sobre a relação Brasil-Estados Unidos nos dois mandatos do presidente FHC. As matérias que compõem este grupo temático estão em edições publicadas nos anos de 1995, 1997, 1999 e 2000. No penúltimo capítulo, avaliamos a forma como o enunciador pauta a relação Brasil-Estados Unidos quando Lula, notadamente um valor-outra, chega ao poder. Os oito anos de Lula – dois mandatos – e os pouco mais de cinco anos de governo Dilma, já que ela foi reeleita e se viu em meio a uma grande crise política no segundo ano de seu segundo mandato, foram abordados.

Por fim, no oitavo e último capítulo, desenvolvido apenas para ilustrar brevemente a relação contemporânea entre Brasil e Estados Unidos, estudamos reportagens de edições publicadas nos anos de 2008, 2009, 2011 e 2014. O objetivo foi verificar como ficaram as relações institucionais e políticas na e após a crise de 2008, analisar o discurso liberal característico do enunciador e alguns de seus desdobramentos em relação aos agentes econômicos e ao mercado como um todo.

Quanto à metodologia de pesquisa, ela se baseia na análise de discurso proposta por Laclau, Mouffe, Prado e Charaudeau. Para uma reflexão sobre a imprensa em geral nos baseamos principalmente em Fausto, Sousa Santos, Chomsky e Arbex Jr.

1. Os valores-mesmos de *Veja*

Quando e por que os Estados Unidos passaram a ser, para alguns, um modelo de país, de sociedade e qual a influência da Editora Abril e de *Veja* neste processo? Antonio Pedro Tota (2000) mostra como o Brasil foi americanizado e explica por que, para alguns historiadores, a “americanização” também pode ser compreendida como uma forma de destruição da cultura brasileira e, para outros, a modernização que salvaria a pátria e a colocaria na trilha de um progresso contínuo.

Este é um processo com interfaces históricas anteriores à Guerra Fria. Em meados de 1942, aviões dos Estados Unidos começaram a chegar ao Brasil trazendo soldados e técnicos. Naquele período, a base americana Parnamirim Field estava pronta na capital do Rio Grande do Norte, Natal. Segundo Tota (2000), a comunicação dos americanos com brasileiros ocorria por meio de gestos físicos. “Os mecânicos, os pilotos no interior da cabine mostravam a mão fechada, o polegar para cima. Era o ‘positivo’, o *thumbs up*” (TOTA, 2000, p.10). Para ele, quando os pilotos, com seus gestos, mimetizaram o “positivo”, com o dedão para cima, o Brasil já estava “americanizado” (TOTA, 2000, p. 10). O sinal espalhou-se pelo país e pelo mundo. Tota (2000) explica que o tema – a “americanização” – esteve associado à modernização e há muito tempo é objeto de discussão.

Os laços entre cultura e dependência econômica são bastante evidentes nas análises. As aspas têm, pois, sua razão de ser. O fenômeno é ora interpretado como um grande perigo destruidor da nossa cultura, influenciando-a negativamente; ora de forma oposta, é visto como uma força paradigmática e mítica, capaz de tirar-nos de uma possível letargia cultural e econômica, trazendo um ar modernizante para a sociedade brasileira (TOTA, 2000, p. 10 - 11).

De acordo com ele, a corrente que responsabiliza a “americanização” por desestruturar a nossa cultura apresenta arsenal teórico ligado do marxismo. “Os argumentos desse grupo fundam-se em modelos socioeconômicos que relacionam, quase sempre, a dependência cultural à economia” (TOTA, 2000, p. 11). Tota (2000)

cita a análise que Ariel Dorfman e Armand Mattelard fizeram sobre a “americanização” da cultura latino-americana, em *Para ler Pato Donald* (1971).

Pato Donald, Mickey e outros personagens de Walt Disney eram agentes destruidores das tradições culturais latino-americanas. Os autores concluíram que nossos jovens absorviam das aventuras dos personagens da Disneylândia, ensinamentos da avareza, do individualismo e do materialismo consumista norte-americanos (TOTA, 2000, p. 11).

Para Tota (2000), os estudos sobre a americanização contribuem para manter a discussão acalorada, mas ofuscam uma investigação mais substancial da natureza da influência cultural americana exercida pelos meios de comunicação. Desde o seu surgimento, já na primeira edição, *Veja* alude a um modelo de nação a ser seguido e cultuado.

[...] Marx imaginava que o capitalismo criaria um mundo de pouquíssimos ricos e de uma multidão infinita de pobres. Assim, a maioria seria proletária, e a revolução, proletária e democrática. A previsão não se confirmou: *o proletariado hoje deseja integrar-se numa classe média cada vez mais numerosa* (VEJA E LEIA, nº1, 1968, p. 92. Grifo nosso).

A americanização se intensifica justamente na década de 1940, mais precisamente no Estado Novo de Getúlio Vargas – um sistema político ditatorial implantado pelo então presidente, em 1937. Vargas foi deposto em 1945, diante da onda de redemocratização que varria o mundo ao final da Segunda Guerra (1939 - 1945).

Foi nessa época que os Estados Unidos costuram a chamada “Política da Boa Vizinhança”, durante o governo de Franklin Roosevelt (1933-1945). Ela era, na verdade, uma estratégia de relacionamento político com a América Latina que visava abandonar a prática intervencionista que prevalecera desde o final do século XIX. A negociação diplomática e a colaboração econômica e militar tinham como único objetivo impedir a influência europeia na região e substituí-la pelo “*way of life*” estadunidense – um antídoto à disseminação dos regimes do Leste Europeu.

Essa política tomou forma por meio de *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*, uma agência de propaganda liderada por Nelson Rockefeller – filho do magnata do petróleo John Davison Rockefeller, que buscava encantar os brasileiros por meio de filmes, músicas e a promessa de uma sociedade rica, democrática, moderna e tecnológica, ou seja, uma sociedade capitalista. Em 1941, em meio à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a elite dos círculos financeiros dos Estados Unidos já traçava planos

para o pós-guerra, segundo Leandro Severo² (2013)³. Era, de acordo com ele, o que deixava claro o memorando de Nelson Rockefeller enviado ao presidente Roosevelt. “Independente do resultado da guerra, com uma vitória alemã ou aliada, os Estados Unidos devem proteger sua posição internacional através do uso de meios econômicos que sejam competitivamente eficazes” (COLBY, 1998 apud SEVERO, 2013).

Durante a guerra, os Estados Unidos ampliaram sua produção industrial diante de um mercado consumidor carente devido às necessidades impostas pelo conflito. No período, o imperialismo estendeu-se até áreas coloniais europeias da África e da Ásia.

Segundo Joelza Domingues e Layla Leite (1983), na América Latina a política externa norte-americana caracterizou-se pela intervenção do capital financeiro⁴ nos mercados dos países da região. De acordo com Domingues e Leite, “essa política de ‘Boa Vizinhança’ – como ficou conhecida – solidificou-se a partir de 1936 com a Conferência Interamericana pela Manutenção da Paz⁵ (Buenos Aires) e com as conferências que se seguiram” (DOMINGUES; LEITE, 1983, p. 226). Foi reafirmado o princípio da não intervenção, que não significou, contudo, o desaparecimento da pressão política direta.

Os Estados Unidos continuaram mantendo seu poder hegemônico e somente abstiveram de executar ações armadas contra os países latino-americanos. O empenho do governo estadunidense em conquistar as boas graças das Américas visava rebater a crescente ameaça das potências nazistas-fascistas (Alemanha, Itália e Japão), que cada vez ganhavam mais simpatias na América Latina (DOMINGUES; LEITE, 1983, p. 226).

Após a declaração de guerra dos Estados Unidos, nove nações da América Central também entraram no confronto contra Japão, Alemanha e Itália. Assim, Equador, Paraguai, Peru e Brasil, na América do Sul, declararam-se solidários aos Estados Unidos. Em janeiro de 1942, foi realizada a Segunda Conferência de Chanceleres Americanos, no Rio de Janeiro. A finalidade era convencer as demais nações latino-americanas a romperem relações políticas, comerciais e financeiras com a Alemanha, Itália e Japão. A dependência da América Latina dos Estados Unidos tornou-se ainda

² Ex-delegado à Conferência Nacional de Comunicação, Secretário Municipal de Comunicação em São Carlos (2007 e 2012).

³ Uma breve história da luta da grande mídia contra os interesses nacionais, 2013. Artigo publicado no site Carta Maior.

⁴ Capital financeiro é a associação do capital bancário com o industrial. É tido como uma base do capitalismo monopolista.

⁵ Entre 1936 e 1947, os Estados Unidos reuniram-se algumas vezes com outros países para discutir questões que envolviam guerra e paz. A primeira conferência especializada foi a Interamericana para a manutenção da paz, realizada em Buenos Aires, em 1936. Essa conferência estabeleceu um mecanismo de consulta ativado por meio de encontros com Ministros de Relações Exteriores.

mais estreita. “As nações latino-americanas foram isoladas dos seus habituais mercados europeus e das fontes europeias de abastecimento” (DOMINGUES; LEITE, 1983, p. 226). Às vésperas do término da guerra, em 1944, com o objetivo de discutir a recuperação do comércio internacional, foi organizada a Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos. O evento reuniu 44 representantes de países aliados.

A Segunda Guerra chegava ao fim em 1945. Na Europa, as nações ocidentais mantiveram o sistema capitalista. Do outro lado, “arrasados, os países europeus receberam ajuda dos capitais norte-americanos através do Plano Marshall⁶” (DOMINGUES; LEITE, 1983, p. 227). Segundo Domingues e Leite (1983), nos países socialistas, a destruição causada pela guerra foi quase total. Mas eles também contaram com o apoio do Comecon (Conselho de Ajuda Econômica Mútua), um programa de reconstrução elaborado em 1949 para as áreas socialistas. Além disso, a URSS deu continuidade a seus planos quinquenais⁷.

Na interpretação de José Jobson de A. Arruda (1976), muito mais do que a Primeira Guerra, a Segunda Guerra alterou profundamente a correlação de forças no mundo. Ele destaca que alguns países ficaram empobrecidos, politicamente desorganizados e com graves problemas sociais, enquanto os vencedores viram aumentados os seus poderes.

Tanto a I como a II Guerra Mundial contribuíram para diminuir a importância econômica, social e política da Europa e para fortalecer os Estados Unidos e a União Soviética. Essas duas superpotências emergiram das guerras como as forças mundiais em torno das quais, numa relação bipolar, giraria toda a política internacional (ARRUDA, 1976, p. 365).

Ao não hesitar em promover intervenções militares em locais nos quais seu poder fosse contestado, a União Soviética conseguiu decisiva hegemonia sobre a Europa Oriental. Em 1955, os laços entre a URSS e os países integrados na órbita socialista foram fortalecidos com a criação do Pacto da Varsóvia, que estabelecia uma aliança no plano militar. Para Domingues e Leite (1983), essa presença marcante da potência socialista perturbou o mundo capitalista. As hostilidades entre os soviéticos e norte-americanos levaram à divisão do mundo em duas grandes áreas de influência com a “Guerra Fria”.

⁶ Plano de reconstrução da economia capitalista europeia através do envio de matérias-primas, produtos e capitais. Foi criado em 1947 e elaborado pelo secretário de Estado George C. Marshall. Era orientado diretamente pelos Estados Unidos.

⁷ Neles eram estabelecidas as metas da economia russa em um prazo de cinco anos.

O surgimento de novos países na África e Ásia fez aparecer uma terceira força: o Terceiro Mundo, formado pelos países subdesenvolvidos, que não se enquadram nem no conjunto das democracias desenvolvidas do Ocidente, nem no conjunto dos países do Oriente, seguidores da União Soviética ou da China. O choque entre o bloco ocidental, liderado pelos Estados Unidos, e a União Soviética e seus aliados manifestou-se principalmente nessas novas áreas, onde os dois blocos tinham interesses políticos e econômicos antagônicos. Em meio a esse choque de interesses, foi fundada, logo depois da guerra, a ONU (Organização das Nações Unidas) numa nova tentativa de resolver os problemas internacionais. Era necessário evitar, a todo custo, um terceiro conflito mundial, que com a utilização das armas atômicas, seria catastrófico (ARRUDA, 1976, p. 365).

A preocupação com a segurança impunha a intervenção nos negócios internos de determinados países, cuja posição geográfica era “militarmente estratégica. Daí surgiu um estranho método de intervenção, misto de ação militar e diplomacia, que ficou conhecido pela expressão ‘*guerra fria*’” (ARRUDA, 1976, p. 369. Grifo do autor). Ainda de acordo com Arruda (1976), os Estados Unidos adotaram a Guerra Fria para conter a expansão russa e, de certo modo, demonstrar confiança em seu poderio militar: “o país não entrava em guerra e também não negociava; procurava ganhar posições estratégicas nas nações que circulavam a Rússia, como a Turquia e a Grécia” (ARRUDA, 1976, p. 369). Em 1949, procurando manter a Europa Ocidental na órbita do Primeiro Mundo, os norte-americanos criaram a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico do Norte).

Tratava-se de um mecanismo que completou o Plano Marshall através de uma aliança militar entre Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo, Noruega, Dinamarca, Islândia, Itália, Portugal, incluindo em 1950 a Grécia, Turquia e Alemanha Ocidental (DOMINGUES; LEITE, 1983, p. 229).

O auxílio mútuo entre países europeus e os Estados Unidos, além de fortalecer a Europa Ocidental, garantiu apoio necessário aos norte-americanos na política intervencionista que eles conceberam. Terminada a Segunda Guerra, esperava-se que a reconstrução da Europa fosse lenta. A demora iria assegurar prosperidade das exportações latino-americanas e, com isso, o crescimento das reservas cambiais. No entanto, isso não ocorreu. “A Europa não tardou a recuperar sua produção industrial e agrícola e, portanto, diminuiu sensivelmente suas compras de produtos latino-americanos” (DOMINGUES; LEITE, 1983, p. 229-230). Paralelamente à queda das exportações, a América Latina viu aumentar as importações de bens de consumo norte-americanos e europeus. “Assim, as reservas monetárias acumuladas durante a guerra

acabaram fluindo para o exterior como pagamento das importações” (DOMINGUES; LEITE, 1983, p. 230).

O efeito sobre a América do Sul se estende no contexto não apenas das implicações políticas, internacionais e econômicas da Guerra Fria. Este processo traz no próprio escopo desdobramentos sociais e também culturais. Era uma oportunidade para o crescimento da influência americana em terras brasileiras. Os Estados Unidos surgiam como uma referência em cultura, economia, meios de comunicação, modelo de sociedade mesmo. Tudo indicava que “a união do poder econômico com o controle da informação seria a questão central para a formação da opinião pública, a nova essência do poder nacional e internacional” (SEVERO, 2013). Era uma primeira diretriz no campo midiático e cultural da estratégia concebida com a política da boa vizinhança. Dessa forma, Henry Luce, editor e proprietário de várias publicações impressas – revistas *Time*, *Life* e *Fortune* –, pediu que os norte-americanos aproveitassem o momento. “Vamos aceitar de todo o coração nosso dever e oportunidade, como a nação mais poderosa do mundo, o pleno impacto de nossa influência para objetivos que consideremos convenientes e por meios que julgemos apropriados” (SCHILLER, 1976 apud SEVERO, 2013).

Esse mesmo editor, anos depois, seria tutor de Victor Civita, idealizador de *Veja*, o que explica não apenas a intensificação da estratégia de influência norte-americana no Brasil, mas a predileção pelo país.

Para que os planos de ocupação econômica pelas corporações americanas fossem alcançados, havia uma batalha pela frente: “como usurpar a independência de nações que lutaram por seus direitos? Como justificar uma postura imperialista do país?” (SEVERO, 2013). Herbert I. Schiller (1976) respondeu:

Existe um poderoso sistema de comunicações para assegurar nas áreas penetradas, não uma submissão rancorosa, mas sim uma lealdade de braços abertos, identificando a presença americana com a liberdade – liberdade de comércio, liberdade de palavra e liberdade de empresa. Em suma, a florescente cadeia dominante da economia e das finanças americanas utiliza os meios de comunicação para sua defesa e entrincheiramento onde quer que já esteja instalada e para sua expansão até lugares onde espera tornar-se ativa (SCHILLER, 1976 apud SEVERO, 2013).

Essa defesa pela via do uso dos meios de comunicação seria facilmente detectada ao longo das edições, da própria história de *Veja*. Desde suas primeiras publicações, o enunciador usou termos e textos de maneira exaustiva, a fim de defender, firmar e convencer o leitor da importância norte-americana. Na leitura de algumas edições,

observa-se que *Veja* cita e cria palavras de ordem, tornando os Estados Unidos um modelo globalizado para os seus leitores.

Segundo José Luiz Aidar Prado (2006)⁸, Gilles Deleuze (1995) chama de “palavra de ordem” a unidade elementar da linguagem. Prado explica que “a linguagem não funciona somente para transmitir a informação sujeita aos critérios de verdade em relação aos estados das coisas do mundo – o chamado enunciado constataativo –, mas serve para emitir ordens para obedecer e fazer obedecer” (DELEUZE, 1995 apud PRADO, 2006, p. 6). Prado também pontua que, para Deleuze, “ordenar, interrogar, prometer, afirmar não é informar um comando, uma dúvida, um compromisso, uma asserção, mas efetuar esses atos específicos imanentes, necessariamente implícitos” (DELEUZE, 1995 apud PRADO, 2006, p. 6).

Severo (2013) relata que com o apoio de Nelson Rockefeller, vários donos de jornais latinos recebiam, de forma subsidiada, toneladas de papel de imprensa transportadas por navios americanos. Além disso, milhões de dólares em anúncios publicitários das maiores corporações eram seletivamente distribuídos. Mas não vinham sozinhos. “Estavam acompanhados de uma verdadeira enxurrada de matérias, reportagens, entrevistas e releases preparados pela divisão de imprensa do Departamento de Estado dos EUA” (SEVERO, 2013).

No Brasil, circulava, desde 1942, a revista *Seleções*, do *Reader's Digest*, trazida por Robert Lund, de Nova York. Como todas as publicações estrangeiras, ela pagava direitos aduaneiros. Porém, com o argumento de ser uma revista “sem implicações políticas e limitada a publicar conteúdos culturais e científicos” (SEVERO, 2013), conseguiu, por meio do então procurador da República, Temístocles Cavalcânti, o direito de ser editada e distribuída no país.

Para Severo (2013), essa foi a porta de entrada para outros títulos estrangeiros. “Logo chegou o grupo *Vision Inc.*, também de Nova York, com as revistas *Dirigente Industrial*, *Dirigente Rural*, *Dirigente Construtor* e muitos outros títulos que vinham repletos de anúncios das corporações industriais” (SEVERO, 2013).

Além dos novos títulos de revistas, a chegada de agências de publicidade americanas teve papel importante na ocupação dos novos mercados. *McCann-Erickson* e *J. Walter*

⁸ Linhas de fuga, da mídia semanal à hipermídia: é possível educar para as mídias?. Artigo apresentando no Intexto, Porto Alegre:UFRGS, v.2,n.15, p.1-12. Julho/dezembro de 2006.

*Thompson*⁹ eram as principais e tinham seu trabalho coordenado diretamente pelo Departamento de Estado.

1.1. A fuga dos judeus e a criação da Editora Abril

A família Civita morava na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Victor Civita (1907-1990) nasceu em Nova York; seu avô passava temporadas nos Estados Unidos para cuidar de negócios de importação. Em 1935, Victor casou-se com Sylvana Alcorso – nascida em Roma. Tiveram dois filhos: Roberto (1936-2013) e Richard (1939). Roberto nasceu em Milão, mas quando estava com dois anos, seus pais decidiram sair do país temerosos com o regime fascista de Benito Mussolini e com o florescimento do nazismo. Foram morar em Paris e, depois, passaram um período em Londres, onde nasceu Richard. Logo, eles se mudaram para a França e, de lá, para os Estados Unidos, onde permaneceram por dez anos.

Em 1949, passado o pesadelo da guerra, a família resolveu passar férias na Itália, onde Victor reencontrou o irmão César, que também estava em férias. Na verdade, ele havia se estabelecido, desde 1940, na Argentina, onde fundara a Editorial Abril e lançara a revista *El Pato Donald*.

César trabalhara desde cedo numa das maiores editoras da Itália, a *Mondadori*. Lá, era responsável pela versão italiana das revistas *Disney* e, durante a guerra, procurou *Walt Disney*, nos Estados Unidos, e obteve licença para publicar as revistas na América do Sul. Assim, estabeleceu-se em Buenos Aires.

Em 1949, ele procurou a VC, como meu pai seria sempre chamado, que fizesse uma editora no Brasil. VC ficou espantado com a sugestão e a princípio descartou a ideia. Mas, pela insistência de César, acabou vindo conhecer o país. Teve uma má impressão do Rio de Janeiro e resolveu vir ver como era São Paulo (VEJA, nº 2324, 2013, p. 95).

A decisão de conhecer a cidade paulistana não rendeu bons comentários. “‘Não perca seu tempo’, foi o que ouviu. ‘Aquilo é uma província. Não tem gráfica, não tem revista, não tem jornalista, não tem nada’” (VEJA, nº2324, 2013, p. 95).

Naquele período, boa parte dos habitantes de São Paulo era descendente de italianos. Victor ficou encantando e decidiu transferir toda a família, então, para a América do Sul.

⁹ “A *McCann-Erickson*, nos anos 60, já possuía 70 escritórios e empregava 4.619 pessoas, em 37 países. A *J. Warter Thompson* tinha 1.110 funcionários, somente na sede de Londres”

Minha mãe, meu irmão e eu estávamos em Nova York. Um dia, voltando da escola, a encontramos sentada na entrada do nosso apartamento na Rua 86, a meio quarteirão do Central Park. Estava com uma carta manuscrita na mão e em estado de choque. E ela nos disse: ‘Vostro padre è impazzito’, seu pai enlouqueceu. ‘Ele está falando nesta carta que vamos viver no Brasil e que eu devo vender o apartamento, chamar uma empresa de mudança, encaixotar tudo, comprar um carro para usarmos lá...’ (VEJA, nº2324, 2013, p. 95).

Em 1950, fundou a Editora Abril e, no dia 12 de julho, lançou o primeiro número de *O Pato Donald* – mais um modelo de revista da cultura norte-americana no Brasil. Em 1951, Roberto inaugurou sua primeira gráfica. Segundo o jornalista Paulo Nogueira (2015), Victor Civita costumava repetir: “É mais fácil fazer diferença no Hemisfério Sul que no Hemisfério Norte” (DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO, 2015).

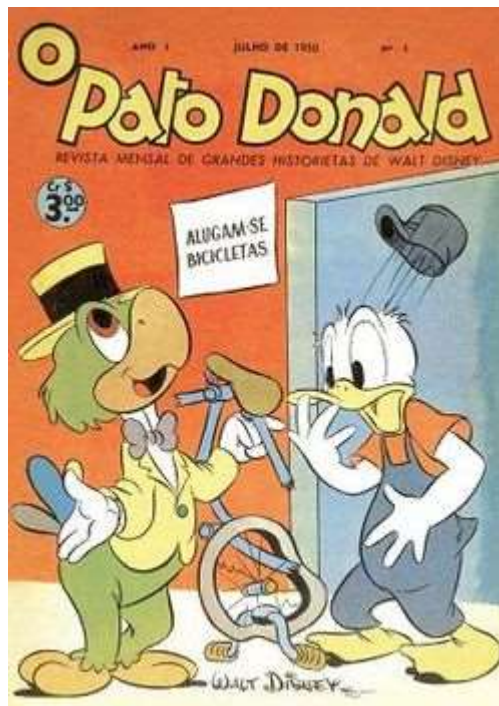


Figura 1. Capa O Pato Donald, nº1, 1950

Victor Civita “desembarcou” no Brasil no ano em que o país sediou a Copa do Mundo, viu a estreia da TV Tupi e a reeleição de Vargas.

Até a década de 1950, o jornalismo brasileiro era mais influenciado pela cultura europeia. A partir de então, a ascendência cultural norte-americana sobre o Brasil aumenta e modifica este cenário. No início daquela década, o mesmo Henry Luce que comparou o poder da informação à “nova essência do poder nacional e internacional” já tinha instalado seu negócio imobiliário – fechado com Nelson Rockefeller e seu amigo Adolf Berle, embaixador americano no país na época do primeiro golpe contra o presidente

Getúlio Vargas – na área mais nobre de Manhattan. Essa proximidade entre política, questões de Estado e mídia ajuda a explicar as fortes relações de Luce com os irmãos Cesar e Victor Civita.

1.2. Breve contexto histórico e político – instabilidade e o Golpe de 64

Nas eleições presidenciais de outubro de 1950, Getúlio Vargas se reelegeu com 48,7% dos votos. Seu novo governo foi marcado pela mesma “orientação nacionalista e populista do anterior (1930-1945), com o Estado exercendo papel central na economia e se apoiando nas classes populares” (CAMARA LEG, 2015). Ele estava no controle da economia e da promoção da indústria nacional e buscou uma aliança com os Estados Unidos, por meio de empréstimos públicos e colaboração técnica.

No entanto, segundo Ana Cláudia Caputo¹⁰ e Hildete Pereira de Melo¹¹ (2008), a crise nas contas externas agravou-se em 1953 pela exacerbação da Guerra Fria, e Vargas começou a se deparar com a resistência de grupos ligados ao capital internacional sendo “duramente combatido pela UDN (União Democrática Nacional) e pela imprensa, em especial pelo jornalista Carlos Lacerda” (CAMARA LEG, 2015).

Em 1954, Getúlio suicidou-se e o vice-presidente Café Filho assumiu o poder. No ano seguinte, as eleições de outubro deram a vitória a Juscelino Kubitschek, do PSD (Partido Social Democrático). O vice-presidente eleito foi João Goulart (PTB).

Empossado em 31 de janeiro de 1956, Juscelino foi o único presidente civil durante o período democrático (de 1946 a 1964) que conseguiu cumprir integralmente o mandato previsto na Constituição, concluindo-o em 31 de janeiro de 1961. Com o plano de metas “50 anos em 5¹²”, conseguiu apoio da maioria do Congresso e das Forças Armadas.

No fim do mandato de JK, Jânio Quadros venceu as eleições de outubro de 1960, com 11,7 milhões de votos. Pela primeira vez, um presidente tomava posse em Brasília, recém construída. Para o historiador Boris Fausto (2010), Jânio começou a governar de forma desconcertante ao ocupar-se de assuntos desproporcionais à relevância de seu

¹⁰ Mestre em Economia pela UFF (Universidade Federal Fluminense).

¹¹ Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

¹² Priorizando cinco setores da economia, o plano compunha-se de 30 metas, além da meta-síntese que era a construção de uma nova capital federal no centro do país. Metas que, mesmo sendo audaciosas por pretender-se realizar em cinco anos o equivalente a 50 anos de desenvolvimento, alcançaram resultados considerados positivos.

cargo, como “a proibição do lança-perfume, do biquíni e das brigas de galos” (FAUSTO, 2010, p. 241). No plano de ações mais importantes, combinou iniciativas “simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores” (FAUSTO, 2010, p. 241). Segundo Fausto, de algum modo, desagradava assim a ambos.

No mesmo período, coincide com a breve gestão de Jânio Quadros o lançamento da Aliança para o Progresso, um plano do governo norte-americano. Ele trazia reformas que envolviam a promessa de “destinar 20 milhões de dólares para a América Latina ao longo de dez anos” (FAUSTO, 2010, p. 241). A Aliança foi aprovada durante uma reunião dos países americanos no Uruguai, mas a delegação cubana, chefiada por Ernesto Che Guevara, não assinou.

Antes de retornar a Cuba, Guevara visita Brasília, onde recebe das mãos de Jânio uma significativa condecoração, a Ordem do Cruzeiro do Sul¹³. Para Fausto, não havia nesse gesto qualquer intenção de demonstrar apoio ao comunismo. “Ele simbolizava para o grande público a política externa independente que Jânio começara a pôr em prática, buscando uma terceira via para o Brasil” (FAUSTO, 2010, p. 242).

Para enfrentar os problemas herdados do governo JK no campo financeiro, Jânio optou por um pacote de estabilização que abarcava desvalorização cambial, contenção de gastos públicos e expansão monetária. “Os subsídios para importação de trigo e petróleo foram reduzidos, o que provocou uma elevação de 100% no preço do pão e dos combustíveis” (FAUSTO, 2010, p. 242). As medidas foram bem recebidas pelos credores do Brasil e novos negócios foram feitos com os Estados Unidos.

O Clube Haia, constituído pelos credores europeus, assim como americanos, reescalou a dívida brasileira em 1961. Novos empréstimos foram contraídos nos Estados Unidos, com o apoio do presidente Kennedy. Jânio era encarado como uma via para impedir que o maior país da América Latina escorregasse pelo caminho da instabilidade e do comunismo (FAUSTO, 2010, p. 242).

Em agosto de 1961, as medidas de contenção financeira começam a afrouxar. O presidente vinha administrando o país sem apoio de uma base política. O PSD e o PTB dominavam o Congresso; Lacerda foi para a oposição e, durante um discurso transmitido pelo rádio, denunciou uma tentativa de golpe janista, articulado pelo ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta. Ele negou a acusação. No dia seguinte, 25 de

¹³ Condecoração cedida pelo presidente do Brasil, a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul é um título que homenageia pessoas notáveis nascidas fora do país.

agosto, Jânio renuncia à Presidência. A decisão foi comunicada ao Congresso Nacional e abriu uma disputa imediata pela sucessão.

A Constituição garantia João Goulart como sucessor, mas a posse foi suspensa. “Enquanto o presidente da Câmara dos Deputados assumiu provisoriamente a Presidência da República, os ministros militares de Jânio vetaram a volta de Jango ao Brasil, por razões de segurança nacional” (FAUSTO, 2010, p. 242). Os militares viam nele a chance de os comunistas chegarem ao poder. Para resolver de forma provisória a crise, o Congresso decidiu mudar o sistema de governo. Passou de presidencialista a parlamentarista. João Goulart tomou posse, com poderes diminuídos, em 7 de setembro.

O início do governo Jango foi caracterizado pelo avanço dos movimentos sociais, crescimento urbano e rápida industrialização. Essas mudanças, segundo Fausto, ampliaram o mercado para produtos agrícolas e pecuária, levando a uma alteração nas formas de posse da terra e de sua utilização. “A terra passou a ser mais rentável do que no passado e os proprietários trataram de expulsar os antigos posseiros ou agravaram suas condições de trabalho. Isso provocou forte descontentamento entre a população rural¹⁴” (FAUSTO, 2010, p. 244).

O governo e dirigentes sindicais trataram de fortalecer este esquema. De acordo com Fausto, a ação previa “assentar-se na colaboração entre o Estado, onde se incluíam os oficiais nacionalistas das Forças Armadas, os intelectuais formuladores da política, a classe operária organizada e a burguesia nacional” (FAUSTO, 2010, p. 246). Em suma, o Estado seria um eixo articulador da aliança cujas premissas eram “o nacionalismo e as reformas sociopolíticas denominadas reformas de base” (FAUSTO, 2010, p. 246). Elas abrangiam um amplo leque de medidas: no plano social, a reforma agrária e urbana; no dos direitos políticos, a necessidade de estender o direito ao voto.

As reformas continham medidas nacionalistas e previam uma intervenção mais ampla do Estado na economia. Entre elas, “a nacionalização das empresas concessionárias de serviço público, dos frigoríficos e da indústria farmacêutica, a estreita regulamentação da remessa de lucros para o exterior e a extensão do monopólio da Petrobrás” (FAUSTO, 2010, p. 246). Para Fausto, as reformas de base eram uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as desigualdades com a ação do Estado.

¹⁴ O movimento rural mais importante do período foi o das Ligas Camponesas, tendo como líder ostensivo uma figura da classe média urbana: o advogado e político pernambucano Francisco Julião.

Mas tudo isso implicava grande mudança e as classes dominantes imprimiram forte resistência. O governo e os grupos de intelectuais de classe média esperavam obter apoio no combate ao imperialismo e na luta pela reforma agrária.

Os investidores estrangeiros seriam competidores desleais do capitalismo nacional; por sua vez, a reforma agrária incentivaria a integração da população do campo à economia de mercado, gerando assim uma nova demanda para os produtos industriais (FAUSTO, 2010, p. 246).

Na esfera política, tornou-se nítida uma diferenciação ideológica dos agrupamentos. Segundo Fausto, se já não havia homogeneidade no interior dos partidos, as divisões tornaram-se maiores no período em que Jango esteve à frente do país. Elas passaram a dizer respeito mais a distinções ideológicas e menos a disputas pessoais.

Goulart começou a governar com poderes restringidos pelo sistema parlamentarista. O primeiro gabinete foi chefiado por Tancredo Neves¹⁵. A linha do presidente, nesses primeiros tempos, foi de moderação, “procurando demonstrar sua adesão aos princípios democráticos e repulsa ao comunismo” (FAUSTO, 2010, p. 249-250). Nessa fase, a questão dos poderes presidenciais volta a ser discutida. O ato que estabeleceu o parlamentarismo previa a realização de um plebiscito - ocasião em que a população deveria decidir o sistema de governo.

De acordo com Fausto (2010), tinha-se quase certeza do triunfo do presidencialismo – já que o parlamentarismo tinha sido implantado como medida para limitar a ação de Jango. “Em janeiro de 1963, um total de 12,3 milhões de votantes responderam ‘não’ ao parlamentarismo” (FAUSTO, 2010, p. 251). Retornava assim o sistema presidencialista, com Goulart na chefia do governo.

Com o objetivo de enfrentar problemas econômico-financeiros, o presidente escolheu um ministério composto por figuras da chamada “esquerda positiva” (FAUSTO, 2010, p. 251). San Tiago Dantas era o ministro da Fazenda e Celso Furtado, do Planejamento, num momento de tensão. “Houve uma escalada da inflação, cujo índice anual passou de 26,3% em 1960 para 33% em 1961 e 54% em 1962” (FAUSTO, 2010, p. 251).

Com este cenário, Furtado lançou o Plano Trienal, que pretendia combinar crescimento econômico, reformas sociais e combate à inflação. Mas o êxito do plano dependeria da colaboração dos setores que tinham voz na sociedade. Os beneficiários da inflação não tinham interesse no sucesso das medidas. “Os inimigos de Jango

¹⁵ Ministro da Justiça de Getúlio em 1954.

desejavam a ruína do governo e o golpe” (FAUSTO, 2010, p. 252). O plano fracassou. “O crescimento do PIB, que fora de 5,3% em 1962, caiu para 1,5% em 1963” (FAUSTO, 2010, p. 252).

Em meados de 1963, a radicalização de diferentes grupos cresceu. No campo, os proprietários rurais começaram a se armar. Nos meios militares, crescia a conspiração contra Jango, fortalecida pelo chefe do Estado-maior do Exército, o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Uma revolta de sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha, ocorrida em Brasília em setembro daquele ano, agravou ainda mais a situação. “A rebelião foi um protesto contra uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que confirmava a impossibilidade de eleição de sargentos” (FAUSTO, 2010, p. 252-253).

Em outubro, sob a justificativa da necessidade de conter a agitação no campo e restabelecer a ordem, Jango propôs ao Congresso a decretação do Estado de Sítio¹⁶ por 30 dias. A proposta fracassou, foi mal recebida tanto pela direita quanto pela esquerda. No mesmo mês, ocorreu a chamada “greve dos 700 mil” (FAUSTO, 2010, p. 253). A última grande paralisação operária em São Paulo durou alguns dias e envolveu setores metalúrgico e químico, entre outros.

No início de 1964, Jango foi aconselhado a participar de alguns eventos específicos, decisão que se revelou um desastre. Segundo Fausto (2010), a ideia era...

Com apoio nos dispositivos militar e sindical, o presidente deveria contornar o Congresso, começando a realizar por decreto as reformas de base. Para mostrar força do governo, reuniria grandes massas em uma série de atos onde iria anunciar as reformas. O primeiro grande comício foi realizado em 13 de março, no Rio de Janeiro (FAUSTO, 2010, p. 253).

Na ocasião, Jango assinou dois decretos. O primeiro consistia na desapropriação das refinarias de petróleo e o segundo – chamado de “decreto da Supra (Superintendência da Reforma Agrária)” (FAUSTO, 2010, p. 253) – declarava sujeitas à desapropriação as propriedades subutilizadas. Para Fausto (2010), o primeiro ato marcou o começo do fim de seu governo. Ele destaca que um grave acontecimento envolvendo a Associação dos Marinheiros¹⁷ ajudou a criar um clima ainda mais favorável aos conspiradores.

¹⁶ O Governo Federal abre precedente sobre os poderes legislativo e judiciário e sobre as liberdades individuais.

¹⁷ A Associação vinha se destacando nas reivindicações dos direitos dos marinheiros e por melhores salários.

No dia 24 de março, o ministro Silvío Mota ordenou a prisão dos dirigentes da Associação, acusados de desrespeitar a hierarquia. Em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos, cerca de 2 mil praças da Marinha e dos fuzileiros se reuniram para novas reivindicações. Mota cercou o local com a ajuda do I Exército. Sob pressão, o ministro da Marinha demitiu-se. Jango opta por um gesto arriscado, segundo o historiador: discursar no Rio na assembleia de sargentos. De acordo com Fausto (2010), o golpe já estava em marcha e foi precipitado pelo general Olímpio Mourão Filho. “Com o apoio do governador Magalhães Pinto, Mourão mobilizou no dia 31 de março tropas sob seu comando sediadas em Minas Gerais e deslocou-se em direção ao Rio de Janeiro” (FAUSTO, 2010, p. 254-255).

A situação se definiu com rapidez inesperada. No dia seguinte, 1º de abril, Goulart voou para Brasília. Naquela noite, rumou para Porto Alegre. O Senado declarou vaga a função de presidente. “Assumi o cargo, na linha constitucional, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli” (FAUSTO, 2010, p. 255). O poder já estava nas mãos dos comandantes militares. “Era o fim da experiência democrática do período 1945-1964. Pela primeira vez na história do país os militares assumiam o poder com a perspectiva de aí permanecer, instaurando o regime autoritário” (FAUSTO, 2010, p. 255).

O novo regime começa a ter força por meio dos chamados AI (Atos Institucionais), justificados como “decorrência do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções” (FAUSTO, 2010, p. 257). No dia 9 de abril de 1964, foi baixado o AI-1 pelos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Formalmente, manteve a Constituição de 1946 com modificações, assim como o funcionamento do Congresso.

Várias medidas do AI-1 tinham o objetivo de reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso. O presidente da República ficava autorizado a enviar ao Congresso projetos de lei que deveriam ser apreciados na Câmara. [...] Como era fácil obstruir votações no Congresso, seus trabalhos normalmente de arrastavam (FAUSTO, 2010, p. 257-258).

Esse golpe político que tirou Jango do poder iniciou uma ditadura que duraria 21 anos. A interferência para salvar o país de um alinhamento com regimes considerados de esquerda obteve amplo apoio de jornais como *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias*. A missão dos meios de comunicação era convencer as pessoas de que Jango levaria o Brasil a um governo comunista. “Algo inadmissível naquele tempo, quando se dizia que o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil”

(INFOESCOLA, 2015). A Editora Abril, como se verá mais à frente, também ajudou a sedimentar este discurso.

A ditadura militar teve como principais características a supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão àqueles que eram contra o regime. Pode-se dizer que esse regime tomou forma a partir de uma aliança entre o Exército brasileiro, a burguesia nacional e a burguesia estrangeira, principalmente dos Estados Unidos – Iremos apresentar este contexto no capítulo 4.

Ainda no contexto da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética eram as superpotências mundiais e disputavam nações sob suas influências. À medida que a Revolução Cubana de 1959¹⁸ cravava influências nas Américas, os Estados Unidos se desesperavam e apoiavam a instalação de governos ditatoriais. Pareciam sempre de prontidão para enviar tropas americanas para ajudar o governo brasileiro a controlar a situação. É o que revela o telegrama enviado por Lincoln Gordon, então embaixador norte-americano no Brasil (1961 a 1966).

Para minimizar a possibilidade de uma guerra civil prolongada [no Brasil] e garantir o apoio de um grande número de adeptos, seria crucial a nossa capacidade de demonstrar apoio e uma certa exibição de força com grande rapidez. Para esse fim, e de acordo com nossas conversas em Washington no dia 21 de março, uma possibilidade parece ser o rápido envio de uma força-tarefa naval para manobras no Atlântico Sul, trazendo-a a uma distância de dois dias de Santos (VEJA, nº1777, 2002, p. 149).

O embaixador relatava aos seus chefes detalhes dos movimentos da política interna brasileira. Segundo *Veja*, “especialmente aqueles que, a seus olhos, poderiam ameaçar a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina” (VEJA, nº1777, 2002, p. 148). Gordon foi peça-chave na ditadura.

1.3. O início de *Veja*

Enquanto Victor Civita abria a Editora Abril em São Paulo, Roberto Civita, seu filho, formava-se em jornalismo e economia na Universidade da Pensilvânia. Em 1951, Roberto conseguiu um estágio na editora *Time Inc*, que controlava as revistas *Time*, *Life* e *Sports Illustrated*, sob a tutela de Luce. De lá, Roberto Civita trouxe para a editora do pai, em 1958, quando voltou ao Brasil, várias ideias inspiradas em modelos

¹⁸ Movimento guerrilheiro liderado por Fidel Castro, Ernesto Guevara e Camilo Cienfuegos. Derrubou o governo ditatorial de Fulgêncio Batista e implantou em Cuba o regime socialista vinculado, política e economicamente, à União Soviética.

estrangeiros. “A proposta da *Time* me deixou alucinado [...]. Eu voltaria para São Paulo desde que pudesse fazer três revistas: uma de negócios, como a *Fortune*, que seria a futura *Exame*; a edição brasileira da *Playboy*; e uma semanal inspirada na *Time*, que seria a *Veja*” (VEJA, nº2324, 2013, p. 96).

Em 11 de setembro de 1968, nasce *Veja e Leia* – mais tarde chamada apenas de *Veja* –, com tiragem de 700 mil exemplares. Na primeira capa, com Victor Civita como editor e diretor, e Mino Carta como diretor de redação, há um fundo vermelho, a foice e o martelo. Vê-se também uma mão esquerda segurando a foice, e duas outras mãos segurando o martelo, além da chamada “O grande duelo no mundo comunista” (VEJA E LEIA, nº1, 1968, p. 1). O enunciador indica uma luta da esquerda com segmentos dela própria.



Figura 2. Capa O grande duelo no mundo comunista, nº 1, 1968

O tema é desdobrado em três textos na editoria Internacional. *Veja e Leia* dedica cinco páginas à primeira reportagem, “Rebelião na galáxia vermelha” (VEJA E LEIA, nº1, 1968, p. 86). Nela, a revista afirma:

Do Mar Negro ao Mar Báltico a humanidade vive de privações, leva uma existência apertada, sem as *pequenas satisfações cotidianas e as comodidades do Ocidente*, que, no entanto, os países da Europa Oriental já conheceram.

Quem vive assim sonha com facilidade, e nos sonhos mescla o essencial ao frívolo (VEJA E LEIA, nº1, 1968, p. 86. Grifos nosso).

A revista enumera dificuldades na Europa Oriental e sugere que modernidade e liberdade são privilégios só no Ocidente. A população do Leste europeu, segundo ela, vive “privações”, e está impossibilitada de suprir “satisfações cotidianas”. A reportagem continua e associa o Leste europeu à lógica do atraso:

O visitante ocidental [...] encontra às vezes nas capitais comunistas da Europa o clima dos anos 30. [...] para os imponentes táxis pretos de Budapeste [...], ou para os casacos de pele que os homens vestem nas ruas de Varsóvia, o tempo parou. [...] Em Bucareste há taxis lustrosos — e, na Romênia, 10 mil carros ao todo, para uma população de 19 milhões. (No Brasil circulam cerca de 2 milhões de carros.) Nas ruas das cidades húngaras, romenas, polonesas, checoslovacas, o comércio é pobre, as vitrinas tristes, os preços de tudo muito altos (VEJA E LEIA, nº1, 1968, p. 86).

O discurso de *Veja e Leia* enfatiza o capitalismo, a crença na livre iniciativa, a competição econômica e a economia de mercado livre como promotora do progresso e do desenvolvimento. Ou seja, *Veja* atuava, de acordo com Maria Celeste Mira (1997), como “porta-voz da linha econômica e política da Editora Abril” (MIRA, 1997, p. 122). Para se consolidar, a revista enfrentou dificuldades. “Durante os cinco primeiros anos, *Veja* operou no vermelho, vendo sua vendagem em banca despencar dos 650.000 exemplares do primeiro número até em torno de 20.000 exemplares, situação dramática para uma revista da Editora Abril” (MIRA, 1997, p. 123).

Celeste Mira (1997) aponta que um dos principais motivos para a queda acentuada na circulação foi ter “decepcionado os leitores, que esperavam uma revista diferente” (MIRA, 1997, p. 126). Quase 50 anos após a primeira edição, *Veja* é a revista com maior tiragem no país. Segundo a ANER, a quantidade de exemplares semanais passa de um milhão, número bem maior do que o da soma da circulação média das suas três principais concorrentes – *Época*, da Editora Globo; *IstoÉ*, da Editora Três; e *Carta Capital*, da Editora Confiança.

De janeiro a setembro de 2014, por exemplo, quando a crise da mídia impressa se intensificou com o fechamento de vários títulos, inclusive da própria Editora Abril, *Veja* teve circulação média de 1.167.928 exemplares, contra 390.709 de *Época*, da Editora Globo, 322.518 da *IstoÉ* e 29.513 da *Carta Capital*. A circulação de *Veja* é, portanto, quase 60% maior do que a soma de suas três concorrentes¹⁹.

¹⁹ ANER - Fonte IVC - Instituto de verificação de Circulação. Revistas Pagas Ativas - Média por edição - Publicação Principal - Total Brasil.

No mundo, *Veja* fica atrás apenas da norte-americana *Time*, a mesma que inspirou sua criação e cuja circulação ultrapassava na mesma época 3,2 milhões de exemplares.



Figura 3. Capa Roberto Civita, nº2324, 2013

Roberto Civita morreu em 26 de maio de 2013 e *Veja* trouxe, no dia 5 de junho, uma edição sobre a história dele e o papel que teve na criação do Grupo Abril. No corpo da matéria, a revista indica o caminho percorrido desde a primeira capa.

Em uma única frase ele cita as seis pessoas que mais amava na vida – e a mais importante revista que criou [...] segundo maior semanário de informações do mundo e à qual imprimiu, desde o início, uma *linha editorial em defesa da democracia, da liberdade de expressão, da livre-iniciativa, da educação e do progresso do Brasil* (VEJA, nº2324, 2013, p. 94. Grifo nosso).

Na Carta ao Leitor desta edição de 2013, *Veja* voltaria a citar sua missão. Para isso, traz as orientações de Roberto Civita. “Esqueçam os parentes, os amigos, *esqueçam as fidelidades partidárias, as simpatias ideológicas, estéticas ou intelectuais. Controlem suas idiossincrasias*” (VEJA, nº2324, 2013, p. 12. Grifo nosso).

Desde seu surgimento, o enunciador se posiciona do lado Ocidental no conflito entre Estados Unidos e União Soviética, em plena Guerra Fria: os norte-americanos estão sempre no modelo a ser seguido (valor-mesmo). Essa defesa ideológica é facilmente identificada ao longo da história de *Veja*.

Já na primeira edição, o número de páginas dedicadas a fatos internos, cobertos pela editoria Brasil²⁰, era menor do que as reportagens referentes ao noticiário estrangeiro – foco no efeito da Guerra Fria que, segundo a reportagem de capa, provocava um duelo no mundo comunista²¹.

Veja adotou um modelo e um padrão de jornalismo que pouco se transformaria de acordo com o momento político. Postura adotada não apenas por *Veja*, mas pela Editora Abril. Na edição sobre a morte de Victor Civita²², a revista trouxe uma entrevista em que ele afirma: “as nossas revistas mudam com os anos, com os tempos, com as tendências. Essa é a razão pela qual continuam tendo sucesso” (VEJA, nº1145, 1990, p. 80).

No que diz respeito à posição ideológica, a revista tornou-se, ao longo dos anos, conservadora e elitista, pendendo mais à direita, seja na defesa sistemática da redução do Estado, nas privatizações ou na leitura e interpretação das desigualdades sociais. Um exemplo disso está no relato de Roberto Civita sobre a equipe da revista *Realidade*²³.

Havia uma preponderância da esquerda, dentro da redação, e alguns jornalistas da equipe chegaram a ter militância política clandestina, com vida dupla, naqueles chamados anos de chumbo. [...] Depois de ter estudado nos Estados Unidos, onde praticamente não havia esquerdistas nas faculdades que cursei, e de ter trabalhado na revista Time, eu não imaginava que no Brasil ainda existisse gente com um pensamento que eu considerava retrógrado. Minha visão sempre foi liberal em relação aos costumes, mas no plano político e econômico já estava convencido de que a livre-iniciativa é o único caminho para o progresso e o desenvolvimento. Não se pode ter, na minha concepção, um país livre e democrata com capitalismo de estado. A livre iniciativa faz parte da equação da democracia. Sem livre-iniciativa, não há concorrência (VEJA, nº2324, 2013, p. 99-100).

O lançamento de *Veja* ocorreu num ano de acontecimentos importantes. Em janeiro de 1968, aconteceu a chamada Ofensiva do Tet, quando guerrilheiros vietcongues invadiram a embaixada americana em Saigon e ocuparam dezenas de cidades em nome do Vietnã do Norte, controlado pelos comunistas. As cidades ocupadas foram retomadas em poucos dias.

A imprensa ocidental mostrou soldados americanos com aparência desorientada, morrendo aos montes, além de revelar imagens chocantes de guerrilheiros capturados e desarmados sendo mortos com tiros na cabeça. Foi o suficiente para que o movimento contra a guerra ganhasse força. Por isso, a

²⁰ A editoria Brasil trouxe 11 páginas com reportagens sobre violência, seca no Nordeste e política.

²¹ A editoria Internacional dedicou 12 páginas para assuntos do mundo.

²² Victor Civita faleceu no dia 24 de agosto de 1990. *Veja* trouxe uma edição com seu legado no dia 29 de agosto de 1990.

²³ Revista brasileira lançada pela Editora Abril em 1966.

Ofensiva de Tet é considerada pelos especialistas o começo da derrota americana na Guerra do Vietnã (GUIA DO ESTUDANTE, 2008).

Também em 1968, o líder negro americano Martin Luther King foi assassinado com um tiro, em Memphis, no Tennessee, na sacada do Lorraine Motel. Ocorreram, ainda, revoltas estudantis na França – movimento conhecido como “Maio de 1968”, que começou com estudantes fazendo exigências a universidades, como quartos mistos, e culminou com uma greve geral, enfraquecendo o governo de Charles de Gaulle.

Em junho, foi a vez da manifestação popular no Rio de Janeiro contra a ditadura. Conhecida como “Passeata dos Cem Mil”, a manifestação foi organizada pelo movimento estudantil. Robert Kennedy, candidato à presidência dos Estados Unidos, também foi assassinado naquele ano. O republicano Richard Nixon foi eleito presidente dos Estados Unidos. Entrou em vigor o AI-5 (Ato Institucional 5), que suprimia a liberdade democrática no Brasil. E ainda tropas da União Soviética invadiram a Tchecoslováquia colocando fim à Primavera de Praga - período de liberalização política, pós Segunda Guerra Mundial.

Enfim, como diz o título da obra do jornalista e escritor Zuenir Ventura, “1968 – o ano que não terminou”, por ter deixado marcas de manifestações, alianças e reivindicações que se refletem na vida política e na sociedade até os dias atuais.

Segundo Marcia Benetti²⁴ (2007), *Veja* nasceu com o desejo de “mudar a cabeça das pessoas” (BENETTI, 2007, p. 42). Para ela, a revista não se enquadra nos gêneros tradicionais do jornalismo. “Seus textos, apesar de todo conteúdo informativo, são sempre construídos com a utilização de adjetivos, advérbios e figuras de linguagem” (BENETTI, 2007, p. 42).

Desde o surgimento, *Veja* é uma publicação de causas, processo que se acentua ao longo do tempo com coberturas bastante direcionadas nas quais muitas vezes não fica suficientemente clara a delimitação entre informação e opinião na estrutura das reportagens. Boa parte das reportagens de *Veja* tem, como preveem alguns conceitos de jornalismo de revista, a busca por um novo ângulo de algo que já foi noticiado pela mídia eletrônica e pelos jornais diários. É também por meio dessa busca que estão as lacunas para um noticiário altamente editorializado, com coberturas carregadas de opiniões, impressões e julgamentos.

²⁴ Doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

1.4. Os valores-mesmos de *Veja*

Há reportagens que contradizem a busca pela construção de um relato, esbarram e migram para uma esfera notadamente opinativa. Na concepção de Prado (2013a), a imprensa constrói a realidade, mas cada enunciador apresenta a sua visão como sendo a mais fiel possível ao interesse público. O poder do enunciador é o de ser quem relata o mundo a partir de sua autoconstrução enunciativa. Com isso, ele se firma e afirma como “todo-sabedor que esclarece o leitor o novo mapa do mundo” (PRADO, 2013a, p. 30).

A linha editorial de *Veja* segue, como já se citou aqui, os valores do grupo editorial ao qual ela pertence. Entre eles, nas palavras do empresário Victor Civita, a liberdade de expressão e o desenvolvimento da livre iniciativa.

A Abril está empenhada em contribuir para a difusão de informação, cultura e entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país (VEJA, nº1145, 1990, p. 1).

Na construção de contratos comunicacionais com os leitores, o enunciador assume posições discursivas apresentadas de modo positivado ou, como define Prado (2013a), se põe como sabedor. De acordo com Patrick Charaudeau (2009), para a construção do interesse social que o jornalismo pressupõe, todo discurso depende das condições específicas da situação de troca. “A situação de comunicação é como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais e aquilo que constitui o seu valor simbólico” (CHARAUDEAU, 2009, p. 67). Segundo ele, as restrições são estabelecidas por regulação das práticas sociais que constroem convenções e normas de linguagens.

Charaudeau (2009) explica que o reconhecimento recíproco das restrições indica uma espécie de acordo prévio de dados. “Um contrato de reconhecimento das condições de realização de troca linguageira em que estão envolvidos: um contrato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2009, p. 68). De acordo com ele, este contrato resulta das características próprias à situação de troca, os dados externos, e das características discursivas decorrentes, os dados internos.

Os dados externos são aqueles que, no campo de uma prática social determinada, são constituídos pelas regularidades comportamentais dos indivíduos que aí efetuam trocas e pelas constantes que caracterizam essas trocas e que permaneceram estáveis por um determinado período (CHARAUDEAU, 2009, p. 68).

Segundo Charaudeau (2009), dados externos podem ser reagrupados em quatro categorias: condição de identidade, de finalidade, de propósito e de dispositivo.

A *identidade* é a condição que requer que todo ato de linguagem dependa dos sujeitos que aí se acham inscritos. Ela se define através das respostas às perguntas: “quem troca com quem?” ou “quem fala com quem?” ou “quem dirige a quem?”. A *finalidade* é a condição que requer que todo ato de linguagem seja ordenado em função de um objetivo. Ela se define através da expectativa de sentido em que se baseia a troca, expectativa de sentido que deve permitir responder à pergunta: “estamos aqui para dizer o quê?”. O *propósito* é a condição que requer que todo ato de comunicação se construa em torno de um domínio de saber, uma maneira de recortar o mundo em “universos de discursos tematizados”. Ele se define através da resposta à pergunta: “do que se trata?”. O *dispositivo* é a condição que requer que o ato de comunicação se construa de uma maneira particular, segundo as circunstâncias materiais em que se desenvolve. Define-se através das respostas às perguntas: “em que ambiente se inscreve o ato de comunicação, que lugares físicos são ocupados pelos parceiros, que canal de transmissão é utilizado?” (CHARAUDEAU, 2009, p. 68-70).

Os dados internos são discursivos, ou seja, permitem responder à pergunta “como dizer?”. Charaudeau (2009) pontua que estes dados constituem as restrições discursivas de todo ato de comunicação. Repartem-se em três espaços de comportamento: espaço de locução, de relação e de tematização.

O espaço de *locução* é aquele no qual o sujeito falante deve resolver o problema da “tomada da palavra”. Nesse sentido, deve-se justificar por que tomou a palavra (em nome de quê). [...] Ele deve, de algum modo, conquistar seu direito de poder comunicar. O espaço de *relação* é aquele no qual o sujeito falante, ao construir sua própria identidade de locutor e a de seu interlocutor (ou destinatário), estabelece relações de força ou aliança, de exclusão ou de inclusão, de agressão ou de convivência com o interlocutor. O espaço de *tematização* é onde é tratado ou organizado o domínio (ou domínios) do saber, o tema (ou temas) da troca, sejam eles predeterminados por instruções contidas nas restrições ou introduzidos pelos participantes de troca (CHARAUDEAU, 2009, p. 71).

Na concepção de Benetti (2007), a produção do texto jornalístico deve sempre levar em conta o posicionamento de dois parceiros – o jornalista e o leitor – e é preciso analisar as condições de troca em que esses parceiros se inserem. De acordo com ela, “*Veja* costuma assumir um tom de legitimidade, como se soubesse mais do que a população em geral e até do que as próprias fontes” (BENETTI, 2007, p. 42). É o que deixa claro Roberto Civita: “os políticos são treinados para mentir, isso é natural e aceito como um meio de evoluir no negócio deles. Então existe sempre a *probabilidade de que um jornalista nosso, bem selecionado, bem treinado e bem pago, esteja com a maior parte da verdade*” (VEJA, nº2324, 2013, p. 92. Grifo nosso).

Veja posiciona-se ideologicamente à direita - isso pode ser observado em muitas de suas reportagens, como já se afirmou aqui. Um dos tantos exemplos diz respeito a seu enunciador ter reservas em relação aos direitos das minorias. Na reportagem “De braços cruzados” (VEJA, nº868, 1985, p. 85), edição do dia 24 de abril de 1985, a revista aborda a paralisação de metalúrgicos²⁵ da Volkswagen, a maior montadora brasileira à época. Para deslegitimar a luta dos trabalhadores em greve, o enunciador recorre a uma ironia: “Os 37 000 funcionários da Volkswagen do Brasil, a montadora número 1 do país, ocuparam todo o seu tempo na fábrica, na sexta-feira passada, em conversas amenas, jogos de dominó e leitura de jornais” (VEJA, nº868, 1985, p. 85).

Veja também subiu o tom na crítica a diversas greves que ocorriam no início da chamada Nova República, o período que envolve a vitória de Tancredo Neves no colégio eleitoral, a posse de José Sarney (em função da morte de Tancredo) e a eleição de Fernando Collor. O enunciador dedicou outra capa, 14 dias depois, em 8 de maio de 1985, ao tema. A manchete trazia “O teste das greves” (VEJA, nº870, 1985, p. 1) e a imagem de pessoas empunhando bandeiras da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e do PT (Partido dos Trabalhadores).

²⁵ Suas reivindicações: redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, trimestralidade dos reajustes e aumento de 4% acima do INPC - sem distinção de faixa salarial. A jornada oscilava entre 45 e 48 horas por semana.



Figura 4. Capa O teste das greves, nº870, 1985

A matéria foi o principal destaque da editoria Brasil com a manchete “A febre paralisante” (VEJA, nº870, 1985, p. 36). Nela, *Veja* relata que, desde 15 de março - quando o presidente José Sarney chegara ao Planalto -, 16 categorias tinham entrado em greve em nove Estados “fazendo com que 400 000 trabalhadores *cruzassem os braços*” (VEJA, nº870, 1985, p. 36. Grifo nosso). Em seguida, o enunciador diz que estes números são “modestos para países com larga *tradição sindical*” (VEJA, nº870, 1985, p. 36. Grifo nosso), mas revela descrença. “Na semana passada, era possível colher muitos outros indícios de que a visão de um *Brasil imobilizado pelos sindicatos* ainda pertence ao mundo da fantasia” (VEJA, nº870, 1985, p. 36. Grifo nosso). Nas linhas seguintes, ela apresenta a greve como problema, como indutora do prejuízo das indústrias e aposta que movimentos sindicais podem perder o fôlego rapidamente.

As profundas cisões existentes no movimento sindical não favorecem ações conjuntas – ao contrário, obrigam cada sindicato a valer-se de recursos próprios na tentativa de dobrar os empresários. Entregues à solidão, alguns deles sucumbem [...]. Os metalúrgicos do ABC e do Vale do Paraíba, por exemplo, mantêm-se em greve há 22 dias, reivindicando aumentos salariais, reajustes trimestrais e a redução da jornada de trabalho – itens que hoje frequentam praticamente todas as pautas dos sindicatos em greve. Na sexta-feira passada, o movimento dos metalúrgicos começava a dar sinais de que logo pode lhe faltar

fôlego. Em contrapartida, as indústrias atingidas pela paralisação amargavam prejuízos num total de 3 trilhões de cruzeiros (VEJA, nº870, 1985, p. 37).

O enunciador combate o que chama de sindicalismo radical. Dez anos depois, com a moeda estável e a inflação controlada, ela traria “FHC encara a CUT” (VEJA, nº1393, 1995, p. 32). Na pauta, a greve dos petroleiros. Segundo a revista, desde o final do governo do General João Figueiredo, sempre que os trabalhadores entravam em greve, o Planalto atendia alguns pedidos. Desta vez, o presidente estava irredutível.

Veja ultrapassa o nível do texto informativo e se coloca na posição de indicar, numa reportagem, que os caminhos adotados pelo presidente foram corretos para combater “sindicalistas, que não sabiam de que forma sair sem humilhação *de uma greve que agrediu a lei e o cidadão comum*” (VEJA, nº1393, 1995, p. 32). Para ela, “o governo Fernando Henrique Cardoso mostrou firmeza, coerência e até competência” (VEJA, nº1394, 1995, p. 22). Na mesma reportagem, a revista cita que medidas semelhantes já tinham sido adotadas por países nos quais o governo pretendia reformar a economia.

Foi assim na Inglaterra de Margaret Thatcher, que deu impulso às mudanças depois de quebrar a espinha de uma gigantesca greve de mineiros. E também nos Estados Unidos, quando Ronald Reagan aceitou e venceu um desafio dos controladores de tráfego aéreo (VEJA, nº1393, 1995, p. 32).

O discurso ideológico segue forte, com direito inclusive à imagem de FHC como combatente. Na edição do dia 31 de maio de 1995, *Veja* associa o embate entre o sindicalismo e o governo como entrave à modernização do país.



Figura 5. Capa FHC peita a CUT, nº1394, 1995

No miolo, a reportagem revela que Fernando Henrique Cardoso ordenou que 1.630 soldados do Exército ocupassem refinarias da Petrobrás. Segundo *Veja*, a explicação do ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, foi que a tropa fora mobilizada para “garantir os direitos de quem se dispunha a trabalhar” (VEJA, nº1394, 1995, p. 20). Em seguida, apresenta o discurso direto do comandante da 5ª Região Militar. “Se tiver que atirar, vou atirar para manter a integridade das instalações”, disse o general Antonio Araújo de Medeiros” (VEJA, nº1394, 1995, p. 20). De acordo com a revista, a intervenção foi “pacífica, e todas as pesquisas de opinião mostraram que a população apoiava a decisão do presidente em vestir o capacete” (VEJA, nº1394, 1995, p. 20). Já na edição do dia 14 de junho, *Veja* indica o caminho para o futuro. “O governo ganha fácil e abre caminho para mudar a produção do petróleo no Brasil” (VEJA, nº1396, 1995, p. 30).

Veja, como se observa, amplifica um discurso liberal-conservador. Este campo, segundo Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), “tem insistentemente argumentado que as sociedades ocidentais enfrentam uma crise de governabilidade e a ameaça de dissolução frente à ameaça igualitária” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 50). Neste caso, Laclau aponta que a luta da classe trabalhadora “forçara o capital a modificar sua

composição interna e suas formas de dominação” (TRONTI²⁶ apud LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 148).

Ainda sobre o modo de construção empreendido por *Veja* em determinados temas, Prado explica que a mesmidade se refere, por exemplo, ao sucesso da livre iniciativa, ao galgar degraus na escala socioeconômica de posicionamento social, aos modelos aceitos pelas classes médias e altas como modalizadores típicos para o crescimento e sucesso pessoal e social.

Em 1986, Brasil e Estados Unidos enfrentavam uma crise diplomática e comercial por causa da regulamentação da Lei de Informática. Ao cobrir o assunto, *Veja* recomenda que seguir os passos dos norte-americanos, mais do que se modernizar, é romper com a vanguarda do atraso. Identificam-se nesta cobertura os pontos nodais que totalizam, costuram um discurso que fala a essa classe média, não a todas as classes médias.

[...] chamaremos de articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos de discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178).

Segundo Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), o discurso é também uma tentativa de dominar o campo da discursividade²⁷ e deter o fluxo das diferenças, construindo um centro. Para isso, como explica Prado (2013a), o discurso amplia as cadeias significantes que buscam fixar os sentidos. De acordo com Prado, os pontos nodais fixam os sentidos ao criar a identidade de um discurso pela construção de um nó. Na concepção de Laclau e Mouffe (2015), pontos nodais²⁸ são “os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178).

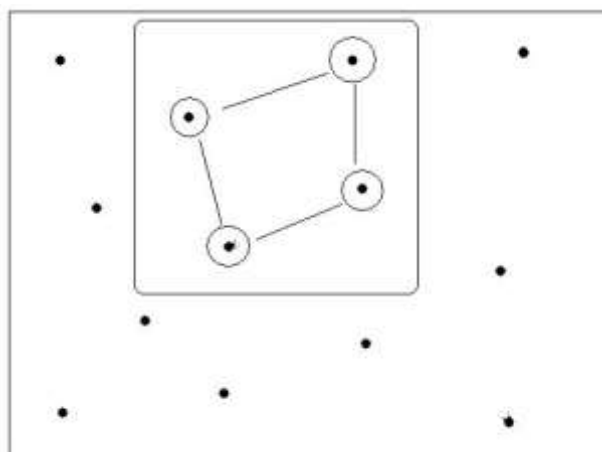
Fabio Alves Ferreira (2011) explica a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau²⁹ com a seguinte figura.

²⁶ Mario Tronti em *A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes até Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

²⁷ Para Laclau e Mouffe, este campo determina simultaneamente o caráter discursivo de qualquer objeto.

²⁸ Laclau desenvolveu este conceito a partir da teoria de Jacques Lacan, que os chamava de *points de capiton*.

²⁹ Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. Artigo publicado na Revista Espaço Acadêmico, nº 127, dezembro de 2011.



Quadro 1. O discurso em Ernesto Laclau

Ferreira explica como funciona a prática articulatória e a conexão desses diversos elementos-momentos que constituem o discurso.

1. Cada ponto é um ELEMENTO: diferenças sociais que não estão articuladas discursivamente. Isto pode acontecer, por não portarem demandas identificadas com outras demandas, na pluralidade de demandas do social.
2. Cada ponto no interior de um círculo é um ELEMENTO/MOMENTO: posições diferenciais que aparecem articuladas no interior de um discurso – a articulação de um momento num discurso, não impede sua articulação em outro discurso; desta maneira ele seria o mesmo elemento, entretanto teria sua natureza modificada de acordo com a articulação com outras identidades na formação de cada discurso. Por exemplo: identidades religiosas podem discutir o direito de acesso à terra, mas, pode também, está articulado numa outra prática discursiva na qual se coloca contra o direito de liberdade sexual.
3. Cada linha que liga os momentos é chamada de ARTICULAÇÃO: Os pontos nodais desenvolvem a função de fixar parcialmente o sentido. Essa fixação é parcial, pois o social tem essencialmente o caráter aberto, incerto, contingente, polissêmico.
4. O quadrado em torno dos elementos articulados é o DISCURSO: a totalidade articulada, resultante da prática articulatória e antagônica, plural de elementos/momentos hegemonzados (FERREIRA, 2011, p. 16-17).

É por este motivo que, como afirma Prado, a sociedade nunca conseguirá ser igual a si mesma, “pois a articulação constrói pontos nodais que fixam apenas parcialmente o sentido” (PRADO, 2013a, p. 99).

A revista busca criar com seu leitor – revoltado com os entraves para o florescimento do liberalismo moderno – uma empatia. Para isso, *Veja* constrói o apelo da solidariedade. Ela enfatiza nas reportagens as alegrias e as frustrações de seu público. Para o enunciador, essa abertura comercial significa também liberdade, oportunidade e beneficia o consumidor. A sustentação narrativa é a de que o Estado brasileiro, como instituição, está diante da chance de romper com o atraso tecnológico e com a letargia

anacrônica. É o que ocorre em “Sinais de boa vontade” (VEJA, nº 940, 1986, p. 108), reportagem publicada na edição de 10 de setembro de 1986, sobre a ida do presidente José Sarney aos Estados Unidos para tentar evitar a briga comercial no campo da informática.

De 1977, no governo do General Ernesto Geisel, a 1991, quando o país era governado por Fernando Collor de Mello, o Brasil planejou uma política de informática pensando em criar uma indústria local e obter tecnologia de ponta. De acordo com o Hideharu Carlos Ikehara³⁰, os Estados Unidos foram contra a reserva e desenvolveram um processo que ficou conhecido como “contencioso Brasil/Estados Unidos” (IKEHARA, 1997, p. 10)³¹. Baseado na Lei de Comércio americana³², o conteúdo acusava o governo brasileiro de práticas desleais no comércio internacional. “Seu alvo era a política de informática. Este contencioso durou até junho de 1988 e resultou em severas retaliações comerciais americanas para com o Brasil” (IKEHARA, 1997, p. 10).

De acordo com *Veja*, o encontro de Sarney com Ronald Reagan era para discutir o inquérito, aberto pelo presidente americano em 7 de setembro de 1985, sobre “os danos que a aplicação da Lei de Informática pela SEI (Secretaria Especial de Informática) pudessem estar trazendo, no Brasil, às filiais das empresas americanas” (VEJA, nº 940, 1986, p. 108).

Além de duras e irônicas críticas à legislação brasileira, a publicação apresentava o Brasil como elo mais fraco, aludindo certa dependência ou subserviência ao mercado norte-americano. O enunciador indicava que o melhor roteiro que se desenhara em Brasília, em torno dessa viagem, previa “*voltar para casa sem a perspectiva próxima de ver o Brasil metido numa explosiva briga comercial com os Estados Unidos*” (VEJA, nº 940, 1986, p. 108. Grifo nosso). De acordo com a revista, a intenção de negociar foi repassada a Washington, graças a canais abertos entre o Palácio do Planalto e a Casa Branca. E “o clima sombrio nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos” (VEJA, nº 940, 1986, p. 108) poderia ser superado. Nas linhas seguintes, o enunciador *Veja* afirma os riscos às exportações brasileiras.

³⁰ Mestre em economia e professor da Unipar (Universidade Paraense) e da UEL (Universidade Estadual de Londrina).

³¹ A reserva de mercado de informática no Brasil e seus resultados. Artigo publicado na *Akrópolis - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*. Capa > v. 5, nº18, 1997.

³² A seção 301 da Trade Act de 1974, autoriza o USTR (US Trade Representative) a adotar medidas contra qualquer ato, política ou prática que limite ou restrinja o comércio dos Estados Unidos com outras nações.

Às vésperas do embarque de Sarney, segundo assessores, seriam mais remotas as possibilidades de ocorrer o pior, como se vinha temendo cada vez mais nas últimas semanas, ou seja, que Reagan venha a adotar sanções contra as exportações brasileiras em represália às chamadas “práticas comerciais desleais” seguidas pelo Brasil na aplicação da reserva de mercado no campo da informática (VEJA, nº 940, 1986, p. 108).

O risco – alerta repetido – pode ser interpretado também como recomendação para que a estratégia nacional seja a de solucionar os problemas pela via da subordinação, evitando sanções às exportações brasileiras.

Se as represálias americanas se tornassem inevitáveis, segundo assessores do conselho econômico da Casa Branca, seriam atingidas preferencialmente as exportações brasileiras de calçados, suco de laranja e aço destinadas ao mercado dos Estados Unidos – *o maior consumidor de tudo o que o Brasil vende no exterior e peça-chave para o equilíbrio da economia nacional* (VEJA, nº 940, 1986, p. 108. Grifo nosso).

Ao ressaltar a importância do mercado norte-americano para as exportações nacionais, *Veja* reafirma a posição subalterna da economia brasileira diante da maior economia do mundo, escolha assumida em praticamente toda a sua história. É uma forma de aceitação diante de um poder maior e difícil de enfrentar, por um lado, e dos interesses da elite local, de outro, que abocanhava benesses com essa posição.

De acordo com Prado (2006b), os Mesmos são figuras enunciadas que reúnem as séries de paisagens socioculturais e políticas construídas pela mídia e homólogas à valorização média de seus públicos. São afastadas do espaço dos valores-mesmos de *Veja*, por exemplo, as figuras do criminoso, sem-terra, árabe, do excluído e do miserável. Nos valores-mesmos estão também as principais marcas e diretrizes do pensamento liberal norte-americano:

| OS VALORES-MESMOS DE VEJA | PONTOS NODAIS |
|---------------------------|--------------------------------|
| Capitalismo | Progresso/Liberdade |
| Liberalismo Econômico | Modernidade/Desenvolvimento |
| Economia Norte- Americana | Força/Vigor/Pujança/Inspiração |

Tabela 1. Os valores-mesmos e os pontos nodais de *Veja*

Segundo Prado (2013a), o discurso de *Veja* modaliza³³ o agir do leitor quando o enunciador apresenta que o mundo é precisamente aquilo mesmo que ele descreve. “O reino mágico de *Veja* alerta para os perigos do mundo (veja o crescimento urbano, da violência, do crime, arme-se!)” (PRADO, 2013a, p. 113).

Um exemplo ocorre em 2005, ano em que tivemos um referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição. O eleitor decidiria, por meio de consulta popular em 23 de outubro³⁴, os rumos do comércio de armas no Brasil. Na edição de 5 de outubro, *Veja* estampa “7 razões para votar NÃO” (VEJA, nº1925, 2005, p. 1) – e crava, logo na capa, o seguinte argumento: “a proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos”.



Figura 6. Capa 7 Razões para votar NÃO, nº1925, 2005

A reportagem de miolo recebe o chapéu “Especial” e a manchete, “Referendo da fumaça” (VEJA, nº1925, 2005, p. 77). O enunciador prescreve ao público meios para enfrentar a violência urbana e é enfático na defesa ao direito ao uso de armas. “VEJA

³³ O discurso modalizador é o que promove uma ação base nos verbos modais: poder, querer, dever, fazer, ser, explica Prado.

³⁴ No dia 23 de outubro de 2005, depois de um intenso debate popular, 59 milhões de brasileiros (63% dos eleitores) foram às urnas e rejeitaram a proibição da venda de armas de fogo e munições em um referendo.

acredita que a atitude que melhor serve aos interesses dos seus leitores e do país é incentivar a rejeição da proposta de proibição” (VEJA, nº1925, 2005, p. 77).

O que motiva essa afirmação do direito de estimular o cidadão a comprar e ter uma arma? Além do argumento de livre escolha, por si só questionável neste caso, existe um pressuposto de que a sociedade dos vencedores, de quem batalha todos os dias para chegar lá, tem de encontrar meios de agir por si própria para se proteger da criminalidade. Este cenário permite um paralelo com o que o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1998) aponta como “fascismo social” (FOLHA UOL, 1998a).

Na sociedade do fim do século, o Estado de natureza é a desestabilização total das expectativas das classes populares, ansiedade permanente da grande maioria em relação a presente e futuro, caos permanente nos atos mais simples de sobrevivência ou convivência. A ampliação de "Estados de natureza", dos quais não se tem a opção individual ou coletiva de sair, configura uma crise de tipo paradigmática, epocal. É, pois, situação de muitos riscos. Julgo que todos se podem resumir num só: a emergência do fascismo social (FOLHA UOL, 1998a).

Sousa Santos (2003) define o fascismo como “um regime social, um sistema de relações sociais muito desiguais que coexiste cumplicemente com uma democracia política socialmente desarmada” (CARTA MAIOR, 2003). O fascismo social, segundo ele, “é a extrema polarização da riqueza em muitos países” (FOLHA UOL, 2001b). Para o sociólogo, o Brasil é um bom exemplo de sociedade democrática que convive com fascismo social.

[...] o Brasil está criando uma forma de convivência semelhante à produzida pelas sociedades fascistas tradicionais. *É a convivência com o medo, o colapso total das expectativas, que é o fato de a pessoa viver sem saber se amanhã estará viva, se terá emprego, se terá liberdade.* Esse tipo de convivência fascista não está sendo produzido por um Estado fascista: o Estado é democrático, há partidos, há assembleias, há leis, há instituições públicas. Simplesmente há uma população, cada vez maior, que não tem acesso a esses direitos (FOLHA UOLb, 2001. Grifo nosso).

A associação que *Veja* estabelece é a de que nos Estados Unidos o porte de armas está diretamente relacionado à conquista da liberdade individual. De acordo com a antropóloga Tereza Caldeira (2008), a construção discursiva da revista sobre crime divide o mundo entre o bem e o mal. E criminaliza certas categorias. O enunciador observa com naturalidade a tendência da classe média se armar. Nas duas capas a seguir, publicadas com um intervalo de 15 anos, há a indicação de autodefesa na edição de 1984 e de sensação de segurança na de 1999.



Figura 7. Capa O Brasileiro se arma, nº822, 1984



Figura 8. Capa Armas – ter ou não ter?, nº1603, 1999

Nas duas edições, a relação com o fascismo social de Boaventura eclode com mais força quando “os direitos de cidadania, antes considerados inalienáveis, são confiscados – e, sem estes, os excluídos passam da condição de cidadãos à de servos. [...] As exclusões produzidas são radicais e inelutáveis, a tal ponto que os que as sofrem, apesar de formalmente cidadãos, são de fato excluídos da sociedade civil” (FOLHA UOLa, 1998).

Segundo a posição do enunciador de *Veja* em edições de três décadas distintas, a sociedade tem o direito de se armar para se proteger. Esse direito, por aqui, é associado à lógica da liberdade que permeou e norteou o mesmo direito para cidadãos norte-americanos. O olhar do enunciador não se curva sequer à reflexão de uma lógica segundo a qual uma sociedade mais armada é, presumivelmente, uma sociedade mais propensa à violência. Uma das características do fascismo social é justamente o fato de que as pessoas vivam com medo e, apesar da democracia, não tenham assegurados direitos mínimos, como aquele à segurança.

Ainda segundo o sociólogo, “as relações sociais são fascistas porque um grupo social tem direito de veto sobre outros” (FOLHA UOLb, 2001) e parte desse direito se estabelece justamente pela via do direito ao porte de armas, como no caso de facções

criminosas. “Os grupos armados das favelas dizem às pessoas a que horas elas devem entrar, devem sair etc” (FOLHA UOLb, 2001).

A revista dedicaria mais uma edição ao assunto após a votação do referendo, perfazendo as três diferentes capas sobre armas em 1984, 1999 e 2005. Desta vez, em 26 de outubro – contrariada com a rejeição à ideia que ela defendera no plebiscito, no seguinte tom: “Depois do referendo, vamos ao que interessa: 7 soluções testadas e aprovadas contra o crime” (VEJA, nº1928, 2005, p. 1).



Figura 9. Capa 7 soluções contra o crime, nº1928, 2005

O que está em jogo com uma pauta como essa depois da vontade popular ter expressado algo diferente do que a revista prescrevia? Está em jogo também a forma de discutir a autonomia do cidadão para se proteger da violência urbana, mesmo quando este direito é minoria numa consulta popular. Para isso, o enunciador constroi a moral do mais forte, do mais poderoso. “Aquele que busca vitória precisa de uma revista vitoriosa, de um enunciador potente, de opinião forte. É preciso apresentar e reapresentar a imagem do vitorioso” (PRADO, 2013a, p. 115). Desta vez, *Veja* traz uma lista de medidas que obtiveram sucesso em outros estados e países – destaque para os Estados Unidos.

Em 1982, o estado da Califórnia, nos Estados Unidos, aprovou condenações mais longas para homicídios, estupros, assaltos a mão armada e roubos a residências e lojas. Em três anos, a criminalidade no Estado caiu 8%. Sete anos depois, a queda chegou a 20% (VEJA, nº1928, 2005, p. 68).

Para *Veja*, o capitalismo, como o direito à arma, representa uma outra força a ser, sempre que possível, enaltecida. Ao longo de décadas, mesmo diante de cenários econômicos marcados por profundas incertezas e que poderiam suscitar uma discussão mais ampla, *Veja* estava lá – não apenas para assegurar a certeza da sobrevivência do sistema, mas a capacidade que ele teria de se reinventar e sair revigorado de intempéries globais.

Um breve exemplo está na reportagem de capa da edição de 15 de outubro de 2003, que discute o papel e a posição do Brasil na Alca (Área de Livre Comércio das Américas)³⁵ com a chamada “Brasil peita os EUA na Alca – Coragem ou estupidez?” (VEJA, nº1824, 2003, p. 1). A imagem mostra um canário com uma faixa “Brasil” à cabeça, uma metáfora com a “seleção canarinho”³⁶, chamando uma águia de tamanho e imponência colossais para a briga.

³⁵ Proposta lançada pelos Estados Unidos em 1994, durante a Cúpula das Américas – encontro que promove acordos comerciais. Foram assinados a Declaração de Princípios e o Plano de Ação para eliminar barreiras alfandegárias entre os 34 países, exceto Cuba, e formar uma área de livre comércio.

³⁶ Depois da perda do Mundial de 1950, a CBD decidiu mudar as cores da seleção, que até então vestia branco. Um concurso foi promovido e o vencedor foi o gaúcho Aldyr Garcia Schlee. A nova camisa inspirou o radialista Geraldo José de Almeida a usar o termo “seleção canarinho”.



Figura 10. Capa Coragem ou estupidez?, nº1824, 2003

O enunciador indica que o Brasil está disposto a enfrentar, com o roteiro similar ao da jornada de um herói,³⁷ um dos símbolos de uma nação que sempre enalteceu sua pujança econômica. A insensatez da valentia comercial tupiniquim surge no texto com uma ironia à esquerda.

Do ponto de vista de alguns diplomatas brasileiros conhecidos em Brasília como “as viúvas de Stalin”, que estavam tendo exagerada e indevida influência nas negociações comerciais, tudo o que afaste o Brasil dos Estados Unidos é considerado um triunfo. O isolamento comercial seria apenas o preço a pagar para livrar o povo brasileiro da "anexação" ao império americano (VEJA, nº1824, 2003, p. 42).

A águia assume também a representação de algo a que se deve admirar.

³⁷ A obra A jornada do herói é de Joseph Campbell, estudioso norte-americano de mitologia e religião. Nascido no dia 26 de março de 1904, na cidade de Nova York.



Figura 11. A imagem impressiona, nº2250, 2012

Ao colocar o papagaio em frente ao espelho para que ele observe e se veja refletido na águia, o enunciador assume um viés político, de subserviência ou idolatria à economia norte-americana.

É possível identificar também formas bem distintas que o enunciador usa para estabelecer comparações entre os dois países. Para isso, é importante recorrer a uma fonte que traga, no bojo do seu discurso, elementos notadamente liberais como a capacidade de produzir e de cumprir metas.

“Para o brasileiro, a virtude sempre esteve associada mais ao tempo e esforço despendidos no trabalho do que ao desempenho alcançado. Em países como os Estados Unidos, por exemplo, os fatores que contam são a produtividade e o cumprimento de metas”, diz Jorge Arbache, professor de economia da Universidade de Brasília (VEJA, nº2250, 2012, p. 74).

Tudo que os Estados Unidos fazem – sobretudo nos aspectos sociais, políticos e econômicos, como veremos no capítulo 4 – é voltado para o “bem” do mundo, de acordo com *Veja*. Ao Brasil, cabe um papel secundário de reverenciar o poder da mais importante economia e democracia do Ocidente. Em entrevista ao *Le Monde*

Diplomatique Brasil (2007), Noam Chomsky³⁸ explica que essa é uma estratégia para fixar uma ideologia:

Quando uma pessoa exerce poder sobre outra, seja um ditador, um colonizador, um burocrata, um patrão ou um marido, ela precisa de uma ideologia justificadora, que sempre redunde na mesma coisa: a dominação é exercida para “o bem” do dominado. Em outras palavras, *o poder se apresenta sempre como altruísta, desinteressado, generoso* (LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, 2007. Grifo nosso).

Historicamente, *Veja* caminharia para se tornar mordaz combatente dos que ousam questionar o antiamericanismo. Um exemplo está na edição de 9 de agosto de 2006, na reportagem intitulada “O perfeito idiota paquistanês” (VEJA, nº1968, 2006, p. 78). O primeiro parágrafo cita Noam Chomsky como alguém a quem a esquerda presta idolatria por críticas aos Estados Unidos.

No mercado internacional de ideias, o antiamericanismo vende bem. Não requer originalidade nem brilho – apenas uma cantilena contra George W. Bush e o imperialismo. Há intelectuais que ganham a vida explorando esse filão. O mais notório é o americano Noam Chomsky, mas o paquistanês Tariq Ali (que presta verdadeira idolatria a Chomsky) vem logo atrás (VEJA, nº1968, 2006, p. 78).

O mesmo Noam Chomsky, agora sistematicamente criticado, fora bastante enaltecido na edição de 9 de julho de 1975. *Veja* trouxe, nas Páginas Amarelas, a entrevista com Chomsky, sob o título “Um linguista apaixonado pela política – o prestigiado professor americano discute os problemas do terceiro mundo” (VEJA, nº357, 1975, p. 2).

³⁸ Professor de linguística e filosofia no MIT (Massachusetts Institute of Technology).



Figura 12. Entrevista Noam Chomsky, nº357, 1975

Na abertura da entrevista, o enunciador afirma que Chomsky “costuma ser apontado como o mais importante lingüista do mundo ocidental” (VEJA, nº357, 1975, p. 2), mas, devido a sua “militância política, pelas repercussões de seus livros não publicados no Brasil, transformou-se numa espécie de mito revolucionário para a juventude americana” (VEJA, nº357, 1975, p. 2). Em seguida, *Veja* traça um breve perfil antes do pingue-pongue.

Ao falar sobre um modelo internacional de revolução, Chomsky é cético. Para ele, “as características gerais das ideologias costumam ser muito estreitas, uma vez que não levam em consideração os problemas e as formas particulares de cada país” (VEJA, nº357, 1975, p. 2). O lingüista acredita que o mais importante seria identificar não apenas as diferenças quantitativas que ocorrem no processo de desenvolvimento e industrialização entre o Terceiro Mundo e os demais mundos, mas também “até que ponto a forma de desenvolvimento que o Terceiro Mundo pede – se é que pede – é qualitativamente diferente da dos países já desenvolvidos” (VEJA, nº357, 1975, p. 3-4).

Ao ser questionado sobre seu país, Chomsky diz que “o maior problema dos Estados Unidos está no fato de o país não possuir o que eu chamaria de partido de massa” (VEJA, nº357, 1975, p. 6). Segundo ele, o Partido Democrata, cuja tendência era ser mais liberal do que o Partido Republicano, não se encaixava nesse molde. Ele

finaliza com descrença: “eu imagino um partido que congregasse os trabalhadores. Mas creio que esperar por ele é uma mera utopia” (VEJA, nº357, 1975, p. 6). Adiante, sob o intertítulo “A insignificância de Watergate” (VEJA, nº357, 1975, p. 6), *Veja* pergunta a que ele atribui a “tendência cada vez mais marcada de pessimismo que envolve a América” (VEJA, nº357, 1975, p. 6). Noam Chomsky não economiza nas críticas.

Durante muito tempo dominou os Estados Unidos uma ideologia capitalista-liberal de caráter triunfante. E essa ideologia se encarregou de criar a ilusão de que o país possuía um poder econômico infinito, uma iluminada capacidade de desenvolvimento. Do ponto de vista internacional, também despontávamos como modelo de poder. Nada mais exemplificador do que a imagem de poder mundial que os Estados Unidos tinham em 1945. Agora, porém, me parece evidente que, dada a situação real de deterioração pela qual a América está passando, ficou bastante difícil continuarmos com essa idealização (VEJA, nº357, 1975, p. 6).

Segundo Chomsky, as estruturas deveriam ser modificadas e alguns problemas da economia americana naquele momento estavam relacionados à industrialização e ao tipo de planificação social. Chomsky exemplifica com a crise de energia.

O principal motivo da crise remonta à I Guerra Mundial, quando o Estado decidiu consumir os recursos com os quais contava, ao destruir o sistema de transporte público que existia para entregar o poder a duas ou três companhias produtoras de automóveis. O automóvel forneceu a base para um tipo de economia industrial absolutamente irracional (VEJA, nº357, 1975, p. 6).

A postura refratária de *Veja* a Chomsky desenvolveu-se à medida que o linguista assumiu posições públicas contrárias aos imaginários-mesmos da publicação, ou seja, liberais. Segundo ele, a imprensa tenta passar uma imagem generosa, de um organismo social que trabalha a favor da verdade e do público, mas, na realidade, utiliza tais argumentos para justificar e manter o poder.

Charaudeau sugere que o debate nas mídias surge como meio de confrontar as opiniões para, depois, apresentar ao público sua versão. O autor explica que os veículos transformam determinado caso em espetáculo para, no final, converter opinião em julgamento.

Os debates que supostamente alimentam o espaço da discussão, confrontando opiniões diferentes e contrárias com o intuito de esclarecer o público, são apresentados como torneios oratórios, na verdade, espetáculos retóricos, que, ao final das contas, convertem as opiniões em julgamentos passionais. (CHARAUDEAU, 2009, p. 284).

A dimensão do debate, do compromisso social do jornalismo ao promovê-lo e do confronto de opiniões remete a outros casos em que a mesmidade prepondera em *Veja*. Na clássica edição de 23 de março de 1988 tinha início uma empreitada político-oligárquica do enunciador. O escolhido: um representante do poder que passa a ser apresentado à nação de forma heroica. O título da Editora Abril deu total suporte para que ele fosse visto desse modo. A chamada de capa: “Collor de Mello – O Caçador de Marajás” (VEJA, nº1020, 1988, p. 1).



Figura 13. O caçador de Marajás, nº1020, 1988

Naquele mesmo ano, em 6 de janeiro, Maílson da Nóbrega sucedia Bresser Pereira no comando da economia nacional. Nove dias depois, o Plano Verão era anunciado. “A inflação acumulada chegou a 1.037,50% no ano de 1988, cenário ideal para que um político preocupado com a austeridade dos gastos públicos emergisse como antídoto” (ALMANAQUE FOLHA UOL, 2009). O caminho da primeira eleição direta para a presidência desde o golpe de 64 começava a ser construído: a Nova República, como fora chamado o governo Sarney, trouxe os ventos da abertura política, a consolidação do regime democrático, uma nova Constituição, mas não triunfou no combate à inflação e na redução das disparidades sociais. Era o momento certo para apresentar à sociedade alguém que, entre outras características, falasse com contundência da diminuição do Estado e do enfrentamento dos privilégios no setor público.

A reportagem de miolo recebe o título de “A Guerra ao turbante” (VEJA, nº1020, 1988, p. 38). E a linha fina dela informa que Collor de Mello se tornara um dos governadores mais populares do País “no seu papel de caçador de marajás” (VEJA, nº1020, 1988, p. 38).

Chamado de “o gerente de Alagoas” já no fim do primeiro parágrafo do texto, a revista é categórica sobre Collor. “Ocorre que foi ele quem descobriu primeiro e usou melhor a mina de impacto político que pode ser aberta com uma boa caçada aos marajás do serviço público. Essa foi a sua maior obra e esse é o seu segredo” (VEJA, nº1020, 1988, p. 38). Na mesma página, outro trecho de exaltação:

Collor de Mello assumiu o comando com a promessa de devastar os holerites acintosos de 300 funcionários estaduais que recebiam fortunas através de expedientes legais marotos. Cumpriu o compromisso e descobriu que tinha uma fascinante briga nas mãos (VEJA, nº1020, 1988, p. 38).

Três expressões no trecho acima chamam a atenção. A primeira é o desafio: “devastar os holerites acintosos”. A segunda está no uso da antítese – “expedientes legais marotos”. A terceira, de pura exaltação, explica que Collor já cumprira tal compromisso, que se tornara uma “briga fascinante”. *Veja* de 23 de março de 1989 ainda cita que Collor, “como caçador, conquistou reputação de político preocupado com a moralidade” (VEJA, nº1020, 1988, p. 39). Uma explicação breve que remete à questão acima citada, das “fortunas através de expedientes legais marotos”, aparece num trecho da página 40.

Será sempre obrigatório concluir que o povo aplaude Collor de Mello porque ele fala contra privilégios de funcionários aproveitadores e combate abusos que, no fim da linha, são pagos pelo bolso do contribuinte. E os contribuintes, no Brasil, estão cansados de ser explorados (VEJA, nº1020, 1988:40).

Outro detalhe chama a atenção: o volume de apostos para qualificá-lo. Na capa, “O Caçador de Marajás”. Na abertura da matéria, o “gerente de Alagoas”. E há mais.

Esse senhor, herdeiro de boa fortuna e mimado pelo ambiente aconchegante de uma família endinheirada, tinha tudo para avançar pela vida como um desses eternos garotões de praia e de vida noturna. Em vez disso, acabou combatendo marajás, desafiando a aristocracia dos usineiros alagoanos e prometendo passar a limpo a tradição de violência em seu Estado (VEJA, nº1020, 1988, p.41).

A professora Cremilda Medina (2008) explica que a escolha de uma fonte é um processo autoritário, em especial quando se busca contemplar interesses ou validar um cenário preexistente.

Ponto de partida da entrevista, a escolha da fonte de informação está associada à própria pauta. Dentro de um processo autoritário (a ditadura da oferta), esta seleção preexiste a uma pesquisa de campo. A predeterminação de quem se deve ouvir na reportagem é inerente ao jornalismo acoplado a grupos de poder (econômico ou político ou cultural) (MEDINA, 2008, p. 35).

De acordo com o dicionário Aurélio, a palavra marajá deriva do sânscrito (maharaja, que significa grande rei). De forma figurada, ele é sinônimo de homem muito rico ou de pessoa que exerce ou exerceu cargo público com salário vultoso.

Nas eleições presidenciais, o enunciador mostra o candidato Fernando Collor de Melo como o símbolo de uma campanha em que os valores-mesmos de *Veja* estão representados. Para isso, constrói e alimenta a repulsa pelo principal adversário de Collor. No estudo sobre as construções da imagem do presidente Lula nas reportagens de capa de *Veja* durante a campanha presidencial de 1989, por exemplo, Dalva Ramaldes e Aidar Prado (2008) identificaram que Collor de Melo foi construído não como candidato que se opõe a Lula, mas como “candidato do não”.

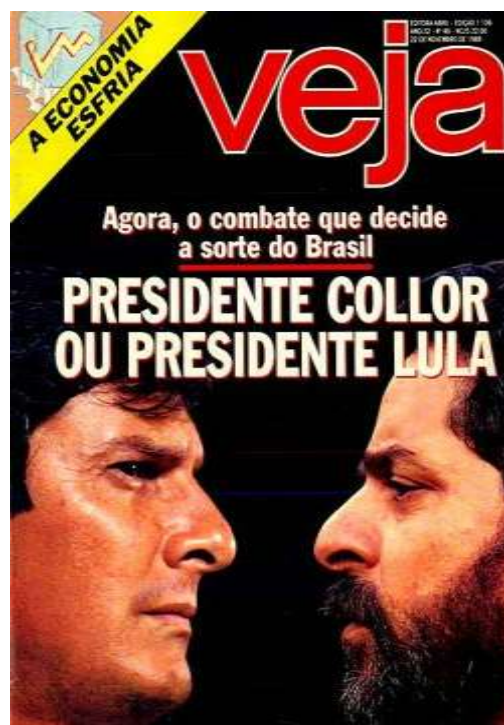


Figura 14. Capa Presidente Collor ou Presidente Lula, nº1106, 1989

Intitulada “A briga pela faixa” (VEJA, nº 1106, 1989, p. 48), a matéria indica que “no confronto final, o metalúrgico Lula e o ex-governador Collor terão de mostrar ao eleitor quem é o verdadeiro candidato do não” (VEJA, nº 1106, 1989, p. 48). Nas linhas seguintes, o enunciador aponta que, no primeiro turno, os eleitores apostaram “nos

candidatos que lhes pareceram mais adequados ao papel de demolidor” (VEJA, nº 1106, 1989, p. 48) e pontua que esses dois candidatos “pouco têm a ver com o mundo enrugado da política tradicional” (VEJA, nº 1106, 1989, p. 48).

De acordo com Ramaldes e Prado (2008), a estratégia discursiva foi a de “diluir a oposição no plano político, evitando relacionar os dois projetos aos contextos da política brasileira, em que Collor estaria colocado no pódio da política conservadora das elites e Lula na perspectiva de uma política de transformação” (RAMALDES; PRADO, 2008, p. 168). Para isso, segundo os autores, a oposição é deslocada para outros tópicos temáticos em vários níveis. É o que ocorre nas legendas das fotos, como mapearam Ramaldes e Prado (2008). Nelas, os dois candidatos são apresentados da seguinte forma:

| | |
|--|---|
| Collor tem formação universitária Teve pai senador | Lula foi retirante nordestino, seu diploma é de madureza ginásial |
| Já foi prefeito, deputado e governador | Trabalhou como metalúrgico |
| Construiu sua candidatura sozinho montado numa legenda alugada | Apóia-se na militância do PT |
| Pregando caça aos marajás, martelando os políticos tradicionais e o governo Sarney Ganhou disparado | É apoiado pela esquerda Conseguiu vencer Brizola, político tradicional |

Quadro 2. Candidatos e Oposições de *Veja*

No estudo sobre as edições seguintes, Ramaldes e Prado (2008) identificaram que o candidato Collor de Melo foi tomado como modelo. [...] “tem corpo adequado em largura e altura, com porte e força, com preparo intelectual e berço. A figura de Collor em geral assumirá um ar de guerreiro, de transformador que encara o jogo pesado da política” (RAMALDES; PRADO, 2008. p. 168).



Figura 15. Capa Collor, nº1108, 1989

Ramaldes e Prado (2008) também destacam que, na primeira eleição direta para presidência depois da ditadura militar (1964-1985), Collor era um candidato desacreditado, mas ganhou notoriedade após o apoio da mídia e dos empresários – Organizações Globo e Editora Abril. O presidente da Editora Abril, Roberto Civita, admite o apoio num vídeo³⁹.

Nós conhecemos o Collor. Um dia ele veio, ainda governador de Alagoas, nos visitar em São Paulo. A gente nunca tinha visto o Collor. Eu juntei o diretor da revista, dois editores da política; éramos meia dúzia para receber o Collor, para falar e ouvi-lo. E ele foi brilhante. Foi genial. Foi maravilhoso. A gente ficou absolutamente, como se fôssemos meninas de 18 anos, embaçados com esse cara (YOUTUBE, 2007a).

Civita revela que a decisão de trazer Collor na capa surgiu após essa visita. “Resolvemos dar uma capa com ele, com o título ‘O Caçador de Marajás’ porque ele nos contou que *tava* acabando com os marajás da política em Alagoas” (YOUTUBE, 2007a). Civita admite não ter verificado todas as informações dadas por Collor, mas que publicou o que parecia certo.

Após a campanha presidencial, a vitória de Collor, a posse, o pacote anti-inflacionário, o presidente da Editora Abril diz ter percebido que havia corrupção no

³⁹ “Roberto Civita X Collor de Mello” é o nome do vídeo postado no Canal “veja.com”, no Youtube, em 26 de dezembro de 2007. Nele, Civita fala sobre as capas de *Veja* sobre Fernando Collor de Mello.

governo. Segundo ele, foram quatro meses de capas semanais sobre “o esquema PC Farias e a roubalheira do governo federal. Então, esta foi uma série de capas da qual me orgulho muito porque acho que a *Veja* prestou um grande serviço ao país” (YOUTUBE, 2007a).

Considerando a série de capas e a declaração pública na qual Civita fala abertamente sobre o apoio, ele próprio define: “As capas de *Veja* definem *Veja*. O tom, o enfoque, a chamada e o jeito de fazer definem o que os editores pensam, como veem o País e o que é importante para eles” (YOUTUBE, 2007b)⁴⁰.

Antes mesmo de a eleição ser decidida, a edição do dia 13 de dezembro de 1989, próxima ao segundo turno, exemplificava os valores que norteiam *Veja*. Na associação que se faz ao modelo de Estado sugerido pela campanha de Fernando Collor aparecem elementos liberais umbilicalmente ligados aos valores-mesmos da revista, como a abertura da economia, a privatização e o combate aos privilégios da máquina do governo.



Figura 16. Capa A batalha final para mudar o Brasil, nº1109, 1989

⁴⁰ “Primeira capa de VEJA” é o nome do vídeo postado no Canal “veja.com”, no Youtube, em 26 de dezembro de 2007. Nele, Civita fala sobre as capas da revista no momento em que *Veja* estava completando 2 mil semanas.

A reportagem de miolo ganha destaque na Editoria Brasil sob o título “O Brasil de cada um” (VEJA, nº1109, 1989, p. 46). Nela, segundo Ramaldes e Prado (2008), o enunciador indica que a disputa não envolvia apenas uma escolha entre dois candidatos, mas de dois Brasis. Não era mais o país dos pobres e o dos ricos, mas o de Collor e o de Lula.

2. Alteridade

No capítulo anterior, apresentamos um breve contexto sócio-político sobre o surgimento e os valores-mesmos de *Veja*, frequentemente representados, ouvidos, citados e defendidos pela publicação. Como veremos mais à frente, numa coletânea de reportagens organizadas e analisadas em grupos temáticos, os valores-mesmos de *Veja* acompanham a publicação desde o início e estão alinhados aos valores da Editora Abril e à visão de negócio e de mercado da família Civita, com ênfase para a associação do capitalismo à ideia de prosperidade e liberdade.

Neste segundo capítulo, apresentaremos como o enunciador constrói seus valores-outros (ou valores-de-alteridade) e as estratégias discursivas usadas nessa construção. Para tanto, estudaremos diferentes mecanismos enunciativos empregados na produção de tais discursos. Examinaremos, assim, quais são as figuras do Outro e quais os contrapontos existentes que tornam ainda mais clara a divisão entre mesmidade e alteridade nos princípios editoriais de *Veja*. Segundo Prado (2008c), o Outro refere-se às figuras do imaginário que pertençam a um grupo social menos confiável ou mais perigoso para o enunciador – doravante, no capítulo 4, iremos analisar a relação econômica e política entre Brasil e EUA.

O enunciador, para se fazer ouvir, trabalha uma narrativa carregada de sentidos ligados ao cotidiano e constrói a realidade a partir de sua autoridade de sabedor. De acordo com Prado (2008c), com a intenção de dar ao leitor a impressão de deter amplo e verdadeiro saber, a mídia busca circunstâncias e situações consideradas melhores “como a norte-americana, erigida em ‘ideal’ a realizar, ou piores que as brasileiras – como a boliviana ou colombiana” (PRADO, 2008c)⁴¹.

Este cenário tem relação direta com o que Sousa Santos (2010) chama de linha abissal, com a demarcação de uma fronteira separando os lados – mesmidade (valores-mesmos) e alteridade (valores-outros). “O pensamento abissal separa o mundo em dois lados: o de cá e o de lá da linha abissal, constituindo ‘um sistema de distinções visíveis

⁴¹ Hipermídia. A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal. DVD. São Paulo, PUC-SP - Um dia sete dias - Grupo de Pesquisa em Mídia Impressa, 2008.

e invisíveis de tal forma que as invisíveis se tornam fundamentos das visíveis” (SANTOS, 2010, p. 33). Ainda de acordo com ele, as distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos:

O universo *deste lado da linha* e o universo *do outro lado da linha*. A divisão é tal que *o outro lado da linha* desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível (SANTOS, 2010, p. 32. Grifo do autor).

Nesse sentido, Santos (2007b) explica que tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma “radical porque permanece exterior ao universo”. Segundo ele, a característica fundamental do pensamento abissal é a “impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialéctica” (SANTOS, 2007b, p. 4).

Essa fronteira é observada também na construção narrativa. Prado (2014d) explica que a alteridade é construída a partir de nosso contato com a cultura do Outro. Nesse momento, são produzidas representações que ora nos aproximam, ora nos afastam dele. A mídia desempenha papel fundamental nesse processo. A construção simbólica do Outro, por exemplo, pode enfatizar a alteridade e apresentar o Outro como maléfico, como ameaça e como alguém a se observar com muitas reservas e distância. Foi o que ocorreu com a generalização do radicalismo árabe em 2001, após uma série de ataques aos Estados Unidos, que resultaram em 2.977 mortos.

Eram quase 9h da manhã em Nova York quando um avião sequestrado por terroristas islâmicos teve sua rota desviada em direção a uma das torres do World Trade Center – um dos prédios mais altos do mundo. Inicialmente, imaginou-se que se tratava de um acidente aéreo de grandes proporções, mas não de um ataque premeditado. Porém, cerca de 20 minutos depois outro avião chocou-se contra a segunda torre do WTC [...]. Poucos minutos mais tarde, um terceiro avião, também sequestrado, foi jogado contra o Pentágono, a central de inteligência norte-americana, cuja sede fica próxima à capital do país, Washington D.C. Havia ainda um quarto avião, que acabou caindo na Pensilvânia antes de atingir seu alvo. Segundo as investigações feitas posteriormente, o plano dos terroristas era jogar a aeronave contra o Capitólio – a sede do Poder Legislativo dos EUA (UOL EDUCAÇÃO, 2011).

De acordo com Prado (2014c), “*com o 11 de setembro, ocorreu uma intensificação de uma visão do árabe como terrorista ameaçador e uma generalização disso para toda a cultura árabe*” (PRADO, 2014c. Grifo nosso). É o que também aponta

Slavoj Žižek (2011), ao mencionar o discurso do ex-presidente George W. Bush ao povo norte-americano após a tragédia: “Bush evocou a ameaça ao estilo de vida norte-americano e a necessidade de tomar providências rápidas e decisivas para enfrentar o perigo” (ŽIŽEK, 2011, p.15).

Para empreender um esforço de marketing⁴², segundo Chomsky (2009), os sistemas doutrinários dos Estados Unidos geralmente retratam o inimigo da hora como “diabólico por natureza” (CHOMSKY, 2009, p. 120). Para Chomsky (2009), a imagem do excepcionalismo americano virtuoso parece quase universal. Um de seus temas constantes é a preocupação de levar a justiça e garantir liberdade a um mundo que, fora das suas fronteiras, é predominantemente sofredor.

No que diz respeito a questões políticas internacionais que envolvam segurança, essa característica se repete: os Estados Unidos chamam para si o papel de justiceiros e protetores do Ocidente em escala global. Chomsky (2009) sugere que não se deve esperar que países poderosos atuem como agentes da moralidade.

Os Estados Unidos deveriam, por exemplo, ter um papel fundamental na reconstrução de Gaza depois das terríveis agressões feitas junto com Israel – foi um ataque em conjunto, pois eles estavam usando armas dos EUA, é claro. A estrangulação de Gaza pelos Estados Unidos e Israel, apoiada pela União Europeia, começou imediatamente após as eleições, que foram reconhecidas como livres e justas, mas os Estados Unidos não gostaram do resultado e punem as pessoas. É uma boa indicação da aversão extrema que as elites ocidentais nutrem pela democracia (ISTOÉ, 2009a).

Veja também aparece sempre alinhada ao discurso de Israel. Consideremos como exemplares duas reportagens assinadas por Nathalia Watkins. A primeira publicada no dia 16 de julho de 2014 e a segunda no dia 6 de agosto do mesmo ano.

Em “Morto para proteger” (VEJA, nº2382, 2014, p. 78), ao alegar que “os integrantes do Hamas, porém, ordenam que os civis, inclusive crianças, permaneçam onde estão e morram como mártires” (VEJA, nº2382, 2014, p. 78), o enunciador classifica a opinião de um cientista político israelense como “opinião pública mundial”. Ação que remete ao que Cremilda Medina (2008) classifica como “processo autoritário” – explicado no capítulo anterior.

“Para mostrar que ainda é relevante, o Hamas não hesita em sacrificar sua população”, diz o cientista político israelense Ely Karmon, do Instituto de Contraterrorismo de Hertzlia. Ao provocar episódios dolorosos e chocantes,

⁴² A promoção da democracia ocupa lugar central na política externa do governo George W. Bush – quer seja na guerra contra o terrorismo, quer em sua estratégia global.

com impacto certo na opinião pública mundial, o Hamas tenta resolver uma de suas piores crises, que começou com a guerra na Síria (VEJA, nº2382, 2014, p. 78).

Medina atribui à pauta o papel de funcionar, em ocasiões assim, como um jogo de cartas marcadas que contemplem interesses editoriais claros que precisam ser legitimados por fontes escolhidas a dedo.

A gênese de uma pauta, portanto, é mais enredada do que se imagina à primeira vista. Até se precisar o tema da entrevista, por mais rápida que seja esta decisão – e sempre é veloz na comunicação coletiva -, os parâmetros que a contornam provêm de vários pontos de partida dinamicamente articulados. E haverá tantos outros quantos a especulação teórica sondar. Vale lembrar Nietzsche: sob a superfície de qualquer fenômeno há uma rede de forças atuantes (MEDINA, 2008, p. 35).

Na edição de agosto, *Veja* traz “A Guerra fora da trincheira” (VEJA, nº2385, 2014, p. 84), na qual afirma categoricamente:

[...] o combate aos terroristas do Hamas tem de ser feito nas ruas, de quarteirão em quarteirão, de casa em casa, na Faixa de Gaza, onde 4 500 pessoas se amontoam em cada quilômetro quadrado do território com uma das maiores densidades populacionais do planeta. Em uma situação assim, a população civil sofre muito mais baixas do que os combatentes. *A tragédia acentua com a estratégia odiosa do Hamas, grupo terrorista que exerce o poder totalitário em Gaza, de usar mulheres e crianças como escudo humano* (VEJA, nº2385, 2014, p. 84. Grifo nosso).

Israel, como nação e como projeto político, enquadra-se como valor-mesmo de *Veja*. A Autoridade Nacional Palestina e o reconhecimento do Estado Palestino surgem como causas que representam os valores-outros da publicação da Editora Abril. Boa parte da imprensa norte-americana, condicionada pela preocupação com a proteção ao país e ao Ocidente, reza na cartilha imposta por uma espécie de *agenda setting* cultural. Para Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003), “a noção de uma imprensa funcionando como um bastião da liberdade acabou absorvida pela doutrina legal americana” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 39). É o que discutiremos no próximo capítulo quando voltarmos à proteção do Ocidente com a “guerra preventiva” que trouxe volumosas denúncias de abusos de direitos humanos – a imensa maioria delas inexistente nas páginas de *Veja*, de acordo com a acepção de Boaventura de Sousa Santos.

2.1. A alteridade da construção dos “inimigos”

Nove dias após o ataque aos Estados Unidos, o enunciador *Veja* trouxe uma Edição Especial. É bom lembrar que o dia 11 de setembro de 2001 caiu numa terça-feira e, embora *Veja* chegue às bancas sempre no fim de semana, sua edição tem a data da quarta-feira seguinte por um padrão editorial adotado pela publicação. Sob o título “O império vulnerável” (VEJA, nº1718, 2001, p. 1), a capa traz na lateral mais seis destaques. Analisaremos a primeira e a quinta chamadas: “Os americanos prometem acabar com os países que abrigam terroristas. [...] As raízes do terrorismo islâmico” (VEJA, nº1718, 2001, p. 1).



Figura 17. Capa O império vulnerável, nº1718, 2001

A matéria que relata o principal acontecimento do início do século XXI é intitulada “O inimigo número 1 da América” (VEJA, nº1718, 2001, p. 68). Na linha fina, *Veja* já revela quem são seus valores-outras: “Depois de Khomeini, Kadafi e Sadam Hussein, o mundo islâmico produz outro pesadelo para os Estados Unidos: o terrorista Osama bin Laden” (VEJA, nº1718, 2001, p. 68). A reportagem afirma que o fundamentalismo religioso é um mal que une oportunismo doméstico e obscurantismo.

Hoje o mal não comanda um exército, não mora em um palácio, não discursa para multidões. Seu rosto é o do saudita Osama bin Laden [...]. Laden é fruto de

uma modalidade que surgiu em 1979, com a ascensão do aiatolá Khomeini⁴³, no Irã: o terrorismo de Estado. Esse foi o caminho escolhido por tiranos muçulmanos para fustigar principalmente o que julgam ser o “Grande Satã” – os Estados Unidos. Trata-se de uma visão que mistura fundamentalismo religioso, oportunismo doméstico e obscurantismo (VEJA, nº1718, 2001, p. 68).

De acordo com Prado (2006b), os Outros são também aqueles que se opõem às figuras da vitória que conquistaram voz. Segundo Chomsky (2009), o verdadeiro inimigo dos Estados Unidos é, há muito tempo, o nacionalismo independente, em particular quando ele ameaça se tornar modelo para outros países. É o caso do país de Fidel Castro. Chomsky afirma que os Estados Unidos sempre tiveram receio de que “Cuba se tornasse um ‘exemplo contagioso’” (CHOMSKY, 2009, p. 131).

Os “inimigos” dos Estados Unidos estão na categoria dos valores-outros para *Veja*. Um bom exemplo é a reportagem de capa da edição de 27 de fevereiro de 2008, sobre a renúncia⁴⁴ de Fidel Castro em Cuba. No principal espaço da revista, o enunciador traz a silhueta de Fidel num fundo preto com a chamada “Já vai tarde” (VEJA, nº2049, 2008, p. 1) e a linha fina “O fim melancólico do ditador que isolou Cuba e hipnotizou a esquerda durante 50 anos” (VEJA, nº2049, 2008, p. 1). No canto esquerdo superior, um quadro com fundo verde tem a foto de Lula e a seguinte chamada: “Popularidade – Lula surfa nos bons números do capitalismo brasileiro” (VEJA, nº2049, 2008, p. 1).

⁴³ No dia 8 de setembro de 2012, o site *Operamundi* trouxe no *Hoje na História* o tema “1978 - Sexta-feira negra dá início à Revolução Islâmica do Irã”. Cabe lembrar que a ascensão do aiatolá Ruhollah Khomeini marca o início da Revolução Islâmica no Irã e o fim do regime de quase seis décadas dos Pahlevi. Depois que os ingleses obrigaram o fundador da dinastia, Reza Xá Pahlevi, a abdicar em 16 de setembro de 1941, seu filho e sucessor, Mohammed Reza Pahlevi, perseguiu uma política de modernização em marcha batida, apoiada no exército, em um forte aparelho burocrático e em uma temível polícia política, a Savak. Grande parte da sociedade permaneceu refratária às reformas, impostas autoritariamente. Esse descontentamento se inscrevia em um contexto de renovação teológica do xiismo, que pregava um maior engajamento militante do clero, aliado à figura do aiatolá Ruhollah Khomeini. No dia 8 de setembro de 1978, milhares de estudantes e cidadãos comuns reúnem-se na praça Jaleh, em Teerã, para um protesto contra a monarquia que regia o país. O exército opta por abrir fogo contra a multidão, fazendo diversas vítimas. Após o que ficou eternizado como “sexta-feira negra”, o xá do Irã não mais controlaria seu país. Em 16 de janeiro de 1979, parte para o exílio no Egito. Em 1º de fevereiro, Khomeini retorna ao Irã e é aclamado pela multidão. Após dois dias de enfrentamento com as forças militares fieis ao xá, a vitória da oposição é total. Khomeini nomeia um governo provisório moderado. Diversos líderes civis e militares do regime de Pahlevi são executados.

⁴⁴ Fidel Castro renunciou à presidência de Cuba após 49 anos no poder, em carta publicada no jornal oficial, o *Granma*, em 19 de fevereiro de 2008. O afastamento ocorreu por causa de problemas de saúde. Depois de submeter-se a uma cirurgia no intestino, Fidel passou o poder para o irmão Raúl.



Figura 18. Capa Já vai tarde, nº2049, 2008

No miolo da publicação, o enunciador afirma na reportagem dedicada à renúncia de Fidel: “Um país de muito passado agora tem um futuro” (VEJA, nº2049, 2008, p. 68). Para a revista, “o ditador entrega o comando direto do país ao irmão, mas fica ainda como fantasma assombrando o povo e preservando sua tenebrosa herança” (VEJA, nº2049, 2008, p. 68). Para impor um julgamento e ratificar a alteridade que Fidel representa ao título da Editora Abril, *Veja* refere-se ao presidente de Cuba como farsante.

Todo político tem de ser bom mentiroso. Para ser Fidel é preciso, no entanto, ser grande farsante. Ele é um dos maiores que a história já conheceu [...]. Desde os primeiros momentos da revolução que o levou ao poder, em janeiro de 1959, Fidel mostrou utilidade política de um grande fingidor (VEJA, nº2049, 2008, p. 70).

Em uma das fotos, o líder cubano aparece na piscina. O enunciador recorre a uma analogia sob o título “Davi e Golias” na legenda (VEJA, nº2049, 2008, p. 70).

Enquanto Fidel reinou, os Estados Unidos tiveram dez presidentes. O clima de confronto com o vizinho poderoso fortaleceu o poder do ditador, que pôde posar de Davi na luta contra Golias. Fidel em piscina em visita à Romênia, em 1972,

e, ao lado, americanos assistem a discurso de Kennedy durante a crise dos mísseis, em 1962⁴⁵ (VEJA, nº2049, 2008, p. 70).



Figura 19. Foto Davi e Golias, nº2049, 2008

Quanto ao estilo de governar, o enunciador classifica o regime de Fidel Castro como um desastre. Para *Veja*, o governo cubano “é agente do maior fracasso material da história das ditaduras latino-americanas” (VEJA, nº2049, 2008, p. 72). De acordo com a revista, após o estabelecimento do comunismo em abril de 1961, a economia planificada foi um “desastre imediato” (VEJA, nº2049, 2008, p. 72). Nas linhas seguintes, *Veja* faz uma projeção do que poderá acontecer com Cuba após a morte de Fidel Castro. Segundo ela, o líder cubano está em “fase terminal”. “Visto o sofrimento que infligiu ao povo durante 49 anos como senhor absoluto de Cuba, a absolvição está fora de cogitação. Cabe recurso? Não dá mais tempo. Fidel está em fase terminal de uma grave doença [...]” (VEJA, nº2049, 2008, p. 70). A frase leva à interpretação de que a chamada de capa “Já vai tarde” (VEJA, nº2049, 2008, p. 1) não é uma referência sobre a renúncia, mas sobre sua especulada morte. A revista vê a possibilidade de morte do ditador como uma libertação. *Veja* assegura que o país manterá o legado de Fidel vivo. E ironiza...

O que será de Cuba depois que Fidel for se encontrar com Marx no céu dos comunistas? O regime cubano, da forma como nós conhecemos, não pode sobreviver a seu criador. No dia seguinte ao funeral “comandante - en - jefe”, tudo parecerá no mesmo lugar – o Partido Comunista, a polícia política, os ministérios, a camarilha dirigente (VEJA, nº2049, 2008, p. 71).

Ao mencionar questões da América Latina, *Veja* demonstra certo desprezo a alguns países. Essa indiferença aparece nas reportagens que envolvem Cuba, Venezuela

⁴⁵ Em 14 de outubro de 1962, os Estados Unidos divulgaram imagens de um voo secreto sobre Cuba, que apresentavam instalações preparadas para abrigar mísseis nucleares soviéticos. O presidente norte-americano John Kennedy, em mais um capítulo da Guerra Fria, anunciou a possibilidade de um ataque.

e Bolívia, por exemplo. Na edição do dia 13 de julho de 1977, Fidel Castro também foi capa com o destaque “Exclusivo – Fidel fala a *Veja*” (VEJA, nº462, 1977, p. 1) e a chamada “Cuba e o mudo” (VEJA, nº462, 1977, p. 1).

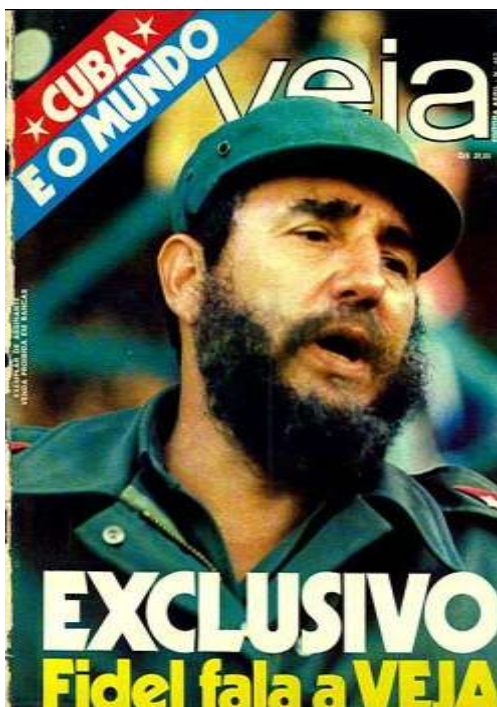


Figura 20. Capa Fidel, nº462, 1977

Na reportagem publicada à página 30, o enunciador, ao citar a política cubana, indica que há duas linhas que se pode chamar de novas: “[...] por um lado, a agressiva, aberta intervenção de seus soldados na África e, por outro lado, o desejo de degelo nas relações com os Estados Unidos” (VEJA, nº462, 1977, p. 30). Para ela, essas linhas são contraditórias.

[...] tanto uma ponta como a outra dessa dupla direção da política externa cubana podem ser mitigadas por certas nuances. A agressividade da política de Cuba na África, por exemplo, pode ser contrabalançada pelo fato, cada vez mais transparente, de que o governo de Havana, ao resolver dar seu apoio a governos constituídos, como o de Angola, em contrapartida praticamente abandonou seu antes farto auxílio aos movimentos guerrilheiros ao redor do mundo (VEJA, nº462, 1977, p. 30).

Adiante, *Veja* destaca que em Cuba, “além de presos”, há outros elementos que se chocam frontalmente com os padrões democráticos, como o “regime de partido único ou a imprensa obediente apenas aos ditames oficiais. Em todo caso, não deixa de ser significativa a atual fraqueza com que Castro tem concordado em abordar questões relativas aos direitos” (VEJA, nº462, 1977, p. 32).

Consideremos como outro exemplar a reportagem “Uma febre latina” (VEJA, nº1615, 1999, p. 50). Na linha fina, o enunciador indica que a “América do Sul é incendiada por crises políticas e econômicas e investidores internacionais temem que haja retrocesso” (VEJA, nº1615, 1999, p. 50). No lide, *Veja* desqualifica os países latino-americanos e chama de miserável o resultado das exportações da região.

Quando se olha para os países latino-americanos, nota-se que a maioria deles está afundando. As taxas do PIB desses países previstas para este ano são deprimentes em relação ao clima de euforia que imperava em toda região até bem pouco tempo atrás. Dessa vez, porém, a crise tem uma formidável atenuante. Basicamente, ela foi detonada por um único ingrediente: o miserável desempenho das exportações dos países da região (VEJA, nº1615, 1999, p. 50).

Nas linhas seguintes, a revista insiste no tom doutrinário e afirma que “a febre da crise parece ter incendiado o continente” (VEJA, nº1615, 1999, p. 50-52). *Veja* diz ainda que “há problemas econômicos, e também políticos, por todo lado. As economias encolhem, o desemprego é crescente e os governos são cada vez mais impopulares (VEJA, nº1615, 1999, p. 50-52). Para validar o argumento, a reportagem recorre a especialistas que, se de fato ouvidos, foram mantidos num anonimato estratégico capaz de corroborar a opinião do título da Editora Abril. “Estudiosos e analistas internacionais têm se perguntando o que é preciso fazer para garantir que o fantasma do autoritarismo e do atraso econômico seja definitivamente afastado e para que esta seja a derradeira crise sul-americana” (VEJA, nº1615, 1999, p. 50-52).

Veja também traz de forma negativa os representantes dessas nações que fazem parte do eixo de alteridade, ou seja, que o enunciador considera governos que devem ser criticados como maléficos. Além da crítica sistemática a Fidel Castro e ao regime cubano – recorrentemente citado como ditadura –, o enunciador apresenta o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez, como Outro e o traz sempre de forma jocosa, ameaçadora ou ridícula. As características negativas da liderança dele são sempre evidenciadas e citadas como populismo. Tome-se como exemplo a reportagem de 7 de setembro de 2005.

O LEGÍTIMO COMANDANTE CHAVES

Sem querer querendo, o humorístico criado pelo mexicano Roberto Bolaños virou o santo milagreiro do SBT



Ricardo Valladares

Há anos ele vive de falar asneiras, e ainda assim ninguém consegue derrubá-lo do seu posto. Não, não se trata do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, mas do seu xará, o Chaves do seriado infantil mexicano homônimo, cujos 150 episódios produzidos ainda na década de 70 o SBT reprisou assiduamente desde 1984 — sempre com ótimas médias de audiência.

seu programa tomava surtos diários. No páreo com *Malvado*, no ano anterior, o mexicano ficou ainda mais estragado ao lidar com vários pontos de vantagem sobre o concorrente, deflagrou uma crise na direção da atração da Globo.

Não é apenas pela audiência que Chaves alimpa os seus rivais de emissoras. Há que considerar, primeiro, que seu criador e intérprete, o mexicano Roberto Gómez Bolaños, não é funcionário do SBT — portanto não circola pelos corredores reclamando de mudanças no horário, perdendo momentos de cachê nem provocando dores de cabeça em geral. Chaves também custa relativamente pouco a Silvio Santos: 3,5 milhões de reais ao ano, contra os 18 milhões anuais que ele depende apenas com o salário de Ratinho, sem contar os custos com produção. Chaves é, enfim, o sonho de todo executivo de televisão. Por isso a mexicana Televisa, que produz e atualmente vende o seriado a mais de oitenta países, aumentou seu preço de 500.000 dólares

anuais para o triplo desse valor: todas as emissoras, inclusive a Globo, estavam interessadas na atração.

O mérito por esse sucesso está nos textos de Bolaños, hoje com 76 anos. Seu humor tem muito pastelão, mas não abuse da vulgaridade e evita qualquer ligação com modos ou tipos de mexicano — ou seja, parece sempre fresquinho. “Chaves é uma criação de rua, como as muitas que brincam com o que tem à mão”, disse Bolaños a *VEJA*. Chaves tem, ainda, um ótimo beldão (“foi sem querer querendo”) e bons companheiros de aventura, como Kiko e Chiquinha (ambos também adultos vestidos como crianças). Seu Barbiga, a Breca do 71 e Seu Madruga, que vive de bicos e tranquiços. “São personagens típicos dos países subdesenvolvidos. Esse é um dos motivos da popularidade da série”, diz o jornalista Luis Ajlón, autor de um livro sobre o personagem, que chegará às livrarias neste mês. Ao contrário do que se poderia imaginar, o apelido de Chaves é maior ainda entre os adultos que entre as crianças: segundo o

não dirigi-la apenas à criançada”, diz o publicitário e sócio-diretor da F&Naza Fran Marques. Para quem não consegue viver sem o programa, já está nas lojas com um DVD com cinco episódios, o primeiro de uma coleção.

Es-Avezador, Bolaños inicialmente fez fama sob o apelido de Chespirito (ou “Popocho Shakespeare”, na construção “mug mexicana”), por causa do talento e do escasso 1,60 metro. Além de Chaves, criou outras séries, como a estrelada pelo estambóquio super-herói Chapulín Ahuacatl (aquele do beldão “não costurava com a minha zonária”) e *Chérritos de Pterre*, sobre uma dupla de latifútes regenerados. Hoje, o conselheiro mora na Cidade do México com a mulher, Florida Mera (a Dona Florida de Chaves, também autora de novelas), e perto dos seis filhos e doze netos. Aparentado da televisão desde 1994, Bolaños continua crescendo e promovendo seu trabalho. Na semana passada, esteve em El Salvador para lançar o livro *El Diario del Chavo del Ocho*, e já planeja uma auto-

Figura 21. Seriado Chaves: ironia com a legitimidade do comandante, nº 1921, 2005

A matéria “O legítimo comandante Chaves” (*VEJA*, nº1921, 2005, p. 116) não debate a política na América Latina, mas o seriado infantil mexicano reprisado pelo SBT desde 1984. Nas seis primeiras linhas do texto, *Veja* não desperdiça a oportunidade de ridicularizar o chefe de Estado venezuelano. “Há anos ele vive de falar asneiras, e ainda assim ninguém consegue derrubá-lo do seu posto. Não, não se trata do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, mas do seu xará, o Chaves do seriado infantil mexicano homônimo, cujos 150 episódios produzidos ainda na década de 70 o SBT reprisou assiduamente desde 1984 [...]” (*VEJA*, nº1921, 2005, p. 116).

Segundo Ruben Dargã Holdorf (2013)⁴⁶, desde 2000 *Veja* se empenha para destroçar a figura do presidente Chávez. “Não existiu meio-termo, tampouco espaço para interlocutores simpáticos à causa chavista. Chávez era o clone de Fidel” (HOLDORF, 2013, p. 40). Na edição do dia 4 de maio de 2005, o enunciador apresenta o presidente da Venezuela como destaque de capa, num fundo vermelho sob a chamada “Quem precisa de um novo Fidel?” (*VEJA*, nº1903, 2005, p. 1), reforçando a associação entre o então presidente da Venezuela e o líder cubano. Na linha fina, a revista cita novamente os Estados Unidos numa chamada sobre um país da América Latina. “Com milícias, censura, intervenção em países vizinhos e briga com os EUA, Hugo Chávez está fazendo da Venezuela uma nova Cuba” (*VEJA*, nº1903, 2005, p. 1).

⁴⁶ A mídia e o Outro: estudo da construção das figuras dos presidentes de Argentina, Chile e Venezuela em *Veja*, *Carta Capital*, *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.



Figura 22. Capa Quem precisa de um novo Fidel, nº1903, 2005

No miolo, a reportagem de capa “O clone do totalitarismo” (VEJA, nº1903, 2005, p. 152) traz a foto de Fidel Castro ao lado de Chávez. Na lateral, *Veja* coloca o presidente da Venezuela como “ameaça à estabilidade da América Latina com o financiamento e apoio a grupos radicais de países vizinhos” (VEJA, nº1903, 2005, p. 152). Nas linhas seguintes, o enunciador indica que Chávez fez aliança com a “ditadura cubana de Fidel Castro” (VEJA, nº1903, 2005, p. 152), de quem, segundo *Veja*, o venezuelano “está se tornando um clone malfeito e extemporâneo” (VEJA, nº1903, 2005, p. 152).



Figura 23. Fidel Castro e Hugo Chávez, nº 1903, 2005

No texto, constata-se a alteridade, colocando o Outro-Chávez primeiro como ridículo, depois como maléfico: “[...] o coronel paraquedista Hugo Chávez, da Venezuela, não pode ser classificado como esquerdista. Ele não tem passado socialista ou marxista, nem teórico nem prático. Veio do meio militar e tornou-se um populista⁴⁷ autoritário e fanfarrão” (VEJA, nº1903, 2005, p. 154). Em seguida, revela-se o mesmo medo dos Estados Unidos pontuado por Chomsky (2009) – ações de países da América Latina são “exemplos contagiosos”.

Chávez está semeando insurreição e instabilidade em países que, embora nominalmente democráticos, ainda lutam para solidificar suas instituições políticas e jurídicas e suas bases econômicas de progresso material. [...] Razões que fazem de Chávez um risco novo e grande no horizonte da sofrida América Latina (VEJA, nº1903, 2005, p. 154).

A expressão totalitarismo é indevidamente utilizada pelo enunciador e surge com o contexto de ameaça num panorama que não se sustenta. Na concepção de Hannah Arendt (1979), governo totalitário é diferente das tiranias e das ditaduras. “O terror ditatorial difere do terror totalitário por ameaçar apenas adversários autênticos, mas não

⁴⁷ Para Laclau, el populismo es, simplemente, un modo de construir lo político. No dizer de Boris Fausto, o populismo foi um comportamento político, um estilo de política, uma orientação de política pela qual o Estado, sobretudo, promoveu uma tentativa, no plano econômico, de desenvolvimento nacional autônomo, reunindo em torno de si diferentes classes – em alguns casos, especialmente a classe operária.

cidadãos inofensivos e carentes de opiniões políticas” (ARENDDT, 1979, p. 371). Segundo ela, os governantes totalitários em potencial geralmente iniciam suas carreiras vangloriando-se de crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros. Para Arendt, a Alemanha nazista e a Rússia soviética foram exemplos de governos totalitários.

[...] a “solução final” de Hitler significava tornar realmente obrigatório para a elite do partido nazista o mandamento “Matarás”, o pronunciamento de Stálin recomendava como regra de conduta para todos os membros do partido bolchevista: “levantarás falso testemunho” (ARENDDT, 1979, p. 347).

O cientista político José Luis Barreiro Rivas (2002) explica que o termo “totalitarismo” foi introduzido por Giovanni Amendola⁴⁸, em 1923, para se referir ao processo de concentração do poder social nas mãos de um governo controlado por um indivíduo, camarilha ou grupo político com aparência formal de partido” (RIVAS, 2002, p. 1). De acordo com ele, “[...] totalitarismo é a ausência de pluralismo e o controle social exercido a partir do poder sob a direção de uma liderança hipertrofiada ou um grupo de pequena dimensão, organizado e perfeitamente hierarquizado” (RIVAS, 2002, p. 2). Arendt explica que os regimes totalitários baseiam-se no apoio das massas.

A ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro de um sistema majoritário, e ele não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tantas crises internas e externas, e enfrentando tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas (ARENDDT, 1979, p. 356).

Por outro lado, o líder totalitário tenta evitar a qualquer custo que surja um novo estilo de vida. “Um modo de vida que, após certo tempo, poderia deixar de parecer tão falso e conquistar um lugar entre os modos de vida muito diferentes e profundamente contrastantes das outras nações da terra” (ARENDDT, 1979, p. 441). Para ela, os líderes e os movimentos totalitários ganharam popularidade graças ao sucesso de uma “propaganda magistral e mentirosa que conseguiu arrolar a ignorância e a estupidez” (ARENDDT, 1979, p. 356).

Os nazistas estavam convencidos de que o mal, em nosso tempo, tem uma atração mórbida; os bolchevistas diziam não conhecer os padrões morais comuns, e esta afirmação, feita dentro da Rússia, tornou-se um dos pilares da propaganda comunista; e a experiência demonstrou que o valor propagandístico do mal e o desprezo geral pelos padrões morais independem do interesse

⁴⁸ 15/04/1882 – 7/4/1926 - jornalista e político italiano oponente do fascismo.

pessoal, que se supõe ser o fator mais poderoso da política (ARENDDT, 1979, p. 357).

Segundo Holdorf (2013), o medo da figura de Chávez já tinha surgido em edições anteriores. Em 9 de fevereiro de 2005, por exemplo, a editoria Internacional traz a reportagem “O encanto do coronel” (VEJA, nº1891, 2005, p. 50). O texto é um aviso do perigo que Chávez, na leitura de *Veja*, representa. O que determina a alteridade nesse caso é o modo pelo qual a narrativa é construída. A “reportagem” é na verdade um artigo carregado de opiniões e julgamentos. “Como se explica a escolha do extravagante venezuelano? ‘Ao apoiar Chávez, a esquerda latino-americana mostra que perdeu totalmente o rumo’, diz o historiador Boris Fausto” (VEJA, nº1891, 2005, p. 50). Em seguida, alerta para o risco que Chávez representa à conquista democrática:

Depois de se decepcionar com Lula, que se recusou a adotar a política econômica proposta pela claqué alternativa, parte da esquerda brasileira encontrou o venezuelano. A escolha é perigosa, pois o coronel representa repúdio à democracia representativa, que custou tanto aos brasileiros (VEJA, nº1891, 2005, p. 50).

Em seguida, observa Holdorf (2013), o enunciador se respalda na metáfora de uma passagem bíblica - o milagre dos pães e peixes - e classifica o governo de forma irônica: “Como diz a piada argentina, Chávez gosta tanto de pobres que seu governo cuidou de multiplicá-los” (VEJA, nº1891, 2005, p. 50). Para Norman Fairclough (2008), “a ironia ressalta algo contrário àquilo que se diz. Ela expressa algum tipo de atitude negativa sobre seu enunciado” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 158-159). Neste caso, ao contrapor o governo venezuelano e a passagem bíblica, a ideia é tripudiar sobre o crescimento da pobreza.

O enunciador impõe ao público o binômio discursivo erguido a partir da divisão amigo-inimigo. Segundo Holdorf (2013), durante a Guerra Fria, a presença do “Outro-comunista identificava o inimigo a ser combatido pela ‘democracia’. Para o comunista, o democrata liberal era o Outro a ser repellido” (HOLDORF, 2013, p. 13). Ele destaca que, depois do fim do comunismo soviético e da vitória liberal, surgiram novos marcos políticos para essa separação. “Sendo a democracia um componente desse liberalismo, pode-se afirmar que o liberalismo totaliza o discurso da mídia impressa brasileira quando esta reclama para si a autoridade e assume a função de construtora de discursos, encadeando as diferenças” (HOLDORF, 2013, p. 13). É o que veremos na análise das reportagens selecionadas por grupos temáticos no capítulo seguinte, quando *Veja*

defende, de forma contumaz, as privatizações e aponta que a redução do Estado brasileiro, que ela chama recorrentemente de ineficiente e paquidérmico, é uma necessidade que se impõe para o desenvolvimento do país.

2.2. Outros de *Veja* no Brasil

| ALTERIDADES (VALORES-OUTROS) DE <i>VEJA</i> | PONTOS NODAIS DO DISCURSO DE <i>VEJA</i> |
|---|--|
| Socialismo/Esquerda | Restrição à Liberdade |
| Leste Europeu/Cuba | Atraso |
| Estatização/Sindicalismo | Anacronismo |
| Movimentos Populares | Risco à Democracia |
| Reforma Agrária | Violação ao direito à propriedade |
| Periferia | Ameaça, Pobreza, Criminalidade |

Tabela 2. Os valores-outros e os pontos nodais de *Veja*

Os Outros, como já se pontuou, representam uma ameaça, aquilo que deve ser combatido na linha editorial. Eles podem ser “reduzidos com maior ou menor intensidade a certas figuras, carregadas passionalmente com valência positiva ou negativa” (PRADO, 2008c).



Figura 24. Capa O PT deixou o Brasil mais burro?, 2006, nº1889, 2005



Figura 25. Capa O bando dos 40, nº1952, 2006

Um dos exemplos dos outros-malévolos de *Veja* é o ex-presidente Lula. De acordo com Ramaldes e Prado (2008), a figura de Lula assumiu variantes nos enunciados do título da Editora Abril. Observamos duas com relação estreita:

- a) a do agitador em porta de fábrica, ou seja, o ser perigoso que poria em risco as instituições políticas e econômicas brasileiras, o Gêngis Khan do capitalismo;
- b) a do que está por baixo, não preparado, não capaz de governar porque não tem o saber (Lula sob os gráficos do mercado), além de estar ligado a radicais que poderiam dominá-lo (RAMALDES; PRADO, 2008. p. 170-171).



Figura 26. Capa Lula, o governo e a greve, nº 605, 1980



Figura 27. Capa O candidato operário, nº1095, 1989



Figura 28. Capa Lula e o capitalismo, nº1107, 1989

A edição de 9 de abril de 1980 – momento em que o país ensaiava os primeiros passos depois do restabelecimento do pluripartidarismo – trouxe como chamada de capa “Lula, o Governo e a Greve – o preço da intransigência” (VEJA, nº605, 1980, p. 1). A reportagem é desenvolvida na editoria Brasil sob o título “Os riscos do ABC” (VEJA, nº605, 1980, p. 16). Nela, o enunciador cita a greve dos metalúrgicos do ABC paulista e indica o risco da decretação da ilegalidade do movimento. *Veja* pontua que, segundo os sindicatos envolvidos no movimento, 330 mil metalúrgicos estavam em greve em outras 15 cidades do interior. Havia um conflito nos dados da publicação e oficiais, já que a projeção da DRT (Delegacia Regional do Trabalho) indicava que o número de trabalhadores de braços cruzados era de 205 mil.

Nas linhas seguintes, como era de se prever, o enunciador considera o movimento prejudicial à economia e mostra como a greve é parte da alteridade ruim, ao indicá-la como capaz de paralisar o coração da indústria.

Qualquer que fosse a exata porcentagem de grevistas entre os mais de 400 000 metalúrgicos cadastrados nos sindicatos que aderiram ao movimento, ele praticamente paralisou o coração da indústria automobilística e infligiu pesados prejuízos às fábricas afetadas – só em São Bernardo, foram 310 (VEJA, nº605, 1980, p. 16).

Em seguida, o texto indica que o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) acabou atendendo algumas das solicitações dos grevistas. “Pela decisão do TRT, concedeu-se a título de produtividade um aumento de 7% para quem ganha até três salários mínimos e

6% para quem ganha mais de três” (VEJA, nº605, 1980, p. 16-17). Em outro parágrafo, o enunciador descreve que, ao saber da decisão, “Lula primeiro não acreditou e, depois, risonho, distribuiu pequenos goles de cachaça ‘51’ entre os integrantes de seu Estado” (VEJA, nº605, 1980, p. 17).

Em outra edição, o enunciador *Veja* é debochado e satiriza Lula. Em 1989, ao contrário do tratamento de “estrela de primeira grandeza” (RAMALDES; PRADO, 2008. p. 176) dado a Collor, o candidato do PT foi apresentado de forma negativa, como uma ameaça sectária. Para Ramaldes e Prado (2008), ao chamá-lo de “O candidato operário” (VEJA, nº1095, 1989, p. 1) na capa da edição do dia 6 de setembro, a revista não teve a intenção de apresentar “‘quem é e o que pretende Lula’, mas mostrar seus aspectos negativos” (RAMALDES; PRADO, 2008, p. 176). A desqualificação ou desconstrução do operário não pararia por aí naquela campanha.

Na matéria de miolo “Um operário vai à luta da sucessão” (VEJA, nº1095, 1989, p. 34), o enunciador diz que entre todos os 24 concorrentes à sucessão do presidente Sarney, Lula é o único que possui uma “biografia de herói de novela das 8” (VEJA, nº1095, 1989, p. 34). Para validar essa opinião, narra o trajeto dele até a candidatura. “Retirante nordestino, mudou-se para o sul do país com 6 anos de idade, virou operário aos 14, líder metalúrgico com 25 anos, deputado federal quando completara 41 e agora, com 43 anos, disputa a cadeira de presidente da República” (VEJA, nº1095, 1989, p. 34).

Com a intenção de reforçar a ideia de que Lula era o candidato menos qualificado, *Veja* enfatiza que “como milhões de brasileiros, o candidato do PT tirou seu diploma de ginásio já adulto, fazendo curso de madureza” (VEJA, nº1095, 1989, p. 34). Em seguida, como identificaram Ramaldes e Prado, a revista posicionou-se como “julgadora irônica e mordaz” (RAMALDES; PRADO, 2008. p. 176).

Não fosse pela barba, pela língua presa e pelos 85 quilos enfiados num corpo de 1,72 metro de altura, o candidato do PT seria o retrato mais aproximado possível da maioria dos eleitores que vão escolher o futuro presidente – afinal, por mais modestos que tenham sido seus padrões originais de existência, basta olhar para uma fila de ônibus para lembrar que o país possui milhões de cidadãos com um cotidiano ainda mais carente. A realidade atual da campanha do PT, no entanto, consiste em convencer a maioria dos brasileiros de que, além de conhecer os problemas cotidianos dos eleitores – na própria pele – melhor do que qualquer outro dos 23 concorrentes, Lula também é o candidato mais equipado para melhorar a vida dos milhões que vivem como ele viveu, tirar a economia do buraco e promover as mudanças que o país espera (VEJA, nº1095, 1989, p. 34).

Ao contrário da descrição e da construção do perfil de Fernando Collor⁴⁹, de acordo com Ramaldes e Prado, a estratégia desse parágrafo era enfatizar uma imagem ruim de Lula e indicar que será difícil provar que ele tem capacidade de comandar um país como o Brasil.

[...] figura-do-Outro, meio gordo, baixinho, como um homem comum, de padrões “modestos”, com um corpo marcado pela falta ou excesso, sem competência para resolver os problemas brasileiros. Nada de fios brancos invisíveis; os traços negativos são aqui plenamente visíveis. O enunciador sugere que a dificuldade está em convencer (demonstrar para) o eleitor de que esse Outro é mesmo capaz de ocupar a posição do presidente competente dos Mesmos. (RAMALDES; PRADO, 2008. p. 177).

Nesse caso específico, Ramaldes e Prado mostram que há uma inversão entre alteridade e mesmidade. As conquistas pessoais de Lula o aproximam do grupo de pessoas que venceram na vida (valor-mesmo). O enunciador não considera que isso seja suficiente.

Lula é dito “mesmo” em relação ao conhecimento dos problemas cotidianos dos eleitores (conhece na pele). Este saber estabelece uma configuração de caráter ético, mas não lhe confere a competência técnica, para cuidar do país, melhorar a vida dos eleitores e tirar do buraco a economia. Para o enunciador, o conhecimento da vida comum dos eleitores não capacita ninguém para o exercício do poder. Fica aí pressuposto um saber que é Outro em relação a esse mundo dos Mesmos comuns constituído pela maioria desprivilegiada dos brasileiros. Lula é da mesma gente, mas é Outro para governar (RAMALDES; PRADO, 2008. p. 177).

Nas linhas seguintes, para reforçar Lula como Outro, o enunciador destaca incoerência política e o classifica como “o mais à esquerda entre todos os candidatos à sucessão de Sarney, em sua vida pessoal” (VEJA, nº1095, 1989, p. 36). Na concepção de Ramaldes e Prado, se, por um lado, Lula é o homem comum, com o qual milhões de pessoas se identificam, por outro, é figura dupla:

[...] pertence a um partido inconsistente (saco de gatos) e perigoso (de esquerda, ligado aos trotskistas⁵⁰), mas acima de tudo, não é competente (sua biblioteca não passa a de um estudante), não está enfiado no próprio corpo na medida certa dos demais candidatos nascidos na elite bem recortada e bem enfiada, e no fundo é conservador (a mulher lhe corta a unha do pé, faz suas malas), tem mau gosto, é preguiçoso etc. (RAMALDES; PRADO, 2008. p. 178).

⁴⁹ Descrição de *Veja* sobre Collor: [...] com seu nariz aquilino e os cabelos cheios, onde se notam fios grisalhos invisíveis nas fotografias e nas aparições na TV.

⁵⁰ O trotskismo foi formulado como teoria política e ideológica e apresentado como vertente do comunismo por oposição ao stalinismo. Sua ideologia consiste em defender o marxismo, combatendo a burocracia no Estado Operário.

As eleições presidenciais são um momento dos mais importantes na saúde de uma democracia. Quando elas acontecem, é possível observar com maior clareza o controle de alguns veículos de comunicação e a forma pela qual eles abraçam candidaturas que representam as causas deles, direcionando a cobertura. Em determinados momentos, o poder interfere no curso de um processo histórico. Segundo Eugênio Bucci (2000), em época de eleições, as opiniões partidárias que prevalecem na imprensa são as da empresa ou dos donos que elas representam. Opiniões que aparecem em manchetes de jornais, de revistas, em reportagens veiculadas pela TV, pelo rádio e notícias em tempo real pela internet podem contribuir para a repercussão e ampliação do debate público, que é uma das premissas do jornalismo. Mas elas também podem dar um tratamento publicitário à cobertura de um pleito quando convém.

Na edição cuja capa estampava “Lula e o Capitalismo – as mudanças que o PT promete dividem o Brasil” (VEJA, nº1107, 1989, p. 1), publicada em 29 de novembro de 1989 – pouco antes do segundo turno daquele pleito -, outro exemplo de Lula como figura de risco. O editorial “Falsa oposição entre capital e trabalho” (VEJA, nº1107, 1989, p. 44) foi estudado por Ramaldes e Prado. Nele, o editorialista parece não compreender a possibilidade de o povo brasileiro estar em dúvida.

De maneira alguma é possível afirmar, a partir das diferenças entre os dois candidatos, que os eleitores estejam colocados ante a alternativa de escolher no dia 17 de dezembro um governo que vá fazer o país funcionar sem capital ou um que pretenda abolir a existência de trabalhadores (VEJA, nº1107, 1989, p. 44)

Veja também argumenta que a História tem mostrado que a oposição frontal entre capital e trabalho não é solução e indica os “mecanismos da economia de livre mercado como o incremento do bem-estar e dos direitos dos trabalhadores” (VEJA, nº1107, 1989, p. 44). O editorialista faz um alerta nas linhas finais. “Se o capitalismo selvagem não faz parte do projeto de nenhuma força política relevante no mundo inteiro, tampouco há partidos dispostos a defender a ortodoxia do marxismo e a ditadura do proletariado” (VEJA, nº1107, 1989, p. 44).

Ainda de acordo com Ramaldes e Prado, a finalidade do editorial foi “desdizer o título de capa, em que fica subentendido o perigo petista, afirmando que o capitalismo brasileiro não está em perigo” (RAMALDES; PRADO, 2008, p. 178).

A matéria “A hipótese Lula” (VEJA, nº1107, 1989, p. 52) avalia o resultado do primeiro turno⁵¹ e aponta a conquista de Lula como algo inesperável.

Desde a terça-feira da semana passada, quando o TSE anunciou oficialmente o nome dos dois vencedores de 15 de novembro, o país convive com uma grande e nervosa novidade – a hipótese de que o candidato operário Luís Inácio Lula da Silva, do PT, consiga promover uma virada nas últimas três semanas da campanha, derrote Fernando Collor de Mello na eleição decisiva de 17 de dezembro e se torne o 41º presidente da República (VEJA, nº1107, 1989, p. 52)

Adiante, o enunciador reforça o perigo do Lula-Outro como ameaça também ao capitalismo brasileiro.

[...] nunca houve, na reta final de uma sucessão presidencial no país, um candidato como Luís Inácio Lula da Silva. Nunca houve, também, a possibilidade concreta de um partido como o PT, em que, entre várias correntes, se abrigam sindicalistas com variados graus de agressividade, líderes grevistas e seitas esquerdistas que adoram fazer elogios ao sandinismo⁵² da Nicarágua, ao comunismo cubano de Fidel Castro e à luta de classes, passar a administrar a máquina do governo federal – aparelho que dá emprego a 3 milhões de pessoas [...] (VEJA, nº1107, 1989, p. 52).

Na avaliação de Ramaldes e Prado, o enunciador construiu, no trecho acima, um discurso ameaçador com a intenção clara de causar medo.

“nunca houve”, “sindicalistas com variados graus de agressividade”, “seitas esquerdistas que adoram fazer elogios ao sandinismo [...] e à luta de classes”. Aliás, que esquerda faz elogios à luta de classes? Aqui *Veja* inverte o argumento, pois é ela quem fomenta a luta de classes ao apresentar o preconceito contra Lula-Outro (RAMALDES; PRADO, 2008. p. 184-185).

Nos trechos seguintes, *Veja* constrói a narrativa a partir do percurso passional do medo. Trata-se de medo engendrado diretamente pelo enunciador, que aponta sem dizer com precisão nomes de quem teme Lula e suas razões. Com isso, institui-se uma instância oculta, temerosa com a candidatura Lula. E *Veja* sobe o tom ao sugerir que o produto de uma vida de trabalho, uma casa, pode estar em risco, ameaça que se estende também ao universo das empresas.

Aquela fatia da população que é dona de seu próprio negócio tem a impressão de que vai ficar muito mais difícil trabalhar, investir e ganhar dinheiro caso a

⁵¹ No primeiro turno (15/11/89), o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, teve 20 milhões de votos. Luís Inácio Lula da Silva, do PT, teve 12 milhões. E Leonel Brizola, do PDT, 11 milhões.

⁵² Movimento que lutou para a derrubada do ex-ditador da Nicarágua Anastasio Somoza Debayle. A revolução sandinista de 1979 acabou com 45 anos de ditadura somozista. A FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua) entrou em Manágua, capital do país, venceu a Guarda Nacional e assumiu o comando em 19 de julho de 1979.

hipótese Lula se transforme no presidente Lula. As pessoas que conseguiram formar um pequeno patrimônio ao fim de uma vida de trabalho, mesmo que seja uma casa posta para alugar, perguntam-se o que pode lhes acontecer. [...] Profissionais bem-sucedidos alimentam dúvidas sobre a possibilidade de ficar sem as promoções [...]. Grandes empresários temem que Lula atrapalhe seus negócios, aumentando a burocracia do governo, criando um clima hostil ao lucro e prejudicando investimentos que fizeram ou precisam fazer (VEJA, nº1107, 1989, p. 52).

Na cobertura do período pré-eleitoral, a revista *Veja* apresentou-se, sobretudo depois do processo de reabertura política, como uma publicação fortemente alinhada a valores que identificam, em candidaturas de esquerda ou de centro-esquerda, riscos institucionais ao país, o mergulho no atraso em que muitos de seus textos se apoiam para mostrar como a candidatura que tem o apoio da Editora Abril representa o melhor para o desenvolvimento do país. Dominique Wolton (2004) considera que a liberdade política de informação nunca se tornará isenta, porque sempre subsistirá uma relação de força entre os atores políticos e a imprensa.

A segunda variante de Lula em *Veja*, identificada por Ramaldes e Prado, indica a ligação do petista com radicais, outro ponto nodal na forma como *Veja* se refere à esquerda. Tome-se como exemplo a reportagem principal de 23 de outubro de 2002, mais uma vez ano eleitoral. Na capa, uma charge de um Cérbero⁵³, mas com as cabeças de Karl Marx, Lênin e Trotsky – que só fica evidente na matéria interior – acompanha a manchete “O que querem os radicais do PT” (VEJA, nº1774, 2002, p. 1).

⁵³ Na mitologia grega, Cérbero era o cão com três cabeças de Hades. Deus do mundo inferior e dos mortos. Ele guardava a entrada do Hades. Sua missão era evitar que vivos entrassem no mundo dos mortos.



Figura 29. Capa O que querem os radicais do PT, nº1774, 2002

Na matéria de miolo, “Vai ser preciso segurar” (VEJA, nº1774, 2002, p. 38), quem contém o Cérbero não é Hades, mas Lula. Uma metáfora que reforça a alteridade e tem intrínseca ligação com o radicalismo da esquerda a que o enunciador recorre.



Figura 30. Vai ser preciso segurar, nº1774, de 2002



Figura 31. Cérbero era o cão com três cabeças Hades

Na linha fina, *Veja* destaca que “Marxistas, leninistas e trotskistas que compõem o coração radical do PT se preparam para cobrar sua fatura caso Lula seja eleito” (VEJA, nº1774, 2002, p. 38). O título também afirma que “os radicais” poderão se voltar contra Lula se o petista se render ao que a revista chama de “regras do capitalismo” (VEJA, nº1774, 2002, p. 38).

De acordo com a reportagem, a iminente vitória do PT na eleição presidencial causaria rachaduras a seus seguidores. O texto afirma que, nos últimos anos, se criou no partido um grande bloco de herdeiros de diferentes linhagens de pensamento esquerdista. “As principais são Democracia Socialista, e O Trabalho, mas há outras menores, de expressão regional” (VEJA, nº1774, 2002, p. 38).

De acordo com o enunciador, esses grupos têm várias bandeiras em comum. “Defendem a ‘expropriação do patrimônio da grande burguesia’, a rentabilização de empresas privatizadas, o amordaçamento da imprensa (sob o eufemismo de ‘controle social dos meios de comunicação’), a abolição final do mercado” (VEJA, nº1774, 2002, p. 38).

Veja recorre mais uma vez a uma ironia para descrever a intenção desse bloco. Segundo ela, a proposta é a de que sejam impostas ao país “medidas anacrônicas e tão factíveis quanto convencer o ditador Fidel Castro a cortar sua barba” (VEJA, nº1774, 2002, p. 38). Nas linhas seguintes, a revista indica que a “conversão de Lula às regras do capitalismo soa como heresia imperdoável a esses apóstolos do socialismo” (VEJA, nº1774, 2002, p. 38). E faz um alerta, novamente no sentido de reforçar a ameaça que a alteridade pressupõe: “Eles esperam, sinceramente, que tudo não tenha passado de um teatrinho eleitoral. Caso contrário, preparam-se para cobrar sua fatura ao companheiro presidente” (VEJA, nº1774, 2002, p. 38). Mais adiante, *Veja* reafirma que a maneira que foi encaminhada a campanha de Lula criou ressentimentos nessas alas. “Os radicais acusam a direção do partido de ter agido de forma autoritária” (VEJA, nº1774, 2002, p. 39). A estratégia do enunciador com essa reportagem é sempre associar o PT e seus grupos internos a radicalismos que representam grande ameaça às instituições nacionais.

2.2.1. Os “sem-lei”

O Outro também pode ser representado por movimentos, por cidadãos e grupos excluídos, não tolerados e, portanto, sem direito à voz. Segundo Prado (2008c), existe uma escolha deliberada de fatos, valores e vozes a ouvir. De acordo com ele, o enunciador *Veja* é severo também ao cobrir o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). “O MST sempre foi sancionado negativamente pela mídia semanal” (PRADO, 2008c).

Um exemplo é a edição de 3 de junho de 1998, novamente ano eleitoral e período em que o enunciador reforça a ideia de radicalismo presente na articulação política de

seus Outros. Na capa aparece o rosto de João Pedro Stedile, líder do Movimento dos Sem-Terra, num close projetado sobre um fundo relativamente obscuro em que a cor vermelha prepondera com a chamada “A esquerda com raiva” (VEJA, nº1549, 1998, p. 1). Na linha fina, o enunciador afirma que o movimento luta por um país socialista. “Inspirados por ideais zapatistas⁵⁴, leninistas⁵⁵, maoistas⁵⁶ e cristãos, os líderes do MST pregam a implosão da ‘democracia burguesa’ e sonham com um Brasil socialista (VEJA, nº1549, 1998, p. 1).



Figura 32. Capa A esquerda com raiva, nº1549, 1998

A reportagem de miolo “O que eles querem” (VEJA, nº1549, 1998, p. 42) faz uma breve apresentação do movimento. “Criado em 1984, entre agricultores do Rio Grande do Sul, o MST virou um fenômeno – político e social. Sua principal bandeira, a reforma agrária” (VEJA, nº1549, 1998, p. 42). Ao traçar o perfil dos integrantes do MST, o enunciador reforça a alteridade e os apresenta como lumpen.

⁵⁴ Emiliano Zapata foi um dos líderes da Revolução Mexicana, que começou em 1910, no México. Lutava contra ricos latifundiários que haviam roubado terras de agricultores pobres.

⁵⁵ Vladimir Ilyich Ulyanov, mais conhecido como Lênin, foi líder da Revolução Russa de 1917 e estadista russo.

⁵⁶ Maoísmo é o termo que designa a linha de ação política do movimento revolucionário comunista chinês, liderado por Mao Tsé-Tung (1893-1976).

Entre seus 100 000 seguidores, há de tudo: desempregados, analfabetos, agricultores arruinados, comerciários sem eira nem beira, gente que foi bóia-fria ou veio de favelas nas grandes cidades. Formam essa massa que a esquerda tradicional sempre julgou ser possível organizar e conduzir – o chamado lumpen, a expressão que Karl Marx usou para designar o ‘lixo de todas as classes’ (VEJA, nº1549, 1998, p. 42).

Em outro trecho, a revista constrói sentidos que mostram o MST como ameaça para a sociedade. Segundo ela, o movimento quer mais do que um local para construir moradias. “Distribuição de terras é apenas uma etapa do projeto global. As lideranças do MST querem transformar a sociedade e, se possível, abocanhar o poder para fazer do Brasil um país ‘socialista e igualitário’” (VEJA, nº1549, 1998, p. 44). Em seguida, *Veja* sinaliza medo diante de ações do movimento, mas sem informar precisamente de quem é o temor e qual a raiz dele. “A parte mais radical do MST preocupa as pessoas que precisam pensar em eventuais consequências nefastas de uma ação indesejável do exército descalço da bandeira vermelha” (VEJA, nº1549, 1998, p. 44). Ao falar do campo ideológico do movimento, ela opina de forma mais categórica.

O MST é um liquidificador. Ali existem os que se inspiram em Ernesto Che Guevara, simpatizantes do sandinismo nicaraguense, adeptos das táticas maoístas de começar a revolução pelo campo em direção às cidades, defensores de uma ‘pátria operária socialista’ (VEJA, nº1549, 1998, p. 46).

Para Prado (2008a), a revista sempre assume a posição de sabedora da verdade, de guardião da razão. No caso da temática do MST, *Veja* se mune de soluções contra o movimento e o cita sistematicamente de forma negativa. Como criminoso. Porém, não apresenta um exame histórico que possa validar essa opinião. É o que podemos observar em outra edição, em 10 de maio de 2000, quando o presidente Fernando Henrique Cardoso estava no segundo ano de seu segundo mandato.

A capa traz a bandeira do MST e a manchete “A tática da baderna” (VEJA, nº1648, 2000, p. 1). A linha fina reforça o mesmo discurso usado na edição de 1998. “O MST usa o pretexto da reforma agrária para pregar a revolução socialista” (VEJA, nº1648, 2000, p. 1).



Figura 33. Capa A tática da bandeira, nº1648, 2000

O enunciador, na matéria “Sem terra e sem lei” (VEJA, nº1648, 2000, p. 42), retrata o MST como um movimento que acaba com a ordem e é contra a lei. “Cerca de 5000 sem-terra ocuparam prédios públicos em 14 capitais. Outros 25 000 realizaram invasões pelo interior e passeatas” (VEJA, nº1648, 2000, p. 42).

Na linha de desqualificar outras nações da América Latina, inclusive o Brasil, *Veja* faz questão de ressaltar os pontos fracos do País. De acordo com ela, a má distribuição de terras brasileiras tem razões históricas. Segundo a publicação da Editora Abril, a questão fundiária atinge os interesses de “um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra” (VEJA, nº1648, 2000, p. 42).

Em seguida, julga que a reforma agrária não faz sentido, mas que ela se transformou num meio de evitar que as metrópoles sejam “inchadas por desempregados do campo” (VEJA, nº1648, 2000, p. 44). Nesse caso, o enunciador coloca o Outro como não desejado na cidade e indica que é certo enviá-lo para um lugar em que permaneça invisível. Na avaliação de Prado (2008a), a revista traz o movimento como anti-sujeito e perigoso. “O MST não quer mais terra. O movimento quer toda a terra, quer tomar o poder no país por meio da revolução e, feito isso, implantar por aqui um socialismo tardio” (VEJA, nº1648, 2000, p. 44).

Prado (2008a) ressalta que todas as vozes integrantes do MST reproduzidas nas reportagens de *Veja* reforçam a condição do movimento como violento. Segundo ele, as demais qualificam o MST como sem-lei. “A verdade é que o governo, receando a acusações de insensibilidade social, tem evitado usar a autoridade contra os integrantes do MST que burlam as leis” (VEJA, nº1648, 2000, p. 46). Prado (2008a) observa que nenhuma fonte mostra um “outro lado”, não negativo, do MST e que, portanto, identifica-se um tom de pregação política na forma como o movimento é coberto.

2.2.2. A cristalização do social

Pela estratégia de construção do Outro, os bairros pobres, a periferia, o morador de rua não têm interfaces e intersecções com o mundo dos valores-mesmo. Estes grupos são construídos pelo enunciador *Veja* como “ameaça, como integrantes de espaços produtores do crime e da violência” (PRADO, 2008c) desde as primeiras publicações. Já em abril de 1969, ainda como *Veja e Leia*, o enunciador trouxe como tema de capa a violência urbana com a chamada “Isto é um assalto – a escalada do crime” (VEJA E LEIA, nº33, 1969, p. 1).



Figura 34. Capa Isto é um assalto, nº33, 1969

A reportagem “Um novo crime nas ruas” (VEJA E LEIA, nº33, 1969, p. 34) se propõe a provocar uma reflexão sobre crimes cometidos em São Paulo e no Rio de Janeiro em abril daquele ano. Prado (2008a) observa que o enunciador constrói sua argumentação a partir da relação entre pobreza e violência. Segundo ele, *Veja* caracteriza “o bandido como pobre, cuja marginalização social o motiva a adentrar na vida criminosa em busca de algo fácil” (PRADO, 2008c). Para reforçar essa teoria, recorre-se ao sociólogo Ruy Coelho. “A própria transição da agricultura para a indústria acelera o índice de criminalidade, com a corrida para a cidade grande que estimula o crime até com o anonimato, a sensação de fazer o que quiser já que ninguém vai ficar sabendo” (VEJA E LEIA, nº33, 1969, p. 36).

Prado (2008c) explica que *Veja* justifica a associação que ela faz entre pobreza e criminalidade ancorada pela migração para os grandes centros urbanos. Em outros casos, a revista trouxe como temática de suas capas duas realidades sociais distintas: os cidadãos ordeiros (valores-mesmos) e os intrusos violentos (valores-outros). É o que ocorre, por exemplo, na reportagem de capa “O cerco da periferia” (VEJA, nº1684, 2001, p. 1), de 24 de janeiro de 2001, 32 anos depois daquela matéria que se propunha a debater a escalada da violência.

Na capa, um contraste social. A periferia aparece ao fundo, na cor cinza. No centro, a classe média colorida e arborizada. Na linha fina, o reforço do apelo que estabelece a associação entre pobres e criminosos. “Os bairros de classe média estão sendo espremidos por um cinturão de *pobreza e criminalidade* que cresce seis vezes mais que a região central das metrópoles brasileiras” (VEJA, nº1684, 2001, p. 1. Grifo nosso).



Figura 35. Capa O cerco da periferia, nº1684, 2001

A matéria de miolo recebe o título “A explosão da periferia” (VEJA, nº1684, 2001, p. 86) e a linha fina, “Crime, desemprego e miséria: uma tragédia brasileira em torno de grandes metrópoles” (VEJA, nº1684, 2001, p. 86). A reportagem descreve a região como lugar de violência, de falta de infraestrutura e de cultura.

Quem acharia razoável viver numa região que reúne praticamente todos os defeitos que uma cidade pode ter? As ruas não têm calçamento e se alagam quando chove. Os bairros não possuem hospital nem dentistas. Em boa parte das casas a água encanada e o esgoto são obtidos apenas com ligação clandestina, de forma que em muitos casos os detritos correm a céu aberto. Praça e área verde são artigos de luxo. Como não há coleta de lixo, os moradores servem-se dos rios e vivem num ambiente poluído e cheio de doenças (VEJA, nº1684, 2001, p. 86).

De acordo com Prado (2013a), nesse caso, o ponto nodal “periferia” é uma montagem jornalística e social do pensamento conservador, de um inconsciente coletivo que olha os cidadãos como se pertencessem a apenas dois tipos: nós, da elite colorida, e eles, os ameaçadores que invadem os nossos espaços. “Trata-se de uma visão retrógrada e fascista – no sentido de fascismo social, de que fala Santos” (PRADO, 2013a, p. 184), mencionado no capítulo anterior.

Para realçar o contraste das duas realidades, *Veja* traz um box com dados que comparam o centro e a periferia. Entre eles, número de homicídios, taxa de desemprego e infraestrutura.

O contraste
A tabela mostra algumas diferenças entre o centro das grandes cidades e as regiões mais pobres*

| | CENTRO | PERIFERIA |
|--|-------------------|---|
| Número de homicídios por grupo de 100 000 habitantes | 14, em média | até 150 |
| Total de moradores desempregados (%) | 5 | 18 |
| Casas atendidas por sistema de esgoto (%) | 70 | 30 |
| Moradias abastecidas com água encanada (%) | 100, tudo oficial | 70, a maioria com ligações clandestinas |
| Residências com energia elétrica (%) | 100 | 90 |
| Taxa de analfabetismo (%) | 3 | 20 |
| Renda per capita anual | 15 300 reais | 2 600 reais |
| Leitos hospitalares por grupo de 100 000 habitantes | 530 | 180 |
| Tempo gasto para ir de casa ao trabalho | 40 minutos | 2 horas |
| Largura das ruas | 6 metros | 2 metros |
| Com que frequência vai ao dentista | a cada 6 meses | a cada 6 anos |
| Carro | Vectra | Brasília |
| Total de conhecidos assassinados | 1 | 20 |
| Brinquedo da moda entre as crianças | patinete | pipa ou papagaio |
| Atividade esportiva | musculação | futebol |
| Fatia do salário gasta com alimentação (%) | 15 | 30 |
| Refrigerante mais consumido | Coca-Cola | tubainas |
| Casas pintadas (%) | 100 | 10 |
| Frequência com que o caminhão de lixo passa na rua | 1 dia | 4 dias |
| Total de dias com falta de água no último mês | nenhum | 7 dias |
| Eletrodoméstico mais caro | computador | geladeira |
| Valor do imóvel | 80 000 reais | 3 000 reais |

* médias estimadas em oito capitais

Figura 36. Box O contraste – Centro e Periferia, nº1684, 2001

Prado (2013a) discute outros aspectos na construção narrativa da reportagem. Entre os quais, a palavra “periferia” no singular. “Não existe *a* periferia, mas periferias, principalmente em megalópoles como São Paulo, e nem todas são desassistidas” (PRADO, 2013a, p. 184). Além disso, nem sempre as periferias são lugares perigosos e este é um pressuposto que induz o leitor a uma percepção preconceituosa deste espaço público.

Do ponto de vista da divisão do pensamento abissal – o lado de cá e o lado de lá, de Santos (2010) –, Prado assinala que, nesse caso, as linhas de separação entre ganhadores e perdedores, entre amigos e inimigos do sistema não se colocam mais entre norte e sul, mas “recuam dentro das megametrópoles, dividindo, a partir de dentro, cada país, cada megacidade e, enfim, o próprio modo de cada grupo e cada indivíduo a ser

visível ou invisível. Aquém da linha somos visíveis, além somos invisíveis e desconsideráveis” (PRADO, 2013a, p. 23).

A manifestação mais preocupante, no entanto, verifica-se no campo da segurança. Até alguns anos atrás, apenas os moradores das áreas populares viviam em pânico, não saíam à noite e corriam o risco de ver um amigo ou parente ser assassinado por marginais. Embora a criminalidade seja ainda muito mais acentuada nos bairros pobres, o medo que antes era só deles migrou para as áreas mais ricas das grandes cidades (VEJA, nº1684, 2001, p. 90).

Žižek (2011) identifica uma situação parecida na China contemporânea. Segundo ele, os novos-ricos construíram comunidades isoladas de acordo com o modelo idealizado de uma cidade ocidental – perto de Xangai. “Os moradores dessa cidade vivem num universo em que, em seu imaginário ideológico, o mundo circundante da ‘classe baixa’ simplesmente não existe” (ŽIŽEK, 2011, p. 18). Para Žižek (2011), os cidadãos dessas áreas isoladas representam dois extremos da nova divisão de classes.

A vida é muito mais dura na periferia. Do ponto de vista geográfico, a periferia é a fatia mais externa de uma cidade, a camada mais distante do centro. Do ponto de vista social, a periferia é aquele pedaço de chão que está mais distante do aparelho do Estado, é um lugar onde o ônibus não vai, só as vans. Percebe-se que a periferia está próxima quando os outdoors e o comércio tradicional vão ficando para trás e as avenidas largas, cercadas por construções espaçadas, começam a se bifurcar em ruas cada vez mais estreitas ladeadas por casas grudadas uma nas outras (VEJA, nº1684, 2001, p. 92).

Ao comparar a realidade brasileira com a de outros países, o enunciator cita o “inchaço da periferia e a deterioração das cidades” (VEJA, nº1684, 2001, p. 88), estabelecendo uma relação de causa e consequência entre ambos. Eles podem ser observados em menor escala no México, Índia, Indonésia e África do Sul. A revista repete o mesmo discurso da edição de 1969. Para ela, “nesses lugares, o subúrbio paupérrimo é fruto de um crescimento desordenado” (VEJA, nº1684, 2001, p. 88). Porém, *Veja* destaca maior gravidade naquilo que ela chama de “caso brasileiro”: “Todas as nações que enfrentam o problema convivem com um, dois ou três casos de expansão da periferia. No Brasil, esse fenômeno pode ser constatado em quase cinquenta cidades” (VEJA, nº1684, 2001, p. 88).

Veja reconhece que o morador da periferia espera melhorias, mas indica que o crescimento delas impõe um perigo a outras classes. A revista afirma categoricamente, e sem o respaldo de fontes, que a periferia impõe incômodo à classe média.

Os moradores desses bairros populares querem melhorias e têm direito a isso. Na realidade, sairiam da periferia para bairros mais bem assistidos, se pudessem. A novidade é que, além de castigá-los, a periferia incomoda também habitantes dos bairros de classe média alta e da elite. É como se uma espécie de Muro de Berlim tivesse sido derrubado. As regiões mais abastadas das metrópoles estão conhecendo de perto, e com grande intensidade, o impacto da chegada da miséria (VEJA, nº1684, 2001, p. 89).

Sobre o trecho acima, Prado (2013a) destaca que é aí que o enunciador chega ao ponto fundamental da costura de significante ao redor do ponto nodal “Muro de Berlim”. “Esse ‘é como se...’ revela como a ameaça é construída para os leitores de classe média alta da elite, público primeiro de *Veja*: antes, havia uma separação entre pobres e classes mais altas, pois os pobres eram mantidos no longe, onde não incomodavam ninguém” (PRADO, 2013a, p. 185). De acordo com ele, o tema central aqui é dado pelo significante Muro de Berlim.

Imaginado no texto para logo ser derrubado, mas seguindo a aventura imaginária desse enunciador, é como se ele estivesse lá antes. Para o enunciador, algo rompeu a segregação, e a miséria está chegando perto, invadindo a zona colorida e elevada das classes altas, o que constitui um perigo, uma tragédia (PRADO, 2013a, p. 185).

Quando se trata de tematizar a violência urbana, o percurso das reportagens e das capas da revista é sempre o medo. Comparando essa edição à de 1969, observam-se pontos semelhantes. *Veja* cria uma teoria do crescimento desordenado, sempre em velocidade superior à capacidade das autoridades de contê-lo e que embute o binômio violência/crime. A cidade cresce e isso contribui para o aparecimento de mais bandidos.

Para Prado (2008c), as duas realidades sociais existem e devem ser tematizadas pela mídia. Porém, construir somente uma delas como potencial e naturalmente violenta é incomum e representa um raciocínio simplista, pois há casos de violência cometidos pela classe média.

2.3. O Outro assimilado e reduzido ao Mesmo

A tendência de assimilar ou reduzir o Outro ao Mesmo é, segundo Prado (2008c), um gesto imperialista de conquistar e administrar o Outro. Quando o discurso midiático se refere ao Outro, procura construí-lo reduzindo-o ao Mesmo, ou seja, às imagens aceitas no imaginário da classe média.

Em 2000, antepenúltimo ano do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, um “Tio Sam Made in Brazil” é capa de uma das edições da revista.

Com a manchete “O Brasil veste a roupa de líder” (VEJA, nº1665, 2000, p. 1), a publicação traz a linha fina “O encontro histórico dos presidentes sul-americanos evidencia a intenção brasileira de liderar a região” (VEJA, nº1665, 2000, p. 1).



Figura 37. Capa O Brasil veste a roupa de líder, nº1665, 2000

Coube à editoria Brasil assinar a reportagem “O Brasil diz não” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42). A matéria traz uma foto de 12 presidentes da América do Sul, inclusive Fernando Henrique Cardoso. A linha fina destaca que “ao reunir em Brasília os presidentes de 11 países vizinhos, FHC dá o primeiro passo para a construção de um bloco sul-americano que poderá confrontar a hegemonia americana no continente” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42). No lide, *Veja* diz que “depois de décadas de vacilação, durante as quais deu as costas aos seus vizinhos, o Brasil está ocupando o posto de líder da América do Sul” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42).

De acordo com Prado (2008c), ao assimilar o Outro ao Mesmo, as narrativas resultam em um elogio de virtudes do empreendedorismo, mas sem maior contextualização. Nesse sentido, quando se vê o Brasil com certa liderança sobre os territórios sul-americanos, o enunciador *Veja* projeta internamente o que tanto admira nos Estados Unidos: a soberania. Seguindo a linha editorial da revista, os 11 países vizinhos passariam, então, a se submeter às vontades brasileiras e a seu poder em

potencial. A publicação também associa tudo o que rejeita nacionalmente – a incompetência, a fraqueza e o peso do Estado – ao Outro.

Em outro trecho, a revista recorre a uma autoridade norte-americana para destacar e avaliar a conquista do país.

“O Brasil atingiu um grau de influência internacional e regional inédito em sua história. O país é hoje o porta-voz do mundo em desenvolvimento com assento também em fóruns importantes do Primeiro mundo”, diz Anthony Harrington, embaixador americano no Brasil (VEJA, nº1665, 2000, p. 43-44).

Por mais que *Veja* aposte, ainda que timidamente, na formação de um bloco sul-americano para bater de frente com a hegemonia do Tio Sam, os Estados Unidos continuam necessários porque são um parâmetro, quase termômetro, político, econômico e social. Em seguida, *Veja* diz que “o Brasil está, efetivamente, flexionando os músculos em encontros internacionais” (VEJA, nº1665, 2000, p. 44). Prado (2008c) destaca que tudo o que foge ao padrão identitário aceito pelos públicos da revista é “recusado ou se integra apenas por subordinação a tal padrão” (PRADO, 2008c). A matéria estabelece, na sequência, uma comparação com a França e cita o fato de ela ter posições desalinhadas com os Estados Unidos. Fugindo ao padrão, os franceses se tornam uma referência distante quando a possibilidade de poder emerge para o Brasil. Nesse caso, o Brasil se vê como Mesmo incompetente que precisa do Outro-EUA, competente.

O Brasil ainda não é a França, cujo a política externa é automaticamente desalinhada com todas as posições dos EUA, mas está tendo atitudes surpreendentes para uma nação de pouca relevância no comércio, na indústria e nas finanças internacionais (VEJA, nº1665, 2000, p. 45).

Outro exemplo está no tratamento dado à União Soviética antes e depois da ascensão de Mikhail Gorbachev⁵⁷. Até então, a URSS, na construção do discurso de *Veja*, esteve sempre no papel de Outro. Os soviéticos representavam um atraso tecnológico e, ao mesmo tempo, uma ameaça política e principalmente de modelo econômico. Quando Gorbachev começa um processo liberalizante, de abertura do regime, o enunciador muda de postura. Este processo percorre alguns anos antes do fim da Guerra Fria, enquanto o Brasil ainda estava sob o regime militar. A edição do dia 6 de abril de 1983 trouxe, sob o chapéu de “Especial”, a matéria “Os músculos do

⁵⁷ Mikhail Sergueievitch Gorbachev foi o último secretário-geral do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética de 1985 a 1991. Gorbachev foi o responsável pela abertura política e econômica da URSS.

Kremlin” (VEJA, nº761, 1983, p. 52). No corpo, o enunciador destaca que na área dos armamentos, a União Soviética está bem amparada, mas em outros setores ela não evoluiu como outras nações.

Segundo o texto, a própria CIA observou que as Forças Armadas soviéticas estavam se tornando mais eficazes. Por outro lado, o enunciador destaca que, de fato, a URSS estava sofrendo “asfíxia de intratáveis problemas estruturais de sua economia, que ainda não saiu da era da eletricidade, do aço e da borracha, enquanto os Estados Unidos e os países capitalistas desenvolvidos estão na área da era da eletrônica, do alumínio e do plástico” (VEJA, nº761, 1983, p. 52).

A reportagem traz um box intitulado “Como medir quem, afinal, é mais poderoso” (VEJA, nº761, 1983, p. 52). Nele, a revista faz um comparativo entre as forças militares dos Estados Unidos e da União Soviética. Para responder, o enunciador recorre, mais uma vez, ao expediente de usar fontes anônimas.

Especialistas mais independentes genericamente consideram os EUA superiores em sofisticação e tecnologia, em preparação de pessoa e eficiência de serviços. Os russos seriam superiores em número global de armamentos e na simplicidade operacional de grande parte de seu equipamento (VEJA, nº761, 1983, p. 54).

A edição do dia 31 de agosto do mesmo ano traz como chapéu “União Soviética” (VEJA, nº782, 1983, p. 53) e a chamada “Vaga memória” (VEJA, nº782, 1983, p. 53). Na linha fina, ela afirma que “nove meses após sua morte, Brejnev⁵⁸ some da URSS” (VEJA, nº782, 1983, p. 53). Segundo a revista, sua imagem sofreu desgaste no curto período de poder de Yuri Andropov⁵⁹. Sob o intertítulo “Incompetência”, *Veja* traz duras críticas:

Sua equipe de governo foi reduzida a farrapos por uma descomunal operação-limpeza iniciada por Andropov, e que fulminou milhares de altos funcionários. O mais ilustre destes, o outrora poderoso ministro do Interior Nikolai Cholokov, amigo íntimo do ex-presidente, está preso e aguarda julgamento em Moscou – contra ele pairam acusações de suborno e tráfico de influência na vasta rede policial soviética. Além disso, as reformas econômicas recém-introduzidas na URSS por Andropov trazem implícita uma condenação à letargia a que o país esteve mergulhado na fase final da era Brejnev (VEJA, nº782, 1983, p. 53).

⁵⁸ Leonid Ílitch Brejnev comandou a União Soviética por 18 anos. Ele sucedeu Nikita Khrushchov como secretário-geral do Partido Comunista em 1964 e ficou no poder até 10 de novembro de 1982, quando morreu. Durante seu governo, Brejnev teve de equilibrar a estagnação econômica da URSS com os gastos com a corrida armamentista contra os Estados Unidos.

⁵⁹ Yuri Vladimírovitch Andropov foi secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética de 12 de novembro de 1982 a 9 de fevereiro de 1984, data de sua morte. Andropov foi o primeiro chefe da KGB, a polícia secreta soviética, a ser indicado para comandar a URSS. Ficou pouco mais de um ano no poder, quando morreu vítima de problemas renais.

Naquele mesmo ano, o mundo foi surpreendido por um ataque soviético a um avião. No dia 1º de setembro, uma aeronave da Korean Airlines foi derrubada por jatos soviéticos sobre o mar próximo ao seu espaço aéreo da Ilha Sacalina, ao Norte do Japão, matando todos os 269 passageiros e tripulantes. A bordo do Boeing 747, que fazia a rota Nova York-Seul, estavam passageiros de 16 nacionalidades, incluindo um congressista americano⁶⁰. A tragédia provocou longa crise envolvendo os Estados Unidos e a antiga União Soviética, ainda em clima da Guerra Fria.

Na linha de reforçar os soviéticos como ameaça, a revista dá destaque de capa ao assunto no dia 7 de setembro. Com o subtítulo “O ataque da URSS ao Jumbo coreano” (VEJA, nº783, 1983, p. 1) e a chamada “Massacre nos céus” (VEJA, nº783, 1983, p. 1), *Veja* ilustra a capa com a arte de um avião atacado por um míssil.



Figura 38. Capa Massacre nos céus, nº783, 1983

No corpo, a matéria recebe o título de “Sem qualquer defesa” (VEJA, nº783, 1983, p. 50) e a linha fina “269 pessoas a bordo de um Jumbo coreano são espatifadas em pleno voo por um míssil soviético, em nome da soberania do território da URSS” (VEJA, nº783, 1983, p. 50). *Veja* inicia o lide narrando o diálogo do piloto soviético:

⁶⁰ Geórgia Lawrence McDonald, presidente da Sociedade John Brich, de direita, e membro da Comissão das Forças Armadas da Câmara dos Representantes.

- Vou lançar um míssil. O alvo é um avião da Korean Air Lines.
- Apontar para o alvo.
- Alvo na mira.
- Disparar.
- Alvo atingido (VEJA, nº783, 1983, p. 50).

Em seguida, o enunciador afirma que jamais se conhecerá a identidade deste piloto, mas “das vítimas, em contrapartida, sabe-se até demais – inutilmente” (VEJA, nº783, 1983, p. 50). Entre os 269 passageiros, a revista destaca um motorista de táxi que, segundo ela, iria se encontrar com a noiva, um casal americano com filhos voltando de férias, uma sexagenária que pretendia visitar pela primeira vez os Estados Unidos e o “membro mais conservador e anticomunista do Congresso americano, o deputado Lawrence McDonald, 48 anos [...]” (VEJA, nº783, 1983, p. 50).

Veja enfatiza que a União Soviética, com outros 150 países, é signatária do Acordo Internacional de Aviação Civil, que prescreve os seguintes procedimentos em caso de violação por espaço aéreo.

Por eles, o interceptador deve alcançar o avião intruso por trás, em seguida passa à sua direita e tenta comunicar-se por rádio. Se não houver resposta ou for possível entendimento, ele deve passar à esquerda, balançar as asas, inclinar-se, baixar seu trem de aterrissagem e, se estiver escuro, piscar todas as luzes de navegação e de pouso de seu aparelho. [...] Se ainda assim o intruso não atender às instruções, o caça pode dar tiros de advertência [...] (VEJA, nº783, 1983, p. 53)

Nas linhas finais, ao comentar a ação soviética, *Veja* cita os americanos como opinião global e faz duras críticas aos procedimentos.

Para os 220 milhões de americanos, e para boa parte do resto do mundo, a derrubada de um familiar Jumbo 747, carregado de passageiros inocentes, toca muito mais de perto o dia-a-dia de cada um do que a invasão soviética no longínquo Afeganistão ou a dura repressão na Polônia, que pode ser vista como política de blocos. [...] Pode haver terror maior do que viajar despreocupadamente de avião com a família, e estar à mercê de um míssil assassino que, por via de estatutos ou praxes incompressíveis para o cidadão comum, tem o respaldo da jurisdição internacional? (VEJA, nº783, 1983, p. 54).

Em fevereiro de 1984, a morte de Yuri Andropov é destaque de capa na edição do dia 15 - a partir desta edição o enunciador começa a revelar “simpatia” por Gorbachev.

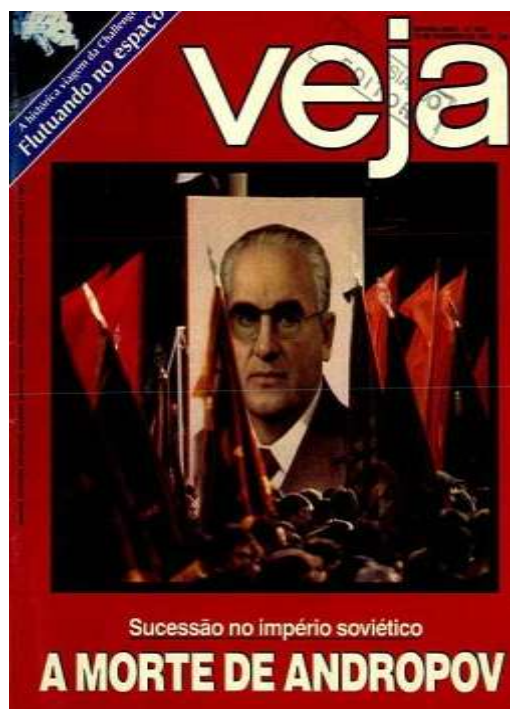


Figura 39. Capa A morte de Andropov, nº806, 1984

A matéria é da editoria Internacional e tem o título “Um novo início na URSS” (VEJA, nº806, 1984, p. 28). Na linha fina, o enunciador indica que “a morte de Yuri Andropov depois de um breve reinado lança de novo a potência comunista na busca de um líder aceito em casa e no mundo” (VEJA, nº806, 1984, p. 28). *Veja* abre o texto com a afirmação de que a morte de “Yuri Vladimirovich Andropov, aos 69 anos de idade, num quarto da clínica Kremlinovka, nos arredores de Moscou, foi tão esquiva quanto sua vida e tão silenciosa quanto sua doença” (VEJA, nº806, 1984, p. 28). O enunciador adota o seguinte tom para a cobertura da morte dele.

Depois de definhar a olho nu durante alguns meses, e sumir das vistas do público ao longo de 176 dias - deixando o colossal império soviético à deriva e o resto do mundo em suspense -, o quinto homem a chefiar sozinho a União Soviética desde a Revolução Bolchevique de 1917⁶¹ apagou justamente quando sua ausência começava a ser digerida como uma anomalia normal (VEJA, nº806, 1984, p. 54).

Segundo a revista, Andropov faleceu às 16h50 do dia 9, mas o comunicado oficial foi divulgado somente às 14h20 do dia seguinte. “Quando todos os locutores de rádio e

⁶¹ Foi uma série de eventos políticos na Rússia, que, após a eliminação da autocracia russa, e depois do Duma (Governo Provisório), resultou no estabelecimento do poder soviético sob o controle do partido bolchevique. O resultado desse processo foi a criação da URSS (União Soviética), que durou até 1991.

televisão da URSS finalmente foram autorizados a ler a notícia simultaneamente, Andropov já estava morto há quase 22 horas” (VEJA, nº806, 1984, p. 28). *Veja* critica seu governo.

[...] na tarde cinzenta e nevosa daquele dia típico de inverno soviético, com temperaturas de 8 graus negativos, os moscovitas viram milhares de bandeiras vermelhas com tarjas pretas despontar nos edifícios da capital. Era o fim precoce de um mandato que deveria ter arrancado a União Soviética do imobilismo [...]” (VEJA, nº806, 1984, p. 30).

Nas linhas seguintes, *Veja* afirma que a luta pelo poder entre União Soviética e Estados Unidos foi retomada. “Com a morte de Yuri Andropov e a temporária acefalia de comando no Kremlin, toda a complexa e intrincada disputa de poder entre as duas superpotências entrou em efervescência e revisão imediatas” (VEJA, nº806, 1984, p. 30).

A matéria menciona que o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, decidiu não comparecer aos funerais de Andropov.

De acordo com a revista, Reagan e Andropov nem se conheceram. “Jamais houve clima, tempo ou vontade mútua para um encontro de cúpula” (VEJA, nº806, 1984, p. 30). *Veja* destaca que, com a derrubada do Jumbo coreano e por causa da instalação de armas nucleares táticas dos Estados Unidos na Europa, “as relações entre as duas superpotências chegaram a seu grau mais gélido dos últimos vinte anos” (VEJA, nº806, 1984, p. 30).

Segundo a reportagem, teoricamente, o novo líder pode ser qualquer um dos 300 membros do Comitê Central do Partido Comunista soviético. Porém, os que acumulam os postos do Politburo – também chamado de Comitê Central – e da Secretaria do Comitê Central são os favoritos. A revista cita três nomes: Konstantin Chernenko⁶², Mikhail Gorbachev e Grigory Romanov⁶³. Eles são os únicos membros que somam os dois cargos e por isso figuram em todas as listas. O enunciador se vale de fontes anônimas para desqualificar um dos três.

⁶² Konstantin Ustínovitch Chernenko dedicou sua carreira política ao Partido Comunista. Perdeu a disputa pelo poder com Andropov, mas foi eleito o secretário-geral do partido com a morte do colega em 1984. Coordenou uma reforma educacional na União Soviética e uma reestruturação burocrática do Estado. Chernenko ficou apenas um ano no poder. Com problemas de saúde, morreu em 10 de março de 1985.

⁶³ Grigory Romanov foi membro do Politburo, que mandava na União Soviética em 1976. Faleceu aos 85 anos, em junho de 2008, Moscou.

A descrição mais generosa que os especialistas em assuntos soviéticos faziam de Chernenko, até recentemente, era a de um *apparatchik*⁶⁴ medíocre, um ‘carregador de pasta’ da resistente máfia de amigos de Leonid Brejnev. Sua carreira estaria condenada ao crepúsculo devido ao fator idade – a União Soviética não aguentaria mais um líder septuagenário, após a devastadora paralisação imposta ao país nos últimos anos de Brejnev e ao longo de todo o efêmero mandato de Andropov. [...] Embora apareça como alto executivo partidário, ele não tem experiência nem como administrador regional, nem na burocracia ministerial, nem mesmo como governante de fábrica (VEJA, nº806, 1984, p. 31).

Em seguida, *Veja* traz o subtítulo “Alavanca” (VEJA, nº806, 1984, p. 31) para falar de Mikhail Gorbachev. Para ela, Gorbachev, embora mais jovem, tem mais experiência e trânsito no mundo ocidental.

É atualmente o líder soviético que mais circula no exterior. Secretário encarregado dos assuntos de agricultura e da indústria leve – dois calcanhares-de-aquiles da economia soviética –, Gorbachev teve uma carreira meteórica nos últimos cinco anos, apesar de péssimas safras registradas na URSS ultimamente e do permanente desastre na sua produção de bens de consumo (VEJA, nº806, 1984, p. 31)

Para reforçar a figura de Gorbachev como melhor opção, o enunciador traz a opinião de “um entusiasta” da União Soviética. “Ele é, segundo o historiador soviético Zhores Medvedev, a grande solução sucessória para a URSS” (VEJA, nº806, 1984, p. 31). De acordo com a revista, seu trunfo mais concreto é o de ter sido o supervisor encarregado pelo Comitê Central de selecionar quadros para o Partido Comunista em eleições anteriores.

Na linha seguinte, *Veja* indica que Grigory Romanov é o oposto de Mikhail Gorbachev pelos seguintes motivos: “[...] tem a fatalidade de portar o nome da dinastia russa varrida pela Revolução Bolchevique. [...] Além disso, a escassa familiaridade de Romanov com as nuances da política internacional o tornou um nome indigesto para a maioria das chancelarias do Ocidente” (VEJA, nº806, 1984, p. 31-32).

No trecho final, o enunciador diz que ao longo destes anos de “perigoso vazio na pirâmide do poder soviético – que começou com a longa doença de Brejnev e se arrastou através do mandato de Andropov – os militares despontaram como os guardiões da estabilidade na URSS” (VEJA, nº806, 1984, p. 34).

Por Gorbachev, ao contrário de Romanov e Chernenko, ter mais contato com o “exterior” – que representa o Ocidente, ao que tudo indica –, naturalmente ele se

⁶⁴ Termo coloquial russo que designa um funcionário em tempo integral do Partido Comunista da União Soviética ou dos governos liderado por este partido, ou seja, um agente do “aparato”.

aproxima dos ideais de *Veja*. Isso era o que a publicação considerava necessário para que ele se tornasse o novo líder da URSS. Ao reduzir Gorbachev às suas modalizações, a revista tenta enquadrá-lo ali. Nessa linha, com ele no poder, a União Soviética estaria mais próxima do capitalismo ocidental, sendo mais fácil, portanto, de a revista conceber e controlar aquele modelo político e econômico que estava para nascer.

Na edição seguinte, de 22 de fevereiro de 1984, *Veja* anuncia na editoria Internacional “Chernenko no comando” (VEJA, nº807, 1984, p. 34). Na linha fina, a revista demonstra contrariedade: “O poder da URSS volta a ter um rosto, mas sem mudar” (VEJA, nº807, 1984, p. 34).

No lide, o enunciador desconfia: “Konstantin Ustinovich Chernenko, 72 anos e meio, foi escolhido aparentemente por unanimidade pelos 300 membros do Comitê Central” (VEJA, nº807, 1984, p. 34). Para *Veja*, na história da URSS, Chernenko conquista também o lugar de ter sido o “primeiro derrotado numa disputa pelo poder de renascer das cinzas – ele disputou a sucessão de Brejnev com Andropov, em 1982, perdeu” (VEJA, nº807, 1984, p. 34). Adiante, a revista parece prever o futuro: “Pela própria idade, aparentemente Chernenko terá um mandato limitado. [...] Parece improvável que Chernenko seja capaz de estabelecer uma marca pessoal nas espinhosas e cruciais questões militares e diplomáticas, num curto espaço de tempo” (VEJA, nº807, 1984, p. 38). Conforme mencionado, Chernenko faleceu em março de 1985.

Segundo o enunciador, ao longo de três décadas à sombra de Brejnev, Chernenko construiu uma reputação de “burocrata de pedra, visto muitas vezes apenas como uma espécie de chefe de gabinete do homem forte da URSS” (VEJA, nº807, 1984, p. 39) A revista afirma que uma hipótese aceita por “muitos analistas como provável é que junto com Chernenko tenha sido designado, desde já, um acordo interno do Politburo, o seu sucessor, atualmente o mais jovem membro da cúpula soviética: Mikhail Gorbachev” (VEJA, nº807, 1984, p. 39). E foi o que aconteceu.

Na edição de 20 de março de 1985, *Veja* revela satisfação com a ascensão de Gorbachev. A editoria Internacional traz a chamada “Um garoto no Kremlin” (VEJA, nº863, 1985, p. 68) e a linha fina “A morte de Konstantin Chernenko abre caminho para a ascensão de Mikhail Gorbachev, finalmente um líder soviético jovem, vigoroso e visível” (VEJA, nº863, 1985, p. 68).

Ao contrário de Chernenko, o enunciador descreve Gorbachev logo no lide. “Admirável! Ele fala sem ofegar, anda com suas próprias pernas, é capaz de sentar-se e levantar-se sem qualquer ajuda. Notável! Tem voz forte, postura ereta e todos os órgãos

aparentemente em perfeito funcionamento” (VEJA, nº863, 1985, p. 68). Para *Veja*, “com a escolha de Mikhail Serjeyevich Gorbachev, de 54 anos – ‘um garoto’, como notou um jornal italiano –, a URSS parecia livrar-se da era dos presidentes capengas” (VEJA, nº863, 1985, p. 68).

A reportagem esclarece que, por enquanto, Gorbachev ascende à Secretaria Geral do Partido Comunista – o cargo mais importante do país. “O cargo protocolar de presidente da República, que seus antecessores, desde Brejnev, passaram a acumular com o de chefe do partido, lhe deverá ser entregue em breve, numa reunião do Soviete Supremo⁶⁵” (VEJA, nº863, 1985, p. 69).

Veja relata que o primeiro discurso do novo líder pouco inovou em relação aos dos governos anteriores. “Gorbachev repetiu os propósitos pacíficos da URSS, mas anunciou que defenderá o que considera os valores ‘econômicos, políticos e morais’ do sistema” (VEJA, nº863, 1985, p. 71). De acordo com a revista, ele promete premiar os que trabalharem com afinco.

Sobre as relações com os Estados Unidos, ainda no contexto da Guerra Fria, o enunciador destaca que Gorbachev recebeu o vice-presidente americano, George Bush. Desta vez, o encontro foi positivo. “‘Se jamais houve um momento em que pudéssemos avançar em nossas relações, o momento é este’, disse Bush em Moscou” (VEJA, nº863, 1985, p. 71).

Veja indica que tempo é o que não vai faltar para Gorbachev – já que é mais novo em comparação aos líderes anteriores. Por outro lado, o enunciador destaca certa desconfiança à possibilidade de flexibilização do regime e abertura internacional. “Nem a consolidação de seu poder pessoal ou relativa juventude garantem que a URSS de Gorbachev será mais democrática, mais eficiente na economia ou mais flexível no plano internacional” (VEJA, nº863, 1985, p. 73).

Em publicações seguintes, *Veja* ressalta o novo secretário-geral como um líder que inaugurou um estilo mais acessível de lidar com outras nações, com a imprensa e até com as pessoas. Destaca que ele detonou uma pregação reformista, na qual conclama aos soviéticos a sacudir a letargia da máquina burocrática, acelerar a produção e transformar a URSS numa potência econômica de primeira linha. A edição de 19 de junho de 1985 traz na editoria Internacional a reportagem “Gorbachev vai à luta” (VEJA, nº876, 1985, p. 36) e a linha fina “Para mudar, o novo líder da URSS ataca os

⁶⁵ Alta instância do poder Legislativo da URSS.

ministros incompetentes, reforça seu time no poder e vai ver de perto casas, fábricas e hospitais” (VEJA, nº876, 1985, p. 36).

A reportagem conta que numa viagem de quatro dias a Leningrado, Gorbachev andou pelas ruas e “chegou a lembrar, por instantes, um político à cata de votos” (VEJA, nº876, 1985, p. 36). De acordo com a revista, “mostrava-se à vontade – talvez o primeiro líder do proletariado soviético a mostrar-se confortável cercado de proletários” (VEJA, nº876, 1985, p. 36).

Em seguida, o enunciador destaca que falando a membros do Comitê Central e da hierarquia do governo, Gorbachev “sepultou sob críticas o plano quinquenal aprovado sob Chernenko e ordenou mudanças para ‘uma profunda reestruturação’ da economia soviética” (VEJA, nº876, 1985, p. 37). *Veja* afirma que Gorbachev pediu mais ênfase nas forças do mercado, atenção às necessidades dos consumidores e maior autonomia de cada setor de produção. Além disso, denunciou publicamente ministros “incompetentes” (VEJA, nº876, 1985, p. 37).

Estas foram as primeiras iniciativas de Gorbachev que a revista destacou. Em edição posterior, do dia 20 de novembro do mesmo ano, *Veja* discute a relação União Soviética e Estados Unidos. A manchete indica que houve “retomada do diálogo” (VEJA, nº898, 1985, p. 68). O enunciador ressalta que “seis anos depois da última reunião de cúpula entre as superpotências, Reagan e Gorbachev sentam-se frente a frente em Genebra” (VEJA, nº898, 1985, p. 68).

Para *Veja*, quando o presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, estender seu braço para um aperto de mão com o dirigente soviético, “uma página será virada na história do confronto entre as superpotências” (VEJA, nº898, 1985, p. 68). Em seguida, a revista esclarece o objetivo do líder soviético com essa tentativa de reaproximação com os Estados Unidos. “Gorbachev está seriamente empenhado em arrancar um acordo de redução de armamentos com os Estados Unidos – o que lhe permitiria desviar dos gastos militares os recursos de que necessita para seu programa de revitalização da economia soviética” (VEJA, nº898, 1985, p. 69). No centro da reportagem, a foto do líder comunista indica que ele busca modernidade.

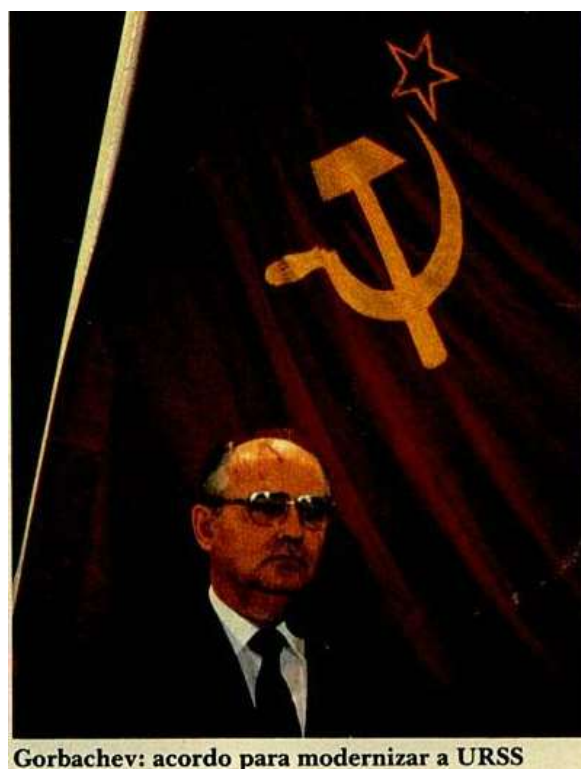


Figura 40. Gorbachev, nº898, 1985

A relação EUA-URSS e os planos de Gorbachev recebem destaque novamente na edição do dia 27 de novembro. Sob o título “O espírito de Genebra” (VEJA, nº899, 1985, p. 68), *Veja* enfatiza que os dois líderes concordaram em reunir-se novamente para “celebrar com champanhe a assinatura de uma declaração comum de 169 linhas em que EUA e URSS se comprometem a tentar resolver seus conflitos por meios pacíficos e renunciam à ideia de disputar entre si a supremacia nuclear” (VEJA, nº899, 1985, p. 70).

Nas linhas seguintes, o enunciador ressalta que desde que Gorbachev assumiu o poder, ele tem insistido que o país precisa de “uma profunda reformulação de todo o mecanismo da economia” (VEJA, nº899, 1985, p. 71). Segundo a revista, seu objetivo, quantificado no programa oficial do partido, é dobrar os índices de produção até o ano 2000 e aumentar a renda per capita dos 274 milhões de soviéticos.

Adiante, *Veja* traz o intertítulo “Mikhail, o grande” (VEJA, nº899, 1985, p. 72). Para ela, “o resultado do ‘furacão Gorbachev’ é um clima de entusiasmo” (VEJA, nº899, 1985, p. 72). Para validar a sua opinião, o enunciador recorre a um especialista norte-americano em União Soviética. “‘Ele transformou o espírito dos soviéticos de letargia e desencanto em uma esperança efervescente’, relata Marshall Schulman,

especialista em União Soviética da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos” (VEJA, nº899, 1985, p. 72). Nos trechos finais, a revista reforça que Gorbachev tem batido na tecla do desafio tecnológico em quase todos os seus discursos. Por questões que representaram a possibilidade de abertura política e econômica da URSS, Gorbachev passou a ser ainda mais elogiado por *Veja*.

Quando Gorbachev começa um processo liberalizante, o enunciador muda de postura com relação inclusive em relação ao futuro da União Soviética. Gorbachev (URSS) é o Outro que *Veja* reduz ao Mesmo quando este lidera movimentos de abertura política e econômica, como a perestroika e a glasnost⁶⁶. Nesse caso, a revista passa a tratá-lo como o líder que rompeu com décadas de atraso. É o que se vê com mais clareza na edição de 29 de julho de 1987 sob a manchete de capa “Revolução na URSS” (VEJA, nº986, 1987, p. 1).

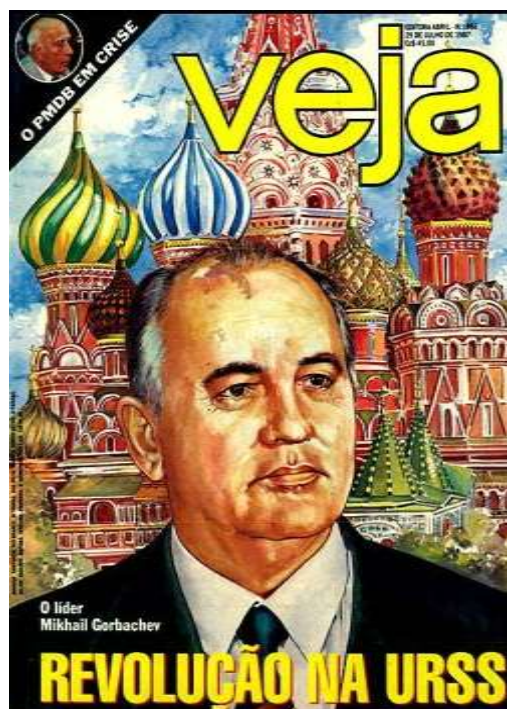


Figura 41. Capa Revolução da URSS, nº986, 1987

⁶⁶ Octavio Ianni (2008) pontua que desde a inauguração, em 1985, da *perestroika* e da *glasnost* pelo governo Gorbachev, na União Soviética, não só caiu o Muro de Berlim como também todas as sociedades do antigo bloco soviético, no Leste Europeu, mudaram seus governos e regimes. Segundo ele, em poucos anos, a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) modificou-se radicalmente. A *perestroika* pôs em prática mudanças profundas na estrutura do sistema econômico soviético, com a substituição dos mecanismos da economia centralmente planejada pelos mecanismos da economia de mercado. E a *glasnost* inaugurou a democratização, a quebra do monopólio da vida política nacional pelo Partido Comunista, o abandono do esquema Estado-partido-sindicato, a transparência nas relações políticas.

Sob o título “A revolução de Gorbachev” (VEJA, nº986, 1987, p. 46), a matéria indica que “no ano setenta da revolução russa, e sob o vigor de uma nova liderança, a União Soviética manobra para refazer a história” (VEJA, nº986, 1987, p. 46). No texto, o enunciador constrói a imagem de Gorbachev como homem que luta – mesmo com os problemas de seu país – e enfatiza que ele é o caminho para tirar a URSS de um esgarçamento moral.

Mikhail Sergeievitch Gorbachev: com ímpeto de furacão, ele tenta tirar seu país de uma situação de impasse econômico e esgarçamento moral- um quadro de carências que contrasta com condição de potência que vai para o espaço e se assenta sobre 10 000 cabeças nucleares (VEJA, nº986, 1987, p. 46).

Veja também realça algumas conquistas, todas no sentido de apontar o capitalismo e a abertura política e econômica como solução. “Em teoria, quando se considera a União Soviética, está-se diante da segunda potência industrial do planeta” (VEJA, nº986, 1987, p. 48). Gorbachev pode ser um líder, mas é mostrado como exceção na matéria. “O dinamismo de Gorbachev contrasta com a natureza rústica e inepta da URSS” (VEJA, nº986, 1987, p. 49).

Os exemplos utilizados indicam que os movimentos no sentido de abertura econômica eclodem mais uma vez como sinônimos de solução, prosperidade, modernização e liberdade, como pontos nodais que articulam este discurso. Na defesa incansável do discurso liberal, o enunciador de *Veja* não apenas se vale de Mesmos e Outros bem definidos, mas aproveita os elementos caracterizadores de cada um para validar seu discurso e sua ideologia.

3. Conflitos Internacionais

Como se observou no primeiro capítulo, *Veja* posiciona-se ideologicamente à direita. O enunciador recorrentemente demonstra, nas coberturas que empreende, ressalvas em relação aos direitos das minorias, combate o sindicalismo e o associa, sempre que possível, a uma ideia de radicalismo. Na cobertura econômica não se encontra nas páginas da revista nenhuma pauta que permita uma discussão sobre a desigualdade de oportunidades como produto dos efeitos do capitalismo; a liberdade comercial, premissa do liberalismo econômico, é defendida sob o apelo de que é preciso reduzir o tamanho do Estado para torná-lo mais eficiente. Temas como pobreza, fome, desnutrição são raros.

Vimos também nos capítulos anteriores que a construção discursiva nas coberturas de conflitos internacionais é amparada por um espectro binário: o mundo, segundo *Veja*, está dividido entre o bem e o mal. Como será apresentado à frente, o que os Estados Unidos fazem está, de modo geral, voltado ao bem. O Brasil aparece como país que deve reconhecer, se espelhar e reverenciar o poder da mais importante economia e democracia do Ocidente e do planeta. Os “inimigos” dos Estados Unidos são sempre os Outros de *Veja*.

No DVD “A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal” (PRADO, 2008c), Prado e seus colaboradores analisam reportagens sobre mulheres que conquistaram espaço, os vencedores-empresários, os negros de sucesso, educação e corpo saudável e, de outro lado, violência, miséria e movimentos sociais, homossexuais, negros e muçulmanos. O estudo permite compreender a articulação que constrói o discurso dos Mesmos, e a abordagem pejorativa que remete aos Outros.

A partir de agora, analisaremos a forma pela qual o enunciador apresenta a relação Brasil-Estados Unidos. Para tanto, organizaremos este trabalho – tendo em vista os quase 50 anos do título da Editora Abril – em grupos temáticos por meio dos quais serão selecionados conjuntos de reportagens sobre um mesmo tema. Veremos ainda as normas que asseguram a reprodução de determinados discursos e como, a partir delas, o enunciador assume estratégias para estabelecer quem é o valor-outro.

Começamos pela forma como *Veja* cobriu o principal conflito no período em que ela surge: a Guerra do Vietnã. Depois dela, estudaremos a Guerra do Golfo, no início dos anos 90, a segunda intervenção no Iraque depois dos ataques de 2001 – sob o pretexto de localizar armas de destruição em massa que ameaçavam o Ocidente – e a morte de Osama bin Laden. Vamos observar também a política externa brasileira nestes períodos e a relação bilateral, inclusive do ponto de vista diplomático, quando os Estados Unidos estão envolvidos em um conflito.

Para analisar a cobertura da Guerra do Vietnã, selecionamos seis reportagens que não foram destaques de capa e três que foram. Edições publicadas nos anos de 1968, 1969, 1971, 1973, 1975 e 1987. Somadas, eles formam um grupo temático com 27 páginas sobre o assunto. Essa seleção permite observar um grupo de matérias que traça um panorama histórico do conflito à medida que ele ocorria e ambienta, ao longo de sete anos [de 1968 a 1975], a forma como o enunciador se posicionava e angulava a cobertura.

| TÍTULO/CAPA | TÍTULO DA REPORTAGEM | EDIÇÃO/DATA | PÁGINAS |
|----------------------------|---|-------------------------------------|---------|
| | Estados Unidos | Veja e Leia, nº2 18/09/1968 | 70-71 |
| | Estados Unidos | Veja e Leia, nº3 25/09/1968 | 60-61 |
| | À espera da terceira vaga | Veja e Leia, nº5 09/10/1968 | 38 |
| | Hora H do Vietnam | Veja e Leia, nº9 09/11/1968 | 28-29 |
| | A pena de Morte – como aplicar a dura lei da guerra | Veja e Leia, nº54 17/09/1969 | 26-28 |
| | ... Negócios à parte | Veja e Leia, nº141 19/05/1971 | 20-26 |
| A Guerra Acabou | A Paz – Kissinger após 41 meses de negociações | Veja e Leia, nº230 31/01/1973 | 1-43-48 |
| Indochina – fim de uma era | Vietnam sem Guerra | Veja e Leia, nº348 | 1-24-27 |

| | | | |
|---|----------------------------------|---------------------------|---------|
| | | 07/05/1975 | |
| A Guerra do Vietnam vista por dentro – “Platoon” o filme do ano | Um mergulho de cabeça no inferno | Veja, nº969 01/04/1987 | 1-66-72 |

Tabela 3. Edições de 1968, 1969, 1971, 1973, 1975 e 1987

O fim da Guerra do Vietnã completou 40 anos em 30 de abril de 2015. O conflito se estendeu de 1959, “quando começaram os combates de guerrilheiros comunistas no Vietnã do Sul (na época uma ditadura apoiada pelos Estados Unidos), até que os últimos militares deixassem a capital, Saigon, em 1975” (BBC BRASIL, 2015).

No início do século passado, a península da Indochina, no sudeste da Ásia, tornou-se independente da França. Surgia, assim, a República Democrática do Vietnã, com o comunista Ho Chi Minh como principal nome. A França tentou recuperar o território e reconheceu apenas o Norte como área independente. Os franceses foram derrotados pelas forças locais em 1954. Com a Conferência de Genebra realizada naquele mesmo ano, o Vietnã foi dividido: o Sul, capitalista, com Saigon como capital, era financiado pelo presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower; e a parte Norte, comunista, com a capital Hanói, liderada por Ho Chi Minh. O objetivo da Conferência era unificar o país, algo que não ocorreu.

O estopim para o início da Guerra do Vietnã foi o não cumprimento da Conferência de Genebra. No período de Guerra Fria, os motivos ideológicos preponderaram, levando as nações capitalistas a tentar hegemonia em escala global sobre os países que compunham o bloco comunista, liderados pela União Soviética. O general Ho Chi Minh era contrário à política econômica das chamadas potências capitalistas. O Vietnã do Norte teve apoio da China e da União Soviética; e o Vietnã do Sul foi financiado pelos Estados Unidos que, com o mundo dividido, só queriam evitar a expansão comunista. Os Estados Unidos demonstraram a força de sua indústria bélica com armamentos sofisticados: tanques, jatos, helicópteros e até armas químicas (bomba de napalm), enquanto os norte-vietnamitas tinham morteiros, fuzis e armas (de madeira) com veneno. A força da indústria bélica americana, apontada frequentemente sob o apelo de “avanço tecnológico”, se torna uma marca da cobertura de *Veja* nos conflitos analisados neste capítulo. Ela merece destaque na mesma proporção em que o enunciador se vale de elementos textuais por meio dos quais seja possível ambientar que

os adversários dos Estados Unidos tinham um arsenal mais obsoleto (ou improvisado), como se observa na indicação de uso de armas de madeira.

De acordo com o especial da BBC BRASIL (2015), mais de 2,5 milhões de soldados americanos serviram na guerra; em 1968, eram 536 mil em combate. Em 1973, quando os Estados Unidos aceitaram um cessar-fogo, as forças do Vietnã do Sul eram de cerca de 700 mil homens, enquanto as do Vietnã do Norte somavam cerca de um milhão de combatentes. O conflito marcou a segunda metade do século passado, deixou o país em ruínas e causou milhões de mortes: “mais de 58 mil americanos e ao menos 1,1 milhão de vietnamitas morreram” (BBC BRASIL, 2015).

Com base neste breve contexto histórico, vamos verificar agora como *Veja* cobriu a Guerra do Vietnã e eventuais menções ao governo brasileiro – em que pese o fato de que boa parte da imprensa estava sob censura por aqui por força do AI-5.

3.1. *Veja* na cobertura da Guerra do Vietnã

A temática “guerras internacionais” esteve no centro de uma série de reportagens desde os primeiros passos da mais importante publicação semanal da Editora Abril. Consideramos, para efeito de análise, alguns textos que explicitamente estampam o significativo “proteção ao Ocidente”. No período em que a Guerra do Vietnã ocorre, como já foi lembrado, o inimigo era outro: o risco de expansão do socialismo e de proliferação global de países com regimes de esquerda.

Uma frase de 1917, atribuída ao senador norte-americano Hiram Warren Johnson, tem relação estreita com o cenário que o conflito no Vietnã traria 60 anos depois: “Na guerra, a primeira vítima é a verdade⁶⁷”. Em 1975, o jornalista australiano Phillip Knightley lançou “A Primeira Vítima”. Nele, Knightley ressalta que jamais uma guerra foi reportada com veracidade e que os jornalistas são manipuláveis pelos militares. É o que também afirmou o jornalista brasileiro José Hamilton Ribeiro (2009), que perdeu uma perna na cobertura da Guerra do Vietnã, numa rápida menção ao papel do Exército Americano na distribuição de informação na Guerra do Iraque.

⁶⁷ Johnson estava se referindo à cobertura dos jornais norte-americanos sobre a Primeira Guerra. A frase ganhou fama mundial ao virar epígrafe de “A primeira Vítima”, livro do jornalista australiano Phillip Knightley lançado logo após a Guerra do Vietnã.

Uma das imagens mais fortes da Guerra do Iraque foi a captura de Saddam Hussein, em dezembro de 2003, àquela altura talvez o homem mais procurado do mundo (ao lado de Osama bin Laden). Depois de tantos anos de reinado, Saddam fugira com alguns milhões de dólares e, quando os americanos deram nele, estava num buraco, com a comida apodrecendo, a barba crescida (parece até que com piolho), sujo e descuidado. Uma imagem patética. O médico usou uma espátula para examinar sua garganta, a língua, os dentes. Saddam a tudo olhava como se não estivesse entendendo. Enfim, uma grande reportagem! *Detalhe: não havia jornalistas em volta. A imagem, o áudio, o contexto - e, por fim, quase que até o texto - tinham sido feitos pelo Exército americano* (RIBEIRO, 2009. Grifo nosso).

O repórter estabelece uma relação entre a cobertura da Guerra do Vietnã e a do Iraque⁶⁸. Segundo o relato dele, houve um momento em que eram 300 os correspondentes estrangeiros no Vietnã. “As cenas paradigmáticas da guerra - o bonzo se queimando, a menina nua correndo em napalm, o suspeito sendo executado num canto da rua, a chacina de My Lai⁶⁹ - foram documentadas e acabaram aparecendo no jornalismo do mundo todo” (RIBEIRO, 2009).

Em 1968, durante a Guerra do Vietnã, o enunciador *Veja e Leia* citou o conflito já na sua segunda edição, de 18 de setembro. A editoria Internacional trouxe a matéria intitulada apenas como “Estados Unidos” (VEJA E LEIA, nº2, 1968, p. 70), com a linha fina “Por trás da campanha eleitoral, o problema de um país dividido” (VEJA E LEIA, nº2, 1968, p. 70).

⁶⁸ Guerra do Iraque (1990-1991). Envolveu, primeiramente, dois países: Iraque e Kuwait. Depois, outras nações entraram no conflito. Entre elas, os EUA.

⁶⁹ A cidade de Son Ly é dividida em aldeias. Uma delas atende pelo nome de My Lai. Ali, no dia 16 de março de 1968, tropas norte-americanas mataram entre 347 (versão do agressor) e 504 civis desarmados (segundo o cálculo vietnamita). A maioria era de velhos, mulheres e crianças. Não foram usadas bombas ou mísseis sem rumo. A chacina foi realizada com fuzis e metralhadoras.

ESTADOS UNIDOS

Por trás da campanha eleitoral o problema de um país dividido

Durante a campanha presidencial de 1964 nos Estados Unidos, apenas um entre cada mil americanos acreditava na eleição do candidato republicano Barry Goldwater, mas todos os partidários do senador do Arizona procuravam convencer os eleitores indecisos das suas "inúmeras possibilidades de superar Lyndon Johnson". Era um côro que cantava a todo volume, mas a melodia soava fúgarmente — Johnson foi eleito com a maior margem de votos da história americana.

Depois de quatro anos em cassinos e salões, o pequeno côro republicano afirmou suas vozes e restituiu um velho solista de sucessos passados — Richard Nixon —, apresentando-o festivamente como o "futuro Presidente dos Estados Unidos". Do mesmo modo que em 1964, um alegre vento de vitória parecia soprar sobre a carnavalesca convicção que os republicanos promoviam no colégio de agosto em Miami para oficializar sua candidatura. Com uma grande diferença: desta vez o Partido Republicano tem muitas razões para sentir na sua Meça política.

Fraqueza irreversível — Praticamente arrasado pela derrota de 1964, o Great Old Party foi considerado por muitos como um partido em via de extinção. E seus adversários tradicionais, os demócratas, se convenceram de que a fraqueza dos republicanos se tornara irreversível. As eleições parciais de 1966 — para o Senado, Câmara dos Representantes e 36 governos estaduais — iriam provar exatamente o contrário. A impopularidade da guerra no Vietnam, a falta de soluções práticas para os problemas internos, o espírito da violência trazido pelos constantes conflitos raciais começavam a desgastar a máquina democrática no poder sob Lyndon Johnson. — Hoje, a guerra do Vietnam é a mais longa de toda a história americana, nela os Estados Unidos gastam 77 milhões de dólares por dia (280 milhões de cruzeiros novos) e já perderam 30 mil homens desde o primeiro soldado morto em dezembro de 1961; os distúrbios raciais que atingem periodicamente a maioria das grandes cidades americanas desde 1964 têm custado prejuízo de quase 300 milhões de dólares por ano (mais de 1 bilhão de cruzeiros novos); no último ano, o déficit orçamentário atingiu 30 bilhões de dólares (o déficit do Brasil previsto para este ano, é de 625 milhões de dólares); a crise econômica provocou uma queda de 8% nos lucros das empresas americanas.

Criticando violentamente o Governo federal, e apresentando números para reforçar suas acusações, os republicanos demonstrariam nessas eleições de 1966 uma espetacular recuperação política. Eles ganharam 47 cadeiras na Câmara — têm agora 187 deputados contra 248 demócratas. Elegeram o primeiro senador negro da história americana — Edward Brooke, 49 anos, de Massachusetts. E, principalmente, conquistaram um grande triunfo na renovação dos 36 governos estaduais — tinham dezesseis dos cinquenta governadores americanos e passaram a ter 26. Hoje, à exceção de Illinois e do Texas, todos os grandes Estados — aqueles que decidem as eleições presidenciais — são governados

ANDREW FREED



Nixon: seguro demais de sua vitória.

por republicanos: Nova York e Califórnia, os dois maiores; Michigan, do qual vêm quase todos os automóveis americanos; Pensilvânia, o Estado das grandes fundições; e Massachusetts, um importante centro de indústrias eletrônicas. Se os republicanos repetirem no Election Day (5 de novembro) os mesmos resultados que eles tiveram, Estados por Estado, nas eleições parciais de 1966, já terão garantido 105 votos eleitorais — 35 a mais que o mínimo necessário para levar um candidato à Casa Branca.

Sinal de pouca sorte — Para reforçar mais ainda a sólida posição conquistada pelo Great Old Party em 1966, os dois últimos anos trouxeram novos problemas e um desgoste muito maior para o Governo democrata. Quando Lyndon Johnson, no colégio de abril, renunciou a uma nova eleição presidencial, o seu gesto sugeriu aos olhos republicanos, uma camuflada confissão de derrota. Uma vez mais — como em 1916 com Woodrow Wilson, em 1941 com Franklin Roosevelt, e em 1950 com Harry Truman — um Presidente democrata se viu associado à uma guerra. E, do lado contrário, os últimos presidentes republicanos sempre governaram o país durante períodos de paz e tranquilidade — mesmo Eisenhower, que acabou como herança do democrata Truman a guerra da Coreia, conseguiu em um ano de governo (1953) o armistício com os comunistas. Os assassínios dos dois Kennedy, os mais espetaculosos políticos democratas dos tempos atuais, certamente contribuíram para despertar novas emoções no eleitorado americano, mas não reforçaram as posições políticas do Democrate Party Dallas e Los Angeles, como o Vietnam, são sinais de pouca sorte, e os povos esperam de seus governantes aquilo que Napoleão exigia de seus generais: que eles sejam adóctos dos

Lições mal aprendidas — Os republicanos, entretanto, não souberam aproveitar como deviam a boa maré trazida pelas eleições parciais de 1966, nem o desgoste da Administração democrata, e o homem que eles escolheram para seu candidato — Richard Milhous Nixon, 59 anos —, embora esteja hoje na oposição, surgiu da mesma safra de políticos profissionais que, segundo Walter Lippmann — um dos mais respeitáveis jornalistas dos Estados Unidos —, já saturaram o eleitorado americano. A atitude do Partido Republicano, apresentando Nixon como o Presidente já eleito por antecipação, apenas demonstra que seus atuais dirigentes não aprenderam todas as lições que o passado pode trazer. O Partido Republicano se esqueceu que, há vinte anos, seus líderes tinham agido de modo bastante particu-

Figura 42. Texto sobre o efeito da guerra na campanha eleitoral, nº2, 1968

De acordo com o texto, durante a campanha presidencial de 1964, apenas um a cada mil americanos acreditava na eleição do candidato republicano Barry Goldwater⁷⁰. O enunciador ressalta que os partidários do senador do Arizona procuravam convencer os eleitores indecisos da possibilidade dele superar Lyndon Johnson⁷¹. Johnson foi eleito.

Veja afirma que depois de quatro anos, o “pequeno côro republicano trouxe Richard Nixon, apresentando-o festivamente como o ‘futuro Presidente dos Estados Unidos’” (VEJA E LEIA, nº2, 1968, p. 70). O texto cita que, em 1966, a “impopularidade da guerra no Vietnam, a falta de soluções práticas para os problemas

⁷⁰ Barry Goldwater Morris foi senador pelo estado de Arizona pelo Partido Republicano e candidato a presidente na eleição de 1964 nos Estados Unidos.

⁷¹ Lyndon Baines Johnson foi o 36º presidente dos Estados Unidos, cargo que assumiu após servir como 37º vice-presidente. Johnson completou o mandato - era vice de Kennedy - e foi reeleito para o período de 1964-1968.

internos, o espírito de violência trazido pelos constantes conflitos raciais começavam a desgastar a máquina democrática no poder com Lyndon Johnson” (VEJA E LEIA, nº2, 1968, p. 70). A revista afirma ainda que a Guerra do Vietnã trouxe inúmeros prejuízos aos Estados Unidos e faz uma associação entre o custo do conflito e a saúde da economia interna, deixando claro que o déficit orçamentário deles, analogamente, equivalia a menos de 5% do nosso.

Hoje, a guerra do Vietnam é a mais longa de toda a história americana, nela os Estados Unidos gastam 77 milhões de dólares por dia (280 milhões de cruzeiros novos) e já perderam 30 mil homens desde o primeiro soldado morto em dezembro de 1961; os distúrbios raciais que atingem periodicamente a maioria das grandes cidades americanas desde 1964 têm causado prejuízos de quase 300 milhões de dólares por ano (mais de 1 bilhão de cruzeiros novos); no último ano, o déficit orçamentário atingiu 30 milhões de dólares (o déficit do Brasil previsto para este ano é de 625 milhões de dólares); a crise econômica provocou uma queda de 8% nos lucros das empresas americanas (VEJA E LEIA, nº2, 1968, p. 70).

Ribeiro (2009) explica que não se tratava de uma guerra americana, mas que a presença deles era “consequência de um exercício de ‘solidariedade’ internacional ao Vietnã do Sul (pró-americano) que estava sendo atacado pelo Vietnã do Norte (comunista)” (RIBEIRO, 2009). Como já mostramos no capítulo anterior, comunistas são identificados pelo enunciador como ameaça. Ribeiro esclarece melhor a divisão. “Na Guerra do Vietnã foi estabelecido - nem sei se com justiça, visto que do seu lado havia apoio da União Soviética (então a segunda potência mundial) e da China - que o ‘fraco’ era o vietcongue, o lado comunista” (RIBEIRO, 2009). De acordo com ele, o conflito correu meio frouxo quanto ao controle da imprensa, já que parte da cobertura jornalística geral foi simpática ao Vietnã do Sul e dura com os Estados Unidos. “Meter o pau nos americanos era quase obrigação e, quase sempre, era mesmo a atitude correta, pois se tratava, ali, além da formalidade diplomática, de uma força invasora” (RIBEIRO, 2009). É o que se observa na reportagem da terceira edição de *Veja*. Publicada no dia 25 de setembro, a revista traz novamente na editoria Internacional “Estados Unidos” (VEJA E LEIA, nº3, 1968, p. 60) e a linha fina “Mais crimes, mais distúrbios e uma polícia que muda sua imagem” (VEJA E LEIA, nº3, 1968, p.60).

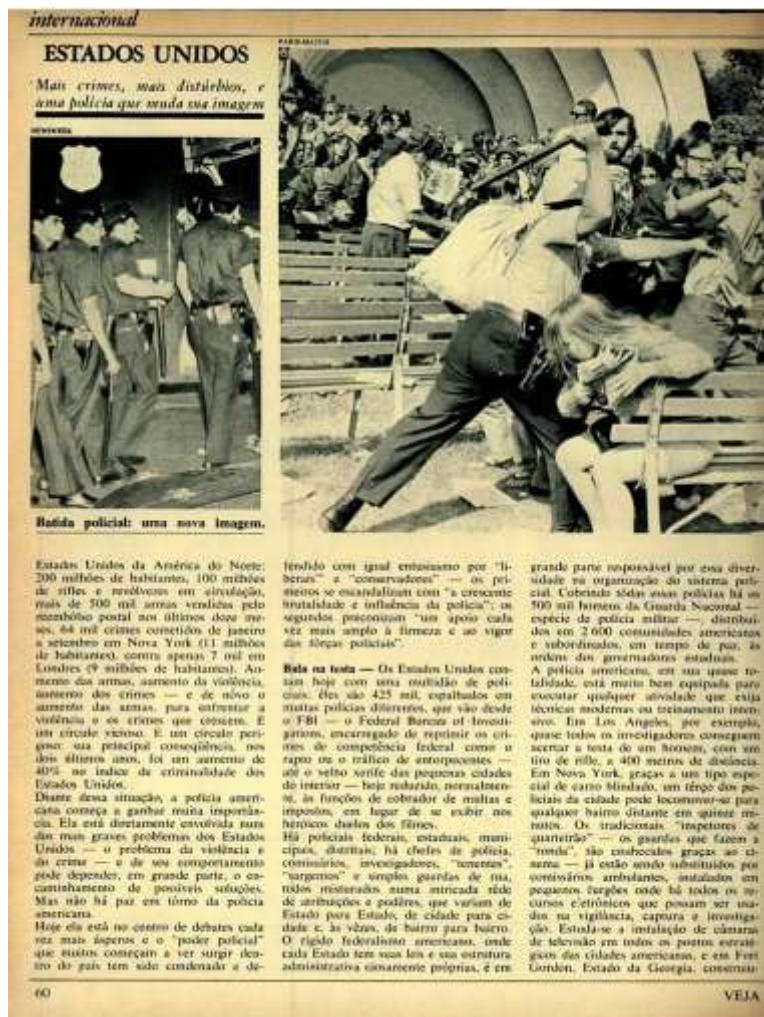


Figura 43. Reportagem sobre os EUA, na edição nº2, 1968

O texto enfatiza o crescimento da criminalidade e da violência e atribui à televisão e ao conflito no Vietnã um estímulo à inquietude social interna. De acordo com a reportagem, de janeiro a setembro daquele ano foram cometidos 64 mil crimes em Nova York e, nos últimos dois anos, houve um aumento de 40% no índice de criminalidade. A matéria indica que, apesar dos 425 mil policiais espalhados em muitas polícias pelo país, eles não têm conseguido frear o aumento da criminalidade. Mas, para a revista, este não é um problema que a polícia possa resolver.

O espírito de violência que se instala com força cada vez maior nas cidades americanas é causa maior da progressão criminal, e até agora não se vê como a polícia possa contribuir para arrefecer essa violência. A violência americana é exacerbada pelos filmes diários que a televisão apresenta sobre a guerra do Vietnam, pelos distúrbios raciais cada vez mais enraivecidos, pela admiração e o culto das armas – e pela própria polícia, que frequentemente exagera na repressão aos distúrbios de rua (VEJA E LEIA, nº3, 1968, p. 61).

Segundo o enunciador, esses distúrbios ocupam a polícia norte-americana, “que deixou de ser treinada exclusivamente para investigação, prevenção ou repressão de crimes e passou a acumular funções crescentes de combate às manifestações de rua” (VEJA E LEIA, nº3, 1968, p. 61). Para *Veja*, estava ali uma nova imagem do policial norte-americano: “em vez do homem que investiga pacientemente o crime misterioso ou que vai enfrentar os bandidos armados, surge, em linhas cada vez mais fortes, o homem de capacete, máscara e cassetete, correndo atrás de negros, estudantes ou hippies” (VEJA E LEIA, nº3, 1968, p. 61).

Até a terceira edição, o enunciador não demonstrou posição definida ou qualquer opinião em relação ao conflito na Ásia. Ela seguia o que Ribeiro pontuou sobre a postura da imprensa de modo geral: citou a guerra e suas consequências. Somente na quinta edição, *Veja* delimita um discurso contra o Vietnã do Norte, como veremos na seção a seguir.

3.1.2. Vietnã do Norte, o inimigo comunista

A Guerra do Vietnã foi contada em matérias que tinham os Estados Unidos no papel de protagonista. Na edição de 9 de outubro de 1968, a editoria Internacional traz a manchete “À espera da terceira vaga⁷²” (VEJA E LEIA, nº5, 1968, p. 38) e a linha fina “Um gigantesco dispositivo está preparado para impedir a queda de Saigon” (VEJA E LEIA, nº5, 1968, p. 38).

O texto é aberto com uma pergunta e um aposto contendo uma ironia: “O que aconteceu com a ‘terceira vaga’, o grande ataque de ‘cem dias e cem noites’, que Ho Chi Minh, Presidente do Vietnã do Norte, e poeta nas horas vagas, havia prometido lançar contra Saigon?” (VEJA E LEIA, nº5, 1968, p. 38). Nas linhas seguintes, *Veja* conta que nos últimos três meses, norte-americanos e sul-vietnamitas se preparam para a ofensiva. De acordo com a matéria, ela estava prevista para julho, foi transferida para agosto “e finalmente os entendidos em Vietcong informaram que ela viria, com certeza, nas primeiras semanas de setembro. Mas, até a semana passada, a última de setembro, nenhum assalto semelhante às duas primeiras vagas acabou acontecendo” (VEJA E LEIA, nº5, 1968, p. 38).

⁷² O termo “vaga” é usado para indicar um terceiro ataque.

Na reportagem, percebe-se que o enunciador reforça a imagem do Vietnã do Norte como ameaça através do ponto nodal “guerrilheiros”. Sobre os Estados Unidos, *Veja* enfatiza o país como quem está disposto a assegurar a ordem com ênfase para a ideia de “defesa” e “proteção”. Nesse caso, o significante tem variantes como “defensores” e o aparato militar surge com conotação de instrumento para proteção de uma população em risco. A construção está calcada num binômio, numa antítese: os defensores (EUA) diante dos guerrilheiros (vietcongues).

Americanos instalaram em Saigon um impressionante dispositivo de *defesa*, bloqueando a cidade e todos os subúrbios contra qualquer *ataque* do Vietcong. Sua primeira linha de *proteção* é uma extensa barragem área ao longo de toda a fronteira do Cambodja, por onde penetram as maiores levas de *guerrilheiros* [...]. A maior *preocupação* dos *defensores* de Saigon, entretanto, parece momentaneamente posta de lado: os americanos descobriram um processo de *evitar* que os foguetes lançados pelos *guerrilheiros* sejam bem operados [...] Entretanto ainda não se pode provar se a *proteção* contra a *infiltração* dos *guerrilheiros* terá o mesmo bom resultado. Saigon não é uma cidade fácil de ser *defendida* por terra. Ela é muito grande, cheia de irregularidades físicas, mais parecendo um aglomerado de velhas cidades de barro e palha. O enorme aparato militar que os americanos montaram para *protegê-la* poderá ser colocado em xeque se a população – quase 3 milhões de habitantes – não colaborar na luta contra o Vietcong. A população de Saigon parece estar suficientemente cansada dessa guerra sem fim que já matou muito mais civis do que militares (VEJA E LEIA, nº5, 1968, p. 38. Grifo nosso).

Essa estratégia discursiva seria mantida e ampliada. Os Estados Unidos apareceriam como país que chega para fazer paz, embora carregando a guerra. Uma reportagem com esta menção está na edição nº 9, de 6 de novembro, sob a manchete “Hora H do Vietnam” (VEJA E LEIA, nº9, 1968, p. 28). No decorrer do texto, o enunciador conta que duas semanas após as informações de que a paz era iminente e dois dias depois de sua conferência com o General Creighton Abrahms, comandante dos soldados americanos do Vietnam do Sul, o presidente Johnson voltou à televisão para anunciar a suspensão total dos bombardeios por terra, mar e ar contra o Vietnam do Norte. Para a revista, “entre os periódicos e discursos do Presidente dos Estados Unidos sobre a Guerra do Vietnam, êste foi o mais importante e, possivelmente, o mais esperado” (VEJA E LEIA, nº9, 1968, p. 28). Nas linhas seguintes, *Veja* volta a chamar os soldados do Vietnã do Norte de guerrilheiros. “Esta paz, mesmo após a suspensão total dos bombardeios, ainda parece longe. [...] A luta ainda prossegue no Sul, onde os *guerrilheiros*, pouco depois da declaração de Johnson, lançaram um *ataque* de foguetes contra Saigon e outras cidades” (VEJA E LEIA, nº9, 1968, p. 28. Grifo nosso).

Nas publicações seguintes – de 13 de novembro de 1968 a 23 de março de 1969 – a revista relatou apenas reuniões sobre as tentativas de acabar com a guerra. Quase seis meses depois, em 17 de setembro de 1969, o enunciador menciona pela primeira vez o Brasil no contexto do conflito. Sob a chamada “A pena de Morte – como aplicar a dura lei da guerra” (VEJA E LEIA, nº54, 1969, p. 26) *Veja* apresenta o Ato Institucional nº 14, do ministro da Justiça Gama e Silva. “AI-14 estende a aplicação das penas de morte e prisão perpétua – antes cabíveis só na hipótese de guerra externa – aos casos de guerra psicológica adversa de guerra revolucionária ou subversiva, espécies de um gênero maior, a guerra interna” (VEJA E LEIA, nº54, 1969, p. 26). De acordo com a matéria, o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, no dia 4 de setembro de 1969, serviu de motivação.

A revista informa que, para o presidente Costa e Silva, a guerra revolucionária não deixa de ser externa, porque o comando vem do estrangeiro, apesar de suas ações se desenvolverem dentro de nossas fronteiras. Para *Veja*, “dentro dêsse raciocínio, a pena de morte para os que praticam o terrorismo não quebraria a tradição das constituições brasileiras que, desde a República, suprimiam a pena de morte nos crimes comuns” (VEJA E LEIA, nº54, 1969, p. 26). No meio da reportagem, o enunciador traz o intertítulo “A distância entre a lei e sua prática” (VEJA E LEIA, nº54, 1969, p. 27). No texto, a revista questiona se o homem tem ou não o direito de matar por motivos políticos.

Todos os dias, todas as horas, os homens matam por motivos políticos. Na semana passada – que não foi a mais e nem a menos brutal destes tempos marcados pela violência –, pelo menos seiscentos homens foram mortos em nome das ideologias e do nacionalismo. A realidade – do Vietnã à invasão da Checoslováquia, do Oriente Médio a Biafra, das guerrilhas da Colômbia às insurreições urbanas dos negros americanos e ao terrorismo brasileiro – parece transformar em mero exercício acadêmico a preocupação de saber se o homem e a sociedade têm ou não o direito de matar por motivos políticos. De qualquer forma, entre a dura prática e a sábia lei escrita sempre houve uma razoável distância talvez porque o homem sempre quis ser mais humano do que o revelam suas ações (VEJA E LEIA, nº54, 1969, p. 27).

Nas linhas seguintes, as comparações se mantêm e *Veja* afirma que, nos últimos 50 anos, cerca de 30 países retiraram a pena de morte de suas legislações. Ela menciona que os Estados Unidos possuem a lei em alguns estados, mas não a tem aplicado. “Nos Estados Unidos (onde ela existe em todos menos em seis Estados) não foi aplicada nem uma vez no ano passado, embora 435 pessoas nos presídios aguardem o momento final da cadeira elétrica ou câmara de gás” (VEJA E LEIA, nº54, 1969, p. 27). Para validar

posição, *Veja* recorre a um estudo feito para o *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, em maio de 1969. Segundo a matéria, a pesquisa revelou 55% de opiniões favoráveis à pena, 39% contra e 6% indecisos. O texto indica que na semana seguinte, logo após o estabelecimento da pena de morte pelos ministros militares, pesquisas rápidas feitas por jornais em São Paulo e no Rio mostraram a maioria de opiniões contrárias à nova lei. O enunciador não informa as porcentagens, sentencia e generaliza ao se referir às pessoas sem explicar quais pessoas são essas e o contexto para afirmar:

De certa forma, esses resultados e posições divergentes mostram que não existe, na população, uma opinião definitiva sobre a pena. As pessoas aceitam a idéia do castigo de morte talvez porque estejam habituadas à violência do mundo moderno. Mas querem justificativas graves para aceitar a transformação da idéia em lei (VEJA E LEIA, nº54, 1969, p. 28).

Veja continua sua sentença nas linhas finais. Para a revista, a pena de morte, “seguramente é um duro castigo que pode ter várias justificações morais” (VEJA E LEIA, nº54, 1969, p. 28). O enunciador faz outros questionamentos: “Mas seria um castigo exemplar? A execução de um criminoso, e particularmente um criminoso político, tem o efeito de desencorajar seus adeptos?” (VEJA E LEIA, nº54, 1969, p. 28). De acordo com a reportagem, “estatisticamente, a conclusão é negativa. Comparando Estados semelhantes do ponto de vista político, econômico e social, mas que diferem por terem ou não a pena de morte vê-se que a taxa de homicídios comuns é a mesma” (VEJA E LEIA, nº54, 1969, p. 28). Ou seja: o enunciador pontua que ela pode ser discutida, mas apresenta uma posição segundo a qual a pena de morte, por si só, não é a garantia de redução do volume de homicídios. Ainda assim, promove a discussão e apresenta como detalhe – o fato dela não reduzir o número de mortes – o que poderia ser a ênfase do texto.

A segunda reportagem em que a relação Brasil-Estados Unidos é mencionada durante o período da Guerra do Vietnã está na editoria Brasil, em 19 de maio de 1971. Desta vez, o enunciador discute a parceria comercial – que será tema de um capítulo mais à frente deste estudo – entre a nação brasileira e a norte-americana. Com a chamada “... Negócios à parte” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 20) e a linha fina “A amizade Brasil-EUA e os interesses de cada um” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 20), *Veja* inicia a matéria com um trecho do discurso do chanceler Mário Gibson Barboza à Câmara de Comércio Brasil- Estados Unidos, em Nova York.

“Refiro-me, em primeiro lugar, às tendências protecionistas, evidenciadas em numerosos projetos legislativos em tramitação no Congresso americano, que, caso prevaleçam, resultarão na imposição de barreiras para produtos que países de industrialização recente, como o Brasil, oferecem ao mercado mundial, em boas condições de competitividade. Não é difícil imaginar-se que, com isso, se estaria prestando um desserviço tanto ao Brasil, por desestimular o fortalecimento do nosso setor industrial de exportação, quanto aos próprios Estados Unidos, pois propiciaria a manutenção de setores ineficientes de sua economia” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 20).

Sobre o discurso, a revista ironiza: “John Foster Dulles, secretário de Estado do presidente Eisenhower, tremeu em seu túmulo do cemitério nacional de Arlington” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 20). De acordo com o texto, “um chanceler latino-americano dizendo, em Nova York, que a indústria americana tem setores ineficientes e que uma parceria entre o Brasil e os Estados Unidos precisa evitar ‘suposições e preconceitos’ pareceria ao ascético Foster Dulles, pelo menos, claramente antiamericana (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 20). Ainda segundo a reportagem, quando Gibson terminou o discurso, foi aplaudido por “cêrca de duzentos convidados que representavam cêrca de 150 corporações e centenas de bilhões de dólares” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 20). A revista, por fim, destaca: “além dos aplausos, recebeu da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, ao lado do governador Nelson Rockefeller, o título de ‘Homem do Ano’” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 20). Segundo o enunciador, “ninguém considerou as palavras de Gibson exageradas, mas ficou a vaga impressão de que algo de novo está acontecendo nas relações Brasil-Estados Unidos” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 20). *Veja* explica que, para os diplomatas americanos, a novidade começou quando João Augusto de Araújo Castro entregou ao secretário de Estado americano William Rogers cópias de suas credenciais de embaixador do Brasil. Uma fração do discurso do chanceler brasileiro foi, portanto, interpretada não como aporte para a construção de uma relação bilateral que fortalecesse a economia das duas nações, mas como uma crítica antiamericana. E o fato de ele ter sido aplaudido e premiado como “Homem do Ano” tornou-se, mais uma vez, questão secundária. Neste sentido, *Veja* valoriza muito mais a fração – inclusive com a ironia sobre “tremar em seu túmulo” - do que o contexto. Fixa-se a ideia segundo a qual o Brasil não tem condições de apontar e discutir eventuais limitações ou ineficiências da indústria norte-americana.

A reportagem traz o subtítulo “Mito Americano – As coisas não são bem assim...” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 24). No texto, o enunciador indica que a chegada do

embaixador Araújo Castro “talvez seja a mais séria de todas as tentativas feitas nos últimos quarenta anos para colocar as relações entre Brasil e os Estados Unidos num nível de absoluto realismo e seriedade” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 24). De acordo com *Veja*, desde que o comerciante americano Henry Hill enviou uma mensagem de boas-vindas a Dom João VI, que chegava ao Brasil em 1808, “as relações diplomáticas entre os dois países nunca foram más na qualidade, mas frequentemente foram formalmente caóticas e hipocritamente afetuosas” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 24). Em seguida, o enunciador afirma “que os próprios americanos pregam mentiras afetuosas. [...] Eles declaram que a ‘fraternal’ colaboração industrial entre os Estados Unidos e o Brasil começou em 1940, quando foi concedido o financiamento para a construção da usina de Volta Redonda” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 24). A construção da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), no governo Vargas, foi um passo importante para acentuar a expansão industrial brasileira e colaborar com a formação dos grandes centros urbanos. Ela ocorre na primeira metade da década de 40 e, em 1953, quando Vargas ocupava novamente a presidência, ele cria a Petrobras. O ponto que chama a atenção na reportagem de *Veja* é a ironia, com direito ao uso de aspas para enfatizá-la, no uso do termo fraternal.

Segundo a reportagem, “essa relação diplomática baseada em sensações emocionais e afetivas” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 25) foi condenada pelo próprio Castro ao dizer, diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado, “que argumentos tais como ‘fomos aliados em duas guerras’ e ‘somos um só hemisfério’ não fazem sentido algum em Washington” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 25). Para *Veja*, “sem essa frieza profissional, embaixadores estranhos ao serviço diplomático frequentemente deixam mais problemas que obras” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 25). A revista indica que talvez tenha sido esse o caso do professor de economia Lincoln Gordon, embaixador no Rio de 1961 a 1966. “Gordon deixou o Brasil com o slogan ‘Chega de intermediários, Lincoln Gordon para presidente’, o que pode ser muito lisonjeiro para um amador, mas fatal para quem pretendeu ser diplomata” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 25). O enunciador conta que o sucessor dele, John Tuthill, de 1966 a 1969, enfrentaria dois grandes problemas:

Afastar a embaixada do govêrno e resistir ao calor do Rio. O primeiro êle enfrentou com um corte drástico no número de funcionários da embaixada e dos programas de ajuda, provocando esvaziamento de dois andares no grande prédio do Banco do Estado da Guanabara, no Rio. (Êsse corte, denominado Operação Topsy, revelou que inúmeros jovens protegidos de figuras da política americana

estavam no Brasil fazendo pesquisas oficiais para esperar o fim da guerra do Vietnam) (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 25).

Veja explica por que o destino de Tuthill foi mais complicado. A matéria descreve que, pouco tempo depois de entregar as credenciais ao presidente Costa e Silva, no Rio de Janeiro, Charles Burke Elbrick acabou sendo o primeiro diplomata sequestrado⁷³ por “terroristas” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 25) na história do Brasil, dos Estados Unidos e do resto do mundo. Nas linhas finais, a revista conclui: “Tanto para os Estados Unidos quanto para o Brasil, a frequência da mudança de embaixadores revela alguma desordem. Em sete anos, o Departamento de Estado indicou quatro e o Itamaraty cinco” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 26). De acordo com a revista, “o normal, no caso, seriam no mínimo, dois de cada lado, com períodos de quatro anos cada um” (VEJA E LEIA, nº141, 1971, p. 26).

De 19 de maio de 1971 a 24 de janeiro de 1973, *Veja* narrou os bombardeios e novas reuniões sobre as tentativas de paz. Na edição de 31 de janeiro de 1973, o enunciador traz, pela primeira vez, o conflito como matéria de capa sob a chamada “A Guerra Acabou” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 1). A capa remete a uma folha de papel amassada e à imagem de vítimas do confronto, numa foto em destaque.

⁷³ O embaixador Charles Burke Elbrick (1908-1983) foi sequestrado em 4 de setembro de 1969. O grupo responsável era conhecido como DI-GB (Dissidência Guanabara), atuante no Rio de Janeiro e com larga influência entre os estudantes. O objetivo da DI-GB era libertar um dos integrantes do grupo, Vladimir Palmeira.



Figura 44. Capa A Guerra Acabou, nº230, 1973

No miolo, a matéria recebe o chapéu “Especial”. A chamada anuncia “A Paz” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 43) e a linha fina indica quem a conquistou. “Kissinger, após 41 meses de negociações” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 43). A foto de Henry Kissinger rindo ocupa a página inteira.

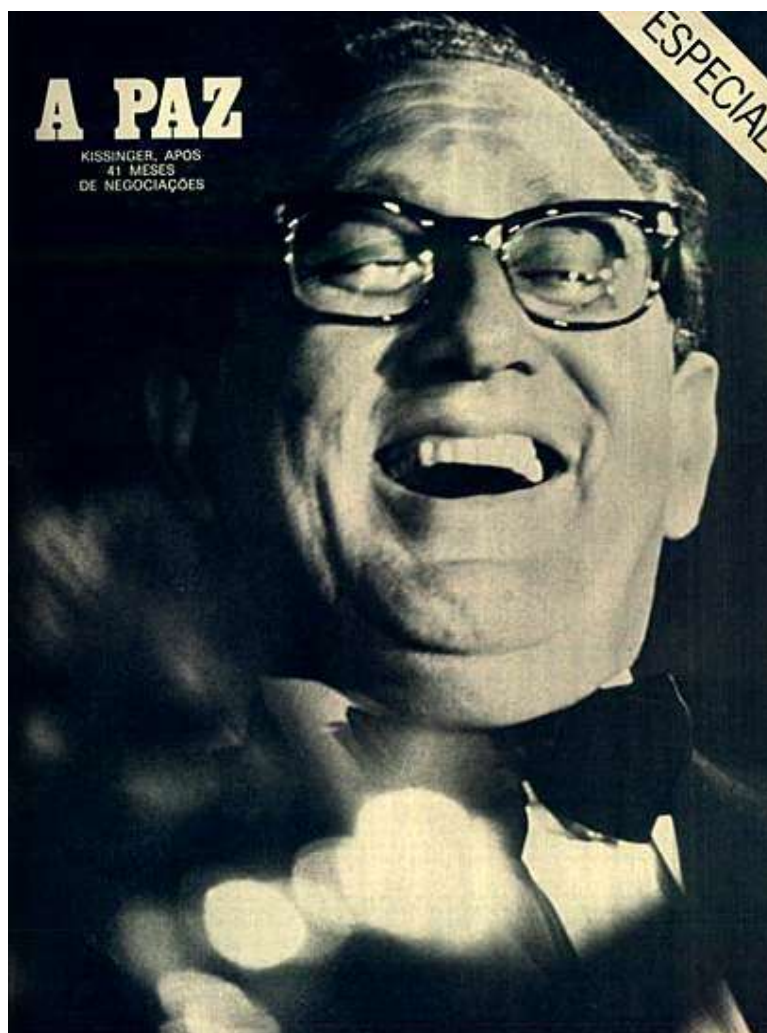


Figura 45. Henry Kissinger rindo, nº230, 1973

Na página seguinte, *Veja* explica. “Um cessar-fogo no Vietnam e a paz nos EUA” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 34) com uma coletânea de aspas de generais, secretários, embaixador e do Presidente Richard Nixon sobre o fim do conflito e a atuação dos Estados Unidos. O box trazia uma repercussão, com menções cronológicas de opiniões dadas durante o período de conflito.

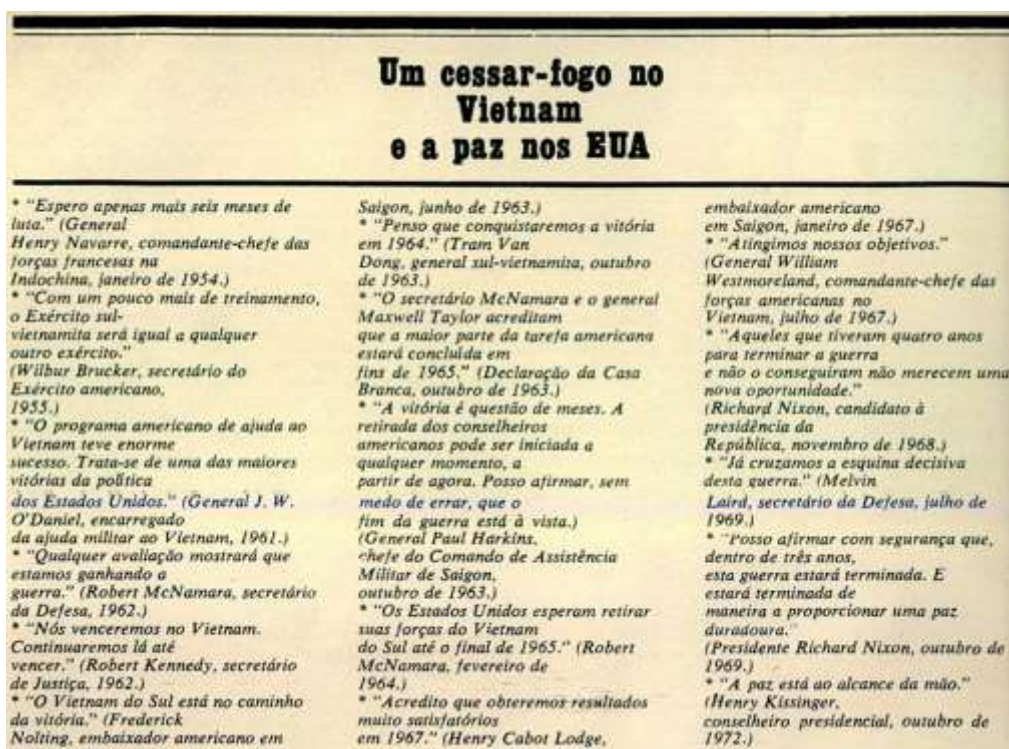


Figura 46. Box Coletânea de citações sobre os EUA na Guerra do Vietnã, nº230, 1973

No lide, o enunciador diz que a guerra resistiu às profecias do otimismo. A revista enfatiza os Estados Unidos como país que busca a ordem. Ela destaca que “o apoio dos EUA a um afastado aliado, representando 2% da população da Ásia, cresceu na medida em que o compromisso gerou um envolvimento” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 44). De acordo com *Veja*, “para explicar o ímpeto de sua progressão, nasceu uma palavra – escalada” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 44). Segundo a revista, “no ápice, ela chegou a significar mais de meio milhão de soldados americanos em combate e todos os recursos militares do *mais poderoso país do mundo*” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 44. Grifo nosso). Com o propósito de reconhecer e enaltecer a força militar dos Estados Unidos a serviço de uma causa internacional, o enunciador também afirma que “não se tratava mais de uma entre muitas guerras – era a guerra da década de 60, travada simultaneamente nos arrozais vietnamitas e na consciência da opinião pública americana” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 44). De acordo com *Veja*, tudo isso acabou às 11h01 da manhã de um sábado, no antigo Hotel Majestic, em Paris. “William Rogers estendeu a mão para a primeira de suas 77 assinaturas em todas as folhas de todas as cópias do acordo de paz no Vietnam” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 44).

Nas linhas seguintes, discute-se a possibilidade de o acordo ser quebrado pelo governo vietnamita.

Poucas horas mais tarde, no mesmo cenário histórico, uma segunda solenidade mostraria – pelo simples fato de ter sido necessária – a fragilidade do acordo obtido. Como o governo de Saigon e Vietcong não se reconhecem mutuamente, eles só puderam ser citados nominalmente numa segunda versão dos acordos, assinada apenas pelos Estados Unidos e por Hanói (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 44-45).

Para *Veja*, “com esse prenúncio de incompreensão e irredutibilidade, o trabalho de Sisifo⁷⁴ realizado durante três anos e meio por Henry Kissinger e Le Duc Tcho⁷⁵ será exposto, logo nos seus primeiros passos, à luz crua da realidade” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 44-45). Em seguida, o texto ainda afirma que “nos Estados Unidos e no mundo ocidental, a paz realmente havia chegado. Mas na Indochina ‘ho dinh’ ainda é uma palavra de significado abstrato” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 44-45). Para o enunciador, “o Vietnam do Norte tem muito que fazer em sua própria casa antes de poder se interessar prioritariamente pelo sul” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 48). Atingido durante todo esse tempo por bombas, *Veja* afirma que “a fatia maior do bolo da reconstrução, estimado em 12 bilhões de dólares, deverá caber aos Estados Unidos”. (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 48). A revista não desperdiça a oportunidade de enaltecer os Estados Unidos: “Pela primeira vez, uma grande potência se engajará a fundo no reerguimento de uma nação, sem a esperança de vir a tê-la como aliado” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 48). E continua: “Mas para Henry Kissinger qualquer quantidade de dólares, assim como os quatro anos que gastou em rocambolescas negociações secretas, não são um preço alto demais” (VEJA E LEIA, nº230, 1973, p. 48).

A partir daí, o enunciador traz uma cronologia da guerra até a assinatura do acordo de seu “fim”. A capa acabaria por confirmar a analogia com Sísifo e a inutilidade do esforço. Os americanos se retiraram do conflito em 1973; porém, a guerra só foi encerrada de fato em 30 de abril 1975.

O final verdadeiro da Guerra do Vietnã foi matéria de capa da edição de 7 de maio de 1975. *Veja* traz a chamada “Indochina – fim de uma era” (VEJA E LEIA, nº348,

⁷⁴ Expressão popular a partir da mitologia grega, remetendo a todo tipo de trabalho ou situação que é interminável e inútil.

⁷⁵ Foi um político vietnamita. Em 1973 foi indicado, junto com Henry Kissinger, para o Prêmio Nobel da Paz, mas recusou o prêmio.

1975, p. 1). Na capa, um jovem segura uma metralhadora e, ao fundo, há uma bandeira Vietcong.



Figura 47. Capa Indochina – fim de uma era, nº348, 1975

Na editoria Internacional, o enunciador abre a reportagem com a foto de soldados sobre um tanque de guerra e uma bandeira Vietcong. Essa é a imagem de paz escolhida para ilustrar o fim do conflito. A intenção fica evidente com a legenda. “Ex-Saigon: a bandeira dos *comunistas* é hasteada no Palácio da Independência e demais prédios públicos” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 24. Grifo nosso). Já vimos que o enunciador sempre menciona os comunistas como ameaça. Nesse caso, a associação é feita com o apoio da imagem de homens armados.



Figura 48. Soldados vietnamitas em frente ao Palácio da Independência, nº348, 1975

Sob a manchete “Vietnam sem Guerra” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 24), a reportagem traz a seguinte linha fina: “Após 30 anos de luta, nasce um país vietcong” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 24). A matéria começa com uma ironia: “No fim, sem heroísmo nem drama, nada mais restou a fazer senão aceitar friamente o xeque-mate” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 24). Em seguida, afirma que 36 horas depois de ter sido empossado em seu cargo e “cumpridas duas frustradas tentativas de entendimento com o Vietcong” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 24), o general Duong Van Minh, “último e impotente chefe do que restava do governo em Saigon” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 24), rendeu-se à evidência dos pesados bombardeios sobre o aeroporto, da presença do inimigo nos bairros periféricos da cidade, “da total desmoralização do Exército sul-vietnamita” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 24). Segundo o enunciador, Minh disse: “Peço a todos os soldados que parem de atirar e permaneçam onde estão. Estamos aqui para entregar o poder ao Governo Revolucionário Provisório e evitar mais derramamento de sangue” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 24). Veja conclui: “Havia terminado a guerra do Vietnam – sem bombas, por simples nocaute técnico, com uma das partes reduzida à mais completa inação” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 24). Para o enunciador, “chegava ao fim o mais marcante, influente e cruel conflito desde a II Guerra Mundial” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 24).

Nos parágrafos seguintes, a matéria traz – divididas em quatro subtítulos curtos – as primeiras mudanças com o fim do conflito. Em “Últimos mortos” (VEJA E LEIA,

nº348, 1975, p. 25), o texto afirma que “significativamente, um dos primeiros atos do novo governo foi mudar o nome da capital sul-vietnamita de Saigon para ‘cidade de Ho Chi Minh’” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 25). De acordo com a revista, “começava a se transformar o Vietnam do Sul que, por tanto tempo, o Ocidente tentou não perder” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 25). A ideia implícita no relato era a de que a derrota do Vietnã do Sul era também uma derrota do Ocidente e, em última instância, de uma visão progressista de mercado e de governo. No segundo subtítulo, “Último vestígio” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 26), o enunciador menciona o fim da atuação americana no Vietnam. “Desde fins da década de 50 e inícios dos anos 60, quando os EUA enviaram os primeiros conselheiros militares ao Vietnam do Sul, não havia mais, em Saigon, outros americanos senão um punhado de dezena de jornalistas” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 26).

No penúltimo subtítulo, “Derrocada final” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 27), *Veja* inicia o texto desqualificando os vietnamitas do Sul, numa posição contrária à que a revista sempre teve. “Quanto aos sul-vietnamitas, o outro recente adversário dos comunistas, sempre foram caracterizados por uma rara corrupção” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 27). Para o enunciador, no campo de batalha, “esses fenômenos degeneraram em desvios de consequências fatais, desde a escolha de comandantes em nome de amizades e proteção até a pobreza dos soldos pagos à tropa” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 27). O último subtítulo, “Autoconcentração” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 27), aponta que “agora, há um novo Vietnam do Sul” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 27). De acordo com a revista, “as indagações se voltaram para como será esse país – questão sobre a qual as primeiras medidas adotadas pelo novo governo já começavam a fazer alguma luz” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 27). No final, *Veja* sentencia: “Numa primeira manifestação de sua autoridade e moralismo, os comunistas proibiram a prostituição, os cabarés e os salões de baile” (VEJA E LEIA, nº348, 1975, p. 27). Ou seja: mais uma vez, o enunciador recorre a uma ironia velada, agora com a proposta de mostrar a prioridade que se dá para o supérfluo em detrimento daquilo que poderia ser essencial.

3.1.3. À luz de Hollywood

A Guerra do Vietnã ganhou importância para a indústria do cinema em Hollywood. De acordo com levantamento⁷⁶ sobre a filmografia norte-americana do conflito, feito por Luciano Pires de Mesquita⁷⁷ (2004)⁷⁸, o período de maior incidência de obras com essa temática foi o dos anos posteriores à guerra, especialmente a segunda metade da década de 1970 e a década de 1980. O historiador Eric Hobsbawm (1995) explica que, no começo dos anos 70, os Estados Unidos enfrentaram mudanças na economia, na política e a derrota na Guerra do Vietnã resultou em desestabilização política e social interna. Na concepção de Hobsbawm (1995), o conflito:

[...] desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisivas de motins e manifestações contra a guerra; destruiu um presidente americano; levou uma derrota e retirada universalmente previstas após dez anos (1965-75). E o que interessa mais, demonstrou o isolamento dos EUA. Pois nenhum de seus aliados europeus mandou sequer contingentes nacionais de tropas para lutar junto (HOBSBAWM, 1995, p. 241).

Para o também historiador Francisco Carlos Teixeira Silva (2004), após o término do conflito, a indústria cinematográfica hollywoodiana iniciou produções de filmes que tinham como tema central “a profunda incomunicabilidade cultural da América, sua profunda incapacidade de entender o outro; a razão mais clara para o desastre da América junto a povos antigos, desejosos de manter a sua identidade” (SILVA, 2004, p. 146). Silva se referia a produções como *Hearts and Minds* (Corações e mentes), de 1974; *Deer Hunter* (Franco-atirador), de 1978; e *Apocalypse Now*, de 1979. A partir de 1980, de acordo com Silva, o cinema norte-americano continuou a realçar a incapacidade dos Estados Unidos de entender outras culturas. *Platoon* (1986), do diretor Oliver Stone, é um deles. Está entre os filmes que alcançaram grande sucesso com a conquista de quatro Oscar nas categorias melhor filme, direção, som e edição, em 1987.

Doze anos depois do fim da Guerra do Vietnã, *Veja* traz o lançamento da obra de Stone na capa. O filme enfatiza o heroísmo norte-americano. A edição do dia 1º de abril

⁷⁶ A pesquisa citada percorreu a “fase francesa” (1945-1954), a “fase norte americana” (1964-1975) e o período pós-guerra. Teve como objeto de estudo o material feito para o cinema ficcional sobre o conflito.

⁷⁷ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (2004).

⁷⁸ A “Guerra do pós Guerra”: o cinema norte-americano e a Guerra do Vietnã. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, 2004.

de 1987 tem a chamada “A guerra do Vietnam por dentro – ‘Platoon’ O filme do ano” (VEJA, nº969, 1987, p. 1).



Figura 49. Capa sobre “Platoon”, nº969, 1987

No miolo, a matéria está na editoria de Cultura (Cinema) com o título “Um mergulho de cabeça no inferno” (VEJA, nº969, 1987, p. 67) e a linha fina “Com um retrato brutal e emocionante do desastre americano na guerra do Vietnam, *Platoon* se consagra como o filme do ano” (VEJA, nº969, 1987, p. 67). O texto é assinado por Mário Sérgio Conti e tem sete páginas. No lide, o enunciador diz que o país levou para a selva do Vietnã conflitos da sociedade americana.

Entre mortos, feridos e sobreviventes incólumes ou condecorados, os 2,7 milhões de americanos que participaram da guerra do Vietnam foram todos derrotados. E não só porque, há vinte anos, o Exército dos Estados Unidos foi derrotado militarmente na Indochina. Eles perderam a guerra e voltaram perdidos. Perdidos por terem estado no coração da treva, no inferno da mata asiática, combatendo inimigos invisíveis, se digladiando ao transportar para a selva vietnamita conflitos existentes na sociedade americana (VEJA, nº969, 1987, p. 67).

Nas linhas seguintes, a revista diz que o tempo passou e que o “pesadelo” (VEJA, nº969, 1987, p. 67) não foi esquecido. É com esse enredo que surge a obra do cineasta Oliver Stone.

[...] eis que um veterano do Vietnam, transformado em cineasta, não consegue esquecer a guerra. Ele tem pesadelos com ela, escreve o roteiro de filme sobre suas experiências de combate, batalha sete anos para conseguir financiamento e finalmente consegue leva-lo às telas. O inferno da guerra do Vietnam está de volta e explode com brutalidade total no filme *Platoon* (VEJA, nº969, 1987, p. 67).

Segundo *Veja*, *Platoon* – que significa pelotão – é uma espécie de “resumo concentrado do que foi, para boa parte dos soldados americanos comuns, a guerra no Vietnam” (VEJA, nº969, 1987, p. 67). O enunciador faz sua interpretação do conflito. “[...] uma sequência de violências incompreensíveis, um estado de estupor permanente, uma sensação de estar no meio do caos sem poder escapar” (VEJA, nº969, 1987, p. 67). Para a revista, “poucas vezes seu viu no cinema um filme tão cru como *Platoon*, certamente um marco entre os filmes de guerra de todas as épocas” (VEJA, nº969, 1987, p. 67). Em seguida, a matéria questiona: “O cidadão fica na fila, compra seu ingresso, entra no cinema e vê na tela um filme violento como um soco no estômago. Há sentido em participar desse ritual de brutalidade?” (VEJA, nº969, 1987, p. 67). A resposta está no subtítulo “Tiro na testa” (VEJA, nº969, 1987, p. 67): “Sim, há sentido de sobra em assistir *Platoon*” (VEJA, nº969, 1987, p. 67). No texto, o enunciador cita que a obra concorre a oito Oscar e enaltece: “O filme de Oliver Stone é, disparado, o grande impacto cinematográfico do ano” (VEJA, nº969, 1987, p. 67). A revista pontua os motivos presentes no que ela define como notável obra:

Em primeiro lugar, porque pega um fato tão conhecido como a guerra do Vietnam e o apresenta sob um prisma comum. Em segundo, por ser uma notável obra cinematográfica, que se acompanha com interesse crescente da primeira à última cena. Em terceiro lugar, porque *Platoon* extrapola a condição de filme histórico para voltar-se diretamente para a realidade americana, com uma visão da mentalidade do país, seus homens, suas lutas e loucuras. Por fim, numa lição que não diz respeito apenas aos americanos, mas a todo mundo, o filme esclarece o que vem a ser a mecânica da guerra e contribui para dessacralizar as Forças Armadas, a instituição militar. Da conjunção desses quatro fatores resulta um filme imperdível que, se tem na violência sua pedra de toque, jamais a estetiza ou nela se compraz (VEJA, nº969, 1987, p. 67).

Os elogios não param por aí. *Veja* destaca que “em *Platoon* não há mortes em câmera lenta, efeitos especiais simplórios ou corpos que se estraçalham plasticamente – como no *Rambo*⁷⁹, de Sylvester Stallone” (VEJA, nº969, 1987, p. 67). Para a revista, “a diferença talvez esteja na verdade da experiência: enquanto Stallone jamais pisou no Vietnam, Oliver Stone serviu durante quinze meses na guerra, entre 1967 e 1968, foi

⁷⁹ Dirigido por Ted Kotcheff, o primeiro filme “*Rambo: Programado Para Matar*”, foi lançado em novembro de 1982.

ferido e condecorado duas vezes” (VEJA, nº969, 1987, p. 67). Até aqui, o retrato do outro lado do combate inexistente e se enfatiza o fato de que o filme foi produzido por alguém que viveu o dia a dia do conflito. Não há nenhuma menção para o que a guerra significou para as centenas de milhares de vítimas locais. A perspectiva sobre a qual a revista se debruça é a de traçar um panorama a partir da visão cinematográfica, portanto americana, dele. *Veja* prossegue com comparações:

Enquanto *Rambo* teve o significado de uma volta ficcional ao Vietnam, desta vez para ganhar a guerra e obter um triunfo moral sobre os inimigos comunistas, *Platoon* é um retorno à zona de combate também só que para olhar de frente os pecados, realizar a catarse e tentar entender, enfim, por que os Estados Unidos saíram derrotados no conflito (VEJA, nº969, 1987, p. 67-68).

Na concepção do historiador Silva (2004), o filme *Rambo* contempla uma construção política reacionária. Para ele, o personagem restaura o cunho belicista norte-americano a fim de evitar-se a síndrome do Vietnã. Na década de 80, durante os governos de Ronald Reagan, alguns filmes buscavam revigorar o moral norte-americano. *Veja* segue admirada com *Platoon* e diz que, na obra, não há heróis, mas personagens que encarnam o heroísmo americano.

Esse retorno à batalha chega à tela com um realismo exacerbado: em *Platoon*, do enredo aos detalhes, tudo parece ter passado no Vietnam da exata maneira que o filme mostra. *Para começar, não há heróis em ação*, mas um bando de soldados e sargentos capaz tanto das ações mais nobres como das piores barbaridades. O personagem central do filme é o ex-universitário Chris Taylor (Charlie Sheen, filho de Martin Sheen, o ator principal de *Apocalypse Now*), um idealista que chega ao Vietnam com o brilho dos puros no olhar e logo se vê sob o fogo cerrado do inimigo e dos próprios companheiros de farda. Chris é tentado por dois sargentos, que, cada qual à sua maneira, *encarnam o heroísmo americano no Vietnam* (VEJA, nº969, 1987, p. 68. Grifo nosso).

Nas linhas seguintes, a revista apresenta os sargentos mencionados e faz uma rara crítica à sociedade norte-americana respaldada por uma antítese sobre estes dois militares. “De um lado está o sargento Barnes (Tom Borenger), o psicopata de carteirinha, o assassino solto na selva, disposto a matar qualquer um que interfira na lógica de sua guerra particular” (VEJA, nº969, 1987, p. 68). Do outro, indica o enunciador, na “disputa pela alma do soldado Chris está o sargento Elias (Willem Dafoe), o bom sujeito, o coração de ouro que orienta os recrutas recém-chegados e, sabendo que a guerra está perdida, tenta preservar um mínimo de sanidade no meio da barbárie (VEJA, nº969, 1987, p. 68). Com o subtítulo “Formigas e Serpentes”, *Veja* conclui: “No todo, o pelotão de *Platoon* aparenta reunir a escória da humanidade:

bêbados, assassinos, drogados, neuróticos, covardes, bajuladores e sádicos” (VEJA, nº969, 1987, p. 68). Para reforçar essas características, a revista publica uma imagem dos personagens e com a legenda “O pelotão de *Platoon*: drogados, alcoólatras e malucos espelhando a sociedade americana” (VEJA, nº969, 1987, p. 70).



Figura 50. Personagens do filme “Platoon”, nº969, 1987

Em seguida, volta a falar dos méritos de *Platoon*, rejeitando a ideia de que no final das contas eles simbolizam a escória americana.

[...] acompanhar esse punhado de homens e provar que, no final das contas, eles não são a escória americana, mas em sua grande maioria, são o sal da terra, os soldados anônimos que cumpriram ordens, fizeram a guerra, foram derrotados e voltaram aos Estados Unidos com cicatrizes profundas” (VEJA, nº969, 1987, p. 69).

Para *Veja*, “fielmente, eles reproduzem os conflitos que marcaram os Estados Unidos nos anos 60: negros contra brancos, ricos contra pobres, belicistas contra humanistas” (VEJA, nº969, 1987, p. 69). Sobre a representação dos personagens, Albert Auster e Leonard Quart, autores de *How the war remembered: Hollywood and Vietnam* (1988), ressaltam que Oliver Stone emprestou feições bem definidas a diversos personagens secundários.

O que ele revela, além dos horrores do Vietnã, são anônimos, da classe trabalhadora, oprimidos pela sociedade norte-americana, uma galeria de personagens que recebem um pouco mais de nuances e são tratados de maneira menos estereotipada e sentimentalizada do que a norma em filmes de guerra hollywoodianos (AUSTER; QUART, 1988, p. 143).

Nas linhas seguintes, *Veja* reúne opiniões de grandes nomes do cinema. Entre eles, a de Woody Allen. “É um filme excelente”. (VEJA, nº969, 1987, p. 70). A matéria traz outro subtítulo “Fogo inimigo” (VEJA, nº969, 1987, p. 70). No texto, a revista reforça elogios. “O realismo cru de *Platoon* é uma fonte de emoção permanente” (VEJA, nº969, 1987, p. 70). Afirma-se que nos Estados Unidos, “*Platoon* atingiu em cheio, e de surpresa, a expectativa do público”. De acordo com o enunciador, “surpreendeu também os grandes estúdios de Hollywood que não quiseram bancá-lo e obrigaram Stone a produzi-lo através de uma empresa britânica. Feito com um orçamento modesto (6 milhões de dólares)” (VEJA, nº969, 1987, p. 72).

Em outro subtítulo da reportagem “Nervo certo” (VEJA, nº969, 1987, p. 72), *Veja* supõe que o sucesso do filme também se deve ao tempo em que ele foi lançado. “É provável que, se fosse lançado há dez anos, *Platoon* tivesse pouca repercussão. A passagem do tempo ajudou o filme a ser entendido e admirado pelos americanos” (VEJA, nº969, 1987, p. 72). *Veja* ressalta que “vinte anos pode parecer um tempo excessivo para fazer um acerto de contas com o Exército e o passado” (VEJA, nº969, 1987, p. 72). Em seguida, sugere-se ao Brasil se inspirar naquilo que a obra do diretor Oliver Stone oferece como contribuição histórica. “No Brasil, ainda não se fez um filme decente sobre a Guerra do Paraguai, campanha na Itália na II Guerra Mundial e, muito menos, sobre a participação do Exército na repressão à guerrilha do Araguaia, no início dos anos 70” (VEJA, nº969, 1987, p. 72). A crítica, neste caso, recai sobre a indústria cinematográfica nacional que, ao contrário da norte-americana, não tem obras capazes de fazer com que a sociedade se reveja. Não basta a guerra em si. É preciso construir um discurso por meio do qual fique evidente que os Estados Unidos, também no cinema, têm mais tecnologia bélica, força, poder de superação. O que parecia a escória da sociedade norte-americana, segundo o texto de *Veja*, é na verdade o “sal da terra”.

As nove reportagens selecionadas sobre a Guerra do Vietnã mostram, de modo geral, uma construção narrativa parcial e unilateral, como foi exposto. A disparidade entre o número de vítimas locais e o número de soldados americanos mortos, a ausência de uma abordagem mais aprofundada sobre episódios como o Massacre de My Lai ou sobre o isolamento diplomático dos Estados Unidos no cenário internacional –

mencionado apenas uma vez – e o enaltecimento de que era preciso conter os guerrilheiros comunistas levou à identificação de dois eixos sobre os quais a cobertura de *Veja* se ancorou: 1) ênfase para respaldar a ação do exército dos Estados Unidos como proteção do Ocidente; 2) destaque para o aparato tecnológico da indústria bélica norte-americana.

3.2. Guerra do Golfo: invasão do Kuwait

Quinze anos depois do encerramento da Guerra do Vietnã, os Estados Unidos se envolveram em outro conflito de grande importância que marcou o fim do século passado: a Guerra do Golfo. Ela será o objeto de estudo dessa seção, também com a seleção de um grupo de reportagens publicadas pela *Veja* sobre o assunto. Mais uma vez, serão observados elementos textuais na cobertura e a “necessidade da guerra” para a proteção e segurança do Ocidente.

Em 2 agosto de 1990, tropas iraquianas invadem e dominam o Kuwait. O presidente iraquiano Saddam Hussein⁸⁰ subestima a comunidade internacional e o governo norte-americano, que havia sido importante aliado na guerra contra o Irã⁸¹.

A invasão militar do Kuwait repercute e a ONU (Organização das Nações Unidas) aprova uma resolução com sanções econômicas ao Iraque. O papel da ONU também será analisado mais à frente, na seção 3.3 que tratará da Guerra do Iraque depois dos ataques de 11 de setembro. Os Estados Unidos desrespeitaram uma determinação do Conselho de Segurança e promoveram uma operação militar preventiva sob o pretexto de proteção do Ocidente de grupos terroristas.

A Liga Árabe tentou em vão soluções diplomáticas que evitassem ou suspendessem o conflito. Em 28 de agosto de 1990, o governo iraquiano anexa o Kuwait como 19ª província. Vinte e quatro horas depois, a ONU daria um ultimato: até 15 de janeiro de 1991, as tropas iraquianas deveriam deixar o Kuwait. Se isso não

⁸⁰ Aos 26 anos, Saddam foi nomeado vice-secretário do Partido Socialista Árabe Ba'ath ou Baath e tornou-se vice do presidente Ahmed Hasan al Bakr, que lhe deu patente de general. A influência dele cresceu após o dia 31 de julho de 1968, quando participou do golpe de Estado perpetrado pelo general Ahmed Hassan al-Bakr. Após o golpe, Saddam assumiu a Presidência e ficou no poder de 16 de julho de 1979 a 9 de abril de 2003.

⁸¹ Em 1980, Irã e Iraque iniciaram uma guerra com motivação no fundamentalismo religioso e na presença dos EUA no Oriente Médio. O conflito terminou no dia 20 de agosto de 1988 e ajuda a entender importantes conflitos posteriores na região. Até 1979, o Irã era um dos maiores aliados dos Estados Unidos na área - estratégica por abrigar a maior parte das reservas mundiais de petróleo. Naquele ano, o país sofreu a Revolução Islâmica, que resultou na deposição do Xá (imperador) Reza Pahlevi e na posse do aiatolá (chefe religioso) Ruhollah Khomeini como líder máximo do país.

ocorresse, uma nova ofensiva militar seria inevitável. Em 17 de janeiro de 1991, as forças de coalizão lançam a Operação Tempestade no Deserto⁸² - formada por 34 países liderados pelos Estados Unidos. Entre eles estavam o Reino Unido, a França, a Arábia Saudita, o Egito e a Síria. “Um total de 467.539 militares foram mobilizados para a Operação Tempestade no Deserto. Houve 336 mortes entre as tropas norte-americanas e 467 soldados dos EUA ficaram feridos” (FOLHA UOL, 2000c). O combate virou um espetáculo da mídia com bombardeios acompanhados ao vivo pela TV em todo o mundo. José Carlos Aronchi de Souza (2005) destaca que a rede norte-americana *CNN* (*Cable News Network*) transmitia ao vivo imagens de mísseis cruzando o céu de Bagdá.

A *CNN* manteve uma equipe completa com 150 profissionais em Bagdá, até o governo do Iraque expulsar parte dela. Foi uma cobertura sem precedentes. Os índices de audiência não foram bombásticos, mas serviram para consolidar o papel assumido pela rede nos anos seguintes (SOUZA, 2005, p. 32).

As tropas iraquianas se retiram do Kuwait, em 27 de fevereiro, depois de uma intensa operação por terra.

A invasão do Kuwait teve também razões econômicas. O governo do Iraque acusava o país vizinho de derrubar o preço do petróleo no mercado internacional ao vender mais do que a cota permitida pela Opep (Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo). Saddam também pleiteava que o Kuwait perdoasse uma dívida contraída durante a Guerra Irã-Iraque e cobrava uma indenização de US\$ 2,4 bilhões por suposta exploração ilegal de campos petrolíferos iraquianos. Outro motivo, agora de natureza territorial, foi a divisão da fronteira entre os dois países. O governo iraquiano alegava que, antes da colonização inglesa, o Kuwait pertencia à província de Basra, ao Sul do país.

Com base neste breve contexto histórico, vamos verificar como *Veja* cobriu a “primeira” Guerra do Golfo e de que forma o Brasil surgiu nos relatos. Para isso, selecionamos uma matéria que não foi capa e sete que foram, em edições publicadas nos anos de 1990 e 1991. Somadas, eles formam um grupo temático com 27 páginas sobre o assunto, publicadas de agosto de 1990 a março de 1991.

⁸² Nome dado ao plano americano para destruir o inimigo: aviões, caças, tanques e mísseis atacam ao mesmo tempo as tropas iraquianas no Kuwait e no Iraque.

| TÍTULO/CAPA | TÍTULO DA REPORTAGEM | EDIÇÃO/DATA | PÁGINAS |
|-----------------------------------|------------------------------|----------------------------|----------|
| O tirano de Bagdá desafia o mundo | O tirano joga bruto | Veja, nº1142 08/08/1990 | 1-44-49 |
| | Efeito retardado | Veja, nº1158 28/11/1990 | 38-39 |
| Iraque- Guerra por um fio | A hora do pesadelo | Veja, nº1165 16/01/1991 | 1-32-34 |
| A guerra sangrenta de Saddam | Será longa, dura e sangrenta | Veja, nº1167 30/01/1991 | 1-22-27 |
| A guerra sangrenta de Saddam | A barbárie no ar | Veja, nº1167 30/01/1991 | 36-37 |
| Guerra no Golfo – O Fim | Último capítulo | Veja, nº1165 27/02/1991 | 1-30-35 |
| Como Saddam foi moído | O fim da farsa | Veja, nº1172 06/03/1991 | 1-30-31 |
| Como Saddam foi moído | Nasce uma estrela | Veja, nº1172 06/03/1991 | 42-43-44 |

Tabela 4. Edições de 1990 e 1991

3.2.1. A “primeira” Guerra do Golfo por *Veja*

Como as informações são transmitidas pela imprensa durante uma guerra? Sidney Pike (1991)⁸³ revela que, no deserto, a imprensa não tinha com quem se relacionar. “[...] Não se marchava com as tropas até a frente de batalha. Não havia nenhuma oportunidade de se fazer uma reportagem exclusiva” (PIKE, 1991, p. 76). De acordo com ele, o período curto do conflito provocou certa frustração na mídia. “Não havia ambigüidades a investigar. A imprensa ridicularizava os *briefings* militares diários, os chamando de ‘as loucuras exageradas e enganadoras das cinco horas’” (PIKE, 1991, p. 77). Segundo Pike (1991), os repórteres “moldados” pela herança do Vietnã

⁸³ Jornalismo sem Fronteiras – História da CNN (1991) In: Encontro Internacional de Jornalismo: conferências e debates. São Paulo: IBM, 1991.

permaneceram céticos em relação aos militares no Golfo. O autor cita o artigo de Mel Elfen⁸⁴ publicado na revista da *Universidade de Syracuse* em 1991.

Elfen diz que eles examinavam as declarações não tanto para descobrir as verdades que elas pudessem conter, mas para descobrir suas mentiras. Isso acarretava uma constante busca de falhas. “Ninguém espera que a imprensa tenha uma amizade íntima com o Exército, mas havia um relacionamento antagônico sem necessidade”, diz o jornalista (PIKE, 1991, p. 77).

Quanto às restrições, Pike (1991) pontua que a imprensa era mantida em “*pools* escoltados pelo Exército” (PIKE, 1991, p. 77). Nesse caso, limitou-se a reproduzir o noticiário da *CNN*, que, por sua vez, estava submetida ao crivo do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A *CNN* transmitia o que os militares americanos queriam. “Diariamente transmitíamos os *briefings* matinais dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França, assim como da Arábia Saudita” (PIKE, 1991, p. 77). De acordo com José Arbex Jr. (2005), isso gerou uma série de problemas e indagações, especialmente no referente à capacidade de construção e manipulação das informações e do imaginário coletivo. “Milhões de telespectadores acreditam que, praticamente, não houve mortes na Guerra do Golfo, porque viram na televisão tratar-se de uma ‘guerra limpa’, mesmo quando eram advertidos de que imagens haviam sido censuradas por Washington” (ARBEX JR, 2005, p. 118-119). Arbex Jr. (2005) ainda ratifica que “integrantes do *establishment* da mídia americana” (ARBEX JR, 2005, p. 118) reconhecem que a cobertura da Guerra do Golfo foi “tendenciosa” (ARBEX JR, 2005, p. 118). Assim, o conflito permitiu aos Estados Unidos instituir Saddam como “inimigo universal”. E *Veja* novamente abraçou a posição americana.

A primeira edição com a cobertura do início do conflito é a de 8 de agosto de 1990. Na capa, o enunciador traz a foto do líder iraquiano com a chamada “O tirano de Bagdá desafia o mundo” (VEJA, nº1142, 1990, p. 1) e a linha fina “Saddam Hussein invade o Kuwait, ameaça o mercado do petróleo e se torna o risco nº 1 para a paz” (VEJA, nº1142, 1990, p. 1). Enaltece-se um Mesmo de *Veja*, o “mercado de petróleo”, ameaçado por um Outro que representa, além do risco econômico, uma ameaça à paz.

⁸⁴ Jornalista. Durante vinte anos, entre 1965 e 1985, foi chefe do escritório da revista *Newsweek*, em Washington. Também foi redator de reportagens especiais na *US News & World Report*.

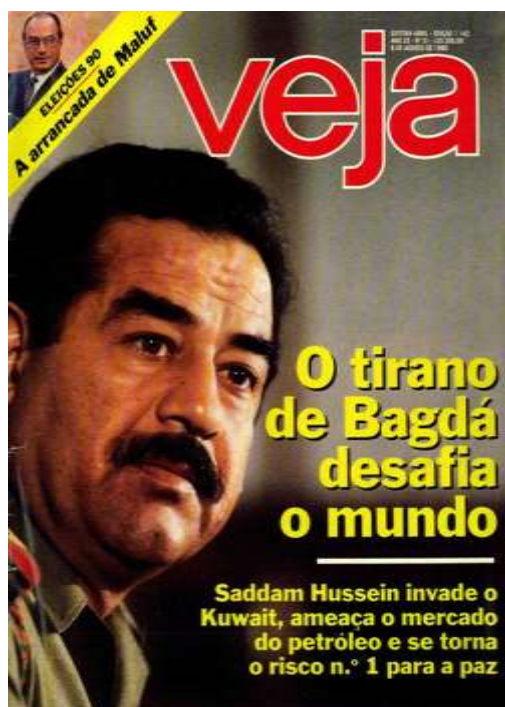


Figura 51. Capa O tirano de Bagdá desafia o mundo, nº1142, 1990

Nas páginas reservadas à editoria Internacional, o enunciador reforça que o presidente do Iraque é um perigo para o mundo com a chamada “Tirano joga bruto” (VEJA, nº1142, 1990, p. 44) e com a linha fina “Saddam Hussein, o inimigo número 1, ocupa o indefeso Kuwait, na primeira ameaça ao equilíbrio mundial depois do fim da Guerra Fria (VEJA, nº1142, 1990, p. 44). A palavra tirano, que imputa juízo de valor e direciona o ângulo binário da cobertura, aparece na capa da revista e também na manchete da matéria no miolo. O apostro “inimigo número 1” reforça a ideia de tirania/covardia sobretudo se observarmos o uso do adjetivo indefeso como forma de qualificar o Kuwait.

O texto começa com a afirmação de que “tudo estava caminhando bem demais nos últimos tempos” (VEJA, nº1142, 1990, p. 44). Ela se refere a acontecimentos como a queda do Muro de Berlim, o fim da Guerra Fria e também cita que “as superpotências podavam seus arsenais” (VEJA, nº1142, 1990, p. 44) e que, “mesmo em lugares remotos como a Mongólia, que realizou há duas semanas sua primeira eleição livre, povos emergiam de longas noites de opressão para saborear o gosto inebriante da democracia” (VEJA, nº1142, 1990, p. 44). De acordo com o enunciador, “acreditava-se, o mundo inteiro se renderia à marcha inexorável da História rumo a um futuro de paz, democracia e economia de mercado” (VEJA, nº1142, 1990, p. 44). Mas logo o texto

relata que “no final da semana passada, esse cenário cor-de-rosa parecia fadado a se dissipar como um sonho de uma noite de verão (VEJA, nº1142, 1990, p. 44). Em seguida, *Veja* revela o responsável, segundo ela, pelo fim da fase aparentemente tranquila.

O desmancha-prazeres que destruiu a doce embriaguez do pós-guerra fria se chama Saddam Hussein, mora no palácio presidencial de Bagdá, a capital do Iraque, e acumulou em onze anos no poder absoluto um prontuário policial de dar inveja aos maiores vilões da nossa época (VEJA, nº1142, 1990, p. 44).

Adiante, a revista ressalta o tempo todo Saddam como ameaça, palavra-chave que acompanha o discurso articulado sobre o presidente iraquiano. Ela também reforça que ele provocou vários prejuízos. *Veja* menciona os Estados Unidos como país que entra nos conflitos para salvar a situação – mesmo que de forma violenta. A construção que norteia a cobertura inicial sobre a Guerra do Golfo está calcada numa antítese na contextualização da reportagem como gênero. De um lado, o bem, os Estados Unidos. Do outro, o mal.

Numa guerra relâmpago, o ditador iraquiano invadiu e ocupou o Kuwait, botou o governo dos emires para correr, provocou uma alta do preço do petróleo e mostrou na prática que, mesmo com a oposição conjunta dos Estados Unidos e da União Soviética, não há hoje força política expansionista no Oriente Médio. O Iraque de Saddam não é um Panamá de Noriega, onde os Estados Unidos possam entrar com um punhado de fuzileiros navais. [...] Mesmo sem a bomba, Saddam é hoje o maior perigo para a paz mundial. [...] Na madrugada da quarta-feira passada, o tirano de Bagdá despachou 60 000 soldados para engolir o vizinho Kuwait [...] No lugar da família real do Kuwait, que fugiu para o exílio, o invasor instalou um governo fantoche de “revolucionários árabes” e ameaçou transformar o Kuwait num “inferno” se algum outro país, inclusive os Estados Unidos, intercedesse militarmente para pôr fim à aventura iraquiana (VEJA, nº1142, 1990, p. 44-45).

De acordo com *Veja*, o empenho de Saddam Hussein envolve uma “aposta alta” (VEJA, nº1142, 1990, p. 45): “[...] ao assumir, pessoalmente ou através de um governo títere, o controle de 1,6 milhão de barris de petróleo que o Kuwait produz por dia, ele passa a deter nada menos que 20% das reservas mundiais do combustível – 10% no país invadido e mais de 10% no próprio Iraque” (VEJA, nº1142, 1990, p. 45). Em seguida, o texto traça um cenário internacional do efeito econômico da concentração das reservas de petróleo: “Com isso, o ‘ladrão de Bagdá’, como já começa a ser conhecido pelo mundo afora, se habilita a disputar o controle dos preços internacionais do produto, colocado a serviço de uma ambição de dominar todo o Oriente Médio” (VEJA, nº1142, 1990, p. 45).

No decorrer da matéria, o enunciador usou alguns subtítulos. O primeiro deles, “Balão de Ensaio” (VEJA, nº1142, 1990, p. 45), indica que o líder iraquiano escolheu atacar o emirado árabe por ele ser territorialmente pequeno e fraco, área que se assemelha ao Estado de Sergipe.

Saddam Hussein aplicou contra o Kuwait a lição que aprendeu na guerra do golfo: só atacar o inimigo com a certeza de que ele é mais fraco. [...] Com Kuwait, Saddam preferiu não correr riscos. Embora mais rico do que a Alemanha Ocidental, com uma renda percapita de 14 000 dólares por ano, Kuwait é tão pequeno quanto o Estado brasileiro de Sergipe. (VEJA, nº1142, 1990, p. 45).

Em outro subtítulo, “Impasse” (VEJA, nº1142, 1990, p. 46), *Veja* diz que a invasão do Kuwait foi tão rápida que “os países que poderiam fazer alguma coisa para conter o Iraque se limitaram, num primeiro momento, a observar os acontecimentos, bestificados” [...] (VEJA, nº1142, 1990, p. 46). O uso do adjetivo com a ideia de perplexidade é parte de um enredo de construção textual. A questão se torna causa internacional e exige intervenção militar dos Estados Unidos.

Na sexta-feira à noite, estimulado por uma pesquisa de opinião pública segundo a qual 81% dos americanos apoiaram uma ação militar contra o regime de Saddam, Bush resolveu engrossar o tom de suas declarações, ao advertir que os EUA estão prontos a intervir caso o Iraque se recuse a libertar os catorze americanos presos como reféns durante a ocupação do Kuwait ou na hipótese de uma agressão à Arábia Saudita. Para mostrar que não estava para brincadeira, Bush despachou mais um porta-aviões, o *Eisenhower*, para reforçar a frota de seis navios de guerra que já havia sido colocada de prontidão perto do mar territorial iraquiano. Na madrugada de sábado, o Pentágono anunciava o deslocamento de mais uma esquadra, com 2 000 fuzileiros navais (VEJA, nº1142, 1990, p. 46-47).

No subtítulo seguinte, “Sem Telefone” (VEJA, nº1142, 1990, p. 48), o enunciador classifica como “ato mais significativo de repúdio à agressão iraquiana” (VEJA, nº1142, 1990, p. 48) a declaração conjunta do chanceler soviético, Eduard Shevardnadze, e do secretário de Estado americano, James Baker. “Hoje, os governos da União Soviética e dos Estados Unidos dão um passo sem precedentes, chamando a comunidade internacional a juntar-se a nós na imediata suspensão das vendas de armas para o Iraque”, afirmou Shevardnadze, reunido com o colega americano em Moscou (VEJA, nº1142, 1990, p. 48). De acordo com *Veja*, além dos Estados Unidos e da União Soviética, o Brasil também exerce um papel na relação comercial bilateral que resultou na formação de um arsenal bélico à disposição do regime de Saddam.

Para um pessimista, esse apelo pode soar como um mea-culpa tardio e inútil. As duas superpotências, afinal, estão entre os países que mais venderam armas ao Saddam. Nesse seleto clube, aliás, se inclui como sócio de carteirinha o Brasil, para quem o Iraque tornou-se uma espécie de bazar onde exportadores brasileiros têm jogado todo tipo de mercadoria, algumas lícitas, como frango e Passats, outras nem tanto – armamentos, munições, obscuros contratos de obras públicas com a empreiteira Mendes Jr. Para um otimista, a declaração em Moscou será certamente um sinal alentador de que os perigos que rondam as esperanças de paz neste final de século podem ser conjurados (VEJA, nº1142, 1990, p. 48).

A reportagem tem quatro desdobramentos (boxes). O primeiro traz informações sobre a quantidade de soldados e tanques enviados para o Kuwait, além de números de mortes. Segundo o texto, “60 000 soldados do Iraque percorreram 125 km até a capital do Kuwait” (VEJA, nº1142, 1990, p. 44). O enunciador destaca ainda: “Saddam Hussein, o ditador do Iraque, despachou as tropas, com 350 tanques e aviões *Mirage*” (VEJA, nº1142, 1990, p. 44). Veja afirma que “nos combates, morreram 200 kuwaitianos” (VEJA, nº1142, 1990, p. 44).

No segundo box, “Ligações perigosas – O Brasil e a bomba atômica iraquiana” (VEJA, nº1142, 1990, p. 46), a reportagem afirma que, para o governo americano, nos próximos cinco anos o Iraque não terá condições de se transformar numa potência nuclear. Porém, a revista indica que existe “um grupo cada vez maior de especialistas apostando que falta pouco para Saddam Hussein poder dispor de uma bomba atômica” (VEJA, nº1142, 1990, p. 46). É aí que surge novamente a relação comercial entre Brasil e Iraque. No subtítulo “Mercenários da tecnologia” (VEJA, nº1142, 1990, p. 46), *Veja* diz que “o Brasil também deu sua contribuição às obsessões militares do ditador Saddam Hussein. De longe, o Iraque é o maior freguês da indústria bélica brasileira, mas pode ser ainda mais que isso” (VEJA, nº1142, 1990, p. 46). A revista recorre a pesquisadores para confirmar o risco. “Segundo os pesquisadores americanos Gary Milhollin e David Dantzic, o Brasil estaria ajudando diretamente na construção da bomba iraquiana” (VEJA, nº1142, 1990, p. 46).

Poucas linhas depois, em outro desdobramento da cobertura do conflito, *Veja* traz “O fantasma do colapso” (VEJA, nº1142, 1990, p. 47), texto no qual se enfatiza que “o mundo volta a temer uma crise de petróleo” (VEJA, nº1142, 1990, p. 47). A revista chega a ressaltar que “ainda é cedo para os brasileiros pensarem em trocar o carro a gasolina por álcool” (VEJA, nº1142, 1990, p. 47). De acordo com a reportagem, o desenrolar da crise no Golfo Pérsico pode colocar em risco o abastecimento de petróleo do Ocidente. “A invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas provocou uma pequena

convulsão nos países importadores: o barril chegou a 25 dólares, pouco mais do que os 21 do início da semana” (VEJA, nº1142, 1990, p. 47).

O último box é dedicado a Saddam Hussein. Intitulado “A lógica do alucinado – delírios babilônicos do frio ditador” (VEJA, nº1142, 1990, p. 48-49), *Veja* traça um perfil do chefe de Estado: “Reza a historiografia oficial iraquiana que Saddam Hussein, 53 anos, começou sua carreira política como pistoleiro profissional” (VEJA, nº1142, 1990, p. 48). Em seguida, sentencia: “E nada indica que tenha abdicado de seu ímpeto” (VEJA, nº1142, 1990, p. 48).

De acordo com o enunciador, hoje ele vive cercado de guarda-costas “porque é desconfiado da própria sombra e obcecado por questões de segurança”. Adiante, a revista disserta: “A personalidade do tirano de Bagdá, na qual confluem traços de maluquice com os de um hábil articulador político, suscita julgamentos contraditórios” (VEJA, nº1142, 1990, p. 48). Para validar a opinião, *Veja* traz a voz de um “especialista”. “Saddam Hussein é um homem com ego enorme, analisou a especialista em assuntos iraquianos, Phoebe Marr⁸⁵” (VEJA, nº1142, 1990, p. 48). Uma arte, em tópicos, apresenta a “ficha” de Saddam.



Figura 52. A ficha do ditador, nº1142, 1990

Na edição de 28 de novembro de 1990, *Veja* desdobra consequência da relação Brasil-Iraque – assunto iniciado no box “Ligações perigosas – O Brasil e a bomba atômica iraquiana”(VEJA, nº1142, 1990, p. 46). No miolo da publicação do dia 28, a matéria, sob o chapéu “Supercomputador” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38), recebe o título

⁸⁵ Historiadora do Iraque moderno. Foi professora na *National Defense University, University of Tennessee* e *Stanislaus State University - California*.

“Efeito retardado” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38) e a linha fina “Ter fornecido mísseis ao Iraque ainda pesa contra o Brasil, e Bush impede a venda de supercomputadores à Embraer” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38).

No lide, o enunciador indica que embora a crise do Golfo ainda não tenha produzido “um disparo hostil” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38), ela já fez “explodir uma bomba contra a ciência brasileira” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38). De acordo com a revista, “o presidente americano, George Bush, usou seu poder de veto para bloquear a entrada em vigor de uma lei que facilitaria enormemente a venda de supercomputadores feitos nos Estados Unidos para países estrangeiros”. O texto explica que as máquinas são capazes de fazer cálculos complexos na velocidade da luz com utilização decisiva em muitas áreas. *Veja* destaca que todos os países que ajudaram o presidente iraquiano Saddam Hussein a armar seu exército foram vetados. O Brasil foi alvo do veto porque “contribuiu principalmente com mísseis de curto alcance” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38). Como consequência, “a Casa Branca achou mais prudente manter fabricantes de mísseis de curto alcance longe de uma tecnologia capaz de transformá-los em mísseis de longo alcance” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38). Segundo o enunciador, o veto de Bush pegou as autoridades brasileiras de surpresa, mas elas ainda têm esperanças: “esperam convencer Bush a aliviar o veto em sua primeira visita oficial ao Brasil, prevista para o início do mês” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38).

Em seguida, a matéria traz subtítulos curtos. Em “Dois anos de negativas” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38), a revista indica que “uma das interessadas na aquisição do equipamento que Bush barrou é a Embraer, a estatal brasileira fabricante de aviões” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38). O texto afirma que “há dois anos, a empresa vem tentando comprar o que os técnicos chamam de processador vetorial, um acessório que transformaria o computador da IBM 3090 da empresa num supercomputador com aplicações aeronáuticas” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38). Porém, “há dois anos que os americanos vêm dizendo não” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38). De acordo com *Veja*, “eles acham que as ligações da Embraer com as empresas particulares brasileiras fabricantes de mísseis são muito estreitas” (VEJA, nº1158, 1990, p. 38). Sob o subtítulo “Força total” (VEJA, nº1158, 1990, p. 39), a revista diz que a preocupação do secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, é “provar aos americanos que o Brasil não está interessado em supercomputadores para fabricar mísseis e muito menos para fazer bombas atômicas” (VEJA, nº1158, 1990, p. 39). Para o enunciador, “o temor dos

americanos, no entanto, pode não ser infundado. Os testes das bombas, sim, poderiam ser feitos com a ajuda de computadores muito poderosos” (VEJA, nº1158, 1990, p. 39).

Nas linhas finais, *Veja* sentencia: “Fica claro que foi um péssimo negócio para o Brasil vender alguns mísseis obsoletos a Saddam Hussein” (VEJA, nº1158, 1990, p. 39). Enfatiza-se que o negócio foi ruim porque Estados Unidos e Iraque estão em lados opostos no conflito e, de quebra, que o Brasil comercializa tecnologia defasada.

Na edição do dia 16 de janeiro de 1991, *Veja* anuncia: “Iraque - Guerra por um fio” (VEJA, nº1165, 1991, p. 1). Na capa, um soldado encapuzado com um rifle na mão.



Figura 53. Capa Iraque – Guerra por um fio, nº1165, 1991

A reportagem na editoria Internacional é aberta com uma foto do presidente dos Estados Unidos e uma legenda, com aspas em tom de ameaça, reforçando o poder bélico de seu país: “Bush, contando os minutos para ter a chance de arrasar o inimigo: ‘Mais tarde, o preço sairá mais caro’”(VEJA, nº1165, 1991, p. 32).

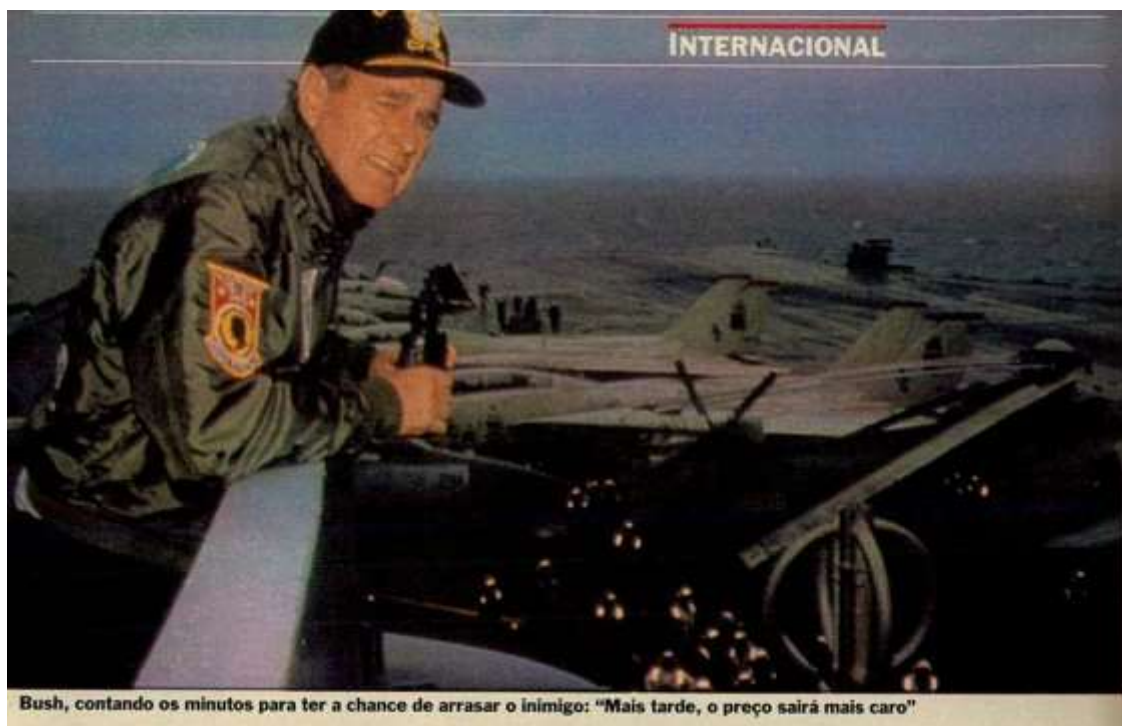


Figura 54. Foto do presidente Bush aguardando o início da Guerra do Golfo, nº1165, 1991

Sob o título “A hora do pesadelo” (VEJA, nº1165, 1991, p. 32), o enunciador indica na linha fina que “o prazo chega ao fim: se Saddam Hussein não recuar e sair do Kuwait, os Estados Unidos arrastam o Golfo Pérsico para uma guerra devastadora” (VEJA, nº1165, 1991, p. 32). Ainda de acordo com o texto, “o que restava de esperança de que o Golfo Pérsico não estoure numa guerra alucinada a partir do prazo final imposto pelos Estados Unidos e endossado pela ONU repousava até o fim da semana passada na personalidade confessadamente enganadora de Saddam” (VEJA, nº1165, 1991, p. 32). No mesmo trecho, a revista descreve Saddam: “À primeira vista ele parece calmo e suave, até que explode furiosamente, lutando contra as tempestades e rajadas de vento” (VEJA, nº1165, 1991, p. 32). Em seguida, uma projeção é feita:

Se a superfície calma predominar, ele dará um jeito de admitir que a anexação do Kuwait, desfechada na madrugada de 2 de agosto do ano passado, não é irreversível como tem jurado desde então. Mas se as profundezas sombrias falarem alto e Saddam persistir em desafiar as doze resoluções da ONU que condenam e exigem a devolução do país invadido, não restam mais dúvidas: a hora do pesadelo vai chegar a qualquer momento a partir da meia-noite desta terça-feira, horário de Washington, 8 da manhã do dia seguinte em Bagdá” (VEJA, nº1165, 1991, p. 32).

Nessa reportagem fica mais uma vez evidente o quanto a revista ora nas entrelinhas ora de forma mais acintosa trabalha com uma cobertura que enaltece a força

bélica dos Estados Unidos. Se não afirma categoricamente – como prática de reportagem e de apuração precípua que a atividade exige para que se chegue a um contexto pluralista sobre um tema tão importante como uma guerra - que não é inteligente um impasse militar com os Estados Unidos, *Veja* também não deixa de afirmar que essa não é uma estratégia inteligente e se vale de verbos como arrasar ou de metáforas que remetem à ideia de um pesadelo (para as forças iraquianas) o confronto. Até aqui, observamos que o enunciador se limitou a criticar recorrentemente Saddam e suas ações. O líder iraquiano é citado como “tirano”. No entanto, o discurso sobre a violência da guerra muda quando os Estados Unidos se tornam protagonistas. “O sonho mau vai começar sob a forma de ataque aéreo fulminante, com o qual os Estados Unidos pretendem desencadear uma guerra *incrivelmente* rápida, *fabulosamente* violenta e com potencial para se espalhar em diversas direções” (VEJA, nº1165, 1991, p. 32. Grifo nosso).

De acordo com *Veja*, “durante meses, o mundo esperou que, colocados frente a frente, os Estados Unidos e o Iraque encontrassem uma saída para evitar a guerra, mas [...] essa expectativa foi demolida” (VEJA, nº1165, 1991, p. 32). O enunciador cita a declaração do secretário de Estado americano, James Baker. “Lamentavelmente, não ouvi nada que sugerisse qualquer flexibilidade por parte do Iraque. [...] A escolha agora é do Iraque. Se persistir na brutal ocupação do Kuwait, estará optando por um confronto militar que não pode vencer” (VEJA, nº1165, 1991, p. 32-33).

O texto traz tópicos “Pela paz – Pela guerra” (VEJA, nº1165, 1991, p. 33). Nele, *Veja* apresenta os resultados da paz e as consequências da conflito. Do lado da paz, a revista cita os Estados Unidos. Para dar ênfase à guerra, Saddam. O texto prevê que com a derrota do Iraque, o “Irã dos aiatolás fundamentalistas” (VEJA, nº1165, 1991, p. 33) passa a ser a potência da região, o que aumenta a “baderna” (VEJA, nº1165, 1991, p. 33) pelo Oriente Médio. Por fim, frisa-se que os Estados Unidos são a polícia do mundo, sem que haja quem possa policiá-los e, de quebra, que se o caminho for o da paz, o Iraque “tem armas químicas e vai fabricar a bomba atômica” (VEJA, nº1165, 1991, p. 33).

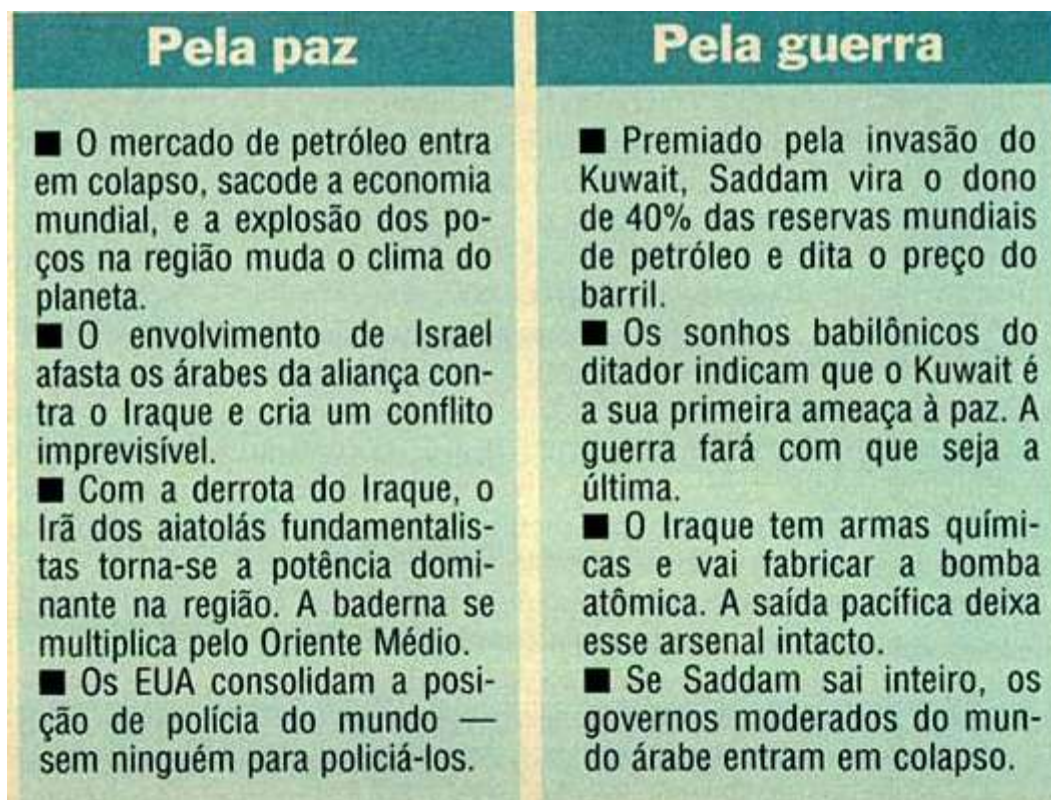


Figura 55. Box Pela paz – Pela guerra, nº1165, 1991

Adiante, o enunciador traz o subtítulo “Campeonato de Beisebol” (VEJA, nº1165, 1991, p. 34). Nele, é possível perceber novamente a diferença de tratamento entre um Mesmo e um Outro de *Veja*. “Bater na mesa e bater forte, principalmente quando o adversário é um tipo como Saddam Hussein, faz parte do jogo” (VEJA, nº1165, 1991, p. 34), cita a reportagem. Em outro subtítulo, “Carne de Canhão” (VEJA, nº1165, 1991, p. 34), a revista coloca os Estados Unidos como país que irá se sacrificar em nome da paz. “Quem, nos Estados Unidos, vai arriscar vidas americanas por causa de duas ilhotas de nome impronunciável?” (VEJA, nº1165, 1991, p. 34). De acordo com *Veja*, “para Bush, no entanto, a máxima segundo a qual não existe guerra boa nem paz ruim, enunciada por um compatriota ilustre – Benjamin Franklin –, não vale nesse caso” (VEJA, nº1165, 1991, p. 34). O texto cita a declaração do presidente dos Estados Unidos sobre isso: “O preço da paz agora, nas condições de Saddam Hussein, terá que ser pago muitas vezes no futuro, com muito mais sacrifício” (VEJA, nº1165, 1991, p. 34).

Na edição de 30 de janeiro, *Veja* destaca a fragilidade do povo iraquiano e reforça a responsabilidade de Saddam pelo conflito. É o que podemos observar na chamada de capa “A guerra sangrenta de Saddam” (VEJA, nº1167, 1991, p. 1) e na imagem escolhida: uma pessoa ferida e duas tentando socorrê-la. A manchete não fala de uma

guerra entre Estados Unidos e Iraque por causa da invasão ao Kuwait; ela afirma que a guerra é sangrenta e de autoria de Saddam, enfatizando-o como alguém que deflagrou o conflito. Na legenda, o “regaste de uma vítima dos mísseis iraquianos em Tel Aviv” (VEJA, nº1167, 1991, p. 1).

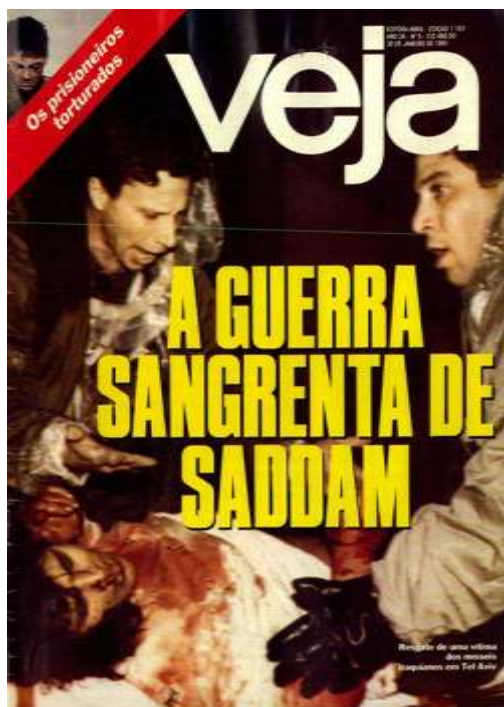


Figura 56. Capa A Guerra sangrenta de Saddam, nº1167, 1991

No miolo, o assunto está desdobrado em cinco matérias – 16 páginas no total. Para essa pesquisa, interessam apenas duas delas, que são as reportagens que puxam o encadeamento de toda a cobertura dessa edição. A primeira recebe o título “Será longa, dura e sangrenta” (VEJA, nº1167, 1991, p. 22). Na linha fina: “Dura pouco a euforia inicial dos americanos e Saddam mostra que vai resistir golpeando onde puder acertar” (VEJA, nº1167, 1991, p. 22). O texto destaca que, em nove dias de guerra, os iraquianos lançaram 20 mísseis Scud contra Israel e mais 23 na direção da Arábia Saudita. Segundo a revista, “o terrorismo contra a população civil de um país que não está envolvido na guerra não havia conseguido até então o objetivo principal – arrastar Israel para o conflito” (VEJA, nº1167, 1991, p. 22) Mas, aponta o enunciador, “os soldados de Saddam mostraram serviço e exasperaram os americanos, aliados e israelenses com a teimosa sobrevivência dos Scud” (VEJA, nº1167, 1991, p. 22). Adiante, a matéria afirma que “foi só depois de iniciada a guerra que se informou que

ela será longa, dura e cara em sangue humano, tão cara quanto Saddam consiga fazê-la” (VEJA, nº1167, 1991, p. 22-23). De acordo com a revista, Bush encarregou seu porta-voz, Marlin Fitzwater, de “exercer o lado mais amargo de seu posto, o de porta-más notícias” (VEJA, nº1167, 1991, p. 23). *Veja* destaca que foi desta forma que o presidente dos Estados Unidos transmitiu o recado. Bush avisou via Fitzwater que a guerra provavelmente iria durar meses e que reservava muitas surpresas. ““Haverá altos e baixos, haverá vitórias do inimigo, haverá surpresas do inimigo, haverá dias em que veremos perdas dos aliados”, disse o porta-voz” (VEJA, nº1167, 1991, p. 23).

A matéria traz o subtítulo “Exibição Radical” (VEJA, nº1167, 1991, p. 23). O enunciador inicia o texto com nova avaliação do conflito. “Se esta fosse uma guerra entre dois adversários com forças relativamente equilibradas e precedida de menos bravatas, os americanos teriam tudo para estar comemorando (VEJA, nº1167, 1991, p. 23). De qualquer forma, para *Veja*, “os americanos evidentemente garantiram a superioridade aérea” (VEJA, nº1167, 1991, p. 23). A reportagem conta que nas poucas ocasiões em que o Iraque usou seus aviões, eles foram derrubados, dois deles de uma vez só por um piloto saudita. Adiante, o enunciador apresenta um quadro – “A contabilidade da guerra” (VEJA, nº1167, 1991, p. 25).

| A contabilidade da guerra | |
|--|--|
| Bombardeios aliados | Aviões aliados derrubados: 18 |
| <ul style="list-style-type: none"> ● 17 500 missões aéreas até sexta-feira ● 15 000 a 18 000 toneladas de bombas por dia | Aviões iraquianos fora de combate: 43 |
| Mísseis iraquianos | Soldados mortos em combate |
| <ul style="list-style-type: none"> ● 20 mísseis Scud contra Israel ● 23 mísseis Scud contra a Arábia Saudita | <ul style="list-style-type: none"> ● 1 americano ● 90 iraquianos |
| | Presos |
| | <ul style="list-style-type: none"> ● 20 aliados ● 110 iraquianos |

Figura 57. Box A contabilidade da guerra, nº1167, 1991

A segunda matéria tem o título “Barbárie no ar” (VEJA, nº1167, 1991, p.36) e a linha fina “O ditador iraquiano pisoteia os direitos dos presos de guerra, humilha os pilotos capturados e constrange os países do mundo inteiro” (VEJA, nº1167, 1991, p.36). O texto diz respeito a soldados capturados pelas forças de Saddam e expostos na

televisão. No lide, *Veja* afirma que “o golpe é velho. No Vietnã, começou a funcionar em 1966. No Brasil, usaram-no durante o governo do general Médici (aquele em que o ministro Jarbas Passarinho dizia que a tortura não era política de Estado)” (VEJA, nº1167, 1991, p. 36).

Em seguida, a revista descreve a ação. “Primeiro arrebenta-se o preso na sala de suplícios. Depois oferece-se uma trégua. A pancadaria para desde que ele vá para a televisão e leia o que mandarem” (VEJA, nº1167, 1991, p. 36). De acordo com o enunciador, “a figura do prisioneiro penitente, capaz de elogiar o adversário, fortalece a causa e seus captores. Saddam Hussein usou essa receita durante a guerra contra o Irã e obteve bons resultados” (VEJA, nº1167, 1991, p. 36). A matéria relata que “no domingo dia 20, tirou-a novamente do baú e espalhou pelo mundo a cena de pilotos capturados. Todos condenaram a guerra e defenderam o ‘povo pacífico do Iraque’” (VEJA, nº1167, 1991, p. 36).



Figura 58. Pilotos capturados por Saddam em gravação para TV, nº1167, 1991

Adiante, a revista relata que quando os repórteres da Casa Branca perguntaram ao porta-voz Marlin Fitzwater se Saddam Hussein poderia vir a ser julgado como criminoso de guerra, ele foi direto: “Podem contar com isso” (VEJA, nº1167, 1991, p. 36). Segundo o enunciador, a simples exibição dos prisioneiros, mesmo sem levar em conta os depoimentos “extraídos à força” (VEJA, nº1167, 1991, p. 36) é crime capitulado na Convenção de Genebra. Para *Veja*, “a ideia de que os pilotos abatidos no Iraque tenham feito uma penitência voluntária não passa pela cabeça de ninguém” (VEJA, nº1167, 1991, p. 36). Em seguida conclui em tom de ironia: “Além disso, só o sincronismo das salas de suplícios seria capaz de fazer com que sete pessoas mudassem de idéia a respeito de uma guerra dentro de um espaço quase idêntico de tempo” (VEJA, nº1167, 1991, p. 36). O texto afirma que o resultado da ação do líder iraquiano

repercutiu de forma negativa. “A penitência dos prisioneiros constrangeu pacifistas e prejudicou Saddam na Europa e nos Estados Unidos” (VEJA, nº1167, 1991, p. 37).

A reportagem destaca que a Cruz Vermelha Internacional tentará ver os prisioneiros. Porém, indica o enunciador, “de início é improvável que consiga grandes resultados, até porque os prisioneiros só poderão ser colocados sob proteção explícita da Convenção de Genebra depois que o Iraque admitir oficialmente que os capturou” (VEJA, nº1167, 1991, p. 37). Nas linhas finais, *Veja* traz mais um lance propagandístico no meio de uma reportagem.

O presidente George Bush declarou-se “furioso” com a cena dos prisioneiros na televisão iraquiana, mas, por maior que seja seu aborrecimento, é possível que um dia ele haverá de passar. Quando isso acontecer, os Estados Unidos provavelmente tratarão os militares iraquianos que sobreviveram ao regime Hussein como aliados e bons parceiros (VEJA, nº1167, 1991, p. 37).

Nas edições seguintes, *Veja* volta a mencionar Saddam Hussein como ditador, tirano e ressalta a supremacia do exército norte-americano contra o iraquiano. Em 27 de fevereiro, o enunciador trouxe na capa a chamada “Guerra no Golfo – O Fim” (VEJA, nº1171, 1991, p. 1). Para ilustrar, a imagem de um iraquiano imobilizado, simbolizando vencedor e vencido.

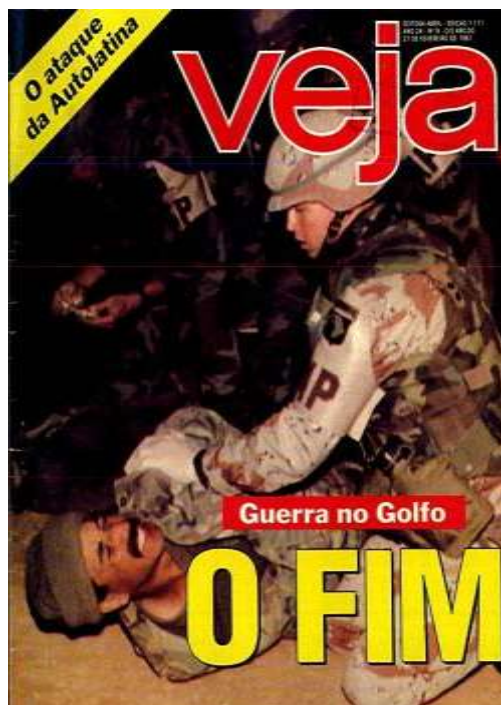


Figura 59. Capa Guerra do Golfo – O Fim, nº1167, 1991

Numa sequência de quatro matérias – 12 páginas no total –, o fim do conflito. Para essa pesquisa, interessa apenas a reportagem de capa, desenvolvida no miolo com a chamada “Ultimo capítulo” (VEJA, nº1171, 1991, p. 30) e com a linha fina “Com Iraque em ruínas e seu Exército mutilado, Saddam Hussein sai em busca de um final honroso para salvar seu governo e disfarçar a humilhação da derrota” (VEJA, nº1171, 1991, p. 30).

Em seguida, o enunciador indica, mais uma vez com ironia, que parecia tarde demais para salvar três coisas ao mesmo tempo. “Boa parte da máquina de guerra de Saddam já parecia irremediavelmente perdida, a permanência no poder ameaçada e, quanto à sobrevivência física, dificilmente uma companhia de seguros se arriscaria a fazer apólice para o ditador” (VEJA, nº1171, 1991, p. 31). *Veja* conclui:

Saddam fracassou em sua tentativa de arrastar Israel à guerra. Também não conseguiu dividir os aliados ou mobilizar os pacifistas no Ocidente, nem mesmo depois que a televisão mostrou as imagens dramáticas de um abrigo civil em Bagdá com centenas de cadáveres (VEJA, nº1171, 1991, p. 31).

Mesmo derrotado e humilhado, segundo a reportagem, Saddam segue como ameaça. Outra estratégia é colocar os Estados Unidos na posição do país que será capaz de garantir a ordem e a segurança de Kuwait, ao mesmo tempo que se aponta como pesadelo a possibilidade de ver o presidente iraquiano impune diante do que a revista define como rapinagem.

Nos planos da Casa Branca, a ideia de que Saddam ainda possa sair impune da rapinagem no Kuwait ganha os contornos de um pesadelo. Mesmo cumprindo todos os pontos da Cartilha da ONU, *ele ainda poderia juntar o que sobrou de suas tropas, tanques e mísseis, mais os aviões que escondeu no Irã para poupá-los dos bombardeios, e organizar uma parada apoteótica pelo centro de Bagdá, posando como herói árabe que desafiou as maiores potências do Ocidente e saiu inteiro para contar vantagem. Diante desse cenário de filme de terror, que obrigaria os Estados Unidos a manter tropas estacionadas no Golfo Pérsico por anos a fio, Bush adotou a única atitude coerente com seus objetivos: rebater as propostas iraquianas com exigências mais duras que pôde formular dentro das resoluções da ONU* (VEJA, nº1171, 1991, p. 34. Grifo nosso).

O texto prossegue e *Veja* justifica algumas decisões e estratégias dos americanos, ressaltando-os reiteradamente como superiores diante de defesas inimigas mais vulneráveis do que se imaginava.

Para manter o ditador acuado contra parede, os aliados elevaram a pressão militar ao ponto máximo. Na reta final para a ofensiva terrestre, as forças da coligação avançaram na passada 50 quilômetros dentro do Kuwait, de onde voltaram com um saldo de 500 iraquianos capturados e a convicção de que as

defesas inimigas são bem mais vulneráveis do que se pensava (VEJA, nº1171, 1991, p. 34-35).



Figura 60. Soldados iraquianos capturados, nº1171, 1991

Com a chamada “Como Saddam foi moído” (VEJA, nº1172, 1991, p. 1), a capa da edição de 6 de março é a última sobre o fim da Guerra do Golfo e traz a imagem de um corpo no chão, enquanto soldados seguem em um tanque de guerra por uma estrada. O corpo é de um iraquiano. É assim que o enunciador estampa a derrota de Saddam na linha fina. “Num combate final de apenas 100 horas, os aliados retomam Kuwait, impõem uma surra histórica ao ditador do Iraque e varrem do mapa sua máquina militar” (VEJA, nº1172, 1991, p. 1). A imagem do tanque com os soldados ao fundo dá a entender que o mal foi varrido do Kuwait, cria uma apoteose de missão cumprida (com o adversário inimigo – Outro – devidamente nocauteado para o bem do Ocidente), apelo central que é uma das marcas de *Veja* na cobertura deste conflito. O corpo do soldado morto está sobre a terra manchada de sangue, e o uso de “moído” na manchete confirma a maiúscula vitória.

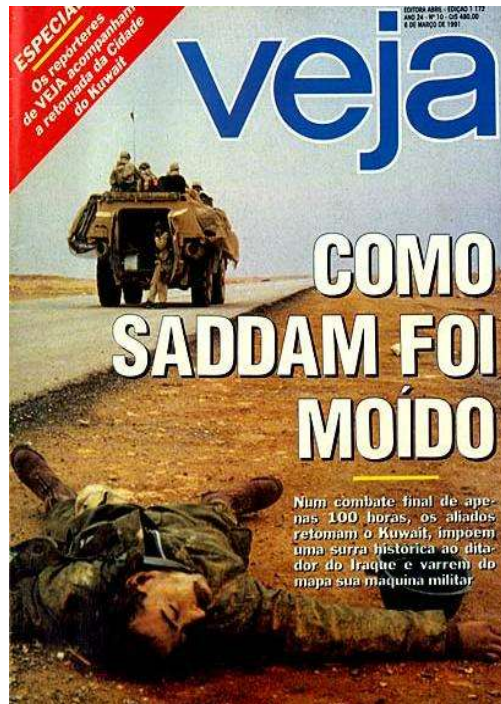


Figura 61. Capa Como Saddam foi moído, nº1172, 1991

A edição traz cinco reportagens. Para essa pesquisa, somente duas interessam. Sob a chamada “O fim da farsa” (VEJA, nº1172, 1991, p. 30), *Veja* reforça o fracasso do líder iraquiano e volta a citar que o desfecho foi degradante. “A derrota humilhante do Iraque confirma a velha verdade de que os ditadores armados combatem e matam o seu próprio povo” (VEJA, nº1172, 1991, p. 30). No lide, o enunciador resume o conflito em três fases:

Em menos de seis horas o Iraque de Saddam Hussein invadiu e ocupou o Kuwait. Em menos de seis meses os Estados Unidos de George Bush forjaram uma aliança de 28 países para pressionar Saddam a sair do Kuwait. Em seis semanas do maior bombardeio aéreo da história do planeta a aliança dizimou as instalações militares iraquianas (VEJA, nº1172, 1991, p. 31).

O texto relata que em apenas 100 horas de combate cerca de 170 000 soldados do Iraque, “inclusive da badalada Guarda Republicana, a suposta força de elite de Saddam, se entregaram de braços abertos aos inimigos” (VEJA, nº1172, 1991, p. 30). Para *Veja*, “foi um colapso abjeto humilhante” (VEJA, nº1172, 1991, p. 30). O enunciador volta a mencionar o Brasil em tom de crítica e ironia.

O esmigalhamento das Forças Armadas do Iraque confirmou uma velha verdade e introduziu um novo conceito na arte da guerra. Mais uma vez se constatou que tipos como Saddam, sargentões ditatoriais fantasiados de heróis militares,

causam um mal terrível aos povos que controlam com mão de ferro. Mas na hora de enfrentar inimigos de verdade os Saddam mostram toda sua inépcia e covardia. [...] No Brasil, se um ditador nos moldes de Saddam tivesse uma bomba atômica, acabaria explodindo-a em Volta Redonda (VEJA, nº1172, 1991, p. 30-31).

Nas linhas finais, a revista pontua o que sobrou da “obra de Saddam” (VEJA, nº1172, 1991, p. 31): “um país em escombros de 85 000 a 100 000 iraquianos mortos ou feridos e de humilhação em toda linha” (VEJA, nº1172, 1991, p. 31). Como já se mostrou na análise de reportagens que compõem este grupo temático sobre a Guerra do Golfo, a ideia de humilhação é um ponto nodal por meio do qual se articula um discurso calcado num binômio a favor dos Estados Unidos: a grandiosidade, o poderio e a tecnologia da indústria bélica que atua para proteger o Ocidente diante do tirano que mataria o próprio povo numa aventura militar cujo resultado lhe foi humilhante.

A próxima matéria, “Nasce uma estrela” (VEJA, nº1172, 1991, p. 42), é dedicada ao presidente Bush. No lide, ao relembrar a rendição de Saddam Hussein, a revista destaca que “os Estados Unidos abriram um novo período na história das guerras” (VEJA, nº1172, 1991, p. 42). Em seguida, cita-se que “nove em cada dez cidadãos acham que George Bush é um bom governante” (VEJA, nº1172, 1991, p. 42). A matéria afirma que o antecessor Ronald Reagan e Saddam achavam que Bush não iria conseguir. Nesse sentido, a revista exalta: “George Bush, sem alterar sua estudada serenidade, venceu a Guerra do Golfo com uma canastra de sucessos” (VEJA, nº1172, 1991, p. 42). Para *Veja*, ele “entrará para a história do poderio americano como o presidente que concebeu e sustentou a complexa aliança política que isolou Saddam” (VEJA, nº1172, 1991, p. 42).

Nas linhas adiante, mais admiração ou tietagem editorial. “George Bush, o inseguro, o medroso, tornou-se a figura mais próxima dos Césares que o mundo contemporâneo pôde oferecer. Destruiu o inimigo. Neutralizou aliados astuciosos, como o presidente soviético Mikhail Gorbachev. Inibiu a oposição doméstica [...]” (VEJA, nº1172, 1991, p. 42).

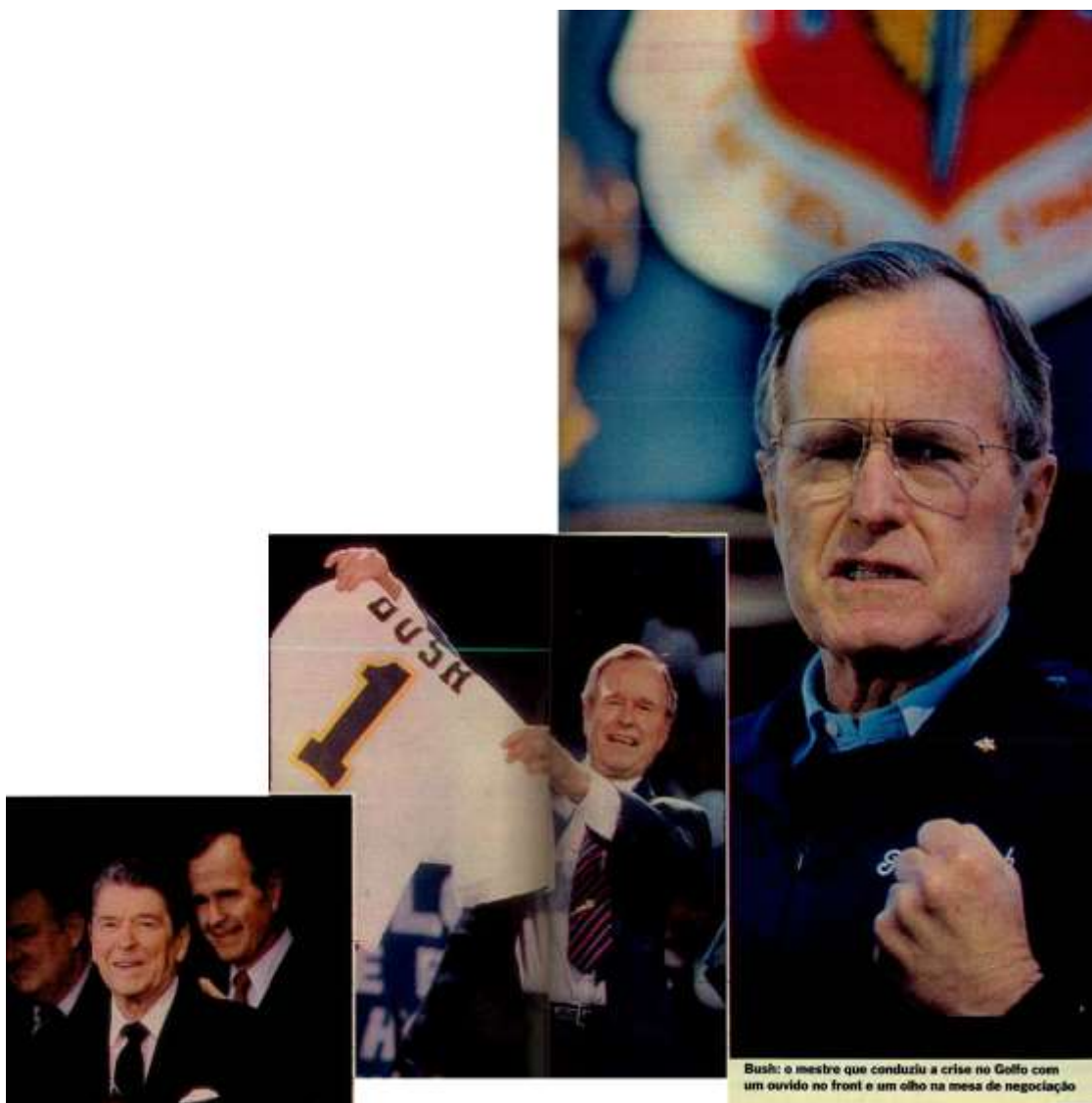


Figura 62. George Bush e Ronald Reagan, nº1172, 1991

Nas linhas finais, o enunciador reforça que “desde a rendição alemã de 1945, que transformou Harry Truman no presidente mais popular dos Estados Unidos, nenhum de seus sucessores conseguiu a glória de George Bush. Seus 91% de popularidade são quase uma extravagância” (VEJA, nº1172, 1991, p. 44). A ideia aqui era simples: o herói de guerra que protege o Ocidente é aprovado, goza de ampla credibilidade e notável prestígio por parte de seu povo. Como mostram os números, mais de nove a cada dez americanos endossam as decisões de seu líder.

3.3. O pretexto das armas de destruição em massa – uma nova invasão

Os atentados de 11 de setembro de 2001 tornaram-se fundamentais para compreender a primeira grande investida militar dos Estados Unidos neste século; o Conselho de Segurança da ONU foi muito questionado, como veremos à frente. Aviões sequestrados foram lançados contra as Torres Gêmeas, os imponentes prédios do World Trade Center que simbolizavam a prosperidade e o poder norte-americano em Nova York. O Pentágono também foi atingido.

Um ano e meio depois, no dia 20 de março de 2003, os Estados Unidos deram início à Guerra do Iraque com intenso bombardeio. Em pouco tempo, a força de coalizão atingiu seu objetivo primário: derrubar o governo de Saddam Hussein e instituir um governo de natureza provisória. A invasão teve como principal justificativa o perigo iminente das armas químicas e de destruição em massa nas mãos de aliados do regime e de grupos terroristas como a Al Qaeda, responsável pelos atentados perpetrados cerca 500 dias antes. Saddam foi capturado em dezembro de 2003, dois anos e três meses depois. Nos meses seguintes, a verdade sobre as supostas armas viria à tona. George Bush e Tony Blair⁸⁶ atribuíram a constatação do risco que as armas de destruição em massa poderiam trazer ao trabalho estratégico dos serviços secretos. Já era tarde. O conflito terminou em 15 de dezembro de 2011, tendo custado a vida de “115,5 mil civis iraquianos e de 4.483 militares americanos” (ACERVO ESTADÃO, 2013).

Um dos efeitos dos atentados de 11 de setembro foi a necessidade de dar uma resposta à opinião pública acuada pelo medo, empreender o que os americanos batizaram de “guerra contra o terror”. Na mira, governos que poderiam representar riscos à paz mundial tinham de ser enfrentados. O presidente Bush e seu Conselho de Estado passaram a fazer campanha e pregam a intervenção no chamado “eixo do mal”. Entre os países nesta classificação estava o Iraque de Saddam Hussein.

Os Estados Unidos tentaram, sobretudo no ano de 2002, provar à ONU que o governo iraquiano preservava um poderoso arsenal de armas químicas. Com a denúncia, Bush ameaçava atacar o Iraque caso o governo local não destruísse seu arsenal militar. Mas inspetores da ONU, em visita ao Iraque, não conseguiram obter provas dessas acusações. Insistindo na veracidade de suas denúncias e no risco pós 11 de setembro, o

⁸⁶ Político britânico. Ocupou o cargo de primeiro-ministro do Reino Unido de 2 de maio de 1997 a 27 de junho de 200. Também foi líder do Partido Trabalhista de 1994 a 2007.

governo norte-americano pediu autorização ao Conselho de Segurança para invadir o país. Sem evidências técnicas que justificassem o ataque, a ONU vetou a operação militar. Ignorando a decisão do Conselho de Segurança, Bush buscou apoio do governo britânico para, juntos, promoverem a invasão do Iraque.

Em março de 2003, militares norte-americanos e britânicos iniciaram os ataques e logo tomaram o controle da capital Bagdá. Cinco dias após a primeira ofensiva, os bombardeios tinham provocado mais de 1 000 mortes. No mês seguinte, Bagdá estava completamente tomada e restava o segundo objetivo: enfrentar tropas e milícias do regime de Saddam. Em maio, a ONU suspendeu todos os embargos econômicos impostos ao Iraque e reconheceu a Autoridade Provisória de Coalizão, que teria a responsabilidade de controlar e administrar o país, mesmo com a desconfiança da população. No final daquele mesmo ano, as tropas capturaram Saddam. Em pouco tempo, o ditador sofreu um processo criminal e foi condenado à pena de morte, sob acusação de ter cometido diversos crimes contra a humanidade.

A ocupação enfrentou, nos meses subsequentes, grupos terroristas. Em 2005, a população iraquiana foi às urnas pela formação de uma nova Assembleia Constituinte. Enquanto isso, os atentados contra forças estrangeiras chegavam à marca de 90 ataques diários e os conflitos civis entre lideranças religiosas xiitas e sunitas agravavam a crise interna. Nesse período, dados extra oficiais informavam que mais de 100 mil civis tinham sido mortos na guerra. As nações responsáveis pela invasão mantinham a toada de tentar convencer a opinião pública de que atuavam para garantir a promoção de governos justos e democráticos pelo mundo, além de prezar pela segurança do Ocidente. Contudo, ao longo do conflito, os Estados Unidos não conseguiram, em nenhum momento, provar que o Iraque possuía arsenal bélico de destruição em massa, o que abriu uma lacuna, se considerada a postura dos americanos diante da resolução do Conselho de Segurança da ONU.

Em maio de 2006, o premier Nouri al-Maliki⁸⁷ conseguiu aprovação parlamentar do primeiro governo do Iraque desde a queda de Saddam. Dois meses depois, as forças da coalizão transferiram o controle de uma província, Muthanna, para autoridades locais. No início de 2007, enfrentando um crescente número de ataques insurgentes, os

⁸⁷ Foi Primeiro-ministro do Iraque de 2006 a 2014. Al-Maliki é da corrente xiita e é líder do Partido Islâmico Dawa, que antigamente era considerado pelo Ocidente uma organização terrorista por seus bombardeios às embaixadas americana e francesa.

Estados Unidos enviaram novas tropas e decidiram aumentar o período de permanência dos soldados em solo iraquiano.

Os anos seguintes foram marcados por retiradas de tropas britânicas e norte-americanas de algumas regiões. Em abril de 2009, soldados ingleses deixaram a cidade de Basra, que mantinham sob controle desde o início da ofensiva. Em agosto de 2010, o presidente americano Barack Obama anunciou a retirada das últimas forças de combate do Iraque, mas cerca de 50 mil militares ainda permaneceram naquele país para treinar, capacitar e apoiar o Exército local. A Operação Liberdade do Iraque foi encerrada e, em seu lugar, começou a Operação Novo Amanhecer. Em outubro de 2011, o presidente Barack Obama anuncia o fim do envolvimento militar, prometendo que as tropas americanas estarão em casa no Natal. O Exército dos Estados Unidos realiza, em 15 de dezembro, em Bagdá, uma cerimônia que marca formalmente a retirada das tropas.

Com base neste breve contexto, vamos verificar como *Veja* cobriu a Guerra do Iraque após o 11 de setembro. Para isso, selecionamos cinco matérias de capa e a suíte de uma delas no miolo, num total de 42 páginas. As edições foram publicadas nos anos de 2003, 2008, 2009 e 2011.

| TÍTULO/CAPA | TÍTULO DA REPORTAGEM | EDIÇÃO/DATA | PÁGINAS |
|------------------------------|-------------------------------|----------------------------|---------|
| Saddam está no alvo | Bush já está em Guerra | Veja, nº1788 05/02/2003 | 1-62-65 |
| Apocalipse ao vivo | A Guerra ao alcance de todos | Veja, nº1795 26/03/2003 | 1-50-57 |
| Não é um Vietnã mas é Guerra | Rumo a Bagdá | Veja, nº1796 02/04/2003 | 1-42-53 |
| A face da derrota | Guerreiros de capacete furado | Veja, nº1797 09/04/2003 | 1-44-50 |
| O que vem agora? | O Regime decapitado | Veja, nº1798 16/04/2003 | 1-44-51 |
| O que vem agora? | Beijos e Bombas | Veja, nº1798 16/04/2003 | 52-55 |

Tabela 5. Edições de 2003, 2008, 2009 e 2011

3.3.1. A “segunda” Guerra do Golfo nas páginas de *Veja*

Antes mesmo do início oficial da segunda ofensiva no Golfo, *Veja* cuidou de reforçar a imagem-Outro de Saddam como ameaça e de Bush como homem que desafia autoridades em nome da paz. É o que se observa na chamada “Saddam está no alvo” (VEJA, nº1788, 2003, p. 1), da edição de 5 de fevereiro de 2003, e nos destaques da lateral “Bush decidiu depor Saddam, mesmo sem autorização da ONU” (VEJA, nº1788, 2003, p. 1); “Tropas especiais americanas já operam no Norte do Iraque (VEJA, nº1788, 2003, p. 1); “Por que o mundo teme essa guerra” (VEJA, nº1788, 2003, p. 1); “O regime de tortura e assassinato de Saddam no Iraque” (VEJA, nº1788, 2003, p. 1). Na capa, a imagem de Saddam segurando uma bazuca e, em volta de seu rosto, simbolicamente, a mira de um rifle.



Figura 63. Capa Saddam está no alvo, nº1788, 2003

A revista desenvolve o assunto com a chamada “Bush já está em guerra” (VEJA, nº1788, 2003, p. 62-63) – a palavra guerra em vermelho. No lide: “George W. Bush não disse isso com todas as letras. Mas deixou claro que os primeiros tiros da guerra contra o Iraque só não foram disparados porque as tropas americanas ainda não estão em posição de combate no Golfo Pérsico” (VEJA, nº1788, 2003, p. 62). O texto relata que

Bush aproveitou o discurso sobre o Estado da União, a mensagem anual ao Congresso transmitida pela TV, para emitir uma declaração informal de guerra e preparar os americanos para a iminência do conflito. Ao contrário da figura intimidadora de Saddam – quase sempre retratado armado nas páginas da publicação da Editora Abril – Bush aparece de terno. O presidente em 2001 é filho do chefe de Estado que promoveu a primeira guerra na região, uma década antes. Ambos foram eleitos pelo Partido Republicano. Na legenda, o enunciador traz um fragmento do discurso de Bush no qual se reforça a luta contra o inimigo: “Que não haja mal-entendido: se Saddam Hussein não se desarmar completamente, para a segurança de nosso povo e para a paz do mundo, nós lideraremos uma coalizão para desarmá-lo” (VEJA, nº1788, 2003, p. 63. Grifo nosso). Ao fundo, ainda é possível observar um caça militar. Num quadro à direita, a descrição: “Caça F-18 decola do porta-aviões. Bush mobiliza máquina de guerra para derrubar Saddam” (VEJA, nº1788, 2003, p. 63).



Figura 64. Bush já está em guerra, nº1788, 2003

Adiante, *Veja* afirma que Bush também disse ao Congresso “que o ditador iraquiano estocou armas de destruição em massa com o plano perverso de controlar pela força o petróleo do Golfo Pérsico” (VEJA, nº1788, 2003, p. 63). De acordo com a revista, “Saddam se aliou aos terroristas da Al Qaeda” (VEJA, nº1788, 2003, p. 63). O enunciador destaca: “Nas palavras de Bush, o ataque, com ou sem respaldo de uma

resolução das Nações Unidas, é uma ‘questão de semanas’” (VEJA, nº1788, 2003, p. 63). Segundo a reportagem, antes do discurso, “47% dos americanos apoiavam uma intervenção militar no Iraque sem respaldo da ONU. Depois que Bush terminou a exposição, o índice de aprovação pulou para 67%” (VEJA, nº1788, 2003, p. 63). A ênfase que se dá à narrativa está articulada numa estrutura discursiva calcada num binômio: a construção do discurso do medo de um lado respalda a desobediência à ONU, validando-a sob o ambiente de que a proteção do Ocidente é o que efetivamente está em jogo.

Nas linhas seguintes, *Veja* indica que o “próximo passo americano é lançar uma ofensiva diplomática para ampliar o apoio à guerra” (VEJA, nº1788, 2003, p. 64). Ela destaca que o secretário de Estado, Colin Powell, deverá apresentar à ONU as provas que Bush afirma ter sobre dois pontos cruciais: “Primeiro, que Saddam esconde armas de destruição em massa. Além disso, haveria também provas de ligações de Saddam com o terrorismo” (VEJA, nº1788, 2003, p. 64). De acordo com o texto, as informações foram vazadas pela Casa Branca, o que também poderia ter sido objeto de uma discussão mais ampla pelos repórteres, já que a própria Casa Branca é a maior interessada na legitimação deste discurso de associação do chefe de Estado iraquiano a grupos terroristas. Na linha seguinte, a revista opina: “Os americanos só têm a ganhar se conseguirem autorização da ONU para invadir o Iraque e derrubar Saddam Hussein” (VEJA, nº1788, 2003, p. 64).

No final da matéria, o enunciador reafirma que o objetivo agora é dar tempo para que Bush consiga mais alianças para seu plano de invasão. “Iniciar a ofensiva contra Saddam entre a metade e o fim de fevereiro” (VEJA, nº1788, 2003, p. 64). *Veja* traça um cenário em tom de aposta: “De qualquer forma, os dias de poder de Saddam estão contados” (VEJA, nº1788, 2003, p. 65).

A primeira edição já com o conflito em curso é a de 26 de março de 2003. Na chamada, o enunciador dá destaque à transmissão televisiva da guerra. “Apocalipse ao vivo” (VEJA, nº1795, 2003, p. 1), diz a manchete. A linha fina indica que “na primeira guerra pós-moderna, telespectadores de todo o mundo acompanham os bombardeios à capital do Iraque (VEJA, nº1795, 2003, p. 1). A imagem de explosões ocupa a capa com a legenda “Bagdá, 21 de março de 2003 – 21 horas” (VEJA, nº1795, 2003, p. 1).



Figura 65. Capa Apocalipse ao vivo, nº1795, 2003

Na parte interna, a matéria é publicada sob o chapéu Especial e a chamada “A Guerra ao alcance de todos” (VEJA, nº1795, 2003, p. 50-51). A linha fina valoriza o acesso ao conflito em tempo real pela televisão e a força norte-americana é destacada pelo uso do verbo triturar: “Com ofensiva americana para depor Saddam, telespectadores de todo o mundo acompanham ao vivo a trituração de Bagdá por mísseis guiados por satélite” (VEJA, nº1795, 2003, p. 51). A reportagem traz ao fundo uma foto em duas páginas, tirada à noite, em meio a cortinas de fumaça dos bombardeios. Na legenda, o enunciador destaca: “O símbolo destruído – A residência oficial de Saddam queima em Bagdá: ditador sitiado pela ofensiva americana” (VEJA, nº1795, 2003, p. 51).



Figura 66. A Guerra ao alcance de todos, nº1795, 2003

Na abertura do texto, percebe-se que a intenção não é só falar da transmissão da guerra, mas narrar em detalhes os feitos dos Estados Unidos, seja do ponto de vista do poderio militar ou da tecnologia. Enaltece-se a necessidade da guerra, ainda que de forma “preventiva”. Além disso, os Estados Unidos aparecem como a nação que livrará o mundo de um golpe ameaçador do inimigo. Mais uma vez, usa-se o verbo triturar.

Os Estados Unidos prometeram triturar o Exército iraquiano e depor Saddam Hussein com uma ofensiva rápida e furiosa – estratégia conhecida por seu nome alemão, Blitzkrieg. A expressão, que traz à memória o rolo compressor dos tanques nazistas no fim dos anos 30, é a única velharia nesta guerra. O conflito, em que só na sexta-feira passada foram despejadas centenas de mísseis sobre Bagdá, é de um tipo novo na história da humanidade. Em primeiro lugar, trata-se de uma guerra que os americanos chamam de “preventiva”, aquela na qual se mata o adversário na expectativa de que ele mais cedo ou mais tarde tentaria nos aplicar um golpe sujo (VEJA, nº1795, 2003, p. 52).

Nas linhas seguintes, o enunciador ressalta a estratégia dos EUA. De acordo com o texto, nesse conflito foi usado “equipamento *high-tech*” (VEJA, nº1795, 2003, p. 52) e isso diminui drasticamente o risco de baixas. A cobertura cita “alvos estratégicos” sem levar em consideração qualquer abordagem que remeta à questão humana num conflito. Eles enfatizam a precisão e a redução do número de civis.

Mísseis e bombas guiados pela rede de satélites em órbita permitem que os bombardeios sejam limitados aos alvos estratégicos e militares. Um míssil orientado por informações de computador e por satélites tem margem de erro do alvo inferior a 1 metro. Com isso é possível reduzir o número de civis (VEJA, nº1795, 2003, p. 52).

A exaltação dos Estados Unidos como país mais preparado é mantida. *Veja* indica que esta guerra é “uma ação restrita, com ambições estratégicas cuidadosamente limitadas” (VEJA, nº1795, 2003, p. 52) Segundo a revista, “só as nações ricas podem se dar ao luxo de *combater* dessa forma” (VEJA, nº1795, 2003, p. 52. Grifo nosso). Observe-se que o enunciador, quando fala de ações dos EUA, enaltece a precisão bélica para combater o inimigo. Já quando se refere aos atos de Saddam, a ênfase é para a construção textual articulada no binômio tirania/ditador.

Em seguida, mais um enredo de grandiosidade e poderio: “Só os Estados Unidos – que gastam em armamento o equivalente à soma dos orçamentos de defesa de todos os demais países – têm o dinheiro, os homens treinados e a determinação política necessários para levar a tarefa até o fim” (VEJA, nº1795, 2003, p. 52). Não são apenas os pontos nodais que evidenciam a diferença de tratamento quando se fala em quem ataca. As fotos trazem legendas que sinalizam amplo apoio à versão da Casa Branca. A revista demonstra apreço pelos bombardeios e chega a se referir a eles pelo ângulo da precisão cirúrgica. É o que se observa nas legendas das fotos das figuras 62 e 63 abaixo. Na primeira legenda: Chuva de bombas – Bombardeio arrasa instalações do governo do Iraque, na sexta-feira: baterias antiaéreas são inúteis contra mísseis teleguiados (VEJA, nº1795, 2003, p. 52-53). Já na segunda: Choque e temor – Um míssil explode sobre o complexo presidencial: ataque militar com precisão cirúrgica (VEJA, nº1795, 2003, p. 52-53). Mas ao falar das estratégias de Saddam, *Veja* sempre as classifica como tiranas.



Figura 67. Chuva de bombas, nº1795, 2003



Figura 68. Choque e temor, nº1795, 2003

Nas linhas finais, o enunciador é redundante e volta a mencionar o avanço tecnológico obtido com o uso do satélite no campo militar e reforça, mais uma vez, que isso resulta em menos baixas de civis. A revista relata que nos últimos dois anos o rastreamento por satélite tinha convertido Saddam Hussein num “prisioneiro em seu próprio território” (VEJA, nº1795, 2003, p. 57). Em seguida, sugere: “Esse conhecimento poderia ser usado [...] numa tentativa de matá-lo” (VEJA, nº1795, 2003, p. 57).

A próxima edição a ser analisada é a de 2 de abril de 2003, a semana seguinte à da publicação que apresentou “a guerra ao alcance de todos”, como mostra a figura 61. A chamada de capa ressalta “Não é um Vietnã mas é Guerra” (VEJA, nº1796, 2003, p. 1). Na linha fina, *Veja* retoma o discurso de colocar Saddam Hussein como ameaça: “O Iraque adota a guerrilha, as milícias de Saddam resistem e a invasão pode tornar-se um conflito sangrento” (VEJA, nº1796, 2003, p. 1). É interessante observar que, ao mencionar o Exército iraquiano, o enunciador se vale da expressão a “milícia de Saddam”. Nos destaques, a revista afirma que “Os falcões do Pentágono mudam a estratégia. Passam de ‘libertadores’ a ‘conquistadores’” (VEJA, nº1796, 2003, p. 1). E ressalta: “O cerco a Bagdá: rendição ou matança num combate rua a rua” (VEJA, nº1796, 2003, p. 1). A imagem que ilustra a capa lembra bastante uma outra, publicada em 6 de março de 1991, a última *Veja* sobre o fim da Guerra do Golfo: “Como Saddam foi moído” (VEJA, nº1172, 1991, p. 1). Em ambas, o enunciador traz um corpo iraquiano estendido. Desta vez, não há militares americanos em um tanque de guerra por uma estrada, mas apenas um soldado que caminha por uma estrada de terra.



Figura 69. Capa Não é um Vietnã, mas é Guerra, nº1795, 2003

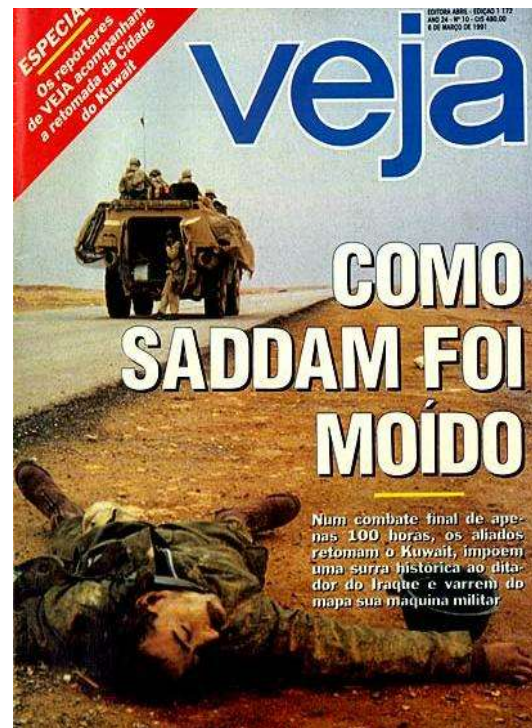


Figura 61. Capa Como Saddam foi moído, nº1172, 1991

Veja divide a matéria de capa em mais seis suítes. Para este grupo temático, somente a principal (a que abre a cobertura e contextualiza a capa foi usada): “Rumo a

Bagdá” (VEJA, nº1796, 2003, p. 42). Inicialmente, o texto ressalta que por causa da reação dos soldados iraquianos, a estratégia de Bush não deu certo. De acordo com a revista, os Estados Unidos planejaram a Guerra do Iraque indo direto ao estágio em que a maioria dos conflitos termina: o cerco à capital do inimigo e a derrubada de seu regime. Porém, “não deu certo desse jeito porque foram surpreendidos por um fator que não estava no plano: a resistência iraquiana à invasão do país é mais tenaz do que era esperado (VEJA, nº1796, 2003, p. 42). O enunciador relata então que, com base nas dificuldades encontradas pelas tropas no campo de batalha, foi preciso arquivar o projeto de uma “guerra rápida e asséptica, da forma alardeada pelo governo do presidente George W. Bush” (VEJA, nº1796, 2003, p. 42). Adiante, *Veja* não economiza elogios sobre a campanha de Bush para depor Saddam. Segundo ela, “foi montada com base na teoria de que um exército tecnologicamente avançado vence mais por sua velocidade e poder de fogo do que pela massa e pelos músculos” (VEJA, nº1796, 2003, p. 43). Para ela, o erro tático foi mandar pouca gente para a guerra.

Há cerca de 300 000 soldados americanos e ingleses na região, mas a maior parte deles está estacionada em bases fora do Iraque ou em países vizinhos [...]. Apenas 125 000 estão dentro do território iraquiano. [...] O objetivo do Pentágono é dobrar, em um mês a quantidade de tropas dentro do Iraque. (VEJA, nº1796, 2003, p. 43-44).

Em seguida, a revista apresenta a projeção de um “novo cenário sombrio”. (VEJA, nº1796, 2003, p. 44). *Veja* destaca que o conflito pode se prolongar por meses. Para o enunciador, “nessa situação, é inevitável que morra um número maior de civis que o previsto numa guerra de curta duração, de uma ou duas semanas” (VEJA, nº1796, 2003, p. 44). Em outro parágrafo, o enunciador novamente destaca: “As bombas de precisão permitem que se atinjam *apenas* alvos militares, sem que seja necessário obliterar cidades inteiras para conseguir um objetivo limitado” (VEJA, nº1796, 2003, p. 44. Grifo nosso). Além disso, deixa claro o apoio: “Apesar do vigor da resistência iraquiana, a vitória dos Estados Unidos é certa, cedo ou tarde” (VEJA, nº1796, 2003, p. 45-47). Adiante, cita de forma negativa o governo iraquiano, subindo o tom de alteridade e associando o regime a um Estado totalitário nos mesmos moldes da União Soviética de Stalin: “O Iraque de Saddam Hussein é o que há de mais próximo a um Estado totalitário no Oriente Médio. Cada aspecto da vida do cidadão é controlado por uma rede de agências de segurança cujo enredo básico o ditador copiou a União Soviética de Stalin” (VEJA, nº1796, 2003, p. 48).

Nas linhas finais, a revista reafirma que “os americanos não vão perder, mas terão mais trabalho do que previam” (VEJA, nº1796, 2003, p. 50). De acordo com a matéria, o que ocorre no Golfo Pérsico “é aquilo que os especialistas chamam de ‘guerra assimétrica’”. (VEJA, nº1796, 2003, p. 50). *Veja* explica a assimetria, desta vez se valendo do uso dos verbos esmagar e trucidar:

Significa que um dos beligerantes é muito mais poderoso que o outro. Se usarem o melhor de seus recursos bélicos e tiverem determinação política, os americanos vão esmagar a resistência e tirar Saddam Hussein do poder. A reação clássica do lado mais fraco é evitar combate aberto, em que seria trucidado pelo poder de fogo superior do adversário (VEJA, nº1796, 2003, p. 50-52).

A edição de 9 de abril dá capa a um soldado iraquiano com um capacete amarrado com cadarço. “A face da derrota” (VEJA, nº1797, 2003, p. 1) é a manchete; a linha fina, “A tropa de elite iraquiana, que prometia resistência feroz, foi dizimada em todos os confrontos ao sul de Bagdá. Agora, só falta conquistar a capital” (VEJA, nº1797, 2003, p. 1). Mais três chamadas estão no alto: “Os planos dos EUA para o Iraque pós-Saddam” (VEJA, nº1797, 2003, p. 1), “A vida dissoluta dos filhos do ditador” (VEJA, nº1797, 2003, p. 1) e “O esconderijo do chefe em Bagdá” (VEJA, nº1797, 2003, p. 1).



Figura 70. A face da derrota, nº1797, 2003

No miolo e com a vitória dos Estados Unidos confirmada como se previa, *Veja* volta à carga com o uso de ironias e aproveita a imagem de um soldado de costas com um capacete furado para ridicularizar: “Guerreiros de capacete furado” (VEJA, nº1797, 2003, p. 44). A reportagem traz a foto de vários militares armados e, na lateral direita, o close do militar sob a legenda: “Tropa de elite maltrapilha – soldados da Guarda Republicana entrincheirados nos arredores de Bagdá: pouca munição e o capacete furado (acima) contra a maior potência militar do mundo” (VEJA, nº1797, 2003, p. 45).



Figura 71. Guerreiros de capacete furado, nº1797, 2003

Veja inicia o lide com a afirmação de que a batalha por Bagdá pode ser dividida em três fases. E apresenta o resumo de cada uma delas. O enunciador volta a se ancorar no binômio de que, vencido o regime totalitário (primeira etapa), o próximo passo é estabelecer um governo democrático.

A primeira delas resume-se a aniquilar as defesas da capital do Iraque e depor o regime totalitário de Saddam Hussein. A segunda consiste em reconstruir o que foi devastado na guerra e soerguer um país que já era paupérrimo antes das guerras e, entre seus costumes bárbaros, tinha como diversão juntar multidões ululantes para ver a polícia cortar a mão de ladrões em praça pública. A terceira etapa é o estabelecimento de um governo democrático no país, como prometeu o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush (VEJA, nº1797, 2003, p. 45).

Segundo o enunciador, o primeiro estágio está mais adiantado. O texto conta que as tropas americanas já haviam penetrado as linhas de defesa da capital e ocupado o aeroporto do centro de Bagdá. Para a revista, é arriscado prever por quanto tempo o governo iraquiano resistirá “mas a vitória dos Estados Unidos é uma questão de tempo” (VEJA, nº1797, 2003, p. 46). A fase seguinte, a da reconstrução, também é uma questão de tempo, segundo *Veja*. Já a terceira etapa, de acordo com o texto, “só existe, por enquanto, no éter das boas intenções” (VEJA, nº1797, 2003, p. 46).

No parágrafo adiante, o enunciador destaca que a intenção americana, de construir ali um regime que sirva de modelo, é vista com descrença por países vizinhos. “A tentativa dos Estados Unidos de criar um exemplo de democracia que se multiplique por uma região de ditaduras é vista com ceticismo pelos árabes” (VEJA, nº1797, 2003, p. 46). O texto, numa rara menção negativa à política externa norte-americana, explica a razão da desconfiança e informa que Washington “sempre apoiou os ditadores da região – até mesmo Saddam Hussein” (VEJA, nº1797, 2003, p. 46). No entanto, a reportagem não se aprofunda sobre o apoio. Para *Veja*, “com esse sentimento e desconfiança, fica difícil imaginar como os Estados Unidos poderão fornecer um exemplo que venha a ser respeitado” (VEJA, nº1797, 2003, p. 46). Sobre os iraquianos, o enunciador afirma que “a única esperança do regime de Saddam diante de inimigos tão poderosos é prolongar a guerra até esgotar a paciência da opinião pública americana” (VEJA, nº1797, 2003, p. 48). E reforça: “A vitória americana repousa na total disparidade de poder de fogo e tecnologia bélica. [...] A superioridade americana é comprovada até mesmo no equipamento pessoal. Todo soldado tem óculos de visão noturna [...]” (VEJA, nº1797, 2003, p. 48-50).

A última edição de 2003 a ser analisada é a de 16 de abril. Na capa, a imagem de um militar cobrindo uma estátua com a bandeira americana. A legenda identifica: “Soldado americano cobre o rosto da estátua de Saddam Hussein com a bandeira dos EUA, em Bagdá”. Na chamada, a pergunta: “O que vem agora?” (VEJA, nº1798, 2003, p. 1).



Figura 72. O que vem agora?, nº1798, 2003

Na primeira reportagem, a estátua de Saddam caída ocupa duas páginas: “O Regime decapitado” (VEJA, nº1798, 2003, p. 44) e a legenda “Símbolo caído – Estátua de Saddam Hussein abandonada numa avenida de Bagdá” (VEJA, nº1798, 2003, p. 44).



Figura 73. O Regime decapitado, nº1798, 2003

Veja abre o texto com a afirmação de que “as democracias têm peculiaridades e gradações” (VEJA, nº1798, 2003, p. 45). Para ela, “os regimes totalitários são iguais. Incluem culto à personalidade, perseguição aos opositores, supressão da liberdade de expressão, inexistência de imprensa livre e, muitas vezes, falta de liberdade religiosa” (VEJA, nº1798, 2003, p. 45). A revista ainda ressalta que “ditaduras também torturam e matam” (VEJA, nº1798, 2003, p. 45). No fim, de acordo com o texto, “elas terminam quase sempre da mesma forma: o tirano foge, e seu povo enrola cordas em torno das estátuas do líder caído e promove a derrubada simbólica de sua imagem – espalhada sempre por todo o país, como se ele fosse o amantíssimo pai da Pátria” (VEJA, nº1798, 2003, p. 45). Foram essas, segundo *Veja*, as manifestações vistas em Bagdá. Um iraquiano pegou um cartaz com a foto de Saddam e deu “chineladas na cara” (VEJA, nº1798, 2003, p. 46). Além disso, conta o texto, “cuspiram sobre seus símbolos, dançaram sobre seus restos” (VEJA, nº1798, 2003, p. 46).

Em outro parágrafo, para mostrar os Estados Unidos no papel de herói e transformar os ataques americanos em ações positivas, *Veja* afirma que os iraquianos ficaram gratos. “Pela primeira vez na história, viu-se uma população árabe festejar a derrubada de um tirano árabe por tropas ocidentais” (VEJA, nº1798, 2003, p. 46). A revista enaltece: “O governo do presidente George W. Bush fez o que prometeu fazer para depor o ditador, e com a rapidez que disse que faria” (VEJA, nº1798, 2003, p. 46). Em seguida, indica que Bush acertou ao descumprir a ordem da ONU. “Como a Casa Branca previa, a vitória fulminante valeu mais que qualquer resolução das Nações Unidas para dar legitimidade à guerra” (VEJA, nº1798, 2003, p. 46). Para *Veja*, “a imagem dos iraquianos pisoteando a estátua derrubada de Saddam teve valor maior do que mil palavras a respeito do governo que ele chefiava” (VEJA, nº1798, 2003, p. 46).

O enunciador enaltece a gratidão do povo iraquiano aos Estados Unidos. “Grupos de habitantes de Bagdá adaptaram o chavão preferido de Saddam às novas circunstâncias. ‘Com nosso sangue, com nossa alma, nós vamos defender você, Bush! Bush! Bush!’” (VEJA, nº1798, 2003, p. 48). Para *Veja*, a queda rápida de Bagdá “não deixa dúvidas quanto à impopularidade do homem que durante mais de duas décadas impôs com mão de ferro sua vontade sobre o Iraque. [...] O Iraque era um país engessado por uma das ditaduras mais perversas da atualidade” (VEJA, nº1798, 2003, p. 48).

A reportagem tem uma suíte que traz os Estados Unidos efetivamente como o país que trouxe ordem ao caos iraquiano. Com a chamada “Beijos e Bombas” (VEJA,

nº1798, 2003, p. 52), a matéria tem até uma foto de um soldado americano sendo beijado por uma criança iraquiana. Na lateral direita, a imagem de um homem recebe a legenda: “Paz do Pentágono – o gesto de agradecimento do menino iraquiano” e, acima, “Ahmad Chalabi, o predileto dos neoconservadores: depois da guerra, falcões comandam a paz” (VEJA, nº1798, 2003, p. 52).



Figura 74. Beijos e Bombas, nº1798, 2003

Logo nas primeiras linhas, *Veja* ressalta o feito com apoio de uma antítese. O discurso enfatiza que a ação militar foi excepcionalmente bem-sucedida e que, no curto prazo, a missão é o restabelecimento da ordem.

Tendo conquistado Bagdá com a ‘guerra dos 21 dias’, uma campanha ousada, criticada e por fim *excepcionalmente bem-sucedida*, os Estados Unidos agora têm planos igualmente ambiciosos para ganhar a paz. [...] No plano mais imediato, é preciso *restabelecer a ordem*, restaurar serviços básicos, alimentar a população [...] (VEJA, nº1798, 2003, p. 52. Grifo nosso).

De acordo com a revista, isso tudo ainda sob “o impacto *fenomenal* da presença de quase 200 000 militares americanos, que continuarão a realizar operações bélicas contra as forças remanescentes do regime, agindo num clima de tensão, entre bombas e beijos [...]” (VEJA, nº1798, 2003, p. 52-53. Grifo nosso). Adiante, o enunciador afirma que o “núcleo duro do governo americano ambiciona fazer do Iraque pós-Saddam não apenas um país mais decente, com um sistema de governo que leve em conta a diversidade étnica religiosa e as tradições tribais, como também como uma espécie de Afeganistão melhorado” (VEJA, nº1798, 2003, p. 54). Segundo o texto, o projeto dos chamados “neoconservadores, formuladores dos fundamentos ideológicos da nova direita americana, é transmudar o país pela raiz, transformando-o em uma democracia-modelo, um inédito paradigma de liberdade e liberalismo que implante um aliado orgânico dos Estados Unidos no coração do Oriente Médio e sirva de exemplo para os vizinhos” (VEJA, nº1798, 2003, p. 54).

Ou seja: numa guerra marcada pelo desrespeito ao Conselho de Segurança da ONU, o Iraque – sem Saddam – ganha o *status* de um valor-mesmo de *Veja*, pronto para respirar as benesses da liberdade/democracia em forma de liberalismo como a revista preconiza. A construção textual que o enunciador empreende é essa: sem o Outro (Saddam), o Iraque, graças aos Estados Unidos, tornou-se livre. A cobertura da Guerra do Iraque tem um ponto importante que merece destaque: o uso frequente dos verbos aniquilar, moer, triturar, esmagar e trucidar. Do outro lado da moeda, a tirania de uma ditadura recorrentemente citada, sem que, no entanto, se esmiuçasse a relação pregressa entre Estados Unidos e Iraque.

4.

As relações econômicas e políticas entre Brasil - Estados Unidos

Neste capítulo, vamos observar como o enunciador constrói e modaliza a cobertura das relações econômicas e políticas entre Brasil e Estados Unidos. Partimos da constatação, já fundamentada, que os Estados Unidos e a sociedade norte-americana se constituem num valor-mesmo de *Veja*. O discurso da construção dessa relação é alicerçado por pontos nodais que envolvem poderio e tecnologia bélicos, como também já vimos. Serão investigados períodos históricos, relações comerciais, visitas diplomáticas e sanções. Três pontos nodais são observados no estudo das relações bilaterais em *Veja*: liberdade (de mercado, principalmente), prosperidade e eficiência.

Vimos anteriormente como os valores-mesmos de *Veja* acompanham a publicação desde o início e estão alinhados a valores da Editora Abril e à visão de negócio e de mercado da família Civita, com ênfase para a associação do capitalismo às ideias de prosperidade e liberdade. No segundo capítulo, observou-se como o enunciador constrói seus valores-outros (ou valores-de-alteridade) e as estratégias discursivas usadas nessa construção. No terceiro, analisamos a forma pela qual o enunciador apresenta a relação Brasil-Estados Unidos. Para tanto, apresentamos grupos temáticos por meio dos quais foram selecionadas reportagens sobre um mesmo tema. Identificamos também as normas que asseguram a reprodução de determinados discursos e como, a partir delas, o enunciador assume estratégias para estabelecer quem é o valor-outro. O objetivo é analisar e gerar elementos para um debate sobre como *Veja* cobriu as relações econômicas e políticas entre Brasil e os Estados Unidos nos governos militares – até o fim do regime militar (1968 a 1985).

Historicamente, as relações econômicas e políticas entre os dois países se acentuam com a origem do regime republicano⁸⁸ no Brasil. Foi a partir de 1889 que as relações internacionais passaram a ganhar espaço e peso na agenda da política externa

⁸⁸ A era republicana teve início em 1889, com a proclamação da República pelo Marechal Deodoro.

brasileira, como afirma o pesquisador Carlos Roberto Sanchez Milani⁸⁹ (2011)⁹⁰. Segundo ele, antes da República, as relações entre Brasil e Estados Unidos foram marcadas não apenas pela tentativa conjunta de construção de uma barreira ao domínio britânico nas Américas, mas também pela desconfiança mútua.

O Brasil independente e imperial (1822-1889) manteve laços de lealdade com as famílias reais e as monarquias da Europa, enquanto assistia com distância crítica ao desenrolar da Doutrina Monroe (“a América para os americanos”), considerada de forma suspeita como uma nova expressão de hegemonia, desta vez da América do Norte em relação aos vizinhos sul-americanos. As relações entre os dois países mudaram drasticamente com o advento da República no Brasil, devido não apenas à proximidade ideológica entre os dois regimes políticos, à afirmação do ideal republicano no continente americano e à necessidade do novo governo brasileiro de distanciar-se das monarquias europeias, mas também aos interesses econômicos dos cafeicultores, que queriam aumentar suas exportações para o mercado norte-americano (MILANI, 2011, p. 69-70).

Milani (2011) explica que o fortalecimento das relações entre os dois países tinha como objetivo “republicanizar” a política externa brasileira, como havia sido destacado pelo “Manifesto Republicano”⁹¹ de 1870: *Nós somos americanos e queremos ser americanos*” (MILANI, 2011, p. 70. Grifo do autor). Mas na primeira metade do século XX, a política externa dos Estados Unidos em relação à América Latina mudou e passou a ser de “natureza hemisférica e explicitamente intervencionista, sempre com base na Doutrina Monroe”⁹², isso pelo menos até o fim da década de 1920” (PECEQUILO, 2005 apud MILANI, 2011, p. 70). Enquanto isso, a PEB mantinha a “posição de país alinhado com os interesses dos Estados Unidos, procurando tirar benefícios das condições de segurança continental garantidas na América Latina pelo prestígio internacional dos Estados Unidos” (CERVO; BUENO, 2008 apud MILANI, 2011, p. 70). O governo norte-americano manteve o embaixador Edwin Morgan entre 1912 e 1933 em solo brasileiro. A longa permanência dele por aqui “contribuiu ainda

⁸⁹ Professor adjunto do Departamento de Estudos Políticos da Unirio (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Doutor em Estudos do Desenvolvimento pela EHESS (Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais), com pós-doutorado no Instituto de Estudos Políticos de Paris.

⁹⁰ A Importância das Relações Brasil – Estados Unidos na Política Externa Brasileira. In: Boletim de Economia e Política Internacional, Número 6 - Abr./Jun. 2011. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

⁹¹ O Manifesto Republicano foi uma declaração dos dissidentes do Partido Liberal, liderados por Quintino Bocaiúva e por Joaquim Saldanha Marinho. Publicado no jornal A República, do Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1870.

⁹² Em dezembro de 1823, o então presidente norte-americano James Monroe (1817-1825) fez um pronunciamento no Congresso no qual exigiu distanciamento dos europeus. Segundo Monroe, eles pretendiam retomar o processo de colonização. De acordo com a Doutrina Monroe, “os continentes americanos, em virtude da condição livre e independente que adquiriram e conservam, não podem mais ser considerados, no futuro, suscetíveis à colonização por nenhuma potência europeia”.

mais para a aproximação entre os dois países” (MILANI, 2011, p. 70). Porém, mais tarde, outros acontecimentos políticos trariam mudanças nas relações dos dois países.

[...] a grande depressão de 1929, a instabilidade na Europa e a insatisfação dos países da América Latina com a política dos Estados Unidos para a região, entre outros fatores, levaram a algumas mudanças na postura dos Estados Unidos sobre a América Latina a partir de 1930. Franklin D. Roosevelt mudou o discurso oficial, destacando a política de boa vizinhança e a necessidade de reforçar os projetos de cooperação econômica e financeira (MILANI, 2011, p. 71).

Segundo Milani (2011), o discurso de cooperação ajudou os Estados Unidos a consolidar sua esfera de influência também durante a Segunda Guerra Mundial e no período posterior a ela, marcado pela Guerra Fria. Enquanto isso, o Brasil se mantinha, sob o Estado Novo de Getúlio Vargas, neutro no conflito até 1941, quando resolveu se alinhar aos Estados Unidos.

Esse alinhamento foi facilitado por concessões comerciais feitas pelos americanos ao governo de Getúlio Vargas. Os Estados Unidos procuraram envolver o Brasil em seu sistema de poder a fim de neutralizar a influência alemã. Recorde-se que a Alemanha, no fim de 1930, era responsável por 25% das importações brasileiras, ligeiramente acima dos Estados Unidos. A cooperação também se deu nos campos militar – sobretudo no que diz respeito à modernização dos aeroportos no Nordeste do Brasil – e industrial – por exemplo, no setor do aço, com o financiamento da construção da usina de Volta Redonda (MILANI, 2011, p. 71).

Em 1945, aconteceu a Conferência de Yalta, na cidade de Yalta, na Crimeia russa. Um conjunto de reuniões de 4 e 11 de fevereiro daquele ano.

O presidente Franklin Delano Roosevelt, o primeiro-ministro Winston Churchill e o líder soviético Joseph Stalin encontram-se em Yalta em 4 de fevereiro de 1945 para discutir o esforço de guerra dos aliados contra a Alemanha e o Japão e tentar estabelecer algumas questões diplomáticas preocupantes. [...] Roosevelt, Churchill e Stalin chegavam cada qual com sua agenda para a conferência. Para Stalin, os principais objetivos eram a assistência econômica no pós-guerra e o reconhecimento por parte dos Estados Unidos e da Grã Bretanha de sua esfera de influência na Europa Oriental. Churchill tinha em mente antes de tudo a proteção do Império Britânico, mas também queria esclarecer o status político da Alemanha no pós-guerra. As metas de Roosevelt se concentravam no consenso para a criação das Nações Unidas e em conquistar o apoio efetivo da União Soviética na guerra contra o Japão, uma vez que Hitler já estava praticamente derrotado (OPERA MUNDI, 2011).

Milani (2011) ressalta que os acordos assinados em Yalta não apenas “garantiram uma estrutura de dominação com base na divisão Leste – Oeste, mas também uma repartição das zonas de influência no eixo Norte – Sul” (VIZENTINI, 1997, apud

MILANI, 2011, p.71). De acordo com ele, a América Latina permaneceu sob o controle majoritário dos Estados Unidos, sem liberdade de ação no cenário internacional. O governo norte-americano não só abandonou completamente “sua postura isolacionista, mas também negligenciou as promessas feitas a seus pares na América Latina, consideradas secundárias em termos geopolíticos e econômicos” (MILANI, 2011, p. 71).

Durante o segundo mandato (1951-1954), Getúlio Vargas mudou a política externa com a “adoção de uma retórica populista, nacionalista e mesmo anti-imperialista” (MILANI, 2011, p. 72). Segundo Milani (2011), sabendo que a intenção dos Estados Unidos era minar a influência soviética na região, o governo brasileiro procurou “negociar projetos econômicos mais favoráveis, acreditando que o subdesenvolvimento poderia ser combatido por meio da ajuda pública internacional, oriunda principalmente dos Estados Unidos” (CERVO; BUENO, 2008, apud MILANI, 2011, p. 72). Porém, como o contexto político não era mais o mesmo do período de 1935 a 1941, a estratégia não prosperou. Sete anos depois, em 1958, de acordo com Milani (2011), a OPA (Operação Pan-Americana)⁹³, lançada pelo presidente Juscelino Kubitschek, também foi pensada em consonância com a demanda de cooperação dos Estados Unidos – agora para toda a América Latina. Nos anos seguintes, a PEI (Política Externa Independente) foi um ponto fundamental para compreender as relações econômicas e políticas entre Brasil e Estados Unidos. A decisão do governo brasileiro de resgatar e conquistar novas parcerias comerciais provocou mal estar entre os dois países.

Durante a vigência da PEI, as relações diplomáticas com a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) foram restauradas, o presidente Jânio Quadros recebeu a visita oficial de Sukarto da Indonésia, Goulart fez visita oficial à China (comunista), as relações comerciais se diversificaram (grande abertura para o Japão, a Europa Ocidental e a Oriental). [...] Em artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, o então presidente Jânio Quadros (1961) afirmou que o Brasil estava abandonando a diplomacia acessória e subsidiária de uma nação instrumentalizada por interesses estrangeiros. Tratava-se de um acúmulo de sinais negativos – ou, pelo menos, suspeitos – na percepção do governo norte-americano, cada vez mais desconfiado dos tomadores de decisão no seio do governo brasileiro (MILANI, 2011, p. 72).

⁹³ Iniciativa da diplomacia brasileira, sob o governo de Juscelino Kubitschek, que tinha como objetivo unir todos os países do continente em torno de um projeto de desenvolvimento social e econômico, combatendo a pobreza, o subdesenvolvimento e demais carências comuns.

A PEI foi interrompida pelo golpe de 64. Para Milani (2011), mesmo se os Estados Unidos não tivessem se envolvido na intervenção militar, o apoio deles foi essencial para a queda do regime democrático.

A tentativa de inflexão da diplomacia brasileira, que buscou negociar uma nova inserção do Brasil no sistema político e econômico internacional, punha em xeque o *status quo* regional. A ordem da Guerra Fria e a hegemonia norte-americana na América Latina não eram favoráveis a experiências políticas de natureza contestatória, nem a estratégias de empoderamento ou autonomização (MILANI, 2011, p. 73).

Como veremos adiante, a ditadura militar tem grande importância para a compreensão das relações entre Brasil e Estados Unidos que se estabelecem na segunda metade da década de 60 e no governo do general Ernesto Geisel. Ainda de acordo com Milani, os militares não desenvolveram estratégias semelhantes no campo da política externa. “Eles oscilaram de uma aliança automática com os Estados Unidos, a certo alinhamento ou até uma vocação mais independente e mundial de diplomacia” (MILANI, 2011, p. 73). Mas de acordo com Boris Fausto (2010), no plano internacional, o governo Castelo Branco alinhou-se claramente à política americana. Fausto exemplifica ao citar o apoio brasileiro durante a guerra civil na República Dominicana, nos primeiros meses de 65⁹⁴. “Os Estados Unidos intervieram no conflito, enviando à ilha 42 mil marines. Ao lado de Honduras e do Paraguai, o Brasil aceitou enviar também tropas⁹⁵ sob a cobertura da chamada *Inter-American Peace Force*” (FAUSTO, 2010, p. 261. Grifo do autor). Foi nesse contexto que o ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães (1966-1967), chegou a afirmar que “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (MILANI, 2011, p. 74). Ao mesmo tempo, destaca Milani, a “diplomacia do interesse nacional” (MILANI, 2011, p. 74) do chanceler Mário Gibson Barbosa (1969-1974) procurava reduzir “as tensões com os Estados Unidos, enquanto tentava, concomitantemente, diversificar seus parceiros comerciais internacionais em meio ao *boom* econômico brasileiro” (CERVO; BUENO, 2008, apud MILANI, 2011, p. 74).

Em outubro de 1965, ocorreram eleições diretas em 11 Estados. Segundo Fausto (2010), apesar do veto a determinados candidatos por parte da chamada linha dura das

⁹⁴ O risco de outra revolução comunista no continente americano, seguindo o exemplo de Cuba, assustava o bloco capitalista, que decidiu intervir na República Dominicana, sob a bandeira de tropa de paz.

⁹⁵ Em 24 de maio daquele ano, em apoio aos Estados Unidos, o presidente Castelo Branco enviou 1.250 militares brasileiros alocados na recém-criada Faibras (Força Interamericana do Brasil) à capital do país caribenho.

Forças Armadas, a oposição triunfou em Estados importantes, como Guanabara e Minas Gerais. Os resultados alarmaram meios militares. “Os grupos da linha dura (...) pregavam a implantação de um regime autoritário, com controle militar estrito do sistema de decisões, para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção” (FAUSTO, 2010, p. 262).

Vinte e quatro dias depois das eleições estaduais, sob pressão desses setores, Castelo Branco baixa o AI-2. O segundo Ato Institucional estabelece, de forma definitiva, que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria do Congresso Nacional, em sessão pública e com votação nominal. Outra medida importante do AI-2 foi a extinção dos partidos políticos. De acordo com Fausto (2010), “os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas” (FAUSTO, 2010, p. 262).

Dois anos depois, em janeiro de 67, o presidente aprovou uma nova constituição e institucionalizou a ditadura. O cerco às liberdades políticas e de expressão chegou aos meios de comunicação e, em fevereiro, a Lei de Imprensa, responsável pela intensificação da censura nos veículos, seria conhecida (lei 5.255 de 9 de fevereiro de 1967). O governo norte-americano intercedeu pelo regime mais autoritário e o enxergava como uma vitória no cenário da Guerra Fria. Em março, o grupo governista não conseguiu fazer o sucessor de Castelo Branco. Foram eleitos para presidente o general Artur da Costa e Silva e para vice-presidente um civil, o udenista Pedro Aleixo. Costa e Silva enfrentaria a oposição crescente de liberais, estudantes e artistas. Em junho de 68, uma marcha de 100 mil pessoas protestava contra as arbitrariedades do regime militar. Fausto (2010) explica que o catalisador das manifestações foi a morte de um estudante pela Polícia Militar durante protesto no Rio de Janeiro.

Para agravar o ambiente de tensão interna, ocorreram duas greves operárias – em Contagem, perto de Belo Horizonte, e em Osasco, na Grande São Paulo. Segundo Fausto (2010), a de Contagem foi espontânea. “A greve de Osasco sofreu influência de grupos de esquerda que tinham assumido a perspectiva de que só a luta armada poria fim ao regime militar” (FAUSTO, 2010, p. 264). A tentativa de medir forças com o regime repressor não deu certo. “O Ministério do Trabalho interveio no Sindicato dos Metalúrgicos e um pesado aparato militar realizou, com emprego de violência, a desocupação da empresa” (FAUSTO, 2010, p. 264).

Inspirados pelos embates políticos provocados com a expansão colonialista na África e também na Ásia⁹⁶, alguns grupos de esquerda tentam se organizar para enfrentar o regime militar. “No Brasil, a organização tradicional de esquerda – o PCB (Partido Comunista Brasileiro) – opunha-se à luta armada” (FAUSTO, 2010, p. 264). Como resposta ao crescimento da resistência à repressão, Costa e Silva decreta, em 13 de dezembro de 68, o AI-5 e fecha o Congresso. Na concepção de Fausto, “o AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contra-revolução dentro da contra-revolução” (FAUSTO, 2010, p. 265). Ao contrário dos atos anteriores, este não tinha prazo de vigência. O presidente da República tinha poder para fechar provisoriamente o Congresso. Foram restabelecidos também os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos.

Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. Até 1969, o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) foi o órgão mais em evidência como responsável pela utilização da tortura. A partir daquele ano surgiu em São Paulo a Oban (Operação Bandeirantes), vinculada ao II Exército, cujo raio de ação se concentrou no eixo São Paulo-Rio. A Oban deu lugar aos DOI-CODI, siglas do Destacamento de Operações e Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna. Os DOI-CODI se estenderam a vários Estados e foram os principais centros de tortura do regime militar (FAUSTO, 2010, p. 265).

Em agosto do ano seguinte, Costa e Silva sofreu um derrame e os ministros militares violaram a regra constitucional para substituí-lo pelo vice-presidente Pedro Aleixo. Enquanto o país vivia um de seus períodos mais repressivos, o governo alcançava êxitos na área econômica e os usava como propaganda do regime.

Houve uma forte recuperação industrial em 1968, liderada pelas indústrias automobilística, de produtos químicos e de material elétrico. A construção civil expandiu-se bastante, graças principalmente aos recursos fornecidos pelo BNH (Banco Nacional de Habitação). Em 1968 e 1969, o país cresceu em ritmo impressionante, registrando variações, respectivamente, de 11,2% e 10% do PIB, o que corresponde a 8,1% e 6,8% no cálculo *per capita*. Começava assim o período do chamado “Milagre Econômico” (FAUSTO, 2010, p. 266).

⁹⁶ Entre o fim do século XIX e o início do século XX, os países industrializados transformaram o continente africano e parte da Ásia em colônias. A disputa por esses territórios foi um dos motivos da Primeira Guerra Mundial. Com o fim da Segunda Guerra, os impérios coloniais começaram a desmoronar e o domínio que as nações europeias exerciam deu lugar a novas nações independentes.

O presidente Costa e Silva permanecia vivo,⁹⁷ mas já sem possibilidade de recuperação. Em função disso, a Junta Militar declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente da República, marcando eleições para o dia 25 de outubro. “O Alto Comando das Forças Armadas escolheu para presidente o general Emilio Garrastazu Médici e para vice-presidente o ministro da Marinha, Augusto Rademaker” (FAUSTO, 2010, p. 266). Em 30 de outubro, Médici assumiu o cargo. Durante o mandato dele (1969 a 1974) o regime, em função do aumento da repressão, da recuperação e do crescimento econômico, da propaganda ufanista e da conquista da Copa pela Seleção de 1970, no México, alcança certa estabilidade. O novo presidente atende os interesses dos militares mais radicais, que defendiam o direito ao uso da repressão à força contra todos os opositores da ditadura.

Os grupos armados urbanos, que a princípio deram a impressão de desestabilizar o regime com suas ações espetaculares, declinaram e praticamente desapareceram. Esse desfecho resultou, em primeiro lugar, da eficácia da repressão, que abrangeu os ativistas da luta armada e seus simpatizantes, construída esta última sobretudo por jovens profissionais. O outro fator foi o isolamento dos grupos de massa da população, cuja atração por suas ações foi mínima. A esquerda radical equivocava-se completamente, pensando poder criar no Brasil um novo Vietnã (FAUSTO, 2010, p. 267).

Além do uso da força, os militares tinham no desempenho interno e externo da economia um fator a favor do regime. O crescimento da indústria automobilística gerou empregos e possibilitou o desenvolvimento de outros setores. A arrecadação de impostos crescia e a produção industrial ganhava mais espaço em mercados mundiais.

O período do chamado “milagre” estendeu-se de 1969 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual de 11,2% no período, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. [...] Ao lado dos empréstimos, cresceu no Brasil o investimento de capital estrangeiro. Em 1973, os ingressos de capital tinham alcançado o nível anual de US\$ 4,3 bilhões, quase o dobro do nível de 1971 e mais de três vezes o de 1970. [...] Um dos setores mais importantes do investimento estrangeiro foi o da indústria automobilística, que liderou o crescimento industrial com taxas anuais acima de 30%. [...] Houve uma grande expansão do comércio exterior. A importação ampliada de determinados bens era necessária para sustentar o crescimento econômico. As exportações se diversificaram, com o incentivo à exportação de produtos industriais por meio de concessão de créditos em condições favoráveis, isenção ou redução de tributos ou de outras medidas de subsídio às exportações (FAUSTO, 2010, p. 268).

⁹⁷ Ele faleceu no dia 17 de dezembro de 1969.

Em 1970, 40% das residências urbanas tinham televisão. De acordo com Fausto (2010), beneficiada pelo apoio do governo, “de quem se transformou em porta-voz” (FAUSTO, 2010, p. 268), a *TV Globo* expandiu-se e praticamente alcançou o controle do setor. Ele relata que a propaganda governamental passou a ter um canal de expressão como nunca existira. “A promoção ‘Brasil grande potência’ produziu resultados no imaginário da população. Foi a época em que muitos brasileiros idosos, de classe média, lamentaram não ter condições biológicas para viver até o novo milênio” (FAUSTO, 2010, p. 268). Mas o “milagre” tinha pontos de grande vulnerabilidade.

O principal ponto vulnerável estava na excessiva dependência do sistema financeiro e do comércio internacional, que eram responsáveis pela facilidade dos empréstimos externos, pela inversão de capitais estrangeiros, pela expansão das exportações etc. Os aspectos negativos do “milagre” foram principalmente de natureza social. A política econômica de Delfim Neto⁹⁸ privilegiou a acumulação de capitais, através das facilidades apontadas e da criação de um índice prévio de aumento de salários em nível que subestimava a inflação (FAUSTO, 2010, p. 269).

Em 1973, no final do governo Médici, o “milagre econômico” também já dava indícios de seu esgotamento. Entre os aspectos negativos, a concentração de renda tornou-se marcante. Outro ponto de destaque foi a perda do valor real do salário-mínimo.

Tomando-se como 100 o índice do salário-mínimo de janeiro de 1959, ele caíra para 39 em janeiro de 1973. Esse dado é bastante expressivo se levarmos em conta que, em 1972, 52,5% da população economicamente ativa recebia menos de um salário-mínimo e 22,8% entre um e dois salários (FAUSTO, 2010, p. 269).

A crise internacional do petróleo⁹⁹ desvendaria outras fraquezas da economia nacional. O Brasil importava¹⁰⁰ combustível e, por isso, sentiu o impacto da alta nos preços, tomando medidas internas impopulares. Em pouco tempo, a dívida externa e a onda inflacionária provocaram estragos nos alardeados feitos do regime. Como

⁹⁸ Economista e professor. Formou-se, em 1951, pela FEA (Faculdade de Economia e Administração) da USP (Universidade de São Paulo). Foi secretário de Finanças de São Paulo, ministro da Fazenda, ministro da Agricultura, ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e embaixador do Brasil na França. Participou da elaboração da Constituição de 1988.

⁹⁹ Em protesto pelo apoio dos Estados Unidos a Israel durante a Guerra do Yom Kippur - conflito militar ocorrido de 6 de outubro a 26 de outubro de 1973, entre uma coalizão de estados árabes liderados por Egito e Síria contra Israel -, os países árabes aumentaram o preço do petróleo em mais de 400%.

¹⁰⁰ No início dos anos 70, o Brasil importava 70% do petróleo que consumia. Durante as crises, o petróleo chegou a subir mais de 40% em um ano. O preço da gasolina acompanhou a alta e o governo a colocou em ação medidas de racionamento. A venda de gasolina aos finais de semana chegou a ser suspensa.

aconteceu com Castelo Branco, Médici¹⁰¹ também não conseguiu fazer o seu sucessor. O nome escolhido pelas Forças Armadas para lhe suceder, em meados de 1973, foi o do general Ernesto Geisel. Eleito em janeiro de 1974, ele tomou posse no dia 15 de março daquele ano.

Geisel prometeu que a abertura rumo à democratização seria conduzida lentamente. Na prática, a liberalização do regime, chamada a princípio de “distensão” (FAUSTO, 2010, p. 270), seguiu um caminho difícil, com pequenos avanços e recuos expressivos. Segundo Fausto (2010), vários fatores contribuíram para isso:

De um lado Geisel sofria pressões da linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma infinita democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura (FAUSTO, 2010, p. 270-271).

Nesse período, relata Milani, Geisel deu início a uma diplomacia mais ativa e independente, chamada por alguns historiadores de “pragmatismo responsável” (FONSECA JR., 1998 apud MILANI, 2011, p. 73). Por meio dela, o governo retomou alguns princípios fundamentais da PEI dos anos 60. “O pragmatismo responsável pode ser considerado uma segunda ruptura na tradição da PEB” (FONSECA JR., 1998 apud MILANI, 2011, p. 73). De acordo com Milani (2011), foi com base em uma visão geopolítica da segurança nacional – desenvolvida pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da Presidência – e uma concepção de autonomia diplomática e diversificação comercial – sob a tutela de Antonio Francisco Azeredo da Silveira, ministro das Relações Exteriores no governo de Geisel –, que esse “pragmatismo” enfatizou o fator energético. A estratégia brasileira foi mais longe, “tendo estabelecido parceria com a Alemanha Ocidental sobre a cooperação nuclear, direcionando investimentos para os combustíveis alternativos – com o lançamento do Programa Nacional do Álcool – e apostado na energia hidrelétrica” (MILANI, 2011, p. 73-74).

O Brasil procurou assumir papel internacional “de protagonista, aproximando-se dos países árabes – por meio da abertura de um escritório da OLP (Organização para a Libertação da Palestina), em Brasília e de *joint ventures* com a Líbia, o Iraque, a Argélia e a Arábia Saudita” (MILANI, 2011, p. 74).

¹⁰¹ Morreu no dia 9 de outubro de 1985, aos 79 anos, no Rio de Janeiro. Foi vítima de complicações de um AVC (Acidente Vascular Cerebral).

No curso de 1975, Geisel começou a travar uma luta contra a linha dura nos bastidores e combinou novas medidas liberalizantes com ações repressivas. “Suspendeu a censura aos jornais e autorizou forte repressão ao PCB” (FAUSTO, 2010, p. 271). Em outubro daquele ano, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da *TV Cultura* de São Paulo, foi intimado a comparecer ao DOI-CODI, sob suspeita de ligações com o PCB. “Herzog apresentou-se ao DOI-CODI e dali não saiu vivo. Sua morte foi apresentada como suicídio por enforcamento, uma forma grosseira de encobrir a realidade: tortura seguida de morte” (FAUSTO, 2010, p. 271-272). E ele não foi o único: em janeiro de 1976, o metalúrgico Manoel Fiel Filho foi morto em circunstâncias semelhantes. Pressionado, o presidente resolveu agir.

Um poder paralelo se instalara em São Paulo, com as bênçãos ou, no mínimo, a omissão do comandante do II Exército. Geisel substituiu-o por um general de sua confiança, que começou a usar outra linguagem e a estabelecer pontes de contato com a sociedade. A tortura nas dependências do DOI-CODI cessou, embora as violências em São Paulo não tenham terminado (FAUSTO, 2010, p. 271-272).

No mesmo ano, estavam previstas eleições municipais. Uma lei modificou as regras eleitorais e barrou o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão. Segundo Fausto (2010), “embora a Lei Falcão, engendrada pelo ministro da Justiça, atingisse em princípio tanto a Arena como o MDB, era o partido da oposição o grande prejudicado, pois perdia uma oportunidade única para divulgar suas ideias” (FAUSTO, 2010, p. 272). Mesmo assim, o MDB conquistou maioria nas Câmaras Municipais “em 59 das 100 maiores cidades do país” (FAUSTO, 2010, p. 272). Em 1977, o presidente fechou o Congresso visando frear o avanço do MDB e introduziu uma série de medidas que ficaram conhecidas como “pacote de abril” (FAUSTO, 2010, p. 272). Entre as ações políticas neste pacote, estava a criação da “figura do Senador biônico, cujo o objetivo era impedir que o MDB viesse a ser majoritário no Senado” (FAUSTO, 2010, p. 272).

As ressalvas ao regime tornam-se ainda maiores em agosto, quando o governo admite que os índices oficiais de inflação de 1973 e 1974 tinham sido manipulados. Como eles regulavam o reajuste salarial, verificou-se que “os assalariados haviam perdido 31,4% de seu salário real naqueles anos” (FAUSTO, 2010, p. 277). Assim, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo começa uma campanha para a correção dos salários que abriu caminho para as grandes greves de 1978 e 1979, reunindo milhões de trabalhadores. Ainda em 1978, o governo inicia encontros com líderes da oposição e da Igreja, para encaminhar a restauração das liberdades públicas.

Geisel conseguiu fazer seu sucessor, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, que derrotou o candidato do MDB no Colégio Eleitoral, em 14 de outubro de 1978.

A economia no governo do general Geisel apresentou resultados bem mais tímidos do que os registrados no primeiro ciclo do milagre econômico. “O PIB cresceu na média anual em 6,7% e em 4,2% no cálculo *per capita* entre 1974-1978. A inflação subiu em média 37,9% no mesmo período” (FAUSTO, 2010, p. 275). Por outro lado, no fim de seu mandato, a dívida externa era de US\$ 43,5 bilhões, mais do que o dobro do nível de três anos antes. O pagamento dos juros da dívida passou a pesar sobre o balanço de pagamentos, uma vez que a maioria dos empréstimos era contraída a taxas flexíveis de juros. De acordo com Fausto (2010), este período se caracterizou também por uma elevação da taxa internacional de juros. Com isso, o Brasil passou a arcar com compromissos mais pesados, associados à dívida. “A elevação da taxa internacional de juros resultou da política dos Estados Unidos, que tratou de cobrir o déficit de seu balanço de pagamento atraindo investimentos de outros países” (FAUSTO, 2010, p. 275).

Em 15 de março de 1979, Figueiredo assumiu a presidência no último governo militar – ampliado para seis anos. Assim que tomou posse, ele se deparou com a economia em nova situação de vulnerabilidade, consequência de empréstimos que tentaram sustentar o crescimento. A crise gerou desdobramentos políticos e aumentou a insatisfação popular com o regime militar. Nesse mesmo ano, o AI-5 deixa de vigorar e se restauram os direitos individuais e a independência do Legislativo.

Os problemas econômicos internos e externos pressionam o modelo de desenvolvimento. De acordo com o historiador Paulo Fagundes Visentini¹⁰² (2013), a situação econômica e política mundial tornou-se negativa para o Brasil com o segundo choque petrolífero¹⁰³ e com o fim da *détente*¹⁰⁴ em 1979, marcando a vigorosa reação americana que se aprofundaria durante a Era Reagan¹⁰⁵. Além disso, durante os anos 70

¹⁰² Historiador, professor titular de Relações Internacionais na UFRGS, e pós-doutor em Relações Internacionais pela London School of Economics. Autor de diversas obras, Editor da revista AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy and International Relations.

¹⁰³ Um dos fatores para a nova crise do petróleo no mercado internacional foi a Revolução no Irã e a guerra com o Iraque, em 1979.

¹⁰⁴ Durante a década de 70, a Guerra Fria proporcionou uma nova relação entre as duas superpotências, encaminhada pelos seus líderes (Brejnev na União Soviética, e Nixon, nos Estados Unidos). Conhecida por *Détente* ou *Distensão*, essa relação se desenvolveu na crise do petróleo e foi marcada pela assinatura dos primeiros acordos para frear a corrida armamentista.

¹⁰⁵ O crescimento econômico nos Estados Unidos se acentua no governo Ronald Reagan (1980-1989). O corte de impostos, adotado no começo da década, deu resultado. Inflação baixa e a renovada confiança nas forças competitivas se consolidaram com o crescimento de 6,8% do PIB.

“processou-se uma rearticulação da economia mundial, através da reestruturação das formas produtivas, do estabelecimento de uma nova divisão internacional da produção e do desencadeamento de uma Revolução Científico-Tecnológica”¹⁰⁶ (VISENTINI, 2013, p. 80). Estes fatores ampliaram a distância entre os países capitalistas avançados e os em desenvolvimento.

Segundo Visentini (2013), coroando essa estratégia, em 1981, o presidente Reagan promoveu violenta elevação da taxa de juros, o que aumentou também a dívida externa de outros países. Assim, explica o historiador, “a crise da dívida constituía um instrumento de pressão contra a política econômica dos mesmos e um golpe mortal no projeto de desenvolvimento de nações como o Brasil” (VISENTINI, 2013, p. 80).

A crise de 1981 trouxe consequências para a América Latina, afetada também pela Guerra das Malvinas¹⁰⁷ que aconteceu nos meses seguintes. Para Visentini (2013), a maneira como foi articulada e executada a derrota da Argentina e a implosão de seu regime militar “reforçaram a percepção do governo e da diplomacia brasileira de que estava se processando uma rearticulação do sistema internacional fortemente negativa para a autonomia dos países de porte médio do Terceiro Mundo” (VISENTINI, 2013, p. 81). Este cenário levou o Brasil a apoiar a Argentina, inclusive com a venda de aviões de combate, “o que solidificou a cooperação entre ambos, a qual continuou crescendo com o retorno da democracia na Argentina” (VISENTINI, 2013, p. 81). Ainda segundo Visentini, essa política externa, criada pelo chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro¹⁰⁸, se autodenominou “*Universalismo* e procurava manter a autonomia do Brasil num cenário crescentemente desfavorável, conservando fortes traços de continuidade com o Pragmatismo Responsável” (VISENTINI, 2013, p. 81). Assumindo o país como parte do Terceiro Mundo, a diplomacia brasileira atuou em fóruns internacionais em convergência com o Movimento Não-Alinhado¹⁰⁹, denunciando as estruturas políticas e

¹⁰⁶ Vigora na segunda metade do século XX, principalmente a partir da década de 70, com descobertas e evoluções ligadas à informática, robótica, telecomunicação, química, uso de novos materiais, biotecnologia, engenharia genética, entre muitos outros setores.

¹⁰⁷ Conflito entre Argentina e Reino Unido, ocorrido de 2 de abril a 14 de junho de 1982. As forças armadas argentinas invadiram as Ilhas Malvinas (Falklands, para os britânicos). O arquipélago tem posição geográfica estratégica. Os britânicos colonizaram e dominaram o arquipélago desde 1833. Em 1982, a Argentina alegou que as Ilhas Malvinas deveriam ser incorporadas, pois, com a independência em 1822, teriam direito à ilha.

¹⁰⁸ Ministro das Relações Exteriores no governo Figueiredo. Morreu em decorrência de complicações respiratórias, em 19 de janeiro de 2011, no Rio de Janeiro.

¹⁰⁹ Associação livre de países que, durante a Guerra Fria, não tinham compromisso com qualquer um dos blocos antagônicos dirigidos por Estados Unidos e pela União Soviética. Conhecido como MNA (Movimento dos Não Alinhados), este movimento foi lançado a partir de 1960 por líderes de países cujo processo de independência era recente.

econômicas globais. Nesse cenário, destaca Milani (2011), a “diplomacia do universalismo” (CERVO; BUENO, 2008 apud MILANI, 2011, p. 74) mirou o protecionismo comercial dos Estados Unidos e condenou a crise da dívida dos países em desenvolvimento. Além disso, “apelou para negociação multilateral de natureza política – e não técnica ou contábil – da dívida externa” (CERVO; BUENO, 2008 apud MILANI, 2011, p. 74). A dívida externa representava “40% do PIB do Brasil em 1987, enquanto entre 1983 e 1986 o país tinha pago US\$ 42,9 bilhões em juros” (CERVO; BUENO, 2008 apud MILANI, 2011, p. 74). Isso significava transferir “20% do total da poupança nacional e 4,1% do PIB, quantidades superiores às transferências exigidas da Alemanha após o primeiro ou o segundo conflito mundial” (CERVO; BUENO, 2008 apud MILANI, 2011, p. 74).

Em fevereiro de 1983, com as reservas em dólares esgotadas, o Brasil teve de recorrer novamente ao Fundo Monetário Internacional. A ida ao FMI consistia em mais um esforço para melhorar as contas externas.

No Brasil, havia pressões contra as medidas restritivas e o pagamento dos juros da dívida; o FMI mostrava-se insatisfeito porque o acordo não era cumprido. Neste clima, os credores internacionais não concederam ao país novos prazos para o pagamento da dívida, nem taxas mais favoráveis de juros (FAUSTO, 2010, p. 279).

Naquele mesmo ano, a Constituição previa que a sucessão presidencial ocorreria de forma indireta pelo Congresso Nacional. Em março, o deputado Dante de Oliveira (PMDB) apresentou uma emenda constitucional que propunha eleições diretas para presidência. A mobilização popular foi imensa e a pressão sobre os parlamentares também cresceu com o avanço da campanha das “Diretas Já”. Após inúmeras manifestações, um grande comício foi realizado em São Paulo, em janeiro de 1984, reunindo mais de 200 mil pessoas.

O movimento pelas Diretas foi além das organizações partidárias, convertendo-se em uma quase unanimidade nacional. Milhões de pessoas encheram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com entusiasmo raramente visto no país. A campanha das “Diretas Já” expressava, ao mesmo tempo, a vitalidade da manifestação popular e a dificuldade dos partidos para exprimir reivindicações (FAUSTO, 2010, p. 282).

Mas o governo militar ainda encontrou força parlamentar capaz de barrar a aprovação, rejeitando a Emenda Dante de Oliveira, o que resultou em grande frustração popular. Em contrapartida, a economia, puxada pelo crescimento das exportações de

produtos industrializados, reage. A queda do preço do petróleo fez com que ele não pesasse tanto no saldo da balança comercial.

Na corrida pela sucessão, três nomes disputavam a indicação do PDS (Partido Democrático Social), a legenda que reunia as forças mais conservadoras – a maioria delas egressa da Arena – que articularam a rejeição das eleições diretas: “o vice-presidente Aureliano Chaves, o ministro do Interior, Mário Andreazza, que era coronel do Exército, e Paulo Maluf” (FAUSTO, 2010, p. 282). Maluf realizou intensa campanha e acabou indicado. Lideranças políticas nordestinas, como Antonio Carlos Magalhães e Marco Maciel, discordaram, abandonaram o PDS e fundaram o PFL (Partido da Frente Liberal). Esse grupo aproxima-se do PMDB, que havia lançado o nome de Tancredo Neves à Presidência e de José Sarney para vice. Tancredo foi o escolhido, pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, e se torna o primeiro civil desde 64 eleito presidente, encerrando o ciclo de militares no poder. Mas a posse do novo presidente, marcada para 15 de março, não ocorreu.

Depois de uma viagem ao exterior, Tancredo foi internado às pressas em um hospital de Brasília, sofrendo uma primeira e discutida operação, com políticos e amigos presentes na sala de cirurgia. Neste ínterim, Sarney subiu a rampa do Planalto, tomando posse no lugar do presidente eleito, em uma situação que se acreditava fosse transitória. Seguiu-se a agonia de Tancredo, com seu traslado para São Paulo em uma série de operações a que foi submetido. Tancredo morreu no dia 21 de abril. (FAUSTO, 2010, p. 285).

Com base neste breve contexto, analisaremos na seção “4.1. *Veja nos governos militares*”, a forma como a revista cobriu as relações econômicas e políticas entre Brasil e Estados Unidos no período da ditadura militar. Para isso, selecionamos 10 reportagens que foram capa e têm estreita relação com a política externa brasileira. As edições foram publicadas nos anos de 1969, 1971, 1973, 1976, 1977, 1978 e 1982.

| TÍTULO/CAPA | TÍTULO DA REPORTAGEM | EDIÇÃO/DATA | PÁGINAS |
|--|--|-------------------------------------|-----------|
| Brasil x EUA- Novos Tempos | Brasil - EUA no jôgo da verdade | Veja e Leia, nº61 05/11/1969 | 1-20-25 |
| A jogada está feita. E agora? | Um plano Marshall para os EUA | Veja e Leia, nº155 25/08/1971 | 1-24-30 |
| A jogada está feita. E a agora? | O dólar não espanta o Brasil | Veja e Leia, nº155 25/08/1971 | 59-61 |
| Alguém ainda quer dólares? | Dólar: o preço da falência | Veja e Leia, nº233 21/02/1973 | 1-67-69 |
| Kissinger e o Brasil | Mr. K descobre o Brasil | Veja, nº389 18/02/1976 | 1-22-27 |
| Brasil-EUA- Parceiros mais próximos | Uma lição bem aprendida | Veja, nº390 25/02/1976 | 1-12-17 |
| O Confronto Brasil- EUA | Uma diplomacia de golpes e contragolpes | Veja, nº445 16/03/1977 | 1-20-24 |
| O Brasil que Carter vai encontrar | Jimmy Carter, uma visita para agradecer | Veja, nº499 29/03/1978 | 1-20-24 |
| Reagan vem ao Brasil - O Brasil vai ao FMI | Uma cartada decisiva | Veja, nº743 01/12/1982 | 1-128-139 |
| A visita Reagan – A festa e a conta | O preço do socorro | Veja, nº744 08/12/1982 | 1-32-38 |

Tabela 6. Edições de 1969, 1971, 1973, 1976, 1977, 1978 e 1982

4.1. *Veja* nos governos militares

No dia 5 de novembro de 1969, a revista publica a primeira capa diretamente associada ao objeto desta pesquisa: a relação Brasil-Estados Unidos. Com a manchete

“Brasil x EUA - Novos Tempos” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 1) o enunciador traz o presidente linha-dura Emílio Garrastazu Médici e Richard Nixon na capa. A imagem sugere uma aproximação de Médici com Nixon.



Figura 75. Capa Brasil X EUA – Novos tempos?, nº61, 1969

No miolo, a edição traz a matéria “Brasil - EUA no jôgo da verdade” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 20) com sete páginas. A reportagem relata discursos dos presidentes Médici e Nixon. *Veja e Leia* utiliza como linha fina um trecho do discurso de Médici: “creio no surto industrial brasileiro, em bases estáveis (...) de nosso exclusivo interesse. Buscando-se a evolução, o mais cedo que se possa, dos tempos de filial para os tempos de matriz” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 20). A primeira observação que se faz em relação à abordagem reproduzida segundo as palavras do chefe de Estado brasileiro está exatamente nessa metáfora entre filial e matriz. O enunciador sugere que a aproximação com os EUA pode significar ao Brasil enfrentar ou romper com a condição de filial. Em seguida, no lide, a frase do presidente é interpretada e a revista questiona suas intenções. “Se a palavra ‘filial’ fôsse substituída por Brasil e ‘matriz’ por Estados Unidos, o discurso poético e simbolista do General Emílio Garrastazu Médici ficaria alterado de forma talvez profunda e, sem dúvida, fora das exatas intenções do nôvo presidente” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 20). *Veja e Leia* revela, nas linhas seguintes, o que chama de “um incômodo com o americanismo”.

Segundo a publicação, os Estados Unidos sempre foram uma preocupação para os presidentes e para o povo brasileiro. No jogo de palavras, *Veja* mistura análise política com poesia e ironia.

A grande nação do Norte sempre paira como um mito e um desafio diante de cada novo presidente brasileiro. E não apenas para os presidentes; a presença, o mistério e a quase provocação da grandeza americana apresentam-se brutalmente para o homem comum das cidades deste país tropical, abençoado por Deus, mas como que punido pela doença do subdesenvolvimento (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 20).

De acordo com a revista, o pronunciamento de Médici ocorreu pouco antes do discurso de Nixon sobre a nova política dos Estados Unidos em relação à América Latina. O texto informa que o presidente dos Estados Unidos não quer ser mais o “tutor de países subdesenvolvidos” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 56). Nixon anunciou o corte total de ajudas econômicas vinculadas. Segundo *Veja e Leia*, até aquele ano, “90% dos empréstimos americanos exigiam que o dinheiro fosse gasto em compras no próprio EUA” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 56). Com a nova política, elas poderão ser feitas em qualquer país. Em outro parágrafo, para indicar que o Brasil se inspira na economia e na cultura norte-americana, o enunciador volta a ironizar o presidente brasileiro.

Subindo a Rua Augusta, área de comércio chique de São Paulo, um nacionalista preocupado encontra na esquina da Rua Estados Unidos a Panificadora Colúmbia. Ao seu lado, a loja de presentes Mickey. Seguindo os letreiros, os sinais do estigma se repetem, Meias Walter, Cine Park, Yellow Dog, Sister’s Shop, Good Joe, Kodak, Voom Voom, indefinidamente, na mesma língua que já foi estranha e hoje é uma espécie de segundo vernáculo. São os nomes de bares, boates, lojas, cinemas da cidade grande, que no campo são substituídos pelos nomes das máquinas Catterpillar, Yale, Clark, Hyster [...]. Estas imagens quase opressivas da presença americana, às vezes involuntária, misturam-se obrigatoriamente a qualquer tentativa de analisar as mudanças nas relações do Brasil com os Estados Unidos. Talvez a referência do Presidente Garrastazu Médici à condição filial em que seu país se encontra tenha sido inspirada, em parte, nestas imagens (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 20-21).

Veja e Leia ainda indica que o presidente brasileiro, na realidade, esperava uma resposta. De acordo com o texto, Médici, enquanto dirigia o SNI (Serviço Nacional de Informações)¹¹⁰, contribuiu para a redação do relatório que os brasileiros apresentaram a Nelson Rockefeller. “Garrastazu Médici esperava o pronunciamento do presidente americano para ver onde suas sugestões teriam sido aprovadas e transformadas em política” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 21). Mas não teve muitas surpresas porque era amigo dos ministros Hélio Beltrão e Delfim Neto, que sabiam das últimas posições

¹¹⁰ Em 1967, Médici sucedeu Golbery do Couto e Silva na chefia do Serviço Nacional de Informações.

econômicas do Brasil diante dos Estados Unidos por terem frequentado as reuniões da CECLA (Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana), em Viña del Mar, no Chile, e do CIES (Conselho Interamericano Econômico e Social), em Porto of Spain, Trinidad. Segundo a revista, em Viña del Mar, o Brasil, com outros países latino-americanos, assinou uma declaração acusando os Estados Unidos de não cumprirem compromissos assumidos com a América Latina ao longo dos últimos anos.

Segundo a reportagem, durante o discurso do chanceler chileno Gabriel Valdés, na abertura da reunião do CIES, já com a presença da delegação americana, a definição das posições – Estados Unidos de um lado, América Latina de outro – “tornou-se mais radical” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 21). Lá, Valdés anunciou: “Não devemos ser pacatos, pequenos, timoratos e entreguistas. Não vejo por que deveríamos manifestar nossas idéias previamente amoldadas ou reduzidas àquilo que nós acreditamos que os ouvidos dos Estados Unidos podem escutar” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 21). O enunciador ressalta então que é por isso que o discurso de Nixon sobre a nova política dos Estados Unidos em relação à América Latina não foi uma surpresa. Em seguida, *Veja e Leia* afirma que, do ponto de vista político, Nixon oferece o que o Brasil e os latino-americanos propuseram na Declaração de Viña del Mar: “A necessidade de ‘respeitar a personalidade própria da América Latina’ e de buscar soluções elaboradas com critérios próprios, que reflitam a identidade nacional” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 21).

Nixon prometeu criar um novo órgão com a participação dos latinos para dar assistência ao desenvolvimento no hemisfério. Para a revista, “a generosidade no campo das promessas políticas só se traduz numa medida no nível prático – embora esta seja extremamente importante e atenda uma longa aspiração latina” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 21).

Adiante, *Veja e Leia* reforça como funcionará a nova política dos Estados Unidos para países latino-americanos. “Os empréstimos da Agência Internacional de Desenvolvimento, órgão do governo americano, não precisarão ser gastos exclusivamente na compra de equipamentos nos próprios Estados Unidos” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 21). Mas a revista indica que a liberdade concedida por Nixon não é total.

As compras ainda continuam restritas – desta vez à América tôda. Para o Brasil a situação é mais vantajosa do que para seus irmãos do continente: como já possui um parque industrial desenvolvido, deverá passar a receber encomendas

não só das empresas locais como dos países vizinhos (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 21).

De acordo com o enunciador, fora da área econômica, “Nixon mostra também sua simpatia para o caso brasileiro” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 21). A reportagem relata que a declaração do presidente dos Estados Unidos de que prefere a democracia “mas no nível diplomático devemos lidar realisticamente com os governos dentro do sistema interamericano tais como são” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 21) “encerrou a fase de timidez da diplomacia americana nas suas relações com governos obrigados a suspender garantias democráticas, como foi e continua sendo o caso do Brasil” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 21-22).

Em outro parágrafo, a revista indica que o Brasil só teve um problema grave com diplomatas americanos por questões econômicas. Foi em 1854, quando Washington tentou forçar uma passagem para seus navios através do rio Amazonas sem pedir permissão às nossas autoridades. O resultado: a expulsão do Secretário de Estado e do ministro americano no Rio, Henry Wise. Já no campo interamericano, a matéria afirma que o Brasil e os Estados Unidos não têm nenhuma divergência específica e estão próximos do acordo total nas questões da subversão e da segurança continental. Porém, para *Veja e Leia*, é na área econômica que o Brasil tem de se preocupar mais quando se faz um balanço das relações com os Estados Unidos.

Em 1963, com uma dívida nos EUA de aproximadamente meio bilhão de dólares, estas relações comerciais haviam chegado a um ponto crítico. Na época, o Presidente John Kennedy chegou a dizer: “Não há nada, na realidade, que os Estados Unidos possam fazer em benefício do povo do Brasil se existe uma situação tão instável nas finanças e na economia daquele país” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 22).

A reportagem destaca que o governo teve de adotar medidas que corrigissem a situação. Aqui, *Veja* se posiciona claramente e aponta o que ela entende como viável para o Brasil. Ao mencionar as medidas de correção de rota, o enunciador preconiza que elas deveriam estar “dentro da clássica teoria do liberalismo, isto é, de deixar a economia entregue às forças do mercado para que elas a conduzam à normalidade” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 22). De acordo com *Veja e Leia*, o efeito seria tornar as importações “mais caras, dificultando-as, e, ao mesmo tempo, estimular as exportações – com o que seria obtido novo ponto de equilíbrio. Como reforço de divisas, e para estimular o desenvolvimento, o país procurou ainda atrair o capital estrangeiro” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 22-23). O texto, antes mesmo de a revista completar dois anos

de circulação, afirma que as exigências aos países em dificuldades sempre provocaram reações, mas acabaram respeitadas. Desde o início, o título da Editora Abril atua em duas frentes na relação do Estado brasileiro diante do norte-americano: princípios liberais são apontados como caminho para fortalecer a economia interna e, para isso, a associação que se faz encontra amparo na matriz segundo a qual os Estados Unidos surgem como uma espécie de matriz para um Brasil-filial.

No Brasil, as importações foram liberadas (no Governo Castelo foram reduzidos os impostos sobre os produtos estrangeiros, provocando, segundo muitos críticos, a invasão de produtos supérfluos e estabelecendo competição desleal para os produtos nacionais). Procurou-se também oferecer condições atraentes ao capital estrangeiro, reformando-se a lei de remessa de lucros e aprovando-se o tratado de garantia e acordo de bitributação com os Estados Unidos [...] (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 23).

Segundo a matéria, apesar da modesta entrada de capitais estrangeiros no país, em alguns casos verificou-se um rápido avanço de grandes empresas americanas e estrangeiras em geral, o que não agradou a todos. “Áreas empresariais brasileiras protestaram, sobretudo contra o fato das concorrentes americanas realizarem seu salto sem a vinda de dólares” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 23-24). Para a revista, trata-se de um aparente paradoxo que tem explicação:

A expansão decorreu da utilização de recursos levantados aqui mesmo, ou de outras vantagens resultantes do tratamento favorável que o país dá ao capital estrangeiro. O problema – que teria inclusive deflagrado sentimentos nacionalistas em algumas áreas das Forças Armadas – já que merecera a atenção dos EUA antes mesmo do pronunciamento de Nixon (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 24).

Mas, de acordo com o enunciador, a orientação do governo brasileiro em relação ao investimento norte-americano – e estrangeiro em geral – não mudou, mesmo sob o impacto publicitário dos movimentos nacionalistas militares. Segundo a revista, apesar das reclamações de alguns industriais de setores específicos, o presidente julgou benéfica a vinda das empresas estrangeiras. Nas linhas seguintes, *Veja e Leia* ressalta o que um de seus repórteres, Hélio Gama, ouviu os empresários:

[...] a opinião da maioria é a seguinte: “O Brasil é um país carente de capitais, nós temos e trazemos para cá. Com isso criamos uma indústria, aumentamos a renda de uma parcela significativa da população, temos o lucro que nos mantém no negócio, reinvestimos o lucro ou o remetemos. Com isso todos ganham: o Brasil, que recebe capitais que não possui, os brasileiros, cuja renda aumenta, e nós, que ganhamos dinheiro com nossa empresa. Os brasileiros devem confiar no futuro. As grandes empresas americanas de hoje foram pequenas empresas

também. Que cresceram como as brasileiras crescerão (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 25).

No parágrafo final, o enunciador sentencia, mais uma vez mostrando como o capitalismo é um ponto nodal sobre o qual *Veja* articula um discurso e um ideal prescritivos para o país como indicador de desenvolvimento, na mesma proporção que quem ouse questioná-lo é o Outro – terrorista e subversivo.

Que o Brasil é um país capitalista e que a Revolução agora chefiada pelo General Garrastazu Médici o manterá nesta trilha não há – a não ser nas ideias subversivas dos grupos terroristas – nenhuma dúvida. Mas é um país capitalista que quer ser matriz, e não mais filial, como diz o nôvo presidente. (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 25).

De quebra, a reportagem ainda chamou a ditadura militar, em plena vigência do AI-5, de revolução chefiada pelo General Médici. E voltou a estabelecer a metáfora de matriz e filial.

Dois anos depois, a desvalorização do dólar foi tema de capa de *Veja e Leia*. No início dos anos 70, uma desregulamentação do sistema monetário internacional causou uma crise e travou o ritmo de crescimento de países industrializados. O dólar, referência a todas as economias ocidentais desde a década de 40, sofreu uma desvalorização em 15 de agosto de 1971 e perdeu a paridade em relação ao ouro¹¹¹. A decisão tomada pelo presidente norte-americano levou a uma flutuação das moedas e a uma instabilidade no comércio internacional.

Esse contexto, segundo Havana Alicia de Moraes Pimentel Marinho¹¹² (2010)¹¹³, fez com que os anos 70 começassem mal para os Estados Unidos, que enfrentaram recessão e inflação. Parte da população lidava com o desemprego e a queda no padrão de consumo. O país tinha ainda gastos militares elevados para custear a Guerra do Vietnã, além de financiamentos externos para assegurar zonas de interesses.

O déficit dos Estados Unidos em 1970 era de US\$ 9,8 bilhões. Após a Segunda Guerra, o PIB americano que representava 34% da produção mundial caiu para abaixo de 30% em 1971. Além desse complexo cenário, o enfraquecimento do

¹¹¹ Padrão dólar-ouro é um indicador criado no fim da Segunda Guerra Mundial, na Conferência de Bretton Woods, em julho de 1944. O encontro definiu diretrizes para a economia mundial até o início do século XXI, sendo criados, na mesma conferência, o Banco Mundial, o FMI e o Gatt (Acordo Geral sobre tarifas Aduaneiras e Comércio). Dessa conferência, surgiu um novo padrão monetário mundial, o padrão dólar-ouro. Os Estados Unidos estabeleceram que 35 dólares valeriam uma onça troy (31,1g) de ouro.

¹¹² Doutora em Economia Política Internacional pelo Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

¹¹³ ESTADOS UNIDOS: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo. In: História em Reflexão – Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan/jun 2010.

dólar diante da ruptura do padrão dólar-ouro também desencadeou uma série de consequências negativas [...]. O país que era invejado e copiado vivia uma crise financeira com desdobramentos negativos para as trocas financeiras globais (BANDEIRA, 2006 apud MARINHO, 2010, p. 5).

A edição do dia 25 de agosto de 1971 trouxe a imagem do “Tio Sam”¹¹⁴ na capa com a chamada “A jogada está feita. E agora?” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 1). No destaque no canto esquerdo superior, o enunciador indica que a crise econômica norte-americana ultrapassa as fronteiras. “Dólar – o que a crise significa para o Brasil” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 1).



Figura 76. Capa A jogada está feita. E agora?, nº155, 1971

No miolo, o enunciador publica duas matérias sobre a crise. A primeira está na editoria Internacional. A segunda, que menciona o Brasil, aparece na editoria de Economia e Negócios. A reportagem de capa, sob a chamada “Um plano Marshall para os EUA” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24), tem uma charge por meio da qual se ironiza a situação econômica norte-americana. À direita, o desenho de dois homens que conversam. Um de terno e chapéu e o outro, com uma calça e um suéter escrito “Técnico”. A imagem traz o seguinte diálogo: “Estamos muito bem no campeonato – a não ser pelos resultados” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). Atrás do “técnico”, um

¹¹⁴ Um dos símbolos mais caricatos dos Estados Unidos, a figura de Tio Sam foi criada por soldados americanos no norte do Estado de Nova York.

quadro aponta a situação com indicadores macroeconômicos que sugerem que os Estados Unidos estão perdendo todas: “Desemprego – 6 EUA – 0; Taxas de Juros – 8 EUA – 0; Custo de vida – 14 EUA – 0; Déficit – 47 EUA – 0” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). No centro, a foto do presidente Nixon com expressão preocupada com a legenda: “Nixon em Nova York: a defesa de sua nova política” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). À direita, o desenho de um carro com a porta do motorista aberta. Um homem, cujos traços lembram o presidente dos Estados Unidos, corre aparentemente para salvar uma pessoa atropelada. A placa no carro indica “Nixon – 1969-1971” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). Nas costas do indivíduo no chão está escrito “A Economia” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). A comunicação entre os dois personagens deixa clara que a intenção do enunciador é mostrar Nixon correndo para salvar a economia atropelada. A ambiguidade reside justamente na ideia de que o mesmo Nixon que o atropelou é aquele que corre, com uma maleta de primeiros socorros, para salvá-lo. “Tua sorte é que eu estava passando por aqui” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24).



Figura 77. Charge – Nixon em Nova York: a defesa da sua nova política, nº155, 1971

No lide, o enunciador força a ideia de que a boa fase da economia dos Estados Unidos acabou. O texto começa com “Foi o fim de uma era” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). Em seguida, destaca que há um quarto de século, os Estados Unidos emergiam da Segunda Guerra com a “súbita consciência de que eram a maior potência mundial, isolada entre as ruínas, na Europa e na Ásia, de aliados e inimigos irmanados

na mesma perspectiva de caos econômico e social” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). Mesmo num momento em que a economia norte-americana enfrentava uma crise com consequências internas expressivas, *Veja* encontrou uma forma de enaltecê-la num primeiro momento para, só depois, apontar, com critérios discutíveis, suas fragilidades. A revista resume: “Seguiram-se 25 anos em que a grande potência afirmou sua liderança política, fazendo de sua economia o fiel da balança dos mercados internacionais e de sua moeda o mais poderoso instrumento de trocas da História” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). Este cenário, diz o enunciador, sofreu alterações com a desvalorização do dólar. Em outro trecho, a publicação conta que, no dia 15 de agosto, o presidente Richard Nixon, em discurso transmitido pela televisão, avisou que tudo iria mudar. De acordo com a reportagem, “a crise econômica americana, cujos primeiros sinais foram notados há cinco anos, atingira os limites do suportável” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). A matéria afirma que “para enfrentá-la, era indispensável proteger o dólar – e essa proteção (em síntese, o fim da garantia da conversão pelos EUA de dólares em ouro) implicava uma total subversão do sistema monetário internacional” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24).

Para a revista, o que Nixon anunciou foi “a necessidade de fazer ceder os interesses externos dos EUA e os de seus aliados, ante a pressão dos problemas domésticos” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). O texto explica que os indicadores eram “assustadores” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). A reportagem sintetiza: “O déficit orçamentário, que crescia desde o governo Truman, subira para 47 bilhões de dólares nos três anos de Nixon. Enquanto isso, o custo de vida aumentava em 20% nos últimos quatro anos, e o desemprego atingia 6% da força de trabalho” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). Segundo *Veja e Leia*, a declaração inesperada de Nixon gerou “reações entre pânico e a exasperação” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). O enunciador ainda afirma que a situação se tornou mais complicada com o telegrama enviado por Pierre Paul Schweitzer, diretor do FMI, a 117 países membros. Schweitzer escreveu: “A não ser que se tomem medidas rápidas, as perspectivas são de desordem e discriminação nas relações comerciais e monetárias, prejudicando gravemente o intercâmbio e minando o sistema que tão bem tem servido ao mundo” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). A revista conclui: “Era evidente que, por mais graves que fossem os sintomas de crise americana, ninguém esperava uma reviravolta tão profunda no comportamento internacional dos EUA” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). Em seguida, o enunciador relata “o mais amplo conjunto de medidas econômicas já tomadas

neste país em quatro décadas” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). Nixon anunciou que, daquele momento em diante, os Estados Unidos não mais trocariam por ouro os dólares apresentados por outros países, a não ser “em quantidades e condições favoráveis à estabilidade monetária” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24). Ao mesmo tempo, o presidente decretava um congelamento geral de preços e salários por 90 dias, “uma sobretaxa de 10% nos produtos importados e uma redução de 4,7 bilhões de dólares no orçamento federal, através de cortes no funcionalismo e congelamento de salários durante a primeira metade de 1972” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 24).

Veja e Leia ressalta que tudo isso era impensável porque sete semanas antes de ter feito essas declarações, Nixon chegou a anunciar que não iria propor qualquer redução de impostos “e que continuava acreditando nas virtudes de sua política econômico-financeira baseada muito mais na paciência do que na ação” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 25). A reportagem afirma que à medida que o tempo passava e os resultados positivos da estratégia não apareciam, o presidente começou a perder a paciência.

O texto relata que, chamados às pressas, os principais assessores econômicos de Nixon estiveram na casa de campo dele. “Foram lá, naturalmente, o ‘quarteto’ – John Connally, secretário do Tesouro, Arthur Burns, diretor da Comissão de Reserva Federal, George Achultz, diretor do Orçamento, e Paul McCracken, presidente do Conselho de Assessores Econômicos” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 25). O encontro foi considerado secreto porque Nixon impôs algumas exigências: “por ordem do presidente, os telefonemas pessoais (mesmo para esposas) foram proibidos e as únicas comunicações com o mundo exterior deveriam ser para pedir informações específicas, sem dar a ideia do que estava sendo tratado” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 25).

De acordo com *Veja e Leia*, com exceção dos importadores, homens de negócios receberam bem as medidas tomadas por Nixon. “Os mais animados eram os industriais, que vêm sendo acuados pela concorrência estrangeira. O entusiasmo maior, entretanto, ficou com os investidores. As perspectivas mais otimistas ficam para as indústrias automobilísticas” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 25). A revista afirma, por fim, que Detroit é a principal beneficiária do programa do presidente Richard Nixon. “Detroit vai ser de fato o teste-chave do novo programa. Um aumento na produção trará uma importante redução no desemprego (100 000 carros representam 25 000 empregos)” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 26-27). O enunciador relata que, apesar do otimismo de indústrias e investidores, a primeira semana do novo curso econômico trouxe problemas

à economia norte-americana. O maior deles foi a deterioração das relações do governo com parte dos sindicatos.

O congelamento vai impedir, por exemplo, que ferroviários recebam o aumento que haviam conseguido com a greve do mês passado. Há também o problema das greves atualmente em curso (cêrca de 360, envolvendo 150 000 operários), que ficam sem perspectiva de solução. E resta a questão dos 500 000 trabalhadores (mineiros de carvão, parte dos portuários, empregados na indústria aeroespacial) cujos contratos expiram nas próximas semanas ou meses (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 27).

Em seguida, *Veja e Leia* se arrisca a traçar um panorama sobre as medidas que beneficiam Detroit e avalia que a indústria automobilística japonesa será prejudicada. Para a revista, a diplomacia econômica ampliou a crise de confiança bilateral.

Os japoneses foram os mais atingidos pela crise americana, e enfrentam as mais sombrias perspectivas de comércio de todos os grandes aliados dos Estados Unidos. A sobretaxa de 10%, mais os custos adicionais de um dólar flutuante, podem cortar as exportações japonesas para os Estados Unidos em 1 bilhão de dólares por ano. Se o yen fôr revalorizado, como se espera, a perda pode chegar à devastadora cifra de 1,5 bilhão de dólares (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 29).

Em seguida, o enunciador analisa os efeitos da mudança na política interna norte-americana. Segundo a matéria, o tema da paz, algo que a reportagem define como grande trunfo inicial de Nixon, foi esvaziado com a retirada progressiva de militares do Vietnã. Para a revista, essa foi “uma perspectiva plausível de paz a médio prazo” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 29). A necessidade agora era debater os rumos da economia. Nixon agiu na direção que os democratas defendiam “quanto à redução de impostos e ao congelamento de preços e salários” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 29).

Nas linhas finais, o enunciador volta a exaltar Nixon como aquele que poderá salvar não só a economia, mas também a paz mundial. “Richard Nixon, provável candidato da paz, pode assim se tornar, se as coisas correrem bem, o candidato da paz e da prosperidade” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 29).

A reportagem foi publicada um ano antes da reeleição de Nixon e este binômio – recuperação da economia e redução do contingente militar no Vietnã – não foi debatido como possível estratégia de campanha, apenas exaltado com o uso repetido do aposto “candidato da paz”.

A segunda matéria traz o Brasil em meio à crise nos Estados Unidos, sob a chamada “O dólar não espanta o Brasil” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 59). De acordo com *Veja e Leia*, as lideranças políticas brasileiras receberam o discurso de Nixon com

o mesmo impacto de qualquer autoridade monetária do mundo. “Nem mesmo os mais íntimos parceiros dos Estados Unidos ficaram sabendo da profundidade das medidas a serem adotadas por Nixon” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 59), avaliou o ministro da Fazenda, Delfim Netto. Para a revista, essa surpresa explica “a rapidez, talvez desnecessária, com que o Brasil reagiu aos acontecimentos” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 59). O texto relata que a gerência de câmbio do Banco Central transmitiu, já na segunda-feira por telefone para as agências em todo o país, que estavam suspensas “tôdas as operações de câmbio, embora fôsse irrealístico imaginar que o discurso de Nixon – no domingo – pudesse provocar no mercado brasileiro a mesma enxurrada de trocas de dólares por moeda nacional que ocorreu, por exemplo, na Europa e no Japão” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 59). No dia seguinte, outro comunicado reabriria as operações de câmbio. Foi o momento no qual Delfim analisou pontos do discurso de Nixon que atingiam diretamente o Brasil. “Uma desvalorização do dólar obrigaria outras *moedas que não são mais fortes que ela – como o cruzeiro* – a acompanharem, pelo menos até certo ponto, seu declínio” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 59. Grifo nosso).

De acordo com o enunciador, em entrevista coletiva, Delfim deixou claro que o país continuará com a política cambial flexível, capaz de satisfazer seus interesses. *Veja e Leia* interpreta: “Ou seja, o Brasil pode desvalorizar sua moeda para tornar as exportações mais baratas e as importações mais caras – o que sempre é um bom negócio para qualquer país” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 59). Em seguida, a revista recorre a fontes anônimas para indicar os próximos passos.

Na verdade, alguns especialistas admitem que o governo, antes de qualquer providência nesta área, aguarde a reabertura dos mercados de câmbio na Europa para perceber melhor até onde pode cair o dólar. Depois disso, é ainda admissível que chegue ao fechamento do ano – quando, mais uma vez, o cruzeiro manteria uma média anual de desvalorização em torno de 15% – realizando, normalmente, suas mini-desvalorizações, e aguarde o início de 1972 para acompanhar a queda do dólar na proporção necessária (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 59).

Mesmo diante da possibilidade de sofrer consequências na economia interna, a publicação reforça o apoio à decisão do presidente americano e afirma que o governo brasileiro deverá seguir os passos de Nixon.

“Quando é preciso adotar medidas tão graves quanto as anunciadas por Nixon, não se avisa ninguém”, disse Delfim em entrevista exclusiva a VEJA. “Mais tarde caberá aos demais parceiros acertarem seus ponteiros de acordo com seus

próprios interesses.” Em suma, o governo brasileiro entende e justifica a decisão de Washington e a maneira como foi tomada (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 59).

Veja e Leia prossegue com a análise que sugere submissão da política econômica nacional à norte-americana, sem esmiuçar a fundo os desdobramentos internos. Na prática, as exportações brasileiras e as de qualquer outro país chegariam mais caras ao mercado americano. A revista minimiza um eventual impacto ao afirmar que “embora possa ser prematuro calcular os prejuízos brasileiros com a sobretaxa, eles não devem ser superiores a 20 milhões de dólares” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 60). O enunciador conclui: “Se essa estimativa se confirmar, os prejuízos com a sobretaxa pouco ou quase nada pesariam no volume das exportações brasileiras, que, em 1970, alcançaram um total de 2,7 bilhões de dólares” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 60).

Na linha de referendar as medidas dos Estados Unidos, *Veja e Leia* encontra uma forma, no parágrafo final, de mostrar que a decisão de Nixon pode ser boa para o país. “Apesar de todas as desvantagens, a sobretaxa de 10% pode resultar benéfica para o Brasil. Obriga os exportadores a diminuïrem seus custos – e portanto a serem mais eficientes – para anular os efeitos dos 10%” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 61). A desvalorização do dólar também pode ser boa e, segundo a reportagem, a dívida externa se torna menor.

[...] como explicou João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento, a Luís Fernando Martins Pereira, repórter da sucursal de VEJA no Rio de Janeiro: “Nossas reservas cambiais são de ordem de 1,4 bilhão de dólares, sendo que cerca de 700 milhões são em moeda americana. Mas a nossa dívida externa (embora a maior parte seja a longo prazo) chega a 5 bilhões. Como a dívida é maior que as reservas, saïremos ganhando com uma desvalorização do dólar” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 61).

A matéria publicada tem um quadro comparativo no qual o enunciador recorre novamente a fontes anônimas, genericamente citadas logo no início do texto, para afirmar que há semelhanças nas estratégias adotadas pelos dois países. Nele, a publicação valoriza “a técnica brasileira de combate à inflação” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 61) e avalia que o governo brasileiro, em pleno regime militar, adotou medidas drásticas para contê-la. Entretanto, a arte traz ainda uma informação segundo a qual “exportar técnicas de produção ou *know-how* costuma ser privilégio de economias altamente desenvolvidas” (VEJA E LEIA, nº155, 1971, p. 61). Estaria o Brasil se atrevendo a fazer algo que não tem condições?

| O Brasil exporta know-how | |
|--|--|
| BRASIL | ESTADOS UNIDOS |
| 1) taxa flexível de câmbio | 1) não conversibilidade do dólar em ouro |
| 2) política tarifária | 2) taxa de 10% sobre certas importações |
| 3) Conselho Interministerial de Preços | 3) congelamento de preços |
| 4) política salarial | 4) congelamento de salários |

Exportar técnicas de produção, ou know-how, costuma ser privilégio de economias altamente desenvolvidas. Na semana passada, porém, após a análise do discurso em que o presidente Richard Nixon anunciou as medidas com que enfrentará a inflação americana e o desagradável déficit em seu balanço de pagamentos, alguns especialistas brasileiros descobriram semelhanças que poderiam revelar a exportação para os Estados Unidos da técnica brasileira de combate à inflação. A semelhança de técnicas, porém, pode ser ainda atribuída ao fato de que, se a inflação é grave, não há muitas saídas. Ainda mais se o governo reúne poder político suficiente para adotar medidas drásticas — como o brasileiro a partir de 1964 — ou precisa tomar medidas drásticas para continuar a ter poder político — como Richard Nixon, agora às vésperas de uma campanha eleitoral.

Figura 78. Box O Brasil exporta *know-how*, nº155, 1971

Em dezembro de 1971, ainda sob o impacto das decisões de Nixon, o sistema monetário internacional permanecia instável. Dennis R. Appleyard, Alfred J. Field Jr, Steven L. Cobb e André Fernandes Lima (2010) relatam que, para amenizar a especulação e a incerteza, as autoridades monetárias das principais nações industrializadas se reuniram em Washington, no Instituto Smithsonian¹¹⁵, para estabelecer uma nova configuração de arranjos de taxa de câmbio. Segundo eles, “essa reunião levou ao Acordo Smithsonian, que estabeleceu um novo valor de paridades (chamadas taxas centrais)” (APPLEYARD; FIELD JR; COBB; LIMA, 2010, p. 743).

Os países selaram um acordo por meio do qual se permitia uma variação bilateral de 2,25%, “assim introduzindo uma maior flexibilidade na taxa de câmbio do que era permitido sob a variação percentual de + ou - 1% do sistema de Bretton Woods” (APPLEYARD; FIELD JR; COBB; LIMA, 2010, p. 743). O Acordo Smithsonian gerou otimismo em relação ao futuro entre os governos participantes, e o presidente

¹¹⁵ Instituição educacional e de pesquisa associada a um complexo de museus, fundada e administrada pelo governo dos Estados Unidos.

Nixon o chamou de “o acordo monetário mais significativo na história do mundo” (APPLEYARD; FIELD JR; COBB; LIMA, 2010, p. 743). Porém, para Dennis R. Appleyard, Alfred J. Field Jr, Steven L. Cobb e André Fernandes Lima (2010), este julgamento foi prematuro. Em fevereiro de 1973, o dólar sofre nova desvalorização em relação ao ouro e este foi o principal assunto de *Veja e Leia* do dia 21 daquele mês. Com a chamada “Alguém ainda quer dólares?” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 1) e a linha fina “por que o cruzeiro ficou mais independente” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 1), a publicação traz a Estátua da Liberdade com um semblante preocupado ou furioso.



Figura 79. Capa Alguém ainda quer dólares?, nº233, 1973

A reportagem de miolo tem o título “Dólar: o preço da falência” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 67). Nela, o enunciador ressalta que “a dramática nudez do dólar coloca à vista o fim de um sistema com 29 anos de vida” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 67). A revista se refere ao sistema monetário com base no dólar e, mesmo num cenário de volatilidade, não desperdiça a oportunidade de trazer uma fonte que exalte a pujança da economia norte-americana em escala global. Para *Veja e Leia*, o sistema financeiro poderia funcionar “suavemente enquanto os Estados Unidos ‘soubessem representar seu papel de banqueiro internacional’, como diria Herbert Giersch, diretor do Instituto de Economia Mundial, de Kiel, no norte da Alemanha” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 67). Porém, o texto avalia que “o banqueiro mundial está há pelo menos quatro anos

insolvente” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 67). De acordo com a reportagem, as reservas americanas, depositadas no Fort Knox¹¹⁶, no Tennessee, são “insuficientes para cobrir sequer os 50 bilhões de dólares nas mãos dos bancos centrais dos países desenvolvidos (ainda há 90 bilhões vagueando pelo mundo)” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 67). Segundo *Veja e Leia*, “esta situação de penúria tornou inevitável o reconhecimento de que o sistema monetário com base no dólar não tem mais condições de sobreviver” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 67).

O enunciador cita uma nota do Ministério da Fazenda que anunciava que o cruzeiro estava valorizado em 3% em relação à nova cotação do dólar. Segundo a revista, o país precisou adotar ações estratégicas. No texto, quem explica as medidas é o ministro Delfim Netto. “A chave do problema era encontrar uma solução que permitisse ao Brasil continuar aumentando suas exportações sem inflacionar” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 67). *Veja e Leia* lança duas hipóteses:

A primeira seria a de acompanhar o dólar na sua queda. Com isto, se intensificariam as exportações para países de moeda forte (os que não acompanharam a queda do dólar) pelo barateamento dos nossos produtos. Mas, em contrapartida, haveria um correspondente aumento no preço das importações. E como, atualmente, o Brasil compra mais da Europa que dos Estados Unidos – quase o dobro – a desvalorização de 10% teria pesados efeitos inflacionários num ano em que a meta é de 12%. A segunda seria a de manter a paridade com as moedas fortes, isto é, o preço de compra do dólar por cruzeiro ficaria 10% mais barato (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 67-68).

Para *Veja e Leia*, esse cenário também não interessaria ao país, pois tornaria mais difícil exportar para os Estados Unidos. Ao decidir por uma valorização de 3% em relação ao dólar, o governo pretende alcançar os seguintes objetivos, listados pelo enunciador:

A – não absorver a inflação americana/ B – impedir que a dívida externa, da qual a metade pelo menos é representada por moedas fortes, sofra um pesado aumento de ônus (pagamento de juros e amortização); C – não prejudicar as nossas reservas cambiais, em que os dólares atualmente são a menor parte (se fossem a maior, isto significaria uma depreciação de 3%); D – sustentar a capacidade de competição do exportador brasileiro no mercado americano, sem provocar efeitos inflacionários internos. E, no caso de eventuais distorções, sempre haveria o mecanismo da taxa de câmbio para introduzir correções (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 68).

Em outro trecho, o enunciador narra que todos esses acontecimentos não se comparam ao “vendaval” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 68) que o ministro das

¹¹⁶ Posto do Exército dos Estados Unidos, em Kentucky, onde fica um grande depósito de ouro.

Finanças da Alemanha Ocidental, Helmut Schmidt, enfrentou em Frankfurt por causa de especuladores. Segundo a reportagem, apesar dos controles criados pelo governo alemão – que chegou a proibir a contratação de empréstimos de empresas alemãs no exterior –, os negociantes de divisas conseguiram levar dólares àquele país para trocar por marcos. Para combatê-los, Schmidt procurou “obstinadamente o que chamou de ‘uma solução europeia’, que seria uma flutuação conjunta de todas as moedas dos países do Mercado Comum Europeu em relação ao dólar” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 69).

Schmidt se encontrou com um enviado especial do governo americano, Paul A. Volcker, subsecretário do Tesouro para assuntos monetários. Na conversa, o ministro das Finanças da Alemanha Ocidental chegou a ouvir de Volcker a afirmação que com o revigoramento da Europa e do Japão, “o sistema monetário com base numa única divisa – o dólar – revelou-se insustentável” (VEJA E LEIA, nº233, 1973, p. 69). *Veja e Leia* relata que o representante americano apresentou um projeto, idealizado por seu chefe, George Schultz¹¹⁷, no qual se sugere um mecanismo de ajuste flexível das paridades monetárias baseado nas variações das reservas cambiais.

Nos anos seguintes, 1974 e 1975, o enunciador não deu destaque às relações econômicas e políticas entre Brasil e Estados Unidos. A partir de 4 de junho de 1976, o nome da publicação muda para *Veja*. De 1968 a 25 de maio de 1975, a publicação levou, como foi apresentado em algumas das reportagens analisadas até agora, o nome “*Veja e Leia*”.

Em 1976, *Veja* reservou duas capas à relação entre os dois países. Numa delas, citam-se alguns atritos. O Brasil aparece, mais uma vez, como país que até reage, mas sempre acaba cedendo aos Estados Unidos. A edição de 18 de fevereiro, por exemplo, traz o então secretário de Estado americano, Henry Kissinger, como destaque e a manchete “Kissinger e o Brasil” (VEJA, nº389, 1976, p. 1).

¹¹⁷ Serviu como Secretário do Trabalho dos Estados Unidos, de 1969 a 1970; depois, como diretor do Escritório de Administração e Orçamento, entre 1970 e 1972 e Secretário do Tesouro de 1972 a 1974 - todos os cargos exercidos durante a presidência de Richard Nixon.

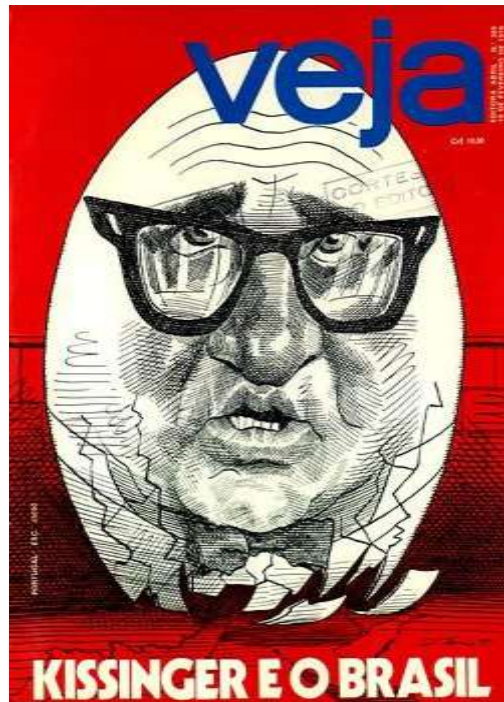


Figura 80. Capa Kissinger e o Brasil,
nº 389, 1976

A editoria Brasil trata da visita do secretário ao país com a reportagem “Mr. K descobre o Brasil” e a linha fina “Com elogios para distribuir e uma idéia a oferecer, Henry Alfred Kissinger chega finalmente esta semana sabendo também o que ouvirá” (VEJA, nº389, 1976, p. 22). O texto aponta que alguns dos amigos de Kissinger são brasileiros. Entre eles, o chanceler Azeredo da Silveira. De acordo com *Veja*, o tratamento entre eles chega ser “afetuoso e coloquial” (VEJA, nº 389, 1976, p. 22). O enunciador conta que o primeiro encontro entre os dois aconteceu em 1974, nos Estados Unidos. “Atraído pela informalidade com que o brasileiro expunha suas idéias sobre a dinamização da atividade do Itamaraty, Kissinger passou a aproximar-se dele e, desde então, ambos têm desenvolvido uma relação pessoal” (VEJA, nº389, 1976, p. 22). Mas, segundo *Veja*, esse “tom quase sempre amistoso” entre os dois países (VEJA, nº389, 1976, p. 22) não impediu que suas “chancelarias usassem linguagem forte e às vezes ameaçadora” (VEJA, nº389, 1976, p. 22). A revista conta que quando os Estados Unidos ameaçaram suspender embarques de equipamento militar ao Brasil porque o governo brasileiro se recusava a admitir mudanças nos termos do acordo de pesca de camarão entre os dois países, Silveira manifestou sua irritação com clareza. Depois, quando o Brasil insinuou que poderia adotar represálias contra os países, como os Estados Unidos, que criassem dificuldades ao acesso de suas exportações, foi a vez de

Kissinger estampar aborrecimento. Em seguida, o enunciador conclui: “O máximo que o secretário pode ter aprendido com o embaixador a respeito do Brasil é que mesmo um *governo tradicionalmente simpático aos Estados Unidos* não aceitava sem pestanejar certas idéias” (VEJA, nº389, 1976, p. 22. Grifo nosso).

Veja narra os preparativos da viagem de Kissinger. O texto informa que sua equipe preparou um “*briefing book*” sobre a América Latina, “uma espécie de manual político e econômico” (VEJA, nº389, 1976, p. 22). Nele, o Brasil é mencionado como país com “considerável conhecimento de finanças internacionais” (VEJA, nº389, 1976, p. 22). A equipe também foi responsável por editar o discurso de Kissinger. O enunciador destaca que no documento que “circulava discretamente no Departamento de Estado, já na primeira das 25 laudas com que Kissinger responderá no banquete à saudação do chanceler Azeredo da Silveira, ele dirá que o Brasil deixou definitivamente de ser o ‘país do futuro’” (VEJA, nº389, 1976, p. 22). A matéria indica que Kissinger vai falar de direitos humanos e retomará a discussão sobre “a necessidade de um *special relationship* entre Washington e Brasília” (VEJA, nº 389, 1976, p. 26. Grifo da revista).

Segundo *Veja*, para Kissinger, esse relacionamento especial se justificaria também pelo fato de o Brasil ser, na opinião dos assessores dele, um dos poucos países no continente com o qual os Estados Unidos podem dialogar com confiança. O tom da reportagem é este: a aproximação com o governo norte-americano acelera o caminho para que se viva a condição de nação do futuro, antecipando este futuro e tornando-o mais mensurável. Para validar essa ambientação, é preciso ressaltar que o Brasil soube manter os regimes e as políticas econômicas que se assemelham aos Outros de *Veja* a uma distância estratégica. “Considera-se no Departamento de Estado que o Brasil ‘não cedeu às tentações do momento para recorrer à demagogia internacional’” (VEJA, nº389, 1976, p. 26). *Veja*, por fim, enaltece Kissinger numa linguagem quase publicitária: “Seguramente, o atual chefe da diplomacia americana mais talentoso e imaginativo secretário de Estado jamais surgido na era pós-guerra” (VEJA, nº389, 1976, p. 27).

Na edição de 25 de fevereiro, *Veja* faz outro registro da visita de Kissinger. Diferentemente do que se apresentou em 5 de novembro de 1969, já não há mais o “xis”, simbolizando “versus” (duelo) entre os dois países. Agora a relação é apenas de amizade. A edição de 1976 traz como manchete “Brasil-EUA - Parceiros mais próximos” (VEJA, nº390, 1976, p. 1).



Figura 75. Capa Brasil X EUA – Novos tempos?, nº61, 1969



Figura 81. Capa Brasil-EUA – Parceiros mais próximos, nº390, 1976

A editoria Brasil traz “Uma lição bem aprendida” (VEJA, nº390, 1976, p. 12) e a linha fina “Kissinger mostrou em Brasília concordar com a tese da diplomacia brasileira: o melhor parceiro não é aquele que sempre diz sim” (VEJA, nº390, 1976, p. 12). Logo na primeira linha do texto, o enunciador faz um jogo de palavras com a declaração do então ministro das Relações Exteriores, Juracy Magalhães, em 1965, quando o governo Castelo Branco alinhou-se à política americana. Como citado anteriormente, Magalhães disse: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” (MILANI, 2011, p. 74). Nesta edição de *Veja*, uma nova interpretação: “O que é bom para o Brasil pode ser bom também para os Estados Unidos” (VEJA, nº390, 1976, p. 12). A construção textual reforça o propósito de parceria entre os dois países, mas o fato de Kissinger ceder à máxima não provocou fulminantes consequências políticas ou econômicas. Segundo o texto, embora haja uma boa relação entre o secretário e o chanceler, a visita de Kissinger à Brasília não sela um acordo político.

De fato, o memorando de entendimento, assinado por Kissinger e Silveira na manhã de sábado passado – ponto culminante e único fruto imediato da visita –, está longe de ser um acordo político. Ele apenas reúne um conjunto de normas destinadas a orientar os procedimentos a serem observados no “relacionamento especial” que, a partir de sua assinatura, deverá vigorar entre Brasil e Estados Unidos (VEJA, nº390, 1976, p. 12).

Em seguida, o enunciador cita alguns pontos do memorando assinado por Kissinger e pelo governo brasileiro. O documento fala da necessidade de dar “ampla expressão à solidariedade do mundo ocidental e aos benefícios a serem retirados de uma interpretação construtiva do conceito de interdependência entre todas as nações” (VEJA, nº390, 1976, p. 13). O memorando ainda prevê consultas semestrais entre os chanceleres do Brasil e dos Estados Unidos para tratar “sobre toda gama de assuntos de política exterior, tanto bilaterais quanto multilaterais” (VEJA, nº390, 1976, p. 13). O texto diz que Kissinger “ungiu” (VEJA, nº390, 1976, p. 13) um novo status internacional para o Brasil, “país que está assumindo seu lugar na primeira fila das nações” (VEJA, nº390, 1976, p. 13). E ele completou: “Bem-vindo o Brasil ao seu justo compartilhado papel de liderança internacional” (VEJA, nº390, 1976, p. 13). A revista não detalha o teor de Azeredo da Silveira no discurso sobre o relacionamento entre os países. A troca de afagos da chancelaria, valorizada por *Veja*, é curiosa, sobretudo se levado em conta o momento político que o Brasil atravessava, ainda sob a vigência do AI-5, e o interesse que o governo dos Estados Unidos tinha em manter o país alinhado ao bloco das economias capitalistas.

Em novo encontro, na visita à embaixada, o secretário norte-americano demonstrou otimismo nas relações Brasil-EUA. Ele enfatizou que “este é o mais importante país da América Latina, o que está mais próximo do estágio de desenvolvimento completo, que será uma das principais potências do mundo antes do fim do século” (VEJA, nº390, 1976, p. 15). *Veja* ainda exalta: “Kissinger, ao longo dos anos, desenvolveu incomparável know-how” (VEJA, nº390, 1976, p. 15). Nos parágrafos seguintes, o enunciador enumera outros encontros importantes de Kissinger no Itamaraty.

Seus interlocutores, além do dono da casa, seriam os ministros brasileiros da área econômica – Severo Gomes, da Indústria e do Comércio, Shigeaki Ueki, das Minas e Energia, Alysson Paulinelli, da Agricultura, Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, e João Paulo dos Reis Velloso, chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência –, todos eles encarregados de problemas concretos e munidos de cifras razoavelmente assustadoras sobre as relações comerciais Brasil-EUA (VEJA, nº390, 1976, p. 15).

Segundo a matéria, na reunião, discutiu-se a possibilidade de serem criados dois grupos de estudos. Um dedicado a problemas energéticos e outro às formas de cooperação na agricultura. Kissinger ficou mais uma hora e meia discutindo temas econômicos com Simonsen e Velloso.

A conversa centrou-se basicamente no mais grave problema das relações econômicas com os Estados Unidos, o comércio bilateral. Os ministros procuraram sensibilizar o secretário de Estado para o significado do déficit comercial que pesa contra o Brasil nas trocas de mercadorias com os Estados Unidos – 1,5 bilhão de dólares nos últimos dois anos, cerca de 20% do superávit total dos EUA em seu comércio exterior – contra-senso representado pelas barreiras americanas às exportações brasileiras de manufaturados (VEJA, nº390, 1976, p. 16).

De acordo com o enunciador, na relação comercial com os Estados Unidos, as desvantagens sucessivas nos dois últimos anos contribuíram “poderosamente para engrossar o caudal deficitário que a partir da crise do petróleo, em fins de 1973, passou a inundar a balança comercial brasileira – 4,5 bilhões de dólares em 1974 e 3,5 bilhões de dólares em 1975” (VEJA, nº390, 1976, p. 16). *Veja* enaltece o déficit na balança comercial brasileira, mas também destaca que os Estados Unidos estavam “em franca reabilitação econômica após a recessão de 1974 e 1975 – e ostentando no ano passado um superávit comercial de 11 bilhões de dólares” (VEJA, nº390, 1976, p. 16). Segundo a revista, “Simonsen e Velloso procuraram convencer Kissinger de que o Brasil, pela peculiaridade de seu relacionamento comercial com os Estados Unidos, merece um tratamento mais benevolente” (VEJA, nº390, 1976, p. 16).

A relação entre os dois países permaneceu na pauta, ano a ano. Ela foi editorialmente tratada nos anos subsequentes. Nos próximos quatro anos, a cobertura de *Veja* da relação entre Brasil e Estados Unidos dá ênfase ao desdobramento de tensões políticas e econômicas que nada se assemelham com o período que acabamos de mencionar.

Em 1977, ainda no governo Geisel, *Veja* traz a imagem de dois braços/punhos que indicam uma briga. A edição do dia 16 de março traz a manchete “Confronto Brasil-EUA” (VEJA, nº445, 1977, p. 1).



Figura 82. Capa o confronto Brasil-EUA, nº445, 1977

A editoria Brasil traz “Uma diplomacia de golpes e contragolpes” (VEJA, nº445, 1977, p. 20), que tem como linha fina “Ao dispensar ajuda militar americana e denunciar o acordo de 1952, o Brasil entra na fase mais difícil de suas relações com os Estados Unidos” (VEJA, nº445, 1977, p. 20). O texto tem duas fotos, nas extremidades: uma do presidente Geisel, na margem esquerda; e a de Jimmy Carter, à direita.



Figura 83. Uma diplomacia de golpes e contragolpes, nº445, 1977

A matéria relata que Geisel, ao anunciar a recusa por “qualquer assistência no campo militar de origem americana, por estar condicionada a um exame do quadro político brasileiro e da situação dos direitos humanos no país” (VEJA, nº445, 1977, p. 20), gerou mal estar.

[...] depois de permanecer exatos 15 minutos no gabinete do secretário geral do Itamaraty, Ramiro Saraiva Guerreiro, o embaixador americano John Hugh Crimmin deixou o Palácio dos Arcos com a fisionomia tensa e um papel no bolso do paletó. Era uma nota pela qual Brasília comunicava oficialmente a Washington que rompia o acordo militar assinado há 24 anos com os Estados Unidos (VEJA, nº445, 1977, p. 20).

Segundo a reportagem, a revelação da existência de um acordo e a quebra dele surtiu o efeito de golpe para os Estados Unidos. No entanto, a atitude do presidente foi vista de forma positiva. “‘Acho correta a atitude do governo brasileiro’, disse o presidente da Câmara Marco Antonio Maciel” (VEJA, nº445, 1977, p. 20). Em Washington, desde o pronunciamento de Geisel, pairou o sentimento de incompreensão. Para o enunciador, tudo isso só revela o quanto as coisas mudaram no decorrer do tempo.

De fato, dos já longínquos anos 50 aos dias de hoje, mudou substancialmente a doutrina militar brasileira e, com ela, mudaram as exigências quanto ao tipo e à qualidade do material bélico adequados ao país. E mudou, sobretudo, a antiga noção de que o Brasil deveria limitar-se inapelavelmente a importar os seus armamentos de um só fornecedor, o seu mais íntimo aliado (VEJA, nº445, 1977, p. 20).

De acordo com a revista, uma estratégia alternativa – produzir no país mesmo, sempre que necessário, em associação com empresas do ramo de qualquer nacionalidade, “revelou-se cada vez mais incompatível com a sobrevivência de um acordo como o firmado em 1952 com os Estados Unidos” (VEJA, nº445, 1977, p. 20). Em seguida, *Veja* conclui:

É evidente que a escolha do momento para a denúncia do acordo foi guiada por critérios antes de tudo políticos – que tanto dizem respeito a fatores de ordem interna quanto se inscrevem na tensa temporada por que passam as relações com os Estados Unidos desde a posse de Jimmy Carter na Casa Branca (VEJA, nº445, 1977, p. 21).

Para *Veja*, a recusa do governo brasileiro em aceitar assistência militar americana foi um meio de conquistar aprovação não apenas no campo político, mas também no social. Este é um dos poucos trechos, na seleção de reportagens que formaram os grupos temáticos dessa pesquisa, em que a posição do governo brasileiro – na figura de seu

presidente militar, de se impor perante um acordo com os Estados Unidos – é apresentada de forma positiva.

Tratava-se então, como se trataria depois, de conseguir um alto grau de coesão em torno da figura do presidente da República, nos meios militares e na opinião pública em geral, a partir de uma demonstração de firmeza contra o que o governo procurou classificar, desde o início, como indevida ingerência externa em assunto de sua exclusiva competência (VEJA, nº445, 1977, p. 21).

De acordo com o enunciador, ao reagir desta forma, o governo brasileiro esperava, na realidade, obter um benefício indireto: “Deter, pelo menos no que toca frontalmente a Brasília, a escalada de pressões sobre algumas cláusulas do acordo nuclear celebrado com a Alemanha, contra as quais se insurge o governo Carter” (VEJA, nº445, 1977, p. 21). *Veja* sentencia: “Com efeito, na medida em que se tornam ásperas as relações brasileiro-americanas, estreita-se a possibilidade de que Washington consiga arrancar concessões nesse terreno” (VEJA, nº445, 1977, p. 21). A revista destaca que uma das preocupações do presidente brasileiro era sobre a possibilidade do governo ou do Congresso americano publicarem o relatório sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Houve quem considerasse a recusa de ajuda um motivo suficiente para que ele fosse esquecido. Segundo o texto, isso seria ruim para a imagem do Brasil. Para reafirmar esse cenário, *Veja* recorre a uma fonte não identificada.

“A divulgação do documento”, admitiu um funcionário governamental, “pode prejudicar a imagem do país no exterior, diminuindo sobretudo a boa vontade dos europeus em ajudar na questão do acordo nuclear com a Alemanha”. E internamente, segundo o mesmo funcionário, poderia prejudicar a “mobilização da opinião pública em torno do governo, para a defesa do mesmo acordo” (VEJA, nº445, 1977, p. 23).

Em Washington, a expectativa era de que o relatório se tornasse conhecido no dia 21 daquele mês. Outra preocupação do governo brasileiro era com o efeito econômico do impasse. Nessa área, na qual o Brasil poderia ser mais vulnerável em função da dívida externa¹¹⁸, “notaram-se de parte a parte sinais de extrema cautela para não agravar os atritos diplomáticos, e um esforço para manter a política e negócios separados” (VEJA, nº445, 1977, p. 24). A revista conta que Geisel chamou Simonsen para discutir estes assuntos. Segundo a matéria, o ministro falou com a imprensa, “bem-humorado e ostentando despreocupação” (VEJA, nº445, 1977, p. 24). Porém, no trecho

¹¹⁸ Em junho de 1976, o perfil da dívida externa brasileira já era diversificado. Do total de 23,3 bilhões de dólares, o Brasil devia ao governo dos Estados Unidos 2 bilhões, menos de 10% do total. Na mesma época, dos 17 bilhões tomados de bancos particulares, mais de 60% eram devidos a bancos americanos.

seguinte, *Veja* cita uma frase na qual ele indica que, mesmo reagindo contra os americanos, o Brasil deve ter cautela. “Devemos evitar fricções com os Estados Unidos sempre que possível” (VEJA, nº445, 1977, p. 24).

A edição de 29 de março de 1978 traz a ilustração de capa do presidente Jimmy Carter e a manchete “O Brasil que Carter vai encontrar” (VEJA, nº499, 1978, p. 1). Na pauta, o anúncio da vinda do presidente americano e os temas que ele trataria por aqui.



Figura 84. Capa O Brasil que Carter vai encontrar, nº499, 1978

A editoria Brasil desdobra a chamada de capa com a manchete “Jimmy Carter, uma visita para agradecer” (VEJA, nº499, 1978, p. 20) e a linha fina “Como o presidente dos EUA pretende ver a cena política nacional” (VEJA, nº499, 1978, p. 20). Como era previsto no meio político, a vinda de Carter despertou especulações sobre os reais motivos de sua visita. De acordo com o enunciador, numa entrevista na TV, o chanceler Azeredo da Silveira enfatizou que o presidente americano vinha ao Brasil por iniciativa própria e não a convite do governo. *Veja* lança dúvidas...

Que significa tudo isso? Por que essa deliberada intenção de fazer crer que o governo brasileiro encara a visita com desinteresse, quase com enfado? As palavras do ministro das Relações Exteriores não se dirigiam a ouvidos estrangeiros. Elas exprimem, ao contrário, uma intenção de política interna – deixar o país ciente de que a presença de Carter não significa a proximidade de mudanças nem na política externa nem no edifício da democracia relativa (VEJA, nº499, 1978, p. 20).

O governo, prossegue *Veja*, sabe que a passagem do presidente americano pelo Brasil não modificará as “divergências que vêm se acumulando há tempos entre o palácio do Planalto e a Casa Branca na área nuclear e na dos direitos humanos” (VEJA, nº499, 1978, p. 20). Adiante, o enunciador sugere que, de alguma forma, os Estados Unidos exercem influência sobre a política brasileira. E cita as áreas oficiais considerando Carter uma ameaça.

Sempre se supõe em Brasília que a situação política doméstica poderá de alguma forma ser influenciada pela vinda de Carter – e essa possibilidade, por mais nebulosa e desarticulada que seja, parece preocupar o governo bem mais que as consequências da visita para as relações Brasil-Estados Unidos. [...] Há em setores oficiais quem acredite na hipótese paranoica de que a Casa Branca quer ‘desestabilizar’ o governo Geisel (VEJA, nº499, 1978, p. 20-22).

Nas linhas seguintes, *Veja* cita alguns acontecimentos em curso naquele ano e indica o cenário que o presidente americano vai encontrar. Como era de se esperar, mais uma vez, o discurso dá ênfase para o incômodo dos Estados Unidos com questões da política interna brasileira e da reabertura.

Carter chega ao país numa hora política bastante peculiar, em que as pressões pela abertura e as contrapressões em defesa do autoritarismo entram em cena simultaneamente. A prisão de onze pessoas em Curitiba, no sábado, dia 18, a maré de protestos que o episódio levantou e a impressão de que alguma coisa mudou, definitivamente, no universo da segurança interna constituem talvez o melhor exemplo desse confronto. Outro seria a decisão do Exército de prestar homenagem este ano, no quadro das comemorações do 31 de Março. No III Exército, comandado pelo general Samuel Alves Correa, serão lidos solenemente os nomes de 91 pessoas que morreram nos últimos doze anos por efeito – direto ou não – do choque das forças de segurança contra organizações de esquerda [...] Atribui-se a essa manifestação solene o sentido de uma resposta ao movimento pela anistia (VEJA, nº499, 1978, p. 21).

Para o enunciador, a frieza nos preparativos para receber a visita de Carter pode ser explicada. Segundo ele, “o *presidente do país mais importante do mundo*, em primeiro lugar, não viaja exclusivamente ao Brasil, mas completa agora o périplo internacional” (VEJA, nº499, 1978, p. 22. Grifo nosso). Além disso, destaca a revista, “não se prevê em Brasília que ele traga consigo qualquer proposta de negociação capaz de ressuscitar o esquecido ‘relacionamento especial’ de que falavam em 1976” (VEJA, nº499, 1978, p. 22). Ao traçar cenário sobre a visita que aconteceria nos dias seguintes, *Veja* enaltece a condição de nação mais importante do mundo e, de quebra, diz que a viagem do chefe de Estado americano para cá é parte de um périplo, ou seja, sugere-se que é o cumprimento de uma agenda que faria sentido em meio a andanças e viagens

internacionais, diminuindo a importância do Brasil na relação com o chefe de Estado norte-americano.

Enquanto as especulações dos bastidores políticos avançavam, uma vasta coleção de sugestões se acumulava nas mesas do Conselho de Segurança Nacional. De acordo com *Veja*, muitas delas, de autoria de organizações particulares dos mais diversos matizes, queriam influir na atitude de Carter sobre o regime brasileiro. O texto cita, por exemplo, que o presidente do Conselho das Américas, Harry Geyelin, que fala em nome de 200 poderosas corporações americanas com subsidiárias na América Latina, tratou de oferecer a Carter um quadro atualizado sobre os investimentos de grupos norte-americanos privados na região. O enunciador enfatiza que os Estados Unidos “são o maior investidor na economia brasileira, com 4,5 bilhões de dólares, segundo registro do Banco Central. Pelos critérios estatísticos americanos, que incluem os financiamentos de longo prazo de matriz para filiais, essa quantia sobe para 6 bilhões (VEJA, nº499, 1978, p. 22). Ainda sobre as propostas, a matéria indica que algumas estarão “no *briefing book* de 200 páginas que Carter receberá ao embarcar para Caracas. O livro destina-se a pôr o presidente em dia com os temas do relacionamento entre os EUA e o Brasil” (VEJA, nº499, 1978, p. 22). A relação, aparentemente, caminhava bem antes da notícia da visita do presidente americano. *Veja* destaca que, em seus 14 meses no governo, Carter trocou algumas cartas com Ernesto Geisel. Segundo ela, “é uma correspondência que não se desmancha em amabilidades, mas revela a intenção de ambos os presidentes de manter diálogo em bom nível, sem prejuízo da firmeza com que cada um trata os argumentos do outro” (VEJA, nº499, 1978, p. 23). A revista ainda enfatiza que embasado por uma série de documentos que revelam a vida do presidente brasileiro, Carter virá ao Brasil com noção do perfil de Geisel, apresentado por meio de uma antítese de cunho político. “De todo modo, o americano chegará a Brasília ciente de que o temperamento do brasileiro pode variar do paternalismo ao prussianismo – conforme ensina dossiê preparado pela embaixada dos EUA sobre Geisel (VEJA, nº499, 1978, p. 23). Não foram apenas os norte-americanos que fizeram um documento nesse estilo. A embaixada do Brasil em Washington também preparou um dossiê para Geisel. De acordo com a reportagem, nele, “a já monótona teoria da ‘inexperiência’ de Carter em assuntos internacionais” era destaque (VEJA, nº499, 1978, p. 23).

No final da reportagem a revista traz o subtítulo “Alternativas nucleares” (VEJA, nº499, 1978, p. 24). No texto, *Veja* afirma que “graças aos esforços de Washington, o Brasil aceitou participar junto com quarenta outros países, do estudo chamado ‘ciclo do

combustível nuclear” (VEJA, nº499, 1978, p. 24). De acordo com a matéria, os norte-americanos acreditam que os resultados desse estudo poderão “mostrar aos brasileiros alternativas tecnologicamente mais atraentes – e mais seguras do ponto de vista da não-proliferação – do que reprocessar urânio e formar estoques de plutônio, a matéria prima da bomba atômica” (VEJA, nº499, 1978, p. 24). Além disso, o enunciador conta que Carter dirá a Geisel que “continua de pé a oferta de cooperação para pesquisas conjuntas sobre o uso do tório como combustível em reatores nucleares destinados à produção de energia elétrica” (VEJA, nº499, 1978, p. 24).

As relações econômicas e políticas entre Brasil e Estados Unidos deixam de ser destaque de capa de *Veja* por um bom tempo – de abril de 1978 a novembro de 1982. Após quatro anos, *Veja* dedica duas edições seguidas ao tema, a primeira delas com nova visita de um chefe de Estado americano ao Brasil. Em 1º de dezembro de 1982, *Veja* estampa a manchete “Reagan vem ao Brasil - O Brasil vai ao FMI” (VEJA, nº743, 1982, p. 1) e a linha fina “ A batalha da dívida externa” (VEJA, nº743, 1982, p. 1)



Figura 85. Capa Reagan vem ao Brasil – O Brasil vai ao FMI, nº743, 1982

Na editoria Economia e Negócios, o assunto tem a manchete “Uma cartada decisiva” (VEJA, nº743, 1982, p. 128). A linha fina indica o cenário: “Reagan chega ao Brasil no momento em que a situação das contas externas é dramática e o governo admite, enfim, a ida ao FMI” (VEJA, nº743, 1982, p. 128). No lide, o enunciador

destaca que Reagan desembarca em circunstâncias internas delicadas. De acordo com a revista, o presidente americano encontrará um país em uma “dramática luta para escapar à concordata internacional, diante dos maciços vencimentos de uma dívida externa de 80 bilhões de dólares, que exigirão no próximo ano desembolsos da ordem de 14 bilhões” (VEJA, nº743, 1982, p. 128). *Veja* indica que o governo brasileiro espera estar em condições de acertar definitivamente com o Fundo Monetário Internacional a obtenção de crédito. O enunciador explica que ir ao FMI é procurar “aquele a que um país pode recorrer quando se vê confrontado com sérios desequilíbrios em seu balanço de pagamentos – a ser recebido em fatias ao longo dos próximos três anos, num valor de 6 bilhões de dólares” (VEJA, nº743, 1982, p. 128).

De acordo com a matéria, autoridades da área econômica esperam que o acerto sirva como uma espécie de “luz verde que se acende aos olhos da comunidade financeira internacional, avisando que o Brasil está tecnicamente em condições de voltar a receber um fluxo normal de créditos em divisas” (VEJA, nº743, 1982, p. 128). O texto reproduz uma metáfora do ministro Delfim Netto: “Será como uma inversão de mãos numa avenida congestionada – ou seja, os dólares que estão parados voltarão a correr para o país” (VEJA, nº743, 1982, p. 128).

Para *Veja*, a visita de Reagan vai “aplacinar o caminho para um entendimento mais efetivo entre o Brasil e os Estados Unidos, com correções de rota na política externa brasileira” (VEJA, nº743, 1982, p. 128-129). Fruto desse realinhamento, o ministro Ernane Galvêas foi convidado a jantar para discutir o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), na Suíça. Galvêas acertou com o assessor especial para o comércio junto à Casa Branca, o embaixador William Brock, a aceitação pelos Estados Unidos de uma proposta brasileira de manter por mais dois anos o subsídio à exportação de manufaturados através do “crédito-prêmio do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), um desconto de 11% que o governo brasileiro dá aos fabricantes de produtos vendidos no exterior” (VEJA, nº743, 1982, p. 129). No final do jantar, Brock concordou com a proposta de um subsídio para baratear os produtos brasileiros vendidos ao exterior. Galvêas comunicou Brasília sobre o apoio americano. Segundo o enunciador, ainda no encontro para debater o GATT, o Brasil também ofereceu apoio aos Estados Unidos.

Para desapontamento dos países do Terceiro Mundo que se haviam habituado a ver o Itamaraty jogando no seu bloco e esperavam encontrá-lo novamente alinhado nas reuniões do GATT, o Brasil apoiou claramente posições dos

Estados Unidos em Genebra, inclusive nas questões referentes à tecnologia e exportações de serviços, nas quais os países pobres se colocam em confronto com Washington (VEJA, nº743, 1982, p. 129).

Para *Veja*, esta conquista pode ser interpretada de duas formas. Na construção do texto, ao descrevê-las, a revista se vale de mais uma antítese: de um lado, serve para preservar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior – “ajudando portanto no esforço de exportação necessário para a conquista dos dólares com os quais o país paga a sua dívida externa –, de outro serve como uma pista para balizar as atuais especulações em torno de uma maxidesvalorização do cruzeiro” (VEJA, nº743, 1982, p. 129). Em meio ao cenário de uma crise econômica, *Veja* exaltava a força do dólar e o iminente risco de “maxidesvalorização” do cruzeiro.

Adiante, a revista volta a afirmar que a visita do presidente americano gera dúvidas. Para validar a informação, a fonte, desta vez, é o repórter, que é citado e faz uma análise: “Para o correspondente de VEJA em Washington, Roberto Garcia, as especulações de que Reagan esteja levando soluções prontas – e em dinheiro – só pode nascer na cabeça daqueles que desconhecem as pressões internas a que o governo americano está submetido” (VEJA, nº743, 1982, p. 129). O texto ressalta ainda que as taxas de desemprego são recordes, há cortes em gastos sociais e uma profunda recessão. “Mesmo sem trazer qualquer acordo ou tratado debaixo do braço, Reagan estará dando ao presidente João Figueiredo e à sua equipe o que eles necessitam no momento: um voto de confiança” (VEJA, nº743, 1982, p. 129).

Na linha seguinte, a reportagem traz três subtítulos. O primeiro é o “Gesto de conciliação” (VEJA, nº743, 1982, p. 130). *Veja* inicia afirmando que “é evidente, desde já, que depois dos encontros entre Reagan e Figueiredo e entre equipes brasileira e americana, muitas coisas não ficarão em seus lugares” (VEJA, nº743, 1982, p. 130). A revista destaca que, apesar dos temas livres, da ausência de protocolo, “algumas posições brasileiras serão modificadas, como já ficou claro com a postura do Brasil na conferência do GATT em Genebra” (VEJA, nº743, 1982, p. 130). A revista define a posição brasileira pela interpretação do chanceler Saraiva Guerreiro, que a viu como “um gesto de conciliação” (VEJA, nº743, 1982, p. 130).

O segundo subtítulo “País-chave” (VEJA, nº743, 1982, p. 130) endossa a posição recorrente no discurso do enunciador no que diz respeito às relações entre Brasil e Estados Unidos: a submissão. A revista abre este desdobramento com uma declaração: “‘O Brasil concordou com as nossas posições’, disse a VEJA, sorridente, o segundo

homem da delegação americana, David MacDonald. ‘E isso é muito importante porque o Brasil é um país-chave nesta questão’” (VEJA, nº743, 1982, p. 130). De acordo com o texto, o setor de serviços respondia naquela época por cerca de 40% das exportações. *Veja* destaca outro ponto no qual o Brasil terá de demonstrar alinhamento à política externa norte-americana: a exportação de armas fabricadas no parque industrial paulista. Segundo a revista, “a reivindicação americana, com a qual Brasília deverá concordar, é que o Brasil selecione politicamente melhor seus compradores, desacelerando vendas para países pouco confiáveis ou inimigos do sistema ocidental, como por exemplo, a Líbia” (VEJA, nº743, 1982, p. 130). Além destes assuntos, Reagan também vai discutir com os ministros brasileiros a ampliação de compras de aviões americanos e mudanças na reserva de mercado do setor de informática. No terreno político, *Veja* destaca, com o uso de um eufemismo, que os americanos esperam que o governo brasileiro adote uma “posição mais amigável, ou menos hostil, nos foros internacionais, e *desenfatize as operações de resistência* do Itamaraty contra as propostas do Departamento de Estado” (VEJA, nº743, 1982, p. 130. Grifo nosso).

No terceiro subtítulo “Missão avançada” (VEJA, nº743, 1982, p. 132), o enunciador relata que, chefiada pela economista chilena Anna Maria Jul, a missão do FMI será “engordada por Horst Struckmayer, diretor-adjunto do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo” (VEJA, nº743, 1982, p. 132). Segundo a revista, trata-se de uma “missão de negociação. [...] Ao mesmo tempo, se constitui num poderoso sedativo para os banqueiros internacionais preocupados com a crescente perda da capacidade do Brasil de fazer frente aos seus compromissos” (VEJA, nº743, 1982, p. 132-133). A tônica da cobertura, como já se mostrou aqui, é apresentar a capacidade de recuperação da economia norte-americana, valorizada pelo enunciador. Além disso, a capacidade dele se relacionar bem com o Departamento de Estado daquele país, com o Fundo Monetário Internacional e apresentar as vulnerabilidades do Estado e da economia brasileira como forma de articulação de um discurso em que se questione, inclusive e com certa frequência, a capacidade do Brasil honrar seus compromissos. *Veja* apresenta o efeito, mas pouco discute a relação do Brasil e de outros países com o FMI, instituição financeira transnacional característica do neoliberalismo. Quando a discussão se aprofunda em suas páginas, o eixo central é o risco de o país não arcar com o que deve. O papel do FMI em si e o efeito das taxas de juros sobre a economia de países subdesenvolvidos que tomaram crédito são pouco discutidos.

Na linha seguinte, *Veja* avalia que, para chegar aos cofres do Fundo, o governo tem tomado medidas corretivas. As providências incluirão cortes nos gastos das companhias estatais e nos subsídios em geral. Quanto ao déficit público, de acordo com o texto, a redução dele resultará em menor pressão na tomada de empréstimos externos. *Veja* indica que a proposta do governo para 1983, bem aceita pelos credores, prevê “a necessidade de ingressos, para assim manter em dia os compromissos internacionais do país no ano que vem, de 12,6 bilhões de dólares, dos quais 7,2 bilhões referentes à renovação de dívidas que irão vencer de janeiro até o fim de dezembro” (VEJA, nº743, 1982, p. 138-139). O enunciador considera um problema os 5,4 bilhões restantes. *Veja* explica que é aí que entra o Fundo “com pelo menos 2 bilhões de empréstimos já no próximo ano, além de mais 1 a 2 bilhões de outros organismos internacionais” (VEJA, nº743, 1982, p. 139). Para a revista, há um ponto frágil, um risco a mais:

A previsão de um superávit da balança comercial, em 1983, de 6 bilhões de dólares, resultado da diferença entre exportações projetadas de 23 bilhões e importações de 17 bilhões. [...] O problema é que qualquer dólar a menos conseguido com as exportações representará um dólar a mais de endividamento (VEJA, nº743, 1982, p. 139).

Na edição seguinte, de 8 de dezembro, a revista traz uma charge de Reagan na capa e a manchete “A visita Reagan – A festa e a conta” (VEJA, nº744, 1982, p. 1).



Figura 86. Capa A visita de Reagan – A festa e a conta , nº744, 1982

A editoria Brasil traz “O preço do socorro” (VEJA, nº744, 1982, p. 32), reportagem na qual se faz um balanço da visita do presidente norte-americano. *Veja* indica, já na linha fina, que “Reagan passou pelo Brasil, confundiu-o com a Bolívia, mostrou como o socorreu e deixou uma lista de questões para ser digerida” (VEJA, nº744, 1982, p. 32). No lide, o enunciador assegura que, para alguns setores do governo, a visita do presidente americano mexeu com a estrutura do país. A metáfora dessa vez cria um ambiente pelo qual a partida de Reagan deixará um vazio.

A mais produtiva viagem de um chefe de Estado ao Brasil, iniciada pelo presidente americano Ronald Reagan na noite de terça-feira passada, terminou na manhã de sexta com uma epígrafe extravagante do embaixador Antony Motley: “O Brasil agora vai sentir-se como numa depressão depois de uma noite de amor” (VEJA, nº744, 1982, p. 32).

De acordo com a reportagem, o embaixador fazia uma alusão à tarefa, uma espécie de lição de casa do governo brasileiro, nas semanas subsequentes, ou seja, avaliava cada item das negociações. A matéria reafirma que a visita de Reagan teve “essência econômica” (VEJA, nº744, 1982, p. 32), mas logo se tornou “ostensiva quando o secretário do Tesouro anunciou a concessão de um empréstimo-ponte de 1,2 bilhão de dólares ao Brasil – pelo qual os Estados Unidos anteciparam, por noventa dias, recursos que serão entregues a Brasília pelo Fundo Monetário Internacional” (VEJA, nº744, 1982, p. 32). *Veja* afirma que o cheque de 1,2 bilhão de dólares já foi gasto e que Reagan apenas quis tornar público um “segredo impecavelmente guardado pelo governo brasileiro” (VEJA, nº744, 1982, p. 32). O texto cita ainda que o crédito foi feito em três etapas: “‘Os Estados Unidos primeiro liberaram 500 milhões de dólares no dia 27 de outubro’, confessou Ernane Galvêas. ‘A segunda parte do empréstimo-ponte saiu em meados de novembro e o restante há poucos dias’, acrescentou o ministro” (VEJA, nº744, 1982, p. 32).

Em seguida, *Veja* explica que as relações econômicas entre os dois países serão estruturadas em cinco grupos de trabalho. “São equipes bilaterais que examinarão a cooperação industrial-militar, nuclear, científica e tecnológica, econômica e espacial” (VEJA, nº744, 1982, p. 33). De acordo com a revista, “[...] em troca, os americanos gostariam que o Brasil cessasse o fornecimento de seus blindados leves a certos países ideologicamente exacerbados, como a Líbia” (VEJA, nº744, 1982, p. 33). Ainda segundo o texto, existem no campo militar divergências cuja superação parece difícil por estarem vinculadas à cooperação nuclear. O enunciador afirma que “os americanos

ficariam felizes se o Brasil assinasse o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, firmado em 1968, pelo qual os países desnuclearizados abdicam do direito de fabricar bombas atômicas para qualquer fim” (VEJA, nº744, 1982, p. 33). *Veja* indica também que os brasileiros “bateriam palmas se os Estados Unidos alterassem sua legislação interna para aumentar a cota de urânio enriquecido que exportam para a usina atômica Angra I” (VEJA, nº744, 1982, p. 33).

Adiante, a revista relata um jantar no Itamaraty. Figueiredo e Reagan conversaram sobre a economia internacional, um tema que, para o enunciador, tem estreita ligação com ciência e tecnologia. Para *Veja*, os americanos podem ganhar mais nestes dois campos. “Eles reivindicam a abertura do mercado brasileiro aos seus microcomputadores” (VEJA, nº744, 1982, p. 34). O texto menciona a reserva de mercado como um atraso estrutural e explica que, atualmente, o Brasil, com um mercado potencial “de algumas centenas de milhões de dólares na área de microcomputadores, proíbe severamente a compra de equipamentos estrangeiros, reservando sua capacidade de consumo a uma indústria nacional que o governo procura, sem grandes resultados, incentivar” (VEJA, nº744, 1982, p. 34). Segundo a revista, para quebrar a barreira que impede a entrada de microcomputadores, “os americanos poderiam estar dispostos a abrir brechas capazes de aumentar as exportações brasileiras de outros produtos, tornando a operação comercialmente atraente” (VEJA, nº744, 1982, p. 34).

Nesse contexto, de acordo com o enunciador, “o clima de boa vontade e simpatia” (VEJA, nº744, 1982, p. 36) gerado pelos encontros de Brasília deverá estimular o desenvolvimento econômico de outras áreas de produção cujos produtos dependem da tecnologia. *Veja* acredita na “formação de empresas binacionais, com participação americana minoritária, para a fabricação de armas sofisticadas no Brasil” (VEJA, nº744, 1982, p. 36). A reportagem ressalta que Washington oferece transferência da tecnologia sensível em troca de maior aproximação militar com o Brasil. A revista prevê dificuldades no relacionamento comercial entre os dois países até 1985. “Washington não alterou sua ideia de criar uma graduação dos tomadores de empréstimos, que impediria o acesso brasileiro a empréstimos privilegiados do Banco Mundial e, de quebra, suprimiria a isenção de tarifas para produtos brasileiros nos Estados Unidos” (VEJA, nº744, 1982, p. 37).

No fim do texto, *Veja* explica a linha fina. O texto conta que, durante um banquete no Itamaraty, o septuagenário presidente americano demonstrava sinais de cansaço.

“[...] Sua nota mais desafinada surgiu depois que, depositado o texto escrito sobre a mesa, levantou a taça para brindar Figueiredo e declamou: ‘um voto de felicidade ao povo da Bolívia’” (VEJA, nº744, 1982, p. 37).

Este período, como se viu, foi marcado, basicamente, por uma tríade que mostra a forma como *Veja* cobre a relação Brasil-Estados Unidos durante o regime militar: 1) quando a economia deles enfrenta uma crise, medidas efetivas são tomadas e logo se encontra um bom caminho para a recuperação e o crescimento, diferentemente do que acontece com o Brasil, cercado de vulnerabilidades internas e externas – um ponto nodal que articula este discurso é desconfiança; 2) a cobrança por eficiência do Estado na resposta rápida às necessidades econômicas aparece com frequência, quase sempre com a diretriz de que os norte-americanos conseguem ser ágeis e de que nós precisamos aprender a sê-lo; e 3) as idas ao FMI e o volume da dívida externa foram, do ponto de vista econômico, fatores que acentuaram as desconfianças sobre a economia brasileira. Ao bater na tecla da falta de crédito internacional para o Brasil, o enunciador sugere, ora de forma deliberada em tom mais assertivo, ora de forma mais irônica com apoio de metáforas, eufemismos e antíteses, o caminho de construção de parcerias comerciais com empresas americanas e a abertura do mercado brasileiro a elas.

5.

A relação Brasil - Estados Unidos nos governos Sarney, Collor e Itamar

Neste capítulo serão analisadas 5 reportagens que percorrem um período histórico importante, interna e externamente. Com a morte de Tancredo Neves, José Sarney herda a presidência, promove uma Constituinte e leva o Brasil à primeira eleição direta desde o golpe militar. No campo econômico, a inflação nos governos Sarney e Collor, exercia o papel crasso de imposto social que pune mais os pobres do que os ricos e inibe a atração de investimentos, minando a competitividade brasileira no cenário internacional. Em menos de 10 anos, o Brasil enfrentou cinco planos econômicos. No cenário internacional, os apelos para que se reduza o peso do Estado sobre a economia, com argumentos clássicos do liberalismo e impulso às privatizações, crescem, impulsionados pela queda do Muro de Berlim, que marca o fim da Guerra Fria. A Glasnost e a Perestroika sinalizam um processo, segundo *Veja*, de irreversível abertura do regime da União Soviética e o termo globalização ganha projeção.

As reportagens escolhidas para compor este grupo temático estão em edições publicadas nos anos de 1986, 1989, 1990, 1991 e 1994. Elas dialogam com o objeto deste estudo – a relação Brasil-Estados Unidos – e também apontam as mazelas históricas do Estado brasileiro, uma espécie de gancho para a comparação contínua com “a maior economia do mundo” e seu efeito mais imediato: a “síndrome de vira-lata”.

| TÍTULO/CAPA | TÍTULO DA REPORTAGEM | EDIÇÃO/DATA | PÁGINAS |
|--|---------------------------------------|----------------------------|---------|
| Sarney e Reagan – As duras conversas em Washington | Atrito em Washington | Veja, nº941 17/09/1986 | 1-36-42 |
| A dívida externa já era | A virada nos ventos da dívida externa | Veja, nº1071 15/03/1989 | 1-82-88 |
| O estilo Collor | Perfil de presidente | Veja, nº1115 31/01/1990 | 1-30-37 |

| | | | |
|--|------------------------------------|----------------------------|---------|
| Privatização – Estréia com cuspidas e pontapés | A praça da bagunça | Veja, nº1202 02/10/1991 | 1-18-25 |
| Os anos Itamar | Enfim, um presidente que deu certo | Veja, nº1366 16/11/1994 | 1-34-45 |

Tabela 7. Edições de 1986, 1989, 1990, 1991 e 1994

No dia 17 de setembro de 1986, *Veja* dedica mais uma capa para um encontro entre os chefes de Estado do Brasil e dos Estados Unidos. Sob a manchete “Sarney e Reagan – as duras conversas de Washington” (VEJA, nº941, 1986, p. 1), o enunciador “bate e alisa”, ou seja, discorre com ambiguidade sobre a relação entre as duas nações.

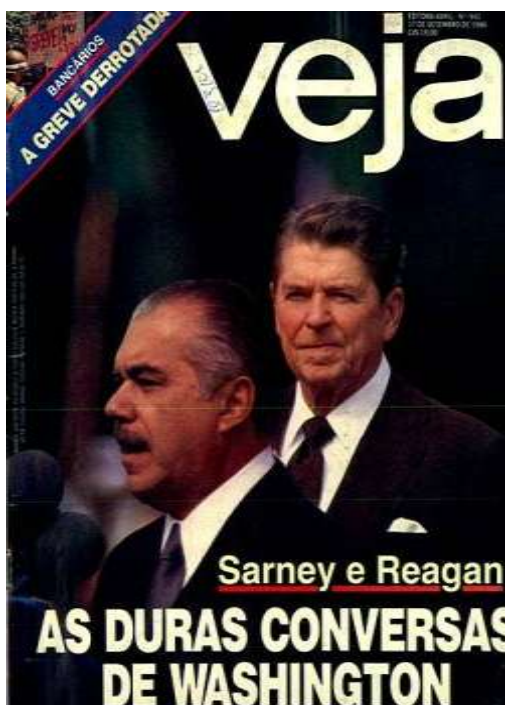


Figura 87. Capa Sarney e Reagan – As duras conversas de Washington, nº941, 1986

A reportagem no miolo recebe o título “Atrito em Washington” (VEJA, nº941, 1986, p. 36). Desta vez, é o chefe de Estado brasileiro quem visita a capital americana. Segundo a linha fina, a ida de José Sarney não foi positiva. “Um clima carregado marca a visita do presidente Sarney aos Estados Unidos – e paira sobre o Brasil a ameaça de sanções comerciais” (VEJA, nº941, 1986, p. 36). Convidado por Ronald Reagan, Sarney chegou aos Estados Unidos, segundo *Veja*, certo de que seria recebido com “salvas de canhões, muitos elogios à democratização do Brasil e aplausos pelos

sucessos do Plano Cruzado” (VEJA, nº941, 1986, p. 36). Mas, de acordo com o texto, Sarney, “nos encontros que manteve nos bastidores com Reagan e altos funcionários do governo americano foi tratado como o presidente de um país com dívidas atrasadas e rebelde às regras do livre comércio” (VEJA, nº941, 1986, p. 36).

O presidente americano fez críticas à política de Sarney no campo da informática, assunto já citado neste estudo. O enunciador recorre a um primeiro argumento de matriz liberal para ambientar o impasse. “Nenhum país pode continuar exportando para outros se seus mercados domésticos estão fechados para concorrência estrangeira” (VEJA, nº941, 1986, p. 36). A revista afirma que todos estranharam a declaração de Reagan e que esperavam um discurso protocolar. Nesse sentido, *Veja* opina: “A cotovelada de Reagan doeu porque ninguém gosta de levar cotoveladas do presidente dos Estados Unidos” (VEJA, nº941, 1986, p. 37). Em seguida, o enunciador avalia que os Estados Unidos adotaram uma postura mais crítica, enquanto o presidente brasileiro seguiu com um “tom conciliatório” (VEJA, nº941, 1986, p. 37). Na Casa Branca, após a declaração de Reagan, Sarney contemporizou: “Dizemos, no Brasil, que o homem que tem um amigo tem duas almas. O Brasil, os Estados Unidos. Duas almas, um só destino. O destino da Amizade”.

Adiante, *Veja* explica que “as amizades entre países são fáceis de ser proclamadas em discursos e difíceis de ser administradas nas mesas de negociação” (VEJA, nº941, 1986, p. 37). A revista conta que, ao sair de Washington, Sarney deixou para trás “um clima sobre as relações bilaterais tão carregados quanto já era” (VEJA, nº941, 1986, p. 37). De acordo com a matéria, a máxima concessão que os americanos se permitiram foi abrir uma espécie de “trégua diplomática” (VEJA, nº941, 1986, p. 37) e, em função dela, ninguém do governo dos Estados Unidos usou a palavra “sanção” (VEJA, nº941, 1986, p. 37). O enunciador aponta um risco de represália ao afirmar que nos canais diplomáticos americanos ecoavam, nas últimas semanas, o argumento de que “a relutância dos brasileiros em negociar abertura para a entrada do capital estrangeiro no mercado fechado de computadores digitais, acabaria levando-os a adotar, em represália, medidas para dificultar a entrada de produtos nacionais no mercado dos Estados Unidos” (VEJA, nº941, 1986, p. 37).

Segundo a revista, mesmo neste ambiente ruim, a reserva de mercado na informática foi o tema que menos ocupou espaço nas conversas bilaterais. Ela conta que Reagan aproveitou a estada de Sarney em Washington para “lançar uma derradeira carga de cavalaria sobre as pressões do Brasil no plenário do GATT – Acordo Geral

sobre Tarifas” (VEJA, nº941, 1986, p. 37). Em seguida, o enunciador pergunta: “Mas o que querem os americanos?” (VEJA, nº941, 1986, p. 38). *Veja* responde:

A resposta consiste em regulamentar no âmbito do GATT os chamados serviços – uma rubrica sob o qual se abrigam atividades como a produção de programas para computadores, os chamados softwares, os fluxos turísticos, os negócios financeiros e quase tudo mais que não envolva o comércio de bens físicos, como máquinas, carros e sapatos (VEJA, nº941, 1986, p. 38).

O enunciador enfatiza que tal regulamentação significa que os países signatários não poderão, sob pena de sofrer sanções, “praticar subsídios, fechar seus mercados nacionais ou discriminar o capital estrangeiro. O Brasil, justamente com a Índia, lidera um grupo de países ferrenhamente contrários a essa proposta” (VEJA, nº941, 1986, p. 38). A reportagem recorre a uma fonte anônima para reafirmar os riscos se este cenário não mudar. ““Se até o final da reunião de Punta del Este na quarta-feira não chegarmos no GATT a algum tipo de acordo, talvez sejamos obrigados a abandonar a organização’, advertiu duramente um alto funcionário da divisão de comércio da Casa Branca” (VEJA, nº941, 1986, p. 38). De acordo com *Veja*, tal decisão teria para o comércio internacional as mesmas repercussões, “em termos de estabilidade da política mundial, de um hipotético abandono das Nações Unidas pela União Soviética ou pelos próprios Estados Unidos. Um abalo de tal monta nas estruturas do GATT poderia semear indivisível desordem num mundo tarifário já extraordinariamente confuso – em suma, seria um desastre” (VEJA, nº941, 1986, p. 38).

Enquanto os Estados Unidos buscavam a regulamentação dos serviços no GATT, o enunciador afirma que Sarney repetiu o quando pôde que “um país devedor, como o Brasil, não consegue conciliar plenamente práticas comerciais liberais com os esforços para reduzir os dólares com os quais são pagos os compromissos da dívida externa” (VEJA, nº941, 1986, p. 38). Segundo a matéria, o impasse baseia-se na “expectativa que os países subdesenvolvidos alimentam de faturar dólares com exportações de atividades ainda não reguladas por normas internacionais – e, portanto, sujeitas a uma concorrência que até agora vem beneficiando as companhias menos tradicionais” (VEJA, nº941, 1986, p. 38). No caso do Brasil, por exemplo, indica *Veja*, “um regime de proteção dos chamados serviços poderia vir a comprometer as ações de empresas como a Mendes Jr. em concorrências internacionais” (VEJA, nº941, 1986, p. 38). Ou seja: “Ela não poderia apresentar-se para construir ferrovias no Iraque e estradas na Maurítânia oferecendo financiamentos a juros baratos, bancados pelo Banco do Brasil, nem outras ofertas

convencionalmente consideradas nos países desenvolvidos como práticas predatórias” (VEJA, nº941, 1986, p. 38-39). A regulamentação internacional, além disso, “sujeitaria os países signatários a dar aos concorrentes de fora as mesmas chances de acesso e participação em seus mercados desfrutados pelas firmas locais” (VEJA, nº941, 1986, p. 39). Nesse sentido, *Veja* ressalta:

É aí que entra o interesse do governo americano. Donas de tecnologia de ponta, recursos financeiros e agressivas técnicas de marketing, as companhias americanas de serviços, de bancos a fabricantes de computadores e de companhias de seguros a escritórios de engenharia, possuem vantagens comparativas, na maioria dos casos, muito superiores às das empresas dos países em desenvolvimento. Sem algum tipo de proteção ao assédio da competência de fora, assim, tais firmas locais poderiam desaparecer – e, com elas, uma incipiente produção nacional de tecnologia (VEJA, nº941, 1986, p. 39).

Sobre a intenção de liderar o que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, chamou de novas bases para a negociação da dívida externa, Sarney colheu silêncio dos EUA. “A tática empregada pelos americanos consistiu em fechar os ouvidos ao que não lhes interessava ouvir e matraquear até a exaustão o que entendem que deve ser feito pelo governo brasileiro” (VEJA, nº941, 1986, p. 39).

O texto relata que antes de sair do hotel para encontrar Reagan no Salão Oval da Casa Branca, Sarney esteve com o secretário de Estado, George Shultz. Durante a conversa, Shultz avisou o presidente brasileiro o que deveria esperar: “O protecionismo foi a doença dos anos 30’, afirmou Shultz” (VEJA, nº941, 1986, p. 39). A reportagem, sempre em tom de alerta, explica que o protecionismo provocou retaliações comerciais na Europa, gerou a recessão, levou países a fechar suas fronteiras e terminou na Segunda Guerra. Ainda sobre o encontro com o secretário de Estado, a matéria indica que “com habilidade, mas sem se desviar do principal, Shultz pediu ‘conselho’ e a ‘ajuda’ do presidente brasileiro para evitar a eclosão de um cenário semelhante ao dos anos 30” (VEJA, nº941, 1986, p. 39).

Em seguida, a revista relata que “da reunião a dois no salão oval ao encontro mais amplo, já com a presença das assessorias, no salão do gabinete, assistiu-se a uma disputa” (VEJA, nº941, 1986, p. 40). A matéria cita os representantes de cada um dos presidentes e revela quem do grupo de Reagan é seu revólver, quando o assunto envolve negócios com países que causam problemas.

Sarney levou consigo os ministros da Fazenda, Dilson Funaro, das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, e o seu assessor diplomático, embaixador

Rubens Ricupero – o único a se fazer presente em todos os encontros de Sarney. Com poucas variações, Reagan escalou para enfrentá-los Shultz, o subsecretário de Estado, John Whitehead, o secretário do Tesouro, James Baker, e o chefe de Gabinete Civil da Casa Branca, Donald Reagan. À exceção de Shultz e Whitehead, todos os demais bateram duro. Na Casa Branca também compareceu o funcionário que, segundo os diplomatas do Departamento de Estado, é o revólver que Reagan carrega no coldre para sacar sempre que depara com um país disposto a duelar em torno de teses consideradas nocivas aos interesses americanos no comércio internacional. Ele atende pelo nome de Clayton Yeutter, tem posto de embaixador, assessora Reagan em questões de comércio internacional (VEJA, nº941, 1986, p. 40).

Adiante, *Veja* menciona que, durante um discurso antes de ir à Casa Branca, Yeutter deixou de lado a diplomacia e foi direto ao alvo, ao responder uma pergunta sobre os países que bloqueariam os esforços americanos no GATT. Yeutter declarou: “O grupo liderado pelo Brasil e a Índia é o mais intransigente. [...] Suas ações são inexplicáveis e indefensáveis. [...] Mas certamente seguiremos uma linha forte e agressiva” (VEJA, nº941, 1986, p. 40). Na linha seguinte, o enunciador sentencia: “Sarney sentiu o tranco dessa ‘linha agressiva’ ali mesmo na Casa Branca” (VEJA, nº941, 1986, p. 40). O texto se refere ao discurso do presidente brasileiro em resposta a Reagan. Segundo a revista, Sarney repetiu: “‘O presidente Reagan disse esta manhã que nenhum país pode crescer à custa dos outros’, declarou Sarney. ‘Nós concordamos com isso. O Brasil sempre cresceu graças às suas potencialidades e através de seu trabalho e do sacrifício do povo’” (VEJA, nº941, 1986, p. 40).

Na concepção de *Veja*, Sarney “feriu de volta, acertando a política do governo Reagan” (VEJA, nº941, 1986, p. 40). Ao contrário do breve contexto que essa pesquisa traçou na primeira seção deste capítulo 4, a revista afirma que a “História do Brasil e dos Estados Unidos guardam muitas diferenças, e uma delas está no fato de não haver na história brasileira nenhum registro de crescer à custa dos outros – através de dominações econômicas, invasões territoriais [...]” (VEJA, nº941, 1986, p. 40). Este é mais um dos raros trechos em que *Veja* faz uma dura crítica – e se apoia no substantivo dominação – à forma como os Estados Unidos se impõem no cenário internacional. Em outro trecho, o enunciador volta a contemporizar e afirma: “À noite, envolvido pelo carisma de Reagan e pela suntuosidade do jantar de gala que lhe foi oferecido no Jardim das Rosas, na Casa Branca, Sarney permitiu relaxar-se e trocou amabilidades com seu anfitrião” (VEJA, nº941, 1986, p. 40).

A calma e as amabilidades tiveram fim no dia seguinte, quando, acompanhado por Funaro, ele recebeu o vice-presidente Bush, Shultz, Whitehead e Baker. A conversa

perdeu o tom ameno. De acordo com matéria, Sarney iniciou a reunião compreensivo. “‘Conheço perfeitamente a situação americana e as dificuldades dos senhores com o Congresso, mas temos os mesmos problemas’, disse Sarney a seus interlocutores” (VEJA, nº941, 1986, p. 41). Em seguida, o ministro Dilson Funaro subiu o tom e, mais uma vez associou as questões econômicas que eram debatidas à dívida externa: “‘Ao falar do comércio, é preciso falar também de dívida’, afirmou. ‘Nossos interlocutores falam muito sobre comércio e nada sobre as razões da crise da dívida’”. (VEJA, nº941, 1986, p. 41).

Veja ressalta que a conversa começou a esquentar justamente neste ponto. Funaro fez uma exposição sobre a alta dos juros no mercado internacional, afirmou que tal alta se devia a “‘déficits dos orçamentos fiscais dos EUA” (VEJA, nº941, 1986, p. 41) e, por fim, sustentou que “‘só por conta da elevação do custo do dinheiro internacional, provocada pela incapacidade do governo americano em gastar apenas aquilo que arrecada, o Brasil está devendo hoje 25 bilhões de dólares a mais” (VEJA, nº941, 1986, p. 41). O ministro ainda garantiu que “‘no Brasil, hoje, seria uma exigência ditada pelos próprios rumos de uma economia em crescimento, como a do cruzado, aumentar as importações” (VEJA, nº941, 1986, p. 41). Para isso, indica Funaro, “‘o fardo dos juros tem que cair de quase 5% do produto interno bruto brasileiro este ano para 2,5% em 1987” (VEJA, nº941, 1986, p. 41). Até então calado, Shultz entrou na roda e, de acordo com *Veja*, a fez girar no sentido da reserva de mercado da informática. Ao falar da posição dos Estados Unidos, ele afirmou que seu país estava facilitando os negócios, ao contrário do Brasil. “‘Este governo tem tomado atitudes que facilitaram o acesso de produtos brasileiros ao mercado americano’, expôs o secretário de Estado. ‘Mas o Brasil não faz o mesmo. Esse é o caso da informática. Nós somos fortes e competitivos nesse setor, mas não podemos entrar no mercado brasileiro por causa da lei de informática’” (VEJA, nº941, 1986, p. 41). Bush acrescentou e o enunciador reproduziu um velho clichê, segundo o qual o comércio é uma “‘via de duas mãos” (VEJA, nº941, 1986, p. 41) e, assim, não seria o superávit brasileiro no intercâmbio comercial com os Estados Unidos que “‘incomodaria a Casa Branca, mas as barreiras protecionistas” (VEJA, nº941, 1986, p. 41). Daí em diante, de acordo com a reportagem, foi “‘só tiroteio” (VEJA, nº941, 1986, p. 41). Baker aproveitou para pedir ao governo brasileiro que pague as prestações atrasadas das dívidas contraídas com o chamado Clube de Paris – uma entidade informal secretariada pelo diretor do Tesouro da França e baseada em Paris na qual são renegociados os débitos de governos com instituições internacionais.

“Os senhores dizem que têm saldos comerciais, então paguem’, desafiou Baker. ‘Os outros países com saldos menores estão procurando normalizar suas situações por meio de acordos’, ressaltou Baker” (VEJA, nº941, 1986, p. 41). Para o enunciador, a frase de Baker foi uma insinuação para que o governo brasileiro costurasse um acordo com o FMI. Segundo o texto, formalmente, em termos de reunião de trabalho, a viagem terminou ali.

Nas linhas finais, *Veja* culpa o presidente brasileiro pelo fracasso da viagem – para não usar a palavra fracasso, a revista recorre a um eufemismo – e cita quais foram seus erros, sugerindo o que deve ser feito para que as relações bilaterais melhorem.

O insucesso prático da viagem de Sarney aos Estados Unidos deriva de um conjunto de erros banais e da má percepção de um grande problema. No capítulo de erros banais está a decisão do presidente de marcar uma ida a Washington precisamente na época em que as relações entre os dois países estavam com diversas panelas no fogo e o próprio Sarney demonstra não saber temperá-las ao mesmo tempo. O governo brasileiro deixou a questão da informática azedar quando aceitou ir para uma mesa de negociações em Paris e acreditou que poderia deixá-la sem naufragar sem qualquer consequência. A maior dificuldade para que se chegue a um entendimento com Washington na área da informática está no fato de o próprio Sarney não ter uma política em relação ao assunto (VEJA, nº941, 1986, p. 42).

Os anos seguintes foram marcados internamente por planos econômicos seguidos que naufragaram. *Veja* coloca o interesse pela relação Brasil-Estados Unidos e a política externa como um todo em segundo plano e dedica-se mais a questões econômicas nacionais. Houve uma acentuada queda de capas dedicadas ao tema. Em 1989, quando a revista desempenhou um papel bastante polêmico na eleição de Fernando Collor de Mello, *Veja* publicou apenas uma capa sobre a relação Brasil-EUA.

A edição de 15 de fevereiro trouxe uma montagem na qual um par de asas leva a nota de um dólar. A chamada indica: “A dívida externa já era” (VEJA, nº1071, 1989, p. 1). A linha fina esclarece a intenção. “Devedores e credores concordam num ponto: a dívida não vai ser paga pelos caminhos convencionais. A questão, para o Brasil, é como tirar partido dessa nova situação” (VEJA, nº1071, 1989, p. 1).



Figura 88. Capa A dívida externa já era, nº1071, 1989

A matéria de capa está na editoria Economia & Negócios, sob a chamada “A virada nos ventos da dívida externa” (VEJA, nº1071, 1989, p. 82) e tem a linha fina “O governo americano aceita a idéia que os devedores não podem mais pagar tudo o que devem” (VEJA, nº1071, 1989, p. 82). No lide, o anúncio da redução de encargos dos endividados vem com uma metáfora que embute uma crítica ao presidente Reagan, chamado de *cowboy*. E outra ao Brasil, por contrair empréstimos além do que devia.

Depois da era de beligerância que os devedores do Terceiro Mundo enfrentam sob o governo de Ronald Reagan – um cowboy também no trato da dívida externa –, países espetados no vermelho, como o Brasil, puderam comemorar uma reviravolta da política americana e um alívio para suas bolsas na semana passada. Numa reunião de gala realizada na sexta-feira em Washington, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Nicholas Brady, apresentou um plano para a redução das dívidas dos países em desenvolvimento (VEJA, nº1071, 1989, p. 82).

O texto ainda relata que em, seu pronunciamento, Brady apresentou ideias gerais a serem detalhadas, mas não indicou “o perdão da dívida para quem tomou empréstimos excessivos, como o Brasil” (VEJA, nº1071, 1989, p. 82). A revista previa que, se tudo ocorresse de acordo com as expectativas de Brady, os devedores poderiam se livrar de frações de suas dívidas nas negociações com credores privados.

A reportagem ressalta que outra proposta de redução de dívida tinha sido recusada. Há dois anos, o atual secretário de Estado americano, James Baker III, rechaçou “asperadamente” (VEJA, nº1071, 1989, p. 83) o pedido de desconto na dívida externa brasileira, em conversa com o então ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. Segundo a revista, Baker, que na época ocupava a Secretaria do Tesouro, “classificou a proposta de Bresser como *non starter* – ou seja, não dava nem para começo da conversa” (VEJA, nº1071, 1989, p. 83). A matéria pontua que Baker sequer compareceu à reunião em que Brady anunciou a redução e que sua ausência tem um significado. “Durante seus anos como secretário do Tesouro, sempre discordou de propostas para a redução da dívida como uma espécie de ofensa de “caloteiro” (VEJA, nº1071, 1989, p. 83).

O enunciador ora apresenta o Brasil como um país que corre o risco de não ter como arcar com os seus compromissos, ora como um Estado que dependeria de uma redução dos juros para honrar a dívida externa, e sempre que possível enfatiza os argumentos de que os empréstimos tomados ocorrem, como mostramos acima, de forma excessiva – o efeito da dívida externa sobre a economia interna e sobre a atuação do governo brasileiro em aspectos sociais, que vão do controle de preços e da inflação à dinâmica de política salarial e desemprego, são pouco debatidos. Sobre a redução da dívida proposta por Brady, o enunciador ressalta que ela se baseia em negócios feitos com títulos dos devedores por seu valor de mercado e arquiteta um discurso por meio do qual se acena com a rolagem da dívida com deságio. “Um país endividado como o Brasil poderia comprar parte de sua própria dívida por um valor inferior oficial. Cada dólar da dívida brasileira é negociado no mercado americano por valores que descem até 30 cents, nos casos de maior deságio” (VEJA, nº1071, 1989, p. 83). *Veja* faz uma análise pela qual ela recorre a um de seus valores de alteridade para estabelecer uma crítica generalizada à esquerda, mostrando ao mesmo tempo certo ceticismo daqueles que ela define como conservadores:

O que se observa atualmente no guichê que separa credores de devedores é que nenhum dos lados acredita mais que a dívida crescente do Terceiro Mundo será paga algum dia. A ideia do calote, antigamente restrita à bandeira das organizações de esquerda, passou agora a enfeitar também a plataforma dos conservadores e está fincada sobre dados que não se podem mais discutir (VEJA, nº1071, 1989, p. 83).

A revista afirma que, desde que a dívida externa cresceu no final da década de 70, para os “tomadores de dólares no Primeiro Mundo, devido a uma combinação de juros mais altos com uma recessão internacional, houve primeiro uma fase em que se acreditava num final feliz para essa novela financeira” (VEJA, nº1071, 1989, p. 83). A matéria relembra que “naquele tempo, o Brasil devia 50 bilhões de dólares aos organismos financeiros internacionais, mas cavara seu débito a juros baixos e, com ele, tinha construído rodovias, grandes hidrelétricas, aeroportos” (VEJA, nº1071, 1989, p. 83). Segundo a reportagem, os recursos foram usados no que se apresenta ao leitor como processo de modernização. “Itaipu nasceu sobre uma cama de dólares emprestados, da mesma forma que a teia de telecomunicações que contribuiu para a modernização do país durante os anos 70” (VEJA, nº1071, 1989, p. 83-84). Mais uma vez, destaca-se que o aspecto social do endividamento externo quase não é discutido pelo enunciatador.

De acordo com *Veja*, a solução para casos de dívidas “obesas como a brasileira, imaginava-se, era injetar dinheiro do Primeiro Mundo nos países em desenvolvimento para que eles reagissem à crise mundial, reequilibrassem sua economia – tão certo como o mundo é redondo – pagassem suas dívidas com bancos privados e instituições oficiais” (VEJA, nº1071, 1989, p. 83). Ancorado pelo misto de ironia e metáfora com a obesidade e a forma redonda do mundo, o enunciatador ressalta que, mesmo depois de décadas decorridas, praticamente nenhuma economia dos países devedores foi consertada como se imaginava. O texto menciona que, de 1982 a 1988, a inflação atingiu “5 000% no México, 29 000% no Peru, 120 000% no Brasil e 475 000% na Argentina, entre outros exemplos” (VEJA, nº1071, 1989, p. 84). Como agravante, países que caminhavam para restabelecer a democracia depois de fases prolongadas de regimes de exceção ficaram “à mercê dos caprichos de crises econômicas” (VEJA, nº1071, 1989, p. 84). Em vez de diminuir, a dívida aumentou globalmente “de 320 bilhões de dólares na América Latina para 420 bilhões dólares” (VEJA, nº1071, 1989, p. 84).

Nesse palco, destaca *Veja*, “aterriçou de maneira oportuna a proposta de Nicholas Brady para a redução das dívidas do Terceiro Mundo (VEJA, nº1071, 1989, p. 85). De acordo com a revista, no Plano Brady, pretendia-se criar uma caixa de financiamento administrada pelo FMI ou pelo Banco Mundial. No entanto, este plano do secretário do Tesouro não é solução para a dívida brasileira.

No caso do Brasil, seria uma ilusão acreditar que o Plano Brady resolveria o problema da dívida, em primeiro lugar pela dificuldade política criada para a aceitação de qualquer plano econômico negociado com o lado de fora. Além disso, o desconto sobre a dívida diminuiria apenas uma parte pequena da dívida total, que hoje é de 112 bilhões de dólares (VEJA, nº1071, 1989, p. 87).

A reportagem articula portanto um discurso segundo o qual, no frigidar dos ovos, o Brasil estaria se iludindo e enfrentaria dificuldades políticas que envolvem a falta de credibilidade por ser um possível mau pagador. Os mercados externos, neste trecho, foram apresentados abreviadamente como “o lado de fora”.

No ano seguinte, em 31 de janeiro de 1990, a imagem do presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, rindo ao lado do presidente dos Estados Unidos, George Bush, estampa a capa de *Veja* com a chamada “O estilo Collor” (VEJA, nº1115, 1990, p. 1). A reportagem foi publicada antes da posse de Collor, no apagar das luzes do governo Sarney. Duas frases de Collor merecem destaque: “Sou intutelável. É possível que algumas pessoas não tenham levado essa afirmação ao pé da letra e tenham tentado me tutelar. Pois fracassaram” (VEJA, nº1115, 1990, p. 1). “Há um sentimento de que a geração mais moça não tem capacidade para dirigir o Brasil. Vamos mostrar que tem” (VEJA, nº1115, 1990, p. 1).

Esse discurso tem linearidade com a forma como *Veja* havia apresentado Fernando Collor ao país desde a célebre capa “O caçador de marajás”, de 23 de março de 1988 – já mencionada no primeiro capítulo.



Figura 13. O caçador de Marajás nº1020, 1988

O enunciador praticamente abriu a corrida eleitoral – um ano e meio antes do primeiro pleito direto desde o golpe militar –, apresentando um gestor público que havia moralizado o Estado de Alagoas, combatido super salários e tomado medidas de escopo liberal. Collor, um valor-mesmo de *Veja*, surgia como político que era sinônimo constante de modernização nas páginas do título da Editora Abril. A ênfase à ideia de intutelável é parte do nacionalismo que, entre outras circunstâncias políticas, o levou à vitória no pleito de dezembro de 1989.

No rodapé da capa, a informação: “Fernando Collor de Mello em entrevista a VEJA, nos Estados Unidos, na véspera de seu encontro com o presidente George Bush” (VEJA, nº1115, 1990, p. 1).



Figura 89. Capa O estilo Collor, nº1115, 1990

A editoria Brasil traz “Perfil de presidente” (VEJA, nº1115, 1990, p. 30) e a linha fina “Collor inicia uma viagem de vinte dias ao exterior, encontra-se com líderes políticos de peso e apresenta seu estilo na Presidência” (VEJA, nº1115, 1990, p. 30). A foto do presidente brasileiro com Bush ocupa quase uma página inteira, o que reforça os apelos promocionais que marcaram o papel de *Veja* durante praticamente todo o ano de 1989. Collor era um valor-mesmo e tinha superado um metalúrgico (valor-outro) que, entre outros aspectos, oferecia risco ao mercado internacional e ao direito à propriedade.

A imagem traz a legenda: “Collor, com George Bush: ‘saímos do atraso para uma nova fase’” (VEJA, nº1115, 1990, p. 30).



Figura 90. Collor com George Bush , nº1115, 1990

No início do lide, a revista enaltece: “O périplo internacional de Fernando Collor teve um início marcante” (VEJA, nº1115, 1990, p. 30). Ela conta que Collor esteve na Casa Branca. *Veja* não revela o motivo do encontro, mas destaca que, à noite, Collor voltaria ao local para um jantar na ala presidencial. Entre os presentes, o secretário do

Tesouro, Nicholas Brady. No trecho seguinte, o enunciador se derrete em elogios, os mesmos que aparecem no vídeo no qual o presidente da Editora Abril se dizia “embasbacado” diante de Collor, que reproduzimos no Capítulo 1 deste estudo.

A um mês e meio de sua posse no Planalto, o presidente eleito tem se revelado uma personalidade capaz de produzir tantas novidades quanto o candidato que saiu de Alagoas com sua lança de caçador de marajás para se transformar no maior prodígio eleitoral da política brasileira. [...] Nunca se vira, até agora, um chefe de Estado brasileiro afirmar, com todas as letras, sua fé na possibilidade de tirar o país do buraco através de uma fórmula simples e consagrada: a abertura da economia (VEJA, nº1115, 1990, p. 31).

O texto cita que a posse de Collor ocorreria no dia 15 de março. Para o enunciador, depois dela, “acaba a fase de treino e começa o jogo – e, como todo jogo de verdade, a única coisa que realmente conta é o resultado” (VEJA, nº1115, 1990, p. 33).

Adiante, *Veja* retoma o encontro de Collor com o presidente americano e conta que o futuro chefe de Estado brasileiro recebeu sinais de “boa vontade” (VEJA, nº1115, 1990, p. 34) antes de entrar na Casa Branca para sua audiência com Bush. A revista se referia à decisão do governo dos Estados Unidos de suspender uma denúncia sobre restrições impostas pelo governo brasileiro à importação de produtos americanos. O enunciador adjetiva: “Uma dessas chatíssimas e insolúveis guerrilhas diplomáticas produzidas pela administração do presidente José Sarney” (VEJA, nº1115, 1990, p. 34). Segundo a revista, “o encontro mais importante de toda a viagem, a conversa com Bush” (VEJA, nº1115, 1990, p. 34) durou uma hora. O texto relata que eles se trancaram numa sala privada da Casa Branca e, “como aperitivo, começaram a falar sobre assuntos amenos” (VEJA, nº1115, 1990, p. 34), como o roteiro da viagem do presidente eleito. Em seguida, falaram ainda sobre a dívida externa, denúncias sobre o meio ambiente e os contenciosos entre os dois países na área comercial e na informática.

De acordo com *Veja*, o presidente americano adiantou a Collor que o Brasil poderá se beneficiar do Plano Brady para a redução da dívida externa. Para a revista, o ato de Bush deve ser visto como “um gesto de boa vontade” (VEJA, nº1115, 1990, p. 34).

Adiante, o enunciador destaca que diplomatas dos dois lados consideraram o encontro um sucesso. Logo após a conversa com Bush, Collor participou de um almoço promovido por uma ativa organização do mundo dos negócios e da política de Nova York, mantida pela família Rockefeller com o auxílio de outros milionários. Para *Veja*,

o almoço se tornou a oportunidade para Collor fazer o primeiro discurso internacional. Segundo ela, o futuro chefe de Estado brasileiro recebeu apoio de nomes importantes. “Concordo com tudo o que o presidente está querendo para a economia brasileira. É um início positivo”, afirma o anfitrião, David Rockefeller” (VEJA, nº1115, 1990, p. 35)

Nas linhas finais, a revista demonstra reitera a admiração pelo novo presidente.

A um mês e meio de sua posse no Planalto, Fernando Collor exibe o talento do político preocupado com uma questão básica – que é manter um comportamento de estadista onde quer que se encontre. Collor comporta-se de acordo com os bons manuais de boas maneiras dos presidentes da República (VEJA, nº1115, 1990, p. 37).

Em síntese: medidas que envolvem a aproximação com os Estados Unidos e uma agenda de modernização do Estado são boas maneiras de estadistas onde quer que eles estejam. Mais de um ano e meio depois e com o fracasso iminente de outro plano econômico concebido sob a ortodoxia do que Collor chamou de choque de liquidez – ele também prometera dar um ippon na inflação –, *Veja* volta a falar da relação Brasil-Estados Unidos por meio da redução gradativa da presença do Estado na economia. A edição de 2 de outubro de 1991 trouxe a manchete “Privatização – Estréia com cuspidas e pontapés” (VEJA, nº1202, 1991, p. 1). Na capa, a imagem de um homem de terno que leva um chute. A legenda revela: “Investidor agredido no leilão adiado da Usiminas” (VEJA, nº1202, 1991, p. 1).



Figura 91. Capa Privatização – Estreia com cuspidas e pontapés, nº1202, 1991

Cabe à Editoria Brasil a reportagem “A praça da bagunça” (VEJA, nº1202, 1991, p. 18), que tem a linha fina “O leilão da Usiminas é derrubado em meio a um festival de selvageria” (VEJA, nº1202, 1991, p. 18). No corpus, o enunciador não se poupa diante da aversão a militantes contrários à privatização.

Esperava-se qualquer coisa de um leilão complicado e polêmico como o que deveria privatizar a Usiminas, a estatal de aço que se tornou portão de entrada do programa de desestatização do governo Collor. O que não se podia esperar era o espetáculo grotesco de pastelão e barbarismo que se viu na tarde de terça-feira passada diante da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, onde se supunha seria feito o leilão para a venda da estatal. Ali, arruaceiros reunidos diante de bandeiras da CUT, do MR-8 e do PC do B jogaram ovos, chutaram e cuspiram em investidores que chegavam para o leilão, cobriram os engravatados de farinha de trigo e deixaram em pânico as pessoas reunidas dentro do prédio da bolsa – tudo isso porque são contra a privatização (VEJA, nº1202, 1991, p. 18).

Na linha seguinte, para realçar a indignação, *Veja* afirma que “o espetáculo selvagem chocou o país e teve alguma repercussão no exterior” (VEJA, nº1202, 1991, p. 18). Mas a matéria não levanta evidências ou detalha essa repercussão. Passado o ocorrido, quando já havia até uma nova data para o leilão – 15 de outubro –, o texto indica que o clima se acalmou. Situação que, de acordo com o enunciador, não perdurou.

O deputado federal César Maia, que foi do PDT de Leonel Brizola e hoje se abriga no PMDB, soltou uma bomba mais explosiva do que a pancadaria na frente da bolsa. Segundo o deputado, quem armou toda a agressão aos investidores foi o próprio governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola – e isso explicaria por que não houve agressão contra os manifestantes. (VEJA, nº1202, 1991, p. 18).

Veja destaca que o cenário ficou ainda mais complicado quando Maia resolveu revelar “uma informação adicional – e igualmente explosiva” (VEJA, nº1202, 1991, p. 119). O enunciador pontua que o deputado afirmou que “os baderneiros da semana passada seriam as mesmas pessoas envolvidas no apedrejamento do ônibus do ex-presidente José Sarney em 1987, no Rio, e na agressão armada em Niterói contra o candidato a presidente Fernando Collor de Mello, durante a campanha de 1989” (VEJA, nº1202, 1991, p. 19). O problema, alerta a revista, “é que, segundo Maia, as informações que ele recebeu sobre a participação de Brizola vieram de pessoas que não querem se identificar” (VEJA, nº1202, 1991, p. 19). Apesar do anonimato das supostas fontes e do risco de publicar uma informação plantada, que foi usada como capaz de explicar o tumulto, *Veja* sentencia: “Tem-se, portanto, uma denúncia ruínosa contra um

governador sabidamente contrário ao processo de privatização” (VEJA, nº1202, 1991, p. 19). Sobre a privatização, o enunciador ironiza dizendo que, para um programa que venderia uma estatal por mês, conforme o plano inicial do governo, ela promete dar “pano para mangas, lapelas, bolsos e lenços antes de qualquer resultado prático em matéria de alienação de estatal” (VEJA, nº1202, 1991, p. 19).

Nos trechos seguintes, a reportagem traz uma sequência de subtítulos. O primeiro, que reproduz um valor-outro, é “Alma de Baderna” (VEJA, nº1202, 1991, p. 19). Nele, *Veja* ressalta que a Usiminas só não foi a leilão porque a Justiça precisa decidir se a privatização dela é legal. O enunciador prevê outro “piquete” (VEJA, nº1202, 1991, p. 19) em poucos dias. Adiante, força sua opinião, agora ao pinçar a declaração sectária de um militante. “Se marcarem outro leilão, vamos impedir de novo’, garante um dos manifestantes em ação na frente da bolsa na terça-feira, Jair Meneguelli, presidente da CUT” (VEJA, nº1202, 1991, p. 19). Em tom propositivo, quase em campanha por aquilo que defende, a reportagem ressalta que “algumas das privatizações feitas no exterior tiveram também a sua crônica de violência e incerteza e nem por isso deixaram de acontecer (VEJA, nº1202, 1991, p. 19). *Veja* cita que “o presidente argentino, Carlos Menem, anunciou duas vezes o leilão de venda da estatal telefônica Entel e, nas duas vezes, o leilão foi cancelado” (VEJA, nº1202, 1991, p. 20). No final, a revista disserta: “Mas o mundo dos negócios é muito mais valente do que se pensa. Quem está interessado em comprar uma estatal, porque ela pode lhe dar lucros, não se assusta com um chute ou um ovo” (VEJA, nº1202, 1991, p. 20).

No próximo subtítulo “Concurso de Miss” (VEJA, nº1202, 1991, p. 20), o enunciador indica que as manifestações contra a privatização “não transformaram o Brasil numa terra instável como o Sudão” (VEJA, nº 1202, 1991, p. 20). O texto conta que a tropa de choque – forma como a revista se refere àqueles que são contrários – pretendia impedir que os empresários entrassem na bolsa para comprar a usina, mas tal ação não causaria grande impacto. “O leilão seria feito por cerca de 1 000 computadores de corretoras, espalhados pelo Brasil. O negócio poderia acontecer sem um único investidor” (VEJA, nº 1202, 1991, p. 21). A revista, mais uma vez, destaca a agressão e a descreve em detalhes, de forma propositalmente repetitiva.

Na rua, com a ajuda de desocupados sem partido político, os piqueteiros jogaram pedras, ovos e talco em John McDowell, representante de investidores americanos. Um piqueteiro mais enfurecido tirou do pé uma sandália e esbofeteou Mc Dowell. [...] O presidente da bolsa de valores de São Paulo, que foi convidado pela bolsa do Rio para assistir o leilão, levou dois pontapés. Um

dos conselheiros da bolsa carioca, Aldo Floris, presidente do Banco Liberal, foi espancado por um brigadista que usou como arma uma bandeira do PT enrolada num cabo de vassoura. Floris rolou pelo chão. O vice-presidente do grupo Sadia, Luiz Furlan, tentou enfrentar o piquete. Os piqueteiros cuspiram e jogaram pedras e ovos em Furlan [...] (VEJA, nº 1202, 1991, p. 21).

Em outro subtítulo, “Quinto Mundo” (VEJA, nº1202, 1991, p. 21), o enunciador rebaixa os militantes que participaram dos protestos e culpa Brizola pelas agressões a investidores. “Não se deve esperar serenidade ou bom senso de um sujeito que está na rua com uma bandeira numa mão e uma pedra na outra. Os manifestantes não teriam empastelado os empresários se o governador Leonel Brizola tivesse cumprido a sua obrigação de policiar a praça” (VEJA, nº1202, 1991, p. 21).

De acordo com o texto, “existem pelo menos dez ações judiciais contra a privatização da usina e três projetos no Congresso” (VEJA, nº1202, 1991, p. 22). No trecho final, a revista pontua os entraves às privatizações. “A pressão do regionalismo, a resistência ideológica e o oportunismo dos empregados de estatais que não querem perder o patrão que os emprega” (VEJA, nº1202, 1991, p. 22).

Adiante, o subtítulo “Papéis Podres” (VEJA, nº1202, 1991, p. 22) levanta uma dúvida sobre a condução do processo das privatizações. “Pergunta-se também se não seria melhor ter começado a queima de estatais pelas menores, que abririam caminho para a venda das gigantes como Usiminas” (VEJA, nº1202, 1991, p. 22). A revista não revela como surgiu o questionamento. Só explica que, no processo sugerido, as resistências poderiam ser contornadas pelo sucesso dos primeiros negócios. Em meio a argumentos predominantemente de matriz liberal, o enunciador traz pelo menos um contraponto à narrativa repleta de apelos pelas privatizações.

Num momento em que se multiplicam as denúncias de corrupção, o governo apresentou um projeto de desestatização que provoca desconfianças. As pessoas em sua maioria estão convencidas de que vender estatais é bom para o país porque o governo se livra de suas dívidas e de uma série de encargos, para concentrar-se nas tarefas primordiais do Estado, como cuidar da saúde e da educação do povo. Mas desconfiam de que a queima das estatais pode significar um golpe criminoso no patrimônio público (VEJA, nº1202, 1991, p. 22).

Segundo o enunciador, os problemas com o fluxo de privatizações começaram pelo uso do título como “moedas” (VEJA, nº1202, 1991, p. 22). O texto afirma que a correção do processo não foi bem explicada “aos leigos” (VEJA, nº 1202, 1991, p. 22).

Em seguida, *Veja* indica a missão de Collor e cita que o cancelamento do leilão causou constrangimento.

O dever do governo é descobrir os bandidos e mandá-los para a cadeia. Seria burrice parar a privatização só para que os especuladores tenham prejuízo. O malogro do leilão na semana passada desconcertou muita gente, mas o fardo maior caiu nas mãos do presidente Collor. Na segunda-feira, num encontro com o presidente George Bush, em Nova York, Collor disse ao interlocutor que o “dia D” da privatização seria na terça-feira, com o leilão da Usiminas. Mas o dia D veio com pontapés e cusparadas (VEJA, nº1202, 1991, p. 23).

O subtítulo “Clubes da Usina” (VEJA, nº1202, 1991, p. 23) alerta que, na Usiminas, se o programa de Collor funcionar, “um castelo de cartas será desmantelado” (VEJA, nº1202, 1991, p. 23). À época, a empresa instalada na cidade de Ipatinga (MG) empregava 13 mil trabalhadores. A siderúrgica, diz o enunciador, não trabalha apenas com aço. “Ela tem o melhor hospital da cidade, um colégio para 3 000 alunos, e seus funcionários podem comprar no supermercado e pagar quarenta dias depois, sem juros ou correções monetárias” (VEJA, nº1202, 1991, p. 23). Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos – num dos raros momentos em que um sindicalista foi ouvido à luz do processo de privatização –, declarou que “a Usiminas participa de tudo em Ipatinga, desde a luta contra drogas até banda de música e corrida de Kart” (VEJA, nº1202, 1991, p. 23). Nesse sentido, *Veja* satiriza: “Ipatinga é mesmo uma festa” (VEJA, nº1202, 1991, p. 23). A siderúrgica não ajudava apenas seus funcionários e executivos. A revista sobe o tom e diz que a usina “é boazinha também para alguns tubarões que não vestem macacão” (VEJA, nº1202, 1991, p. 23). Para o enunciador, “é aí que está o prejuízo” (VEJA, nº1202, 1991, p. 23). A reportagem denuncia que “a siderúrgica não vende aço diretamente ao mercado. Por um acordo obscuro, o aço só é vendido a um grupo de distribuidores e só é transportado por um grupo de donos de caminhão. Com isso, o aço dobra de preço antes de chegar ao consumidor” (VEJA, nº1202, 1991, p. 23), denuncia o enunciador para enaltecer a necessidade de privatização.

A matéria ainda ressalta que as dificuldades para privatizar empresas públicas devem ser vistas com serenidade e ocorreram também em outros países. Segundo *Veja*, o Brasil busca a primeira vitória diante de resistências.

Até mesmo por uma questão de atualização mental, será muito bom para os brasileiros que as estatais sejam vendidas. A estatização, hoje em dia e sobretudo em um país como o Brasil, não é mais uma questão ideológica. Tornou-se um problema de contabilidade do Estado e é preciso encará-la dessa maneira mais simples e menos emocional (VEJA, nº1202, 1991, p. 23).

No subtítulo “Chaga Sangrenta” (VEJA, nº1202, 1991, p. 25), o enunciador traz dois argumentos de uma fonte a favor da privatização: o então deputado José Serra (PSDB-SP).

O primeiro: “Deve-se privatizar porque todo mundo acha que se deve privatizar”. Ou seja, deve-se privatizar para não frustrar expectativas, um fator de reconhecido peso no mundo econômico. O segundo: “Privatizar é uma maneira de cortar subsídios ao setor privado”. Aqui, entra-se uma das chagas mais sangrentas dessa discussão – a constatação de que as estatais dão prejuízo, em grande parte, para que o setor privado conserve seus lucros. (VEJA, nº1202, 1991, p. 25).

A seleção de fontes cumpre, portanto, a estratégia editorial de legitimar a visão do enunciador sobre determinado assunto. Em relação ao setor siderúrgico, *Veja* afirma que o governo nunca resiste “à fraqueza de manter o preço do aço abaixo do mercado, para ajudar setores como a indústria automobilística” (VEJA, nº1202, 1991, p. 25). Para o deputado Serra, “trata-se de um subsídio por baixo do pano, que não foi aprovado por ninguém” (VEJA, nº1202, 1991, p. 25). No último, subtítulo, “Momento Histórico” (VEJA, nº1202, 1991, p. 27), *Veja* expõe sua opinião de forma ainda mais acintosa.

A privatização não deve ser um totem, como é o Estado para seus opositores. Não está provado que em todos os casos ela seja conveniente, nem que necessariamente, ao passar para as mãos privadas, uma empresa melhora seu desempenho. [...] Hoje o Estado está simplesmente falido – o que torna a privatização, no Brasil, quase uma imposição, e não uma simples opção (VEJA, nº1202, 1991, p. 27).

A reportagem, cuja ênfase inicial era a agressão a investidores, caminhou por uma trilha de fácil e previsível identificação: mostrar que a resistência à privatização está na contramão da história – valor-outro – e das tendências econômicas que envolvem a modernização do Estado, com o alibi dos liberais de que ele deve se concentrar na atuação estratégica em setores como saúde, segurança e educação. De quebra, o texto prega de forma veemente a sua necessidade, a que chama de imposição.

Em 16 de novembro de 1994, *Veja* trouxe como manchete “Os anos Itamar” (VEJA, nº1366, 1994, p. 1). Na linha fina, a revista indica que a reportagem será “o balanço de um presidente que deixou o Brasil melhor” (VEJA, nº1366, 1994, p. 1). A silhueta de Itamar Franco estampa a capa.



Figura 92. Capa Os anos Itamar, nº1366, 1994

No miolo, o enunciador força Itamar novamente como alguém que melhorou o país com a chamada “Enfim, um presidente que deu certo” (VEJA, nº1366, 1994, p. 34). Na linha fina, a revista anuncia que a matéria trará “um balanço da Presidência Itamar e a busca de um veredicto sobre ela, por trás do nevoeiro e do topete” (VEJA, nº1366, 1994, p. 34). Porém, ao contrário do que se imagina, *Veja* não apresentou resultados detalhados do governo nas áreas política e econômica em números. Ela dedicou 12 páginas à personalidade de Itamar, passagens curiosas e anedóticas de sua vida antes de se tornar presidente e ainda fez comparações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Nas primeiras linhas, a revista apresenta Itamar como um presidente que chegou ao poder sem a confiança das pessoas, mas a conquistou.

Houve uma vez um presidente que, de início desacreditado, considerado provinciano e despreparado para o cargo, surpreendeu com uma administração honesta e competente e marcou o início da recuperação de um país castigado por uma série de administrações ineptas e corruptas. Sua realização máxima foi dar início à estabilização da economia. Graças ao bom termo a que conduziu o mandato, conseguiu eleger seu sucessor, propiciando ao país uma das mais tranquilas mudanças de comando de sua História (VEJA, nº1366, 1994, p. 34).

O texto relembra que, em 2 de outubro de 1992, data na qual o ex-presidente Fernando Collor de Mello foi notificado sobre o afastamento do cargo imposto pela Câmara dos Deputados, Itamar Franco – vice de Collor – foi proclamado presidente.

Sobre a posse provisória, a revista avalia que ele era “interino por enquanto, mas ninguém duvida de que logo será presidente de pleno direito” (VEJA, nº1366, 1994, p. 34). Na linha seguinte, *Veja* pergunta: “Dois anos e algum tempo depois, que Itamar Franco tivemos? Que espécie de presidente ele foi?” (VEJA, nº1366, 1994, p. 34). E responde.

Na hora de fazer um balanço, “não se sabe nem que numeral ordinal aplicar ao presidente que ora encerra seu mandato. Ele pode ter sido qualquer coisa entre o 28º e o 39º presidente brasileiro, dependendo do critério que se adote. [...] O Brasil não tem a sorte dos Estados Unidos, que podem dizer de maneira cabal que Bill Clinton é o 42º presidente (VEJA, nº1366, 1994, p. 34).

Adiante, a reportagem cita trechos de uma conversa que a própria *Veja* teve com o presidente brasileiro. A questão que o enunciador levanta agora é outra: “Seja o 28º ou o 39º presidente do Brasil, como se definiria o próprio Itamar ao encerrar seu governo?” (VEJA, nº 1366, 1994, p. 34). A revista, mais uma vez, traz a resposta, agora do próprio Itamar.

“– Tenho o sentimento de dever cumprido. No nosso governo não foi possível atacar graves problemas do nosso país, como a retomada do desenvolvimento, a desigualdade e a má distribuição de renda, mas criamos condições para que o governo de Fernando Henrique Cardoso possa dedicar-se mais a fundo a esses problemas. Um governo eleito, um mandato inteiro pela frente, tem mais condições” (VEJA, nº1366, 1994, p. 35).

Ao reproduzir a resposta do presidente sobre a retomada do desenvolvimento, o texto conta que o repórter chegou a pontuar, durante a conversa, que o crescimento, de certa forma, tinha sido retomado. Diante disso, Itamar respondeu: “Sim, mas o social não pode ser subproduto do crescimento. [...] Não conseguimos levar os bens da civilização e da cultura a todos. Mas acho que avançamos” (VEJA, nº1366, 1994, p. 35). Segundo *Veja*, Itamar também declarou que seu mandato foi difícil, mas que teve projetos importantes. “Foi uma Presidência sofrida. O Plano Real não foi gerado de um dia para o outro. Houve mais de um ano de estudos e discussões” (VEJA, nº1366, 1994, p. 36). Ainda sobre seu governo, o enunciador menciona que, ao ser perguntado sobre o que deixou de fazer de mais importante, o presidente reconheceu que “há problemas que você se sente incapaz de resolver. Eu encontrei um país desmoronando, um povo sem

autoestima, um país considerado lá fora em decadência, sem rumo. (VEJA, nº1366, 1994, p. 36). A matéria relata que, no início, Itamar Franco era seu próprio ministro da Fazenda. Até que achou Fernando Henrique Cardoso.

A matéria é desdobrada em textos complementares. O primeiro é “A difícil arte de ser Itamar” (VEJA, nº1366, 1994, p. 36). Nele, a revista destaca algumas características do presidente, que servirão para permitir uma conclusão sobre o seu governo. Na concepção do enunciatador, Itamar possui um “temperamento complicado” (VEJA, nº1366, 1994, p. 36), e é um homem de “sorte, honesto e atrapalhado” (VEJA, nº1366, 1994, p. 36). Ao mencionar a relação com Collor, o texto revela que eles mal se conheciam. O volume de adjetivos cresce e a reportagem afirma que Itamar foi um vice “contrariado, torturado, permanentemente zangado” (VEJA, nº1366, 1994, p. 36). A matéria ainda conta que ele ameaçou renunciar. Para *Veja*, “Itamar é uma espécie rara na política – um ser dotado não de vaidade, mas de orgulho” (VEJA, nº1366, 1994, p. 36).

No texto seguinte, “A arte de acertar, sendo Itamar” (VEJA, nº1366, 1994, p. 41), a revista volta a perguntar: “Que espécie de presidente foi Itamar?” (VEJA, nº1366, 1994, p. 41). Em seguida, ela mesma responde, mais uma vez com suporte de adjetivos:

[...] foi o presidente que assumiu cercado de alta dose de boa vontade e desejo de colaboração, por parte dos partidos e da sociedade em geral, mas que trazia dentro de si, como coágulos infiltrados na circulação sanguínea, e que a qualquer momento poderiam conduzir à autodestruição, características pessoais que o ameaçavam com alta probabilidade de tudo dar errado. Essas características pessoais eram: Convicções doutrinárias poucas e pequenas; Instabilidade emocional; Provincianismo (VEJA, nº1366, 1994, p. 41-42).

Em outro parágrafo, o enunciatador indica que as circunstâncias marcantes da gestão Itamar foram de “explosão” (VEJA, nº1366, 1994, p. 41). A reportagem cita outro exemplo no qual o presidente, de acordo com o texto, demonstrou seu temperamento. “Houve um momento – e o assunto era isonomia salarial – em que Itamar desafiou o Supremo Tribunal Federal, ameaçou não cumprir-lhe as decisões e fez desenhar-se no horizonte uma crise das instituições” (VEJA, nº1366, 1994, p. 42). *Veja* relata que Itamar também se revelou humilde e contraditório. A revista se refere a um episódio específico:

Humildade incluiu, várias vezes, voltar atrás em suas posições originais. Houve recentemente um episódio que ilustrou exemplarmente a briga que, no interior de Itamar, travam o orgulho e a humildade, com a vitória final da humildade. Ao saber que o presidente Bill Clinton tinha sugerido a Fernando Henrique um

encontro entre assessores de ambos, saiu a campo para manifestar sua discordância com essa hipótese. Chegou a falar, num arroubo incompreensível, que a “transição se faria no Brasil”, como se [...] FHC ameaçasse assumir a Presidência dos Estados Unidos, ou Bill Clinton transmitir-lhe a do Brasil (VEJA, nº1366, 1994, p. 44-45).

Para *Veja*, o que pareceu é que Itamar se julgava ameaçado em sua autoridade. “Ele ainda era o presidente, como podia o outro ser tratado como tal?” (VEJA, nº1366, 1994, p. 45). Nos dias seguintes, afirma a matéria, o clima melhorou. Foi nesse momento que Itamar acabou convidando Fernando Henrique para ir, em seu lugar, à Conferência das Américas, que iria acontecer em Miami naquele ano. Adiante, a revista pergunta: “Que veredicto, depois disso tudo, conferir ao governo Itamar?” (VEJA, nº1366, 1994, p. 45). A resposta vem com metáforas e antíteses, além de apoio pinçado da interpretação que o enunciador faz da história dos Estados Unidos para enaltecer Itamar.

Considerado provinciano e despreparado a princípio, Itamar acabou passando para a História como o paradigma do homem comum que alçado ao poder de surpresa e vendo cair-lhe às mãos uma monumental tarefa, consegue sair-se à altura. Esse presidente é *Harry Truman*. Ele herdou o poder de um gigante político chamado Franklin Roosevelt, num momento em que a II Guerra Mundial ainda não tinha terminado e restava por fazer todo o arranjo do pós-guerra. Nos EUA o nevoeiro é menos denso que no Brasil. Ali eles sabem perfeitamente que Truman foi o 33º presidente. Mas não é só. *Os americanos têm uma visão assertiva da História* e preferem valorizar as qualidades aos defeitos. Preferem dizer o que um presidente fez, apensar de suas limitações, a dizer o que ele deixou de fazer, por causa delas. Não é querer comparar aqui um presidente americano – Truman no caso – com um brasileiro – Itamar. O que se quer comparar aqui é uma visão da História. *Os brasileiros, ao contrário dos americanos, têm uma visão negativa, para não dizer masoquista, de sua própria História*. Tudo foi ruim. (VEJA, nº1366, 1994, p. 45. Grifo nosso).

Em seguida, o enunciador sugere “que, por uma vez, se supere esse vezo nacional e, por trás do nevoeiro, considera-se positiva a contribuição de um homem que, alçado ao poder em circunstâncias esquivas, e com limitações em sua formação, soube no entanto desincumbir-se à altura da tarefa histórica” (VEJA, nº1366, 1994, p. 45). Nas linhas finais, *Veja* estabelece associações entre o futebol e o samba para dissertar:

No futebol diz-se que o que vale é a bola na rede. Sem dúvida, o país que Itamar Franco entrega a seu sucessor tem mais confiança em si mesmo e está mais próximo das soluções do que o que recebeu seu antecessor. Isso é o que vale. O resto é drible inútil e filigrana no meio campo. No carnaval, sabe-se que o povo gosta de luxo, intelectual é que não gosta. Igualmente, quanto a Itamar, intelectual não gosta dele, mas o povo gosta, tanto que vem sendo aplaudido em toda parte [...] E, se o povo gosta, que cesse tudo o que outras musas cantam, porque um valor mais alto se alevanta (VEJA, nº1366, 1994, p. 45).

O tom dado ao legado da “Era Itamar” oscila, portanto, entre o personagem anedótico, imprevisível e cheio de reações instáveis ao político que soube, com humildade, escrever um capítulo da história e entregar um país melhor ao sucessor. A comparação com os Estados Unidos é um expediente – talvez um artefato – por meio do qual o discurso do enunciador fundamenta um processo de avanço e modernização.

6.

A relação Brasil - Estados Unidos no governo FHC

Neste capítulo serão analisadas 6 reportagens sobre a relação Brasil-Estados Unidos nos dois mandatos do presidente FHC. As matérias que compõem este grupo temático estão em edições publicadas nos anos de 1995, 1997, 1999 e 2000.

| TÍTULO/CAPA | TÍTULO DA REPORTAGEM | EDIÇÃO/DATA | PÁGINAS |
|---------------------------------|--------------------------------------|----------------------------|---------|
| FHC arregança as mangas | Depois da posse e do champanhe | Veja, nº1374 11/01/1995 | 1-18-25 |
| A arrogância do Império | O gigante vem aí, de olho no mercado | Veja, nº1517 15/10/1997 | 1-32-38 |
| O susto Brasil | Choque de realidade | Veja, nº1520 05/11/1997 | 1-26-32 |
| Até onde vai o pânico | O dólar poderá ceder | Veja, nº1583 03/02/1999 | 1-36-41 |
| Sob as asas do império | Susto no império americano | Veja, nº1646 03/02/2000 | 1-44-52 |
| O Brasil veste a roupa de líder | O Brasil diz não | Veja, nº1665 06/09/2000 | 1-42-49 |

Tabela 8. Edições de 1995, 1997, 1999 e 2000

A edição de 11 de janeiro de 1995 traz o recém-empossado Fernando Henrique Cardoso. Ele conduziria o país por oito anos – 1995 a 1998 no primeiro mandato e, depois, 1999 a 2002 no segundo. Na capa, a chamada “FHC arregança as mangas” (VEJA, nº1374, 1995, p. 1) e a linha fina “A arrancada do presidente, em meio à chantagem do Senado, pressão por cargos, vaidades e o desafio de mudar o Brasil” (VEJA, nº1374, 1995, p. 1).



Figura 93. Capa FHC arregança as mangas, nº1374, 1995

No miolo, a matéria “Depois da posse e do champanhe” (VEJA, nº1374, 1995, p. 18) indica que logo depois de assumir ao cargo, FHC teve de lidar com problemas internos.

...o 38º presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, um garboso senhor de 60 e tantos anos, começou a enfrentar a rotina do Palácio do Planalto. A alegria da posse, realizada no domingo, logo acabou. Fernando Henrique teve de aguentar vaidades de ministros e assistir a gafes de auxiliares. Seu governo foi cercado por políticos que querem cargos e foi insultado por uma tentativa de chantagem do Senado (VEJA, nº1374, 1995, p. 18).

No lide, o enunciador destaca o que define como “grande momento da transmissão do cargo” (VEJA, nº1374, 1995, p. 20), e já avalia que a posse de Fernando Henrique Cardoso foi um “acontecimento excepcional da história política brasileira” (VEJA, nº1374, 1995, p. 20). O texto relembra que desde Washington Luís, deposto em 1930, apenas dois civis cumpriram integralmente o mandato de presidente. Entre os civis, só um fez o sucessor – justamente Itamar Franco, que só governou “meio período”. Para *Veja*, com base neste contexto, “pode-se dizer, portanto, que Fernando Henrique Cardoso tomou posse num clima da mais absoluta anormalidade” (VEJA, nº1374, 1995, p. 20). Nas linhas seguintes, a revista não esconde sua admiração,

simpatia que se assemelha à do discurso adotado pelo enunciador no auge da campanha eleitoral que conduziu Collor ao poder poucos anos antes.

O que tem feito História no Brasil é o golpe, a sucessão traumática, o suicídio, a renúncia, a exceção fardada, o impeachment e, ultimamente, essa peculiaridade de colocar vices no Palácio do Planalto. Fernando Henrique, não. Seu governo chegou macio, sem rompantes nem pacotes, chegou carregado pelo maior índice de aprovação popular já conferido a alguém nas urnas, com exceção de Eurico Dutra, que assim mesmo vivia no Brasil rural dos anos 40 (VEJA, nº1374, 1995, p. 20).

Adiante, o enunciador apresenta um episódio considerado crítico na arrancada de Fernando Henrique (VEJA, nº1374, 1995, p. 20). *Veja* ressalta que, para entender o que houve, é preciso “ler o episódio pelo que esconde e não pelo que mostra” (VEJA, nº1374, 1995, p. 20). Em seguida, brinca com os subtítulos “A versão” e “O fato”.

A versão: no Congresso, lamentou-se que o governo não tenha nomeado ainda um “articulador político” entre os parlamentares, o que seria um risco para a ação do Planalto. *O fato*: os parlamentares querem é alguém com quem possam abrir-se livremente sobre sua fome de cargos. Não fica bem ir tratar diretamente com Fernando Henrique na primeira semana (VEJA, nº1374, 1995, p. 20. Grifo do autor).

A revista informa que FHC e seu ministério ainda terão de passar pela prova do governo para que se tire alguma conclusão sobre seu desempenho a longo prazo. *Veja* destaca que, horas depois de se tornar oficialmente presidente, FHC “extinguiu alguns órgãos, como a Legião Brasileira de Assistência e o Centro Brasileiro da Infância e Adolescência, que funcionavam mais como centrais de barganha política” (VEJA, nº1374, 1995, p. 21). O texto conta que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, avisou que o governo irá fechar “600 agências de cinco bancos federais ainda em 1995” (VEJA, nº1374, 1995, p. 22). O enxugamento do Estado e a redução de gastos são apresentados pelo enunciador como indicativos de uma gestão pública moderna, toada que se repete em larga escala na cobertura dos anos em que FHC esteve à frente do país nas páginas do título da Editora Abril.

De acordo com *Veja*, desde o início dos anos 80, espera-se pela recuperação do país, pelo momento em que o “gigante bêbado finalmente começaria a se mexer outra vez” (VEJA, nº1374, 1995, p. 22). Ela pontua que sinais positivos surgiram com o real e exalta o êxito da nova moeda, afirmando que ela se reverteu em reconhecimento popular nas urnas. “Sofrido por anos de superinflação e caos econômico, o brasileiro naufrago preparou-se para reconhecer os primeiros sinais de terra firme quando os visse. Viu os

sinais no ano passado, com a chegada do real, e registrou o reconhecimento nas urnas de outubro” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23).

Para *Veja*, ainda num tom que mais se parece com aquilo que seria uma cobertura eleitoral de um candidato que representasse um valor-mesmo, esse governo “entende o país inteiro” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23) e sua missão é provar que os primeiros sinais não eram “tapeação eleitoreira” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23). O texto ressalta que, a seu favor, FHC poderia ter citado “os avanços do país nos últimos dois anos” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23), mas não o fez. O novo presidente não mencionou, mas o enunciador destaca dados positivos sobre a recuperação da economia brasileira.

A superinflação dos últimos quinze anos caiu para uma taxa sossegada de 2% ao mês – sem recessão. O PIB está crescendo a mais de 4% há dois anos e pode chegar a 7% neste ano, sem risco visível de retomada inflacionária, o que é uma perspectiva acima de boa. As empresas estão ganhando mais dinheiro. Os trabalhadores perderam o pânico do desemprego. Os investimentos aumentaram nas fábricas e os dólares atentos estão desembarcando no país outra vez (VEJA, nº1374, 1995, p. 23).

Adiante, a revista volta a mencionar a retomada. De acordo com ela, o clima positivo começou antes do real, por iniciativa do setor privado, outro valor-mesmo de um veículo notadamente liberal e que dá ênfase à eficiência da iniciativa privada, contrapondo-a à letargia estatal, um valor-outro. “Pressionadas pela crise interminável, as empresas se ajustaram, cortando gorduras, melhorando o desempenho, evitando endividar-se. Bastou surgir algum sinal de estabilidade no horizonte – e isso veio com o Plano Real – que o Brasil começou a decolar” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23). *Veja* conclui, mais uma vez ancorando o seu discurso na dicotomia do privado-eficiente: “A malha econômica está ajustada. Falta agora fazer o mesmo na máquina do Estado. O novo governo teve a argúcia de enxergar essa obviedade” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23). O enunciador afirma e endossa que a reengenharia do setor público é a meta declarada da nova administração e que não há mistério sobre o que fazer. “O que falta é sanear, enxugar, privatizar, penalizar os oligopólios dos barões do empresariado e desmanchar os monopólios estatais. E, obviamente, cuidar do maior problema: o fosso que mantém no inferno da miséria milhões de brasileiros desta geração” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23). A reportagem não apresenta os grupos e os segmentos nos quais atuam os tais barões do empresariado.

O texto conta que, no discurso de posse, Fernando Henrique fez uma declaração de boas intenções para o campo social. Na concepção de *Veja*, um gesto “como pede a

tradição de um presidente com passado na esquerda e como exigem as condições de um país em que a miséria se tornou crime e doença coletivos” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23).

Em seguida, a revista interpreta alguns indicadores sociais. “O Brasil é a 10ª economia do mundo, mas desaba para a 63ª posição quando se trata da qualidade de vida de seus habitantes. O país é uma aberração estatística” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23). Nesse cenário, o enunciador dá a entender que o novo governo pode tirar o Brasil dessa situação. “Atravessa-se hoje no Brasil uma embriaguez de otimismo. Vai durar? A partir da posse, cada dia passa a contar contra o governo. Até agora, as coisas estão correndo conforme as promessas de campanha” (VEJA, nº1374, 1995, p. 24).

Adiante, para estabelecer um caminho que assegure o que se preconiza nessa cobertura analítica, *Veja* cita os Estados Unidos. “Bill Clinton foi eleito e 100 dias depois tinha o maior índice de rejeição que um presidente americano já experimentou em início de mandato” (VEJA, nº1374, 1995, p. 24). Na concepção da revista, há razões para acreditar que a estabilidade econômica será mantida. “Entre os cerca de 200 países do mundo, não se contam nem dez nessa situação, que para o Brasil já parece vitória” (VEJA, nº1374, 1995, p. 24). Para o enunciador, só em 1996 é que o país saberá se conseguiu mesmo estabilidade, mas, segundo ela, “é tempo perdido também esperar para o Brasil um crescimento econômico espetacular como o da China” (VEJA, nº1374, 1995, p. 24). Nas linhas finas, *Veja* revela admiração pelo novo presidente brasileiro e enaltece a imagem de FHC, desqualificando governos anteriores.

Nunca se teve na Presidência um *político tão ilustrado* como FHC, um homem que deixou na poeira pelo menos uns 10 000 livros farejados. Fernando Henrique chega com uma bagagem diferente. Ela o habilita a entender o Brasil sem as limitações de Sarney, a perplexidade do ingênuo Itamar ou a impulsividade do farsante Collor. [...] Esses senhores todos tinham preconceitos intelectuais muito pesados, teimosias rurais entranhadas nos neurônios. Em Fernando Henrique, ninguém sabe o que é maior, a vaidade ou a inteligência, dizem até mesmo seus amigos. [...] FHC familiarizou-se com os problemas nacionais em dez anos de Senado, abriu a cabeça em outros dez de circulações demoradas pelo mundo, inclusive um bom período em exílio voluntário depois de ter sido cassado como professor da USP, na ditadura. Foi ministro das Relações Exteriores e da Fazenda. Não é pouco (VEJA, nº1374, 1995, p. 24-25. Grifo nosso).

A análise acima descreve um pouco do que seria a cobertura de *Veja* nos anos em que FHC esteve à frente do país, como veremos na sequência deste estudo.

A capa de 15 de outubro volta à relação Brasil-Estados Unidos, agora com um valor-mesmo, FHC, na presidência da República. Ela traz a foto do presidente dos

Estados Unidos, Bill Clinton e a chamada “A arrogância do Império” (VEJA, nº1517, 1997, p. 1. Grifo nosso). Na linha fina, “As pressões americanas para abrir o mercado brasileiro” (VEJA, nº1517, 1997, p. 1). Nesta publicação, *Veja* vai adotar postura bastante parecida com a observada na edição de 17 de setembro de 1986: “Sarney e Reagan – As duras conversas de Washington” (VEJA, nº941, 1986, p. 1). Ela se vale do clichê popular “uma no cravo, outra na ferradura” como um indicativo norteador da cobertura analítica que se oferece ao leitor.



Figura 94. Capa A arrogância do Império, nº1517, 1997

No miolo, a matéria de capa recebe a chamada “O gigante vem aí, de olho no mercado” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32) e a linha fina “Clinton, o presidente camelô, força a barra para vender o que o Brasil não quer comprar” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32). Do lado esquerdo (página par) da reportagem, aparece a foto de Fernando Henrique Cardoso. A página ímpar é toda ocupada pela foto do presidente dos EUA, Bill Clinton – como se um estivesse frente a frente com o outro. A legenda aparece ao lado da imagem do líder brasileiro: “FHC e Clinton: apesar da empatia, a prepotência dos EUA azeda o clima da visita” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32).



Figura 95. FHC e Clinton, nº1517, 1997

Nas primeiras linhas, o enunciador afirma que as viagens presidenciais ao exterior, quaisquer que sejam os países envolvidos, costumam ser feitas para melhorar as relações entre as partes. Em seguida, dá a entender que a visita do presidente americano ao Brasil foi uma falsa tentativa de aproximação. “Depois de cinco anos de governo, durante os quais dispensou o tratamento de fundo de quintal habitualmente reservado à América do Sul, a visita que o presidente americano Bill Clinton faz ao Brasil nesta semana tinha esse caráter genérico de aproximação e boa vontade” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32). Sob este aspecto, a revista afirma que ninguém esperava grandes resultados concretos e informa que Brasil e Estados Unidos estão “travando uma disputa comercial” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32). O texto relata que os EUA querem ampliar mais o acesso de seus produtos e serviços ao mercado latino-americano em geral e ao brasileiro em particular. Eles propõem que isso aconteça no âmbito da “Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, um grande mercado comum, sem barreiras, que abarcaria todo o continente, e já em 2005” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32). Segundo a reportagem, o Brasil não quer e ainda não se recuperou do que ela define como choque da primeira abertura. Em seguida, *Veja* pontua que o governo brasileiro vê uma ameaça à economia.

Amparado em uma rara unanimidade nacional em torno do assunto, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso argumenta que expor os setores produtivos brasileiros, ainda estressados com o choque da primeira abertura, à competitividade incomparável do *gigante americano* seria um desastre de alto custo econômico e social (VEJA, nº1517, 1997, p. 32. Grifo nosso).

A matéria avalia que, com este impasse, a visita de Clinton registrou um “considerável nível de tensão” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32), potencializado pelas “jogadas americanas” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32), que, de acordo com *Veja*, pretendem, até agora com sucesso, “manipular a Argentina do presidente Carlos Menem como um terceiro elemento do triângulo, destinado a manter o Brasil em permanente estado de nervos” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32). De qualquer maneira, afirma a revista, a diplomacia brasileira esperava que a empatia entre Clinton e FHC, “dois homens de bem com a vida, consigo mesmos e com seus interlocutores” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32), funcionasse. O enunciator critica, mais uma vez com o apoio de antíteses que embutem alguns eufemismos: “Os dois trocariam gestos amistosos e, entre sorrisos, concordariam em continuar discordando. Escorregões diplomáticos, cevados na arrogância americana, no entanto, acabaram azedando o clima da visita de maneira surpreendente” (VEJA, nº1517, 1997, p. 32-34). A reportagem se refere a duas situações específicas. “Com a sutileza de um marine em dia de invasão, o embaixador Melvyn Levitsky desatou a falar bobagens. ‘O grande prêmio da Alca para o Brasil é a entrada na economia americana’, disse ele, como se tratasse com um bando de parvos, ignorantes” (VEJA, nº1517, 1997, p. 34).

Veja explica que o acordo foi feito de forma informal quando o Brasil tinha outro líder. Em seguida, afirma que FHC pretende deixar a discussão sobre a Alca para o futuro.

É fato – hoje lamentado nos mais altos escalões – que o Brasil, durante o governo Itamar Franco, aderiu ao compromisso genérico de criar a Alca a partir de 2005. Mas o governo brasileiro já disse e repete sem parar que quer empurrar a coisa bem mais adiante e tem todo direito de fazê-lo (VEJA, nº1517, 1997, p. 34).

O tom da reportagem desperta curiosidade, sobretudo se observarmos que *Veja* sugere, ora nas entrelinhas, ora de forma mais acintosa, que o Brasil não estava recuperado do choque da primeira abertura de mercado e que é um direito do país jogar este debate mais para o futuro. O segundo acontecimento que azedou a visita, segundo o enunciator, foi um tema mencionado no encontro.

Aos desaforos do embaixador, atribuídos a uma personalidade rude, pelo menos no tocante à forma, somou-se outra encrenca: a menção à “corrupção endêmica” existente no Brasil, feita de passagem num documento de 158 páginas preparado pela mesma embaixada do senhor Levitsky e destinado a empresários americanos interessados em conhecer o país (VEJA, nº1517, 1997, p. 34-35).

Para a revista, “fora de contexto, a divulgação de um relatório informativo falando vagamente em corrupção talvez fosse rapidamente assimilada” (VEJA, nº1517, 1997, p. 35). *Veja* conclui e ironiza com a sutileza do Complexo de Vira-Lata: “Ainda mais porque o documento da diplomacia americana atesta que o Brasil vem melhorando sua posição no *ranking mundial da safadeza pública*, que é publicado anualmente pela Universidade de Goettingen, na Alemanha (VEJA, nº1517, 1997, p. 35. Grifo nosso). Segundo o enunciador, com o pano de fundo de uma visita do presidente americano ao Brasil, na qual se discutiu uma disputa comercial, o relatório “remexeu o caldeirão de sentimentos antagônicos que se julgava sepultado e fez reaparecer um clima de *yankees do home*, em que até as exigências de segurança foram magnificadas como expressão do imperialismo do Grande Irmão do Norte” (VEJA, nº1517, 1997, p. 35. Grifo da revista).

No trecho seguinte, a revista revela que o Brasil tem afinidade comercial com os EUA, apesar de tê-los chamados de *yankees do home*. “Levitsky passou o resto da semana tentando consertar o estrago causado pela agressividade insensata, justamente em relação ao governo de um presidente brasileiro que vê os Estados Unidos com a maior simpatia, sentimento este amparado em contratos zilionários para a indústria americana” (VEJA, nº1517, 1997, p. 35). *Veja* conta então que o embaixador mandou retirar a palavra “endêmica” (VEJA, nº1517, 1997, p. 35) do documento. Pela nova versão, a corrupção no Brasil seria apenas “persistente” (VEJA, nº1517, 1997, p. 35-36). E mais: “Na sexta-feira, como o rufar dos tambores só aumentava, o embaixador baixou a guarda e qualificou o relatório de ‘inoportuno’” (VEJA, nº1517, 1997, p. 36).

Veja sentencia: “A Alca até hoje gerou apenas conversas inflamadas, contra e a favor, de ambos os lados da linha do Equador” (VEJA, nº1517, 1997, p. 36). Segundo ela, em sua concepção original, a Alca derrubaria as barreiras comerciais entre os países do continente, do Canadá à Argentina. Produtos e serviços fluiriam entre as fronteiras dos países americanos sem restrições nem impostos – ideia pela qual o enunciador, amparado pela lógica do livre comércio no escopo do liberalismo econômico, demonstra natural simpatia. Como consequência quase imediata, os preços internos cairiam e economias hoje subjugadas pela inoperância e pela falta de opções, como as do

Paraguai, da Bolívia e da Colômbia, receberiam um impulso novo e teriam chance de escapar da estagnação.

A revista avalia que, se o projeto avançar, pode criar “o que se chama de um bloco econômico” (VEJA, nº1517, 1997, p. 36), mais ou menos como o que brevemente unirá de vez os países europeus e semelhante ao que está montado pelas economias asiáticas. “O Bloco da Alca teria mais de 700 milhões de consumidores e abarcaria uma riqueza da ordem de 9 trilhões de dólares” (VEJA, nº1517, 1997, p. 36), projeta o enunciador ao somar a população e o PIB das nações envolvidas. De acordo com o texto, o Brasil acha que só pode começar a aderir à Alca a partir de 2005, quando o acordo regional do Mercosul, que une Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia, estiver consolidado. Isso, avalia a reportagem, se der certo. Do contrário, o Brasil pode deixar o grupo latino-americano. Adiante, *Veja* força que “até que se fortaleça a união comercial do Mercosul e seu 1 trilhão de dólares de PIB, a conclusão unânime no Brasil e na Argentina é de que a Alca seria hoje uma sangria nas economias de ambos os países” (VEJA, nº1517, 1997, p. 38). Na concepção, “o pavor da Alca” (VEJA, nº1517, 1997, p. 38) tem duas frentes. Em ambas, reforça-se a argumentação segundo a qual o parque industrial brasileiro não tem condições de competir com os produtos americanos, lá ou cá:

A primeira é a de que a simples erradicação das tarifas funcione como o chupacabras nos setores mais frágeis. Bancos, escritórios de advocacia, correios, transportadoras não teriam condições mínimas de enfrentar concorrência direta com seus similares americanos [...] Setores como a indústria automobilística, a siderurgia e mesmo a petroquímica não resistiriam ao embate com os produtos americanos vendidos aqui sem tarifa. Segunda onda de calafrios é provocada pela prática americana de criar barreiras não alfandegárias para os produtos importados, que poderia perpetuar-se, com novos disfarces, mesmo com a Alca (VEJA, nº1517, 1997, p. 38).

Segundo o enunciador, a política do governo brasileiro de ir devagar com o andar da Alca foi aprovada. Ao fim dos encontros, a reportagem afirma que ficou acertado de que não haveria um comunicado conjunto porque existem divergências em áreas importantes.

Veja sentencia nas linhas finais: “Numa era em que a maior potência de todos os tempos não se vexa, ao contrário, de ter seu presidente na condição de camelô-mor, o Brasil vai precisar de muito fôlego para resistir e defender os próprios interesses (VEJA, nº1517, 1997, p. 38).

A reportagem ainda traz uma arte intitulada “Barreiras americanas aos produtos do Brasil” (VEJA, nº1517, 1997, p. 36). Nela, a revista lista 8 produtos que enfrentam intervenções comerciais do governo dos Estados Unidos.

Barreiras americanas aos produtos do Brasil

Suco de laranja – Em 1986, para proteger os produtores de laranja da Flórida, o governo americano inventou taxa de até 456 dólares por tonelada, o que aumenta o preço final em cerca de 85%. A exportação brasileira caiu 75%

Alcool etílico – Em 1985, os EUA arquivaram a investigação sobre dumping no álcool etílico brasileiro. Mesmo assim, sob pressão da sua indústria doméstica, Washington criou duas barreiras que aumentaram em 72% o preço final e tiraram o produto brasileiro do mercado americano

Açúcar – Os EUA não compram do Brasil mais do que 235 000 toneladas por ano. A cota, estabelecida em 1982, surgiu sob a alegação de que, assim, o preço internacional do açúcar se equilibraria, ajudando os países produtores mais pobres. Seria temporária, mas nunca foi revogada, derrubando em 60% as vendas brasileiras

Têxteis – Há mais de vinte anos, a exportação de têxteis para os EUA é submetida a cotas

Ferroligas – Os EUA alegam que o Brasil pratica dumping com o silício metálico, o ferro silício e o silício manganês. As sobretaxas chegam, às vezes, a 100%

Aço – Os EUA sobretaxam o aço brasileiro desde a década de 80. Sem levar em conta a privatização do setor, acusam o país de dumping e de conceder subsídio estatal ao produto

Frutas e vegetais – As frutas e vegetais brasileiros são praticamente barrados nos EUA, tantas são as exigências sanitárias. A laranja não pode ser vendida sob alegação de que é vulnerável a um tipo de mosca e a câncero cítrico — o que, aliás, também ocorre com a laranja americana

Gasolina – O produto brasileiro deixou de ser exportado para os EUA porque seu refino teria de ser adaptado às exigências ambientais americanas. O Brasil provou na OMC que sua gasolina não era poluente, e as vendas devem recomeçar neste ano

Figura 96. Barreiras americanas aos produtos do Brasil, nº 1517, 1997

É, como se observou neste estudo até agora, um dos poucos momentos históricos em que o enunciador prescreve prudência na abertura comercial, projetando os efeitos

que ela poderia causar na economia interna. É também um trecho único em que a referência ao presidente americano como “camelô-mor”, de certa forma, contradiz a lógica liberal de que a oferta de mais produtos num mercado comum dá liberdade ao consumidor, assunto já mencionado e apresentado como valor-mesmo.

A edição de 5 de novembro de 1997 traz a manchete “O susto Brasil” (VEJA, nº1520, 1997, p. 1) e a linha fina “O tamanho do prejuízo e os riscos do real daqui para frente” (VEJA, nº 1520, 1997, p. 1). Na capa, a efígie simbólica da cédula de 50 reais com expressão assustada.



Figura 97. Capa O susto Brasil, nº1520, 1997

No miolo, a editoria Brasil desenvolve a matéria sob a chamada “Choque de realidade” (VEJA, nº1520, 1997, p. 26) e informa na linha fina que, “com o susto na bolsa, perda de reservas e aumento nos juros, o Brasil percebe que é vulnerável” (VEJA, nº1520, 1997, p. 26). O lide relembra que, para que se pudesse compreender com mais clareza a lógica do Plano Real, em 1994 o então ministro FHC comparou por várias vezes o Brasil ao México. O texto relata que, no final daquele mesmo ano, o México foi “à lona e os tucanos mudaram o discurso” (VEJA, nº1520, 1997, p. 26), passando a explicar que México e Brasil nada tinham em comum.

Veja destaca que a bolsa de valores brasileira sofreu uma das maiores quedas de sua história nos últimos dez dias. Segundo a revista, “uma torrente de dólares fugiu para

o exterior e uma onda de pânico varreu o mercado financeiro nacional, que afundou mais do que qualquer outro balcão de papéis espalhado pelo planeta” (VEJA, nº1520, 1997, p. 26). O enunciador analisa, mais uma vez, com o objetivo de forçar a vulnerabilidade do país e o tamanho do estrago: “O desastre demonstra que não importa se o Brasil se parece ou não com o México, ou se ele é diferente ou não da Ásia. Importa, isso sim, que o Brasil foi o país que pior se saiu na crise” (VEJA, nº1520, 1997, p. 26). Para a revista, por mais que o discurso oficial insista em mostrar o real como “super-herói do capitalismo globalizado, o país pode muito bem naufragar num ataque especulativo contra sua moeda, como já ocorreu no México ou na Tailândia. Essa é a sombria realidade em que o Brasil acabou de entrar” (VEJA, nº1520, 1997, p. 26).

De acordo com *Veja*, a principal razão que levou à queda da Bolsa em São Paulo foi mesmo a saída de dólares. A reportagem destaca que os fundos de investimento americanos, que perderam pesado naquilo que ela define como hecatombe da Ásia, sacaram de suas aplicações para evitar vermelhos na contabilidade que eles apresentam a investidores. O enunciador indica que, por trás dessas operações de esvaziamento das Bolsas brasileiras, não existe uma argumentação bem fundamentada contra os pilares e rumos da economia nacional.

Para *Veja*, o problema é que a crise, “com o afundamento maciço do mercado de ações no Brasil, deixou no ar uma nuvem escura de maus presságios. Sensações negativas com essa força são perigosíssimas em áreas sensíveis como o câmbio e o mercado de ações. Aqui, o nome da doença fatal é pânico” (VEJA, nº1520, 1997, p. 27).

Nos parágrafos seguintes, o texto traz uma sequência de subtítulos. No primeiro, “Colchão” (VEJA, nº1520, 1997, p. 27), relata-se que, na segunda-feira, depois que o índice da Bolsa brasileira já estava caindo havia três dias, os investidores estrangeiros resolveram sair do Brasil como forma de preservar a maior parte do que tinham ganhado no mercado de ações nos últimos doze meses. Segundo a matéria, em meio à agitação e à crise de confiança, a procura de moeda forte foi tão grande que o Banco Central chegou a vender “10 bilhões de dólares em sete leilões consecutivos. Desses 10 bilhões, segundo informou Maria do Socorro Carvalho, do Banco Central, 5 deixaram o Brasil, e o volume das reservas internacionais nas mãos do Banco Central caiu de 60 para 55 bilhões” (VEJA, nº1520, 1997, p. 27). O enunciador conclui com a velha fórmula da antítese como jogo de palavras: “De uma hora para outra, o Brasil, que era confiável, tornou-se extremamente desconfiável” (VEJA, nº1520, 1997, p. 27).

A reportagem ainda relata que, na quinta-feira, o Banco Central tentou reverter o quadro com “um choque elétrico no coração” (VEJA, nº1520, 1997, p. 27-28) e dobrou as taxas de juros, de 22% para 46% ao ano, para manter o interesse dos investidores internacionais. Para *Veja*, essa é uma taxa “astronômica, irresistível para quem tem qualquer poupança em condições de aplicar (VEJA, nº1520, 1997, p. 28).

No dia seguinte, conta a matéria, o mercado de ações reagiu com alta de 1,5%. Porém, ressalta o enunciador, a semana chegou ao fim com perda de um terço no valor das ações desde “a eclosão do fator Hong Kong” (VEJA, nº1520, 1997, p. 28). Nesse sentido, *Veja* alerta: “Para o brasileiro que quer distância da Bolsa de Valores, ou que nunca viu um maço de dólares pela frente, os reflexos da crise financeira também estão à vista” (VEJA, nº1520, 1997, p. 28). Ela pontua que eles aparecerão daqui por diante na forma de juros mais altos no banco e na loja, compras mais caras a prazo e uma elevação das dificuldades para dependurar-se no cheque especial ou no cartão de crédito.

No subtítulo “Mansos” (VEJA, nº1520, 1997, p. 28), *Veja* informa que Brasília acredita que a crise será passageira. O texto faz uma projeção segundo a qual os investidores estrangeiros “cedo ou tarde perceberão que a situação da Ásia é menos sólida que a da América Latina e voltarão mansos ao leito verde-amarelo” (VEJA, nº1520, 1997, p. 28). De acordo com o enunciador, o governo argumenta que a Ásia está sendo “vitimada por problemas profundos que o Brasil não apresenta” (VEJA, nº1520, 1997, p. 28). Em seguida, a reportagem expõe o cenário internacional. “Na Ásia, o sistema bancário está ameaçado por um volume imenso de empréstimos podres, há uma cadeia de falências de grandes empresas, sobretudo na Coreia, além de um esfriamento da economia japonesa, que alimenta toda a região asiática com seus tentáculos” (VEJA, nº1520, 1997, p. 28).

Para *Veja*, a crise é uma reação “a turbulências internacionais, mas não se produziu no vazio” (VEJA, nº1520, 1997, p. 29). Ela destaca, em mais um eufemismo, que já havia “água acumulada no porão antes que os alicerces da casa mostrassem zonas de apodrecimento” (VEJA, nº1520, 1997, p. 29). A reportagem ainda pontua que, há muito tempo, críticos da política econômica reclamam dos rombos na balança comercial brasileira. Segundo a revista, eles acreditam que o país importa mais do que devia. Desta forma, o Brasil fica numa situação de dependência em relação a capitais internacionais que financiem o déficit. O enunciador acredita que “se esses capitais

fogem num momento de pânico, a armação econômica tende a vacilar” (VEJA, nº1520, 1997, p. 29).

Adiante, a matéria afirma que as contas públicas também não andam nada boas. *Veja* volta a usar o argumento de que “o governo gasta mais do que arrecada, o que aumenta a sua fragilidade” (VEJA, nº1520, 1997, p. 29). Além disso, a revista indica que há o problema do câmbio e que o governo se vale de um expediente artificial.

Para manter a inflação sob controle, o governo deixa o real artificialmente valorizado em relação ao dólar. O industrial que insiste em elevar os preços de suas mercadorias é assim imediatamente punido pela importação de artigos estrangeiros a preços mais baixos, garantidos pelo câmbio valorizado (VEJA, nº1520, 1997, p. 29).

De acordo com *Veja*, “as minidesvalorizações do real feitas dentro do sistema das bandas cambiais têm amenizado a defasagem entre o dólar e a moeda brasileira, mas não a ponto de anular o problema” (VEJA, nº1520, 1997, p. 29). A revista afirma que o real já foi desvalorizado em cerca de 10% desde sua criação. Nesse sentido, o enunciador opina. “O dilema é pesado: não é aceitável voltar a ter inflação, mesmo que se precise manter o real valorizado” (VEJA, nº1520, 1997, p. 29). *Veja* volta a articular um discurso que dá ênfase ao conceito de artificialidade, sem, no entanto, explicar a fundo como ela ocorre. Ela apresenta um risco e diz que a manutenção da moeda “nesse engessamento artificial é o mais forte chamariz de ataques especulativos na área do câmbio” (VEJA, nº1520, 1997, p. 29). Na sua concepção, o governo fica entre duas alternativas:

Ou ajusta o câmbio fazendo uma máxi, detonando um movimento imprevisível, chamando a inflação de volta (e colocando a reeleição em xeque), ou deixa que as pressões se acumulem, tentando fazer o reajuste cambial só depois das eleições do próximo ano, e fica ainda mais à mercê da dolarização selvagem (VEJA, nº1520, 1997, p. 29).

No subtítulo seguinte, “Dólares em cascata” (VEJA, nº1520, 1997, p. 29), a revista afirma que o Brasil tem contornado as dificuldades com a atração maciça de capitais externos para investimentos em fábricas e redes comerciais. O enunciador aproveita a oportunidade para valorizar, mais uma vez, preceitos do liberalismo e o governo federal ao citar “a chegada de dólares em cascata para o programa de privatização, que o governo define, com razão, como o maior em realização no mundo neste momento” (VEJA, nº1520, 1997, p. 29-30). Porém, ressalta o enunciador num dos raros momentos em que se sugere que este programa seja conduzido com critérios, “se

torrar todas as estatais antes de reequilibrar as contas do Estado, continuará vulnerável” (VEJA, nº1520, 1997, p. 30). O texto narra que, no meio da crise, o governo começou a discutir uma maneira de apressar a adoção de medidas fiscais, capazes de tirar o seu caixa do vermelho. De acordo com *Veja*, a ideia não era aumentar impostos, mas “cortar na carne das estatais, abatendo seus custos” (VEJA, nº1520, 1997, p. 30).

O próximo subtítulo é “Tempestade” (VEJA, nº1520, 1997, p. 30). Nele, o enunciador desdobra o efeito das medidas técnicas adotadas pelo Banco Central para controlar o que chama de “furacão” (VEJA, nº1520, 1997, p. 30). *Veja* avalia que elas foram eficazes, apesar do atraso. Entre as ações adotadas pelo BC, a reportagem cita a venda de dólares, em março 1995, quando um comunicado do Banco Central provocou uma corrida pela moeda. Sobre o futuro da economia brasileira, *Veja* acredita que ele será cheio de obstáculos. Segundo a reportagem, a crise só não abalou aquele tipo de investidor que aplica em caderneta de poupança. Além disso, indica o texto, também não perdeu dinheiro quem estava lastreado em CDB, papéis públicos de rendimento fixo. Entre os fundos com renda variável, a revista afirma que perderam mais aqueles administrados pelos “tubarões do mercado” (VEJA, nº1520, 1997, p. 31). *Veja* os cita:

Num único dia, o Seguridade, um fundo do banco Bozano, Simonsen, caiu 17,05%, o Agressivo, operado pelo BBA, perdeu 14,30% e o Ações Ibovespa, administrado pelo CCF, caiu 13,27%. Alguns bancos tiveram até mesmo de fechar fundos que mantinham no exterior. O holandês ING liquidou na madrugada de segunda para terça-feira um fundo lastreado em títulos da dívida brasileira, vendido apenas lá fora. O fundo tinha 27 milhões de dólares e, com seu fechamento, os clientes receberam 4,8 milhões de dólares de volta, ou seja, menos de 20% do que haviam colocado (VEJA, nº1520, 1997, p. 31).

O último subtítulo é “Virada” (VEJA, nº1520, 1997, p. 31). O enunciador destaca que, com a queda no mercado de ações, as empresas negociadas no pregão perderam valor patrimonial. Ele cita por exemplo que “os 17% do Pão de Açúcar pertencentes a Abilio Diniz valiam cerca de 365 milhões de reais na quarta-feira 22, antes da quizumba financeira, e passaram a valer 279 milhões oito dias depois – uma queda de 86 milhões de reais” (VEJA, nº1520, 1997, p. 32). Segundo a revista, a empresa de Diniz não foi a única a enfrentar este cenário. “A Itaúsa, holding que controla as empresas do grupo Itaú, valia 3,3 bilhões de dólares e passou a ser cotada em 2,3 bilhões, segundo calcula a Economática, empresa que reúne informações sobre o mercado financeiro” (VEJA, nº1520, 1997, p. 32). Nas linhas finais, outro exemplo. *Veja* destaca que um levantamento do Banco Opportunity mostrou que a Vale do Rio Doce, uma das maiores

empresas do país, recentemente privatizada, sofreu uma queda de 18% no preço de suas ações, diminuindo em 1,7 bilhão de dólares o seu valor de mercado.

Ao estampar eventuais fragilidades da economia brasileira, o enunciador adota pelo menos quatro parâmetros discursivos que merecem destaque. O primeiro deles, como já se afirmou, envolve os apelos constantes – normalmente recheados de metáforas e eufemismos – para que se tire o peso do Estado da economia. As estatais são sempre ineficientes e, por isso, provocam rombos nas contas públicas, descritos pelo enunciador com ímpeto opinativo. O segundo, que é consequência do primeiro, traz as privatizações como tábua de salvação ou modernização estrutural do país. Embora o enunciador tenha usado o verbo “torrar”, o que se vê de forma contínua é uma postura editorial que sugere celeridade para o programa de privatizações e, no caso do governo FHC um ano antes da reeleição, o aponta como algo que o governo define e a revista valoriza/enaltece, “com razão”, como o maior do mundo. Outro ponto interessante diz respeito ao uso de artificial/artificialidade para citar – sem que efetivamente se aprofunde – determinada estratégia do Banco Central diante da variação do câmbio. Por fim, estampar as perdas de investidores é um outro caminho que reforça a percepção do dólar como moeda forte, um valor-mesmo. A leitura macroeconômica que o enunciador faz não chega à influência que esses fatores conjunturais têm na economia cotidiana no que diz respeito ao preço dos alimentos ou as tarifas de serviços públicos por exemplo.

A relação Brasil-Estados Unidos fica em segundo plano durante boa parte do ano de 1998, quando o presidente Fernando Henrique é reeleito. No primeiro ano do segundo mandato de FHC, a edição de 3 de fevereiro de 1999 traz novamente a imagem da efígie do real na capa. Desta vez, com hematomas e um curativo na face. E, mais uma vez, com o culto à cultura do medo. “Até onde vai o pânico” (VEJA, nº1583, 1999, p. 1). A publicação apresenta três destaques: “A expectativa sobre o recuo do dólar” (VEJA, nº1583, 1999, p. 1); “A lição que vem da Ásia” (VEJA, nº1583, 1999, p. 1); “Os bastidores da crise em Brasília” (VEJA, nº1583, 1999, p. 1).



Figura 98. Capa Até onde vai o pânico, nº1583, 1999

No miolo, a matéria de capa recebe o título “O dólar poderá ceder” (VEJA, nº1583, 1999, p. 36) e a linha fina “A praça acha que a cotação está batendo no teto, não vale a pena comprar a moeda e os especuladores começam a perder o fôlego” (VEJA, nº1583, 1999, p. 36). De acordo com o enunciador, a crise do real, que até agora “ferveu apenas no perímetro de bancos, corretoras e investidores, transbordou na semana passada para a classe média” (VEJA, nº1583, 1999, p. 36). O texto destaca que em função desse cenário, “espetados pela sensação de que a moeda brasileira entrou numa espiral sem fim, de que o governo pode contra-atacar com um confisco ou um calote, alguns grupos já começaram a aparecer nas agências bancárias para sacar seu dinheiro” (VEJA, nº1583, 1999, p. 36). A revista não cita com precisão quais são estes grupos, mas ressalta que o “sintoma popular é uma péssima notícia para o governo” (VEJA, nº1583, 1999, p. 36). Isso porque, segundo *Veja*, Brasília, que já havia perdido crédito no exterior, começa a vê-lo cortado também no mercado interno.

O enunciador conta que, com a “boataria” (VEJA, nº1583, 1999, p. 36), os bancos começaram a registrar saques maiores do que o volume normal.

Na sexta, uma agência do Unibanco no Rio de Janeiro precisou convocar três carros-fortes, recheados com 360 000 reais, para atender aos saques. Normalmente, a agência trabalha com 30 000 reais por dia. Em algumas agências do BankBoston em São Paulo, faltou dinheiro. Até na agência do

Banco do Brasil que funciona no Congresso houve fila maior do que o costume. Em agências do HSBC e da Caixa Econômica Federal, no Rio, a clientela não conseguiu receber (VEJA, nº1583, 1999, p. 36).

A reportagem destaca que, após 11 dias úteis de flutuação livre, o real perdeu 41% de seu valor em relação à moeda americana. Na concepção de *Veja*, “o pânico é absolutamente compreensível neste momento, o que não quer dizer que seja uma reação razoável ou inteligente” (VEJA, nº1583, 1999, p. 37). De acordo com a revista, as pessoas estão preocupadas e demonstram certo descrédito nas soluções apresentadas pelo governo.

Com um olho grudado na cotação do real e o outro na saída de dólares, os dois relógios que passaram a indicar a saúde do país, o que as pessoas viram foi um agravamento da situação nacional dia a dia. Também notaram que as ferramentas que o governo tenta usar para salvar a economia não estão funcionando. Pior, parecem funcionar ao contrário. Toda vez que se aumentam os juros para amolecer a cotação do dólar – e isso foi feito na última quarta-feira –, a dívida interna infla, e cresce na mesma proporção a desconfiança de que o governo acabará por não poder pagá-la (VEJA, nº1583, 1999, p. 37).

O enunciador conta que tanto o ministro Pedro Malan quanto o presidente deram entrevistas garantindo que a poupança popular está salva de confiscos. Além disso, ambos afirmaram que manter o dinheiro nos fundos de renda fixa ainda é seguro e que não haverá moratória. Para *Veja*, “o problema é que declarações como essas pesam menos do que outras informações que desabam na mesa dos bancos e acabam se irradiando para o salão do barbeiro” (VEJA, nº1583, 1999, p. 37). A metáfora se refere a um acontecimento.

O Deutsche Bank, a Merrill Lynch, o BankBoston e a Salomon Smith Barney, instituições financeiras de alcance global, fizeram conferências com seus investidores e apresentaram críticas destrutivas a respeito do Brasil. Previram inflação acima de 30%, uma queda fantástica do PIB, ineficácia do acordo com o FMI. Todos pronunciaram a palavra terrível: moratória (VEJA, nº1583, 1999, p. 37)

No trecho seguinte, o enunciador força a interpretação econômica conjuntural à sensação de pânico e afirma que o brasileiro está “temeroso a respeito de seu dinheiro não apenas porque o clima econômico está ruim, mas também porque já foi esgalado por golpes reais, como o confisco feito no Plano Collor” (VEJA, nº1583, 1999, p. 38). Para *Veja*, qualquer prognóstico a respeito do futuro próximo da economia brasileira continua “arriscadíssimo” (VEJA, nº1583, 1999, p. 38). Nesse sentido, ela alerta: “Como todos os países emergentes que desamarraram sua moeda do dólar, o Brasil vai

sofrer. Não escapa de recessão nem de uma dose de inflação em 1999” (VEJA, nº1583, 1999, p. 38).

Adiante, a matéria relata que banqueiros e empresários observaram que a saída de dólares acabou se invertendo. O texto afirma que “entraram, líquidos, 71 milhões até o final da tarde” (VEJA, nº1583, 1999, p. 38) da última sexta-feira. Porém, segundo o enunciador, o mercado desconfia da cotação.

Acha que um punhado de especuladores está testando a paciência do Banco Central. Acredita que, chegue aonde chegar a cotação do dólar, o preço da moeda americana terá de, mais cedo ou mais tarde, descer a um patamar que exprima de fato o valor relativo entre as duas moedas (VEJA, nº1583, 1999, p. 38).

Segundo *Veja*, a aposta é que a cotação do dólar cairá lentamente para algo em torno de “1,80 real no prazo de um ano. Analistas mais otimistas acham que cairá para 1,60 real” (VEJA, nº1583, 1999, p. 38). A revista volta a se valer do uso da palavra artificialmente. Desta vez, para informar que “a própria praça demonstrou na semana passada que não aceita o dólar artificialmente caro” (VEJA, nº1583, 1999, p. 38-39). O enunciador acredita que, “se essa tendência continuar, e ela pode continuar, o Brasil terá se saído melhor do que Tailândia, Indonésia, México ou outro país que capotou com ataques especulativos” (VEJA, nº1583, 1999, p. 39). Ao contrário do que chama de cidadãos comuns, o texto destaca que empresários que tiveram mais tempo para raciocinar a respeito das consequências da liberação do câmbio não consideram a situação um “apocalipse” (VEJA, nº1583, 1999, p. 39). *Veja* relata ainda que, para analisar este cenário econômico, a Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas) fez uma pesquisa com 44 dirigentes de importantes empresas brasileiras. De acordo com a revista, o resultado apontou que “haverá uma queda da produção, aumento do desemprego e inflação bem mais alta. Mas, na outra ponta, alinharam ganhos dos quais não se fala muito. As exportações vão crescer, porque ficaram mais competitivas com a desvalorização do real” (VEJA, nº1583, 1999, p. 39).

Adiante, *Veja* indica que “a vantagem agora está de volta” (VEJA, nº1583, 1999, p. 39). Para validar sua opinião e tentar reforçar o pensamento de setores empresariais que veem a desvalorização da moeda nacional como indicativo de competitividade externa, a revista cita e faz algumas projeções sobre o desempenho da balança comercial.

Só na rubrica agrícola, segundo um estudo do economista André Pessoa, o ganho de renda será de 10 bilhões de reais. A balança comercial, deficitária nos últimos quatro anos, voltará ao azul. De acordo com estimativa do banco JP Morgan, cujos relatórios sobre o Brasil têm sido extremamente pessimistas nos últimos meses, o país pode ter superávit comercial superior a 8 bilhões de dólares em 1999. Com isso, a dependência de financiamento externo se reduziria bastante (VEJA, nº1583, 1999, p. 39).

O enunciador diz que há mais incógnitas do que certezas a respeito do comportamento econômico nos próximos meses. Para *Veja*, “o que decidirá a parada entre um sacrifício maior e um menor será a atitude do investidor estrangeiro” (VEJA, nº1583, 1999, p. 39). Porém, ressalta a matéria, ele ainda não reduziu sua nota negativa. Segundo a revista, o investidor estrangeiro “parou de mandar dinheiro e não renegocia mais empréstimos dados a empresas brasileiras” (VEJA, nº1583, 1999, p. 40). O texto conta também que a agência americana Duff & Phelps Credit Rating Service rebaixou o país em sua lista de bons pagadores. Alegou que existe uma chance de calote. *Veja* conclui num cenário antagônico amparado do ponto de vista discursivo por uma antítese.

Em resumo, num de seus mais críticos momentos econômicos, o Brasil se dividia na semana passada entre dois pólos. Num deles, está toda a carga nervosa acumulada em 120 dias de ataque ao real, idas e vindas do Congresso nas votações do ajuste fiscal, fuga de dólares, a moratória de Itamar Franco. [...] No outro pólo, surgiu uma linha de esperança, ainda muito fina. A moeda brasileira não virou poeira e não é absurdo esperar que ela se estabilize dentro de algum tempo, talvez não muito longo (VEJA, nº1583, 1999, p. 40)

Para *Veja*, os que andam aflitos com relação ao que acontecerá devem refletir sobre a experiência dos países que se “vergaram com a fuga de investidores e, como o Brasil, abriram mão de defender a moeda ao custo de perder todas as reservas” (VEJA, nº1583, 1999, p. 40). A revista cita que eles lidaram com desvalorizações dramáticas, mas, em média, o pico da crise foi superado após cinco meses. Nesse sentido, o enunciador indica que “numa hipótese nada boa, seria esse o período de derretimento do real, mas não é isso que a praça está indicando. Fala-se em dois ou três meses” (VEJA, nº1583, 1999, p. 40). Sobre os países que não defenderam sua moeda, a matéria pontua que todos enfrentaram uma recessão, em graus maiores do que a prevista para o Brasil. “No México, a produção caiu 7% no ano seguinte à desvalorização inicial do peso. Na Tailândia, a queda foi de 8%” (VEJA, nº1583, 1999, p. 40). No caso brasileiro, o enunciador ressalta que “os palpites” (VEJA, nº1583, 1999, p. 40) andam em torno de 3%.

No trecho seguinte, *Veja* destaca que o México já voltou a crescer e que havia a expectativa de que a economia tailandesa e a sul-coreana decolassem novamente. Mas a Rússia e a Indonésia, enfatiza o enunciador, continuam “rolando para o fundo” (VEJA, nº1583, 1999, p. 40) porque possuem a “economia extremamente frágil” (VEJA, nº1583, 1999, p. 40). A reportagem afirma que, “sobre esses países, o Brasil tem vantagens” (VEJA, nº1583, 1999, p. 40). E lista os motivos:

Os Tigres Asiáticos dependem do Japão, cuja economia, embora seja a segunda mais potente do planeta, ultimamente anda de lado, como um caranguejo. O México depende do petróleo, e seu preço está em baixa no mercado mundial. O Brasil tem um sistema financeiro sólido, tanto que seus bancos são cobijados pelos estrangeiros. Nos Tigres Asiáticos, a bagunça bancária, que ainda não foi solucionada, provocou quebradeira. Nem se fale sobre os bancos russos. Não devem ser levados a sério. Na coluna das vantagens há ainda o acordo com o FMI, o Banco Mundial e os governos estrangeiros. O Brasil tem um crédito de 41,5 bilhões de dólares, concedido antes que suas reservas se exaurissem (VEJA, nº1583, 1999, p. 41).

Mais uma vez, como já mostramos em outros governos, a relação do Brasil com o Banco Mundial e com o FMI é enaltecida pelo enunciador. Enfatiza-se a lógica de que, além do crédito em si, o país conquistou e goza de credibilidade internacional com estes órgãos do sistema financeiro. A forma como *Veja* se refere aos bancos russos acompanha o discurso que ela adota diante de um valor-outro na maior parte de suas coberturas. No trecho seguinte, a reportagem apresenta também as desvantagens – vulnerabilidades da economia nacional.

No outro prato da balança – aquele que hoje prepondera em termos de peso – há duas enormes desvantagens. A primeira, mais grave, é o buraco fiscal e sua consequência, a dívida pública que caminha para os 400 bilhões de reais. Só agora é que se tenta resolver esse problema antigo, sob uma pressão tremenda do tempo. A segunda pedra que o país carrega é o risco de inflação (VEJA, nº1583, 1999, p. 41).

Segundo *Veja*, a inflação ainda é um assunto que o brasileiro não esqueceu. “No dia seguinte à liberação do câmbio muitas empresas, das montadoras a produtores de alimentos, reajustaram seus preços” (VEJA, nº1583, 1999, p. 41). Na concepção da revista, “algumas podem ter razão, porque parte de seus custos é cotada em dólar. Outras apenas procuram surfar na mesma onda” (VEJA, nº1583, 1999, p. 41). Nas linhas finais, *Veja* prevê:

A crise de 1999 pode ser um pouco mais amena do que se espera, mas castigará os brasileiros de dois modos. No bolso, na forma de uma inflação que pode chegar a 10% no ano. E no emprego, que ficará mais incerto com a recessão que

se espera. Para as empresas, a distribuição do castigo será desigual. De maneira geral, as que exportam ganharam força. Seus dólares serão trocados por uma quantia maior de reais. É um ganho nada pequeno. Se o ponto de equilíbrio do dólar se fixar em 1,60 real, sua receita aumentará em 30%, ou um terço (VEJA, nº1583, 1999, p. 41).

A projeção internacional que o enunciador faz do poderio norte-americano e da forma como ele se impõe e inspira outras economias são o tema central da edição de 26 de abril de 2000. Com a chamada “Sob as asas do império” (VEJA, nº1646, 2000, p. 1), *Veja* trouxe uma águia segurando/carregando/conduzindo o mundo. A ave aparece com a cabeça, o corpo e as asas nas cores da bandeira norte-americana. Na linha fina, o enunciador destaca: “A explosiva prosperidade americana fascina e preocupa o mundo” (VEJA, nº1646, 2000, p. 1).



Figura 99. Capa Sob as asas do império, nº1646, 2000

Na editoria Internacional está a matéria “Susto no império americano” (VEJA, nº1646, 2000, p. 44). Na linha fina, o enunciador enaltece os Estados Unidos, mas pontua alguns problemas que eles enfrentam. “O país mais rico do mundo, que domina os sonhos de consumo e dita o estilo de vida do planeta, enfrenta rebeldes das ONGs e a exuberância irracional nas bolsas de valores” (VEJA, nº1646, 2000, p. 44. Grifo nosso). Nas primeiras linhas do lide, *Veja* indica que, “num período glorioso como o de agora, os Estados Unidos crescem um Brasil a cada dois anos” (VEJA, nº1646, 2000, p. 44). É

mais um argumento no sentido de reforçar a grandiosidade da economia norte-americana – a mesma que é capaz de dominar os sonhos de consumo e ditar o estilo de vida do planeta. É também mais uma forma de estabelecer uma comparação em que o Brasil, diante dos Estados Unidos, apareça como quem enfrenta a doença crônica do Complexo de Vira-Latas.

A revista contemporiza com um eufemismo: “Os soluços recessivos nos anos que precederam esta fase de ouro do presidente Bill Clinton arrancavam-lhes anualmente a riqueza de uma Argentina” (VEJA, nº1646, 2000, p. 44). O texto ressalta que o Estado da Califórnia consome mais água, vinho, automóveis e computadores do que a China. Com relação ao PIB americano, de acordo com o enunciador, ele supera a soma das economias da França, da Alemanha e do Japão. Na concepção da revista, “ainda que tecnicamente não seja imperial, já que não ocupa fisicamente territórios alheios, como fizeram todos os outros impérios, inclusive o soviético, os Estados Unidos iniciam este século como potência hegemônica planetária. Têm um domínio econômico, cultural, científico e militar inquestionável” (VEJA, nº1646, 2000, p. 44).

Adiante, a matéria afirma que, mesmo com tal tamanho e solidez, o “império está sendo observado com certa preocupação pelos outros países” (VEJA, nº1646, 2000, p. 44). Neste trecho da reportagem, sobressaem-se os pontos nodais império, potência e domínio – substantivos repetidos em trechos muito próximos da reportagem com o objetivo de fundar uma articulação discursiva por meio da qual se gere a percepção representada pela capa e expressa na linha fina. Até na forma de mencionar que a economia americana havia encolhido, o enunciador diz que o recuo equivalia à economia da Argentina para, logo em seguida, pontuar que a pujança do PIB dos Estados Unidos – o maior do planeta – representa a soma da maior economia europeia, a alemã, da maior economia asiática à época, a do Japão, e ainda a da França.

Mas *Veja* diz que os próprios americanos temem que o ciclo de crescimento em que eles navegam há uma década possa estar com os dias contados. “Falamos a todo momento em ‘exuberância irracional’ nas bolsas de valores. Estamos com medo de que a bolha estoure, de que a economia esfrie” (VEJA, nº1646, 2000, p. 44). De acordo com o enunciador, “a economia americana está tão aquecida, artificialmente aquecida para alguns, que o banco central americano vem aumentando gradativamente os juros básicos para evitar um crescimento além do razoável, porque o risco lá na frente poderia ser maior” (VEJA, nº1646, 2000, p. 44). *Veja* pergunta: “Vive-se um milagre econômico nos EUA. Mas será mesmo que milagres existem? E, se existem, quanto tempo duram?”

(VEJA, nº1646, 2000, p. 44). A matéria relembra crises que provocaram caos na economia mundial. Desta vez, a metáfora estabelece o efeito da crise a enfermidades e o Brasil, segundo a comparação, sofreu mais.

Em 1997, a Ásia teve uma gripe, o mundo entrou em pânico e o Brasil se contorceu numa crise financeira de malária. Em 1998, o urso que mora na Rússia entrou em hibernação forçada sob o chicote de uma quebradeira colossal. O mundo ficou em pânico outra vez e o Brasil também foi para a cama, com dengue hemorrágica. Em janeiro de 1999, ainda machucado pelas crises da Ásia e da Rússia, o Brasil sofreu uma fuga selvagem de capitais e teve de deixar o real flutuar de 1,20 por dólar para o pico de 2,17, no prazo de dez dias. Muito bem, agora imagine a seguinte hipótese. Foi ruim com a Ásia, péssimo com a Rússia e dramático com o Brasil da âncora cambial estilhaçada (VEJA, nº1646, 2000, p. 44).

Com essa análise conjuntural capaz de abrandar o fogo quando aborda a crise da economia norte-americana, o enunciador levanta uma hipótese: “E se, por acaso, o porta-aviões americano é que desse agora uma guinada fora do padrão?” (VEJA, nº1646, 2000, p. 44). Em seguida, o enunciador responde:

Não seria preciso chegar ao ponto improvável, quase impossível, de voltar a sofrer uma daquelas crises como a que enfrentou em 1929. Nem mesmo seria necessário, para causar comoção econômica mundial, que entrasse em ritmo passageiro de paralisia, como aconteceu no poderoso Japão nesta mesma década de ouro dos EUA (VEJA, nº1646, 2000, p. 44-46).

Veja insiste, agora com outra hipótese: “O que aconteceria se o porta-aviões americano apenas mudasse um pouco a rota ou a velocidade?” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). Para ela, “muita coisa, pode-se ter certeza” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). Para validar sua previsão, a revista recorre a fontes anônimas. “Alguns analistas acreditam que bastaria uma queda duradoura de 20% na poupança que os americanos possuem em suas bolsas de valores para lançar os EUA numa recessão” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). Segundo a matéria, nas últimas semanas, a bolsa está “corcoveando nos Estados Unidos, com uma tendência preocupante de baixa. E o resto do mundo dificilmente escaparia de um período recessivo se esse porta-aviões diminuísse o ritmo” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). O enunciador força que “a influência americana é simplesmente grande demais” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). Em seguida, cita, em tom apologético, as intervenções dos EUA pelo mundo.

O México desova 80% de suas exportações no quintal do vizinho Tio Sam. De cada dólar que o Brasil recebe em pagamento pelos produtos que exporta, 22 centavos vêm dos Estados Unidos. A recuperação das economias asiáticas depois do baque de 1997 é atribuída em grande parte à gula do mercado interno

americano, que consome com a mesma intensidade desde pentes de ossos de baleia até complexos chips de memória e telas de cristal líquido para computadores produzidos na Ásia (VEJA, nº1646, 2000, p. 46).

Nesse contexto, *Veja* destaca que “à sombra dessa máquina de produzir riqueza, o mundo se pergunta se não está excessivamente dependente de seus humores” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). De acordo com ela, “mesmo entre os próprios americanos, muitos estão desiludidos com alguns aspectos do modelo adotado dentro de casa e da sua tradução para o exterior: a economia globalizada do novo milênio” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). A reportagem conta que, em Washington, na semana passada, enquanto os ministros das Finanças de 182 países se reuniam a portas fechadas sob o patrocínio do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, sindicalistas protestavam nas ruas contra a transferência de fábricas e empregos para os países pobres, e integrantes de ONGs pediam mais ajuda às nações “miseráveis do planeta” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). Para o enunciador, “a primeira alegação é uma tolice” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). *Veja* argumenta:

Da mesma forma que o operário da fábrica de pneus do Colorado reclama porque sua empresa transferiu a fábrica para o México, deixando-o sem emprego, o sindicalista brasileiro reclama da globalização porque acha que ela transfere riqueza para os capitalistas americanos (VEJA, nº1646, 2000, p. 46).

Para a revista, a globalização é um “fenômeno inescapável, tem muitas vantagens e produz alguns cadáveres por onde passa. É também uma dança da qual todos os países, queiram ou não, estão participando, a menos que sejam uma Ruanda ou um Zimbábue” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). Na sua concepção, “os EUA são, no entanto, a locomotiva do processo” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). Vale observar a forma pejorativa como as nações africanas são mencionadas e a antítese que ocorre na representação da economia norte-americana, ora um porta-aviões, ora uma locomotiva do “inescapável” processo de globalização.

Nesse contexto, *Veja* acredita que “olhar de perto as condições de saúde da economia americana tornou-se, portanto, obrigatório para os cidadãos dos outros países” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). O enunciador ressalta que ninguém sabe ao certo se o ciclo de prosperidade que coincidiu com os dois mandatos do presidente Bill Clinton está no fim. Mas que ninguém discute que “suas feições econômicas têm um desenho nunca visto na história da riqueza das nações” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). Em seguida, pontua avanços. “Para começar, os Estados Unidos estão crescendo seu Brasil a cada dois anos, acumulam um PIB anual de 9 trilhões de dólares, praticamente não

têm desemprego e, este é o maior mistério, com todo esse aquecimento, a inflação está domada no patamar baixíssimo de 2,5% ao ano.” Segundo a reportagem, o motivo é simples: “A economia americana está ganhando competitividade a um ritmo altíssimo e isso evita que os preços subam” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46).

Diante desse cenário, *Veja* lança outra pergunta, quase num tom de inconformismo com a vulnerabilidade que se propôs a discutir com a águia que conduz o mundo: “Onde está o perigo, então?” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). A reportagem lança uma hipótese. “Um deles: os Estados Unidos importam muito mais do que exportam. Ao fim de cada ano, ficam devedores em 300 bilhões de dólares nessas trocas internacionais. A dívida corresponde, aproximadamente, a toda a produção de uma Argentina por ano. Há também a instabilidade do mercado de ações” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). O texto se vale repetidas vezes do argumento discursivo de que os Estados Unidos encolheram o equivalente a uma Argentina e crescem o equivalente a um Brasil a cada dois anos. Essa parece, na construção narrativa e nas análises apresentadas, uma forma de diminuir a importância e o peso das duas economias sul-americanas num contexto global. De quebra, enaltece-se o PIB de 9 trilhões de dólares.

A matéria conta que há três semanas, o presidente Bill Clinton convocou uma reunião de cúpula em Washington para esclarecer dois pontos. “O primeiro: se a riqueza americana em ações da chamada nova economia, lastreada nas empresas de internet, é real ou virtual. O segundo ponto: se há perigo de as pessoas, excessivamente otimistas, estarem inflando artificialmente o mercado de ações” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). O texto afirma que a resposta que ele obteve foi esta: “Ninguém sabe ao certo. Ninguém sabe ao certo, portanto, se vão para cima ou para baixo os cerca de 15 trilhões de dólares em ações que os americanos tinham na semana passada. É mais dinheiro do que todos os impérios do passado, da Antiguidade clássica aos dominadores modernos, jamais puderam juntar. E ninguém sabe ao certo” (VEJA, nº1646, 2000, p. 46). A matéria relata que, historicamente, os impérios se formaram a partir do domínio territorial, militar e tributário sobre outros povos. “Os impérios clássicos, como o romano, o árabe e mesmo o britânico, se impuseram pela força militar e quase sempre acabaram afundando em razão de conflitos com os povos dominados” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48).

Para *Veja*, “por mais invasivos e onipresentes” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48) que sejam no mundo moderno, os Estados Unidos não podem ser descritos, pelo critério da historiografia clássica, como império. Mas na concepção da revista, pelo critério

puramente econômico, os EUA “são inescapavelmente imperiais” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48). Em seguida, o tom de pregação da grandiosidade norte-americana, na linha da submissão e do curvar-se a ela, é resgatado.

A economia americana gera 1 em cada 3 dólares da riqueza em circulação no planeta. A presença dos Estados Unidos na chamada nova economia é ainda maior: eles são responsáveis por 73 centavos de cada dólar gerado pelas empresas de computação e de internet. Nem mesmo o poderoso império britânico, sobre o qual o sol jamais se punha, teve uma presença econômica tão maciça no mundo (VEJA, nº1646, 2000, p. 48).

Veja ressalta a força dos EUA sempre com metáforas. “É um poder que eclipsa a fortaleza militar associada aos Estados Unidos” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48). De acordo com a reportagem, um estudo recente do Estado-Maior das Forças Armadas norte-americanas concluiu que seus soldados podem intervir em qualquer ponto do planeta em menos de 24 horas. O estudo citado por *Veja* sustenta que as Forças Armadas americanas só não teriam estrutura para se engajar, ao mesmo tempo, em duas guerras por tempo prolongado. Uma década e meia depois, *Veja* voltava, assim, à mesma argumentação que já tinha usado na cobertura da Guerra do Vietnã, quando a ênfase ao poderio bélico-tecnológico dos Estados Unidos foi um dos eixos preponderantes da cobertura, em contraposição às armas improvisadas dos vietcongues. Na Guerra do Iraque, o cenário foi bem parecido, com o endosso da estratégia de que era fundamental/urgente localizar e eliminar aqueles que detinham armas de destruição em massa, arsenal que impunha risco ao Ocidente como um todo, segundo o enunciador. Os Estados Unidos são o avanço; o adversário deles, seja qual for, o atraso. O avanço pressupõe planejamento, estrutura e tecnologia de ponta, enquanto o atraso vem sempre articulado à cultura do improvisado.

A revista relembra que embora boa parte de seu território tenha sido “arrancada do vizinho México pelo poder das armas” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48), os Estados Unidos renunciaram à guerra e à expansão territorial, por força de lei, ainda nos anos 20. Segundo o texto, foi quando eles se lançaram em outra batalha, a da conquista econômica. “Enquanto seus empresários, como Henry Ford, faziam as inovações que preparariam a suprema revolução econômica do século, o consumo de massa, a classe política dava sustentação a essa nova guerra” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48). Nos trechos seguintes, *Veja* cita em forma de subtítulos alguns movimentos políticos nessa direção. O primeiro é “A guerra justa” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48). Nele, a revista conta que, em dezembro de 1941, ainda sob o impacto do ataque japonês de surpresa a Pearl

Harbor, que arrastou os americanos para a Segunda Guerra Mundial, Roosevelt deu a sentença histórica: “O povo americano, com o poder dos justos, vai triunfar pela vitória absoluta” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48). O enunciador interpreta: “Ou seja, os Estados Unidos, na visão de Roosevelt, não devem ser apenas fortes, mas estar ao lado da virtude” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48).

O próximo subtítulo, “O patriotismo” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48), traz uma declaração do 35º presidente americano. “Não pergunte o que seu país pode fazer por você. Pergunte o que você pode fazer por seu país” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48). Com esta frase, segundo o texto, “John Kennedy não apenas refletiu as incertezas da Guerra Fria, mas deu contornos modernos a uma das características mais típicas dos americanos, o patriotismo” (VEJA, nº1646, 2000, p. 48).

Adiante, *Veja* segue com a linguagem quase publicitária adotada na reportagem e ressalta que “quando se discute o real poder dos Estados Unidos, fala-se muito em tecnologia, fábricas de carros e de jatos” (VEJA, nº1646, 2000, p. 50). Porém, na sua concepção, “nada disso deve ofuscar o dínamo cultural por meio do qual os Estados Unidos exercem um domínio incontestável sobre os outros países. É frequente ver autoridades francesas reclamando da invasão de seu território por produtos da cultura de massa americana, especialmente o cinema” (VEJA, nº 1646, 2000, p. 50). De acordo com o enunciador, “a batalha é mais inglória” (VEJA, nº 1646, 2000, p. 50) em outras partes do mundo, numa referência à insensatez que é rejeitar essa influência cultural. O texto conta que, em 1999, foram lançadas nos cinemas brasileiros 211 fitas. “Mais de 60% delas eram americanas e oito figuraram entre as dez mais vistas. No Canadá, que divide com os Estados Unidos uma fronteira de dimensões continentais, o índice de filmes fornecidos pelo vizinho chega facilmente aos 90%” (VEJA, nº1646, 2000, p. 50).

Segundo *Veja*, não faltam, pelo mundo afora, interessados em comprar esse produto de exportação, caso contrário, enfatiza o enunciador, ele não seria vendido. Para ela, “o que fascina as platéias, além dos efeitos especiais, é o *retrato idealizado que as fitas fazem da sociedade americana, no qual sobressaem valores como vitalidade, dinamismo, mobilidade social, igualdade, justiça e a certeza de que é possível vencer pelo próprio esforço*” (VEJA, nº1646, 2000, p. 50. Grifo nosso). Nesse sentido, a revista sobe o tom e praticamente mostra os Estados Unidos com o realce de uma ilha da fantasia, concluindo: “Ou seja, tudo aquilo que compõe as aspirações da humanidade desde as revoluções democráticas do século XVIII, mas que até hoje ninguém desfruta a contento em parte alguma do planeta” (VEJA, nº1646, 2000, p. 50). A reportagem cita

que, de acordo com o jornal *The New York Times*, a indústria do entretenimento era o segundo mais lucrativo artigo de exportação dos Estados Unidos. Só perdia para a tecnologia aeroespacial.

A revista fecha a matéria com a opinião de um especialista brasileiro. Segundo o texto, o economista brasileiro Alexandre Scheinkman, pesquisador da Universidade Princeton, vê com satisfação a possibilidade de crescimento de núcleos concorrentes com os Estados Unidos na Europa unificada e na Ásia. “A existência de uma Europa forte pode criar um pólo econômico tão exuberante como o americano. Em alguns setores da tecnologia, ela disputa a hegemonia planetária com os Estados Unidos. A divisão de poder, que virá com certeza, tornará o mundo mais seguro e menos dependente do sucesso americano’, diz o economista. Ufa!” (VEJA, nº1646, 2000, p. 52).

A matéria cumpre o preceito de valorizar o protagonismo não apenas econômico, mas também social, político e cultural da influência americana em nossas vidas. Nessa articulação discursiva, destaca-se o ponto nodal hegemonia e seus correlatos. Se a reportagem pretendia apresentar e discutir lacunas do desenvolvimento norte-americano e eventuais riscos que a maior economia do planeta enfrentava, o que se recebeu, na prática, foi a construção de um ideal de ilha da fantasia na qual prevalecem os discursos com características liberais/conservadoras como o entoar de que lá, aparentemente só lá, é possível vencer com o próprio esforço.

Por fim, a capa do dia 6 de setembro de 2000 trouxe um “Tio Sam Made in Brazil” com a manchete “O Brasil veste a roupa de líder” (VEJA, nº1665, 2000, p. 1) e a linha fina “O encontro histórico dos presidentes sul-americanos evidencia a intenção brasileira de liderar a região” (VEJA, nº1665, 2000, p. 1). O enunciador destaca outro encontro de chefes de Estado das duas nações – a figura do Tio Sam na capa está adaptada nos trajes originais dela às cores verde e amarela.

Quase 14 anos depois, desde a edição de 17 de setembro de 1986, em que o enunciador destacou o encontro de Sarney com Reagan, a revista volta a questionar a liderança dos Estados Unidos nas Américas.



Figura 37. Capa O Brasil veste a roupa de líder, nº1665, 2000

Coube à editoria Brasil assinar a reportagem intitulada “O Brasil diz não” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42). A matéria traz a foto de 12 presidentes de países da América do Sul. A linha fina destacava que, “ao reunir em Brasília os presidentes de onze países vizinhos, FHC dá o primeiro passo para a construção de um bloco-sul americano que poderá confrontar a hegemonia americana no continente” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42).



Figura 100. Foto de 12 presidentes da América do Sul, nº1665, 2000

No lide, *Veja* ressalta que, “depois de décadas de vacilação, durante as quais deu as costas aos seus vizinhos, o Brasil está ocupando o posto de país líder da América do Sul” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42). O texto conta que o “coroamento dessa intenção de

liderar” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42) aconteceu durante um encontro de trabalho em Brasília com 11 presidentes sul-americanos. De acordo com a revista, os chefes de Estado atenderam a um convite pessoal feito pelo presidente Fernando Henrique por meio de uma carta que, “tão diplomática, mais parecia a convocação para um chá acadêmico” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42). Porém, o enunciador indica que “por trás das boas maneiras” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42), discutiu-se a integração regional, democracia no “sub-contidente, narcotráfico e guerrilha” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42-43). Não fica claro qual é a área e os países que compõem o que o enunciador definiu como sub-contidente no texto. Segundo *Veja*, os participantes do encontro sentem que, juntos, terão melhores condições de “enfrenar o poder dos Estados Unidos” (VEJA, nº1665, 2000, p. 43) na negociação do bloco comercial da Alca. Porém, “nada foi dito no encontro que pudesse estabelecer qualquer superioridade brasileira sobre os vizinhos, mas estava evidente para todos os participantes que o Brasil está assumindo a condição de líder regional” (VEJA, nº1665, 2000, p. 43).

Em seguida, o enunciador sugere que “o melhor arranjo para os Estados Unidos, seria um Brasil com forte liderança regional, mas automaticamente alinhado com os interesses americanos” (VEJA, nº1665, 2000, p. 43), o que reforça a relação de subserviência que o enunciador propõe para as questões bilaterais. Ou seja: a liderança local que o Brasil deve exercer tem de seguir o modelo global da liderança norte-americana. Na concepção de *Veja*, “o pior seria uma América do Sul politicamente esfacelada por disputas entre vizinhos” (VEJA, nº1665, 2000, p. 43). Adiante, a revista traz a declaração de um embaixador para afirmar que está desenhado o cenário intermediário: “‘O Brasil atingiu um grau de influência internacional e regional inédito em sua história. O país é hoje o porta-voz do mundo em desenvolvimento com assento também em fóruns importantes do Primeiro Mundo’, diz Anthony Harrington, embaixador americano no Brasil” (VEJA, nº1665, 2000, p. 43-44).

Em outro trecho, *Veja* conclui que o “Brasil está, efetivamente, flexionando seus músculos em encontros internacionais” (VEJA, nº1665, 2000, p. 44), mas logo ironiza: “Num *surto surpreendente* de afirmação, o Brasil tem dito sonoros não aos Estados Unidos” (VEJA, nº1665, 2000, p. 44. Grifo nosso). A revista se refere ao encontro da secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, com o chanceler brasileiro, Luiz Felipe Lampreia. O texto conta que Lampreia aproveitou para exigir que os Estados Unidos “abandonem sua política protecionista que prejudica a venda de produtos brasileiros aos americanos” (VEJA, nº1665, 2000, p. 44). O chanceler brasileiro

reivindicou: “Queremos um acordo de livre comércio completamente sem barreiras tarifárias ou não tarifárias, de forma que o Brasil possa ter acesso sem empecilhos ao mercado americano” (VEJA, nº1665, 2000, p. 44-45).

Segundo o enunciador, antes, o Brasil havia rechaçado a tentativa americana de estabelecer sanções contra Alberto Fujimori no âmbito da OEA (Organização dos Estados Americano), com base nas suspeitas de fraude na reeleição do presidente peruano. *Veja* destaca que o “Brasil considerou a atitude americana inadequada e prometeu abordar a questão do desenvolvimento da democracia no Peru em conversas com Fujimori” (VEJA, nº1665, 2000, p. 45). A revista cita outra ocorrência em que o presidente brasileiro interveio. “Numa manifestação, o presidente Fernando Henrique Cardoso matou no nascedouro as tentativas americanas de envolver diretamente o Brasil no combate ao narcotráfico na vizinha Colômbia” (VEJA, nº1665, 2000, p. 45). Em seguida, o enunciador desqualifica. “O Brasil ainda não é a França, cuja política externa é automaticamente desalinhada com todas as posições dos EUA, mas está tendo atitudes surpreendentes para *uma nação de tão pouca relevância no comércio, na indústria e nas finanças internacionais*” (VEJA, nº1665, 2000, p. 45. Grifo nosso).

De acordo com a reportagem, o tema mais explosivo entre os chefes foi o “Plano Colômbia – a bilionária ajuda militar americana ao país com o objetivo de combater o narcotráfico” (VEJA, nº1665, 2000, p. 45). O enunciador explica:

[...] trata de uma guerra de verdade. Quase metade do território da Colômbia está em mãos de narcotraficantes, guerrilheiros marxistas e milícias paramilitares de extrema direita. A guerrilha esquerdista das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) dá proteção aos narcotraficantes e recebe em troca algo como 4 bilhões de dólares por ano para financiar suas atividades no interior do país. Para desatar este nó, os colombianos pediram ajuda militar e financeira aos Estados Unidos (VEJA, nº1665, 2000, p. 45).

Segundo a revista, o brasileiro vê o Plano Colômbia de outra forma. “Para os brasileiros, aquilo tem cara e cheiro de lama vietnamita” (VEJA, nº1665, 2000, p. 46), diz *Veja*, em mais uma acepção notadamente pejorativa à Guerra do Vietnã. O enunciador indica que “o governo do Brasil teme que guerrilheiros colombianos, narcotraficantes e também os militares que eventualmente os perseguirão entrem no Brasil através da selva” (VEJA, nº1665, 2000, p. 46). Adiante, *Veja* conclui: “A América do Sul é uma colcha de retalhos com as costuras esgarçadas por tensões e conflitos dramáticos. Embora tenha sido colonizada por Portugal e Espanha – países ibéricos de culturas semelhantes –, é composta por nações com história, tradição e

pretensões discordantes” (VEJA, nº1665, 2000, p. 46). A revista afirma que “havia, portanto, o risco de que a reunião de doze políticos poderosos e ambiciosos pudesse acabar com a obtenção de resultados contrários ao objetivo inicial. No entanto, por alguma razão insondável, todos parecem ter percebido a importância do encontro” (VEJA, nº1665, 2000, p. 46).

Em contrapartida, *Veja* indica que, na realidade, “o pano de fundo de todo rodapé é costurar alianças comerciais regionais fortes que resultem num bloco econômico sul-americano” (VEJA, nº1665, 2000, p. 47). Segundo o texto, o objetivo é sentar-se com “os americanos com mais poder de fogo quando chegar a hora, inevitável, de se delinear a Alca” (VEJA, nº1665, 2000, p. 47). Em seguida, a revista sentencia:

O mundo anda se organizando de forma diferente. Já não são tribos ou nações que se relacionam política e economicamente. Mas grandes blocos, verdadeiras fortalezas que se enfrentam na arena global. Nesse novo ambiente, um Uruguai ou uma Bolívia podem ser tragados. Até o Mercosul, o bloco que reúne Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e, mais informalmente, Chile e Bolívia, é raquítico (VEJA, nº1665, 2000, p. 47).

De acordo com o enunciador, a estratégia americana em relação ao sul do continente “sempre foi a de dividir ou comandar, como faz na Organização dos Estados Americanos. Qualquer aglomeração, no quintal latino-americano, era percebida como ameaça de confronto, e combatida” (VEJA, nº1665, 2000, p. 48). Nas linhas finais da reportagem, *Veja* pontua os caminhos para que o Brasil assuma a liderança e as consequências de suas escolhas.

Se realmente quiser assumir a função de líder na América do Sul, o Brasil terá de pagar um preço. Nessa condição, acabará por ter assento no Conselho de Segurança da ONU. Isso significa o seguinte. Não será possível, para o país, fingir-se de morto quando o mundo deparar com uma crise de peso. Terá de dar opinião e quem sabe até alinhar suas Forças Armadas com as dos países que vão para o campo de batalha. [...] Para ganhar simpatia e confiança dos vizinhos, o Brasil terá de abrir seu mercado de produtos da região e patrocinar investimentos nas áreas mais pobres. A balança de pagamentos do país, certamente, sentirá o tranco (VEJA, nº1665, 2000, p. 49).

A reportagem traz ainda um quadro intitulado “Tudo desigual” (VEJA, nº1665, 2000, p. 42). Nele, a revista compara os indicadores de riqueza média com base no PIB per capita de 10 países das Américas. O Brasil aparece em sétimo lugar. Já os EUA, em primeiro. A renda per capita do brasileiro é 15% da do norte-americano. E a do canadense é mais de 30% menor do que a dos cidadãos que prosperam na maior economia do mundo.

Tudo desigual

O continente americano abraça países muito diferentes. Veja os indicadores de riqueza média (em dólares de 1998)

| PAÍSES | PIB per capita |
|-------------------|----------------|
| EUA | 29 810 |
| Canadá | 19 700 |
| Argentina | 9 160 |
| Porto Rico | 8 840 |
| Uruguai | 6 290 |
| Chile | 5 200 |
| BRASIL | 4 660 |
| Trinidad e Tobago | 4 620 |
| Venezuela | 4 500 |
| Panamá | 3 290 |

Fonte: L'Expansion – L'Atlas de la Croissance, jan./2000

Figura 101. Tudo desigual – Indicadores de riqueza média, nº1665, 2000

7.

A relação Brasil – EUA nos governos Lula e Dilma

Observamos que *Veja* reivindicou e evocou durante boa parte do governo FHC a construção de um papel de liderança regional de nosso país no cenário latino-americano, principalmente no âmbito do Mercosul. Também já mostramos que essa liderança sugerida ao Brasil na América do Sul deveria acompanhar preceitos e diretrizes liberais da liderança exercida pelos Estados Unidos não apenas nas Américas, mas no mundo. Com o fim dos dois mandatos do presidente FHC – que não fez seu sucessor José Serra em 2002 – vamos analisar a forma como o enunciador pauta a relação Brasil-Estados Unidos quando Lula, notadamente um valor-outro, chega ao poder. Os oito anos de Lula – dois mandatos – e os pouco mais de cinco anos de governo Dilma, já que ela foi reeleita e se viu em meio a uma grande crise política no segundo ano de seu segundo mandato, serão abordados neste capítulo. É importante enfatizar que, com um valor-outro de *Veja* à frente do país, a guinada conservadora na cobertura se acentua mais, assim como o tom crítico ao governo, inclusive nas relações exteriores. Para isso, selecionamos sete reportagens de edições publicadas nos anos de 2002, 2003, 2004, 2006, 2008, 2011 e 2013.

| TÍTULO/CAPA | TÍTULO DA REPORTAGEM | EDIÇÃO/DATA | PÁGINAS |
|---------------------------------|---------------------------------------|----------------------------|---------|
| Lula vai a César | O Brasil decide seu futuro no império | Veja, nº1781 11/12/2002 | 1-40-47 |
| Por que Bush enfurece o mundo | Por que eles odeiam Bush? | Veja, nº1791 26/02/2003 | 1-36-44 |
| Por que o Brasil não é 1º mundo | O Brasil entre os piores do mundo | Veja, nº1838 28/01/2004 | 1-72-79 |
| Bush está nu | Reprovado | Veja, nº1982 15/11/2006 | 1-74-79 |

| | | | |
|----------------------|-------------------------------|----------------------------|---------|
| Brasil – 1º/2º mundo | Com que asas o País vai voar? | Veja, nº2062 28/05/2008 | 1-48-54 |
| Pânico nas bolsas | E se a pressão aumentar mais? | Veja, nº2229 10/08/2011 | 1-78-86 |
| Vacilou! | A águia e suas contradições | Veja, nº2338 11/09/2013 | 1-62-69 |

Tabela 9. Edições de 2002, 2003, 2004, 2006, 2008, 2011 e 2013

A edição de 14 de dezembro de 2002 trouxe a manchete “Lula vai a César” (VEJA, nº1781, 2002, p. 1). Lula havia vencido a eleição, mas ainda não tinha assumido. Na linha fina, o enunciador entende que o futuro do Brasil depende da conversa entre os presidentes. “O encontro de Lula com George Bush em Washington marca o início de uma longa negociação que vai definir o tipo de nação que o Brasil será” (VEJA, nº1781, 2002, p. 1). Na capa, Bush aparece como Júlio César, numa analogia com o império romano.



Figura 102. Capa Lula vai a César, nº1781, 2002

No miolo, a matéria de capa é desenvolvida sob a chamada “O Brasil decide seu futuro no império” (VEJA, nº1781, 2002, p. 40). Como se viu nos capítulos anteriores, o enunciador, sobretudo no governo FHC, por vezes hesitou em apontar os Estados

Unidos como império, embora sempre ressaltasse o papel de liderança global do país que abriga a economia mais próspera e justa do mundo. Com a linha fina “O encontro entre Lula e Bush é o começo de uma árdua discussão sobre a Alca. Ela será mais decisiva para moldar a economia brasileira do que qualquer medida interna do novo governo” (VEJA, nº1781, 2002, p. 40), *Veja* sinaliza que a reportagem pretende mostrar o primeiro contato entre o presidente eleito e o republicano. Na pauta, a Área de Livre Comércio das Américas é acompanhada de dois pressupostos discursivos que já sinalizam o caminho do enunciador: 1) a Alca como algo “decisivo” para “moldar” a economia nacional; e 2) a condição de que ela se sobrepõe a qualquer medida interna do novo governo, que sequer havia assumido e cujas medidas eram, portanto, desconhecidas.

A imagem que estampa a reportagem “O Brasil decide seu futuro no império” (VEJA, nº1781, 2002, p. 40) mostra Bush estendendo a mão para cumprimentar Lula. *Veja*, mais uma vez, escancara sua admiração pelos EUA, tomado como referência primária em todos os campos – político, econômico e cultural. E traz o Brasil como um país problemático e atrasado.



Figura 103. Foto de Bush e Lula, nº1781, 2002

No lide, a revista anuncia que no dia 10 de dezembro, no Salão Oval da Casa Branca, o presidente recém-eleito do Brasil se encontrará com George W. Bush. *Veja* sobe o tom e já afirma que “será o encontro de dois mundos, o confronto de duas visões distintas e de duas histórias que só se cruzam nessas circunstâncias por força de muitas dobras do destino” (VEJA, nº1781, 2002, p. 40). Em seguida, o enunciador ainda diz que “a visita de Lula a Bush deve superar o previsível objetivo declarado de promover a aproximação e a boa vontade entre os dois governantes” (VEJA, nº1781, 2002, p. 40). Para *Veja*, “o que mais fascina no encontro é o passado que cada lado carrega e o futuro que eles podem acabar construindo juntos” (VEJA, nº1781, 2002, p. 40). Adiante, o enunciador indica que, ao longo de sua trajetória, o presidente brasileiro foi um crítico dos Estados Unidos.

Durante mais de vinte anos, Lula, um ex-metalúrgico, fez carreira sindical política com uma visão esquerdista do mundo e, portanto, uma postura abertamente antiamericana. Lula sempre se referia aos Estados Unidos como um centro opressor neoliberal e a sede da globalização selvagem que destruiu a economia dos países periféricos (VEJA, nº1781, 2002, p. 40).

Veja critica também o presidente Bush e o define como “um político da direita oligárquica americana e talvez o presidente dos Estados Unidos mais convicto de sua condição de comandante de um império não apenas poderoso, mas, na sua visão, monopolista da virtude” (VEJA, nº1781, 2002, p. 40-41). De acordo com o texto, diplomatas de ambos os lados apostam que se criará uma “química amigável entre os dois homens” (VEJA, nº1781, 2002, p. 41). O texto ainda ressalta que, se há diferenças entre os dois presidentes, os países que eles representam são ainda mais desiguais. O enunciador descreve: “Os Estados Unidos estão vindo de um século descrito pelos historiadores como o século americano. A hegemonia do país foi firmada no planeta ao cabo de vitórias em duas guerras mundiais, com a concentração de riqueza a realização de saltos tecnológicos prodigiosos”. Em seguida, *Veja* volta a enaltecer o PIB deles, exatamente com o mesmo discurso de edições de anos anteriores quando também se tomou como parâmetro o tamanho da economia norte-americana, capaz de abarcar a soma de outras importantes economias.

Os Estados Unidos produzem uma riqueza anual de quase 10 trilhões de dólares – superior à soma dos PIB’s de França, Alemanha e Japão. Com 5% da população mundial, registram 30% das patentes e são donos de metade dos satélites que orbitam no planeta. [...] Com apenas um vigésimo dos habitantes do planeta, os Estados Unidos compram um terço de todas as mercadorias oferecidas no mercado internacional (VEJA, nº1781, 2002, p. 41).

A exaltação prossegue e *Veja* verbaliza de forma ainda mais enfática o que interpreta como superioridade norte-americana. Com quase duas centenas de ganhadores do Prêmio Nobel, os EUA “são o país campeão mundial no território tecnológico. Essa relação de *superioridade* vale também para a indústria cultural, para os esportes, a mídia e quase *todos os campos influenciados pela criação humana* (VEJA, nº1781, 2002, p. 41-42. Grifo nosso). Ao estabelecer comparação entre Brasil e Estados Unidos, *Veja* mais uma vez se ancora no ponto nodal atraso para trazer o Complexo de Vira-Lata. “O Brasil, por seu lado, é ainda uma nação em desenvolvimento. [...] Hoje o PIB americano é quase vinte vezes *superior* ao brasileiro. Em termos relativos, o Brasil andou para trás” (VEJA, nº1781, 2002, p. 42. Grifo nosso).

É possível observar também que, ao mencionar os EUA, *Veja* recorrentemente articula um discurso calcado nos juízos de valor “superior” e na derivação “superioridade” na mesma proporção em que aparece “atraso” para se referir ao Brasil. Para isso, a publicação se vale do velho expediente de usar fontes anônimas e não se traz evidências do que é afirmado de forma generalizada. O discurso, neste sentido, se resume a enfatizar o peso do Estado brasileiro e a burocracia como fatores conjunturais que praticamente explicam tudo, são o DNA do atraso e, conseqüentemente, do subdesenvolvimento.

De acordo com o enunciador, nas últimas décadas, a sensação de “não estar indo a lugar algum aumentou entre os brasileiros, com um hiato representado pelas conquistas do Plano Real, que já regredem em alguns campos” (VEJA, nº1781, 2002, p. 42). Bem diferente da descrição dos EUA, o enunciador faz questão ressaltar somente os pontos negativos do Brasil.

O Brasil foi uma espécie de centro de testes das *teorias econômicas mais estapafúrdias*. Vítima de superinflação, o país tentou livrar-se dessa *moléstia financeira* adotando cinco moedas diferentes. Experimentou oito planos econômicos. Quase todos produziram surtos de euforia com desenlaces amargos (VEJA, nº1781, 2002, p. 42. Grifo nosso).

Para o enunciador de *Veja*, “quando se sentarem frente a frente, Lula e George W. Bush começarão um novo processo de negociação entre os países” (VEJA, nº1781, 2002, p. 43). Segundo a revista, o processo é novo porque o mundo mudou demais nos últimos dois anos. Ela faz outra previsão: “E vai mudar tanto ou mais que isso nos próximos anos” (VEJA, nº1781, 2002, p. 43). O enunciador volta a usar o verbo

“moldar” e reforça a ideia de que o encontro entre Bush e Lula é decisivo para o Brasil. Reforça-se ainda a interpretação de que as negociações entre eles poderão ser mais marcantes do que qualquer medida doméstica do governo do PT. “A tal ponto que o resultado das negociações entre Brasil e Estados Unidos pode definir o perfil da economia brasileira nas primeiras décadas deste século. Pode modelá-la de modo muito mais decisivo, profundo e marcante do que qualquer medida doméstica que o novo governo petista possa tomar” (VEJA, nº1781, 2002, p. 43).

O texto insiste que o principal assunto será o comércio entre as duas nações. A reportagem informa que a Alca foi idealizada para ser um grande mercado comum, sem barreiras, que reunirá “700 milhões de consumidores e abará uma riqueza de quase 12 trilhões de dólares” (VEJA, nº1781, 2002, p. 43).

Pelo cronograma original, diz a reportagem, ela deve estar em pleno funcionamento em 2005. De acordo com o enunciador, Brasil e Estados Unidos dividem a presidência do organismo diplomático encarregado de fazê-la funcionar e trazer para o mesmo “bote econômico todos os países da América, com exceção de Cuba” (VEJA, nº1781, 2002, p. 43). Adiante, ela pontua o que os Estados Unidos podem oferecer ao Brasil.

Os americanos acenam para o Brasil com a abertura aos produtos brasileiros de uma economia que importa anualmente 1 trilhão de dólares. Acenam com o fato de seus vizinhos, o Canadá, ao norte, e o México, ao sul, estarem melhores depois de acertar os ponteiros comerciais com os EUA. O Canadá fatura em cinco dias o que o Brasil leva um ano para obter no mesmo mercado. O México viu sua posição saltar de 26º maior exportador do mundo para a oitava posição depois de aderir ao acordo de livre comércio com os Estados Unidos (VEJA, nº1781, 2002, p. 46).

Para *Veja*, “por essas razões é que se diz que a Alca pode mudar radicalmente a economia e, como consequência, a sociedade brasileira” (VEJA, nº1781, 2002, p. 47). Não satisfeito em citar os “acenos” dos EUA, o enunciador traz em tópicos algumas “vantagens de entrar num acordo com os americanos” (VEJA, nº1781, 2002, p. 47). É a oportunidade para que o texto reforce um ponto que também aparece com frequência na forma como a relação Brasil-Estados Unidos é coberta: a necessidade de reformas estruturais que aproximem o nosso país daquilo que o modelo liberal preconiza.

Aceitar o cronograma da Alca, que prevê o funcionamento para 2005, torna inevitáveis as reformas estruturais, especialmente a trabalhista, a da previdência e a tributária. Sem elas o Brasil não atinge o nível de competitividade suficiente para obter benefícios do comércio exterior (VEJA, nº1781, 2002, p. 47).

A revista destaca, já nas linhas finais, que o “PT, historicamente, sempre considerou o exemplo de sucesso do México uma espécie de isca saborosa para atrair o peixe Brasil para o tanque de tubarões dos Estados Unidos” (VEJA, nº1781, 2002, p. 47. Grifo nosso). No entanto, ressalta *Veja*, “aos poucos, a visão partidária dos petistas sobre a questão das relações com os Estados Unidos foi evoluindo” (VEJA, nº1781, 2002, p. 47). A reportagem contou com artes nas quais foram reunidos outros aspectos importantes que envolvem a relação bilateral e o que efetivamente está em jogo. A primeira traz “O que querem os EUA” – “O que quer o Brasil” (VEJA, nº1781, 2002, p. 42). Nelas, o enunciador enumera os objetivos de cada presidente neste encontro.

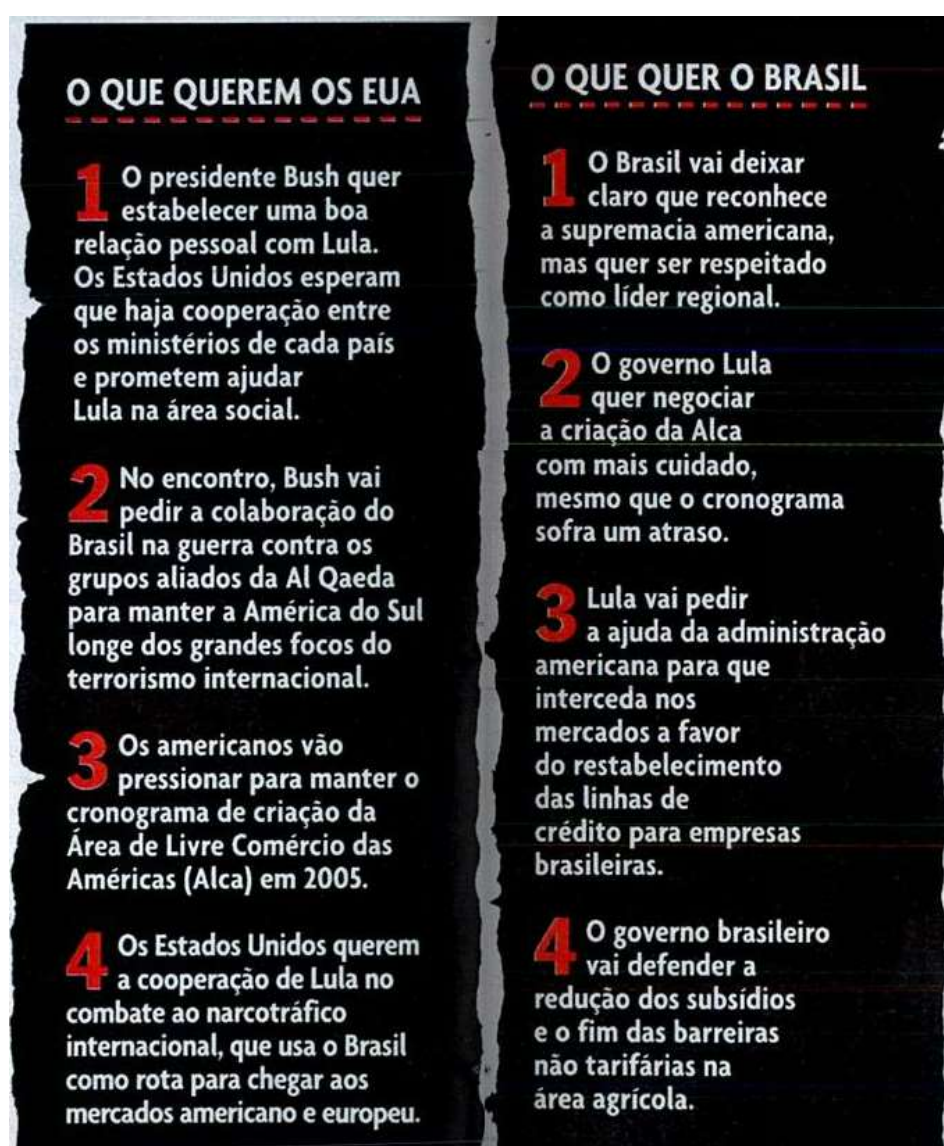


Figura 104. Foto O que querem os EUA – “O que quer o Brasil, nº1781, 2002

O primeiro ponto se ancora mais na visão que o enunciador constrói do que em algo dito pelas autoridades. É importante reforçar, mais uma vez, que este encontro entre os chefes de Estado aconteceu antes da posse de Lula e que não havia, portanto, nenhuma sinalização da política externa do futuro governo que indicasse o reconhecimento do que *Veja* define como supremacia norte-americana.

Os demais desdobramentos trouxeram nova comparação dos PIBs e do que, na concepção de *Veja*, unia e separava os dois países nos mandados dos presidentes Juscelino Kubitschek (1960), Ernesto Geisel (1978), José Sarney (1986), Fernando Collor (1991) e Fernando Henrique Cardoso (1995). Em 1960, por exemplo, o volume de recursos movimentados pelos EUA era 6,7 vezes maior do que o brasileiro e *Veja* aponta como ponto de união na relação bilateral a procura dos Estados Unidos por nações que combatessem a “ameaça comunista” (VEJA, nº1781, 2002, p. 44), afirmando, inclusive, que a dupla Che Guevara e Fidel exercia um “encanto que assombrava” (VEJA, nº1781, 2002, p. 44). A aversão aos comunistas aparece também como algo que une as duas nações em 1978, com Geisel por aqui e Jimmy Carter por lá. Naquele ano, o PIB dos EUA era 8,2 vezes maior do que o brasileiro.



Figura 105. Foto 1960 – O PIB dos EUA era 6,7 vezes maior que o do Brasil, nº1781, 2002



Figura 106. Foto 1978 – O PIB dos EUA era 8,2 maior que o brasileiro, nº1781, 2002

No período em que Reagan era o presidente dos EUA e Sarney o chefe de Estado brasileiro, a economia norte-americana se torna quase 12 vezes maior do que a nossa. O enunciador ironiza o que chama de discurso feito em “inglês macarrônico” (VEJA, nº1781, 2002, p. 46) por Sarney na Casa Branca e volta a falar da reserva de mercado como assunto que separava as duas nações.

Pouco tempo depois, já em 1991, quando a economia norte-americana se tornara 15,5 vezes maior do que a nossa, *Veja* diz que a abertura comercial e o fim da reserva de informática foram fatores de aproximação e o governo Collor, com tais medidas, criou um ambiente de lua-de-mel com Bush.



Ronald Reagan x José Sarney

O PIB dos EUA era 11,9 vezes maior do que o do Brasil

O que nos unia

- Ronald Reagan deu seu apoio declarado à nascente democracia brasileira. Apesar do desconcertante discurso feito em inglês macarrônico na Casa Branca, a viagem de Sarney teve status de visita de Estado, que os americanos admitem apenas duas por ano.

O que nos separava

- O Brasil vivia atolado pela hiperinflação e pela dívida externa, que em 1987 sofreu a moratória para desgosto dos credores americanos. Washington mostrou sua força. Como represália à reserva de mercado brasileira na área de informática, os americanos impuseram pesadas taxas à importação de produtos, como os calçados.

Figura 107. Foto 1986 – Ronald Reagan x José Sarney, nº1781, 2002



George Bush x Fernando Collor

O PIB dos EUA era 15,5 vezes maior que o brasileiro


O que nos unia

- Esse foi um novo período de lua-de-mel com os EUA. O governo Collor promoveu a abertura da economia brasileira e acabou com a reserva de mercado e os subsídios à informática. Eliminou também outras pedras no sapato dos americanos, relacionadas com a preservação do meio ambiente e os direitos humanos. Foi música aos ouvidos dos americanos.

O que nos separava

- Bush pai lançou a Iniciativa para as Américas, o embrião da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em 1990. Os diplomatas brasileiros estiveram entre os poucos que fizeram críticas ao plano. A perda de credibilidade do governo Collor, que culminou no impeachment do presidente, comprometeu seu sucesso inicial para reinserir o Brasil no contexto internacional.

Figura 108. Foto 1991 – George Bush x Fernando Collor, nº1781, 2002



1995

Fernando Henrique Cardoso x Bill Clinton

O PIB dos EUA era 16,6 vezes maior que o do Brasil

O que nos unia

- O período também foi de relações muito cordiais com os EUA. O Brasil deu continuidade às reformas modernizadoras do Estado e conquistou apoio internacional com a estabilidade econômica alcançada pelo Plano Real. FHC e Clinton tinham uma clara empatia pessoal. O americano empenhou-se duas vezes para resolver problemas financeiros do Brasil.

O que nos separava

- Os EUA continuavam pressionando o Brasil para assinar o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, que só foi aceito pelo país em 1998. Com o lançamento da Alca, em 1994, o Brasil passou a defender posições contrárias às americanas. Os EUA eram a favor da vinculação entre temas trabalhistas e comerciais. O Brasil foi contra e venceu.

Fontes: Paulo Fagundes Vizontini, coordenador de relações internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Sérgio Danese, autor do livro *Diplomacia Presidencial*

Figura 109. Foto 1995 – Fernando Henrique Cardoso x Bill Clinton, nº1781, 2002

Por fim, em 1995, *Veja* diz que Clinton e FHC tinham “clara empatia pessoal” (VEJA, nº1781, 2002, p. 48) e que o Brasil tinha prosseguido com as “reformas modernizadoras do Estado” (VEJA, nº1781, 2002, p. 48), além de obter reconhecimento internacional com a estabilidade econômica viabilizada pelo Plano Real. Um dos critérios editoriais adotados pelo enunciador foi, portanto, mostrar que a economia norte-americana era 6,7 vezes maior que a brasileira no governo JK e, 35 anos depois, se tornara 16,6 vezes maior. O texto é construído à base dessa progressão matemática, denotando que a economia norte-americana foi, ao longo deste período, se tornando exponencialmente maior do que a brasileira de forma contínua.

A edição do dia 26 de fevereiro de 2003 trouxe o presidente norte-americano com a chamada “Por que Bush enfurece o mundo” (VEJA, nº1791, 2003, p. 1). Na linha fina, o enunciador destaca que “Manifestações globais igualam o presidente americano ao ditador Saddam Hussein e ressurgem nas ruas o antiamericanismo que faz dos EUA o vilão do planeta” (VEJA, nº1791, 2003, p. 1). Na capa, Bush aparece com expressão de preocupação, com semblante de quem reconhece que algo deu errado ao lado de parte da bandeira americana. No fundo, o recurso estético de um “tomate” hipoteticamente lançado na direção dele.



Figura 110. Por que Bush enfurece o mundo, nº1791, 2003

No miolo, o assunto recebe o chapéu “Especial” e a chamada “Por que eles odeiam Bush?” (VEJA, nº1791, 2003, p. 36). No lide, o enunciador deixa claro que as reações às manifestações contra as ações de Bush foram imprudentes. No horizonte, um novo conflito se armara.

Sentimento em geral *inconsequente*, o antiamericanismo ressurgiu na semana passada como uma força política global. Em diversas capitais do mundo, milhões de pessoas foram às ruas manifestar seu descontentamento com a decisão unilateral e, aparentemente, irreversível do governo americano de invadir o Iraque e depor à força o *ditador* Saddam Hussein (VEJA, nº1791, 2003, p. 36. Grifo nosso).

Na linha seguinte, a revista afirma que “embora convocadas por tradicionais adversários dos Estados Unidos” (VEJA, nº1791, 2003, p. 36), as manifestações não foram orquestradas. O texto indica que elas receberam adesão espontânea em metrópoles como Nova York e Los Angeles. *Veja* revela que o surgimento de uma opinião pública mundial, “poderosa e enfurecida” (VEJA, nº1791, 2003, p. 36) representa uma “variável incômoda com a qual Bush e os generais do Pentágono não contavam” (VEJA, nº1791, 2003, p. 36).

A matéria relata também que, ao mesmo tempo que consideravam “inaceitável a ideia de trazer de volta os quase 200 mil soldados que cercam o Iraque, Bush e o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, tradicional aliado dos EUA, reuniram seus assessores para avaliar o significado do julgamento que as ruas estão ecoando” (VEJA, nº1791, 2003, p. 36-38). O enunciador articula um discurso de proteção do Ocidente. *Veja* volta a falar em armas biológicas e químicas, como já fizera anteriormente. “Sob o fogo do movimento antiguerra, tanto Bush quanto Blair sinalizaram que podem aguardar mais um pouco antes de disparar as ordens de ataque a Bagdá. Blair falou em dar mais três semanas a Saddam para que ele entregue aos inspetores internacionais seu arsenal de armas biológicas e químicas (VEJA, nº1791, 2003, p. 38). Segundo a revista, ninguém espera que o presidente Bush segure os tanques por pressão das ruas, mas, “tanto na guerra quanto na política, questões imateriais como oportunidade e psicologia social” (VEJA, nº1791, 2003, p. 38) têm de ser levadas em conta.

A revista pergunta: “Essa guerra dos americanos ao Iraque é justa?” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39). Ela até arrisca uma resposta com uma ressalva temporal: “Por enquanto, ela não é justa” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39). Em seguida, faz uma série de acusações e sobe o tom, contradizendo-se com o que acabara de afirmar.

Saddam Hussein é um criminoso, sempre se soube. Provocou guerras contra os vizinhos porque tem sede de expandir seu império petrolífero. Já praticou extermínios em massa de grupos dentro do próprio Iraque, por considerá-los hostis a seu governo, como os da etnia curda, que vivem no norte do Iraque. Saddam, além disso, mandou matar políticos que se opuseram a sua tirania, matou membros de sua própria família por considerar que o tinham traído pessoalmente, mandou torturar rivais das formas mais cruéis e, comenta-se, teria até mesmo assistido a sessões de tortura. Mantém-se no poder há duas décadas usando o medo como instrumento. (VEJA, nº1791, 2003, p. 39).

Na concepção do enunciador, “comparar Bush e Saddam, concluindo que o americano é o Hitler da dupla, traduz má-fé ou ignorância” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39). A reportagem mais uma vez envereda pelo ambiente do potencial bélico e da tecnologia do arsenal dos norte-americanos. Segundo *Veja*, os Estados Unidos possuem 8.000 ogivas nucleares estocadas e mísseis capazes de fazê-las explodir “na sala de estar de qualquer governante do planeta e ninguém perde o sono com a suposição de que essas bombas estejam a caminho de sua casa” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39).

Apesar de aparentemente criticar os EUA, sobretudo quando disse que a guerra não parecia justa, a revista, logo em seguida, acata a versão americana e até a justifica. Não só a justifica como a endossa com o coro de que há um risco que a revista chama de concreto, mesmo em meio à incerteza do advérbio talvez, usado na afirmação. “Saddam talvez tenha algumas armas biológicas e químicas, e apenas essa suposição já faz dele *um risco concreto para todos os vizinhos*” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39. Grifo nosso).

Em outro parágrafo, *Veja* expõe ostensivo apoio à ação norte-americana e novamente se contradiz em relação ao que havia afirmado poucas linhas antes. Agora não só a guerra é justa como até o eventual assassinato de um chefe de Estado também o é. “Tirar Saddam do poder, *com assassinato ou prisão, é uma medida justa*, mas fazer uma guerra total ao povo iraquiano não é” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39). Ainda na linha de sugerir que, sem Saddam, o povo iraquiano estará livre e mais próximo do Ocidente, o texto afirma que os inspetores da ONU encarregados de achar armas químicas ou biológicas supostamente escondidas no Iraque ainda não as encontraram. Nesse sentido, o enunciador argumenta que “a existência dessas armas é o grande pretexto para a invasão do Iraque” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39). Ocorre, segundo *Veja*, que o presidente americano assegura que elas existem e que Saddam poderia dar apoio a terroristas contra os Estados Unidos ou outra nação.

Bush e os guerreiros que o cercam como assessores na Casa Branca têm certeza de que há armas escondidas e que elas podem ser usadas contra os países vizinhos. Acreditam também que, mais cedo ou mais tarde, deixado impunemente no comando do Iraque, Saddam Hussein encontrará um jeito de provocar ou auxiliar um atentado terrorista contra os Estados Unidos ou outro país que considere inimigo (VEJA, nº1791, 2003, p. 39).

Adiante, *Veja* transforma a reportagem em discurso político pró-Estados Unidos e afirma categoricamente que “Washington julga que tem o dever de combater o mal no mundo, especialmente o mal do tipo contagioso” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39). E mais: “Acha que a guerra contra o Iraque – e sua transformação num regime decente – é uma oportunidade de combater o vírus do radicalismo no mundo islâmico e de espalhar o exemplo da democracia numa região dominada por tiranias medievais” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39). Aqui fica mais uma vez evidente o binômio – Estados Unidos, guardiões da democracia x radicalismo islâmico, tirania medieval – calcado na estrutura de um valor-mesmo de *Veja*, os Estados Unidos, citados nesta oportunidade como exemplo de democracia, ou seja, o antídoto contra um regime radical que pode ser transformado sem o que o enunciador definiu como tiranias medievais, em nova alusão à lógica de que há muito pouca coisa no mundo que, sem o protagonismo norte-americano, esteja longe da esfera do atraso.

De acordo com a matéria, muitos dos que pensam com “frieza” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39) a respeito do tema acreditam que as consequências poderão ser opostas às desejadas: “Multiplicação do ódio aos EUA e criação de um caldo de cultura para a multiplicação do radicalismo no Islã” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39). A revista afirma que impedindo ou não a guerra, “a atual torrente pacifista já causou danos à imagem de Bush e dos Estados Unidos” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39). *Veja* diz que a resistência antiamericana de agora é diferente da que se seguiu ao ataque de setembro de 2001, quando Bush revidou mirando o Afeganistão. “Os manifestantes, naquela época, colocaram os EUA como os vilões e os talibãs como vítimas, quando se sabia que os religiosos fundamentalistas daquele país davam guarida aos campos de treinamento da organização Al Qaeda, de Osama bin Laden” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39) No trecho seguinte, o enunciador destaca que a situação envolvendo o Iraque neste momento é mais “confusa” (VEJA, nº1791, 2003, p. 39). A reportagem apresenta o motivo:

A suspeita de que Bush quer fazer a guerra só para se apossar dos campos petrolíferos do Iraque é infantil. As companhias petrolíferas respondem por apenas 6% da riqueza americana e há dúvida se suas ações ganhariam algum

valor caso o petróleo iraquiano voltasse a jorrar no mercado mundial (VEJA, nº1791, 2003, p. 40).

Neste caso, *Veja* adotou um discurso diferente para se alinhar aos Estados Unidos – em vez de enaltecer, optou por mostrar que o petróleo iraquiano preenche uma fatia quase inexpressiva da economia norte-americana: 6%. Não é bem assim. Em 2003, o PIB dos Estados Unidos movimentou US\$ 11,5 trilhões, ou seja, o enunciador, por conveniência discursiva, considerou que cerca de US\$ 690 bilhões (6%) formariam um montante sem relevância. Entretanto, naquele mesmo ano, o PIB brasileiro atingiu US\$ 552 bilhões, ou seja, o que estava em jogo com algo aparentemente descartável, segundo o discurso de *Veja*, era um montante de recursos maior do que a economia brasileira inteira tinha movimentado em 2003.

Adiante, *Veja* indica que os líderes americanos não escondem sua “perplexidade diante da reação contrária da opinião pública mundial” (VEJA, nº1791, 2003, p. 40). Para validar a afirmação, ela cita a declaração de uma autoridade norte-americana muito interessada na propagação do discurso. “‘Sendo Saddam uma entidade do mal, o mundo deveria estar nos apoiando por decidirmos lidar com o problema’, disse Condoleezza Rice, conselheira de Segurança Nacional da Casa Branca” (VEJA, nº1791, 2003, p. 40).

De acordo com a revista, “o antiamericanismo emerge de tempo em tempo com maior visibilidade, especialmente quando os norte-americanos movimentam sua formidável máquina bélica” (VEJA, nº1791, 2003, p. 40). Para o enunciador, esse “sentimento de repulsa aos EUA é o antiamericanismo sedimentado em parcela da elite intelectual europeia e, por reflexo, no resto do mundo ocidental” (VEJA, nº1791, 2003, p. 40). Em seguida, *Veja* recorre a um filósofo: “‘Na história recente da humanidade, o ódio contra os Estados Unidos tem sido um dos principais vínculos estruturais entre os três tipos de totalitarismo: o fascismo, o comunismo e o islamismo’, escreveu o filósofo francês Bernard-Henri Lévy” (VEJA, nº1791, 2003, p. 40). A reportagem recorre a uma metáfora para justificar a reação norte-americana e diz que “os EUA de agora, com os dentes à mostra, foram criados pelos terroristas islâmicos que atacaram o país no dia 11 de setembro de 2001” (VEJA, nº1791, 2003, p. 40).

No parágrafo final, ao mencionar motivos do ódio contra os EUA, o enunciador enfatiza qualidades do país e não seus problemas. Além disso, indica que as manifestações ocorrem por certa inveja/ressentimento, enaltecendo a velha tríade discursiva prosperidade-democracia-liberdade. *Veja* encontra uma forma para saudar até um dos traços mais debatidos da sociedade norte-americana: o individualismo.

Os americanos são odiados por um motivo prosaico: porque há décadas vivem uma *era de prosperidade* sem igual na história humana. Num planeta em que 45% das pessoas subsistem com menos de 2 dólares por dia, os *americanos são os beneficiários* de uma *opulência que agride os brios dos países retardatários*. Além disso, os *Estados Unidos têm valores, como a democracia e a liberdade absoluta de manifestação de idéias e crenças*, que chocam todos aqueles que aprovam regimes totalitários, entre eles os radicais islâmicos. Os EUA, como país, resultaram da convivência das diferenças. O individualismo de seu povo é uma característica cujos resultados são assombrosamente positivos. Isso tudo produz ressentimento (VEJA, nº1791, 2003, p. 40. Grifo nosso).

Adiante, *Veja* apresenta uma segunda reportagem: “Quem é o inimigo?” (VEJA, nº1791, 2003, p. 42). Nela, o enunciador traz a imagem de Bush à esquerda e Saddam Hussein à direita, com o texto ao centro.



Figura 111. Bush e Saddam Hussein, nº1791, 2003

Não é preciso ir muito longe para saber quem o enunciador considera inimigo. Ele o evidencia numa reportagem em que antíteses reproduzem a velha fórmula do vício e da virtude, do mal e do bem. E encontra uma forma para justificar a necessidade da guerra.

Para não haver dúvidas, esclareça-se desde o início: George W. Bush não é maluco, nem energúmeno, nem um monstro sedento de sangue. Também não está indo à guerra contra o Iraque para passar a mão no petróleo do país. Isso para ficar nas concepções mais primárias a respeito do presidente americano,

fartamente expostas nas manifestações de protesto contra a guerra (VEJA, nº1791, 2003, p. 42).

No próximo parágrafo, *Veja* questiona: “Se Bush não é isso tudo, como é que tem sido visto e tratado como o verdadeiro inimigo do mundo civilizado? Por que é seu retrato, com dentes de vampiro ou chifres satânicos, que circula pelas ruas das metrópoles mundo afora?” (VEJA, nº1791, 2003, p. 42). Em seguida, o mal – a interpretação conveniente para a lógica de que o inferno são os outros.

Por que não o retrato de Saddam Hussein, um tirano que manda torturar criancinhas na frente dos pais e tem na sua conta umas 500 000 almas de seus próprios compatriotas, entre mortos em guerras que provocou e vítimas da repressão? Por que, com essa folha corrida, Saddam é deixado em paz pela fina flor das consciências compassivas – quando não tratado quase como uma vítima do imperialismo ianque? (VEJA, nº1791, 2003, p. 42).

A revista ainda destaca que o antiamericanismo tem peso e não é pouco. Ela cita que, em menos de um ano e meio, o “mundo civilizado” (VEJA, nº1791, 2003, p. 43), que se mobilizou em manifestações de simpatia à sociedade e ao governo americano, está dividido entre “os que mantêm o apoio aos Estados Unidos, embora se assustem com a reação negativa da opinião pública (caso da Inglaterra), e os que protagonizam um racha sem precedentes na aliança ocidental sobre a qual se assentou a estabilidade planetária nos últimos sessenta anos” (VEJA, nº1791, 2003, p. 43). Na concepção de *Veja*, “a visão de Bush como o cowboy simplório com uma abordagem maniqueísta de um mundo dividido entre bons e maus é alimentada pelo tom messiânico de seus pronunciamentos e também por decisões políticas, concernentes não só a Saddam e Osama bin Laden como ao conflito entre Israel e palestinos” (VEJA, nº1791, 2003, p. 43-44). Nesse sentido, o enunciador ressalta que “Bush pratica uma política de tolerância quase incondicional em relação ao governo de Israel, comandado pelo virulento general Ariel Sharon” (VEJA, nº1791, 2003, p. 44). De acordo com a revista, “tem nisso o apoio da opinião pública americana, em que as simpatias pendem maciçamente para o lado israelense, e também a bizarra influência da direita cristã fundamentalista. Ao contrário da direita tradicional, que tem um viés antiisraelense” (VEJA, nº1791, 2003, p. 44).

Adiante, a reportagem mostra Saddam e Osama como candidatos a Anticristo e pontua que é fundamental apoiar Israel. “Com base nessa leitura pré-Iluminismo da Bíblia, urge apoiar Israel enquanto se aguarda a chegada do Anticristo (Saddam? Osama?) que precederá a batalha final para a instauração do reino de Deus” (VEJA,

nº1791, 2003, p. 44). A matéria dá voz a uma fonte que valida a visão que *Veja* constrói da política externa norte-americana e conta que, logo depois do 11 de setembro, Wolfowitz, ex-professor na Universidade de Yale, propôs uma reação que parecia “maluca na época: atacar logo o Iraque, que não tinha nada a ver com os atentados, em lugar do Afeganistão, o teatro de operações de Osama bin Laden e sua trupe de fanáticos homicidas” (VEJA, nº1791, 2003, p. 44). Segundo o enunciador, ele achava que as tropas americanas se meteriam numa enorme “enrascada no Afeganistão (estava errado)” (VEJA, nº1791, 2003, p. 44) e que a maior ameaça à segurança dos Estados Unidos provinha de Bagdá. A revista destaca por fim que ele acabou convencendo Bush.

Nas linhas finais, *Veja* diz que “a mudança de foco de Osama bin Laden para Saddam Hussein é um dos aspectos mais difíceis de engolir da atual doutrina Bush” (VEJA, nº1791, 2003, p. 44). De acordo com ela, “o sinistro chefe do terrorismo fundamentalista, Bin Laden, que provavelmente continua em atividade e incentivando atos imediatos contra os americanos e todo o resto do mundo ocidental, simplesmente desapareceu do radar do governo americano. Foi substituído pela ameaça em potencial do Iraque de Saddam” (VEJA, nº1791, 2003, p. 44).

Ao dar capa para a discussão sobre o antiamericanismo, *Veja* não só o desqualificou com argumentos que iam de “por que Bush e não Saddam?” como trouxe um escopo discursivo que defendia a necessidade da guerra, ainda que os elementos que justificassem o conflito fossem vagos, imprecisos e incertos. Mesmo assim, ela não hesitou em reproduzir exaustivamente o discurso das autoridades norte-americanas segundo o qual o Iraque abrigava terroristas que colocam o Ocidente em risco e tinha armas químicas e de destruição em massa. As tais armas nunca foram encontradas.

A edição de 28 de janeiro de 2004 trouxe a manchete “Por que o Brasil não é 1º mundo” (VEJA, nº1838, 2004, p. 1) e a resposta em tópicos, ancorados numa comparação que o enunciador faz com 132 nações: “a sexta pior burocracia para abrir empresas” (VEJA, nº1838, 2004, p. 1); “a segunda pior burocracia para fechar empresas” (VEJA, nº1838, 2004, p. 1); “a terceira pior legislação trabalhista” (VEJA, nº1838, 2004, p. 1); “a 30ª Justiça mais lenta do mundo” (VEJA, nº1838, 2004, p. 1). No rodapé, com tarja vermelha, o destaque alerta “*Veja* ouviu 410 investidores estrangeiros no Brasil. Estão desanimados” (VEJA, nº1838, 2004, p. 1).



Figura 112. Por que O Brasil não é 1º mundo, nº1838, 2004

No miolo, a matéria de capa recebe o chapéu de Especial com a chamada “O Brasil entre os piores do mundo” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72). A reportagem se ancora no Complexo de Vira-Latas e tece duras críticas à estrutura governamental, jurídica, econômica e social do país. Na linha fina por exemplo, o enunciador adverte: “O ambiente para abrir, tocar e fechar empresas no Brasil é um dos mais sufocantes entre mais de uma centena de países pesquisados pelo Banco Mundial. Essa cultura antinegócios constitui um dos maiores entraves ao crescimento econômico” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72).

Segundo a reportagem, o primeiro estudo “de abrangência planetária feito pelo Banco Mundial” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72) sobre as condições reais de vida das empresas comprovou “que o ambiente para negócios no Brasil é inóspito mesmo comparado ao de nações mais pobres e atrasadas” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72). A revista indica ainda que “à luz das principais conclusões da pesquisa feita em 133 países, a existência de vida empresarial no Brasil parece quase um milagre” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72). O texto destaca que os pesquisadores do Banco Mundial centraram seu instrumental no estudo do conjunto de leis, regulamentos e outras ramificações burocráticas que formam a base sobre a qual as empresas nascem, vivem e, eventualmente, morrem. Para *Veja*, “esse ciclo é da própria natureza do capitalismo”

(VEJA, nº1838, 2004, p. 72). E mais, já na linha de uma interpretação extremista do estudo que convém ao enunciador para trazer argumentos do modelo liberal como cartilha do desenvolvimento: “A ação regulatória dos governos sobre esse ciclo é crucial para que ele se processe de maneira saudável e equilibrada. Essa mesma ação pode também envenená-lo e até asfixiá-lo” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72). Nesse sentido, o enunciador sentencia: “No Brasil, chegou-se à fase de envenenamento” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72). Em seguida, cita que o estudo *Fazendo Negócios 2004* mostrou que a atividade empresarial enfrenta uma combinação de fatores institucionais adversos quase sem paralelo no mundo: “Justiça lenta, leis trabalhistas retrógradas, burocracia dantesca e desestimuladora para abrir uma empresa e até para conseguir fechá-la” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72-74).

Veja destaca que os mais de dois mil pesquisadores que participaram do estudo produziram o primeiro “atlas da vida empresarial no mundo” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74). De acordo com ela, o que se viu são nações “bem menos aparelhadas que o Brasil se movendo de maneira mais ágil e inteligente rumo à erradicação dos entraves institucionais ao crescimento” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74). Para a revista, “a imagem negativa do Brasil que aparece na pesquisa contrasta fortemente com a pomposa retórica oficial brasileira” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74). O enunciador diz que em discursos no exterior o presidente Luiz Inácio Lula da Silva falou em levar os projetos sociais de seu governo para toda a América Latina e sugeriu a criação de impostos internacionais para financiar programas de erradicação da fome. *Veja* critica e ironiza: “Sua política externa se coloca o delirante objetivo de ‘redesenhar a geografia do comércio e da política internacionais’” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74).

A reportagem sugere que a leitura cuidadosa do documento do Banco Mundial e o exame comparativo de suas tabelas “indicam que seria mais apropriado, antes de tentar reformar o mundo, começar pela limpeza da selva burocrática brasileira” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74). Na concepção da revista, “o desafio é desfazer nós burocráticos” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74). Para ela, “o ambiente econômico em seu conjunto é muito negativo no Brasil” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74). *Veja* revela que “para rolar sua dívida, o governo suga 78% de todo o crédito privado dos bancos. O pouco que resta é emprestado a empresários e consumidores ao custo do juro real mais alto do mundo” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74). Segundo o enunciador, “completam o quadro de paralisia o fato de o Brasil ter carga fiscal de quase 40% do PIB (produto interno bruto) e uma taxa de poupança interna de apenas 18%, quando o mínimo para garantir o crescimento

sustentado é 25%” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74). Para *Veja*, “essas distorções macroeconômicas são difíceis de ser debeladas” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74).

A reportagem destaca também que os investimentos em educação e saúde, “outro alicerce do progresso, também são de lenta maturação” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74). Em contrapartida, aponta a revista, “no front da descomplicação burocrática, a colheita é quase imediata. Mas as pessoas ainda não se conscientizaram do poder dessa via modernizadora” (VEJA, nº1838, 2004, p. 74-75). Nesse sentido, *Veja* afirma que a reforma do Judiciário que “se arrasta no Congresso tem virtudes, mas não ataca o foco central da lentidão dos processos, que é a burocracia – responsável por 70% do tempo de tramitação de um processo” (VEJA, nº1838, 2004, p. 75).

Nos parágrafos seguintes, a revista traz uma sequência de subtítulos. O primeiro é “Abrir empresas é uma luta” (VEJA, nº1838, 2004, p. 75). Nele, *Veja* adverte que para um brasileiro disposto a lançar-se em negócio próprio, “a burocracia é massacrante” (VEJA, nº1838, 2004, p. 75). Ela pontua à moda dela, com os valores econômicos já citados que fazem parte do rol discursivo do enunciador, os entraves.

Primeiro, ele descobre que precisa de um advogado ou de um contador para redigir o chamado “contrato social” da empresa. Isso feito, saberá que precisará ter um endereço fixo onde a companhia funcionará. Depois, é preciso registrar o contrato na junta comercial, requerer o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, registrar a companhia como contribuinte do INSS. Se houver empregados, deve-se registrá-los no FGTS. Em seguida, comunicar as autoridades municipais e esperar que a sede da empresa seja inspecionada e receba alvará de funcionamento, ato que provoca aquela romaria de fiscais entrando e saindo da futura sede da empresa — e implicando com os mais irrelevantes detalhes. Enquanto isso, o administrador precisará comprovar que não tem antecedentes criminais e que está em acordo com todas as obrigações legais. A companhia nascente ainda terá de ser registrada nos órgãos de classe de seu ramo de atividade (advocacia, veterinária, decoração...) (VEJA, nº1838, 2004, p. 75-76).

O enunciador destaca que “o Brasil é o sexto pior país do mundo em complexidade para dar esse primeiro passo fundamental da economia de mercado” (VEJA, nº1838, 2004, p. 76). Como já mostramos, *Veja* associa aquilo que ela chama de economia de mercado a ideais de prosperidade e liberdade, sobretudo se eles trouxerem consigo DNA do que se vê no mercado norte-americano, uma referência incondicional para o enunciador. Segundo o texto, nesse quesito só estamos melhores que “países quase inviáveis, como o Haiti, a República Democrática do Congo e mais três outros de herança colonial pesada e história recente conturbada, como Moçambique, Indonésia e Laos” (VEJA, nº1838, 2004, p. 76). Ainda sobre a simplificação do processo de abertura de empresas, a revista considera que “é um passo tão óbvio para o

desenvolvimento que talvez dispensasse até provas numéricas” (VEJA, nº1838, 2004, p. 76).

Em outro parágrafo, o subtítulo “Fechar empresas é um calvário” (VEJA, nº1838, 2004, p. 76) sugere que em um país como o Brasil, em que metade das novas empresas fecha as portas antes de completar um ano de vida, “seria mais apropriado que houvesse uma burocracia simplificada de desativação dos negócios” (VEJA, nº1838, 2004, p. 76). No entanto, aponta a revista, “o pobre empreendedor brasileiro vai levar dez anos até conseguir livrar-se do fardo de um fracasso inicial” (VEJA, nº1838, 2004, p. 76). Nesse sentido *Veja* compara: “No mesmo período de tempo que o brasileiro perde indo a repartições, pagando taxas e lidando com despachantes para fechar seu negócio malsucedido, um empreendedor irlandês, por exemplo, já teria tido tempo para abrir e, se fosse o caso, fechar outros 25 negócios” (VEJA, nº1838, 2004, p. 76).

Com o subtítulo “Contratar é um passo arriscado” (VEJA, nº1838, 2004, p. 77), a reportagem aborda entraves no mercado de trabalho, sempre que possível mostrando que a legislação brasileira é obsoleta e não acompanhou o mundo. Na linha de sugerir caminhos para a melhoria do país, o enunciador indica que “com taxas de desemprego elevadíssimas, de 10,89%, e uma escassez paralisante de crédito, o Brasil se beneficiaria muito se tivesse leis de trabalho mais flexíveis. Com isso, haveria incentivo à contratação” (VEJA, nº1838, 2004, p. 77).

Este trecho permite concluir que a reportagem se ancora no ponto nodal *paralisia*, já citado anteriormente pelo próprio enunciador, para descrever o ambiente de negócios no Brasil. O antídoto para superar a paralisia é a flexibilização da legislação trabalhista, outra bandeira de *Veja* e dos liberais. Ela vincula os 10,89% de desemprego à época à necessidade da reforma da CLT e articula do ponto de vista discursivo a urgência da modernização. Ainda de acordo com a reportagem, em uma pesquisa com 133 países, nossas leis de trabalho só não são menos “engessadas” (VEJA, nº1838, 2004, p. 77) que as do Panamá e as de Portugal. Em seguida, *Veja* sentencia: “O efeito de ter leis trabalhistas de má qualidade como a brasileira são óbvios. Elas parecem proteger o trabalhador, mas acabam por prejudicá-lo” (VEJA, nº1838, 2004, p. 77). *Veja* volta a usar os argumentos do Banco Mundial como remédio econômico para as mazelas estruturais brasileiras. “Como regra geral, o trabalho do Banco Mundial observou que legislações retrógradas são danosas em todos os momentos econômicos. Elas arrefecem o ritmo de criação de empregos nos picos de expansão da economia. Nos abismos da crise, elas nada podem fazer para evitar demissões” (VEJA, nº1838, 2004, p. 77).

Segundo o enunciador, simulando o que ocorreria no Brasil com a adoção imediata de leis trabalhistas mais flexíveis, os técnicos do Banco Mundial chegaram à conclusão “de que o número de pessoas empregadas subiria 6 pontos percentuais em apenas um ano. Isso significaria a inclusão no mercado de trabalho de cerca de 5 milhões de pessoas. Metade dos 10 milhões de empregos que Lula prometeu criar no Brasil durante seu governo” (VEJA, nº1838, 2004, p. 78). O recurso retórico de que o enunciador se valeu foi, portanto, transformar o que ele chama de flexibilização de leis trabalhistas em indutor do desenvolvimento e do consequente aumento da oferta de emprego. A supressão de eventuais direitos não é mencionada.

No penúltimo subtítulo “E a Justiça é lenta...” (VEJA, nº1838, 2004, p. 78), a revista volta a amparar o seu discurso na comparação e no escopo da globalização e de mercados internacionais conectados à luz de uma Justiça que precisa ser mais célere. *Veja* destaca que com a internacionalização da economia e a busca seletiva por ambientes mais propícios à atividade empresarial, “passou a ser um fator competitivo decisivo ter uma Justiça capaz de dar veredictos transparentes e rápidos para as demandas entre empresas e delas com os governos e os consumidores” (VEJA, nº1838, 2004, p. 78). Porém, de acordo com *Veja*, “a imagem da Justiça brasileira que emerge do estudo Fazendo Negócios 2004 não é nenhuma surpresa” (VEJA, nº1838, 2004, p. 78). O enunciador volta a citar a lentidão e diz que o Brasil tem “a trigésima Justiça mais lenta do mundo quando se busca ajuda para cobrar uma dívida não paga” (VEJA, nº1838, 2004, p. 78). Segundo a revista, “como forma de compensar essa morosidade, o sistema financeiro acrescenta entre 10% e 30% ao custo total dos empréstimos que faz no Brasil” (VEJA, nº1838, 2004, p. 78). Ou seja: a articulação discursiva cria um elo entre a lentidão da Justiça, a incapacidade de se criar empregos e relaciona este dois fatores ao custo maior que o país impõe, minando a competitividade. O eixo da leitura econômica de *Veja* neste aspecto está amparado pelo ponto nodal *competitividade*, termo sobre o qual ela articula um discurso e estabelece comparações que apontam uma agenda de crescimento à luz do liberalismo.

Adiante, com o subtítulo “Estabilidade financeira é só o começo” (VEJA, nº1838, 2004, p. 79), *Veja* indica que “o esforço estabilizador e o sacrifício que todos os brasileiros pagaram, na forma de juros altos e crescimento econômico medíocre nos últimos anos, fincaram as bases para as reformas institucionais” (VEJA, nº1838, 2004, p. 79). *Veja* ainda destaca que, do ponto de vista da viabilidade prática, a melhoria institucional traria pelo menos duas vantagens sobre o ajuste financeiro e as contas

públicas. “Primeiro, as reformas que ela exige são infinitamente menos dolorosas de ser feitas. Segundo, a melhoria institucional não tem ideologia” (VEJA, nº1838, 2004, p. 79). Nas linhas finais, a revista sentencia: “Aprimorar a Justiça, acabar com a burocracia, flexibilizar as leis de trabalho ou diminuir o risco dos empréstimos só com muita má vontade podem ser consideradas bandeiras ideológicas de qualquer tipo. São bandeiras do bom senso. Só isso” (VEJA, nº1838, 2004, p. 79).

Essa reportagem trouxe o box “Os obstáculos ao crescimento” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72). O enunciador reuniu em tópicos alguns itens do documento Doing Business 2004. Segundo o texto, o Banco Mundial pesquisou detalhadamente o universo da microeconomia.

Inicialmente, o enunciador apresenta a microeconomia como algo que ele próprio coloca entre aspas com o termo “economia real” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72). Depois, volta-se a dizer que, na avaliação dos estudiosos, o Brasil saiu-se muito mal, que há por aqui um emaranhado burocrático capaz de asfixiar o ambiente de negócios, assuntos já mencionados nessa análise. Mas, no fim, há um elemento novo no discurso: essa complexidade burocrática funciona também, de acordo com *Veja*, como um instrumento de apoio, de “incentivo à sonegação e à corrupção” (VEJA, nº1838, 2004, p. 72). É mais uma forma de caracterização da urgência da adoção das medidas, agora mencionadas como antídotos à sonegação e à corrupção, ou seja, algo que tende a ganhar apoio do leitorado preocupado com a criação de empregos e de um ambiente saudável dos negócios no país.

OS OBSTÁCULOS AO CRESCIMENTO

No documento de 194 páginas intitulado Doing Business 2004 (Fazendo Negócios 2004), o Banco Mundial classificou 133 países por sua capacidade de incentivar o crescimento econômico e a geração de empregos. Os itens pesquisados pertencem ao universo da chamada microeconomia, que os analistas chamam de "economia real". Os estudos macroeconômicos colocam o foco sobre a inflação e as finanças públicas, as políticas econômicas e a sustentabilidade da dívida dos governos. Já o trabalho do Banco Mundial esmiuçou como as leis e a burocracia dos países interferem no processo natural de nascimento, vida e morte das empresas. O Brasil saiu-se muito mal. O estudo mostra que a legislação e o emaranhado burocrático brasileiro asfixiam a atividade empresarial, são um poderoso obstáculo à criação de empregos, além de incentivo à sonegação e à corrupção. O trabalho envolveu mais de 2 000 consultores em todo o mundo. A equipe brasileira tinha 21 pessoas

X BUROCRACIA PARA ABRIR UMA EMPRESA

O Brasil tem o sexto pior desempenho da lista. Aqui, o processo leva, em média, 152 dias. O Brasil só está melhor do que Moçambique (153 dias), Indonésia (168 dias), Laos (198 dias), Haiti (203 dias) e República Democrática do Congo (215 dias)

X BUROCRACIA PARA FECHAR UMA EMPRESA

O Brasil é o segundo pior país do mundo nesse processo, que dura dez anos. Só perdemos para a Índia, onde se consomem 11,3 anos. Países do Primeiro Mundo fazem isso, em média, em 1,8 ano

X QUALIDADE DAS LEIS TRABALHISTAS

O Brasil ficou na penúltima colocação nesse quesito, em que o Banco Mundial classificou os países pelo grau de adequação da legislação trabalhista à necessidade de geração de empregos formais. Só o Panamá e Portugal têm leis menos flexíveis

X FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA

O Brasil tem a trigésima mais lenta do mundo quando um credor recorre a ela para fazer valer um contrato ou receber uma dívida

Figura 113. Os obstáculos ao crescimento, nº1838, 2004

A edição de 15 de novembro de 2006 traz uma charge do presidente dos Estados Unidos, George Bush. A imagem mostra o chefe de Estado envolto por um barril com as cores de seu país. Com a chamada “Bush está nu” (VEJA, nº1982, 2006, p. 1), a publicação traz dois destaques: “Os americanos enxergam os erros que o mundo já tinha visto havia tempo e derrotam impiedosamente o bushismo nas urnas” (VEJA, nº1982, 2006, p. 1) e “O que muda na economia mundial e nas relações com o Brasil” (VEJA, nº1982, 2006, p. 1).



Figura 114. Capa Bush está nu, nº1982, 2006

A editoria Internacional publica a reportagem cujo título é “Reprovado” (VEJA, nº1982, 2006, p. 74-75). Na linha fina, “Enfim, os americanos entenderam o que todo mundo sabia: o bushismo se esgotou. O que a derrota eleitoral do Partido Republicano significa para a economia mundial, para o Brasil e para uma armadilha chamada Iraque” (VEJA, nº1982, 2006, p. 74). A matéria traz a imagem do líder americano com a cabeça baixa, de saída de uma conferência de imprensa e a legenda “Solidão do presidente – Bush ao final da entrevista coletiva em que anunciou novas diretrizes de governo após a derrota republicana no Congresso: um presidente diminuído” (VEJA, nº1982, 2006, p. 74).



Figura 115. Bush após a entrevista coletiva, nº1982, 2006

No lide, *Veja* afirma que “os americanos entenderam, finalmente, o que o resto do planeta sabia havia bastante tempo: George W. Bush está errado” (VEJA, nº1982, 2006, p. 76). De acordo com o enunciador, “o massacre eleitoral do partido Republicano, na semana passada, teve o impacto de um Tomahawk¹¹⁹ junto à Casa Branca. O foguete trouxe a mensagem de que os americanos querem mudanças de curso no governo, sobretudo na condução da guerra no Iraque” (VEJA, nº1982, 2006, p. 76).

O texto relata que, em uma reação instintiva, o presidente demitiu o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, “arquiteto do fiasco iraquiano” (VEJA, nº1982, 2006, p. 76). A revista recorre a uma metáfora: “Bush não é agora apenas um pato manco – como os americanos definem seus presidentes fracos sem direito a disputar outros mandatos –, mas também um pato depenado” (VEJA, nº1982, 2006, p. 76). O texto explica que, em minoria no Senado e na Câmara dos Deputados, Bush vai governar “de mão dadas com seus inimigos, os democratas” (VEJA, nº1982, 2006, p. 76). Segundo *Veja*, “não pode haver pior cenário para alguém que parecia exercer um poder ‘dinástico’” (VEJA, nº1982, 2006, p. 76). Agora, ressalta o enunciador, “George W. Bush, filho de George

¹¹⁹ Míssil de cruzeiro capaz de carregar tanto uma ogiva nuclear, quanto uma carga explosiva comum. Existem várias versões que podem ser lançadas de submarinos, navios ou plataformas terrestres com alcance que varia entre 460 km e 2.500 km. Um Tomahawk pode atingir seu alvo com precisão de 80 m; foi muito usado em janeiro e fevereiro de 1991 na Guerra do Golfo.

(ex-presidente dos Estados Unidos) e irmão de Jeb (governador da Flórida), terá de aceitar a coabitação com a gatinha que ele até a semana passada desprezava” (VEJA, nº1982, 2006, p. 76).

A revista explica que o sistema bipartidário força os norte-americanos a se dividir em dois campos. Ela destaca que não é “como ocorre no Brasil, entre meia dúzia de partidos principais. Há momentos em que forças poderosas e figuras carismáticas mudam o cenário e unem o país em torno de um propósito maior” (VEJA, nº1982, 2006, p. 76). A reportagem valoriza o pluripartidarismo, mas aponta Franklin D. Roosevelt e seu governo como exemplos inspiradores nos Estados Unidos. Porém, para *Veja*, “Bush não chega aos calcanhares de Roosevelt em nenhum grau de grandeza” (VEJA, nº1982, 2006, p. 76). Segundo ela, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, a popularidade do presidente, somada à “subserviência da oposição democrata, adquiriu os contornos de uma carta-branca” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77). Para o enunciador, o presidente “e seus companheiros neoconservadores” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77) desperdiçaram uma chance histórica. Em seguida, a revista ironiza, com o apoio de uma metáfora sobre os comitês executivos de partidos políticos comunistas do Leste Europeu e da União Soviética, os politburos. Eles, claro, retoricamente, aparecem associados à lógica de lunáticos e são usados para ridicularizar o presidente americano.

O grupelho de lunáticos reunido em torno de Bush, ao estilo de um politburo soviético, transformou o que deveria ser a cruzada mundial contra o inimigo comum da civilização, o terrorismo, numa inacreditável tentativa de virar de cabeça para baixo a geopolítica do Oriente Médio” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77).

Adiante, *Veja* segue com as críticas, não aos Estados Unidos, mas direcionadas à figura do chefe de Estado. Em sua concepção, “Bush atolou o país em uma aventura militar no Iraque, isolou os Estados Unidos de seus aliados tradicionais e criou *campos de concentração* que envergonham a tradição libertária americana” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77. Grifo Nosso). Ela destaca que o presidente americano “não fez nenhuma tentativa séria de encontrar fontes alternativas de energia para diminuir a dependência em relação ao petróleo e a ajudar a enfrentar o aquecimento global – ao contrário, opôs-se ao Tratado de Kioto¹²⁰, para o controle de emissão de poluentes (VEJA, nº1982, 2006, p. 77). O enunciador destaca ainda que, na economia, Bush (e não os Estados

¹²⁰ Acordo entre países integrantes da ONU para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa e do aquecimento global. Redigido e assinado em Kyoto (Japão), em 1997, o Protocolo criou diretrizes para amenizar o impacto dos problemas ambientais.

Unidos) “pôs-se a gastar com a discriminação de marinheiros bêbados” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77). A revista alerta, novamente com a estrutura narrativa voltada para o presidente e não para o país: “Nada disso é passado, é bom que se diga. Bush ainda será presidente pelos próximos dois anos e o que ele (e os democratas) fizer nesse período terá ainda enorme impacto nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77).

Essa edição ainda reúne uma sequência de oito subtítulos para a matéria que mereceu capa com a metáfora de Bush – o rei – está nu. “VEJA analisa os impactos globais da derrocada do bushismo” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77). No primeiro, “Iraque, o desafio é sair sem deixar só caos para trás” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77), o enunciador ressalta que os americanos foram claros nas urnas e querem mudanças. Segundo a matéria, uma retirada precipitada das tropas poderia acabar com o Iraque convertido numa colônia do Irã e num “santuário para terroristas” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77). A revista pontua que, apesar da derrota eleitoral, Bush dificilmente aceitará uma solução desse tipo. O enunciador induz a uma percepção que vai ao encontro do governo norte-americano, que insistiu na operação militar sob o pretexto de livrar o país árabe das mãos de grupos terroristas capazes de assumir o controle de supostas armas de destruição em massa. Quando fala em “santuário para terroristas”, o enunciador não só propaga a versão oficial como desperta ou desencadeia uma sensação de medo em larga escala.

No segundo subtítulo “Brasil – o retorno de um velho fantasma, o protecionismo dos democratas” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77), o enunciador alerta que “à primeira vista, a vitória democrata pode dificultar as negociações que envolvem a importação de produtos brasileiros” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77). Por outro lado, ressalta *Veja*, os democratas “gostam de Lula. Nos Estados Unidos, o Brasil é visto como uma força moderadora na América Latina. Ao lado da Argentina, do Chile e do Peru, funciona como contraponto ao discurso antiamericanismo de Hugo Chávez” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77). Na realidade, a revista pontua que o entrave entre Brasil e os EUA envolve questões urgentes, como a votação do SGP (Sistema Geral de Preferências). O texto explica que se trata da isenção de tarifas de importação para uma lista específica de produtos de países em desenvolvimento. “O programa expira em 31 de dezembro e os 132 países favorecidos – entre eles o Brasil – torcem para que os republicanos votem pela prorrogação” (VEJA, nº1982, 2006, p. 77-79). *Veja* afirma que é quase certo que os

democratas vão criar problemas na hora de votar. E ela acrescenta: “Quanto à Alca, esqueça, o assunto está praticamente morto” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79).

No próximo subtítulo, “Proliferação nuclear – Os aiatolás atômicos e o louco norte-coreano continuam na mira” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79), *Veja* volta a fazer apologia da guerra preventiva quando observa os EUA diante de um valor-outro. A reportagem afirma que, em termos de política externa, as eleições que impuseram uma dura derrota aos republicanos giraram em torno do Iraque e do comércio internacional. Segundo o enunciador, “o risco de o Irã e a Coréia do Norte, dois Estados de maus bofes, possuírem armas nucleares preocupa por igual republicanos e democratas” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79). A revista destaca que Bush tem a opção de “manter a estratégia de pressionar os aiatolás a desistir das ambições atômicas sob o risco de sofrer sanções, ou de partir para a solução militar, bombardeando os reatores do país” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79). A interpretação que ela faz é sumariamente punitiva, ora com sanções comerciais que devem ser adotadas a um país que represente um valor-outro, ora com o bombardeio sempre a serviço da proteção dos interesses do Ocidente, sobretudo diante do trocadilho “aiatolás atômicos”, do louco norte-coreano e de nações que abrigam maus bofes.

O subtítulo seguinte trata do efeito na América Latina. “Mais simpatia. Mas o interesse será sempre nenhum” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79) trata do problema da imigração. “Um tema de convergência entre Bush e democratas é a necessidade de regularizar a situação dos 12 milhões de imigrantes ilegais, na maioria latino-americanos” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79). De acordo com o texto, o presidente não conseguiu avançar nesse assunto “por oposição de seu próprio partido, que prefere erguer muros nas fronteiras e realizar expulsões sumárias” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79). No quinto subtítulo “Europa – Ela venceu junto com os democratas” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79), *Veja* traz a repercussão do resultado das eleições. Segundo o enunciador, “muitos aliados tradicionais, afastados pela arrogância e pelo unilateralismo de Bush, estão festejando os resultados das eleições e esperam pelo retorno da sanidade nas relações diplomáticas” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79). Em relação ao Velho Continente, observa-se uma mudança consistente na interpretação e no discurso quase sempre viscerais que o enunciador faz de assuntos que remetam aos Estados Unidos. *Veja* cita a arrogância e a unilateralidade de Bush e ainda afirma que as nações europeias esperam pelo retorno da sanidade nas relações diplomáticas. Com elegância retórica, sugeriu-se

por um instante que a política externa norte-americana, pelo menos com algumas nações europeias, não estavam num patamar de sanidade.

“Palestina – Sai o Bush falcão. Fazer a paz seria seu legado histórico” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79) é o próximo subtítulo. Ele também trata da política externa dos EUA. Para a revista, “engajar-se em uma solução para o conflito árabe-israelense seria uma boa opção para Bush amenizar o “fiasco de sua política externa, marcada pela derrota no Iraque, pelo aumento do terrorismo global e pelas ambições nucleares irrefreáveis de Irã e Coreia do Norte” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79). De acordo com *Veja*, “a história mostra que negociar a paz no Oriente Médio é uma tarefa que demanda tempo e intenso esforço da diplomacia americana” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79). Nesse sentido, o enunciador indica que “talvez não reste a Bush tempo para tanto” (VEJA, nº1982, 2006, p. 79). Um ponto interessante deste tópico é que à primeira vista a Palestina não é tratada como um valor-outro, pelo menos neste texto. No entanto, ao pontuar o que chama de fiasco da política externa americana, o enunciador cita, mais uma vez, o Irã e a Coreia do Norte, agora dizendo que ambos têm irrefreáveis ambições nucleares – os mesmos países que abrigavam aiatolás atômicos e um louco, citados há pouco.

No penúltimo subtítulo, “Economia Mundial – Esqueça as bravatas dos deputados. Ninguém freia o colosso americano” (VEJA, nº1982, 2006, p. 80), *Veja* volta a destacar a pujança da economia norte-americana e a define como um “colosso em moto-contínuo: ela se movimenta por inércia” (VEJA, nº1982, 2006, p. 80). Para a revista, “não são as decisões isoladas de um governante ou de algumas centenas de parlamentares que vão mudar de maneira radical seu rumo” (VEJA, nº1982, 2006, p. 80), numa forma clara de enfatizar a força de uma economia que, aparentemente, pouco depende da política. O enunciador retoma seus elogios quase incondicionais. “O que move os Estados Unidos é a força da globalização, com todo o seu intrincado mecanismo de causas e consequências” (VEJA, nº1982, 2006, p. 80). O texto revela que, até poucas décadas atrás, podia-se manipular o crescimento econômico simplesmente com a decisão do Banco Central americano de elevar ou baixar taxas de juros. Porém, indica a revista, hoje é mais relevante saber como estão o desempenho econômico, o fluxo de mercadorias e os investimentos entre os principais parceiros comerciais. Para *Veja*, “essa maior interdependência da economia mundial serve para os dois sentidos: se os Estados Unidos vão bem, o resto do mundo também vai, e vice-versa” (VEJA, nº1982, 2006, p. 80).

“Guerra ao Terror – Os terroristas não devem achar que estão ganhando” (VEJA, nº1982, 2006, p. 80) é o subtítulo que fecha a reportagem de capa. De acordo com o enunciador, “o cerne da política externa de Bush continuará a ser guerra ao terror” (VEJA, nº1982, 2006, p. 80). *Veja* destaca que ele acredita que “os tentados de 11 de setembro marcam um surgimento de um novo mundo e que os terroristas preparam novos ataques aos Estados Unidos (no que tem razão)” (VEJA, nº1982, 2006, p. 80).

A reportagem não tem, portanto, o tom crítico que a princípio poderia se supor. As ressalvas foram feitas a decisões isoladas do presidente Bush, à derrota dos republicanos, mas elas não se estendem como um todo aos Estados Unidos como país, como força econômica central sobre a qual gira a própria globalização. *Veja* é muito clara ao construir um discurso em que a relação umbilical sugere que, para o resto do mundo ir bem, os Estados Unidos precisam estar bem.

A edição do dia 28 de maio de 2008 trouxe a manchete “Brasil – 1º/3º mundo” (VEJA, nº2062, 2008, p. 1) e a linha fina “O que nos empurra para a civilização e o que nos atrasa” (VEJA, nº2062, 2008, p. 1). Na capa, a imagem de um avião da Embraer do lado esquerdo e de um mosquito do lado direito com fundo preto.



Figura 116. Brasil – 1º/3º mundo, nº2062, 2008

A editoria Brasil pergunta: “Com que asas o país vai voar?” (VEJA, nº2062, 2008, p. 48). Novamente, um avião e um mosquito são usados para ilustrar o miolo, remetendo a uma metáfora que associa o Brasil – com o jato Legacy da Embraer – ao que há de mais moderno no mundo e, ao mesmo tempo, a questões que indicam claro subdesenvolvimento, representadas pelo mosquito. A linha fina explica a ambiguidade: “Metade do corpo está no Primeiro Mundo, mas parte do Brasil ainda veste as calças curtas do subdesenvolvimento” (VEJA, nº2062, 2008, p. 48).



Figura 117. Com que asas o País vai voar, nº2062, 2008

Veja começa o lide comparando o desenvolvimento do país à encruzilhada da adolescência.

A adolescência é a etapa do desenvolvimento humano que marca a passagem da dependência infantil para a auto-suficiência adulta. Aplicado ao estágio de desenvolvimento das nações, o conceito define com perfeição os países situados entre as calças curtas do subdesenvolvimento e a maturidade institucional, que se comportam ora como criança, ora como adulto. É justamente aí, nessa espécie de encruzilhada, que se encontra o Brasil atual (VEJA, nº2062, 2008, p. 49).

O enunciador diz que graças a um “incrível avanço institucional e a uma rara coincidência de fatores” (VEJA, nº2062, 2008, p. 49), o país despontou no cenário internacional com suas exportações diversificadas, o sucesso do etanol e a conquista

recente do grau de investimento, distinção concedida às economias classificadas como “sólidas e confiáveis” (VEJA, nº2062, 2008, p. 50). Mas, segundo a revista, “o Brasil ainda atravessa as dicotomias típicas de um adolescente, cada vez mais visíveis” (VEJA, nº2062, 2008, p. 50). Em seguida, ela destaca incongruências, traçando um cenário de contradições.

Produz aviões a jato, mas também mosquitos da dengue. A mesma sociedade que exporta as modelos mais bem pagas do mundo fornece garotas a bordéis de todo o planeta. O ensino que permitiu ao país explorar petróleo a 7000 metros de profundidade aparece em último lugar no ranking internacional de matemática e na penúltima posição em ciências, na comparação feita pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) entre quarenta países (VEJA, nº2062, 2008, p. 50).

Veja pontua e apenas explora as contradições, mas não busca as raízes delas a fundo. A qualidade da educação, por exemplo, é citada com ênfase para o mau desempenho em *rankings* internacionais, sem que se pontue o que precisaria mudar na escola pública e na reforma de matrizes curriculares. O preconceito que a revista demonstrou no chamado cerco da periferia sobre a classe média, sobre o qual já se falou neste estudo, também se estende à escola pública de base, inclusive com a produção de rankings das melhores escolas particulares nas edições regionais, como faz a *Veja São Paulo*. Na concepção de *Veja*, contradições como as que foram mencionadas decorrem justamente da fase de transição do Brasil. “O país tem um pé no Primeiro Mundo e outro no subdesenvolvimento” (VEJA, nº2062, 2008, p. 50), sentencia o enunciador. Nesse sentido, ele pergunta: “Qual Brasil prevalecerá? O das asas da Embraer ou aquele das asas do mosquito da dengue? O do etanol de cana-de-açúcar ou o do trabalho escravo no campo? O da abertura comercial ou o da fobia de importações?” (VEJA, nº2062, 2008, p. 50). A abertura comercial aparece, mais uma vez, ao lado da associação estabelecida com o avião da Embraer ou o etanol.

Para o enunciador, o Brasil nunca teve tantas possibilidades de definir seu próprio futuro. Em seguida, a revista cita um trecho do pensamento dos economistas Octavio de Barros e Fabio Giambiagi, retirado do livro *Brasil Globalizado*, publicado pela Campus/Elsevier, em 2008: “A primeira opção é limitar-se a acumular avanços econômicos e perpetuar a tensa coexistência entre o Brasil de Primeiro Mundo e o Brasil de Terceiro Mundo. A outra, que nos parece mais atraente, é estreitar mais rapidamente a distância que o separa do Primeiro Mundo’, destacam os economistas” (VEJA, nº2062, 2008, p. 50-51). Em outro trecho, *Veja* apresenta uma breve

interpretação do livro de Barros e Giambiagi e conclui que a conjuntura internacional deu ao país a sorte grande.

Em seus onze capítulos, prefaciados por Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, o estudo tem como substrato justamente a inserção do país no mundo capitalista contemporâneo e as contradições que esse processo levanta. O livro parte do pressuposto de que o cenário raro de bonança mundial, por sua intensidade, proporcionou ao Brasil um bilhete de loteria premiado (VEJA, nº2062, 2008, p. 51).

O enunciador destaca que o país foi um dos “maiores beneficiados pelo aumento da demanda – e do preço – de produtos como minério de ferro, soja e carne. China, Índia e outros países de crescimento acelerado encontraram aqui um celeiro indispensável” (VEJA, nº2062, 2008, p. 51). A revista afirma que “graças a esse vento favorável” (VEJA, nº2062, 2008, p. 51), a economia brasileira acumulou, nos últimos cinco anos, “um saldo total de 200 bilhões de dólares em sua balança comercial. Com esse ‘prêmio’, o país pagou sua dívida externa, engordou suas reservas em moeda forte e conquistou credibilidade real” (VEJA, nº2062, 2008, p. 51-52). Em nenhum momento a reportagem faz qualquer associação entre os fatores enumerados e o governo federal do valor-outro Lula. A análise traçada percorre, como se mostrou, os ventos favoráveis da bonança mundial como principal argumento. Os resultados econômicos internos são apenas citados, sem, no entanto, que se estabeleça um vínculo com a política econômica ou com a esfera governamental. Segundo a matéria, esse avanço se deu antes mesmo de o país “instalar controles sanitários eficientes, cortar os gastos públicos e conter a impunidade” (VEJA, nº2062, 2008, p. 52). *Veja* interpreta: “É como se o Brasil de Primeiro Mundo, para emergir, tivesse simplesmente se desviado dos obstáculos de Terceiro Mundo, sem desfazê-los” (VEJA, nº2062, 2008, p. 52).

Adiante o enunciador lista em tópicos o que chama de “resultados auspiciosos, mas insuficientes”:

- ✓ O Brasil segue como a economia mais fechada do planeta e foi uma das que menos se abriram nas últimas três décadas;
- ✓ Se quiser trilhar a história de sucesso dos países asiáticos, o Brasil terá de poupar mais. [...] Diminuindo os gastos do governo, o que elevaria a poupança pública e ampliaria o capital disponível para investimentos;
- ✓ Apesar da queixa em relação ao câmbio, os fatores que, de fato, solapam a competitividade das empresas brasileiras são a burocracia, a carga fiscal, o custo trabalhista e a péssima infra-estrutura;
- ✓ O acesso à educação cresceu rapidamente na última década. Falta agora ampliar os esforços na qualidade;

✓ Não regredir nas conquistas macroeconômicas obtidas até aqui e preservar o tripé de combate à inflação, câmbio flutuante e superávit fiscal primário (VEJA, nº2062, 2008, p. 52-54).

Nas linhas finais, a revista finaliza: “O mundo conspira a favor do Brasil, mas o jogo ainda não foi ganho” (VEJA, nº2062, 2008, p. 54).

A reportagem contou com o box “Encruzilhada” (VEJA, nº2062, 2008, p. 48-54). Nele, o enunciador reúne novos fatores do Brasil de 1º e de 3º mundos. É a oportunidade para estabelecer ligação umbilical de alguns dos valores-outras com o 3º mundo como a invasão de terras, “engenheiros atacados por índios”, “imprensa chapa-branca”. A construção explora uma lógica binária. Um trecho é peculiar: Lula não é Chávez é uma associação ao 1º mundo, de acordo com a interpretação de *Veja*. Mas a influência de Chávez sobre Lula nos lança no 3º mundo.

| ENCRUZILHADA O Brasil combina elementos de uma sociedade moderna, de Primeiro Mundo, com obstáculos e vícios arcaicos, típicos de países mais atrasados | | 1º MUNDO | 3º MUNDO | 1º MUNDO | 3º MUNDO | 1º MUNDO | 3º MUNDO | 1º MUNDO | 3º MUNDO | 1º MUNDO | 3º MUNDO | 1º MUNDO | 3º MUNDO | 1º MUNDO | 3º MUNDO | 1º MUNDO | 3º MUNDO | 1º MUNDO | 3º MUNDO | 1º MUNDO | 3º MUNDO | |
|---|--|-----------------------|----------------------------|-------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|--------------------------------|---------------------------------|----------------------|----------------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|--|
| | | Exportações em alta | Fobia de importações | Produtividade da terra | Invasão de terras | Agilidade do Fisco | Impostos burros | Convivência racial | Leis segregacionistas | Avião da Embraer | Mecquiti da dengue | | | | | | | | | | | |
| | | Umas eletrônicas | Cientalano | Tecnologia da Petrobras | Ensino de matemática | Povo empreendedor | Burocracia paralisante | Grandes projetos de engenharia | Engenheiros atacados por índios | Etanol de cana | Tabalão excessivo no campo | Garantias individuais | Oportunidades | Imprensa independente | | | | | | | | |
| 1º MUNDO | | Eficiência dos bancos | Juros estratosféricos | Reserva em dólares | Dólares na cueca | Transplante de órgãos | Febre amarela | Produtividade rural | Devastação ambiental | Biotecnologia | Tolerância religiosa | Multacionais brasileiras | | | | | | | | | | |
| 3º MUNDO | | Saúde universal | As filas do SUS | Tratamento da aids | Recorde em hanseníase | Mercado de capitais | Mercado negro | Pilotos de avião | Caos aéreo | Pluralidade sindical | ITA e CIA | Governança corporativa | Teledramaturgia | | | | | | | | | |
| 1º MUNDO | | Estradas pedregadas | Estradas esburacadas | Cartões de crédito | Cartões corporativos | Futebolistas | Cartolas e estádios | Diversidade industrial | Indústria do crime | Lula não é Chávez | Motor biconsumível | Turismo ecológico | | | | | | | | | | |
| 3º MUNDO | | Sivam | Descontrole nas fronteiras | Comida gourmet | Desnutrição infantil | Cultura popular | Cultura oficial | Siderurgia | Carrovaria | Pilotos de Fórmula 1 | Tráfego engarrafado | Energia verde | Embrapa | Acervo do Masp | | | | | | | | |
| 1º MUNDO | | Democracia | Corrupção | Top models | Prostituição infantil | Polícia técnica | Impunidade | Cidades com internet livre | Municípios sem luz | Arquitetura | Favelas | Exportação de carnes | Descontrole da aftosa | Executivos globais | | | | | | | | |
| 3º MUNDO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Figura 118. Encruzilhada, nº2062, 2008

A edição de 10 de agosto de 2011 trouxe como chamada “Pânico nas bolsas” (VEJA, nº2229, 2011, p. 1). Na capa, uma metáfora com o ver um mundo cor de rosa e a linha fina: “O maior risco para o Brasil é não enxergar a gravidade da crise” (VEJA, nº2229, 2011, p. 1).



Figura 119. Capa Pânico nas bolsas, nº2229, 2011

A editoria Economia é a responsável pela reportagem “E se a pressão aumentar mais?” (VEJA, nº2229, 2011, p. 78). Na linha fina, o enunciador ressalta que “imune à crise externa o Brasil não fica. Mas o governo brasileiro dispõe de mecanismos capazes de impedir que as ondas de choque causem estragos permanentes na economia” (VEJA, nº2229, 2011, p. 78). A revista indica que nem os mais otimistas trabalham com a hipótese de que o Brasil vá passar “incólume por este mais novo e fenomenal abalo na economia global” (VEJA, nº2229, 2011, p.79). Para ela, ainda é prematuro estimar a “intensidade das ondas de choque a ser produzidas pelo rebaixamento dos títulos americanos pela Standard & Poor’s, a primeira agência de avaliação de risco a duvidar da capacidade da nação mais rica e poderosa da Terra de pagar suas dívidas” (VEJA, nº2229, 2011, p. 79).

Veja destaca que os Estados Unidos sempre foram classificados com “AAA, o famoso e cobiçado ‘triple A’. Agora perderam o brilho. São apenas AA+” (VEJA,

nº2229, 2011, p. 79), numa alusão simplificada da classificação de risco. O enunciador volta a recorrer a uma metáfora alarmante para explicar que a crise atual toma a forma dos “tsunamis, quando o mar subitamente se recolhe expondo largas faixas de praia, sinal de que uma onda gigantesca está se formando em alto-mar, ganhando energia e volume para despejar-se catastroficamente sobre as regiões litorâneas” (VEJA, nº2229, 2011, p. 79).

O texto descreve que “o mar financeiro” (VEJA, nº2229, 2011, p. 79) se recolheu, expondo as bolsas de valores aos rigores do mercado e fazendo soar o “alarme” (VEJA, nº2229, 2011, p. 79) de que logo a economia real vai ser castigada. Segundo a revista, desta vez, o medo foi maior do que nas recentes “hecatombes das bolsas, pela simples e assustadora razão de que agora os governos não acenam com intervenções salvadoras” (VEJA, nº2229, 2011, p. 79), numa referência à forma como se estancou o efeito da crise imobiliária no mercado norte-americano em 2008. O que torna, para *Veja*, “o resfriamento da economia real quase inevitável, variando apenas o grau do desastre: pode ser uma recessão profunda mas passageira, mas podem também estar se formando as condições necessárias para um tipo de estagnação duradoura e torturante” (VEJA, nº2229, 2011, p. 81).

Segundo a revista, como aconteceu na semana passada, quando 3,4 trilhões de dólares viraram “cinza” (VEJA, nº2229, 2011, p. 81) nos pregões de vendas em “pânico” (VEJA, nº2229, 2011, p. 81) de todos os tipos de ações. Nesse contexto, *Veja* afirma que a bolsa brasileira foi “duramente atingida com a perda de 166 bilhões de dólares no valor das empresas ali listadas” (VEJA, nº2229, 2011, p. 81). No trecho seguinte, o enunciador pergunta: “Esse tsunami nos papéis vai se lançar furiosamente sobre a economia real brasileira?” (VEJA, nº2229, 2011, p. 81). De acordo com o texto, os “analistas mais aparelhados” (VEJA, nº2229, 2011, p. 81) para explicar esses “fenômenos cataclísmicos” (VEJA, nº2229, 2011, p. 81) na economia se dividiam entre “preocupados e muito preocupados” (VEJA, nº2229, 2011, p. 81). Mas, conforme afirma a reportagem, de forma geral, eles concordam com a avaliação oficial do governo brasileiro, “vocalizada por Guido Mantega, ministro da Fazenda, segundo quem ‘o Brasil nunca esteve tão bem preparado para enfrentar as consequências de uma nova crise, e o fará com um mínimo de danos’” (VEJA, nº2229, 2011, p. 81).

Adiante, a reportagem traz dois subtítulos. O primeiro, “O que pesa a favor do Brasil” (VEJA, nº2229, 2011, p. 82), aponta que “no topo da lista está um sistema financeiro sólido e bem capitalizado, sem riscos ocultos em balanços crivados de

truques, como ocorreu nos Estados Unidos” (VEJA, nº2229, 2011, p. 82). A revista diz que prova disso é que desde 2008 nenhum banco brasileiro de cobertura nacional quebrou, com exceção do PanAmericano. Em segundo lugar, a matéria cita que o Brasil tem ainda em caixa mais reservas em moeda estrangeira do que o total da dívida externa. Segundo *Veja*, com essa “folga, o Banco Central tem margem de manobra para amenizar flutuações traumáticas do câmbio – vendendo ou comprando dólares no mercado de acordo com as necessidades de cada momento” (VEJA, nº2229, 2011, p. 82). A reportagem destaca ainda que a boa situação das reservas deixa Brasília em condições favoráveis para que investidores estrangeiros troquem seus reais por dólares.

O terceiro ponto, de acordo com o enunciador, é a ausência de “bolhas” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84) na economia. Nesse sentido, ele explica: “Embora se possa tecnicamente afirmar que os imóveis estão com os preços irrealmente altos no Brasil, isso ainda não configura uma bolha, pois eles não estão sendo financiados por instrumentos de crédito sem lastro, como ocorreu no mercado americano, abrindo caminho para a crise de 2008” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). A revista ainda aponta um quarto fator “tranquilizador” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84), a política monetária do Banco Central que, “tendo sido bastante estrita nos últimos dez anos, acumulou credibilidade para atuar com o sinal trocado em caso de a recessão mostrar a cara” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). *Veja* explica: “Ou seja, os juros estão em um patamar alto e baixá-los pode ter efeito estimulante na economia, se for necessário” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). Os bancos públicos, segundo o enunciador, representam metade do crédito disponível no sistema financeiro. De acordo com a revista, eles podem ser acionados para injetar mais dinheiro na economia sem as mesmas precauções que os bancos privados são obrigados a tomar. A matéria afirma que isso foi feito com sucesso em 2008 e 2009, quando o aumento da oferta de empréstimos pelos bancos oficiais ajudou a afastar o espectro da estagnação econômica.

No parágrafo seguinte, *Veja* traz, no segundo subtítulo, uma interpretação analítica: “Se tudo isso dito acima ajuda a enfrentar situações emergenciais, ainda há muito a fazer...” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). Ela cita que, “primeiro, o governo precisa evitar erros de diagnóstico que levam a medidas atabalhadas com potencial de assustar os investidores” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). A revista destaca que um exemplo foi o aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), “que elevou o custo dos investimentos, solapou a credibilidade do Brasil e, pior, não influenciou no volume de dólares que entraram na economia – apenas piorou a qualidade do investimento

externo” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). Em segundo, indica o enunciador em nova análise que dá ênfase para os riscos, “pesa contra o Brasil no longo prazo a interferência excessiva por parte do governo nas duas maiores empresas da bolsa – a Vale e a Petrobras. Isso produz insegurança quanto ao respeito às boas regras de governança” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). *Veja* não detalha na reportagem o que ela chama de boas regras de governança. Não se sabe por exemplo que regras são essas e quais os parâmetros que as norteiam como boas, mas uma interpretação possível, sobretudo em função da forma como o texto está construído, é a de que a menor interferência do governo na Vale e na Petrobras seja diminuir a participação acionária do Estado nelas, bandeira do liberalismo clássico.

O texto revela como terceiro ponto de preocupação a “excessiva dependência que o Brasil tem das *commodities*, as mercadorias de exportação como a soja e o minério de ferro, cujos preços são definidos externamente pelos mercados mundiais” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). Nesse sentido, *Veja* explica que, em momentos de desaceleração econômica, “o preço dessas mercadorias sempre cai – como agora” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). De acordo com ela, isso é um fator de “fragilidade para o Brasil, já que 70% das exportações brasileiras são de *commodities*” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). Por fim, pontua a revista em tom notadamente opinativo e amparado pelo discurso dos liberais contra o estado como instituição: “O mais importante na lista das mazelas que geram instabilidade, há o desequilíbrio do Estado brasileiro, um monstro consumidor de riquezas que presta serviços de terceira qualidade para os brasileiros cobrando-lhes preços de boutique parisiense” (VEJA, nº2229, 2011, p. 84). Nesse contexto, a reportagem ressalta que o governo fica com 40% de toda a riqueza produzida no país, aquela velha fórmula de citar por arredondamento o volume de impostos no PIB como um todo. É a oportunidade para que o texto escancare mais uma crítica, desta vez aproximando o Estado brasileiro de um valor-outro, a estatização dos países comunistas. Segundo *Veja*, “um patamar de estatização que só encontra precedentes nos inviáveis países comunistas como Cuba e Coreia do Norte” (VEJA, nº2229, 2011, p. 86). Em seguida, o enunciador sugere o que o governo do Brasil deveria fazer.

Se o Estado brasileiro investisse em tecnologia e infraestrutura com a mesma fúria com que arrecada, em pouco tempo o Brasil seria, se não à prova de crises, pelo menos um país em que as crises chegam e vão embora sem deixar marcas indeléveis na paisagem econômica nem traumas na população. Para isso, é preciso que o Estado brasileiro funcione de maneira mais eficiente e custe menos aos cidadãos que trabalham e pagam seus impostos (VEJA, nº2229, 2011, p. 86).

A reportagem destaca que a semana anterior fez reviver na memória das pessoas a quebra do banco americano Lehman Brothers, em 2008, quando o pânico tomou conta do sistema financeiro global. A revista relembra também que a paralisia dos negócios que fazem girar a engrenagem da economia levou o mundo à recessão. Nesse contexto, destaca o enunciador, “trilhões de dólares foram injetados pelos governos para tentar reativar a economia, mas o mundo rico e, em especial, os Estados Unidos não conseguiram engrenar um crescimento que pudesse seguir adiante com as próprias pernas” (VEJA, nº2229, 2011, p. 86). Em meio a esse cenário, *Veja* revela que “o acordo paliativo costurado de última hora entre democratas e republicanos permitiu ao governo americano elevar o teto de seu endividamento sem ter de dar calote nos compromissos” (VEJA, nº2229, 2011, p. 86). Segundo a revista, “isso serviu para desmoronar a tímida e ilusória confiança que existia na recuperação da economia” (VEJA, nº2229, 2011, p. 86).

O texto ainda interpreta que, sem alternativas, o mercado aposta que o FED (Federal Reserve) vai fazer uma nova rodada de injeção de dinheiro no mercado, o chamado “relaxamento monetário via compra de títulos públicos” (VEJA, nº2229, 2011, p. 86). O efeito prático desse instrumento, de acordo com *Veja*, “é real, mas pouco duradouro” (VEJA, nº2229, 2011, p. 86). Ela cita que, entre o começo de 2009 e junho de 2011, foram despejados cerca de “2,3 trilhões de dólares no sistema financeiro americano, mas o dinheiro não cumpriu o papel que se esperava dele, e o montante disponível para as famílias caiu 170 bilhões de dólares no mesmo período” (VEJA, nº2229, 2011, p. 86). Nas linhas finais, a revista sentencia: “Com as principais economias tolhidas, o Brasil dependerá cada vez mais do crescimento da China para não afundar. Fica o alerta para o Brasil. Se não há tempestade eterna, também não existe bonança duradoura quando se gasta mal o dinheiro arrecadado” (VEJA, nº2229, 2011, p. 86). Explica-se: depois da recessão que teve como efeito a quebra no mercado imobiliário, a economia norte-americana havia voltado a crescer e o PIB teve alta de 2,9% em 2010 sobre o resultado de 2009. Naquele mesmo ano, a China crescera 10,3%, ou seja, o ritmo de crescimento da economia americana equivalia a menos de 30% dos passos da chinesa, que mantinha o posto de segunda maior do mundo com o desempenho.

Com a chamada “Vacilou” (VEJA, nº2338, 2013, p. 1), a edição do dia 11 de setembro de 2013 traz novamente as relações Brasil-EUA. Na linha fina, *Veja* ressalta que “na tentativa de explicar a espionagem a Dilma e um ataque à Síria, Obama expõe os

dilemas de uma superpotência hesitante” (VEJA, nº2338, 2013, p. 1). Como destaque, a revista reproduz uma declaração oficial: “Thomas Shannon, embaixador dos EUA: ‘O Brasil não é nosso alvo’” (VEJA, nº2338, 2013, p. 1) Na capa, Obama aparece com expressão de preocupação.



Figura 120. Capa Vacilou, nº2338, 2013

No miolo, a editoria Internacional é a responsável pelo texto “A águia e suas contradições” (VEJA, nº2338, 2013, p. 62-63). Para o enunciador, “ao espionar o governo de países amigos, inclusive o do Brasil, e defender um ataque à Síria que ajudará os inimigos dos EUA, Barack Obama expõe os dilemas de uma superpotência vacilante” (VEJA, nº2338, 2013, p. 63). A reportagem traz a imagem de uma reunião do G20. A legenda revela que a presidente do Brasil questionou Obama. “Alta Cúpula – Chefes de estado e de governo durante o G20 no Palácio Constantino, em São Petersburgo, na Rússia. Em conversa privada, Dilma pediu explicações a Obama sobre o monitoramento de seus e-mails e telefonemas” (VEJA, nº2338, 2013, p. 63).



Figura 121. A água e suas contradições, nº2338, 2013

No lide, *Veja* ressalta a missão que é governar o “país mais poderoso do mundo” (VEJA, nº2338, 2013, p. 64) e avalia que ela já foi desempenhada com variados graus de sucesso. De acordo com o texto, uma lição que os governantes dos Estados Unidos aprenderam desde muito cedo é o poder de suas palavras. Nesse sentido, o enunciador expõe uma frase do 16º presidente: “‘Não se deve dizer nada pelo qual não se quer depois ser responsabilizado’, disse Abraham Lincoln, presidente entre 1861 e 1865” (VEJA, nº2338, 2013, p. 64).

A revista afirma que, há seis anos, quando era candidato à presidência, Barack Obama prometeu acabar com o que chamou de “grampos ilegais dos cidadãos americanos” (VEJA, nº2338, 2013, p. 64). O texto indica que ele se referia “à gigantesca máquina de inteligência” (VEJA, nº2338, 2013, p. 64) montada por George W. Bush para rastrear suspeitos de terrorismo e, assim, evitar o planejamento de ataques como os que ocorreram em 11 de setembro de 2001. O enunciador conta, aparentemente sem emitir qualquer juízo interpretativo, mas resgatando uma declaração de Obama à época da campanha, que a justificativa era que, para preservar a vida de todos, seria indispensável invadir a privacidade de alguns. Segundo *Veja*, Obama chegou a dizer que “‘a administração Bush propõe uma falsa escolha entre as liberdades que amamos e a segurança que provemos’, disse o candidato do Partido Democrata” (VEJA, nº2338,

2013, p. 64). Em seguida, a revista enaltece a imagem do presidente americano e o expõe como modelo. Para isso, ela se vale novamente do expediente de fazer uma crítica a Bush, poupando os Estados Unidos, como já mostramos anteriormente. Desta vez no entanto, de forma muito tímida, *Veja* encaixa a violação de direitos humanos em nome do combate ao terrorismo e menciona o fato de que Bush passou por cima da ONU ao deflagrar uma ofensiva no Iraque.

Obama seria o presidente da paz, do respeito às leis e do multilateralismo — um forte contraste, portanto, com o antecessor belicoso, insensível aos aspectos legais de suas ações e adepto do “atire antes, converse depois”. Obama prometeu que acabaria com as guerras no Iraque e no Afeganistão e, em vez de tomar decisões unilaterais, como na invasão do Iraque por Bush, feita sem o aval das Nações Unidas, que agiria militarmente apenas com o aval dos aliados e a autorização da ONU (VEJA, nº2338, 2013, p. 64).

Adiante, o enunciador conclui que Obama está no meio de um redemoinho, vendo suas promessas serem demolidas pela “marcha inexorável dos acontecimentos” (VEJA, nº2338, 2013, p. 64). Em outro trecho, a matéria relembra que Obama foi eleito em 2008 e, já em 2009, conquistou o Prêmio Nobel da Paz. Na concepção de *Veja*, a decisão de atacar a Síria escancara uma contradição: “Agora sua imagem de presidente da paz vai se evaporando” (VEJA, nº2338, 2013, p. 64). Além disso, indica a revista, “sua aura de benignidade e compreensão com os aliados foi tisonada pela revelação de que os espiona pelos meios tecnológicos mais modernos e agressivos” (VEJA, nº2338, 2013, p. 64). Nesse sentido, *Veja* acredita que “havia também uma boa dose de demagogia na imagem do presidente” (VEJA, nº2338, 2013, p. 64). A revista lança uma hipótese:

Se isso significava fazer as coisas às escondidas, então está explicado por que a máquina de vigilância americana não apenas continuou funcionando plenamente como foi expandida durante o governo Obama, conforme mostram os slides furtados e vazados para a imprensa pelo ex-analista de inteligência americano Edward Snowden (VEJA, nº2338, 2013, p. 64).

A matéria conta que, nos últimos meses, essas informações revelaram que os americanos grampeiam os telefones e a internet de embaixadas de vários países. E mais: que vigiam e-mails de milhões de pessoas. Segundo a revista, uma reportagem no Fantástico, da Rede Globo, trouxe indícios de que “a Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês) espionou as comunicações da presidente Dilma Rousseff e mensagens de celular do presidente mexicano Enrique Peña Nieto quando era candidato” (VEJA, nº2338, 2013, p. 64-65). *Veja* afirma que, sem negar as acusações,

Obama tentou se justificar um dia antes de ir a São Petersburgo, para a reunião de cúpula do G20. Lá, durante o encontro, Obama deu a entender que as ações dos Estados Unidos são sempre pensadas para o bem do mundo. “‘Como outros países, temos uma operação de inteligência que tenta melhorar nossa compreensão sobre o que acontece ao redor do mundo’, disse o presidente norte-americano” (VEJA, nº2338, 2013, p. 65). Adiante, a revista expõe sua opinião sobre essa posição e aponta mais uma contradição.

É constrangedor que, na mesma semana em que foi pego espionando aliados por meio de programas desenhados para monitorar terroristas, Obama tenha tentado convencer esses mesmos aliados a entrar numa aventura militar na Síria que beneficiaria justamente os terroristas que mais riscos significam para o mundo, aqueles recrutados e treinados pela Al Qaeda (VEJA, nº2338, 2013, p. 65).

Para o enunciador, o discurso de Obama também surtiu efeito contraditório. Ele conta que, há um ano, o presidente dos EUA deixou claro, em um trecho improvisado de um discurso, que o uso de armas químicas era uma “linha vermelha” (VEJA, nº2338, 2013, p. 65) que o ditador Bashar Assad não poderia cruzar, sob pena de ser punido militarmente. De acordo com a matéria, “essa linha foi cruzada e, a contragosto, Obama se viu obrigado a agir. Ou, pelo menos, é o que ele diz estar fazendo” (VEJA, nº2338, 2013, p. 65). Mais uma vez, a bandeira de armas químicas, agora na Síria, é o pretexto que justifica a ação militar norte-americana. Neste caso, no entanto, há um precedente.

Segundo *Veja*, um plano de bombardear a Síria será votado no Congresso americano. Na concepção da revista, “a doutrina obamista de poucos anos atrás diria que os Estados Unidos só deveriam fazer uma intervenção militar com a aprovação do Conselho de Segurança da ONU” (VEJA, nº2338, 2013, p. 65). Porém, de acordo com o enunciador, “isso, contudo, não vai acontecer, porque a Rússia e a China, que têm poder de veto, se opõem. O presidente russo Vladimir Putin apoia Assad” (VEJA, nº2338, 2013, p. 65). A reportagem ressalta que Putin tem dois argumentos poderosos contra a intervenção.

O primeiro é que, se Assad cair, o caminho para o poder e para o arsenal químico do país ficará livre para os terroristas islâmicos. O próprio secretário de Estado americano, John Kerry, afirmou na semana passada que os extremistas representam entre 15% e 25% das forças anti-Assad. Um vídeo colocado na internet na semana passada mostra do que a turma dos *bad guys* (“caras maus”, nas palavras de Kerry) é capaz. As imagens mostram os rebeldes metralhando sete soldados de Assad que, enfileirados de bruços no chão, não têm a menor chance de se defender. Os militantes da frente Nusra, ligada à Al Qaeda, podem até ser minoria, mas são mais preparados que os outros rebeldes sírios, que saem para a guerra de chinelos e sem experiência em combates. Já os jihadistas foram treinados em conflitos anteriores, como as guerras no Iraque, na

Chechênia e no Afeganistão. O segundo argumento de Putin é que o governo americano não mostrou provas contundentes de que foi Assad quem ordenou o mais recente ataque químico contra civis (VEJA, nº2338, 2013, p. 65-66).

A Rússia, como já mostramos, representa um valor-outro de *Veja*, por questões políticas, econômicas, históricas e sociais. O enunciador vê uma oportunidade para associar o presidente russo a Assad, “um ditador que, comprovadamente, não dá a mínima para a integridade de sua população” (VEJA, nº2338, 2013, p. 66). *Veja* se arrisca numa análise que envolve a forma como, segundo ela, parte da opinião pública americana se posiciona diante da questão. “O fato é que muitos países e uma boa parcela dos cidadãos americanos têm o mesmo pé atrás em relação aos indícios de culpa de Assad” (VEJA, nº2338, 2013, p. 66). A revista opina que isso é “especialmente humilhante no momento atual, porque a responsabilidade de reunir essas provas é das mesmas agências de inteligência que estão sendo acusadas de espionar os aliados dos americanos” (VEJA, nº2338, 2013, p. 66).

De acordo com o enunciador, a dificuldade de Obama em obter apoio para atacar a Síria e em deixar para trás as acusações de que espiona países amigos tem a mesma origem: “Com sua política externa vacilante, ele não inspira confiança nos aliados” (VEJA, nº2338, 2013, p. 66). Para ratificar a afirmação, a revista cita um exemplo e traz uma das mais polêmicas declarações de Kissinger, ainda nos anos 70. Em ambos os sentidos, *Veja* faz nova crítica ao presidente Obama.

Em maio, Obama fez um discurso em que declarou o fim da guerra ao terror iniciada por Bush, seu antecessor. No mês passado, quase duas dezenas de embaixadas americanas ficaram fechadas durante uma semana por causa de uma ameaça terrorista da Al Qaeda. Quem falou em terroristas acuados, mesmo? Henry Kissinger, ex-secretário de Estado americano, afirmou em 1979: “Os Estados Unidos não têm amigos permanentes, apenas interesses” (VEJA, nº2338, 2013, p. 66).

Veja sentencia de forma a associar o atual presidente dos Estados Unidos ao antigo secretário: “O governo Obama parece não ter nenhuma clareza de quais são os interesses do seu país atualmente” (VEJA, nº2338, 2013, p. 66). Na sua concepção, até no plano geopolítico, ele está “perdido” (VEJA, nº2338, 2013, p. 66). De acordo com a revista, quando o presidente americano identifica um novo desafio, muda o rumo de sua diplomacia. “Na Primavera Árabe, no Egito, Obama recusou-se a apoiar um antigo aliado, Hosni Mubarak. Em seguida, foi conversar com a Irmandade Muçulmana, um grupo historicamente hostil aos Estados Unidos” (VEJA, nº2338, 2013, p. 66-67). Segundo o enunciador, Obama não consegue retomar nenhuma influência naquele país.

Na Síria, o risco é ajudar “os radicais da Al Qaeda, o grupo que organizou o ataque aos Estados Unidos em 2001” (VEJA, nº2338, 2013, p. 67). Na linha seguinte, *Veja* força que não é só no plano geopolítico que falta coesão aos Estados Unidos, mas também nos programas de espionagem. Para justificar a afirmação, a revista cita que, como explicado por Obama, “boa parte do monitoramento eletrônico e telefônico é feita não porque seja necessário, mas simplesmente porque é possível” (VEJA, nº2338, 2013, p. 67). Em seguida, o texto traz nova declaração de Obama e o enunciador não hesita em interpretá-la.

“Da mesma forma que nossa capacidade militar é significativamente maior do que a de muitos outros países, isso também vale para nossa inteligência. Assim, embora tenhamos os mesmos objetivos, nossos meios são significativamente maiores”, disse o presidente americano, sugerindo que a espionagem entre países amigos é normal. O que muda é o grau de eficiência de cada um. E, poderíamos acrescentar, a capacidade de cada país de evitar que essas atividades sejam reveladas publicamente (VEJA, nº2338, 2013, p. 67).

Sobre as gravações vazadas da NSA, a reportagem destaca que a impressão é que os analistas estavam apenas testando suas capacidades. *Veja* contemporiza e resolve tratar a questão como mal menor, quase aceitável apesar do precedente aberto. “Aparentemente, nenhuma informação realmente sensível foi coletada. Os espões conseguiram captar mensagens de celular enviadas por Pena Nieto, então candidato à presidência, a nove de seus interlocutores” (VEJA, nº2338, 2013, p. 67). Nelas, descreve *Veja*, ele antecipava o nome de dois futuros ministros, realmente nomeados seis meses depois. Sobre Dilma, o enunciador afirma que a proposta declarada com as ações de espionagem era “entender os métodos de comunicação entre ela e seus conselheiros mais próximos” (VEJA, nº2338, 2013, p. 67). No G20, volta a contemporizar o enunciador, um ex-oficial de inteligência da Marinha dos Estados Unidos e consultor de segurança declarou que “o Brasil foi alvo de um nível primário de monitoramento praticado por quase todos os países do mundo, seja contra inimigos ou amigos”(VEJA, nº2338, 2013, p. 67). Segundo a revista, “no fim da apresentação da NSA vazada por Snowden, o time de analistas se gabou de ter conseguido aplicar uma técnica de espionagem contra pessoas importantes, dando os alvos brasileiro e mexicano como exemplos do bom trabalho” (VEJA, nº2338, 2013, p. 67-68). Em seguida, *Veja* questiona: “E por que eles fariam isso?” (VEJA, nº2338, 2013, p. 68). Para responder, ela recorre a um advogado. “É sempre útil testar suas capacidades de inteligência e interceptação de informações. Isso pode ser um bom argumento para os agentes

conseguirem um aumento do orçamento da NSA’, diz o advogado Michael Shrimpton, que trabalhou com os serviços de inteligência da Inglaterra” (VEJA, nº2338, 2013, p. 68). Em meio ao contexto, o enunciador cita que, no Brasil, um exemplo de “espionagem amiga” (VEJA, nº2338, 2013, p. 68) aconteceu em 1993 e 1994.

Os militares se preparavam para comprar o sistema de radares Sivam para a Amazônia. Os brasileiros estavam em negociações avançadas com o grupo Thomson, francês, para uma licitação de 1.4 bilhão de dólares. Usando satélites militares, a agência de inteligência americana CIA, em parceria com a NSA, grampeou comunicações de telefone, fax e e-mail do Palácio do Planalto. Um relatório que revelava tentativas de suborno foi enviado à Comissão de Comércio dos Estados Unidos. O governo de Itamar Franco barrou o negócio. A concorrência foi depois vencida pela Raytheon, americana. O suposto suborno nunca foi comprovado (VEJA, nº2338, 2013, p. 68).

A matéria ainda pontua que os documentos revelados por Snowden não trouxeram o objetivo do monitoramento de Dilma. Adiante, *Veja* ressalta que, embora grave, ela advertiu que o Brasil não deve se desentender com os EUA sob o risco de prejuízos econômicos. “A presidente e auxiliares concordaram sobre a gravidade do episódio, mas também sobre a necessidade de não o transformar numa crise entre os dois países, o que poderia resultar em prejuízos financeiros para o Brasil” (VEJA, nº2338, 2013, p. 69). O enunciador conta que Dilma até quis pedir satisfação, mas “a veemência da presidente” (VEJA, nº2338, 2013, p. 69) parou por aí. Ameaças de retaliação teriam sido transmitidas pela chancelaria brasileira, informa a reportagem. Entre elas, “enterrar a possibilidade de comprar caças americanos para a FAB, dificultar a vida no Brasil de empresas de tecnologia dos Estados Unidos, como a Microsoft, e encaminhar ao Congresso um projeto de lei que prevê a aplicação de sanções financeiras a empresas que ajudarem a NSA a espionar” (VEJA, nº2338, 2013, p. 69). Nas linhas finais, *Veja* conclui: “O segundo mandato costuma ser cruel para os presidentes americanos, impossibilitados de concorrer a um terceiro” (VEJA, nº2338, 2013, p. 69). Ou seja: o peso da espionagem permanece em primeiro plano, mas eventuais riscos comerciais levam o enunciador, como se mostrou, a, ainda assim, sugerir que se trate a questão apenas como um incidente diante do que está em jogo, veladamente a relação com a maior economia do planeta. Como teria sido essa cobertura, ponderada e serena, se, em vez dos Estados Unidos, a espionagem sobre o governo brasileiro tivesse partido de Putin, por exemplo? Será que todo este discurso, que articula certa necessidade de se compreender a ação da NSA, não ganharia ares menos compreensivos e mais ideológicos?

A reportagem, por fim, traz um box intitulado “Vulnerabilidade.gov.br” (VEJA, nº2338, 2013, p. 67). Nele, a revista segue a linha já conhecida de desqualificar o Brasil e chega a apontar que a culpa é nossa. Outro detalhe: em vez de discutir especificamente o episódio com os Estados Unidos, *Veja* fala em espionagem feita por países estrangeiros – no plural.

A possível espionagem feita por países estrangeiros está longe de ser a principal ameaça à segurança das informações confidenciais brasileiras. O maior risco vem de falhas do próprio governo, como ter sistemas desatualizados e funcionários sem treinamento. Entre o ano passado e este ano, o número de ataques a sites e servidores do governo (aqueles com endereço terminado em .gov.br) aumentou quase 40%. É o que mostram dados obtidos por VEJA junto ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, por meio da Lei de Acesso à Informação (VEJA, nº2338, 2013, p. 67).

Para *Veja*, a responsabilidade por essa desatualização é do próprio governo. “Um estudo feito pelo Tribunal de Contas da União mostrou que apenas um em cada dez órgãos da administração pública pesquisados faz análise de risco de seus sistemas, o que aumenta a vulnerabilidade” (VEJA, nº2338, 2013, p. 67). Em síntese: a vulnerabilidade é um produto do nosso subdesenvolvimento tecnológico, inclusive na esfera governamental.

8.

A crise de 2008 com Bush e o governo Barack Obama

Neste capítulo, desenvolvido apenas para ilustrar brevemente a relação contemporânea entre Brasil e Estados Unidos, vamos estudar quatro reportagens de edições publicadas nos anos de 2008, 2009, 2011 e 2014.

O objetivo é verificar como ficaram as relações institucionais e políticas na e após a crise de 2008, analisar o discurso liberal característico da linha editorial do enunciador e alguns de seus desdobramentos em relação aos agentes econômicos e ao mercado como um todo.

| TÍTULO/CAPA | TÍTULO DA REPORTAGEM | EDIÇÃO/DATA | PÁGINAS |
|---|--------------------------|----------------------------|-----------|
| Eu salvei você! | A cavalaria salvou o dia | Veja, nº2079 24/09/2008 | 1-126-134 |
| Por que a intervenção do governo dos EUA e quase estatização da economia não vai criar um... Camarada Obama | Socialismo? Qual? Onde? | Veja, nº2104 18/03/2009 | 1-82-96 |
| Exclusivo – Barack Obama fala a <i>Veja</i> | Obama fala a <i>Veja</i> | Veja, nº2209 23/03/2011 | 1-62-67 |
| O amigo americano | Tudo no seu devido lugar | Veja, nº2405 24/12/2014 | 1-60-65 |

Tabela 10. Edições de 2008, 2009, 2011 e 2014

A edição de 24 de setembro de 2008 tem a manchete “Eu salvei você!” (VEJA, nº2079, 2008, p. 1) e a linha fina “O governo americano evita colapso financeiro mundial e nunca mais Wall Street será a mesma” (VEJA, nº2079, 2008, p. 1).

Novamente a imagem do “Tio Sam” ilustra a capa. Desta vez, com o dedo em riste, apontado para o leitor.



Figura 122. Capa Eu salvei você!, n°2079, 2008

A matéria de capa, sob o chapéu “Especial”, tem a chamada “A cavalaria salvou o dia” (VEJA, n°2079, 2008, p. 126) e a linha fina “O mundo financeiro parecia derreter na semana passada quando George W. Bush e seu secretário do Tesouro, Henry Paulson, comandaram a maior intervenção da história do capitalismo. Salvaram o dia, o sistema e nossos bolsos” (VEJA, n°2079, 2008, p. 126). O enunciador já induz a uma percepção do tom do discurso que prevalecerá em mais uma cobertura analítica que fará: só os Estados Unidos são capazes de salvar o mundo de uma hecatombe financeira da qual eles próprios foram protagonistas. A reportagem vai percorrer e citar algumas vulnerabilidades, mas o texto dá ênfase à capacidade de superação de atores políticos – cavaleiros – capazes de salvar o sistema financeiro global. Bush e Paulson andam a cavalo. Eles formam a dupla de heróis de uma montaria que chegou para debelar a crise.

Especial

A CAVALARIA SALVOU O DIA

O mundo financeiro parecia derreter na semana passada quando George W. Bush e seu secretário do Tesouro, Henry Paulson, comandaram a maior intervenção da história do capitalismo. Salvaram o dia, o sistema e nossos bolsos

Se as novelas de televisão são sempre histórias sobre ricos com problemas que o dinheiro não resolve, a maior crise dos mercados financeiros do século XXI é uma história sobre ricos e pobres com problemas que o dinheiro resolve — pelo menos em parte. A crise eclodiu na segunda-feira passada, quando um dos mais tradicionais bancos de investimento de Wall Street, o Lehman Brothers, foi a pique e afundou sem que seus pares ou o governo americano lhe estendessem uma mão salvadora. O naufrágio do Lehman foi fagulha no arsenal. Outro banco tradicional, o Merrill Lynch, correu para debaixo das asas do Bank of America, vendido por 50 bilhões de dólares, dois terços do seu valor de mercado. Lehman Brothers e Merrill Lynch, para quem não é familiarizado, eram astros de primeira grandeza. Logo outras estrelas começaram a se descolar do firmamento e cair sobre a cabeça dos investidores não mais apenas nos Estados Unidos, mas do outro lado do Atlântico. A maior hipotecária inglesa, o HBOS, foi vendida às pressas ao Lloyds.

O pânico virou terror quando a operação de salvamento pelo governo americano da maior seguradora do mundo, a AIG, teve o efeito de au-

mentar ainda mais a já ebulente ansiedade geral. No meio da semana parecia que o mundo financeiro havia perdido a consistência interna e, sem as leis universais que o mantinham coeso, ameaçava derreter. Na quinta-feira, quando as bolsas mundiais já perdiam no total quase 4 trilhões de dólares, Washington mandou a cavalaria. Henry Paulson, secretário do Tesouro americano, anunciou que os Estados Unidos estavam dispostos a “gastar centenas de bilhões de dólares” para “desintoxicar” os bancos com dívidas podres em seus balanços. A promessa de mais dinheiro, o soar do clarim e o tremulicar da bandeira transformaram o pânico em euforia, e a semana terminou com as bolsas em altas históricas em todo o mundo. O sistema voltou a acreditar em si mesmo. O capitalismo está salvo. Fim do primeiro capítulo.

A novela continua. Seu final depende de que os investidores também voltem a acreditar no sistema a longo prazo. Sim, porque a euforia do fim da semana passada, que deu às bolsas a maior valorização da história na sexta-feira, é apenas o reverso do pânico. É o outro lado do mesmo sentimento. Os especialistas têm até um termo para o fenômeno — *panté buying*, em inglês, como é todo o vocabulário desse universo em mudança. Nessa voracidade para comprar, exatamente como as doras-de-casa

ORDEN DE ATACAR

Bush e Paulson (na montagem) marcaram a história e a força para impedir o derreter. Não voltar certo por isso

126 | 14 DE SETEMBRO DE 2008 | VEJA

127 | 14 DE SETEMBRO DE 2008 | VEJA



Figura 123. Montagem de Bush e Paulson a cavalo, nº2079, 2008

Na concepção de *Veja*, “se as novelas de televisão são sempre histórias sobre ricos com problemas que o dinheiro não resolve, a maior crise dos mercados financeiros do século XXI é uma história sobre ricos e pobres com problemas que o dinheiro resolve — pelo menos em parte” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). É desta forma que o enunciador começa a reportagem. Em seguida, relata que a crise eclodiu quando um dos mais tradicionais bancos de investimento de Wall Street, o Lehman Brothers, “foi a pique e afundou sem que seus pares ou o governo americano lhe estendessem uma mão salvadora” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). Para a revista, o naufrágio do Lehman foi “fagulha no arsenal” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). Isso porque outro banco tradicional, o Merrill Lynch, “correu para debaixo das asas do Bank of America” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). Segundo o texto, o Merrill Lynch foi vendido por 50 bilhões de dólares, dois terços do seu valor de mercado. *Veja* ressalta que “Lehman Brothers e Merrill Lynch, para quem não é familiarizado, eram astros de primeira grandeza” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). E é neste tom que a matéria traz mais uma pérola, um misto de metáfora e eufemismo: “Outras estrelas começaram a se descolar do firmamento e cair sobre a cabeça dos investidores não mais apenas nos Estados Unidos, mas do outro lado do Atlântico. A maior hipotecária inglesa, o HBOS, foi vendida às pressas ao Lloyds” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). Além disso, o enunciador indica que “o pânico virou

terror quando a operação de salvamento pelo governo americano da maior seguradora do mundo, a AIG, teve o efeito de aumentar ainda mais a já ebuliente ansiedade geral” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). O uso do adjetivo ebuliente cumpre uma função discursiva que permite relacionar o pânico ao terror e ambos ao salvamento.

Veja conta que quando as bolsas mundiais já perdiam quase 4 trilhões de dólares, Washington “mandou a cavalaria. Henry Paulson, secretário do Tesouro americano, anunciou que os Estados Unidos estavam dispostos a ‘gastar centenas de bilhões de dólares’ para ‘desintoxicar’ os bancos com dívidas podres em seus balanços” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). A revista, num tom de civismo típico de uma convenção dos republicanos, afirma que “a promessa de mais dinheiro, o soar do clarim e o tremular da bandeira transformaram o pânico em euforia” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). Segundo a reportagem, a semana terminou com “as bolsas em alta históricas em todo o mundo. O sistema voltou a acreditar em si mesmo. O capitalismo está salvo” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). *Veja* insiste e reafirma o que já tinha dito com outras palavras: “A euforia do fim da semana passada, que deu às bolsas a maior valorização da história na sexta-feira, é apenas o reverso do pânico” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126). A revista recorre a fontes anônimas para explicar o que ela interpretou como euforia. “Os especialistas têm até um termo para o fenômeno – *panic buying*, em inglês, como é todo o vocabulário desse universo em mutação” (VEJA, nº2079, 2008, p. 126. Grifo da revista). Foi essa a maneira da revista citar o processo de compra de ativos, muitas vezes decidido de forma emocional e sem reflexão. O enunciador, no entanto, alerta que nessa voracidade para comprar, os investidores ignoram fundamentos e correm em busca das ações que eles acreditam ter se valorizado mais.

Veja apresenta também o que aconteceu com dois únicos bancos de investimento, segundo ela, de primeira linha dos Estados Unidos: o Morgan Stanley e o Goldman Sachs. Segundo a revista, o MS perdeu quase um quarto de seu valor. “Suas ações caíram 24% e o banco agora procura furiosamente uma fusão com alguma instituição comercial tradicional” (VEJA, nº2079, 2008, p. 129). Já o Goldman Sachs “perdeu 14% de valor em bolsa” (VEJA, nº2079, 2008, p. 129). *Veja* enaltece o melhor, o mais sólido e o mais reputado dos bancos de investimento e afirma que o Goldman Sachs serve como base para análise do sistema financeiro mundial.

O sistema se apoia em duas pernas. Uma, bem fininha, chama-se liquidez – ou seja, a capacidade de devolver aos investidores o dinheiro investido e os lucros quando eles assim o desejarem. Se um banco tem capacidade de devolver cada

dólar a cada um dos investidores de uma só vez ele tem 100% de liquidez. Um banco assim não precisa ter a segunda perna de sustentação do sistema, a confiança. O Goldman Sachs tem apenas 1 dólar para cada 25 dólares investidos. No jargão técnico, ele tem uma alavancagem de 25 – em termos reais são 40 bilhões de dólares em dinheiro de clientes para 1 trilhão de dólares de investimentos (VEJA, nº2079, 2008, p. 129).

Adiante, o enunciador ressalta que mesmo o Goldman Sachs sendo o mais sólido e o único que “sobreviveu incólume à crise” (VEJA, nº2079, 2008, p. 129), ele está neste cenário. *Veja* conclui: “Imagine-se, então, a alavancagem dos que sucumbiram” (VEJA, nº2079, 2008, p. 129). Como se observa, o discurso do enunciador força a percepção de vigor dessa instituição financeira, capaz de ser sólida – embora os dados mostrassem o contrário – e de sobreviver incólume à crise.

Veja também indica que, “pelos cálculos da consultora McKinsey, a alavancagem média do sistema financeiro americano é de 10 – ou seja, em caso de um colapso total cada pessoa salvaria 1 dólar de dez investidos” (VEJA, nº2079, 2008, p. 129-130). Esse tipo de alavancagem é descrita “como a produção de riqueza financeira a partir de riqueza real ou a partir de dívidas” (VEJA, nº2079, 2008, p. 130). Neste caso, “a produção de riqueza financeira sobre dívidas, a securitização, está na base de toda a questão sobre a credibilidade do sistema e ajuda a explicar a crise de confiança da semana passada” (VEJA, nº2079, 2008, p. 130). Amparada pelo eufemismo que transforma dívida em securitização e traz credibilidade ao mercado, *Veja* sintetiza e diz que ela só poderia surgir por obra de mentes brilhantes de Wall Street.

Em resumo, algumas brilhantes mentes de Wall Street encontraram um meio de transformar dívidas, principalmente imobiliárias, em investimentos. Até aí nenhuma ousadia especial. O pulo-do-gato, que caiu de costas na semana passada, foi misturar em um mesmo pacote “dívidas podres”, ou incobráveis, com dívidas contraídas por pessoas com vontade e capacidade de honrá-las. E, claro, empacotar e rotular tudo como dívida boa (VEJA, nº2079, 2008, p. 130).

A revista recorre a uma metáfora e analisa que esta ação equivaleu a “misturar água de esgoto a água filtrada e vender o volume total do líquido como soro fisiológico” (VEJA, nº2079, 2008, p. 130). Ela explica que, assim, um título da dívida assinado por um comprador de casa honesto e com bom salário passou a ter “o mesmo valor (ou quase, para sermos exatos) de um título de um comprador deliciosamente apelidado de Ninja (*no income, no job, no assets*), alguém sem salário, sem emprego e sem patrimônio (VEJA, nº2079, 2008, p. 130. Grifo da revista).

De acordo com *Veja*, a McKinsey mostrou também que há menos de vinte anos esse universo financeiro era muito menor e bem menos complexo. A revista recorre a mais uma metáfora – agora entre gases tóxicos e gases respiráveis – e edita um infográfico para associá-la à economia global.

Para um PIB real global de 10 trilhões de dólares em 1980, havia de ativos financeiros no planeta cerca de 12 trilhões de dólares. Em 2006, enquanto o PIB real mundial chegava a 40 trilhões de dólares, os ativos financeiros batiam em 170 trilhões de dólares – a maior parte desse valor fabricada com aquela mistura de dívidas boas e dívidas ruins de que se falou acima. O planeta finanças tornou-se gigantesco e formado por gases tóxicos misturados a gases respiráveis (VEJA, nº2079, 2008, p. 131).

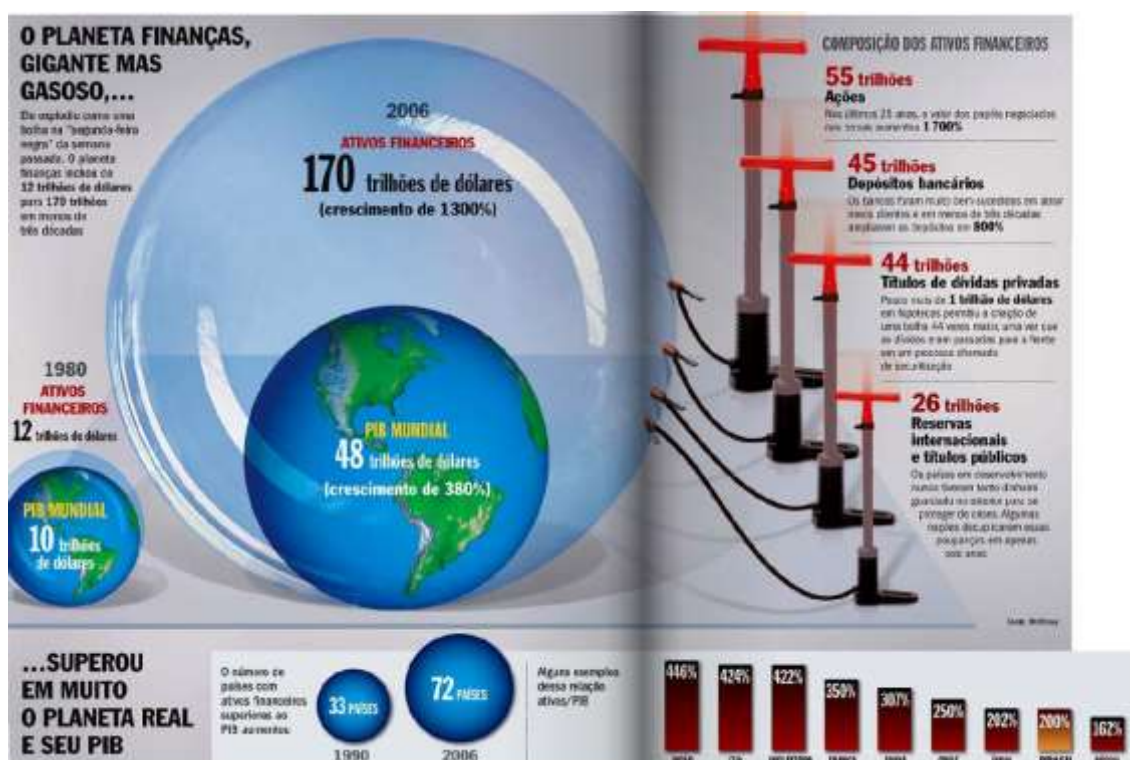


Figura 124. O planeta finanças, nº2079, 2008

Para a revista, “não por acaso, a expressão usada pelo secretário Henry Paulson foi ‘desintoxicar’ os balanços dos bancos de modo a identificar as dívidas podres” (VEJA, nº2079, 2008, p. 130-131). A matéria ressalta que o governo americano iria bancar essas dívidas e “procurar devolver ao sistema não apenas sua credibilidade, mas sua liquidez, além de, no processo, tentar que essas duas características não andem mais tão separadas” (VEJA, nº2079, 2008, p. 131). Adiante, *Veja* se encanta: “Com o mundo salvo pela ação do governo americano, tem-se folga para calcular quanto vai custar a operação ‘desintoxicação’ do sistema, imaginar como ele vai funcionar daqui para a

frente e refletir sobre que efeitos positivos no mundo teve a ‘farra financeira’” (VEJA, nº2079, 2008, p. 131). Em seguida, o enunciador transforma a análise, repleta de ênfase aos cavaleiros do bem que salvaram a economia global, em cálculo. E vai além: diz que a popularidade recorde do presidente Lula e as políticas capazes de tirar centenas de milhões de pessoas da miséria (no Brasil e na China) passam pelas cabeças brilhantes de Wall Street. É a segunda vez, na mesma reportagem, que o discurso se ancora na palavra “brilhante” para se referir àqueles que operam nos bastidores de Wall Street. Detalhe: nas páginas 130 e 131 da edição.

Bolhas destroem riquezas quando estouram, mas também criam, e muitas, quando são infladas. É justamente o caso da bolha que estourou na segunda-feira passada. Na sua fase de crescimento, essa mesma bolha, esse mesmo sistema tóxico e demonizado da semana passada foi o que produziu a liquidez mundial capaz de tirar da miséria centenas de milhões de pessoas na China e no Brasil, principalmente. Graças ao sistema financeiro, quase meia centena de países antes estagnados hoje cresce a taxas de 7% ou mais por ano. O aumento do nível e da qualidade de consumo no Brasil, a economia pujante do país e, por consequência, a popularidade recorde do presidente Lula se devem a cabeças brilhantes e maquiavélicas de Wall Street que inventaram esses gigantes instrumentos de liquidez mundial (VEJA, nº2079, 2008, p. 131).

Outro ponto a se observar: segundo *Veja*, a conjuntura econômica global provocou o efeito de levar o presidente Lula à popularidade recorde. Em nenhum momento o enunciador se permite discutir as políticas públicas voltadas ao aquecimento da economia que tiveram papel central neste processo. Na concepção de *Veja*, por esse prisma, “é uma pena que a bolha tenha estourado” (VEJA, nº2079, 2008, p. 131). Nas linhas finais, ela traça novos cenários.

Limpar a bagunça vai custar cerca de 1 a 2 trilhões de dólares – o mesmo custo de cinco a dez anos de guerra no Iraque. Quem vai pagar? O contribuinte americano. Mas boa parte disso será recuperada pelo Tesouro americano no mercado e, a se fiar em operações salvadoras anteriores, com lucro. Finalmente, como vai funcionar o sistema daqui para frente? Será menor, sem dúvida. No começo, com mais cautela e mais regulação. Depois, ninguém sabe (VEJA, nº2079, 2008, p. 131).

Em seguida, mais do mesmo com o subtítulo “Cadê a confiança que estava aqui?” (VEJA, nº2079, 2008, p. 133) e a linha fina “A intervenção sem precedentes do governo americano no mercado foi crucial e necessária para sanear o capitalismo financeiro. Ele renascerá em novas bases” (VEJA, nº2079, 2008, p. 133).

Para *Veja*, “a reação sem precedentes do governo americano para estancar a sangria em Wall Street fez o mundo lembrar-se, como só ocorre de tombos em tombos,

de que o capitalismo não depende só de capital e de risco” (VEJA, nº2079, 2008, p. 133). O enunciador vai além: “O capitalismo é como futebol. Sem regras é pelada. Com regras é competição e negócio. A principal regra do capitalismo em sua versão financeira é a manutenção da confiança” (VEJA, nº2079, 2008, p. 133). A aparente crítica que *Veja* faz às vulnerabilidades do capitalismo – e não ao capitalismo em si – quando ela se vale dos pontos nodais credibilidade/confiança é, na verdade, um discurso para exaltá-lo, uma crença recorrente segundo a qual o enunciador força o entendimento e a interpretação da capacidade do capitalismo se reerguer e, como se viu, renascer em novas bases. Quando se procura ambientar melhor o que ela prescreve como confiança, o discurso de fortalecimento das instituições financeiras em escala global prepondera e o enunciador afirma que os bancos são um porto seguro para investimentos. Por último, ela ressalta que se trata da “confiança em que, por pior que seja uma tormenta financeira alimentada pela quebra de confiança, há soluções, ainda que inacreditavelmente caras e engenhosas, capazes de restaurar... a confiança” (VEJA, nº2079, 2008, p. 133).

Para a revista, foi o que provaram George W. Bush e seu secretário do Tesouro, Henry Paulson, “em um anúncio que retirou da lama o ânimo dos investidores. Ao longo de uma única semana, bolsas de valores e outros ativos financeiros, no mundo todo, foram do desespero à euforia – sem estado intermediário” (VEJA, nº2079, 2008, p. 133). *Veja* ainda destaca que a semana teve início “sanguinolento, com o temor de que os bancos americanos caíssem um após o outro, como um dominó” (VEJA, nº2079, 2008, p. 133). Isso porque, segundo a matéria, as ações tiveram o seu pior dia desde os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.

Sobre o custo do que chama de limpeza para os contribuintes, a reportagem indica que “senadores americanos já falam em 1 trilhão de dólares. Economistas, em 5 trilhões de dólares” (VEJA, nº2079, 2008, p. 134). O enunciador também faz a sua previsão sem detalhar o método ou fontes para que se chegasse a ela: “Deve ficar mesmo entre 1 e 2 trilhões” (VEJA, nº2079, 2008, p. 134). De acordo com *Veja*, socorros de governos e bancos centrais geram críticas. Como exemplo, ela cita uma ajuda que os EUA ofereceram ao Brasil.

Contribuintes reclamam do uso de dinheiro público. Especialistas, por sua vez, temem que os pacotes de socorro exacerbem o comportamento irracional. [...] Essa teoria, conhecida como risco moral, nasceu com o setor de seguros, no século XVII. Imaginava-se que, quando uma companhia fosse protegida contra incêndios, ela abandonaria medidas de prevenção. A expressão foi logo adaptada ao setor financeiro e usada para criticar praticamente todas as

intervenções econômicas de que se tem notícia – em 1998 e 2002, por exemplo, o governo americano foi severamente criticado por orquestrar dois pacotes de socorro à economia brasileira (VEJA, nº2079, 2008, p. 134).

Desta vez, ressalta o enunciador, “o fato de os americanos, maiores apologistas do livre mercado do planeta, terem recorrido à intervenção estatal incitou a galhofa da esquerda nos quatro cantos do planeta – no Brasil inclusive” (VEJA, nº2079, 2008, p. 134). A reportagem destaca que entre as “elucubrações mais comuns esteve a de que, triturados pela engrenagem caótica do capitalismo, os Estados Unidos partiriam para algo similar à estatização dos ativos financeiros” (VEJA, nº2079, 2008, p. 134). O discurso do enunciador volta, portanto, a enfatizar o livre mercado, como já mostramos em vários trechos deste estudo, e usa termos como galhofa e elucubrações associando-os a um comportamento ou valor político da esquerda que *Veja* aponta como um valor-outra. A revista nega a possibilidade de estatização.

Nada disso. Tome-se o caso da seguradora AIG. Seu controle acionário foi apenas provisoriamente colocado nas mãos do governo, e um executivo de mercado de seguros foi chamado para administrá-la. A companhia será revendida na primeira oportunidade, inteira ou em partes (VEJA, nº2079, 2008, p. 134).

Veja indica nas linhas finais que todo dilema econômico com operações de resgate tem custos e benefícios. De acordo com ela, “calcula-se que o benefício do pacote anunciado por Paulson superará – e muito – o custo da inação”. Para ratificar a previsão, ela traz a declaração de uma fonte que foi ligada ao Banco Central.

“Não estamos tratando de salvar instituições”, disse a VEJA Ed Truman, ex-diretor do Fed americano. “A perda de alguns credores foi, de fato, amenizada. Mas muitos acionistas e funcionários perderam seus empregos. É o custo de proteger o sistema financeiro como um todo. Tomem como exemplo o pacote de ajuda ao Brasil em 1998-1999. Talvez o país merecesse; talvez não. Mas foi muito benéfico para o sistema financeiro internacional salvar o Brasil” (VEJA, nº2079, 2008, p. 134).

O enunciador conclui: “Guardadas as devidas proporções, não é diferente desta vez. Agora como naquele período, a questão central é restaurar confiança no sistema de mercado, e não acabar de vez com ela” (VEJA, nº2079, 2008, p. 134). O texto ainda traz uma tabela com algumas intervenções dos EUA nos mercados, no passado e em 2008.

A MÃO VISÍVEL DO CAPITALISMO A intervenção do governo americano nos mercados segmente pelo valor, mas está longe de ser a primeira

| | CRISE DO LITÃO (FRANÇA E ALEMÃO) | LITÃO EM LITUA (MANAGEMENT CRISE) | ÁRABO |
|-----------------|---|--|--|
| VALOR | 1500 | 1500 | 2000 |
| DATA | 17 de março de 2008 | 17 de março de 2008 | 17 de março de 2008 |
| DESTAQUE | O governo britânico compra ações de 700 empresas de crédito imobiliário para evitar a crise de 2008 | O Fed compra 300 bilhões de dólares de títulos de 30 dias e 600 bilhões de dólares de títulos de 6 meses para evitar a crise de 2008 | Liberação pelo Tesouro americano de 100 bilhões de dólares para evitar a crise de 2008 |

| | FRANÇA | FRANÇA | FRANÇA |
|-----------------|---|--|--|
| VALOR | 1500 | 1500 | 1500 |
| DATA | 17 de março de 2008 | 17 de março de 2008 | 17 de março de 2008 |
| DESTAQUE | O governo britânico compra ações de 700 empresas de crédito imobiliário para evitar a crise de 2008 | O Fed compra 300 bilhões de dólares de títulos de 30 dias e 600 bilhões de dólares de títulos de 6 meses para evitar a crise de 2008 | Liberação pelo Tesouro americano de 100 bilhões de dólares para evitar a crise de 2008 |

Figura 125. A mão visível do capitalismo, nº2079, 2008

A edição de 18 de março de 2009 traz a chamada “Por que a intervenção do governo dos EUA e a quase estatização da economia não vai criar um... Camarada Obama” (VEJA, nº2104, 2009, p. 1). A reportagem especial merece quatro destaques: “O destino dos trilhões despejados na economia”; “O governo brasileiro está fazendo tudo certo?”; “Madoff: a espantosa confissão do maior larápio”; “Quanto bilionários perderam na crise” (VEJA, nº2104, 2009, p. 1). Na capa, a imagem do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Ao fundo, a figura da foice e do martelo é aplicada sobre o espaço que abriga as estrelas, referência aos estados norte-americanos na bandeira do país.



Figura 126. Capa Camarada Obama, nº2104, 2009

A editoria de Economia traz a matéria de capa sob a chamada “Socialismo? Qual? Onde?” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83). Desta vez, a crítica é dirigida à direita com a linha fina “A direita mais empedernida dos EUA acusa Obama de colocar o país no rumo do

socialismo – algo que não vai ocorrer nem com trilhões de dinheiro público na economia nem com bancos estatizados” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83).

O texto relata que num sábado, 7 de março, um grupo de americanos de classe média se reuniu em um parque de Lafayette, no estado de Louisiana, para protestar contra a “agenda socialista” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83) do presidente americano Obama. A revista afirma que, em duas horas, os manifestantes fizeram discursos contra “a torrente de dinheiro público usada para salvar empresas e bancos e ergueram cartazes em que os democratas eram chamados de ‘comunistas’” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83). O enunciador descreve que a imagem de Obama apareceu “decorada com foice e martelo, o símbolo dos partidos comunistas” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83). Em seguida, *Veja* questiona: “Coisa de um grupelho de lunáticos que não tem mais que fazer?” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83). De acordo com a revista, “eminências da direita mais empedernida da política americana deram para denunciar que as medidas tomadas por Obama para combater a crise estão colocando os Estados Unidos na rota do socialismo” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83). Em outro trecho, o enunciador, após usar duas vezes o adjetivo empedernida, reproduz várias vozes que faziam críticas ao presidente americano.

“Socialismo, coletivismo, Stalin, como vocês quiserem chamar”, esperneou o radialista mais popular e mais conservador do país, Rush Limbaugh. Aos 58 anos, ex-viciado em analgésicos, podre de rico e – incrível para um radialista – surdo dos dois ouvidos há oito anos, Limbaugh está se tornando o porta-voz da ala mais provocadora da direita republicana. “Obama está destruindo o capitalismo. Esse é o objetivo dele.” Estridente como Limbaugh, há um batalhão. O senador republicano Jim DeMint, da Carolina do Sul, diz que Obama é “o melhor propagandista do socialismo”. O ex-quase-presidenciável Mike Huckabee, que perdeu a disputa pela candidatura para o senador John McCain, disse que Obama está criando “repúblicas socialistas” no país, e completou: “Lenin e Stalin iam amar isto aqui” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83).

Veja conta que o assunto apareceu até no para-choque dos carros na forma de adesivos que saúdam o presidente como “camarada Obama” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83) e o país como “União dos Estados Socialistas da América” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83). Segundo ela, “os trombeteiros do ‘socialismo americano’ começaram a se agitar porque, para domar a crise, o governo americano está drenando oceanos de dinheiro público na economia, despertando o perigo do gigantismo estatal” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83). A matéria indica que a seguradora AIG já deu “180 bilhões de dólares. Só para os dois maiores bancos, Bank of America e Citigroup, entregou 100 bilhões. Às duas maiores indústrias automobilísticas, GM e Chrysler, foram 17 bilhões e talvez despache mais 22 bilhões” (VEJA, nº2104, 2009, p. 83).

A reportagem revela que a situação piorou quando Obama entregou ao Congresso sua proposta de orçamento para o ano fiscal de 2010. Para o enunciador, “com 3,6 trilhões de dólares, a proposta é ousada e promete uma guinada radical em boa parte das políticas públicas que o país vem adotando nos últimos trinta anos” (VEJA, nº2104, 2009, p. 84). *Veja* enumera o que o presidente dos Estados Unidos propôs:

Universalizar o sistema de saúde, incorporando os 40 milhões de americanos que hoje não têm nenhum tipo de assistência. Quer ampliar o papel do governo na educação primária, aumentar a ajuda federal aos estudantes de baixa renda que entram na universidade e implantar uma política de proteção ambiental inteiramente diferente, que força a redução da emissão de poluentes à base de taxas (VEJA, nº2104, 2009, p. 84).

Para financiar tudo isso, a revista afirma que Obama pretende aumentar os impostos dos “5% mais ricos – os que ganham acima de 250 000 dólares anuais” (VEJA, nº2104, 2009, p. 84). *Veja* ressalta que é “tudo muito socialista para os defensores mais férreos do Estado mínimo” (VEJA, nº2104, 2009, p. 84). Nesse contexto, o enunciador relata que, para completar, veio a conversa de estatizar os bancos. Segundo a revista, “foi a gota d’água” (VEJA, nº2104, 2009, p. 84). A matéria afirma que o governo resistiu à estatização e negou que estivesse estudando a ideia. Porém, aponta *Veja*, “como os bancos não se aprumam apesar das maciças injeções de dinheiro público, o assunto segue em pauta – e feriu um nervo ideológico (VEJA, nº2104, 2009, p. 84-85). A reportagem se refere a uma situação específica:

Na semana passada, ao dar uma entrevista aos repórteres do *New York Times* a bordo do *Air Force One*, Obama foi confrontado com uma pergunta impensável de ser feita a qualquer de seus antecessores: “O senhor é socialista?” Claro, ele não levou muito a sério a pergunta. Horas depois, telefonou para o jornal para explicar-se melhor. Disse que custara a acreditar que a pergunta fosse para valer e lembrou que a intervenção nos bancos não começou no seu governo. “Estamos operando de modo inteiramente consistente com os princípios do livre mercado”, disse (VEJA, nº2104, 2009, p. 85).

Na concepção de *Veja*, “é quase constrangedor que Obama tenha de se explicar sobre tamanho disparate” (VEJA, nº2104, 2009, p. 85). Nesse sentido, a revista defende que “a intervenção do governo americano – seja despejando dinheiro na economia, seja ampliando a rede de proteção social aos mais humildes, seja estatizando bancos – não resultará em nada que se pareça com socialismo” (VEJA, nº2104, 2009, p. 85). O enunciador sobe o tom na dicotomia do socialismo (valor-outro) com os Estados Unidos e a economia de mercado (valores-mesmos). “O socialismo não taxa os ricos – elimina-os, fisicamente inclusive. Socialismo não indeniza empresários ao nacionalizar seus

bens – expropria-os. Socialismo também não estatiza um pedaço da economia – estatiza tudo, a começar pelo sistema financeiro” (VEJA, nº2104, 2009, p. 85). Ainda de acordo com a revista, a intervenção estatal, por si só, tem uma diferença crucial de natureza quando é aplicada em países socialistas e capitalistas. “No socialismo, o Estado intervém para excluir e eliminar o mercado. No capitalismo, dá-se o contrário. A intervenção contempla o mercado, e só ocorre para corrigir defeitos onde o próprio mercado não conseguiu fazê-lo” (VEJA, nº2104, 2009, p. 85). *Veja* resume: “Discute-se uma estatização destinada a recolocar a engrenagem capitalista na sua rotação máxima, e não o inverso” (VEJA, nº2104, 2009, p. 87). A reportagem conta que, no ano anterior, no governo de George W. Bush, estatizou-se o IndyMac, banco da Califórnia que não resistiu a uma corrida de saques e, agora, está para ser vendido por 13,9 bilhões de dólares a um consórcio de sete investidores. Antes, em 1984, no governo do presidente Ronald Reagan, foi estatizado o Continental Illinois, de Chicago, então o sétimo maior do país. Em 1994, o banco foi reprivatizado. O enunciador indica que, no capitalismo é assim que funciona, e força: “É assim que se pretende fazer nos Estados Unidos caso os bancos venham a ser nacionalizados” (VEJA, nº2104, 2009, p. 87).

Segundo o texto, a medida assusta a “direita radical, mas também incomoda o americano médio, historicamente avesso ao expansionismo estatal” (VEJA, nº2104, 2009, p. 87). *Veja* cita que a rede de TV CBS fez uma pesquisa para saber quantos americanos eram contra o controle estatal de bancos (VEJA, nº2104, 2009, p. 88). A reportagem aponta que o resultado foi negativo. “Só 14% disseram apoiar a presença de bancos estatais e 76% são contra. Ou seja: a repulsa popular à estatização é um dos motivos pelos quais Obama resiste a nacionalizar os grandes bancos, e os republicanos, por sua vez, insistem em acusá-lo de socialista” (VEJA, nº2104, 2009, p. 88). Em seguida, o enunciador indica o que faz a estatização bancária ser tão complicada. Os argumentos surgem sem o amparo de fontes e amparados pela cartilha do liberalismo econômico clássico.

É complexa porque pode fragilizar os bancos sadios e causar pânico a correntistas. Complexa porque dirigir banco não é uma vocação de governos – nos EUA, com suas 8 000 instituições bancárias, o governo não tem nem barnabé suficiente para comandar rede tão vasta (VEJA, nº2104, 2009, p. 88).

A revista destaca que “ninguém sabe exatamente aonde esta crise vai, mas pouca gente acha que já esteja perto do fim” (VEJA, nº2104, 2009, p. 88). De acordo com o enunciador, a crise bancária é de tal magnitude, principalmente nos Estados Unidos e na

Europa, que a Suíça, “oásis bancário dos endinheirados de todo o mundo, já teme por sua estabilidade como país. Os ativos dos bancos suíços são quase sete vezes o PIB do país” (VEJA, nº2104, 2009, p. 88).

Adiante, *Veja* afirma que a estatização nos países ricos “também produz outro tipo de constrangimento” (VEJA, nº2104, 2009, p. 89). Ela se refere ao fato de a receita sempre ter sido negada a países em desenvolvimento na América Latina e também na Ásia. A revista conta que, em janeiro, em Paris, o jornal britânico *Financial Times* iniciou uma série, convidando pensadores e líderes mundiais para refletir sobre o “novo mundo, novo capitalismo” (VEJA, nº2104, 2009, p. 89). Entre os convidados, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com o enunciador, “em seu artigo, Lula criticou os ‘dogmas econômicos’ apresentados como ‘verdades absolutas’, e limitou-se a dizer que qualquer ordem econômica e social que vier depois da crise terá de se preocupar com ‘o ser humano’” (VEJA, nº2104, 2009, p. 89). *Veja* sentencia: “A busca pela felicidade humana é nobre, mas traiçoeira. Já levou à Atenas de Sócrates e ao Khmer Vermelho de Pol Pot. E a lorota de que o socialismo está à espreita não ajuda a iluminar o caminho” (VEJA, nº2104, 2009, p. 89). Em seguida, a revista traz uma sequência de subtítulos. Nessa pesquisa, apenas dois serão estudados, já que os outros não possuem relação com a temática.

O primeiro é “Cem planos Marshall” (VEJA, nº2104, 2009, p. 90). A linha fina anuncia que o texto irá indicar “a origem, o destino e o custo dos 11 trilhões de dólares que foram despejados para reativar a economia mundial” (VEJA, nº2104, 2009, p. 90). *Veja* destaca que, ajustado pela inflação, o valor equivale a cem vezes o custo do Plano Marshall, o pacote que salvou os países europeus arrasados pela guerra. Sobre a origem dos recursos, a revista ressalta que a maior parte desse dinheiro simplesmente não existia. “São novos, papel-moeda impresso pelos Estados Unidos e por outros países para compensar, ao menos em parte, a contração abrupta do crédito. Isso só é possível porque os governos têm o monopólio da impressão de dinheiro” (VEJA, nº2104, 2009, p. 90). Com relação ao destino, o enunciador afirma que o volume principal do dinheiro tem sido empregado para salvar o sistema financeiro. De acordo com *Veja*, o plano de Obama prevê um gasto de “28 bilhões de dólares para construir e renovar estradas e de 11 bilhões de dólares para aprimorar a rede elétrica” (VEJA, nº2104, 2009, p. 90).

No próximo subtítulo “No Brasil, o erro de sempre” (VEJA, nº2104, 2009, p. 96), a revista avalia que “ações acertadas para enfrentar os efeitos da crise têm seu efeito limitado pela situação mundial, mas também pelo adiamento das reformas estruturais”

(VEJA, nº2104, 2009, p. 96). O enunciador força que “por mais preparado que esteja para atravessar a crise econômica mundial, o Brasil não está imune à tempestade” (VEJA, nº2104, 2009, p. 96). *Veja* destaca que o PIB brasileiro registrou queda de 3,6% no último trimestre do ano passado em relação ao trimestre anterior. Segundo ela, “foi o pior desempenho desde o quarto trimestre de 1990, quando o Brasil estava mergulhado na recessão provocada pelo Plano Collor” (VEJA, nº2104, 2009, p. 96). A reportagem também afirma que ninguém esperava que o país continuasse crescendo no ritmo de 6% ao ano, que prevaleceu até setembro. A expectativa era que os números apontassem uma desaceleração forte. De acordo com *Veja*, um dos dados mais preocupantes, por refletir a insegurança generalizada, é do “consumo das famílias, que caiu 2% depois de cinco anos de crescimento, e o do investimento, que despencou 9,98%” (VEJA, nº2104, 2009, p. 96). Para o enunciador, a real dimensão da crise e de seu impacto sobre o Brasil só ficou clara depois desses resultados. Sobre as ações do governo, o texto relata que foi divulgada uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria. A CNI consultou 431 empresas em todos os estados e o levantamento indicou que, para 39% dos entrevistados, as ações do governo não surtiram efeito. O enunciador sentencia: “Nem surtirão, enquanto não forem acompanhadas de mudanças estruturais. Mesmo uma queda mais acelerada da Selic, apontada como a panaceia para os males da economia brasileira, não resultará automaticamente na retomada da atividade econômica” (VEJA, nº2104, 2009, p. 97). Para *Veja*, o momento exige uma ação coordenada sobre os entraves mais conhecidos: “A saber, redução da carga tributária, melhoria do ambiente de negócios e aumento do investimento em infraestrutura. Um pacote que exigiria redução substancial dos gastos correntes do governo, para dar espaço ao corte de impostos e recuperar a capacidade de investimento público” (VEJA, nº2104, 2009, p. 97). Nesse sentido, a revista conclui: “Infelizmente, isso é algo que não faz parte da tradição brasileira e fica ainda mais difícil com a campanha para as eleições de 2010 a pleno vapor no país” (VEJA, nº2104, 2009, p. 97).

A reportagem começou com a rejeição da direita empedernida dos Estados Unidos às medidas do presidente Obama e percorreu um longo trajeto ideológico até chegar ao Brasil, que precisa de juros mais baixos e de reformas estruturais. Para isso, vale reproduzir os resultados de uma pesquisa feita por uma instituição empresarial da indústria. Os argumentos do liberalismo econômico são trazidos para a nossa realidade, sempre com o mote do “Estado Mínimo”, capaz de se tornar mais eficiente e estratégico nas funções que os liberais apontam que são dele.

Dois anos e cinco dias depois da edição “O Camarada Obama”, o presidente dos Estados Unidos voltaria a ser capa da revista. “Exclusivo – Barack Obama fala a *Veja*” (VEJA, nº2209, 2011, p. 1) é a chamada de 23 de março de 2011. Na capa, a imagem do presidente americano acompanhada de uma declaração: “Os Estados Unidos e o Brasil podem e devem ter uma relação econômica em que os dois países saiam ganhando” (VEJA, nº2209, 2011, p. 1).



Figura 127. Capa Exclusivo – Barack Obama fala a *Veja*, nº2209, 2011

Na editoria Brasil, a entrevista recebe quase a mesma chamada da capa: “Obama fala a *Veja*” (VEJA, nº2209, 2011, p. 62-63). Na linha fina, “Obama e sua circunstância: um presidente tranquilo de um país nem tanto em meio a um mundo que passa por ferozes transformações e constantes riscos” (VEJA, nº2209, 2011, p. 63). O enunciador afirma que, uma semana antes de embarcar para o Brasil, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama concordou em dar uma entrevista, mas pediu que fosse por escrito. *Veja* diz que foram enviadas 14 perguntas e ele escolheu nove para responder. Obama discorreu sobre os motivos de sua viagem, as relações com o Brasil e com a América Latina, a economia mundial, suas ambições políticas e questões do Oriente Médio. Para essa pesquisa, vamos estudar apenas as perguntas e as respostas que tratam das relações políticas e econômicas entre Brasil e Estados Unidos.

De acordo com a revista, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, ressaltou que o Brasil já era a quinta maior economia do mundo, superando Inglaterra e França, depois do crescimento de 7,5% no ano anterior, a maior taxa desde 1986. Ela pergunta como Obama via o resultado. Na resposta, o presidente valoriza a integração e o avanço como fatores que contribuem para as relações bilaterais.

Nos últimos quinze anos, o Brasil vem demonstrando que a integração à economia global pode levar à multiplicação de oportunidades internamente, que a estabilidade macroeconômica pode criar uma base sólida para a prosperidade, que o espírito do capitalismo pode triunfar em conjunto com o espírito da justiça social e, por fim, que a democracia é o caminho mais curto para o progresso econômico. Por todas essas razões, os EUA apoiam a ascensão do país como um poder econômico global. É por isso que temos trabalhado para ajudar a ampliar o papel do Brasil nas instituições que comandam a economia global – tais como o G20, o FMI e o Banco Mundial. O rápido progresso do Brasil vem contribuindo para o aprofundamento das relações econômicas bilaterais (VEJA, nº2209, 2011, p. 65).

O enunciador indica então que, em 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos. E pergunta se o governo americano tem algum plano concreto para retomar a liderança.

Meu desejo de reforçar nossa robusta relação econômica é uma das razões da minha visita ao país, das reuniões que terei com a presidente Dilma Rousseff e da troca de ideias com o setor privado americano e brasileiro. Acredito que os Estados Unidos e o Brasil podem e devem ter uma relação econômica em que os dois países saiam ganhando – uma relação de cooperação em setores-chave das duas economias (VEJA, nº2209, 2011, p. 65).

O presidente americano enfatizou que o Brasil importa mais bens e serviços dos Estados Unidos do que de qualquer outra nação, principalmente bens manufaturados de alta tecnologia, da indústria aeronáutica à indústria química. Para Obama “a ampliação desses laços requer um compromisso intenso do governo dos dois países e empenho do setor privado para expandir as oportunidades” (VEJA, nº2209, 2011, p. 65). De qualquer forma, ele garante que vai ouvir o que os empresários têm a dizer sobre as formas de intensificar as relações em benefício mútuo.

Em outra pergunta, *Veja* utiliza uma fonte anônima para falar sobre o avanço do Brasil. Segundo ela, “ouve-se com certa frequência que a ascensão do Brasil está mudando os cálculos da política externa no mundo” (VEJA, nº2209, 2011, p. 65). A revista pergunta se Obama concorda.

Os Estados Unidos mantêm uma relação próxima e dinâmica com o Brasil. Nosso trabalho conjunto com o país, sempre ancorado em valores comuns, tem sido crucial para segurança nacional dos EUA e para a construção de um futuro melhor, seja na promoção de direitos humanos, fortalecimento do desenvolvimento econômico, combate à mudança climática, seja na ajuda às nações necessitadas. E, indo mais longe, gostaríamos de cooperar ainda mais com o Brasil tanto na região como no mundo (VEJA, nº2209, 2011, p. 65).

Para Obama, a experiência brasileira oferece lições importantes a países que enfrentam transformações de caráter político e econômico. Nesse sentido, ele pontua que uma das razões pelas quais os EUA valorizam a ascensão do Brasil é o fato de que os dois países possuem “valores comuns, como democracia e inclusão social” (VEJA, nº2209, 2011, p. 65). Em seguida, Obama demonstra satisfação em trabalhar com a presidente. “Num mundo dinâmico como o nosso, é uma satisfação ter a oportunidade de trabalhar com a presidente Rousseff e seu governo para ajudar a construir um planeta mais estável, próspero e democrático, no qual as necessidades básicas dos povos sejam atendidas” (VEJA, nº2209, 2011, p. 65).

A edição traz um infográfico no qual, mais uma vez, se compara o PIB americano ao brasileiro de 1960 a 2007. A economia brasileira é representada por um ponto amarelo quase imperceptível em 1960 e ganha a feição de uma bolinha amarela para efeito da arte criada em *Veja*. A economia norte-americana é representada por um círculo vermelho (que, claro, absorve a bolinha amarela). Embute-se a ideia de sempre: a grandiosidade da maior economia do mundo e a incapacidade do Brasil desenvolver-se a ponto de acompanhá-la.



Figura 128. Comparação entre o PIB americano ao brasileiro de 1960 a 2007, nº2209, 2011

Os dados mostram que, em 1960, o PIB americano era 34 vezes o brasileiro. De Geisel a Lula, os números oscilaram entre 11 (Geisel), 16 (Figueiredo), 9 (FHC) e 14 (Lula). O parâmetro final é mostrar que a economia norte-americana produzia uma riqueza da ordem de US\$ 12,6 trilhões enquanto a brasileira chegava a US\$ 890 bilhões. De modo geral, a entrevista “por escrito” de Obama a *Veja* tem certa neutralidade pelo

menos nos aspectos das relações bilaterais econômicas e políticas. Um dos pontos mais peculiares dizia respeito justamente ao fato de a China ter se tornado a principal parceira comercial da economia brasileira, algo que os números efetivamente comprovavam.

Por fim, a edição de 24 de dezembro de 2014 traz a chamada “O amigo americano” (VEJA, nº2405, 2014, p. 1). Na capa, a imagem vetorizada de Obama é inserida no lugar da de Che Guevara. No centro da boina, a bandeira americana substitui, na arte, a estrela existente na que Guevara usava originalmente. Na linha fina, o enunciador destaca que o presidente americano está perto de acabar com uma ditadura comunista. “Obama reata laços diplomáticos com Cuba e apressa o fim da ditadura comunista, que logo não poderá mais culpar o embargo pelo seu fracasso” (VEJA, nº2405, 2014, p. 1).



Figura 129. Capa O amigo americano, nº2405, 2014

No miolo, a editoria Internacional traz a reportagem de capa sob a chamada “Tudo no seu devido lugar” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61). A linha fina destaca: “Estados Unidos e Cuba anunciam a retomada das relações diplomáticas depois de cinco décadas. Pode ser o início do fim de um dos últimos símbolos da Guerra Fria” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61). *Veja* inicia o lide com a reprodução de um trecho do discurso feito por Fidel Castro em 27 de outubro de 1962. “Serenamente. Serenamente. Estamos dispostos a morrer em nossos postos. O que não sabemos é se os generais do Pentágono e os

senadores que proclamam a guerra contra nossa pátria estão também dispostos a morrer” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61). O texto cita “a retórica bélica de Fidel” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61) e emenda: “Não era retórica vazia. Fidel estava montado em baterias de mísseis soviéticos SS-4 prontos para ser disparados e apontados para Washington, Nova York e Chicago” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61).

De acordo com o texto, enquanto isso, na Casa Branca, Robert Kennedy, ministro da Justiça e irmão do presidente John Kennedy, avaliava aquele momento como o mais “tenso da Crise dos Mísseis” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61) entre Estados Unidos e Cuba, apoiada pela União Soviética. Em seguida, o enunciador cita o “Sábado Negro” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61) da crise. A reportagem conta que foi o dia em que um avião espião americano foi abatido sobre Cuba e seu piloto morreu. A guerra, avalia a revista, parecia inevitável. Em meio a esse cenário, John Kennedy e o líder soviético Nikita Krushev cortaram seus canais diretos de comunicação. Na tentativa de evitar o pior, Bob Kennedy foi à casa de Anatoly Dobrynin, embaixador soviético em Washington. Saiu dela com um acordo: “Os americanos se comprometiam a, secretamente, tirar seus mísseis instalados na Turquia, e os soviéticos aceitavam retirar imediatamente todo o seu arsenal nuclear de Cuba” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61). A matéria informa que o problema foi resolvido. “Ufa! Acabou a crise de treze dias que levava o planeta à beira do precipício e colocava Havana no centro do palco da Guerra Fria, que dividia o mundo entre o capitalismo e o comunismo” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61).

Após esse contexto resumido, o enunciador define Cuba como um espinho na garra de uma águia. “Depois de cinquenta anos espetada como um espinho em uma das garras da águia americana, Cuba, finalmente, pôde retomar seu destino de ensolarada ilha do Caribe, ponto turístico atraente, habitado por um povo alegre e hospitaleiro” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61). Segundo a revista, isso porque “Barack Obama, presidente americano, e seu colega cubano, Raúl Castro, anunciaram o começo da normalização das relações entre os dois países” (VEJA, nº2405, 2014, p. 61-62). De acordo com *Veja*, Cuba representa um “contraponto comunista separado do gigante capitalista por uma estreita faixa de mar de 160 quilômetros” (VEJA, nº2405, 2014, p. 62). Em seguida, o enunciador a desqualifica, política e economicamente.

Cuba é um país irrelevante. Sua economia representa apenas 0,4% da americana ou 3% da brasileira. É menor que a de Porto Rico, uma colônia americana com um terço da sua população e um PIB per capita quase cinco vezes maior. Entre os seus principais produtos de exportação, estão os derivados de sangue humano, coletado compulsoriamente da população. As maiores fontes de

divisas são a ajuda em barris de petróleo da Venezuela, os dólares enviados por cubanos que vivem nos Estados Unidos e o confisco da maior parte do salário de agentes de saúde que trabalham em regime de semiescravidão no Brasil e em outros países (com uma formação de apenas três anos, eles não podem ser chamados de médicos) (VEJA, nº2405, 2014, p. 62)

Segundo o texto, depois do anúncio de Obama, os americanos libertaram três espiões cubanos. Em retribuição, Cuba soltou o americano Alan Gross, preso há cinco anos por usar na ilha telefones via satélite sem autorização do governo. *Veja* pontua que as duas principais promessas de Obama, “o fim do embargo e a retirada de Cuba da lista de países apoiadores do terrorismo ainda dependem da aprovação do Congresso” (VEJA, nº2405, 2014, p. 62). A matéria destaca que até recentemente, o embargo servia apenas aos interesses de um “grupo de políticos americanos ainda presos à retórica da Guerra Fria e, acima de tudo, ao regime castrista, que sempre se nutriu do inimigo externo para tentar explicar seu fragoroso fracasso moral e material” (VEJA, nº2405, 2014, p. 62). O enunciador revela que, em Cuba, hoje poucos acreditam na retórica castrista. Nos Estados Unidos, aponta *Veja*, “a maioria da população boceja ao ouvir falar no assunto”. A ambientação discursiva ganha contornos editoriais mais sólidos, colocando Cuba como valor-outro de *Veja*, seja pelo uso do verbo bocejar associado à retórica castrista, seja ao citar o fragoroso fracasso moral e material. No parágrafo seguinte, a revista faz previsões.

Se o embargo cair, portanto, vai ser de maduro. Será cedo, porém, para comemorar. Em Cuba, a repressão contra os dissidentes, a proibição de existência de outros partidos que não o Comunista e as barreiras ao empreendedorismo individual continuarão vigorando. Os dólares que entrarão com a normalização das relações comerciais entre os dois países podem fortalecer ainda mais os militares cubanos, que já dominam a economia da ilha (VEJA, nº2405, 2014, p. 62-64).

Em outro trecho, o enunciador menciona que as afinidades entre Estados Unidos e Cuba sempre foram dúbias. “As relações entre o Golias continental e o Davi insular sempre foram ambíguas, mesmo antes da instalação do regime castrista” (VEJA, nº2405, 2014, p. 64). *Veja* conta que, em 1898, os americanos, em guerra com a Espanha, reconheceram a independência de Cuba e ganharam de presente Guantánamo, onde até hoje mantêm sua base militar e prisão de “terroristas” (VEJA, nº2405, 2014, p. 64). Segundo o texto, depois da tomada do poder, em 1959, Fidel Castro, “não se sabe se genuinamente, tentou se manter sem se aliar aos comunistas soviéticos. Fidel e Che Guevara treinaram golfe com a promessa de que seriam recepcionados em Washington pelo presidente Dwight Eisenhower para um confronto amistoso” (VEJA, nº2405, 2014,

p. 64). Porém, revela a revista, foram recebidos não pelo “amável ‘Ike’” (VEJA, nº2405, 2014, p. 64), mas por seu “frio e pragmático vice-presidente, Richard Nixon. Em vez de golfe, Nixon submeteu Fidel a uma bateria de perguntas que mais tarde foi lembrada pelo líder cubano como ‘um interrogatório’” (VEJA, nº2405, 2014, p. 64). Daí em diante, cita *Veja*, “cair no colo de Nikita Krushev foi um pulo” (VEJA, nº2405, 2014, p. 64). A matéria relembra que, em 1961, um grupo de exilados cubanos treinado pela CIA tentou invadir Cuba desembarcando na Baía dos Porcos. De acordo com o enunciador, o objetivo era derrubar o regime comunista. A revista destaca que “foralhes prometido pela CIA apoio aéreo – que não veio, e os aventureiros fracassaram. Cuba então se aproximou da União Soviética” (VEJA, nº2405, 2014, p. 64). No entanto, o enunciador indica que as relações entre Cuba e os EUA não acabaram com isso.

Uma tentativa de reaproximação entre Cuba e Estados Unidos aconteceu em fevereiro de 1989, quando o diplomata Robert Pastor conseguiu reunir o presidente Jimmy Carter e o ditador Fidel Castro em um hotel de Caracas, onde estavam para a posse de Carlos Andrés Pérez. A conversa que aconteceu ali fez com que Carter se tornasse o primeiro ex-presidente americano a visitar Cuba, em 2002 (VEJA, nº2405, 2014, p. 64).

A reportagem revela, desde o início, que “o embargo americano foi apresentado pela propaganda comunista como um símbolo do imperialismo e o principal motivo pelo qual Cuba não consegue se desenvolver” (VEJA, nº2405, 2014, p. 65-66). Porém, afirma *Veja*, é falso. Ela menciona que Cuba tem liberdade para negociar com qualquer país e o faz principalmente com a Venezuela, com o Canadá e com o Brasil. Na concepção da revista, “o fracasso econômico vem da ineficiência estatal na condução de todos os setores da economia” (VEJA, nº2405, 2014, p. 65), mais uma vez evocando a presença do Estado como regulador social, político e econômico como valor-outro. Obama fez um discurso na semana anterior no qual prometeu facilitar as viagens, as remessas e permitir que empresas americanas de telecomunicações operassem na ilha. De acordo com o texto, “hoje, os americanos representam 20% dos turistas em Cuba. Os que têm parentes nas cidades cubanas levam, por ano, entre 1 bilhão e 5 bilhões de dólares em presentes, o que ajuda a alimentar a economia” (VEJA, nº2405, 2014, p. 65). Nas linhas finais, *Veja* sentencia: “Sonhar com uma Cuba democrática e rica no futuro é algo plenamente possível. Obama pode tentar a sua parte, mas uma mudança só virá quando os ditadores Fidel e Raúl Castro saírem de cena” (VEJA, nº2405, 2014, p. 65). Ou seja: o eventual fim do embargo está ancorado no binômio liberdade/prosperidade,

enquanto a “ilha de Fidel” segue como símbolo do atraso na concepção de *Veja* em pleno século XXI.

Considerações finais

A pergunta que motivou esta pesquisa é: de que forma a revista *Veja* constrói, dos pontos de vista político e econômico, a ideia de que os Estados Unidos são um referencial para inspirar o Brasil como nação? Essa pesquisa identifica a intenção quase contínua do enunciador de sugerir os Estados Unidos como modelo para o Brasil. No período do regime militar e da Guerra Fria, como vimos, havia uma discussão mais aprofundada, crítica e menos ideologizada sobre como as decisões de Washington ecoam por aqui. Ainda assim, a cobertura da relação Brasil-Estados Unidos já pendia, como mostramos, à “maior economia do planeta”.

Veja traz, sobretudo a partir da eleição de 1989, coberturas nas quais raramente fica claro o limite entre a informação e a opinião; o tom editorializado e analítico prepondera. Em *Os Elementos do Jornalismo*, Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) relatam que abordaram jornalistas de todo o país para conhecer seus motivos e objetivos profissionais, para identificar as raízes da crise de credibilidade da imprensa norte-americana. Os autores citam Anthony Lewis, o colunista liberal do *New York Times*. De acordo com Kovach e Rosenstiel (2003), Lewis diz que se baseia não só num compromisso com a verdade, como também numa espécie de fé no que implica esse compromisso.

“Os jornalistas que acabam escrevendo colunas opinativas têm um ponto de vista... Mas eles também, acima de tudo, respeitam os fatos. O C.P Scott, o grande editor do *The Manchester Guardian*, da Grã Betanha, disse que ‘o comentário é livre, mas os fatos são sagrados’. Acredito que temos a tendência em ir do particular para o geral; descobrimos os fatos e deles tiramos uma conclusão”, continua Lewis (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 150).

O conteúdo editorial de *Veja* tornou-se acompanhado de opiniões, impressões e julgamentos – Isso acontece na segunda metade da década de 80 e se acentua quando ela assume um papel de partido político na cobertura da eleição do Collor diante de Lula. Sob o amparo da abertura econômica que aproximaria o Brasil do primeiro mundo, *Veja* deixou mais clara a sua visão de mundo, de sociedade e suas diretrizes políticas conservadoras, aristocráticas e oligárquicas, voltadas para aquela classe média de São Paulo que é colorida diante do cerco da periferia em preto e branco. Ela passou a

se tornar gradativamente alinhada a ideias tradicionalmente associadas ao liberalismo econômico e aos setores mais conservadores.

Neste estudo, foram analisadas 46 reportagens de 41 edições diferentes. Este coeficiente nos permite olhar que o mundo ora construído pelo enunciador tem a simbiose do que a sociedade brasileira vem testemunhando a partir da posse de Michel Temer: a lógica do vale-tudo, do nós contra eles, da Lei de Gérson. Tom Jobim ficou célebre pela frase segundo a qual o Brasil não é para principiantes. Nossa identidade de povo, nas páginas de *Veja*, sucumbe à turma do Borat, do Velozes e Furiosos ou de Top Gun. Nas páginas do principal título da Editora Abril, faltam-nos os Macunaímas. E falta o Brasil. Falta sobretudo um Brasil heterogêneo que também é produto da nossa complexidade.

O que a pesquisa identificou nas coberturas de *Veja* sobre as relações econômicas e políticas entre Estados Unidos e Brasil no período de 1968 até 2013? Vimos que para a construção do interesse social que o jornalismo pressupõe, todo discurso depende das condições específicas da situação de troca, segundo Patrick Charaudeau (2009). Charaudeau (2009) explica que o reconhecimento das condições de realização de troca linguageira resulta em um “contrato de comunicação” em que o enunciador assume posições discursivas apresentadas de modo positivado ou, como define Prado (2013a), se põe como sabedor. Como já indicado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), o discurso é uma tentativa de dominar o campo da discursividade e deter o fluxo das diferenças, construindo um centro. Para isso, como explica Prado (2013a), o discurso amplia as cadeias significantes que buscam fixar os sentidos. De acordo com Prado (2013a), os pontos nodais fixam os sentidos ao criar a identidade de um discurso pela construção de um nó. Na concepção de Laclau e Mouffe (2015), pontos nodais são “os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178). É por este motivo que, como afirma Prado (2013a), a sociedade nunca conseguirá ser igual a si mesma, “pois a articulação constrói pontos nodais que fixam apenas parcialmente o sentido” (PRADO, 2013a, p. 99).

O estudo identificou os pontos nodais que *Veja* utilizou para classificar seus valores-mesmos e valores-outros. Para isso, o objetivo do primeiro capítulo foi trazer um breve contexto sócio-político sobre o surgimento e os valores-mesmos de *Veja*. Nos valores-mesmos estão também as principais marcas e diretrizes do pensamento liberal norte-americano em torno do capitalismo, do liberalismo econômico e os pontos nodais liberdade e prosperidade. Do ponto de vista político, a lógica da colonização. O Brasil só

será uma grande nação se andar par e passo com os Estados Unidos, espelhando-se no modelo político deles e na liderança global.

No segundo capítulo, compreendemos como o enunciador constrói seus valores-outras (ou valores-de-alteridade). É o que Sousa Santos (2010) chama de linha abissal: espécie de fronteira que separa os lados – mesmidade (valores-mesmos) e alteridade (valores-outras). “O pensamento abissal separa o mundo em dois lados: o de cá e o de lá da linha abissal, constituindo um sistema de distinções visíveis e invisíveis de tal forma que as invisíveis se tornam fundamentos das visíveis” (SANTOS, 2010, p. 33). A esquerda, a União Soviética, Cuba, os sindicatos, as entidades representativas de classe de trabalhadores, o movimento que luta pela Reforma Agrária são alguns dos Outros de *Veja*. A chamada linha abissal é observada também na construção narrativa. Prado (2014d) explica que a alteridade é construída a partir de nosso contato com a cultura do Outro.

Do terceiro capítulo em diante, estudamos a forma pela qual o enunciador apresentou a relação Brasil-Estados Unidos. Para tanto, organizamos a estrutura em grupos temáticos por meio dos quais selecionamos conjuntos de reportagens sobre um mesmo tema, a partir de uma cronologia histórica e da importância subjetiva do tema em questão: Conflitos Internacionais; A relação Brasil-EUA até o fim do regime militar; A relação Brasil-EUA nos governos Sarney, Collor e Itamar; A relação Brasil-EUA no governo FHC; A relação Brasil-EUA nos governos Lula e Dilma; A crise de 2008 com Bush e o Governo Barack Obama.

No capítulo três, “Conflitos Internacionais”, começamos pela forma pela qual *Veja* cobriu a Guerra do Vietnã. Depois, estudamos a Guerra do Golfo, já no início dos anos 90, a segunda intervenção no Iraque depois dos ataques de 2001 – sob o pretexto de localizar armas de destruição em massa que ameaçavam o Ocidente. A pesquisa identificou que a construção discursiva nessas coberturas foi amparada por um espectro binário: o mundo, segundo *Veja*, está dividido entre o bem e o mal. O que os Estados Unidos fazem está, de modo geral, voltado ao bem. O Brasil aparece como país a ser modalizado, ou seja, que deve reconhecer, se espelhar e se curvar ao poder da mais importante economia e democracia do Ocidente e do planeta. Os “inimigos” dos Estados Unidos são, quase incondicionalmente, os Outros de *Veja*. A força da indústria bélica americana, apontada frequentemente sob o apelo de “avanço tecnológico”, foi uma marca na cobertura de *Veja* nos conflitos analisados.

Na cobertura da Guerra do Vietnã, por exemplo, o enunciador trouxe os Estados Unidos no papel de heróis. Nas reportagens, o enunciador se refere ao Vietnã do Norte como ameaça, através do ponto nodal “guerrilheiros”. *Veja* enfatiza os Estados Unidos como quem está disposto a assegurar a ordem, com ênfase para a ideia de “defesa” e “proteção”. Nesse caso, o significante tem variantes como “defensores” e o aparato militar surge com conotação de instrumento para salvar quem está em risco. A construção está calcada num binômio, numa antítese: os defensores (EUA) diante dos guerrilheiros (vietcongues). É o que observamos na reportagem da edição do dia 9 de outubro de 1968. A editoria Internacional trouxe a manchete “À espera da terceira vaga”. (VEJA E LEIA, nº5, 1968, p. 38).

Americanos instalaram em Saigon um *impressionante* dispositivo de *defesa*, bloqueando a cidade e todos os subúrbios contra qualquer *ataque* do Vietcong. Sua primeira linha de *proteção* é uma extensa barragem área ao longo de toda a fronteira do Cambodja, por onde penetram as maiores levas de *guerrilheiros* [...]. A maior *preocupação* dos *defensores* de Saigon, entretanto, parece momentaneamente posta de lado: os americanos descobriram um processo de *evitar* que os foguetes lançados pelos *guerrilheiros* sejam bem operados [...] Entretanto ainda não se pode provar se a *proteção* contra a *infiltração* dos *guerrilheiros* terá o mesmo bom resultado. Saigon não é uma cidade fácil de ser *defendida* por terra. Ela é muito grande, cheia de irregularidades físicas, mais parecendo um aglomerado de velhas cidades de barro e palha. O enorme aparato militar que os americanos montaram para *protegê-la* poderá ser colocado em xeque se a população – quase 3 milhões de habitantes – não colaborar na luta contra o Vietcong (VEJA E LEIA, nº5, 1968, p. 38. Grifo nosso).

Essa estratégia discursiva seria ampliada. Os Estados Unidos apareceram como país que chega para trazer paz, restabelecer a ordem, embora carregando a guerra. Uma reportagem com essa prerrogativa está na edição nº 9, de 6 de novembro, sob a manchete “Hora H do Vietnam” (VEJA E LEIA, nº9, 1968, p. 28). No decorrer do texto, o enunciador conta que, duas semanas após as informações de que a paz era iminente e dois dias depois de sua conferência com o General Creighton Abrahms, comandante dos soldados americanos do Vietnam do Sul, o presidente Johnson voltou à televisão para anunciar a suspensão total dos bombardeios por terra, mar e ar contra o Vietnam do Norte.

Quinze anos depois do encerramento da Guerra do Vietnã, os Estados Unidos se envolveram em outro conflito de grande importância que marcou o fim do século passado: a Guerra do Golfo. Na “primeira” Guerra do Golfo, Arbex Jr. (2005) apontou que “integrantes do *establishment* da mídia americana” (ARBEX JR, 2005, p. 118) reconheceram que a cobertura da imprensa foi “tendenciosa” (ARBEX JR, 2005, p.

118). Assim, o conflito permitiu aos Estados Unidos instituir Saddam como “inimigo universal”. E *Veja* abraçou a posição americana. Para indicar Saddam como opressor, o enunciador utilizou como ponto nodal as palavras “tirano”, “inimigo”, “ditador”, “ameaça”, “invasão” e “risco”. Citamos como exemplo a primeira edição com a cobertura do início do conflito, em 8 de agosto de 1990. Na capa, o enunciador trouxe a foto do líder iraquiano com a chamada “O tirano de Bagdá desafia o mundo” (VEJA, nº1142, 1990, p. 1). Enaltece-se um Mesmo de *Veja*, o “mercado de petróleo”, ameaçado por um Outro que representa, além do risco econômico, uma ameaça à paz.

Nas páginas reservadas à editoria Internacional, o enunciador reforçou que o presidente do Iraque é um perigo para o mundo. “Tirano joga bruto” (VEJA, nº1142, 1990, p. 44). A palavra ‘tirano’, que imputa juízo de valor e direciona o ângulo binário da cobertura, aparece na capa da revista e também na manchete da matéria no miolo.

Os Estados Unidos aparecem novamente como o país que entra nos conflitos com a missão de salvar. A construção que norteia a cobertura da Guerra do Golfo está calcada na antítese frequente: o bem, os Estados Unidos. Do outro lado, o mal.

Numa guerra relâmpago, o ditador iraquiano invadiu e ocupou o Kuwait, botou o governo dos emires para correr, provocou uma alta do preço do petróleo e mostrou na prática que, mesmo com a oposição conjunta dos Estados Unidos e da União Soviética, não há hoje força política expansionista no Oriente Médio. O Iraque de Saddam não é um Panamá de Noriega, onde os Estados Unidos possam entrar com um punhado de fuzileiros navais. [...] Mesmo sem a bomba, Saddam é hoje o maior perigo para a paz mundial. [...] Na madrugada da quarta-feira passada, o tirano de Bagdá despachou 60 000 soldados para engolir o vizinho Kuwait [...] No lugar da família real do Kuwait, que fugiu para o exílio, o invasor instalou um governo fantoche de “revolucionários árabes” e ameaçou transformar o Kuwait num “inferno” se algum outro país, inclusive os Estados Unidos, intercedesse militarmente para pôr fim à aventura iraquiana (VEJA, nº1142, 1990, p. 44-45).

Foi nesse contexto que o enunciador citou o Brasil em meio ao conflito. De acordo com *Veja*, além dos Estados Unidos e da União Soviética, o Brasil também exerceu um papel na relação comercial bilateral que resultou na formação de um arsenal bélico à disposição do regime de Saddam.

Para um pessimista, esse apelo pode soar como um mea-culpa tardio e inútil. As duas superpotências, afinal, estão entre os países que mais venderam armas ao Saddam. Nesse seletor clube, aliás, se inclui como sócio de carteirinha o Brasil, para quem o Iraque tornou-se uma espécie de bazar onde exportadores brasileiros têm jogado todo tipo de mercadoria, algumas lícitas, como frango e Passats, outras nem tanto – armamentos, munições, obscuros contratos de obras públicas com a empreiteira Mendes Jr. Para um otimista, a declaração em Moscou será certamente um sinal alentador de que os perigos que rondam as

esperanças de paz neste final de século podem ser conjurados (VEJA, nº1142, 1990, p. 48).

Nas publicações subsequentes, o enunciador tratou de destacar a fragilidade do povo iraquiano (como já havia feito na cobertura da Guerra do Vietnã) e de reforçar a responsabilidade de Saddam pelo conflito.

Pouco mais de 10 anos depois, os atentados de 11 de setembro de 2001 tornaram-se fundamentais para compreender a primeira grande investida militar dos Estados Unidos neste século; o Conselho de Segurança da ONU foi muito questionado, como vimos no *corpus* da pesquisa. Aviões sequestrados foram lançados contra as Torres Gêmeas, os imponentes prédios do World Trade Center que simbolizavam a prosperidade e o poder norte-americano em Nova York. O Pentágono também foi atingido. No dia 20 de março de 2003, os Estados Unidos deram início a uma nova Guerra do Iraque com intenso bombardeio. Em pouco tempo, a força de coalizão atingiu seu objetivo primário: derrubar o governo de Saddam Hussein e instituir um governo de natureza provisória. A invasão teve como principal justificativa o perigo iminente das armas químicas e de destruição em massa nas mãos de aliados do regime e de grupos terroristas como a Al Qaeda, responsável pelos atentados perpetrados cerca 500 dias antes. Saddam foi capturado em dezembro de 2003, dois anos e três meses depois. Nos meses seguintes, a verdade sobre as supostas armas viria à tona. Elas simplesmente não existiam. Este assunto vira ironia na obra de Slavoj Žižek. No livro *As piadas de Žižek – Você já ouviu aquela do Hegel e a negação?*, lançado pela Editora Três Estrelas em 2015, Žižek reúne tiradas sobre política, sexo, religião e costumes. Entre os temas citados, aparece a história das armas nucleares que os EUA insistiam que Saddam escondia.

Diálogo entre Estados Unidos e Europa no final de 2002, quando a invasão do Iraque estava sendo preparada. Os EUA perguntam à Europa:

“Vocês querem se juntar a nós no ataque ao Iraque para encontrar a arma nuclear?”

A Europa responde:

“Nós não temos equipamentos para procurar armas nucleares”

Ao que os EUA respondem:

“Não tem problema, não existe nenhuma arma nuclear no Iraque” (GQ BRASIL, 2015).

O conflito terminou em 15 de dezembro de 2011, tendo custado a vida de “115,5 mil civis iraquianos e de 4.483 militares americanos” (ACERVO ESTADÃO, 2013). Antes mesmo do início oficial da segunda ofensiva no Golfo, *Veja* cuidou de reforçar a

imagem-Outro de Saddam e de Bush como homem que desafia autoridades em nome da paz. Nesse conflito, notamos a repetição do ponto nodal “ditador” ao mencionar Saddam. Desta vez, o enunciador também investiu nas palavras “terror” e “tortura”. Os EUA voltam como o país que descumprir a ordem da ONU em nome da paz mundial. Observamos isso na chamada “Saddam está no alvo” (VEJA, nº1788, 2003, p. 1), da edição de 5 de fevereiro de 2003, e nos destaques da lateral “Bush decidiu depor Saddam, mesmo sem autorização da ONU” (VEJA, nº1788, 2003, p. 1); “Tropas especiais americanas já operam no Norte do Iraque (VEJA, nº1788, 2003, p. 1); “Por que o mundo teme essa guerra” (VEJA, nº1788, 2003, p. 1); “O regime de tortura e assassinato de Saddam no Iraque” (VEJA, nº1788, 2003, p. 1). Na capa, a imagem de Saddam segurando uma bazuca e, em volta de seu rosto, simbolicamente, a mira de um rifle.

Adiante, na última edição de 2003, do dia 16 de abril, o enunciador trouxe a imagem de um militar cobrindo uma estátua com a bandeira americana. A legenda identifica: “Soldado americano cobre o rosto da estátua de Saddam Hussein com a bandeira dos EUA, em Bagdá”. Na chamada, a pergunta: “O que vem agora?” (VEJA, nº1798, 2003, p. 1). Para mostrar os Estados Unidos no papel de herói e transformar os ataques americanos em ações positivas, *Veja* afirma que até os iraquianos ficaram gratos. “Pela primeira vez na história, viu-se uma população árabe festejar a derrubada de um tirano árabe por tropas ocidentais” (VEJA, nº1798, 2003, p. 46).

Nessa cobertura, o estudo mostrou que numa guerra marcada pelo desrespeito ao Conselho de Segurança da ONU, o Iraque – sem Saddam – ganha o *status* de um valor-mesmo de *Veja*, pronto para respirar os ares e as benesses da liberdade/democracia como a revista preconiza. A construção textual que o enunciador empreende é essa: sem o Outro (Saddam), o Iraque, graças aos Estados Unidos, tornou-se livre. A cobertura da Guerra do Iraque tem um ponto importante que merece destaque: o uso frequente dos verbos aniquilar, moer, triturar, esmagar e trucidar.

No quarto capítulo, “As relações econômicas e políticas entre Brasil-Estados Unidos”, o estudo observou como o enunciador constrói e modaliza a cobertura das relações econômicas e políticas entre os dois países. Três pontos nodais são observados no estudo das relações bilaterais em *Veja*: liberdade (de mercado, principalmente), prosperidade e eficiência. Na primeiro bloco de análise, apresentamos como a revista cobriu as relações econômicas e políticas entre Brasil e Estados Unidos no período da ditadura militar.

Em 5 de novembro de 1969, a revista publicou a primeira capa diretamente associada ao objeto desta pesquisa: a relação Brasil-Estados Unidos. Com a manchete “Brasil x EUA - Novos Tempos” (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 1) o enunciador trouxe o presidente linha-dura Emílio Garrastazu Médici e Richard Nixon na capa. A imagem sugeria uma aproximação de Médici com Nixon. A reportagem, antes mesmo de a revista completar dois anos de circulação, afirmava que as exigências aos países em dificuldades sempre provocaram reações, mas eram respeitadas. Observamos que desde o início, o título da Editora Abril atua em uma frente principal na relação do Estado brasileiro diante do norte-americano: princípios liberais são apontados sempre como caminho para fortalecer a economia interna, como se estivéssemos diante de um processo de colonização política e econômica.

Ainda nesse período, o enunciador mostra como o capitalismo é a referência sobre a qual *Veja* articula um discurso e um ideal prescritivos para o país como indicador de desenvolvimento. Na mesma proporção que quem ousar questioná-lo é o Outro – terrorista e subversivo.

Que o Brasil é um país capitalista e que a Revolução agora chefiada pelo General Garrastazu Médici o manterá nesta trilha não há – a não ser nas ideias subversivas dos grupos terroristas – nenhuma dúvida. Mas é um país capitalista que quer ser matriz, e não mais filial, como diz o novo presidente (VEJA E LEIA, nº61, 1969, p. 25).

De quebra, a reportagem ainda chamou a ditadura militar, em plena vigência do AI-5, de revolução chefiada pelo General Médici. E voltou a estabelecer a metáfora de matriz e filial nas edições seguintes. Como mostramos neste estudo, a relação Brasil-Estados Unidos foi marcada por uma tríade que descreve a forma como *Veja* a cobriu até a abertura política: 1) quando a economia deles enfrenta uma crise, medidas são tomadas e logo se encontra um caminho eficaz para a recuperação e o crescimento, diferentemente do que acontece com o Brasil, cercado de vulnerabilidades internas, externas e de desconfiança do mercado internacional; 2) a cobrança por eficiência do Estado na resposta rápida às necessidades econômicas aparece com frequência, quase sempre com a diretriz de que os norte-americanos conseguem ser ágeis e de que nós precisamos aprender a sê-lo, embora não consigamos pelos apelos de peso do Estado e burocracia; e 3) as idas ao FMI e o volume da dívida externa foram, do ponto de vista econômico, fatores que acentuaram as desconfianças sobre a economia brasileira. Ao bater na tecla da falta de credibilidade internacional, o enunciador sugere, ora de forma

deliberada em tom assertivo, ora de forma irônica com apoio de metáforas, eufemismos e antíteses, o caminho de construção de parcerias comerciais com empresas americanas e a abertura do mercado brasileiro a elas.

No capítulo cinco, “A relação Brasil-Estados Unidos nos governos Sarney, Collor e Itamar”, a pesquisa identificou que na fase de Sarney e de Collor, *Veja* amplificou bem mais os apelos para que se reduzisse o peso do Estado sobre a economia – e sobre a vida dos brasileiros de classe média, como o enunciador gosta de enfatizar –, com argumentos clássicos do liberalismo e profundo impulso às privatizações. É bom lembrar que é justamente neste momento que ocorre o fim da Guerra Fria, com a reunificação das Alemanhas e a interpretação de que o capitalismo venceu a queda de braço com o socialismo. Nesse contexto, os EUA novamente aparecem como quem sempre chega para “salvar” seja lá qual for a situação: guerra ou crise. Nesse período, ao mencionar o Brasil, o enunciador utilizava, como mostramos, com frequência o ponto nodal “atraso”.

A capa da edição de 31 de janeiro de 1990 traz a imagem do presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello (ainda não empossado), rindo ao lado do presidente dos Estados Unidos George Bush com a chamada “O estilo Collor” (VEJA, nº1115, 1990, p. 1). Apesar da admiração e do apoio de *Veja* à eleição do novo presidente, os EUA foram citados como o país que tem “boa vontade” com o Brasil.

A editoria Brasil trouxe “Perfil de presidente” (VEJA, nº1115, 1990, p. 30). A reportagem foi sobre uma viagem de 20 dias de Collor ao exterior para se encontrar com líderes políticos de peso e apresentar seu estilo, segundo o enunciador. A foto do presidente brasileiro com Bush ocupa quase uma página inteira, o que reforça os apelos promocionais que marcaram o papel de *Veja* durante praticamente todo o ano de 1989. Collor era um valor-mesmo e tinha superado um metalúrgico (valor-outro) que, entre outros aspectos, oferecia risco ao mercado internacional e ao direito à propriedade. A imagem traz a legenda: “Collor, com George Bush: ‘saímos do *atraso* para uma nova fase” (VEJA, nº1115, 1990, p. 30. Grifo nosso). Adiante, o enunciador conta que o futuro chefe de Estado brasileiro recebeu sinais de “boa vontade” (VEJA, nº1115, 1990, p. 34) antes de entrar na Casa Branca para sua audiência com Bush. A revista se referia à decisão do governo dos Estados Unidos de suspender uma denúncia sobre restrições impostas pelo governo brasileiro à importação de produtos americanos. O enunciador adjetiva: “Uma dessas chatíssimas e insolúveis guerrilhas diplomáticas produzidas pela administração do presidente José Sarney” (VEJA, nº1115, 1990, p. 34). Segundo a

revista, “o encontro mais importante de toda a viagem, a conversa com Bush” (VEJA, nº1115, 1990, p. 34) durou uma hora. De acordo com *Veja*, o presidente americano adiantou a Collor que o Brasil poderá se beneficiar do Plano Brady para a redução da dívida externa. Para a revista, o ato de Bush deve ser visto como “um gesto de boa vontade” (VEJA, nº1115, 1990, p. 34). Ou seja: o presidente brasileiro se saiu bem na visita, mas quem jogou as cartas foi Bush, cobrando posição em relação à reserva de mercado na informática. Além disso, foi possível perceber que medidas que envolvem a aproximação com os Estados Unidos e uma agenda de modernização do Estado são boas maneiras de estadistas, segundo *Veja*, onde quer que eles estejam.

Em 1994, já com Itamar Franco na presidência, a edição do dia 16 de novembro trouxe como manchete “Os anos Itamar” (VEJA, nº1366, 1994, p. 1). O tom dado ao legado da “Era Itamar” oscila, entre o personagem anedótico, imprevisível e cheio de reações instáveis ao político que soube, com humildade, escrever um capítulo da história e entregar um país melhor ao sucessor. A comparação com os Estados Unidos é um expediente – talvez um artefato – por meio do qual o discurso do enunciador indica um processo de avanço e modernização.

No sexto capítulo, “A relação Brasil-Estados Unidos no governo FHC”, as matérias analisadas nos dois mandatos do presidente FHC permitiram avaliar a forma como o enunciador pautou e consolidou uma agenda pública para a relação bilateral, cuja base era sempre mostrar o Estado brasileiro como paquidêmico e ineficiente. Cobrava-se por exemplo agilidade nas privatizações e o Estado que atuasse apenas em áreas essenciais, como saúde, educação e segurança. Nesse período, a pesquisa se apoiou em metáforas como “bêbado”, “sofrido”, “náufrago”, “aberração” e “embriaguez” para se referir ao Estado brasileiro, à burocracia, aos desafios na pauta do avanço em meio à lógica da globalização.

A edição de 11 de janeiro de 1995 por exemplo trazia o recém-empossado Fernando Henrique Cardoso. Ele conduziria o país por oito anos – 1995 a 1998 no primeiro mandato e, depois, de 1999 a 2002 no segundo. Na capa, a chamada “FHC arregança as mangas” (VEJA, nº1374, 1995, p. 1) e a linha fina “A arrancada do presidente, em meio à chantagem do Senado, pressão por cargos, vaidades e o desafio de mudar o Brasil” (VEJA, nº1374, 1995, p. 1). A revista não esconde sua admiração, simpatia que se assemelha à do discurso adotado pelo enunciador no auge da campanha eleitoral que conduziu Collor ao poder poucos anos antes.

O que tem feito História no Brasil é o golpe, a sucessão traumática, o suicídio, a renúncia, a exceção fardada, o impeachment e, ultimamente, essa peculiaridade de colocar vices no Palácio do Planalto. Fernando Henrique, não. Seu governo chegou macio, sem rompantes nem pacotes, chegou carregado pelo maior índice de aprovação popular já conferido a alguém nas urnas, com exceção de Eurico Dutra, que assim mesmo vivia no Brasil rural dos anos 40 (VEJA, nº1374, 1995, p. 20).

Nas linhas seguintes, a revista desqualifica o Brasil. De acordo com ela, desde o início dos anos 80, esperava-se pela recuperação do país, pelo momento em que o “gigante *bêbado* finalmente começaria a se mexer outra vez” (VEJA, nº1374, 1995, p. 22. Grifo nosso). E completa: “*Sofrido* por anos de superinflação e caos econômico, o brasileiro *náufrago* preparou-se para reconhecer os primeiros sinais de terra firme quando os visse. Viu os sinais no ano passado, com a chegada do real, e registrou o reconhecimento nas urnas de outubro” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23. Grifo nosso). Em seguida, a revista interpreta alguns indicadores sociais. “O Brasil é a 10ª economia do mundo, mas desaba para a 63ª posição quando se trata da qualidade de vida de seus habitantes. *O país é uma aberração estatística*” (VEJA, nº1374, 1995, p. 23. Grifo nosso). O enunciador toma as dores do novo governo, de uma gestão que pode tirar o Brasil dessa situação. “Atravessa-se hoje no Brasil uma *embriaguez* de otimismo. Vai durar? A partir da posse, cada dia passa a contar contra o governo. Até agora, as coisas estão correndo conforme as promessas de campanha” (VEJA, nº1374, 1995, p. 24. Grifo nosso). A relação Brasil-Estados Unidos fica em segundo plano durante boa parte do ano de 1998, quando o presidente Fernando Henrique é reeleito.

No capítulo sete, “A relação Brasil-EUA nos governos Lula e Dilma”, investigamos a forma como o enunciador pautou a relação Brasil-Estados Unidos quando Lula, um valor-outro, chega ao poder. São analisados os oito anos de Lula (2003 a 2010) – dois mandatos – e os pouco mais de cinco anos de governo Dilma, já que ela foi reeleita e se viu em meio a uma grande crise política no segundo ano de seu segundo mandato. A pesquisa identificou que, com um valor-outro de *Veja* – ao contrário de FHC – à frente do país, a guinada conservadora se acentuou mais, assim como o tom crítico ao governo, inclusive nas relações exteriores. Quando Lula chega ao poder, e nestes pouco mais de cinco anos de governo da presidente Dilma – agora afastada –, as relações institucionais e políticas, inclusive na severa crise de 2008, foram construídas sob o preceito de que os Estados Unidos têm a maior economia do mundo e são sempre capazes de tirar da cartola (literalmente) o coelho da reinvenção do capitalismo,

protetores que são do mercado internacional e do Ocidente diante do risco de terrorismo (guardiães globais).

A pesquisa identificou mais uma vez termos como “atraso”, “burocrático”, “paralisia” e “lentidão” associados ao Brasil de Lula. Quanto aos EUA, ela trouxe como fator preponderante a ideia de “superpotência”. A publicação do dia 14 de dezembro de 2002 é um dos exemplos que iremos destacar nessas considerações. Lula havia vencido a eleição, mas ainda não tinha assumido. A edição trouxe a manchete “Lula vai a César” (VEJA, nº1781, 2002, p. 1). Na linha fina, o enunciador entende que o futuro do Brasil depende da conversa entre os presidentes. “O encontro de Lula com George Bush em Washington marca o início de uma longa negociação que vai definir *o tipo de nação que o Brasil será*” (VEJA, nº1781, 2002, p. 1. Grifo nosso). Na capa, Bush aparece como Júlio César, numa analogia com o Império Romano. A pesquisa identificou que na pauta do encontro entre os dois chefes de Estado estava a Área de Livre Comércio das Américas, acompanhada de dois pressupostos discursivos que indicavam o caminho do enunciador: 1) a Alca como algo “decisivo” para “moldar” a economia nacional; e 2) a condição de que ela se sobrepõe a qualquer medida interna do novo governo, que sequer havia assumido e cujas medidas eram, portanto, desconhecidas. No *corpus* da reportagem, *Veja*, mais uma vez, escancara a admiração pelos EUA, tomado como referência primária em todos os campos – político, econômico e cultural. E traz o Brasil como um país problemático e atrasado, apesar dos avanços que ela atribui ao presidente FHC. Exatamente com o mesmo discurso de edições de anos anteriores quando também se tomou como parâmetro o tamanho da economia norte-americana, capaz de abarcar a soma de outras importantes economias, o enunciador enalteceu o PIB dos EUA.

Os Estados Unidos produzem uma *riqueza* anual de quase 10 trilhões de dólares – superior à soma dos PIB’s de França, Alemanha e Japão. Com 5% da população mundial, registram 30% das patentes e são donos de metade dos satélites que orbitam no planeta. [...] Com apenas um vigésimo dos habitantes do planeta, os Estados Unidos compram um terço de todas as mercadorias oferecidas no mercado internacional (VEJA, nº1781, 2002, p. 41. Grifo nosso).

A exaltação prosseguiu e *Veja* verbalizou de forma ainda mais enfática o que interpreta como superioridade norte-americana. Com quase duas centenas de ganhadores do Prêmio Nobel, os EUA “são o país *campeão* mundial no território tecnológico. Essa relação de *superioridade* vale também para a indústria cultural, para os esportes, a mídia e quase *todos os campos influenciados pela criação humana* (VEJA, nº1781, 2002, p. 41-42. Grifo nosso). Ao estabelecer comparação entre Brasil e

Estados Unidos, *Veja* mais uma vez se ancorou no ponto nodal “atraso” para trazer o Complexo de Vira-Lata. “O Brasil, por seu lado, é ainda uma nação em desenvolvimento. [...] Hoje o PIB americano é quase vinte vezes *superior* ao brasileiro. Em termos relativos, o Brasil andou para trás” (VEJA, nº1781, 2002, p. 42. Grifo nosso).

O antídoto para superar o que o enunciador chama de paralisia em boa parte de suas coberturas econômicas seria a flexibilização por exemplo da legislação trabalhista, outra bandeira de *Veja* e dos liberais. Ela vincula o desemprego, como mostramos, à necessidade da reforma da CLT e articula o discurso da urgência da modernização como condicionante para que o Brasil avance. Em geral, o enunciador pontua e apenas explora as contradições, mas não busca as raízes delas a fundo. A qualidade da educação é um outro exemplo, citada com ênfase para o mau desempenho em *rankings* internacionais, sem que se pontue o que precisaria mudar na escola pública e na reforma de matrizes curriculares. O preconceito que a revista demonstrou no chamado cerco da periferia sobre a classe média, sobre o qual também já se falou neste estudo, se estende à escola pública de base, inclusive com a produção de rankings das melhores escolas particulares nas edições regionais.

Já com Dilma na presidência, *Veja* faz peripécias para transformar a espionagem ao governo brasileiro em vulnerabilidade nossa. Quando o assunto ganhou repercussão, *Veja* publicou uma reportagem intitulada “Vulnerabilidade.gov.Br” (VEJA, nº2338, 2013, p. 67). Nele, a revista seguiu a linha já conhecida de desqualificar o Brasil e chegou a apontar que a culpa por termos sido espionados é nossa. Outro detalhe: em vez de discutir especificamente o episódio com os Estados Unidos, o enunciador fala em espionagem feita por países estrangeiros – no plural.

A possível espionagem feita por países estrangeiros está longe de ser a principal ameaça à segurança das informações confidenciais brasileiras. O maior risco vem de falhas do próprio governo, como ter sistemas desatualizados e funcionários sem treinamento. Entre o ano passado e este ano, o número de ataques a sites e servidores do governo (aqueles com endereço terminado em .gov.br) aumentou quase 40%. É o que mostram dados obtidos por VEJA junto ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, por meio da Lei de Acesso à Informação (VEJA, nº2338, 2013, p. 67).

Em síntese: a vulnerabilidade é um produto do nosso subdesenvolvimento tecnológico, inclusive na esfera governamental.

Por fim, no oitavo e último capítulo estudamos brevemente a relação contemporânea entre Brasil e Estados Unidos. O objetivo foi verificar como ficaram as relações institucionais e políticas com a crise de 2008. Em geral, a pesquisa identificou que de 2008 até 2014, *Veja* continuou mencionando os EUA como o único país capaz de salvar o mundo de uma hecatombe financeira da qual eles próprios foram protagonistas.

Qual é a *Veja* de hoje? Seguramente, não é aquela que, ainda na década de 70, trouxe um pingue-pongue com Noam Chomsky, apresentando-o à sociedade como um professor do MIT, linguista, que pensava o mundo. Também não é aquela que de alguma forma resistiu à censura. Alguém que se permitisse acompanhar a história do nosso tempo tomando *Veja* como parâmetro teria algumas certezas: precisamos ser recolonizados, embora os aspectos mais heterogêneos do povo brasileiro não cheguem às páginas da publicação.

Referências

ACERVO ESTADÃO. **Com justificativa falsa, Iraque era invadido há 10 anos**, 2013. Disponível em:<<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,com-justificativa-falsa-iraque-era-invadido-ha-10-anos,8951,0.htm>>. Pesquisa realizada em 22/09/2015.

ALMANAQUE FOLHA UOL. **Dinheiro. Cronologia**, 2009. Disponível em:<<http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro80.htm>>. Pesquisa realizada em 14/07/2015.

ANER. **Dados de mercado. Circulação. Revistas semanais**, 2014. Disponível em: <<http://aner.org.br/dados-de-mercado/circulacao/>>. Pesquisa realizada em 01/06/2016

APPLEYARD, Dennis R.; FIELD JR, Alfred J.; COBB, Steven L.; LIMA, André Fernandes. **Economia Internacional**. 6ª edição. Santana: AMGH, 2010.

ARBEX JR, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. 4ª edição. São Paulo: Casa Amarela, 2005.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo – Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.

ARRUDA, José Jobson de A. **História moderna e contemporânea do Brasil**. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1976.

AUSTER, Albert; QUART, Leonard. **How the war remembered: Hollywood and Vietnam**. 1ª edição. New York: Praeger Publishers, 1988.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Formação do Império Americano. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. In: MARINHO, Havana Alicia de Moraes Pimentel. **ESTADOS UNIDOS: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo**. In: História em Reflexão – Revista História em Reflexão: vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan/jun 2010.

BBC BRASIL. 40 anos depois: **Dez coisas que você talvez não saiba sobre a Guerra do Vietnã**, 2015. Disponível em:<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150430_vietna_guerra_fatos_pai>. Pesquisa realizada em 10/09/2015.

BENETTI, Marcia. **A ironia como estratégia discursiva da revista Veja**. LÍBERO, Ano X, nº 20, 2007.

BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALDEIRA, Tereza. **Regimes de visibilidades do Outro**, 2008. In: PRADO, José Luiz Aidar. Et. Al. **A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal**. DVD hipermídia. São Paulo: PUC-SP, 2008.

CAMARA LEG. Câmara dos deputados. **Registros das sessões. Década de 50**, 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/decada-de-50>>. Pesquisa realizada em 10/07/2015.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. **A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC**, 2008. Artigo publicado na SciELO Brasil. Estudos Econômicos. vol.39 nº.3. São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300003#add2>. Pesquisa realizada em 10/07/2015.

CARTA MAIOR. **O fascismo como regime social**, 2003. SANTOS, Boaventura de Sousa. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/colunaImprimir.cfm?cm_conteudo_idioma_id=19422>. Pesquisa realizada em 10/07/2015.

CERVO, L. A.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. In: MILANI, Roberto Sanchez. **A Importância das Relações Brasil – Estados Unidos na Política Externa Brasileira**, 2011. In: Boletim de Economia e Política Internacional. Ipea – Instituto de pesquisa econômica aplicada. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap8.pdf>. Pesquisa realizada em 04/02/2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

CHOMSKY, Noam. **Estados fracassados – O abuso do poder e o ataque à democracia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COLBY, G; DENNETT, C. **Seja feita a vossa vontade: a conquista da Amazônia, Nelson Rockefeller e o evangelismo na idade do Petróleo**. Tradução: Jamari França. Rio de Janeiro: Record, 1998. In: SEVERO, Leandro. **Uma breve história da luta da grande mídia contra os interesses nacionais**, 2013. Carta Maior. São Paulo. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/Uma-breve-historia-da-luta-da-grande-midia-contra-os-interesses-nacionais/4/28103>>. Pesquisa realizada em 07/07/2015.

DELEUZE, G.; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. Rio de Janeiro: Ed. 34. 1995. V. 2. In: PRADO, José Luiz. **Linhas de fuga, da mídia semanal à hipermídia: é possível educar para as mídias?**. In: Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, nº. 15, 2006b.

DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO. **Giancarlo Civita deveria fazer o caminho inverso do avô e ir embora para os Estados Unidos**, 2005. NOGUEIRA, Paulo. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/giancarlo-civita-deveria-fazer-o-caminho-inverso-do-avo-e-ir-embora-para-os-estados-unidos-por-paulo-nogueira/>>. Pesquisa realizada em 08/07/2015.

- DOMINGUES, Joelza Ester; LEITE, Layla Paranhos. **Brasil – uma perspectiva histórica. 2º Reinado e República.** 2ª edição. São Paulo: FTD, 1983.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: UnB, 2008.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- FERREIRA, Fabio Alves. **Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau.** REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO, Ano XI, nº 127, 2011.
- FOLHA UOL. **Os fascismos Sociais,** 1998a. SANTOS, Boaventura de Sousa. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz06099808.htm>>. Pesquisa realizada em 09/07/2015.
- _____. **Entrevista da 2ª. “Democracia convive com fascismo social”,** 2001b. SANTOS, Boaventura de Sousa. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2105200102.htm>>. Pesquisa realizada em 09/07/2015.
- _____. **A Guerra do Golfo,** 2000c. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo_golfo.shtml>. Pesquisa realizada em 15/09/2015.
- FONSECA JR., G. **A legitimidade e outras questões internacionais.** São Paulo: Paz e Terra, 1998. In: MILANI, Roberto Sanchez. **A Importância das Relações Brasil – Estados Unidos na Política Externa Brasileira,** 2011. In: Boletim de Economia e Política Internacional. Ipea – Instituto de pesquisa econômica aplicada. Disponível em: < http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap8.pdf>. Pesquisa realizada em 05/02/2016.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLDORF, Ruben Dargã. **A mídia e o Outro: estudo da construção das figuras dos presidentes de Argentina, Chile e Venezuela em *Veja, Carta Capital, Folha de S.Paulo e O Estado de S. Paulo.*** Tese de doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global.** 13ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- INFOESCOLA. **Golpe Militar de 1964,** 2015. Disponível em: < <http://www.infoescola.com/historia/golpe-militar-de-1964/>>. Pesquisa realizada em 10/07/2015.
- IKEHARA, Hideharu Carlos Ikehara. **A reserva de mercado de informática no Brasil e seus resultados.** REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIPAR. Capa > v. 5, nº 18, 1997.

ISTOÉ. **Entrevista. “Capitalismo só existe no terceiro mundo”**, 2009a. Disponível em:<<http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2051/imprime127063.htm>>. Pesquisa realizada em 04/09/2015.

_____. **Brasil. 30 Vezes três**, 2002b. Disponível em:<http://istoe.com.br/28441_30+VEZES+TRES/>. Pesquisa realizada em 01/06/2016.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. 2ª edição. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista – por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **América Rebelde – Uma entrevista com Noam Chomsky**, 2007. MERMET, Daniel. Disponível em:<<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=2>>. Pesquisa realizada em 12/07/2015.

MARINHO, Havana Alicia de Moraes Pimentel. **ESTADOS UNIDOS: o contexto dos anos 1970 e as crises do petróleo**. In: História em Reflexão – Revista História em Reflexão: vol. 4 n. 7 – UFGD - Dourados jan/jun 2010.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista – o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2008.

MESQUISA, Luciano Pires. A “Guerra do pós Guerra”: o cinema norte-americano e a Guerra do Vietnã. Dissertação. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2004.

MIRA, Maria Celeste. **O leitor e a banca de revistas – o caso da Editora Abril**. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MILANI, Roberto Sanchez. **A Importância das Relações Brasil – Estados Unidos na Política Externa Brasileira**, 2011. In: Boletim de Economia e Política Internacional. Ipea – Instituto de pesquisa econômica aplicada. Disponível em:<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap8.pdf>. Pesquisa realizada em 02/02/2016.

PECEQUILO, C. S. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. In: MILANI, Roberto Sanchez. **A Importância das Relações Brasil – Estados Unidos na Política Externa Brasileira**, 2011. In: Boletim de Economia e Política Internacional. Ipea – Instituto de pesquisa econômica aplicada. Disponível em:<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap8.pdf>. Pesquisa realizada em 02/02/2016.

PIKE, Sidney. **Jornalismo sem Fronteiras – História da CNN**. In: Encontro Internacional de Jornalismo: conferências e debates. São Paulo: IBM, 1991.

PRADO, José Luiz Aidar. **Convocações biopolíticas dos dispositivos comunicacionais**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2013a.

_____. **Linhas de fuga, da mídia semanal à hipermídia: é possível educar para as mídias?** In: Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n.º. 15, 2006b.

_____. **A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal.** DVD hipermídia. São Paulo: PUC-SP, 2008c.

_____. In: Centro de Referências em Educação Integral. **“O contato com a alteridade transforma uma cultura sem cessar”, atesta educador.** Entrevista. 2014d. Disponível em:< <http://educacaointegral.org.br/noticias/o-contato-alteridade-transforma-uma-cultura-sem-cessar-atesta-educador/>>. Pesquisa realizada em 02/09/2015.

_____. **Democracia convive com o fascismo social,** 2001b. ATHIAS, Gabriela; BRAMATTI, Daniel. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2105200102.htm>>. Pesquisa realizada em 09/07/2015.

RAMALDES, Dalva; PRADO, José Luiz Aidar. **O corpo do poder: Estudo semiótico da figura de Lula na campanha presidencial de 1989 nas revistas semanais *Veja e Istoé*.** BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH (Versão em português) - Voume 1 - Number 1 - Semester 2, 2008.

RIBEIRO, José Hamilton Ribeiro. **Contenção da selvageria,** 2009. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1101200906.htm>>. Pesquisa realizada em 10/09/2015.

RIVAS, José Luis Barreiro. **Totalitarismo,** 2002. Disponível em:< <http://ifilnova.pt/file/uploads/6f879977eca6ee946edef0cf685f9506.pdf>>. Pesquisa realizada em 04/09/2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **Renovar a teoria crítica.** São Paulo: Boitempo, 2007b.

SEVERO, Leandro. **Uma breve história da luta da grande mídia contra os interesses nacionais,** 2013. Carta Maior. São Paulo. Disponível em:<<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Uma-breve-historia-da-luta-da-grande-midia-contra-os-interesses-nacionais/4/28103>>. Pesquisa realizada em 08/07/2015.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2004.

SOUZA, José Carlos. **Seja o primeiro a saberer – A CNN e a globalização da informação.** São Paulo: Summus Editorial, 2005.

SCHILLER, H. I. **O Império norte-americano das comunicações.** Tradução: Tereza Lúcia Halliday Petrópolis: Vozes, 1976. In: SEVERO, Leandro. **Uma breve história da luta da grande mídia contra os interesses nacionais,** 2013. Carta Maior. São Paulo. Disponível

em:<<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Uma-breve-historia-da-luta-da-grande-midia-contra-os-interesses-nacionais/4/28103>

>. Pesquisa realizada em 08/07/2015.

TRONTI, Mario. **A teoria política do individualismo possessivo: de Hobbes até Locke**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. In: **Hegemonia e Estratégia Socialista – por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UOL EDUCAÇÃO. **11 de setembro de 2001: O maior atentado terrorista de todos os tempos**, 2011. Disponível Em:<<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/11-de-setembro-de-2001-o-maior-atentado-terrorista-de-todos-os-tempos.htm>

>. Pesquisa realizada em 04/09/2015.

VEJA e LEIA. **Capa. O grande duelo no mundo comunista**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 1, 1968.

_____. **Internacional. Rebelião na galáxia vermelha**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 1, 1968.

_____. **Internacional. Estados Unidos**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 2, 1968.

_____. **Internacional. Estados Unidos**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 3, 1968.

_____. **Internacional. À espera da terceira vaga**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 5, 1968.

_____. **Internacional. Hora H do Vietnam**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 9, 1968.

_____. **Brasil. A pena de morte**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 54, 1969.

_____. **Brasil. Negócios à parte**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 141, 1971.

_____. **Capa. A Guerra acabou**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 230, 1973.

_____. **Especial. – Kissinger após 41 meses de negociações**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 230, 1973.

_____. **Capa. Indochina – fim de uma era**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 348, 1975.

_____. **Internacional. Vietnam em Guerra**. São Paulo: Editora Abril, edição nº 348, 1975.

- _____. **Capa. Brasil x EUA - Novos Tempos.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 61, 1969.
- _____. **Brasil - EUA no jôgo da verdade.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 61, 1969.
- _____. **Capa. A jogada está feita. E agora?.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 155, 1971.
- _____. **Internacional. Um plano Marshall para os EUA.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 155, 1971.
- _____. **Economia e Negócios. O dólar não espanta o Brasil.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 155, 1971.
- _____. **Capa. Alguém ainda quer dólares?.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 233, 1973.
- _____. **Economia e Negócios. Dólar: o preço da falência.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 233, 1973.
- VEJA. **Capa. Roberto Civita – (1936-2013).** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2324, 2013.
- _____. **Especial. Memórias de um editor.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2324, 2013.
- _____. **Livros. O fator Jango.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1777, 2002.
- _____. **Memória. Entusiasmo até o fim.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1145, 1990.
- _____. **De braços cruzados.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 868, 1885.
- _____. **Capa. O teste das greves.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 870, 1885.
- _____. **Brasil. A febre paralisante.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 870, 1885.
- _____. **Brasil. FHC encara a CUT.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1393, 1995.
- _____. **Capa. FHC peita a CUT.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1394, 1995.
- _____. **Brasil. O Planalto sacou primeiro.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1394, 1995.

- _____. **Era uma vez o monopólio da Petrobrás.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1396, 1995.
- _____. **Economia & Negócios. Sinais de boa vontade.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 940, 1986.
- _____. **Capa. 7 razões para votar NÃO.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1925, 2005.
- _____. **Especial. Referendo da fumaça.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1925, 2005.
- _____. **Capa. Assaltos, medos e autodefesa – O brasileiro se arma.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 822, 1984.
- _____. **Capa. Armas – ter ou não ter?.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1603, 1999.
- _____. **Capa. Depois do referendo, vamos ao que interessa: 7 soluções testadas e aprovadas contra o crime.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1928, 2005.
- _____. **Especial. 7 soluções contra o crime.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1928, 2005.
- _____. **Capa. Brasil peita os EUA na Alca – Coragem ou estupidez?.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1824, 2003.
- _____. **Brasil. 7 perigos de dar uma banana para a Alca.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1824, 2003.
- _____. **Especial. Muito suor, pouca produção.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2250, 2012.
- _____. **Perfil. O perfeito idiota paquistanês.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1968, 2006.
- _____. **Entrevista Noam Chomsky. Um linguista apaixonado pela política.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 357, 1975.
- _____. **Capa. Collor de Mello – O caçador de marajás.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1020, 1988.
- _____. **A guerra ao turbante.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1020, 1988.
- _____. **Capa. Agora, o combate que decide a sorte do Brasil – presidente Collor ou presidente Lula.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1106, 1989.
- _____. **Brasil. A briga pela faixa.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1106, 1989.

- _____. **Capa. Batalha final para mudar o Brasil.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1109, 1989.
- _____. **Brasil. O Brasil de cada um.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1109, 1989.
- _____. **Internacional. Morto para proteger.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2382, 2014.
- _____. **Internacional. A Guerra fora da trincheira.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2385, 2014.
- _____. **Capa. Especial. O império vulnerável.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1718, 2001.
- _____. **Especial. O inimigo número 1 da América.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1718, 2001.
- _____. **Capa. Já vai tarde.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2049, 2008.
- _____. **Cuba. Um país de muito passado agora tem um futuro.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2049, 2008.
- _____. **Capa. Exclusivo – Fidel fala a *Veja*.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 462, 1977.
- _____. **Cuba.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 462, 1977.
- _____. **Internacional. Uma febre latina.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1615, 1999.
- _____. **Televisão. O legítimo comandante Chaves.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1921, 2005.
- _____. **Capa. Quem precisa de um novo Fidel.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1903, 2005.
- _____. **Internacional. O clone do totalitarismo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1903, 2005.
- _____. **Internacional. O encanto do coronel.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1891, 2005.
- _____. **Capa. O PT deixou o Brasil mais burro?.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1889, 2005.
- _____. **Capa. O bando dos 40.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1952, 2006.
- _____. **Capa. Lula, o governo e a greve – o preço da intransigência.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 605, 1980.

- _____. **Brasil. Os riscos do ABC.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 605, 1980.
- _____. **Capa. O candidato operário.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1095, 1989.
- _____. **Brasil. Um operário vai à luta da sucessão.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1095, 1989.
- _____. **Capa. Lula e o capitalismo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1107, 1989.
- _____. **Editorial. Falsa oposição entre capital e trabalho.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1107, 1989.
- _____. **Capa. O que querem os radicais do PT.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1774, 2002.
- _____. **Eleições 2002. Vai ser preciso segurar.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1774, 2002.
- _____. **Capa. A esquerda com raiva.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1549, 1998.
- _____. **Brasil. O que eles querem.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1549, 1998.
- _____. **Capa. A tática da baderna.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1648, 2000.
- _____. **Brasil. Sem terra e sem lei.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1648, 2000.
- _____. **Capa. Isto é um assalto – a escalada do crime.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 33, 1969.
- _____. **Capa. Um novo crime nas ruas.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 33, 1969.
- _____. **Capa. O cerco da periferia.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1684, 2001.
- _____. **Cidades. A explosão da periferia.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1684, 2001.
- _____. **Capa. O Brasil veste a roupa de líder.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1665, 2000.
- _____. **Brasil. O Brasil diz não.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1665, 2000.

- _____. **Especial. Os músculos do Kremlin.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 761, 1983.
- _____. **União Soviética. Vaga memória.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 782, 1983.
- _____. **Capa. Massacre nos céus.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 783, 1983.
- _____. **Internacional. Se qualquer defesa.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 783, 1983.
- _____. **Capa. A morte de Andropov.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 806, 1984.
- _____. **Internacional. Um novo início na URSS.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 806, 1984.
- _____. **Internacional. Chernenko no comando.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 807, 1984.
- _____. **Internacional. Um garoto no Kremlin.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 863, 1985.
- _____. **Internacional. Gorbachev vai à luta.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 876, 1985.
- _____. **Internacional. Retomada do diálogo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 898, 1985.
- _____. **Internacional. O espírito de Genebra.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 899, 1985.
- _____. **Capa. Revolução na URSS.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 986, 1987.
- _____. **Especial. A revolução de Gorbachev.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 986, 1987.
- _____. **Capa. A guerra do Vietnã por dentro – “Platoon” O filme do ano.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 969, 1987.
- _____. **Cultura. Cinema. Um mergulho de cabeça no inferno.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 969, 1987.
- _____. **Capa. O tirano de Bagdá desafia o mundo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1142, 1990.
- _____. **Internacional. Tirano joga bruto.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1142, 1990.

- _____. **Supercomputador. Efeito retardado.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1158, 1990.
- _____. **Capa. Iraque - Guerra por um fio.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1165, 1991.
- _____. **Internacional. A hora do pesadelo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1165, 1991.
- _____. **Capa. A guerra sangrenta de Saddam.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1167, 1991.
- _____. **Internacional. Será longa, dura e sangrenta.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1167, 1991.
- _____. **Capa. Guerra no Golfo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1171, 1991.
- _____. **Internacional. Último Capítulo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1171, 1991.
- _____. **Capa. Como Saddam foi moído.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1172, 1991.
- _____. **Internacional. O fim da farsa.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1172, 1991.
- _____. **Capa. Saddam está no alvo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1788, 2003.
- _____. **Internacional. Bush já está em guerra.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1788, 2003.
- _____. **Capa. Apocalipse ao vivo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1795, 2003.
- _____. **Especial. A Guerra ao alcance de todos.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1795, 2003.
- _____. **Capa. Não é um Vietnã mas é Guerra.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1796, 2003.
- _____. **Internacional. Rumo a Bagdá.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1796, 2003.
- _____. **Capa. A face da derrota.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1797, 2003.
- _____. **Especial. Guerreiros de capacete furado.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1797, 2003.

- _____. **Capa. O que vem agora?.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1798, 2003.
- _____. **Especial. O Regime decapitado.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1798, 2003.
- _____. **Capa. Kissinger e o Brasil.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 389, 1976.
- _____. **Brasil. Mr. K descobre o Brasil.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 389, 1976.
- _____. **Capa. Brasil-EUA - Parceiros mais próximos.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 390, 1976.
- _____. **Brasil. Uma lição bem aprendida.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 390, 1976.
- _____. **Capa. Confronto Brasil-EUA.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 445, 1977.
- _____. **Brasil. Uma diplomacia de golpes e contragolpes.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 445, 1977.
- _____. **Capa. O Brasil que Carter vai encontrar.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 499, 1978.
- _____. **Brasil. Jimmy Carter, uma visita para agradecer.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 499, 1978.
- _____. **Capa. Reagan vem ao Brasil - O Brasil vai ao FMI.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 743, 1982.
- _____. **Economia e Negócios. Uma cartada decisiva.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 743, 1982.
- _____. **Capa. A visita Reagan – A festa e a conta.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 744, 1982.
- _____. **Brasil. O preço do socorro.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 744, 1982.
- _____. **Capa. Sarney e Reagan – as duras conversas de Washington.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 941, 1986.
- _____. **Brasil. Atrito em Washington.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 941, 1986.
- _____. **Capa. A dívida externa já era.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1071, 1989.

- _____. **Economia & Negócios. A virada nos ventos da dívida externa.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1071, 1989.
- _____. **Capa. O estilo Collor.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1115, 1990.
- _____. **Brasil. Perfil de presidente.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1115, 1990.
- _____. **Capa. Privatização – Estréia com cuspidas e pontapés.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1202, 1991.
- _____. **Brasil. A praça da bagunça.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1202, 1991.
- _____. **Capa. Os anos Itamar.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1366, 1994.
- _____. **Brasil. Enfim, um presidente que deu certo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1366, 1994.
- _____. **Capa. FHC arregança as mangas.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1374, 1995.
- _____. **Brasil. Depois da posse e do champanhe.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1374, 1995.
- _____. **Capa. A arrogância do Império.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1517, 1997.
- _____. **Brasil. O gigante vem aí, de olho no mercado.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1517, 1997.
- _____. **Capa. O susto Brasil.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1520, 1997.
- _____. **Brasil. Choque de realidade.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1520, 1997.
- _____. **Capa. O susto Brasil.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1583, 1999.
- _____. **Brasil. O dólar poderá ceder.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1583, 1999.
- _____. **Capa. Sob as asas do império.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1646, 2000.
- _____. **Internacional. Sustos no império americano.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1646, 2000.
- _____. **Capa. Lula vai a César.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1781, 2000.
- _____. **Brasil. O Brasil decide seu futuro no império.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1781, 2000.

- _____. **Capa. Por que Bush enfurece o mundo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1791, 2003.
- _____. **Especial. Por que eles odeiam Bush?.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1791, 2003.
- _____. **Capa. Por que o Brasil não é 1º mundo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1838, 2004.
- _____. **Especial. O Brasil entre os piores do mundo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1838, 2004.
- _____. **Capa. Bush está nu.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1982, 2006.
- _____. **Internacional. Reprovado.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 1982, 2006.
- _____. **Capa. Brasil – 1º/3º mundo.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2062, 2008.
- _____. **Brasil. Com que asas o país vai voar?.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2062, 2008.
- _____. **Capa. Pânico nas bolsas.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2229, 2011.
- _____. **Economia. E se a pressão aumentar mais?.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2229, 2011.
- _____. **Capa. Vacilou.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2338, 2013.
- _____. **Internacional. A águia e suas contradições.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2338, 2013.
- _____. **Capa. Eu salvei você.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2079, 2008.
- _____. **Especial. A cavalaria salvou o dia.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2079, 2008.
- _____. **Capa. Por que a intervenção do governo dos EUA e a quase estatização da economia não vai criar um...Camarada Obama.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2104, 2009.
- _____. **Economia. Socialismo? Qual? Onde?.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2104, 2009.
- _____. **Capa. O Camarada Obama.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2209, 2011.
- _____. **Brasil. Obama fala a *Veja*.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2209, 2011.

_____. **Capa. O amigo americano.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2405, 2014.

_____. **Internacional. Tudo no seu devido lugar.** São Paulo: Editora Abril, edição nº 2405, 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A projeção internacional do Brasil – 1930-2012.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

VIZENTINI, P. F. **O Sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do terceiro mundo.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 40, n. 1, p. 5-17, 1997. In: MILANI, Roberto Sanchez. **A Importância das Relações Brasil – Estados Unidos na Política Externa Brasileira,** 2011. In: Boletim de Economia e Política Internacional. Ipea – Instituto de pesquisa econômica aplicada. Disponível em:<
http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap8.pdf>. Pesquisa realizada em 04/02/2016.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

YOUTUBE. **Roberto Civita X Collor de Mello,** 2007a. Disponível em:<
https://www.youtube.com/watch?v=dJvY0_XPeaM >. Pesquisa realizada em 28/07/2015.

_____. **Primeira capa de VEJA,** 2007b. Disponível em:<
<https://www.youtube.com/watch?v=0EqpVp6nZPQ&list=PLEBFC4B220F3FA27B>>. Pesquisa realizada em 28/07/2015.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa.** São Paulo: Boitempo, 2011.

